Carlos Fontes

Feira Popular de Lisboa.

Diversão e Poder

Lisboa, Maio de 1999

Feira Popular de Lisboa
Diversão e Poder

Carlos Fontes

Indíce..... 1
Siglas..... 4

Introdução..... 5

1. Conceitos..... 9

1.1. Tempos Livres..... 9
1.1.1.. Mercantilização..... 13
1.2. Diversão..... 16
1.2.1.Teorias..... 23
1.2.2. Difusão de Práticas 26
1.3. Feiras..... 31

2. Enquadramento 37

2.1. A Ideia 37
2.2. A Colónia Balnear Infantil..... 38
2.3. A Festa Popular..... 47
2.4. O Pequeno Comércio..... 52
2.4.1.Evolução das Feiras de Amostras..... 53
2.5. Tempos de Descanso e Distracção..... 55
2.6. A Posição da Igreja Católica..... 58

3. Actores..... 61

3.1. Promotor..... 61
3.1.1. A Matriz de Silva Graça..... 64
3.1.2. A Obra de J. P.Rosa..... 72
3.1.3. A Familia Pereira da Rosa..... 82
3.1.4. A Intervenção dos Governos Civis..... 85
3.1.5. *O Século* de Guilherme Pereira da Rosa..... 88
3.1.6. Promotor de Circunstância..... 95
3.1.7. Promotor Não Identificado..... 102
3.1.8. Promotor Liquidatário..... 106
3.2. Administração da Feira..... 110
3.3. Feirantes..... 114
3.4. CML..... 120
3.5. Públicos..... 124

4. Dimensões..... 128

4.1. Novidades..... 128

4.2. Comunicação..... 148
4.2.1. A Imagem..... 151
4.2.2. Discursos de Legitimação 153
4.2.3. Discursos Publicitários..... 158
4.2.4. Discursos Arquitectónicos..... 161
4.2.5. Espaço de Mediação Pública..... 167

4.3. Política..... 169
4.3.1. A Máquina Ideológica..... 169
4.3.1.1. A "Política do Espírito"..... 171
4.3.2. Reforço dos Mecanismos de Controlo..... 178
4.3.3. A Ânsia de Modernidade..... 181
4.3.4. Efeitos de Demonstração..... 185
4.3.4.1. A Emergência da Cultura de Massas..... 187
4.3.4.2. O Impacto do Turismo e da Emigração..... 194
4.3.5. A Política de Informação e Turismo..... 195
4.3.6. A Nova Cultura Popular..... 199
4.3.7. A Ruptura com a Cultura Popular..... 203
4.3.8. A Globalização..... 204
4.3.9. A Nova Retórica Política..... 208
4.3.10. A Questão das Identidades Locais..... 210

4.4. Ofertas Culturais Paralelas..... 212
4.4.1. Necessidades Sociais..... 212
4.4.2. Dispositivos de Enraizamento..... 213
4.4.3. Práticas Tradicionais..... 215
4.4.4. Novas Práticas..... 219
4.4.5. As Rupturas..... 224
4.4.6. Expansão das Indústrias de Diversão..... 231
4.4.7. Euforia Consumista..... 238

4.8. Novas Feiras e Parques de Diversão..... 239

5. Construção/ Desconstrução de um Modelo de Diversão..... 242

5.1. Feira Interclassista (1943-1956)..... 242
5.2. A Transição (1957-1960)..... 243
5.3. Feira Urbana (1961-1973)..... 243
5.4. Crise de Identidade (1974-1979)..... 244
5.5. Procura de um Modelo (1980-1989)..... 244
5.6. Confronto de Modelos (1990-1998)..... 245

Bibliografia..... 247

Siglas

ACBI- Arquivo da Colónia Balnear Infantil O Século
ACL - Associação Comercial de Lisboa
AFPL -Arquivo da Feira Popular de Lisboa
AN/TT - Arquivos Nacionais - Torre do Tombo
B. - *A Bola*
BNL - Biblioteca Nacional de Lisboa
C. - *A Capital*
C.B.I.- Colónia Balnear Infantil *O Século*
CD - Comissão Directiva da Feira Popular e Colónia Balnear *O Século*
C.M. - *Correio da Manhã*
CML - Câmara Municipal de Lisboa
D.C.- *Diário de Coimbra*
DGCS - Direcção-Geral de Comunicação Social
D.L. -*Diário de Lisboa*
D. N. - *Diário de Notícias*
D.P. - *Diário Popular*
D.R.- *Diário da República*
EPJS - Empresa Pública Jornal *O Século*
EPSP - Empresa Pública *O Século* e *Diário Popular*
FPL - Feira Popular de Lisboa
GEOL - Gabinete de Estudos Olisiponenses
ICPT - *Revista Informação, Cultura Popular e Turismo*
J. N. - *Jornal de Notícias*
RFPL -*Revista da Feira Popular de Lisboa*
R.M. - *Revista Municipal* (CML)
S. - *O Século*
SCP -Sporting Clube de Portugal
SEIT - Secretaria de Estado de Informação e Turismo
S.I.- *Século Ilustrado*
SLB - Sport Lisboa e Benfica
SNI - Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo
SPN - Secretariado de Propaganda Nacional
SNT - Sociedade Nacional de Tipografia
V. M.- *Vida Mundial*

Feira Popular de Lisboa
Diversão e Poder

Carlos Fontes

Introdução

O objetivo inicial deste trabalho consistia na verificação da hipótese de que um dos impactos mais significativos das novas tecnologias de informação e comunicação, havia sido a **generalização das práticas de diversão por todas as actividades sociais**.

A observação empírica conduzira-nos a pensar de que a diversão tem vindo a ocupar um espaço hegemónico na ocupação dos crescentes tempos livres, mas também nos órgãos de comunicação tradicionais (imprensa, rádio, cinema e televisão), e por último na política, nas artes e igualmente na educação. O próprio consumo de massas estava a ser afetado pelas novas práticas de diversão.

Neste processo, as tecnologias de natureza digital, como os jogos eletrónicos, a internet, os cd, CD-ROM, cd-i, Cdv etc, não apenas permitiram globalizar a comunicação e a informação, mas possibilitaram globalizar uma cultura assente na diversão.

A complexidade do tema, vastidão da bibliografia e sobretudo a escassez do tempo disponível, levaram-nos a limitá-lo, procurando um **ponto de observação** que nos permitisse detectar, classificar e interpretar alguns indícios explicativos da generalização de certas práticas de diversão e a evolução do próprio conceito, tendo em conta, nomeadamente os diversos impactos tecnológicos.

A escolha da **Feira Popular de Lisboa** decorre desta opção. Criada em 1943, as vicissitudes da sua trajetória até aos nossos dias, vieram a revelar-se muito ricas de interações sociais. O problema da generalização das práticas diversão, omnipresentes nas nossas sociedades, acabou por adquirir novos contornos. Na verdade, ao longo do estudo foi-se tornando evidente que não é indiferente a escolha de um dado ponto de observação, pois, qualquer que ele seja, possui sempre uma história e uma opacidade próprias, que não se deixa facilmente transformar em "espelho" ou "janela" para outras paisagens sociais. Torna-se um objeto incontornável que reclama a sua própria leitura. É pois, em grande parte da Feira e da evolução dos seus modelos de diversão que daremos conta neste trabalho.

À medida que a investigação decorria foram-se definindo algumas questões que primeiramente nortearam as nossas pesquisas sobre a Feira: Como surgiu ? Quais os seus principais actores ? O que a caracteriza enquanto espaço urbano de excitações? Como se processam os seus mecanismos de renovação anual ? Qual o impacto das ofertas culturais paralelas?

A resposta a estas e outras questões, revelaram-se demasiado centradas na própria Feira, impondo-se a necessidade de termos em consideração outras perspectivas complementares, sem que o muito do que nela ocorria, deixava de fazer sentido. É neste contexto que tivemos que equacionar a emergência da Colónia Balnear, debruçar-nos sobre a evolução do próprio *O Século*, termos em conta o modo como se articulou com os grupos económicos e as estratégias do Poder dominantes. Muito frequentemente, ao longo do trabalho, fomos tentados a resumir todas as questões a uma triangulação Diversão-Comunicação Social-Poder, outras vezes, à diversão como uma estratégia de poder.

O resultado final foi, como veremos, a descoberta de uma teia de relações sociais que ao longo de meio século tem materializado e mantido um fenómeno que, pela sua natureza, é efémero.

A análise que aqui produzimos, apesar de não se reclamar comprometida com qualquer corrente teórica ou metodológica, não deixa de refletir alguns pressupostos que fomos construindo e amadurecendo a partir de uma observação mais atenta da realidade social.

O primeiro pressuposto é o de que a excessiva fragmentação da realidade social, sob o pretexto de a melhor a podermos estudar, acaba por a transformar num mero formalismo que esvazia de sentido a singularidade de cada fenómeno social[1].

O segundo pressuposto, prende-se com a ideia que não faz sentido construirmos dicotomias em torno das singularidades /regularidades sociais. No primeiro caso, teríamos um objeto "único" cujas observações nele centradas apenas confirmam a necessidade de o recortar do contexto social, para mostrar logo de seguida o seu carácter especular ou atípico. No segundo caso, as regularidades sociais acabam por deslegitimar as singularidades ao transformá-las em simples reflexos de lógicas entre variáveis que as transcendem. Ora, como afirma António Firmino da Costa "À Sociologia não basta descobrir regularidades sociais. É preciso explicá-las"[2]. Mantendo o caracter único do nosso objeto de estudo, variando aristotelicamente o nosso ponto de observação e a natureza das suas determinações, fomos desvelando regularidades sociais, e deste modo construindo uma visão compreensiva dos fenómenos sociais mantendo a sua complexidade originária.

O terceiro pressuposto foi o de recusar lógicas que transcendam a racionalidade dos **indivíduos** ou dos **grupos sociais,** evitando assim hipostasiar a racionalidade

[1] Neste ponto comungamos dos mesmos pressupostos teorico-metológicos que parte Edgar Morin (*O Método*..), quando crítica a "escola do luto", na qual em nome de uma maior eficácia e rendibilidade da investigação se renuncia á procura de uma visão compreensiva do homem e do mundo (p.16)

[2] António Firmino da Costa, *O que é...p.*33

humana numa esfera alheia aos próprios homens[3]**.** É neste sentido, que procuramos investigar trajetórias particulares ou o modo como se manifestavam certos interesses específicos ao nível do **quotidiano**. O resultado foi a identificação de uma vasta teia de compromissos que se desenvolvem a todos os níveis da sociedade e sustentam a própria continuidade histórica dos eventos de natureza efémera.

O quarto e último pressuposto prende-se com a assunção que a mais universal de todas as relações sociais, são as **relações de poder[4]**, cuja **conflitualidade de interesses[5]** é sua mais visível manifestação. Sem pretendermos dicotomizar uma realidade complexa, podemos todavia afirmar também que apesar de todas as contradições, interdependências e sobreposições de grupos sociais, estes tendem a diferenciar-se em

[3] A questão da racionalidade da realidade está implícita ao longo deste trabalho. Sem ela, a realidade tornar-se-ia um conjunto de fragmentos sem qualquer inteligibilidade. Procurar esta racionalidade no real é o pressuposto básico não apenas da filosofia, mas também da sociologia e da história.

Esta questão tem dois caminhos radicalmente diversos, ou a racionalidade é imanente ao real ou é um produtos dos indivíduos e nas suas interações deve ser procurada.

A resposta de Hegel é conhecida . Ao fazer coincidir o real com o racional, tornou a história o palco onde esta identidade se manifesta. Mas ao fazê-lo, tornou também os homens actores de um drama que os transcendia e lhes conferia sentido, a troco do esvaziamento do seu carácter único. Só existem enquanto partes de um todo e em função do todo. O quotidiano, como escreveu Henri Lefebvre (*A Vida Quotidiana*.. p.43), tornou-se a-significante, acidental, fragmentário, desprovido de sentido na sua contingência imediatista. Em nome desta racionalidade separada dos indivíduos, muitos dos discursos político e sociais que emergem a partir do século XIX, pretendem em nome dos imperativos da razão reformar a ordem social . É desta matriz, que surgiram as ciências sociais, como a sociologia. Os primeiros sociólogos aderiram à sociedade industrial e aos seus valores, procurando contribuir para que este intento racional se efetivasse (Cfr. André Akoun, *A Sociologia* ..p.102-103*)*

O nosso pressuposto é que a racionalidade emerge a partir dos próprios indivíduos e das suas interações e só a partir desta perspectiva faz sentido colocar as questões. Os fenómenos sociais não são mais do que factos significantes criados nas ligações entre os indivíduos nos seus diversos níveis. Não existem fenómenos sociais ou humanos sem ligações (conceptuais, ideológicas ou teóricas), assim como grupos humanos que não estejam reunidos por certas relações de conjunto.

[4] "O poder não existe, na verdade em si mesmo. Ele é posicional e relacional sendo as posições estratégicas que o conferem". Ora, como afirma António Teixeira Fernandes (*A Crise do Estado*...), "Como as posições são desiguais, as relações são assimétricas e as estratégias não são dadas às discreção, as relações de poder tendem a ser expressas, mesmo em democracia, na relação soma-zero, em que as perdas de uns são compensadas com os ganhos de outros" (p..28)

[5] O vocábulo interesse, deriva do substantivo latino "interesse", que significa estar interessado ou interessar-se. Para além desta conotação individualizada, teve sempre outras aceções mais coletivas, reportando-se a conveniências ou necessidades de carácter coletivo de ordem moral ou material. É neste último sentido que tem sido largamente usado nas ciências económicas. A partir das suas referências com função económica, o termo possui uma estreita relação com vocábulos como "preferência" "primazia relativa", etc. , como um conteúdo assumidamente social. É com este sentido que foi aplicado pelos utilitaristas a propósito de "interesse comum", por Marx, quando se referiu aos "interesses de classe", ou por Parson quando falou da "primazia relativa dos diferentes modos de orientação da Acão" de acordo com o maior ou menor peso dos "interesses cognitivos ou avaliativos. Cfr. José A. Garmendia et al, *Diccionário de...* Vol. I. "Interesses". p. 1150-51.

O conceito possuiu sempre, como demonstrou Pierre Bourdieu *(Raisons Pratiques...)*, uma profunda marca de distinção social que não pode ser descurada quando o usamos. Serviu frequentemente para descrever uma visão desencantada e desmistificadora das condutas humanas, submetidas à escravidão dos interesses materiais, mas também como um "instrumento de rutura", um traço de distinção: De um lado estavam os que se orientavam por interesses materiais, do outro, os que se colocam acima dos mesmos, orientando-se motivações ambiguamente caracterizadas como "interesses gratuitos." A aristocracia, mas também certos microcosmos do mundo artístico, fez desta gratuitidade o seu melhor investimento na sua superiodade simbólica sobre os valores e os grupos sociais que dominavam a sociedade (p. 149 e segs).

função da sua maior ou menor proximidade das formas de poder dominantes. Num dos polos, surge-nos uma grande maioria de indivíduos, grupos ou quase grupos (quando os seus interesses se mantêm latentes), que são claramente dominados e explorados. Do outro, um número consideravelmente mais reduzido de todos aqueles que se procuram afirmar, impor, ou manter privilégios ou benefícios resultantes da sua maior ou menor proximidade das formas de poder dominantes. Sem este ponto, dificilmente seria compreensível muito do que será exposto neste trabalho.

Recorremos como fontes de informação, sobretudo à imprensa da época, dando particular atenção às publicações associadas à entidade promotora. Consultámos também arquivos privados e públicos, por onde hoje se dispersa a informação que serviu de base a este trabalho. Entre eles, destacamos os arquivos da Feira e da Colónia e os arquivos d`*O Século* depositados na Torre do Tombo. Consultamos ainda os arquivos da Câmara Municipal de Lisboa, assim como os da antiga Inspeção-geral dos Espetáculos e os organismos que lhe sucederam. Entrevistas com informadores qualificados, permitiram-nos definir pistas de abordagem e recolher informações que nos possibilitaram poupar tempo de pesquisa e elucidar problemas interpretativos. Dada a enorme dispersão das fontes documentais, estamos conscientes que não esgotamos tudo o que havia a consultar, nem sequer esclarecemos todas as questões que levantamos. Todavia, se o resultado da nossa investigação trouxer novos e válidos contributos para a compreensão deste tema, damo-nos desde já por recompensados nos nossos esforços. Mais não procuramos.

1. Conceitos

Alguns conceitos estarão sempre presentes ao longo deste trabalho, como os de "Tempos Livres", "Diversão" e "Feiras e Parques de Diversão". As realidades que os consubstanciam são demasiado complexas para que tenhamos a pretensão de lhes dar um sentido único, por isso resolvemos centrarmo-nos na delimitação do seu campo de significação, assumindo deste modo a conflitualidade das suas aceções específicas.

1.1. Tempos Livres

O conceito de "tempos livres" emerge com a industrialização das sociedades contemporâneas, sendo por isso indissolúvel das transformações do trabalho, nomeadamente do trabalho assalariado e da redução do tempo que lhe é dedicado[6]. Passa a ser entendido como o tempo que o trabalhador dispõe como seu, ocupando-o da forma como entende[7]. É o seu tempo livre, por oposição ao que emprega ao serviço do patrão, o seu tempo alienado[8].

[6] Em termos históricos, haverá que decidir se trata de uma efetiva "redução" do tempo de trabalho , ou simplesmente de uma "recuperação" dos tempos de não-trabalho pré-industriais.

Na verdade, até ao fim do antigo regime, era minoritário o tempo de trabalho efetivo ocupado por grupos sociais, como os artesãos ou camponeses. As actividades religiosas ou outras de idêntica finalidade preenchiam grande parte do ano.

À semelhança do que acontecera em outros países, em Portugal, uma das primeiras ações da revolução liberal foi exatamente reduzir o número de feriados tendo em vista aumentar o tempo disponível para o trabalho. Sobre o assunto, consultar: Rui Gomes, **O Ócio da Lisboa de 1900 ...,** em especial as páginas 308 a 310.

[7] A definição de *tempo livre* é das mais difíceis de delimitar, malgrado os inúmeros estudos que têm sido produzidos devido às contínuas mudanças do seu conteúdo material e à carga ideológica que lhe é inerente.

Joffre Dumazidier *(Vers Une...)*, consagrou, em 1962, o termo "lazer", como sinónimo de "tempos livres", acentuando-lhe a sua dimensão ocupacional, marcada pelos hábitos urbanos, definindo-o como "o conjunto de ocupações às quais o individuo se pode dedicar livremente, para repouso, para divertimento ou para desenvolver a sua informação e a sua formação desinteressada, a sua participação voluntária ou a sua livre capacidade criadora depois de se ter libertado das suas obrigações profissionais, familiares e sociais" (p. 93).

O mesmo autor em *Révolution Culturelle....*, editada em 1988, dá conta das enormes limitações da definição anterior, sobretudo, de numa época que o desemprego e as reformas antecipadas se tornaram numa realidade incontornável. Neste sentido, passa a adotar o termo tempos livres como um tempo não ocupado em actividades profissionais definidas. Joffre Dumazedier,

Este tempo livre não pode ser confundido com o "ócio" que, desde a antiguidade clássica, desempenhava um papel insubstituível nos estabelecimentos de contactos sociais e na formação dos grupos sociais dominantes[9].

Outros sociólogos, nomeadamente hispânicos, têm preferido identificar o tempo livre como um tempo de ócio, o que nos parece contribuir para novos equívocos. Consultar em especial Mário M. Gaviria, *Campo, Urbe....*e R. Z. Castresana, *El Consumo del Ocio...*

[8]Na linha de autores como Paul Goodman, entendemos a alienação antes de mais, como uma perda de sentido das coisas. Neste sentido no cerne do processo alienação dos trabalhadores actuais, estão alguns mitos como o do crescimento económico. À medida que o mundo exterior do homem se atravanca de objetos consumíveis, o seu universo interior, o seu significado-enquanto que, no sentido inverso, a procura pelo homem de um nível de vida cada vez mais elevado não visa, na verdade senão preencher um abismo interior crescente. É sobre este mecanismo psicológico em forma de círculo vicioso que se desenvolvem todas as formas particulares de alienação:

- A alienação do trabalho pela divisão sistemática das tarefas, conduzindo à separação do trabalho intelectual do trabalho manual, tornando os trabalhadores estranhos às suas tarefas.

- A alienação mais geral dos que perderam o sentido da sua actividade profissional, reduzindo-se esta a um mera troca de tempo-dinheiro vivida com resignação ou aversão, cujo único objetivo é assegurar a subsistência. Partilhando o tempo entre o anti-trabalho e o não trabalho, os homens já não executam um trabalho, ocupam um emprego que é rigorosamente uma mercadoria.

- A alienação fora do trabalho resultou da própria extensão do tempo de não trabalho. Destituído de sentido o trabalho, o tempo fora do mesmo, converteu-se também num vazio, transformado num problema, ameaçado constantemente pelo aborrecimento. Este sintoma maior da crise dos tempos livres, nasce da neutralização no homem de toda a espontaneidade, de todo o impulso livre para aquilo que é naturalmente atrativo. Tudo se torna igual, o objetivo é a distração, matar o tempo, para sufocar o vazio de sentido.

- A alienação por exclusão é um dos fenómenos mais correntes das nossas sociedades, onde massas crescentes de indivíduos são excluídos do sistema por se terem tornado inúteis, incómodos. Os homens subitamente descobrem-se como "estrangeiros" em relação à sua própria sociedade.

- A alienação mental, como revela a anti-psiquiatria, está em vias de se tornar num fenómeno de massas, resultado de sucessivos processos de alienação dos indivíduos ao longo das suas vidas. A anormalidade está a tornar-se a norma.

Para uma abordagem sistematizada ao conceito de alienação em Paul Goodman, consultamos Bernard Vincent, *Paul Goodmam....*

[9] O conceito de "ócio" desde a antiguidade clássica não pode ser encarado como um "tempo livre", na medida que sempre foi visto como um tempo para ser dedicado pelos cidadãos livres ao reforço dos seus laços de amizade, cidadania e educação desinteressada . Era um tempo no qual o cidadão livre para a sua ocupação reflexiva (desinteressada) mostrava elevar-se acima da condição dos escravos. O desprezo que Xenofonte, Platão ou mesmo Aristóteles manifestam pelo trabalho, traduz uma crítica explicita a todos aqueles, que forçados ou não, reduziam as suas vidas à submissão, aos interesses económicos e à procura de um conhecimento condicionado às exigências quotidianas. Mas esta posições não podem ocultar todos aqueles que enalteceram também o trabalho como um meio de elevação e formação do próprio homem, como Sófocles, Demócrito, Protágoras, Hípias, Hipócrates, Sócrates e tantos outros (Cfr. Rodolfo Mondolfo, *O Homem na...*).

Durante a Idade Média, Santo Agostinho, reclamou para os clérigos o "Ócio", como um tempo dedicado à contemplação das verdades da fé. Não se tratava de um "tempo livre", mas de uma ocupação inerente a um dado grupo social. Era uma obrigação, não um tempo livre. Como já aludimos anteriormente, estas ocupações desinteressadas constituíram o traço de distinção da nobreza e de certos meios artísticos e científicos, face a todos aqueles que orientavam a sua conduta por interesses materiais ou mais imediatistas. Ora, foram sobretudo as universidades medievais que vieram a reclamar para si esta vocação inerente à cidadania do mundo clássico, ao pretenderem realizar uma investigação desinteressada, isto é, não comprometida com as exigências sociais. Desde então, tornou-se a sua marca de distinção em relação a outros ramos de ensino. Analisando a crise das actuais universidades, é curioso constatar que um sociólogo como Boaventura Sousa Santos *(Pela Mão de ...)*, venha dizer que uma das causas esteja no facto das mesmas estarem a ser desvirtuadas na sua missão originária, isto é, a de procurarem a "verdade e apenas por amor à verdade", submetendo-se aos interesses da própria sociedade (p. 163).

O tempo livre dos assalariados decorria nas necessidades inerentes ao trabalho industrial. São conhecidas as repercussões psicossociológicas da emergência da sociedade industrial, com a sua imposição de horários e cadências fixas na actividade produtiva. A conquista de uma duração menor do trabalho diário foi desde logo importante para o equilíbrio psicofisiológico dos trabalhadores. A limitação do tempo de trabalho tornou-se por isso uma ideia-força numa civilização industrializada.

Era irreversível, também, porque a partir do momento em que os operários formavam uma parte importante de uma nação, tinha que se lhes dar tempo para consumirem alguns dos produtos que fabricavam[10]. Continuar apenas a produzir não bastava, como o demonstrou a crise de 1929. A receita encontrada e aplicada em vários países, foi a de diminuir os horários de trabalho e expandir as férias, garantindo simultaneamente um rendimento mínimo de modo a manter e a reanimar o sistema produtivo.

Em volta da expansão dos tempos livres dos assalariados, tem-se escrito, desde o século XIX, um vasto conjunto de obras que apontam para a inevitabilidade do surgimento de uma sociedade de tempos livres. O argumento mais difundido parte da constatação que os avanços tecnológicos e os seus subsequentes aumentos de produtividade tornarão indispensável a diminuição da jornada de trabalho. Uns viram neste fenómeno o fim da actual sociedade capitalista, centrada na exploração do trabalho, outros apenas descobriram formas diversas de aumento dos níveis de consumo por parte da população mundial. **Paul Lafargue**, por exemplo, foi um dos primeiro que demonstrou como as tecnologias já então existentes permitiam diminuir a jornada de trabalho para três horas, parecendo-lhe um absurdo todas reivindicações operárias que reclamavam por mais trabalho[11]. A verdadeira proliferação destas teorias ocorre, todavia só depois da 2ª. Guerra Mundial, sobretudo nos EUA. **Herbert Marcuse** vislumbrou nos anos cinquenta que o aumento dos tempos livres, estava a subverter os fundamentos da sociedade capitalista ao difundir o principio do prazer[12]. Partindo da análise da mesma sociedade, **Alvin Toffler** descobria apenas o aparecimento de um novo tipo de consumidor, o "consumidor de cultura"[13]. Na Europa, **Jean Fourastié**[14] enveredou por uma análise mais quantitativa. Fazendo cálculos sobre a perspectiva de o trabalho humano se reduzir para 35 anos da vida humana, ou 40.000 horas, concluiu que se havia encerrado um ciclo da nossa civilização e entrado noutro marcado pela hegemonia dos tempos livres. À civilização do trabalho opunha-se agora a civilização do Ócio, à sociedade industrial sucedia agora a sociedade pós-industrial, a uma sociedade fundada na produção, uma sociedade de consumo. É neste contexto que Joffre **Dumazidier** anuncia a emergente "civilização do lazer", onde este ocupava o lugar

[10] Georges Hourdin, *Uma Civilização dos...* p. 57
[11] Paul Lafargue, *Direito à ...*
[12] Herbert Marcuse, *Eros e Civilização...*
[13] Alvin Toffler (*O Povo e...*) liga a emergência do consumidor cultural nos EUA a três condições básicas: o aumento do tempo de lazer, do rendimento familiar e do nível de escolaridade da população no pós guerra. Toffler assinala, justamente que estes consumidores não se podem identificar com nenhum grupo social específico, mas constituem uma "seleção" de grupos sociais, onde preponderam os jovens, que possuem maior instrução e rendimentos familiares acima da média, para além de revelarem grande mobilidade. Neste grupo, sobressaem os profissionais ligados à informação, educação, ciência, artes e medicina. Este consumidor está longe de ser passivo, pelo contrário, evidencia-se por uma postura activa na sociedade, sendo essa precisamente a sua especificidade.
[14] Jean Fourastié, *As 40.000 Horas...*

central que antes era conferido ao trabalho. Anos depois, **Jean Rousselet**[15] fala já de uma alergia ao trabalho que se havia apossado da defunta civilização do trabalho.

Negando ou aceitando como uma evidência o carácter central do trabalho nas actividades humanas, o trabalho continuava a ser o referencial a partir do qual tudo era valorado. O conceito dominante continuava a identificá-lo como um castigo, alienação[16] ou exploração a que o homem era sujeito. O conceito de tempo livre, pelo contrário, surgia cada vez mais liberto destes estigmas, sendo associado a um tempo de prazer e criatividade. Partindo desta dicotomia, como um facto inultrapassável, alguns autores procuram relacionar as actividades exercidas nos tempos livres com as que os trabalhadores exercem no campo profissional. As hipóteses avançadas[17], em geral apontam para três tipos de relação: umas vezes elas funcionam como compensação face às actividades profissionais, outras limitam-se a reproduzi-las, outras ainda, são-lhe neutrais. Nesta matéria qualquer hipótese está todavia longe de reunir um consenso alargado[18]. A questão de fundo persiste, pois, por mais que seja reduzida a jornada de trabalho, se em paralelo forem apenas valorizados os tempos livres, está-se no fundo a esvaziar de sentido o próprio tempo de trabalho[19], contribuindo desta forma para aumentar a sensação de alienação no período que lhe seja dedicado.

---

[15] Jean Rousselet, *L`Allergie au Travail*...

[16] O Cristianismo estigmatizou o trabalho ao identificá-lo como um castigo divino. **Karl Marx,** na mesma linha de continuidade, identifica o trabalho como um ato de exploração do trabalhador pelo detentor dos meios de produção. O trabalho surge como uma necessidade decorrente das relações de produção vigentes. Só com o fim das relações de produção, fundadas na exploração do homem pelo homem, através da apropriação colectivamente dos meios de produção, seria possível libertar o trabalho do seu estigma de instrumento de exploração, terminando também com o reino da necessidade, e fundando-se o reino da liberdade.

[17] Numa tentativa de sistematizar várias contribuições que sobre o assunto tem sido apontadas, Roselyne Boillin-Dartevelle e outros, proposeram três grandes hipóteses para explicarem certos comportamentos observados nos tempos livres:

Na **hipótese compensatória**, o tempo livre funciona como espécie de compensação através da evasão que proporciona ao tempo de trabalho. O trabalhador intelectual, por exemplo, nos seus tempos de lazer, dedicar-se-ia à "bricolage" ou a "jardinagem". As actividades fora do trabalho teriam assim uma função" corretora" de frustrações adquiridas no trabalho.

Na **hipótese reprodutora**, os tempos livres não são mais do que uma continuidade dos tempos de trabalho. Os indivíduos tendem assim a reproduzirem nestes, os "saberes-fazeres" e as práticas adquiridas no trabalho. O operário qualificado, por exemplo, dedica-se à mecânica.

Na **hipótese neutralista**, sustenta-se que não existe qualquer relação entre o trabalho e os tempos livres. Cada indivíduo, de acordo com fatores muito variáveis, manifesta propensão para uma qualquer actividade.

Pierre Marpage, *et al*, *Temps Libre et Pratiques*.. p.118 segs

[18] Grupo de Travail et Societé, *Temps de Travail et Temps* ..pp.43-68.

[19] Rompendo com a estigmatização do trabalho, algumas teorias políticas que emergem a partir do século XIX atribuiram ao trabalho uma dimensão criativa e libertadora, não o identificando como o instrumento privilegiado da opressão ou exploração dos trabalhadores. As suas críticas dirigem-se sobretudo para as formas de poder dominantes, e não tanto para uma das formas particulares como a mesma se manifesta. **Fourier** *(Oeuvres. Vol. III....)* afirmou que na sua sociedade utópica (falanstério), o trabalho tornar-se-ia plenamente um divertimento, após terem cessado todos os constrangimentos que o tornam hoje frequentemente sinónimo de sujeição. As suas críticas do trabalho incidem, no seu tempo, sobre a questão da divisão do trabalho industrial então particularmente rotineiro e embrutecedor. Daí reclamar uma maior diversidade de ocupações e controlo por cada trabalhador do ciclo produtivo (*p.* 408).

Na mesma linha de ideias se colocará a maioria dos teóricos do **anarquismo**, como Proudhon, Bakunine ou Kropotkine. Frequentemente, exaltam a dimensão potencial lúdica e formativa do trabalho, separando-o do sistema opressivo a que os trabalhadores estão submetidos.

Proudhon (*De La Justice*..., Vol. II) combate, por exemplo, a ideia do trabalho como um castigo do homem, apresentando-o como um "exercício das suas faculdades", afirmando: "O trabalho não só é

Nos anos oitenta, face à progressiva industrialização dos tempos livres, mas sobretudo devido às profundas alterações que entretanto ocorreram no mundo do trabalho, implicando nomeadamente um maior investimento na escolaridade e na formação profissional por parte dos futuros e actuais trabalhadores[20], a oposição entre tempos livres e trabalho acabou por se tornar equívoca. Face à precarização do trabalho e as contínuas mudanças nos conteúdos profissionais, passou a falar-se de um novo "paradigma" que colocou a centralidade nos indivíduos, para os quais deixou de fazer sentido a oposição tempos livres - trabalho. O essencial joga-se agora no modo como aprendem novos saberes e saberes fazer, umas vezes é a divertirem-se, outras a trabalharem, outras simultaneamente a trabalharem divertindo-se, pouco importa as circunstâncias, o fundamental é preparem-se para enfrentarem os desafios da sociedade moderna, como trabalhadores, consumidores ou cidadãos[21]. Resta saber se não serão as exigências do trabalho moderno que determinam, em última instância, esta centralidade dos indivíduos.

1.1.1. Mercantilização

Numa primeira fase, o aumento dos tempos livres dos trabalhadores assalariados foi encarado como um tempo **socialmente produtivo.** Reconhecia-se a sua necessidade não apenas para a recuperação psicofisiológica dos trabalhadores, mas também para a **descompressão social** de populações ainda incipientemente disciplinadas para a produção industrial, reforçando simultaneamente os mecanismos do seu enraizamento[22]. O conteúdo das actividades exteriores ao trabalho continuavam a estar ligado à vida

necessário à conservação do corpo, como também é indispensável ao desenvolvimento do espírito. Tudo quanto possuímos, tudo o que sabemos provém do trabalho; toda a ciência, toda a arte, assim como toda a riqueza lhe são devidas... pelo trabalho espiritualizamos cada vez mais a existência: como nos poderemos queixar dele?" (p. 235).

Bakunine *(Conceito de...*) acredita que a actividade é intrínseca ao próprio homem. "Para se assegurar disso, cada um pode fazer uma experiência consigo próprio: condenar-se apenas por alguns dias a uma inacção absoluta, ou mesmo a um trabalho estéril, improdutivo, estúpido, e verá se ao fim não se sentirá o mais infeliz e o mais humilhado dos homens" (p. 211).

Estas posições, comuns à maioria dos teóricos anarquistas, devem ser entendidas primeiro como uma crítica às conceções cristãs sobre trabalho, e em segundo lugar, como a afirmação do homem como um ser criador. Na tradição utópica em que se filiam não deixam de traduzir de forma muitas vezes explícita a ideia que o progresso técnico não deixaria de permitir um dia a libertação efetiva do homem para a festa e o prazer (Cfr. Armand Mattelart, *A Invenção da ...*, em especial as pp. 350 e 351).

[20] Neste grupo, poderiam ser apontadas não apenas as actividades de formação profissional, mas também, o sector em expansão das viagens de estudo (ou lazer) que são proporcionadas ao trabalhador ou que este faz por sua iniciativa de modo a atualizar os seus conhecimentos de forma a aumentar as suas capacidades no exercício de uma dada actividade profissional

[21] Ana Alves Duarte, *Trabalho e Lazer...*

[22] Alain Touraine, salientou como nas sociedades pouco industrializadas as actividades exteriores ao trabalho funcionavam no âmbito dos mecanismos de enraizamento Um dos melhores exemplos encontram-se nas festas campestres ou profissionais. Estas cumpriam uma dupla função, como compensação para trabalho penoso ou para a miséria quotidiana, mas também como meios de reforço dos laços de ligação dos indivíduos a comunidades concretas. Alain Touraine, *A Sociedade Pós-Industrial...* p. 210.

profissional. Alguns sindicalistas aproveitam para estimularem a participação dos trabalhadores nas festas, como um modo de estes desenvolverem os seus hábitos de urbanidade e coesão de grupo. Em nome desta coesão, chegam, também, a condenar as diversões populares. O trabalho e os trabalhadores ainda eram a referência fundamental a partir da qual os discursos sobre os tempos livres eram desenvolvidos.

O aumento dos tempos livres implicou igualmente um fenómeno lateral de não menor importância, o **aumento da mobilidade** ligado ao lazer[23]**.** Os "espaços livres**"** começam a ser apropriados, como foi o caso das praias, montanhas, o mar, ou dando-se novas funções aos espaços rurais, em ordem à ocupação dos tempos livres. O desenvolvimento dos transportes e dos meios de comunicação, em geral, ao transformarem as distâncias - menos tempo de percursos e custos cada vez mais baixos- facilitaram a mobilidade das pessoas e bens. Deste modo, a mobilidade ligada aos tempos livres não apenas aumentou, mas principalmente diversificou-se, gerando igualmente uma maior diversificação dos espaços.

Numa segunda fase, que ocorre a partir da 2ª metade do século XX, associada à consolidação da **sociedade de massas**[24], as actividades de tempos livres rompem as suas ligações com o mundo do trabalho, para se centrarem no **consumo**[25]. O aumento da produtividade na maioria dos países ocidentais, trouxe consigo o aumento do rendimento familiar, o que permitiu expandir o consumo para níveis que não tem paralelo em qualquer outra época histórica. Não consumir tornou-se sinónimo de desperdício de tempo. Ora, quanto mais se consome, nomeadamente aparelhos para

---

[23] Consultar sobre o assunto: A. Gama, *Notas Para uma Geografia dos...;* Fernando Delgado Cravidão, *Mobilidade, Lazer e...*

[24] O conceito híbrido de sociedade de massas, aqui utilizada, procura caracterizar uma realidade social que emerge a partir do século XIX. Trata-se de um termo polémico que associa o conceito de sociedade com a noção muito vaga de massa (ver o capítulo **Públicos**). Neste trabalho retivemos quatro conceções complementares:

a) Uma conceção que procura traduzir as características estruturais das formações sociais modernas, já presentes em Tocqueville (nivelamento social, isolamento e perda de individualidade das pessoas privadas, a atomização do conjunto social, a contraposição direta entre massa atomizada e o Estado todo-poderoso, etc.), Durkheim (rompimento da rede normativa que sustenta o conjunto social, anomia).

b) Uma conceção que procura colocar a ênfase na situação e nas formas de conduta típicas dos integrantes de uma sociedade massificada. Entre os teóricos desta perspectiva, destaca-se Hannah Arendt (*As Origens do...*p. 588-593), onde acentou a ideia de estávamos perante uma sociedade sem classes, constituída por um aglomerado de indivíduos atomizados, empobrecidos nas suas experiências de vida. Contra esta visão, Paul Lazarsfeld e seus colaboradores redescobriram a importância dos grupos primários, eliminando a ideia de uma indiferenciação generalizada. Neste sentido, David Riesnan (*A Multidão...*), apresenta-nos a visão de indivíduos heterodirigidos, orientando-se por valores difusos, veiculados por instituições, escolas, reforçados quotidianamente por relações interpessoais. A vida dos indivíduos torna-se numa sucessão de compromissos. A sociedade não passa de uma teia complexa de grupos que prosseguem interesses específicos.

c) A conceção aristocrática da sociedade de massas tende a caracterizá-la a partir das relações entre elites e massas. As elites sente que estão a ser ameaçados os grandes valores culturais, em virtude das ascensão das massas as quais tendem a nivelá-los por baixo. Esta corrente será por nós referida no texto central deste capítulo.

d) A conceção de que a sociedade de massas não passa de uma máscara ardilosa para escamotear as relações de produção que dominam nesta sociedade, cuja melhor designação seria a de Sociedade administrada (Horkheimer e Adorno), Sociedade Industrial Desenvolvida (Marcuse), Neocapitalismo (André Gorz), Sociedade Pós-Industrial (Alain Touraine).

[25] J. K. Galbraith, na euforia consumista americana dos anos 50, anunciará que havíamos entrado numa sociedade da abundância, onde a igualdade perante o consumo seria a regra de mediação social. J. K. Galbraith, *Sociedade da Abundância...*

ganhar tempo, mais tempo se terá que gastar para os adquirir e manter[26]. O processo é amplamente conhecido. O que nos interessa agora assinalar é que este fenómeno produziu também uma culturalização do consumo[27], isto é, o consumidor foi colocado perante um dispositivo mercantil urbano que transformou tudo em simulacros das próprias coisas. As suas relações com os objetos passaram a funcionar segundo um paradigma que encontrou no centro comercial a sua melhor configuração[28]. Nele, o consumidor alterou de forma radical hábitos seculares de relação com os produtos e bens culturais. A "**ambiência**" passou a contar tanto como os próprios produtos. Esta organiza-se de forma a gerar uma **panóplia de desejos e diversões** previamente estudados e permanentemente dinamizados[29]. Nos centros comerciais esbateram-se as

[26] S. Parker, *Sociologia do Lazer...*

[27] Jean Baudrillard, *A Sociedade de Consumo...;* idem *O Sistema dos...*

[28] Em Portugal, pode ser ligado historicamente a três espaços onde uma forte ambiência, a panóplia de produtos, contribuiu de forma crescente para uma hiperestimulação do consumo de massas: as feiras de amostras, os supermercados e os centros comerciais. Em qualquer dos casos, são espaços indissociáveis da cidade e respondem em graus variáveis, ao processo da sua expansão e desenvolvimento.

a) As **feiras de amostras** constituem, como veremos, uma das primeiras formas de criar a mesma lógica de sedução dos centros comerciais. Primeiro desenvolverem-se em espaços abertos, depois, foram-se confinando a recintos fechados onde o controlo do próprio ambiente e dos visitantes permite estimular melhor consumos compulsivos.

b) O primeiro **supermercado**, surgiu em 1961, na cidade de Lisboa,-- o supermercado Modelo (Praça D. Saldanha), abrindo depois outro na cidade do Porto - o "Invictos". O consumidor é deixado livre na sua relação com os produtos que se oferecem em profusão. Rapidamente, estes espaços são apropriados pela população como espaços de convívio. Contudo, a abertura de novos espaços ficou desde logo condicionada entre nós, devido às pressões dos pequenos comerciantes. Foi preciso esperar pelo 25 de Abril de 1974, para que se operasse a libertação do consumo. Ano após ano, foi-se então assistindo ao aumento progressivo nas suas dimensões, acabando nos célebres "Hipers" dos anos 80, onde largos estratos da população passa não apenas a fazer compras, mas a "passear "aos fins de semana...Para uma abordagem deste fenómeno de apropriação dos "hipermercados" pela população, consultar: Paulo Peixoto, *A Sedução do Consumo...;*Vitor Rainho, *"Hipermania"...*; Teresa B Salgueiro, "*Novas Formas de....*

c) Os primeiros centros comerciais que surgiram na década de 60, pouco mais eram do que um conjunto de pequenas lojas, em geral em torno de um espaço de restauração, como uma gelataria, um café, etc. O primeiro foi o drugstore Roma, seguindo o Apolo 70 (1970), e depois do 25 de Abril abrem outros não menos concorridos, como o Imaviz, Centro Comercial Alvalade, etc.

Na década de 80, este modelo é superado por novos espaços, onde a profusão de produtos se torna ela própria o polo de atracão, como o Fonte Nova, Olaias, atingindo o ponto alto no Centro Comercial das Amoreiras (1985). A grande expansão dos centros comerciais na década de 90 em países como o Brasil ou Portugal na década de 90, é inseparável para Ricardo Ferreira Freitas de três fatores fundamentais:

- A existência ainda de enormes massas sedentas de um consumo de massa, para as quais estes centros são a melhor resposta;

- A procura de espaços de segurança, protegidos dos grupos de marginais. Segurança que as grandes cidades tem dificuldade em garantir.

- A vontade que os indivíduos manifestam em estar juntos, num meio de "bem-estar" protegido, para poderem conviver.

Este autor acrescenta um outro facto, ainda desprezado pelas análises sociológicas, e que traduz as tendências "pós-modernas": o gosto de olhar sem comprar ou o puro prazer de ver e ser visto por outros. Ricardo Ferreira Freitas, "*Shoppings Centrais...* p. 354 e segs.

[29] O que possibilitou esta nova lógica, não esqueçamos, foi a próprio diversificação da oferta, a qual acabou por ser acompanhada por um ambiência onde o consumidor é permanentemente envolvido numa relação que só pode encontrar no consumo a sua única satisfação.

"Aliada ao processo da diversificação da oferta, a sofisticação do ambiente é outro facto de referência obrigatório, porquanto produz, através da criação de um ambiente festivo, uma áurea simbólica e afetiva em torno do ato de consumir, que molda sobremaneira as práticas de consumo, conferindo-lhes um carácter menos refletido", Paulo Peixoto, *A Sedução do...*

distinções entre a obra erudita e a característica do consumo de massas. Tudo é transformado em objetos para serem desfrutados pelo olhar e consumidos em função da sua significação.

A sociedade de consumo criou uma ética própria para os consumidores[30], capaz de os impelir a reproduzirem, pelo consumo, o sistema económico e produtivo que a gerou.

"O homem - ser consumidor considera-se como *obrigado a gozar* e como *empresa de prazer e de satisfação,* como determinado-a-ser-feliz, amoroso, adulador/adulado, sedutor/seduzido, participante, eufórico e dinâmico. Eis o princípio de maximação através da multiplicação dos contactos e das relações, por meio do uso intensivo de sinais e objetos, por intermédio da exploração sistemática de todas as virtualidades do prazer".[31]

Os apelos ao prazer tornaram-se o corolário dos apelos ao consumo, reificando o consumismo[32]. Ao contrário dos valores anteriores para os quais o prazer era encarado negativamente (como desperdício de tempo, recursos, energias...), o consumidor actual é obrigado a gozar, a divertir-se para que a economia se desenvolva[33].

É por isso que, para o desenvolvimento da sociedade, se tornou vital o aumento dos tempos livres, na medida que permitem igualmente aumentar as possibilidades de consumo de inutilidades e de experiências que proporcionam a descoberta de novos prazeres fundados no consumo[34]. A necessidade de continuamente aumentar as ofertas de novos produtos de consumo, traduziu-se na própria expansão e diversificação das diversões de massas, nomeadamente do turismo, impondo um forte crescimento do sector terciário da economia. Doravante, o nível de desenvolvimento dos países passou a ser aferido pelo peso relativo deste sector.

Nos anos 80, parece ter-se entrado numa nova fase, quando a diversão se tornou um valor hegemónico, à medida que a industrialização dos tempos livres se tornou uma realidade[35]. As actividades lúdicas deixaram de ser exclusivas dos tempos livres, passaram a ser também integradas no âmbito de muitas actividades profissionais. Um número crescente de empresas passou a facultar, quando não a impor, a muitos dos seus funcionários uma ampla programação do seu tempo, incluindo actividades para os tempos de lazer[36]. Neste contexto, faz pouco sentido falar de trabalho, tempos livres ou de consumo, e provavelmente também, nem sequer podemos falar de diversão.

---

[30] Jean Baudrillard , *O Sistema dos...pp.191-193*

[31] Jean Baudrillard, *A Sociedade de Consumo..* p.119

[32] Ver a Nota sobre Consumismo/Consumerismo, no Capítulo sobre Comunicação.

[33] Jean Baudrillard, *A Sociedade de Consumo..* p. 119

[34] O conceito de consumo que adoptamos,retomamo-lo de Henri Lefebvre. Para este autor, o consumo está ligado à satisfação de necessidades. Mas a satisfação só se dá quando já existe uma saturação do consumo e do consumidor. E esta é feita tão depressa quanto o possível pelo que manipulam os objetos e os desejos. Neste processo ininterrupto, tudo se dissolve e dissipa, provocando um vazio que não pára de crescer nos consumidores. Nada existe de permanente. Tudo é efémero, fugaz. A renovação contínua do consumo implica uma constante perda de sentido das coisas e uma permanente experiência de vazio. Henri Lefebvre, *ob. cit.* p.114.

[35] R. Zurrila Castrejana, *El Consumo del...*

[36] Elvira Pereira e Fernando Casqueira, *Tempo de Ócio/Tempo de....*

1.2. Diversão

O conceito de **diversão** é dos mais polissémicos da **cultura contemporânea,** objecto das mais controversas interpretações. Estamos em crer que as ideias que têm surgido, no essencial, são reinterpretações de velhos conceitos. O que parece ser radicalmente novo é a difusão dos efeitos devastadores atribuidos à diversão, nomeadamente na destruição das práticas culturais mais elaboradas ou tradicionais.

Por um lado, a diversão parece funcionar como uma espécie de perversão interior de certas práticas tradicionais, contribuindo para adulterar-lhes o seu conteúdo.

Por outro, esta adulteração em benefício da diversão, parece ser a única forma que as mesmas têm para sobreviver, sob a condição de se integrarem numa civilização mercantil dominada pela diversão.

Não admira, pois, que o conceito de diversão tenha deixado de ser assumido apenas como sinónimo de **divertimento**, **entretenimento**, **distração**[37] **ou jogo**[38], para

[37] Este conceito é assumido aqui no seu tríplice sentido, isto é, como um **ato ou efeito de distrair ou distrair-se** (falta de atenção, abstracção ou irreflexão, esquecimento) , como **divertimento** (do latim, distractione), mas também, como o **ato ou efeito de divergir** (mudança de direcção, desvio, do latim, diversione).

[38] As teorias sobre o jogo, particularmente importantes para a compreensão do fenómeno da diversão, foram magnificamente sintetizadas por J. Cazeneuve, na "*Encyclopaedia* ...(artigo "*Jeu",* Vol. IX. p.436 e segs). Todas as teorias referidas têm equivalentes em teorias de diversão.

- Teoria "rudimentar" de G. S. Hall, ligada ao darwinismo, considera o jogo como uma necessidade biológica primordial, cuja função é acelerar o crescimento da criança.
- Teoria "idealista" de Schiler, define-o como uma expressão de liberdade
- Teoria "fenomenológica" de F. J. Buytendik apresenta o jogo como a expressão dum dinamismo vital, que revela as ambivalências do comportamento humano - união e amor, ou separação e repulsa - polaridades que surge ao longo dos diversos episódios do jogo.
- Teoria "educativa" de K. Groos insere o jogo nas actividades preparatórias de criação para a vida adulta, constituindo portanto um factor de inculturação.
- Teoria "autotélica" de J. W. Baldwin que opoe o jogo na sua gratuidade ao trabalho, visando fins particulares.
- Teoria "hierárquica" de Pierre Janet situa o jogo ao nível inferior da escala das actividades criativas autênticas.
- Teoria "funcionalista" de K. Buhler sugere que a criança joga a fim de explorar as diversas funções das faculdades corporais e mentais, que ela vê nascer nela mesmo e nas outras.
- Teoria "re-interactiva" de S. Scheller pretende que o jogo serve para a reprodução dos elementos diversos da vida individual e da cultura.
- Teoria "catártica" de H. Spencer decorrente do conceito formulado por Schiller, segundo o qual o papel do jogo será a libertação duma super-abundância de energia.
- Teoria "preventiva", tal como é formulada por E. D. Chapple e G. S. Coon, admite o postulado que através do jogo são canalizados os conflitos e as tensões virtuais que se podem criar entre os grupos, contribuindo deste modo para conter certas tendências agressivas.
- Teoria "regenerativa" de A. L. Kroebner que faz do jogo um meio de substituir a energia consumida no trabalho, um pouco à maneira do sono.
- Teoria "auto-sugestiva" de K. Von Lange representa o jogo sob o aspecto dum engano do eu, num estado consciente.
- Teoria "psicanalítica" de Freud que sustenta que o jogo é um mecanismo do simbolismo da mente, na qual a actividade onírica da criança ou do adulto permite substituir certos símbolos por outros ou permutar as suas posições relativas.

Entre as multiplas e sedutoras aplicações do conceito de jogo para explicar certos fenómenos sociais, destaca-se pelo seu caracter ilustrativo, a referente aos espectáculos. A ficção num espectáculo, é

ser agora frequentemente evocado quando se fala de **cerimónias**[39], **festas**[40] **ou espetáculos**[41]. É também cada vez mais associada a um vasto leque de actividades culturais desde a **arte** à **educação**.

Esta difusão das práticas de diversão entre as práticas culturais, está indissoluvelmente ligada à sociedade de massas, cujos produtos culturais incorporam e suscitam múltiplas formas de diversão que as industrias permantemente renovam.

Este aspecto não é novo. A diversão foi também durante séculos, apontada como um dos fatores fundamentais que permitia diferenciar a cultura popular da cultura erudita[42], dado que esta possuía um carácter **mais sério**[43].

---

entendida como um jogo que possibilita aos espectadores a identificação com os vários jogadores em palco (actores), conferindo deste modo ao jogo uma verdadeira dimensão social, tornando-o num reflexo vivo da sociedade. Certos mecanismos dos espectáculos, como o aplauso, permitem não apenas um reforço da identificação entre o jogador e o espectador, mas também afirmar a fronteira entre a ficção e a realidade "descarregando-se" deste modo a tensão desta relação (Cfr. "Jogo" in Enaudi Enciclopédia. Vol.XXX. p.399).

[39] As cerimónias mediatizadas, privadas ou públicas, sobretudo as políticas, tornam-se em parte integrante das ofertas de diversão. Entrecortadas por anúncios, telejornais, entrevistas, estão ameaçadas no seu simbolismo pela banalização do "continum" televisivo que transforma tudo em paródias. (Mário Mesquita (*O Performativo..)* descreve com precisão este fenómeno. Após traçar uma distinção entre cerimonial, festa e espectáculo, afirma que actualmente as cerimónias públicas ou privadas ao serem mediatizadas pela televisão, se tornam espectáculos, sendo recepcionadas como diversões.

[40] O conceito de **festa** (lat. festa dies, die de festa) é geralmente entendido como a manifestação de alegria destinada a **comemorar** um acontecimento importante ou a celebrar um herói ou um santo. Na festa, a separação entre os actores e os participantes é ténua. A Festa tem um carácter limitado no tempo, pressupoe uma intenção previamente definida entre seus participantes. As festas populares como os arraias ou romarias, ilustram este conceito. Apesar destas características, as festas podem constituir também momentos de diversão para os que nelas participam.

[41] Nos anos 70, o conceito de espectáculo foi objecto de uma sistemática teorização. As próprias mudanças no mundo dos espectáculos, ao misturem todos os géneros artísticos, acabaram por quebrar as barreiras conceptuais que delimitavam as diferentes artes, meios expressivos e géneros. Gillo Dorfles, perante esta diluição, procurara ainda na sua obra ***O Devir das Artes*** encontrar uma nova legitimidade para a sua existência, tomando como base um levantamento do que há de específicio em cada linguagem artística em função das características próprias dos seus meios expressivos. O problema todavia mantém-se, dado que todas as artes passaram a funcionar segundo regras de espectacularidade, que as transforma no seu conjunto, em elementos de um espectáculo global, cujo único finalidade parece ser a diversão.

Foi tal o impacto desta revolução que o termo espectáculo passou a ser utilizado também para qualificar a sociedade, a cultura e a política actual.

Umberto Eco (*Viagem na Irrealidade*...p. 160), desmontou com argúcia os pressupostos elitistas desta qualificação da "cultura como espectáculo". Na verdade, numa das acepções tradicionais, a "cultura" era sobretudo entendida como algo "sério", "aborrecido" (literatura culta, filosofia, música clássica, arte de galeria e teatro de palco), por oposição a espectáculo, sinónimo de divertimento, marcado pelo estigma da culpa. "Ao filho que apanhou uma má nota na escola o pai severo proibe de ir a um "espectáculo" mas não de ir a uma manifestação cultural (que pelo contrário se supoê que lhe fará bem)"(p.161)

Entendemos, neste trabalho o conceito de espectáculo, como aquela actividade de diversão onde a separação entre os actores e o público é mais rígida, ainda que o público seja por vezes chamado a participar. Na Festa esta distinção é muito menos nítida.

[42]A maioria dos historiadores, a partir do século XVI até ao século XIX, tende a traçar uma nítida distinção entre "cultura erudita" e "cultura popular". No periodo anterior terá havido um maior circulação de ideias entre elas, o que esbateria a demarcação de fronteiras. Estas teses estão longe de serem consensuais, nomeadamente devido à ausência de testemunhos materiais anteriores da cultura popular que as possam corroborar. Esta data serve todavia, como um referência para assinalar o facto de que a partir de então é nítida a distinção entre grupos sociais que se manifestam não apenas na hierarquização social, mas sobretudo nos seus gostos e consumos culturais.

[43] Os conceitos de cultura popular, cultura de massas e cultura erudita estão marcados pelas próprias marcas da discriminação social que a própria ideia de "cultura" adquiriu nos últimos séculos.

O conceito de **cultura popular** forjado pelo romantismo, acabou por consagrar e acentuar, sob formas diversas este preconceito discriminador. O povo, a quem era atribuída a produção desta cultura, era o povo anónimo dos campos. Representava, numa época de industrialização, o passado, não o presente[44]. A imagem que do mesmo era construída[45] não passava de uma visão ideológica de um mundo inexistente, povoado por gente trabalhadora, ignorante, mas **divertida.** Em suma, a que a burguesia gostaria de ter encontrado quando substituiu a nobreza no poder. Embora lhe fosse atribuída uma enorme capacidade de produção coletiva, sintomaticamente, os eruditos que estudam e classificam as suas produções[46], pouco mais encontram que respostas coletivas e anónimas a necessidades quotidianas concretas, ou práticas diversão destinadas a aumentar a coesão das comunidades locais[47], recusando-lhes, em geral,

---

O termo "cultura" tornou-se sinónimo de "cultura cultivada", sendo associada à frequência de certas práticas, como o teatro, museus, concertos, leituras, etc. O conceito consagra hoje as práticas culturais que são atribuídas aos grupos sociais de maiores rendimentos ou possuidores dos mais elevados níveis de escolaridade (cfr. Jean-Claud Bartez, *Cultura Populaire...*). Deste modo, como refere João Sedas Nunes, os Inquéritos às práticas culturais pela selecção que operam para efeitos de diagnóstico não deixam de implicitamente de estar a contribuir para o reforço e consagração de uma dada ideia de cultura, a que o Estado sanciona.

[44] O "povo"dos românticos é o dos campos e da pré-modernidade, não o das cidades do tempo que repudiavam. "É com ele que se identifica o espírito nacional", e a partir dos seus "usos, costumes, romances, cantares, sagezas" que vão redefinir as concepções de Cultura e o Saber (Cfr.António Santos Silva, *Tempos Cruzados*...p.).

[45] Esta visão não era única embora fosse hegemónica. Contra a mesma se oporá, por exemplo, Gustave Courbet. Com base nas técnicas da "grande arte"procurará revitalizar a arte popular, inspirando-se nas formas e nos tipos pictóricos da **comédia** popular. O povo de Courbet revela a mesma confiança no futuro que as ideias socialistas proclamavam para as massas operários. A sua pintura não era dirigida a especialistas, mas a um público diferente, oculto. A sua arte, como refere T. J. Clark (*Imagen del Pueblo...)*pretendia pelo seu tamanho e seu orgulhoso título de "Pintura Histórica", adquirir uma função hegemónica sobre a cultura dominante.

[46] Como muitas vezes tem sido salientado, em rigor não existe sequer uma cultura popular, mas uma diversidade impressionante de culturas. Distinguimos naturalmente a cultura popular rural da cultura popular urbana, e em cada uma delas, é fácil descobrir inúmeras micro-culturas decorrentes dos diversos modos de vida de cada grupo profissional (ferreiros, pescadores, pastores, etc).

[47] Assumindo uma clara distinção sobre os diferentes tipos de arte mas afirmando a existência real de apenas um tipo de arte, a "arte séria", Arnold Hauser (*Teorias da Arte..*) classificou-as segundo diferentes tipos de públicos.

a) A **arte séria**, também designada por "autêntica" e "responsável", é a única que eleva o homem na sua existência quotidiana, confrontando-o com uma exigência de "mudar a nossa maneira de viver" (p.312).

b) A **arte popular** ("arte folclórica, na terminologia do autor) é circunscrita sobretudo às actividades poéticas, musicais e pictóricas próprias dos estratos da população que não são cultos, nem urbanizados ou industrializados. Hauser, caracteriza este público como participativo numa arte colectiva, que se limita a realizar variações sobre os mesmos modelos ao longo de séculos. Embora os talentos sejam individuais, os interesses espirituais e o conteúdo das experiências que são revelados nas uas criações são comuns. Neste sentido, faz pouco sentido falar de arte, em algo que, "pouco mais é que jogo e ornamento" (p. 312).

c) A **arte de massa** ("arte popular", na terminologia do autor) **não existe. "Nunca é mais do que divertimento e um meio de passar o tempo"**(p. 312). A sua produção decorre das exigências de um público "semi-culto", geralmente urbano e tendendo para o comportamento de massa. O que caracteriza este público é a sua passividade, sendo "artisticamente não criativo". Argumentos que curiosamente serão retomados num outro contexto, por vários autores (Cfr.*L`Art de Masse N`Éxiste Pas*"...)

Entre nós, a maioria dos que se debruçaram sobre o conceito de arte popular, pouco se afastaram de uma concepção que tendeu a reduzi-la a simples resposta a necessidades concretas do povo. Margarida Ribeiro (*Arte Popular e Artesanato..) e* Jorge Dias (*Alguns Problemas dos Museus...*). Neste sentido

qualquer dimensão artística mais elevada. A cultura popular era a expressão do particular, não do universal, reservada aos verdadeiros criadores.

Antes da formação deste conceito de cultura popular[48], desde o século XVI, consolidou-se um outro, o de **cultura erudita[49],** expressão das manifestações e vivências dos grupos sociais dominantes[50]. As diferenças entre cultura popular e cultura erudita foram-se acentuando desde então, no âmbito de um processo de **diferenciação social[51]**. Este quadro foi alterado depois Segunda Guerra Mundial, quando a fruição das artes eruditas passou a ser feita sobretudo por elites culturais[52], as quais não coincidem necessariamente, com os grupos sociais dominantes[53]. As diferenciações sociais definidas com base nos consumos culturais não desapareceram, mas sofreram um outro reposicionamento.

---

recusaram classificar os objectos produzidos pelo povo como "arte", dado que neles a arte não era "o factor primordial" para a sua criação. Quanto ao **artesanato,** os problemas são de outra natureza. Margarida Ribeiro, recusa admitir que estes objectos posssam ser tratados como formas de arte popular, dado que os mesmos não passam de simples artefactos desinseridos da sua função e contexto de origem, não podendo por isso ser interpretados ou colocados ao mesmo nível dos objectos tradicionais.

Para uma abordagem ao nascimento do próprio conceito de arte popular durante o romantismo, ver, por exemplo, Ernest Fischer (*Necessidade da Arte...* p.71). Contra estas teses, insurgiram-se autores como H. Read (*Arte e Sociedade... p.*), o qual considera que a "arte popular" sempre existiu, mas não era reconhecida como tal na época em que era produzida.

[48]A aplicação, hoje, do conceito de cultura popular revela-se profundamente desajustado para descrever a realidade social que se vive nas zonas rurais. Na verdade , as comunidades rurais estão já impregnadas de valores próprios da **cultura de massas**, sem no entanto terem abandonado por completo as suas referências culturais. Constituem já uma cultura intermédia em fase de rapida mudança. Augusto Santos Silva (*Tempos Cruzados*...) demonstrou que a integração nos universos sociais citadinos das pequenas comunidades rurais se faz sobretudo através pelo consumo, comportando a presença de ofertas de diversão inesperadas. A televisão e a discoteca, os simbolos por excelência desta integração, mas também os elementos que maior perturbação provocam na cosmovisão rural .

[49] As designações são várias, como por exemplo, alta cultura, cultura cultivada, cultura superior, cultura séria, etc.

[50] O traço mais importante desta cultura devia-se ao facto destes grupos terem assumido historicamente o papel de mecenas e de serem os principais compradores das obras produzidas pela elite dos criadores.

[51] Apesar de certo simplismo analítico, este processo foi interpretado de modo convincente por G. Simmel (*Cultura Feminina...*).

[52] Gillo Dorfles, *As Oscilações do...*

[53] Como intermediários entre as elites de criadores e as elites sociais dominantes emergiram o grupo dos críticos, historiadores de arte, curadores e outros públicos especializados que passaram a desempenhar a função de operarem uma selecção e hierarquização dos criadores culturais influenciando deste modo a compra ou encomenda das suas obras pelos grupos sociais dominantes ou pelas instituições públicas.

O fenómeno foi particularmente evidente no pós-guerra, quando se deu uma alteração profunda na política de compras. Os diversos Estados passaram a adquirir obras de arte, cuja linguagem é cada vez mais incompreensível para o grande público. O que antes não era todavia uma evidência. O fenómeno repete-se em outros compradores institucionais. Os bancos e grandes empresas passaram a financiar a aquisição de obras de arte moderna, escolhidas por curadores, cujos gostos não se identificam necessariamente com os dos seus accionistas. Hauser (*Sociologia del Arte...)*, fez um notável enquadramento histórico e sociológico da questão dos mediadores na Arte, ao valorizar justamente a sua importância. Para ele a sensiblidade, a capacidade associativa, o gosto, o juízo estético são profundamente influenciados por uma longa série de intermediários, entre o público e as obras de arte. São eles que lentamente vão definindo os padrões de referência em termos estéticos. No século XIX, a sua importância aumentou, devido a um relação posta por ele em evidência: Quanto mais bruscas forem as mudanças de uma direcção artística para outra, ou quanto mais modernas forem as linguagens formais dos movimentos artísticos, tanto mais importante são as funções das mediações entre a arte e o público, entre os artistas e sos consumidores (p. 552).

A **cultura de massas**[54] que emerge a partir do século XIX, destinada às populações urbanas ou rurais urbanizadas, foi adquirindo uma dimensão hegemónica à medida que os rendimentos familiares e os tempos livres aumentaram. Um dos motores de todo o processo foi sem dúvida os formidáveis progressos tecnológicos que embarateceram o preço dos produtos, possibilitando assim, a democratização do seu consumo. Este movimento foi acompanhado pelos avanços das tecnologias de reprodução[55] e comunicação que permitiram a criação de meios adequados à difusão de uma cultura de massas através da imprensa, rádio, cinema, industria discográfica e, por último, da televisão.

A maioria dos críticos desta cultura de massas, é consensual quanto aos seus denominadores comuns: o predomínio da **padronização**[56], um **conservadorismo estético**[57] **nivelado por baixo** e a **manipulação de bens de consumo através da publicidade**[58]. Trata-se de uma **cultura de imagem**[59] que destruiu o estatuto de

[54] O termo "cultura de massas, formado a partir dos conceitos de "cultura" e "massas", para além das múltiplas acepções em que tem sido interpretado, é sobretduo o reflexo da emergência social dos órgãos de comunicação de massas e de uma sociedade com um alto grau de urbanização e uma tecnologia evoluída.

A adopção deste conceito de sociedade de massas, não deixa de ser profundamente ideológico, como aliás o revelaram autores ligados à Escola de Frankfurt.

Primeiro, o próprio conceito de "massa" permite ocultar na maior parte das análises dedicadas a este assunto, a própria questão das classes sociais. O resultado desta atitude são análises onde predominam as interpretações dos problemas entre o consumo dos bens culturais e uma estrutura social assente numa simples estratificação dos consumidores, vinculados entre si mais por estilos de vida, do que posições colectivas diferenciadas, conducentes a modalidades possiveis de acção ou consciência social.

Segundo, ao centrar a análise no consumo, oculta-se a questão mais profunda da mercadoria, a qual representa, por detrás da sua aparência de coisa fungível, uma determinada constelação de relações sociais que remetem para forma determinadas de dominação. Aplicando esta crítica aos produtos culturais, temos que admitir de que a experiência imediata do seu consumo não tem valor explicativo, uma vez que corresponde à incorporação pelos sujeitos dos resultados cristalizados de um conjunto de relações sociais que, precisamente, são ocultadas pelo carácter mercantil destes bens.

Por último, o consumo de bens culturais na nossa sociedade tende apenas a suscitar uma falsa consciência. A pulverização dos indivíduos em actos isolados de troca de mercadorias, cria a aparência de isolamento e atomização, como escreve G. Lukács (*Histoire et... p*. 118). Estas aparências produzem na consciência dos indivíduos falsas noções sobre o processo económico a que estão submetidos.

[55] O conceito de reprodutibilidade foi explorado de forma fecunda por Walter Benjamin, no seu ensaio *A Obra de Arte na Época da sua Reprodutibilidade Técnica* (S*obre a Arte, Técnica, Linguagem...*). Ao contrário dos seus ensaios anteriores, onde destacou os seus aspectos negativos - a perda de experiência com a obra única -, neste assinalou o modo como a, reprodutiblidade permitia ultrapassar a relação tradicional entre arte de elite e as massas. Ao contrário do período anterior, onde as obras de arte só atingiam as massas, através de um processo de vulgarização que implicavam o seu próprio empobrecimento. As obras de arte da era da reprodubilidade tendem a assumir elas próprias o carácter de obras reprodutíveis, desaparecendo assim a sua dimensão aristocrática.

[56] Alexis de Toqueville (*O Espírito Com que...*) ao abordar a sociedade democrática do inicio do século XIX aludiu ao seu nivelamento por baixo. Segundo ele, a economia norte-americana imitava tudo o que antes habeis artesãos produziam, mas passou a secundarizar a perfeição dos produtos, de modo a poder reduzir os seus preços, tornado-os desta forma acessíveis a largas massas de consumidores (p.41 e segs).

[57] Estas imitações baratas que surgem no século XIX destinadas a consumidores com reduzida formação cultural, não deixam de levantar para muitos autores a questão de se estar deste modo a estimular a criação de uma sociedade de cretinos e de gostos aberrantes. A difusão do "Kitsch"- produtos artísticos de baixa qualidade, produzida para seduzir os consumidores e mercados pouco exigentes - acabou por se tornar a expressão mais insistentemente referida para classificar este nivelamento por baixo dos gostos atribuído à cultura de massas. Neste tipo de críticas, esquece-se todavia, com demasiada frequência, que a difusão destes produtos não se deve apenas à industria, mas também à procura dos consumidores.

[58] Um dos aspectos mais referidos desta manipulação decorre do próprio processo de simplificação característico da cultura de massas. Os casos mais referidos tem sido, na imprensa, na literatura e na

raridade das imagens, ao banalizá-las[60]. A avalanche de discursos e das imagens, que passaram a circular no espaço mediático, tornam as coisas, os objetos, os acontecimentos e as pessoas in-significantes, devido ao excesso de sentidos que circulam no espaço público[61]. Nada escapa a esta lógica de vulgarização mercantil da cultura de massas. A crise de valores contemporâneos encontra aqui a sua origem. Os valores eternos, permanentes ou universais, foram substituídos por opiniões, modas, particularismos, mais adaptáveis aos mecanismos de consumo.

Desde o século XIX que escritores e filósofos como, por exemplo, Tocqueville ou mesmo o nosso Eça de Queirós[62], e mais recentemente José Ortega y Gasset[63] ou Huxley, comungando duma visão aristocrática da cultura, insistiram em identificar esta cultura com um produto destinado a uma massa de cretinos, pelo que apenas a mesma pode provocar o tédio ou a náusea às mentes mais cultas[64].

Noutro quadrante ideológico, as várias correntes marxistas têm procurado demonstrar, por exemplo, como esta cultura não passa afinal de um subproduto da cultura dominante implicada nos próprios mecanismos de dominação económica. Tese que tem caído frequentemente na visão da cultura como um reflexo da ideologia

---

televisão, o insistente recurso a produtos noticiosos que recorrem ao sensacionalismo, pornografia, introduzindo uma manipuladora simplicação de conceitos culturais que não ultrapassam os do senso comum. Em alguns casos, esta redução decorre do próprio média. Diversos estudos têm demonstrado a notável redução de informação que existe entre uma notícia que passa na televisão e a que é veiculada pela imprensa. No primeiro caso, o público fixa apenas o lado espectacular dos acontecimentos.

[59] Cfr. Domingos Caeiro, *Imagem, Experiência...*

[60] O progressivo impacto da cultura de massas alterou o estatuto dos criadores culturais. A imagem aurea da obra de arte foi sendo substituída pela de mercadoria - "arte" e "dinheiro" passaram a ser encaradas como elementos do mesmo sistema mercantil, que tudo domina.

a) A cultura de massas não é produto de simples artesãos que trabalham para *satisfazer pessoas* que conheciam as necessidades e os hábitos de vida. É, pelo contrário, produto de técnicos e artistas formados em escolas de artes que concebem produtos destinados a *explorar os desejos de consumidores anónimos* por empresas industriais. Neste aspecto, esta forma de cultura distingue-se claramente das restantes.

b) O impacto da comunicação de massas alterou também a relação do público com as elites. Desde os anos vinte, que se vem impondo os *ídolos de consumo* sobre os verdadeiros produtores e criadores. As figuras públicas, nos diversos campos culturais, passaram a ser as figuras mediáticas independentemente da qualidade intrínseca das suas obras ou conhecimentos revelados. Futubolistas, cantores, apresentadores de televisão, etc.são chamados a comentar acontecimentos ou eventos culturais, para os quais não tem qualquer conhecimento especíifico. No mundo dos universitários, passou a haver os mediáticos e os eruditos. Entre os artistas plásticos, surgiu um novo tipo, os que adquirem renome não pelas suas obras, mas por uma eficiente gestão da sua promoção no circuito internacional...

c) A principal ameaça que a cultura de massas já provoca sobre a cultura de vanguarda é devido ao seu peso no mercado. Há o perigo real de através de múltiplas solicitações, a maioria dos criadores venham a serem absorvidos pela sua lógica produtiva, transformando-se todos em simples produtores de objectos para consumo de massas. A necessidade da existência de elites culturais, mesmo para Marx, Engels ou Lenine nunca foi negada. Mas a sociedade actual está cada vez mais a prescindir da sua existência.

[61] Henri-Pierre Jeudy, *A Sociedade ...*

[62] Eça de Queiróz, em *As Cidades e as Serras*, traça-nos o retrato de um homem que ao procurar avidamente o Progresso, se entrega à acumulação dos seus símbolos, os objectos. Um enorme vazio acaba por se instalar permanentemente, o qual só pode ser preenchido com novas aquisições.

[63] José Ortega y Gasset , *La Rebelion de las ...*

[64] Contrariando a ideia que estamos a assistir a uma progressiva brutalização da cultura, alguns historiadores tem procurado demonstrar que tanto quanto se conhece dos divertimentos mais populares antes do século XIX, o que neles primava era exactamente a sua brutalidade. Também nos espectáculos como a ópera, teatro, dança, circo, o comportamento mais frequente dos seus espectadores, era tudo menos atento.

dominante, posição que algumas revisões de sociólogos, como Lucien Goldmann[65] procuraram ultrapassar. A questão tem sido abordada nas últimas décadas numa perspectiva muito ampla por Pierre Bourdieu[66]e Michel de Certeau[67], com base na análise das relações entre a cultura e os mecanismos de dominação.

Para outros sociólogos e filósofos, esta cultura de massas é antes de mais, a expressão da alienação mais profunda dos indivíduos na actual sociedade de consumo, onde a diversão desempenha um papel fundamental nos seus mecanismos compulsivos. Mergulhados num **mundo de simulacros** (Baudrillard)[68] e de **representações** (Guy Debord[69]), experienciando uma **existência vazia,** só resta aos indivíduos preenchê-la, através de diversões (Gilles Lipovestsky[70]).

1.2.1. Teorias

É cada vez mais difícil delimitar o conceito de diversão, dada a diversidade das suas aceções e a heterogeneidade das realidades que as mesmas abrangem. Neste sentido, embora mantendo certa ambiguidade terminológica, concentramos a nossa atenção sobre o campo da sua significação. Identificada frequentemente como um estado voluntário ou estimulado de desatenção das realidades quotidianas através da estimulação dos sentidos dos indivíduos para outras realidades imateriais, o conceito diversão adquiriu todavia muitos outros conteúdos. Em torno do mesmo, podemos

[65] Lucien Goldmann (*A Criação Cultural...*e *Dialéctica e Ciência...),* procurou romper com a visão simplista das obras de arte como meros reflexos das estruturas económicas, a partir da reinterpretação do conceito de obra cultural. A obra torna-se na expressão de uma visão do mundo que estrutura e exprime com maior profundidade e coerência as aspirações dos demais membros do grupo social, com que o autor se identifica. Neste sentido, a grande obra é aquela que leva ao extremo limite, historicamente dado, as virtualidades da "visão do mundo" definidas pela estrutura histórico-social a que se vincula directamente. Define, portanto, o "máximo da consciência possível" nas condições dadas. Deste modo, a obra não pode ser encarada como um reflexo de uma dada estrutura social, mas como um homologia dessa estrutura. Ao centrar os seus estudos na área da literatura e da filosofia, Goldmann, acabou por desprezar a análise da cultura de massas.

[66] Este sociologo concebe no interior das culturas dominantes, espaços de afirmação das culturas dominadas no desenvolvimento de práticas de contralegitimidade, nomedamente, manifestações de ruptura através de um falar oposto ao falar legitimado (cfr. Pierre Bourdieu, *Vous Avez dit..*).

[67] Michel de Certeau (*La Prise de la*...) enveredou pela teorização das próprias práticas de ruptura das culturas dominadas.

[68] Numa sociedade transbordante de imagens, os sujeitos só acedem à realidade através de simulacros ou simulações da própria realidade, os quais como num jogo de espelhos reenviam-se mutuamente. Jean Baudrillard, *Simulacros e Simulações*...

[69] Num texto que fez escola, Guy Debord (A *Sociedade de Espectáculo...*) afirmava: "Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção anuncia-se como uma imensa acumulação de *espectáculos*. Tudo o que era directamente vivido, afastou-se numa representação". Estava enunciado o princípio da sociedade espectáculo.

[70] "O homem contemporâneo costuma chegar à conclusão de que a sua vida foi esvaziada de significado, trivializada. Ele sente-se alheado do seu passado, do seu trabalho, da sua comunidade e , possivelmente, de si mesmo -- embora o seu "eu" seja dificil de localizar. Ao mesmo tempo, tem nas suas mãos uma dose sem precedentes de tempo, que, como assinalou Van Den Haag, precisa matar para não ser morto por ele. A sociedade detesta o vácuo, e encheo-o rapidamente de diversão" (*Cultura de Massa*... p. 20).

facilmente encontrar um leque vastíssimo de interpretações substantivas que lhe conferem significações antinómicas[71].

Numa perspectiva socializante, a diversão tem sido encarada como uma actividade de **prazer** essencial à natureza humana[72], uma forma de **superação dos constrangimentos do trabalho, recreação[73] ou instrução**, **catarse** de emoções[74], sublimação da conflitualidade social[75] ou das suas energias acumuladas[76], um poderoso estímulo para o desenvolvimento dos sentimentos de **autoestima[77], convivialidade social[78]** ou de **posturas activas**[79], senão mesmo subversivas perante a sociedade.

Numa perspectiva crítica, a diversão tem-se tornado sinónimo de **evasão ao quotidiano**[80], negação da consciência[81], alienação dos indivíduos[82], **submissão** aos

---

[71] Em sentido amplo, o termo designa um comflito entre ideias, atitudes,etc. (cfr.José Ferrater Mora, *Diccionario de Filosofia*...vol I. (A-D).pp.167-168).

[72] O prazer é, nos nossos dias, um conceito objectivo, quer do ponto de vista psicológico, quer do biológico, designando a actividade de centros nervosos bem identificados implicados em processos motivacionais, provocando efeitos e interacções conhecidas. Para Nuno *Félix (Liberdade e Prazer*...), na nossa sociedade, as industria de ocupações dos tempos livres ao oferecerem desenfreadamente formas diversificadas de prazer estão a tornar o cidadão num turista dentro da sua própria vida. Isto, porque a esfera do prazer está a sobrepor-se à esfera da realidade. Quanto maior a privação, mais são exacerbados os desejos de prazer, a tal ponto, que a questão da própria sobrevivência pessoal é secundarizada.

[73] Pablo Waichman, *Tempo Livre e*....

[74] **Aristóteles** foi o primeiro autor conhecido a debruçar-se em profundidade sobre o sentido das práticas de diversão. Na sua obra, *Poética*, encara-a como uma catarse, através da qual os individuos se libertam dos seus temores. Consultar: Pierre Somville, *Essai Sur La Poétique d`Aristote*..; António Freire, *A Catarse em Aristóteles*...

As radionovelas no nosso século rapidamente se revelram também como meios de libertação emocional, função **catártica** que certos programas televisivos não deixam também de proporcionar.

[75] Huizinga, *Homo Ludens*...

[76] Norbert Elias *(A Busca da* ...)., como Huizinga, a partir da abordagem da função social do desporto, desmontou os mecanismos da libertação de energias da própria sociedade. O desporto espectáculo, por exemplo, quando assume funções de ocupação de lazer, pode resultar numa agradável excitação mimética, que é susceptivel de contrabalançar as tensões, normalmente desagradáveis, das pressões derivadas do "stress" inerentes às sociedades, proporcionando uma forma de restauração de energia. Um dos "traços fisiológicos" das nossas sociedades, altamente diferenciadas e abastadas, é o facto de apresentam uma variedade de actividades de lazer superior a qualquer outra do passado. Estas actividades são essencialmente meios que permitem produzir de forma programada um descontrolo de emoções agradáveis, restabelecendo o equilíbrio dos indivíduos. Com frequência, conduzem a uma excitação crescente e a um climax que permite experimentar sentimentos de êxtase. A diversidade de divertimentos permite uma ampla escolha de emoções pelos individuos, em função dos seus temperamentos, constituição física, necessidades libidinais, afectivas ou emocionais.As actividades de lazer tornam-se assim, numa função específica de libertação das restrições (e privações) do não lazer.

[77] Com alguma frequência diversas práticas de diversão têm sido apresentadas como meios que contribuem para aumentar a **auto-estima,** nomeadamente através de jogos em que se identificam com a figura dos heróis.

[78] **Montaigne (***Ensaios...),* numa época de profundos conflitos de valores, sustenta a ideia positiva da diversão como um processo de fuga dos indivíduos aos infortúnios da vida e à infelicidade, assim como ao isolamento social, permitindo-lhes sobreviver num ambiente hostil.

[79] As práticas de diversão têm sido identificadas igualmente como a**ctividades estimuladoras de posturas activas de** indivíduos entorpecidos. Neste sentido, ao contrário dos espectáculos, os participantes são impelidos a uma interacção física com os eventos e a abandonarem atitudes contemplativas, substituindo-as por activas, em função de dados cenários comportamentais pré-estabelecidos. Na realidade, é fácil de observar que a maioria dos divertimentos fazem apelo, em graus variáveis, à destreza física, capacidades individuais de desempenho ou, ainda, a conhecimentos particulares ou genéricos.

[80] A conceito de diversão que está muitas vezes implicito nos múltiplos inquéritos às práticas culturais, identifica-a como uma a**ctividade de fuga ou escape para os problemas quotidianos**. A diversão

caprichos dos manipuladores de emoções[83]. Inúmeras análises aos actos de recepção de espetáculos, programas radiofónicos ou simplesmente de música ambiente em espaços públicos, tem posto em destaque o carácter **primário**[84] como são assistidos**,** ou o modo como se transformam em meros **ruídos de fundo[85],** revelando da parte do público uma predisposição geral para a distração ou alheamento aos conteúdos transmitidos. Fenómeno que todavia não pode ser separado, nem dos tipos de cultura[86], nem estratos

---

funcionaria como uma espécie de entorpecimento voluntário para esquecer a ausência de sentido da vida ou a sua monotonia. Num célebre Inquérito, J. Dumazedier *(Le Loisir e...),*concluia que a maioria das pessoas ía ao cinema, numa pequena cidade de província francesa, o fazia para se libertar, isto é, para escapar ao "contexto familiar, romper com a monotonia do dia-a-dia, esquecer o tedioso, "arejar" as ideias. As preferências do público iam para os filmes de distração, com enredos simples, temáticas em torno do amor, erotismo, luta, aventura ou simplesmente para provocarem o riso.

[81] **Blaise Pascal** (*Pensamentos ..)*, encara a diversão como uma processo de alienação dos indivíduos, afastando-os dos seus reais problema, distraindo-os continuamente com ocupações superficais.

[82] A teoria clássica marxista da ideologia, enquanto falsa consciência do proletariado, foi frequentemente transformada num simples reflexo dos interesses dos grupos económicos dominantes. Gramsci autonomizou-a da sua base económica, concebendo-a como um sistema hegemónico que actuava sob diversos meios, como a igreja, escolas, sindicatos que reproduzem a ideologia dominante. Althusser, na mesma linha, descreverá o funcionamento destes meios, como aparelhos do próprio Estado. A Escola de Frankfurt, identificará a ideologia com a própria cultura de massas.

Ao contrário da maioria dos teóricos anarquistas, o **marxismo,** ao transformar o trabalho como uma simples expressão de uma alienação, manifesta dificuldades em aceitar o próprio conceito de diversão. Esta é encarada como uma uma forma de alienação da ideológia dominante. No quadro da Escola de Frankfurt, Horkhemeir e Adorno, rebatizarão a cultura de massas de "indústria cultural"(cfr. Theodor W. Adorno, *A Industria Cultural...* p.287), de forma a salientar a sua função de instrumento de produção ideológica e de integração da sociedade. De acordo com esta perspectiva, a indústria cultural encarrega-se de guiar, disciplinar e gerir as necessidades de cada indivíduo. "Os produtos da cultura de massas são apresentados a um ritmo rápido, que impede a actividade intelectual. Na lógica de mercado, os filmes e os livros de acção são privilegiados, justamente porque são caracterizados por essa sequência rápida de acontecimentos que dificulta a reflexão. Tal como uma criança, o consumidor fica entorpecido, abre a boca e engole sem mastigar o que lhe é apresentado"(cfr.José Rodrigues dos Santos, *O que é...*p. 46).Mesmo os tempos livres não passam de reproduções do esteriótipo original criada por esta industria. Na opinião de Horkhemeir, *divertir-se significa não pensar*. Ou seja, render-se à cultura de massas, suprimindo qualquer ideia de resistência à fantasia criada pela indústria cultural .

[83] **Nietzsche (***A Vontade de Poder...)*, apresenta os artistas como manipuladores de emoções, excitações de pessoas insatisfeitas, procurando-lhes encher o vácuo de uma existência vazia de sentido.

[84] Mais difícil de equocionar é contudo, a questão das a**ctividades de recepção primárias no âmbito das actividades de diversão**. No entanto, um número significativo de estudos tem posto em evidência o facto de que a simples assistência a eventos de natureza erudita, não lhes retira a componente de diversão. Para um público impreparado para a experiência estética em causa, a sua recepção talvez não passe de uma simples diversão sem qualquer conteúdo específico (Cfr. Mikel Dufrenne, *A Estética e as Ciências...* Vol. II p. 68).

[85] Inúmeras práticas de recepção, menos activas, são comumente identificadas como simples diversão, no sentido de requererem um grau mínimo de reflexão ou atenção dos espectadores. A diversão torna-se num simples r**uído de fundo estimulante, que funciona como sinal de ligação à realidade envolvente**. Os sons emitidos pela rádio, as imagens da televisão, a música da aparelhagem, tudo pode transforma-se numa espécie de ruido de fundo, que se ouve ou vê sem se ouvir ou ver. Está lá apenas para preencher uma vazio qualquer, distrair...Cfr. Pierre Marpage, *et al, Temps Libre et...*p.39.

[86] A atitude de recepção tende a variar de acordo com o tipo de cultura. Em presença da "cultura superior", os individuos adoptam em geral uma atitude "reservada e cerimoniosa", de que o melhor exemplo é o clima observado numa sala de concertos. Perante a "cultura de massas", os individuos tendem a consumi-la sem qualquer atitude "reverencial". Os consumidores deste tipo de cultura não se sentem compelidos a fazer qualquer esforço para adquirirem, conservarem ou transmitirem um determinado coorpo teórico. Facto que traduz uma implicita hierarquização das diversas expressões artísticas. Maria Filomena Mónica, *et al , O Consumo*..p.828

sociais que compõem o público[87]. Para certas correntes psicanalíticas a diversão deve ser sobretudo encarada como uma **manifestação desviante da neurose coletiva,**[88] característica da nossa civilização.

Nenhuma das antinomias parece reunir maior consenso que a outra. Contudo, a grande maioria dos autores está de acordo num ponto: a práticas de diversão estão a generalizar-se na nossa sociedade[89].

1.2.2. Difusão de Práticas

Produto da sociedade de consumo, as indústrias culturais produzem hoje uma cultura onde a **diversão** se tornou numa componente essencial. Tudo passou a ser inserido numa ambiência global de diversão, alimentando a curiosidade mais que o conhecimento, fazendo recurso a jogos, festas, espetáculos, numa ausência completa de apelos a atitudes de reflexão por parte dos participantes. As novas tecnologias tiveram neste aspecto um papel essencial, na medida que permitirem des-territorializar ao globalizarem as actividades de diversão, e introduziram componentes novas na simulação da realidade e interação em ambientes virtuais[90].

---

[87] Neste capítulo é incontornável o estudo sobre os critérios e bases sociais do gosto de Pierre Bourdieu *(La Distincion...)*

[88] As teses psicanalíticas expostas por Freud, em obras como, "*O Mal Estar da Civilização*", referiam já a existência de uma neurose colectiva. O tema foi retomado por autores como Erich Fromm que numa fascinante interpretação da cultura contemporânea, afirmou que a mesma funciona como um narcótico que permite a cada um de nós viver com os seus defeitos sem se tornar doente. Caso se pudesse,diz este filósofo, encerrar durante um mês cinemas, televisões, rádios, recintos desportivos, etc., as consequências a que assitiriamos seriam catastróficas. Os individuos entregues a si próprios, vivendo uma existência alienada, rapidamente seriam assaltados por milhares de perturbações nervosas, aumentaria o estado de ansiedade aguda, em termos clínicos, estariamos perante uma "neurose". Para evitar esta sintomatologia, o indivíduo tem necessidade de continuamente fugir de si próprio. "Todas as diversões servem os propósitos de facilitar a fuga de si mesmo e do tédio ameaçador"(...)"o consumo de diversões serve para que não se dê conta da sua infelicidade. Esforça-se por economizar tempo e, não obstante, está ansioso por matar o tempo que economizou".(Cfr.E. Fromm, *Psicanálise da Sociedade...*pp. 199-202).

[89] Numa visão muito particular sobre o assunto, Eduardo Lourenço, liga o actual domínio cultural dos EUA, ao facto do mesmo produzir uma cultura ajustada às exigências dos novos consumidores a nível mundial. A secundarização do papel da Europa derivou antes do mais do facto de ainda estar ligada a modelos culturais elitistas que não tem em conta as novas dinâmicas culturais e económicas do mundo moderno (cfr. Eduardo Lourenço, *A Cultura na...*).

[90] Primeiro, porque permitiram criar nos espectáculos novas situações de imersão de espectadores, aumentando-lhes a sensação de interacção física com os eventos, transformando-os em participantes activos dos mesmos. O exemplo típico destes novos eventos são as "raives", nas quais as novas tecnologias tem um papel destacado. As fronteiras foram esbatidas entre os espectáculos e os divertimentos.

Segundo, porque possibilitaram uma elevada capacidade de **simulação da** realidade, em dimensões muito diversificadas. O apelo de efeitos visuais e tácteis são duas componentes essenciais

Terceiro, porque tornaram acessível em **equipamentos domésticos** o acesso à maioria dos divertimentos, através de simulações adequadas.

Quarto, porque **reforçaram a capacidade de interacção** dos participantes, nomeadamente na sua ilusória capacidade de manipulação dos acontecimentos.

Em vastos campos, escritores, sociólogos ou filósofos, têm insistido na ideia que a componente de diversão passou a dominar na comunicação social, na cultura, na educação e na política.

O impacto actual dos **meios de comunicação** trouxe recentemente para a discussão pública a questão das práticas de diversão. Estaremos a assistir à uma espécie de esvaziamento da consciência social dos indivíduos pela hegemonia que nos *media* estão a adquirir os programas de diversão[91]. O problema atinge a própria informação que é veiculada. O modo como é transmitida, não deixa de possuir efeitos *narcotizantes* geradores de atitudes passivas perante a realidade. Uma doença que atinge sobretudo os mais bem informados[92].

A **cultura erudita**, minoritária, tornou-se no seio da cultura de massas numa espécie de *ruído de fundo*, que pontualmente retém a atenção dos consumidores, para logo de seguida desaparecer na profusão de novas imagens ou novos produtos culturalizados[93]. Os profetas de uma catástrofe cultural previam há muito o seu fim absorvida pela indústria[94]. Ainda não foi apurado todavia, se a questão de fundo não é

Quinto, porque **globalizaram as possibilidades de co-participação** nos divertimentos, possibilitando assim, numa escala planetária, o aparecimento de grupos culturais que adoptam, voluntariamente, os mesmos modelos comportamentais.

[91] José Rodrigues dos Santos, *O Que é...* p. 116-117

[92] Paul F. Lazarfeld e R. K. Merton *(Comunicação de massa...)*, sustentaram que os meios de comunicação social, através de resumos de notícias e relatos circunstanciais, ao manterem os individuos permanentemente "preocupados" e "informados", não deixam todavia de encobrir um estado geral de apatia social. A informação genérica tornou-se na doença característica do século XX que atinge sobretudo todos aquelas que se preocupam com o estado do mundo (p.240).

[93] Numa óptica de recepção, consumo não quer dizer comunicação, pois, como sustentou Luhamann *(A improbabilidade da...)*, a improbabilidade desta comunicação é uma dado de partida para qualquer análise do próprio fenómeno.

[94] Norman Birnhaum (*A Crise da Sociedade...*), num excelente ensaio sobre a cultura ocidental, procurou compreender como a mesma se foi esvaziando de conteúdo transcendente. Assumindo que, na Idade Média ainda predominava uma concepção unitária de cultura, cujos diferentes níveis estruturavam formas diversas de acessiblidade. A cultura superior era apenas acessível às elites, ao contrário da cultura popular que era entendida por todos. Este facto se resultava de um intensa comunicação entre os estratos sociais, refectia sobretudo, um conteúdo histórico comum (p.104). A partir do séc. XVII, a cultura superior começa a fragmentar-se, em resultado da emergência do pensamento cientifico. Doravante passaram a existir saberes cujo acesso passou a confirnar-se a grupos sociais muito específicos. Em nome do saber, o Iluminismo ainda procurou recompor a unidade da Cultura. Mas o projecto rapidamente se revela desfasado do tempo O desenvolvimento da industrialização, a partir do século XIX, começa lentamente a destruir o que restava da unidade da cultura. Eliminando as formas culturais pré-industriais, e fragmentando e isolando todos os saberes. A cultura dos artesãos e dos camponeses é eliminada, com a transformação destes em proletariado industrial. Enormes massas são subjugadas às máquinas e a quem as possui. Com o tempo a industrialização acabou por impôr os seus próprios modelos a todas as actividades culturais. "A cultura já não se concretiza em relações individuais com a natureza e a sociedade, mas numa enorme multiplicidade de formas, processos e identidades que parecem independentes, destacadas da sua origem na actividade humana"(p. 126). A partir destas relações que reproduzem a própria divisão social do trabalho, surge o conceito de "produto cultural", como a própria objectivação da cultura.A ideia de produto surge quando ao significado das obras se torna residual, perdendo-se o seu sentido do todo. A cultura superior torna-se num produto, cujas estratégias de *marketing* transformam em artigos populares ou simi-populares. Reflectindo esta perda de sentido do todo, as elites portadoras de cultura fragmentam-se, gerando uma elite política e burocrática com o controlo das técnicas de administração e da ciência aplicada. As universidades perdem a sua vocação universalista e centram-se na resolução de problemas particulares de forma a melhorar a eficiência global do sistema capitalista. Deste modo deixa de haver qualquer cultura superior à qual os individuos possam aspirar, para passar a existir uma agregação contínua de culturas sem unidade(p.137). A cultura deixa então de ter referências superiores que a levem a transcender a mera superficialidade das coisas.

apenas um problema de proporção e visibilidade dos seus apreciadores, não do seu número absoluto que certamente hoje é maior que no passado.

Uma das áreas mais inesperadas onde atualmente se observa a penetração da diversão na cultura erudita é nos **museus**. Símbolos do saber acumulado, estão a ficar subordinados a lógicas da diversão, transformando-se progressivamente em verdadeiras disneylândias[95].

A **arte contemporânea** tem sido objeto de interpretações muito contraditórias quanto à sua trajetória. Para muitos autores, ela divorciou-se do público, e este deixou de a contemplar como algo transcendente[96]. A banalização das imagens, e sobretudo, o modo sensacionalista como a comunicação social tem abordado as produções artísticas de vanguarda, valorizando em particular as últimas "excentricidades", sejam obras ou simples episódios da vida dos artistas, acabou por a transformar num espetáculo. Acentuando de forma involuntária (?) esta tendência, os artistas têm vindo a explorar os limites conceptuais da arte[97], a partir de temáticas como a **paródia[98], o humor**[99]**,** a **festa[100]**, e a **sexualidade[101],** ou ainda a redução das **obras de arte à categoria de**

Centrado na análise dos produtos da cultura de massas, Clemente Greenberg *(Vanguarda e Kitsch...)* afirma que o triunfo universal do "Kitsch", acabou não só com a alta cultura, mas também com as suas elites culturais. Tudo se transformou em meras mercadorias, onde o sensacionalismo e superficialidade imperam (*p.126.*.

[95] Margarida Lima Faria, *Museus: Educação ou...*

[96] Para uma abordagem destas questões consultar "*Debate sobre a Arte..., e*m especial a intervenção de J. Lescure. pág. 224.

[97] Carlos Fontes, *O Fascínio dos Limites...*

[98] O conceito de paródia tornou-se central na cultura contemporânea. " O mundo moderno parece fascinado pela capacidade que os nossos sistemas humanos têm para se referir a si mesmos num processo incessante de reflexividade. (...) "A omnipresença deste nível metadiscursivo levou alguns observadores a postular um conceito geral de execução que serviria para explicar o carácter auto-reflexivo de todas as formas culturais- de anúncios televisivos a filmes, da música à ficção". Linda Hutcheon. *Uma Teoria da Paródia...* p.

Na paródia, por exemplo, uma obra literária (o referente) torna-se pré-texto para a criação novas obras, quer por inversão do seu sentido, quer por um prolongamento sentido do modelo. Técnica que Camilo Castelo Branco foi entre nós um génio incontestado (cfr. José Édil de Lima Alves, *A Paródia em Novelas...)*

Deste carácter auto-reflexivo da paródia, o público frequentemente apenas retém uma das suas dimensões, a troça ou imitação burlesca de uma obra séria. O lúdico sobrepõe-se facilmente à reflexão.

[99] Falar do humor corrosivo na arte moderna, é falar de Marcel Duchamp, cujos "Ready-Made", afrontaram de forma irónica, insolente e provocadora, os conceitos tradicionais da arte moderna, inspirando inúmeros outros artistas.

[100] O tema da festa tornou-se central na arte moderna, no final dos anos 50, em diversos movimentos artísticos.

A **arte corporal**, nomeadamente com Hermann Nitsch, por volta de 1960, eclode em torno de uma estética expressionista corporal, cujos fundamentos vai buscar ao culto e ritual das religiões, às festas populares e carnavais, ao desporto, mas também ao teatro futuristae ao dadaísmo (cfr. Françoise Pluchart, *L`Art Corporel..)*.

Os **happenings** (acontecimentos), cujas raízes poderíamos encontrar nas actividades provocadoras do Futurismo, Dadaísmo e no teatro da crueldade de Antonin Artaud, tiveram no *Event* (1952) do músico americano John Cage, a sua primeira grande materialização. Allan Kaprow, da-lhe o impulso decisivo que o irá transformar num dos movimentos mais inovadores deste século. É neste contexto dos **happenings** que se desenvolve, ainda nos EUA, sobretudo a partir de 1967, a "revolução-como-teatro-nas-rua", cujo estilo definido por Allen Ginsberg, contribuiu decisivamente para a estetização do movimento contestatário, cuja maiores manifestações na Europa serão emblematicamente a "revolução" (festa) de Maio de 1968 em França.(cfr. André Reszeler, *A Estética Anarquista..*).

[101] Alguns estetas tem revelado nas obras de arte de todos os tempos, como a sexualidade está presente ao apenas ao nível da concepção, mas também nas motivações da contemplação e da encomenda (**c**fr. Marianne Roland Michel, *A Arte e A Sexualidade...*p.158). Algumas tendências modernas recuperaram

simples mercadorias[102]**.** Estas manifestações contribuíram também para reforçar a ideia junto do público que a arte se trata afinal de uma mera actividade lúdica[103]. Falta saber se esta dimensão não esteve sempre presente na arte[104].

Muitos movimentos artísticos de vanguarda, a partir de finais dos anos 50, têm-se centrado na **participação lúdica do público** na criação de obras coletivas. Frank Popper [105]**,** após uma análise exaustiva às suas características transversais, descobriu os sinais de uma **nova arte popular**. Anunciou então que o novo artista que estava a emergir seria uma espécie de "programador" de ambientes (environnements) e ações de criação coletiva, apostado em procurar produzir uma **arte total**, onde o apelo a todos os sentidos e o recurso aos meios tecnológicos de imersão dos espectadores-actores eram largamente explorados. A questão de fundo que ficou por resolver, era a de saber se esta dimensão lúdica da arte contemporânea resultava de uma trajetória autónoma, ou se pelo contrário, era um mero reflexo da sociedade de consumo de massas e dos seus apelos permanentes à diversão[106].

---

também esta temática de foram explícita, como a pintura Hard-Core (Mel Ramos, etc), certas obras do hiper-realismo ou realismo fotográfico (John de Andrea, etc).

[102] A arte Pop, sobretudo a de expressão americana, surge num momento em que a vanguarda estética havia adquirido uma vendabilidade imediata, fruto de um novo reposicionamneto das elites culturais. Passara há muito o tempo dos artistas boémios, cuja irreverência atemorizava a burguesia. Nestas circunstâncias, a inovação genuína e o mero sensacionalismo surgem misturados. A arte Pop, apesar de algumas intervenções em contrário, mergulhou no fundo, na fragmentação e na insensibilidade característica das piores manifestações da cultura de massas. Rompeu com as funções reflexivas e interpretativas da arte. A experiência estética ficou em geral reduzida à superficie da obra, vivendo de aparências, dado que para além do que mostrava nada mais pretendia dizer. A arte Pop, num juizo eventualmente simplificado, afundou-se no reino da mercadoria.

[103] Basta percorrer alguns dos movimentos artísticos contemporâneos, como o Dadaísmo, Neodadaismo, Arte Cinética (Calder, Naun Gabo, etc), Acumulações (Arman, César, etc), passando pela Pop Art, Arte Corporal, etc,para percebermos como estes conceitos foram apropriados pelas vanguardas artísticas.

[104] A diversão percorre frequentemente as obras de arte aparentemente mais limitadas nas possibilidades criativas; são momentos em que o artista subverte os códigos implícitos ou explícitos que configuram um dado género artístico.

José Alcina Franch *(Arte y Antropologia...)*, por exemplo, estudou um destes momentos, quando um copista medieval aproveitou os *reclamos* de um códice para desenhar divertidas figuras sem qualquer relação com o texto, nem com o tema da obra (p.170).

Hauser (*Sociologia del Arte*...), embora insista numa rígida separação entre arte séria e arte popular ou folclórica, reconhece todavia que esta mistura é muito frequente. Em certas épocas históricas, como a Idade Média, esta separação seria aliás muito pouco nítida. Em artes, como o teatro, a mistura entre diversão e arte foi sempre uma constante (p. 314).

[105] Frank Popper, *Art, Action et Participation...*

[106] O historiador de arte Giulio Carlo Argan (*El Arte Moderno. La Época del Funcionalismo..*)., interpreta estes fenómenos no âmbito daquilo que considera ser uma crise nas relações entre a arte e a sociedade, que começou na I Guerra Mundial, mas que se profundou depois na II Guerra, devido ao impacto da sociedade de consumo. A predominância da imagem mercantilizada acabou por tudo banalizar, introduzindo uma confusão entre "consumo" e valor", ao transformar tudo em mercadorias. Na mesma linha, Gillo Dorfles *(Tendências da...)*, já havia falado da "comercialização de alguns valores que agem, por vezes, de maneira positiva, mas na maior parte das vezes de maneira completamente negativa, dando força e vigor a experiências epidérmicas ou triviais não permitindo, por outro lado, uma autónoma evolução de experiências mais importantes e vitais" (p.196).

Contra estas teses catastrofistas, Abrahan Moles *(Socidynamique de*...), defendeu o principio da distinção inequivoca entre "produtos intelectuais" e "mercadorias". Ao contrário dos últimos, os primeiros possuem sempre a marca da individualidade de quem os criou. O criador que vende, que os dá ou que os troca, continua a possui-los. dado que está a eles ligado pela sua própria vida. A obra remete para o artista e vice-versa.

Nas **escolas**, os professores na tentativa de estabelecerem uma melhor comunicação com os alunos, acabaram por subordinar os conteúdos do ensino a métodos e técnicas pedagógicas mais apelativas assentes em modelos de diversão, desvalorizando deste modo a transmissão de um saber mais sistematizado[107].

Desde a década de 60, que a **política** se tornou num espetáculo, uma diversão quotidiana no âmbito mais vasto de outros espetáculos[108]. Para a emergência deste fenómeno, contribuíram não apenas os próprios políticos, mas os meios de comunicação social de massas que veiculam e exploram a retórica política como uma diversão.

Para a análise do impacto das práticas de diversão actuais[109], se devemos ter sempre presente a expansão dos tempos livres, não podemos ignorar todavia as

[107] A introdução da diversão nas práticas pedagógicas há cerca de um século que é teorizada de forma mais ou menos sistemática, mas foi nos últimos cinquenta anos que adquiriu uma enorme projecção internacional. Para isso concorreram diversas correntes pedagógicas que de certo modo prepararam o caminho para que tal acontecesse.

A primeira das quais foi a denominada "**escola activa**", cujos princípios teóricos podemos sintetizar da seguinte forma:

- Aprende-se resolvendo problemas.

- A aprendizagem deve ter sempre em conta a "situação de partida" dos alunos: experiências, conhecimentos, cultura ambiental e social. A selecção dos conteúdos programáticos deve resultar de uma escolha pedagogicamente orientada a partir dos interesses manifestados pelos alunos.

- O "jogo", na medida que estabelece um quadro de referências e vivências comuns, pode ser não apenas uma actividade de prazer, mas também, uma forma agradável de acesso a uma aprendizagem motivadora e significativa.

A **teoria construtivista** desenvolvida por Jean Piaget deu a este movimento uma base mais sólida, nomeadamente ao defender os seguintes princípios:

- O primado do princípio da actividade.

- A consideração que os "conhecimentos prévios" são elementos imprecindíveis a uma dinâmica de aprendizagem. Os alunos não "escutam" ou "memorizam" mas actuam ou constroem conhecimentos.

- Neste sentido, uma dinâmica de aprendizagem baseada em projectos revela-se um meio privilegiado para modificar esquemas conceptuais prévios. Ao desenvolver um projecto que se propôs realizar, o aluno necessita de operar com novos conceitos que só são rentáveis (permitem "actuar") se estiverem conectados com outros prévios, o que tornará mais fácil novas associações numa memória compreensiva. Ao participar na sua concepção e realização o aluno é impelido a interligar o "porquê" e o "para quê" do mesmo, assim como a exercitar-se no desenvolvimento das suas fases tendo em vista a sua concretização (a síntese final).

Mas o grande impulso decorre da chamada pedagogia "**criativa**" que defende a ideia de que estas pedagogias devem assumir uma função claramente libertadora e transformadora dos alunos, através de uma aprendizagem que os prepara para uma sociedade em contínua mudança. "Parece existir um consenso generalizado que no decurso da aprendizagem a escolar, os exercícios lúdicos favorecem a compreensão de novas noções", Puces Savantés e Léopold Brounstein (in, Le Monde de l`Education, da la Cullture et de La Formation. Paris. Set. 1998. Nº. 262). Os jogos didácticos que correm em consolas ou em computadores, trouxeram novas pesrpectivas a estas pedagogias: existem neste momento jogos no mecado adaptados a todos os escalões etários. O problema de fundo agravou-se, dado que nestes casos a fronteira ente a diversão e a aprendizagem de novos conteúdos ou atitudes nem sempre é fácil de definir.
Consultar: Alainy e Le Diberder, *Qui a Peur des Jeux Video?*. Paris. La Découvert. 1993. Marchaséry e Diberder, *L`Univers des Jeux de Video*. Paris. La Découvert. Coll. Cahiers Libre. 1988. Sobre a extraordinária difusão destes jogos, nomeadamente em França, consultar: *Les Prátiques Culturelles des Français - Enquéte (1997).* Dir. Olivier Donnat . Paris. La Documentation Française. 1998.

[108] A questão da espectacularização da política, desde os anos 50, tornou-se um tema recorrente, nas abordagens dos movimentos "esquerdistas". No entanto, foi no final dos anos 60, que a questão ganhou consistência crítica e uma enorme difusão, autores como **Guy Debord** (*A Sociedade Espectáculo*, Lisboa. Edições Afrodite. 1972) ou **Roger-Gerárd Schwartzenberg** (*O Estado Espectáculo*. Rio de Janeiro. São Paulo. Difel. 1978). Os argumentos de então continuam a manter muito da sua actualidade.

[109] As novas práticas de diversão urbanas, não podem ser desligadas dos modelos utópicos de uma sociedade de lazer e do prazer que desde o século XIX tem sido apresentados como concretizáveis.

profundas consequências culturais que decorreram do acesso generalizado a jogos, divertimentos e aos modernos parques de diversão. A hipótese que partimos é que estas práticas lúdicas, ao habituarem largas camadas da população ao seu exercício permanente, acabam por suscitar comportamentos que tendem a reproduzir as mesmas atitudes em outras actividades.

Quando Philipe Breton procurou descrever as formas como as ideias utópicas da comunicação se difundiram na segunda metade do Século XX, constatou que estas não se haviam propagado apenas através da contaminação direta das ideias. Neste processo, assinalou o papel essencial desempenhado pelos "cavalos de troia" na difusão da utopia da comunicação, nomeadamente, os computadores. Cada nova máquina de comunicar provoca uma partilha implícita dos valores de que é portadora. A isto denominou Philipe Breton "impregnação pela aplicação"[110], uma espécie de alquimia no qual a utilização de certas máquinas transfere para o seu utilizar conceitos e sentidos que a máquina se vê revestida.

Não será abusivo dizer, chegados a este ponto, que muitas das tendências observadas na cultura contemporânea, são hoje de todo incompreensíveis se não tivermos em conta, a difusão das práticas de diversão na nossa sociedade. Resta todavia por esclarecer qual a extensão desta influência e o modo como a mesma se opera.

1.3. Feiras

As feiras[111] estão intrinsecamente ligadas às múltiplas necessidades que decorrem da complexificação das actividades humanas. Neste sentido, tem sido demasiadas vezes apresentadas como meros locais de troca ou transação de produtos novos ou usados[112], em volta dos quais, ciclicamente, se produzem aglomerações muito heterogéneas de indivíduos. Mais raramente são vistas como locais onde se desenvolvem práticas de afirmação social[113] ou de diversão[114]. Ora, à medida que as

[110] Philippe Breton, *A Utopia da...*p.102.

[111] Na origem das feiras está associada a celebração de festas religiosas, em datas fixas, servindo para a troca comercial dos excedentes da produção local, permitindo igualmente aos mercadores de longe introduzirem-se na região. Esta ligação entre a Feira e a dias solenes, está deste o peíodo romano amplamente documentado (Viterbo, *Elucidário...*Vol. II.p.254). O próprio étimo da palavra "feira" permite-nos fazer, aliás, também esta ligação com os dias festivos. Em latim, "feria" significa "dia de festa". Inicialmente teria sido aplicado aos dias festivos da Páscoa e Pentecostes , festas que duravam mais de um dia. O seu uso, ter-se-á depois generalizado a outros dias (Cfr.Serafim Silva Neto, *História...*). "Feria" está representada em "feira" (provençal e português), "foire" (françês) e "feria" (espanhol). Para além da sua função comercial, a feira, como veremos, teve sempre uma componente muito forte de diversão, através da qual se proporcionava um espaço de convívio e distração indispensável à coesão das comunidades que as organizavam. Importa por último, referir que a distinção entre feira e mercado está longe de ser consensual. Margarida Ribeiro (1965), por exemplo, estabelece a fronteira na questão da periodicidade. A Feira tinha uma periodicidade superior a quinze dias, e o mercado inferior.

[112] Caso típico desta última situação é a Feira da Ladra em Lisboa.

[113] A diversão é indissolúvel das práticas de convivialidade social. Ao longo de séculos teve nas feiras um local de eleição. Por isso, o visitante tende a escolher uma altura para a visitar que coincida com as horas de maior afluência de público. Jorge Gaspar *(As Feiras...*), demonstrou como nas de gado na beira litoral,

complexificação das sociedades avança, também as feiras não têm parado de se especializarem,[115] assim, como, nesses locais de surgirem estruturas fixas para o desempenho de funções que nelas tinham um carácter necessariamente efémero.

As feiras de diversão e as feiras de amostras, de que a Feira Popular pretendeu ainda ser uma síntese, são um produto característico do desenvolvimento urbano e industrial do século XIX. Representaram na altura uma importante etapa evolutiva no sentido da especialização das feiras anteriores.

As Feiras e Exposições de Amostras de dimensão regional, nacional ou mesmo internacional, procuraram corresponder às novas exigências de promoção e divulgação dos produtos. Transforma-se rapidamente em meios de afirmação de regiões ou países, envolvendo elevados investimentos na sua conceção e realização. Portugal acompanhou de perto este movimento, embora a diminuta expressão da sua economia não lhe permitisse grandes afirmações propagandísticas internas[116] ou no estrangeiro[117]. Esta

---

nos anos sessenta, o tempo dedicado às transações era diminuto, quando comparado com aquele que era empregue nas práticas de convivialidade ou diversão.

[114] A função comercial esteve sempre longe de esgotar a totalidade das práticas que ocorrem nas Feiras. Pelo contrário, foram sempre as actividades de diversão aquelas que ocuparam a maioria do tempo dos que as frequentam É através destas que se estabelecem frequentemente as relações de convivência e reconhecimento social. Neste sentido, não é de estranhar que nas ocorressem espectáculos ou folguedos mais ou menos estruturados desde pelo menos a Idade Média. Num quadro admirável de uma feira medieval, Maria José Ferro Tavares (*A Festa ...*), dá-nos conta dessa atmosfera que constituiu ainda hoje o **espírito de uma Feira**, que se desenvolve para além de um lugar de troca de mercadorias, de dinheiro. A Feira, diz esta historiadora, era sobretudo, um espaço de troca de "notícias e novidades várias, onde os olhares se arregalavam com as vestes e os tecidos vários, com a os alegres e jogos dos saltibancos; onde os ouvidos se compraziam no vozear dos pregões, na confusão das linguas diferentes; na música dos jograis ; na alegria dos que comem e bebem, nas pregas e nas blasfémia dos que jogam jogos proibidos e se divertem com as mancebas, nas súplicas dos pobres e dos esfomeados. **A feira é feita com ruído, a multidão, os cheiros, as tendas e bancadas com mercadorias diversas, a comunicação das gentes que constituem um mudança, sempre ansiada porque distrativa e enriquecedora**".(sublinhados meus) (p.)

[115] A especialização das feiras em Portugal está ainda pouco estudada. Um dos raros trabalhos deve-se a Horácio Marçal *(Feiras ...)*. Na cidade do Porto, desde o século XIV, para além das feiras de carácter generalista é impressionante o número das que tinham uma função especializada, quase todas surgiram depois do século XVII, correspondendo assim ao aumento da complexidade e necessidades desta cidade. Entre as muitas que este autor indicada, destacam-se as seguintes: Feira das Farinhas, Feira de Moços (e Moças) para os Trabalhos de Verão e de Inverno; Feira de Passarinhos; Feira de Tamancos; Feira de Carvão, Lenha e Palha e Estacas; Feira de Erva; Feira de Caixas, Feira de Madeiras (barrotes, vigas, pranchas, ec); Feira de Loiça, etc.etc.

[116] As primeiras feiras nacionais ligadas à exposição das artes e manufacturas surgiram na segunda metade do século XVIII. Em Inglaterra, terá ocorrido a primeira em 1756. Marquês de Pombal promoveu duas, uma na Praça do Comércio (1775) e outra junto do Palácio de Oeiras (1776). Ao longo do século XIX, sobretudo depois da eclosão do liberalismo, destacaram-se as seguintes feiras-exposições: Exp. Socid. Promot. da Indust. Nac. (1839, Lisboa), Exp. da Ind. Nac (1840, Lisboa), Exp. da Ind. Nac. (1844, Lisboa), Exp. da Ind. Nac. (1849, Lisboa), Exp. da Assoc. Industrial Portuense (1861, Porto), Exp. Agrícola da tapada da Ajuda (1884, Lisboa), Expos. Nac. das Ind. Fabris (1888, Lisboa), Exp. Ind. Portuguesa (1891, Porto), Exp. da Ind. Port. (1893, Belém/Lisboa).

Para além destas grandes exposições de nível nacional, muitas foram organizadas a nível mais local ou mesmo regional.

No Brasil, organizaram-se também algumas exposições promotoras dos nossos produtos e indústrias, destacando-se pela sua dimensão a Exp. Port. do Rio de Janeiro (1879) e a Exp. Nac. do Rio de Janeiro (1908).

[117] A participação portuguesa em feiras ou exposições de dimensão internacional iniciou-se muito cedo. Facto que revela aliás uma apetência muito própria por este tipo de eventos. Na cidade do Porto, em 1865, realizou-se mesmo uma Exposição Internacional, seguida em 1886, de uma Exposição Internacional de

especialização não implicou contudo, o fim das práticas de diversão e outras manifestações culturais, pelo contrário, estas transformaram-se numa componente essencial de atracão do público. Por vezes, a única coisa que a maioria dos visitantes regista de uma Feira de Amostras[118]. A importância destas feiras e exposições foi aumentando à medida que Portugal se empenhou na sua afirmação na cena internacional, nomeadamente devido às suas pretensões coloniais.

As **feiras especializadas de diversão** tiveram origem, quase sempre, em antigas romarias ou feiras de trocas comerciais. No primeiro caso, autonomizaram-se da sua dimensão religiosa; no segundo, secundarizaram as suas funções comerciais, devido à crescente procura de diversões por parte de largas camadas da população urbana.

O aparecimento das primeiras feiras de diversão, em Lisboa, na segunda metade do século XIX, é naturalmente inseparável do seu próprio processo de urbanização, mas também de uma sedimentada tradição nacional de feiras[119], favorecida certamente por fatores climatéricos. Na primeira metade deste século, escritores como Ramalho Ortigão[120], Júlio Dantas[121], Moisés Amzalak[122], Aquilino Ribeiro, ou artistas como José Malhoa[123] espelhavam nas suas obras a verdadeira paixão que os portugueses nutriam pelas feiras. Ainda hoje, a explicação para tão grande proliferação de feiras por todo o país, tem que ser procurada sobretudo em fatores que ultrapassam os meramente económicos.

Fotografia. À cerca de 100 anos, discutia-se apaixonamente a realização de uma iniciativa desta natureza em Lisboa (Cfr.José Augusto França. "*Lisboa 1898*"...).

A participação de Portugal em Exposições Universais ou Internacionais iniciou-se logo em 1851, em Londres, naquela que é considerada a primeira Exposição Universal. A partir de então a nossa presença tornou-se uma constante. A partir de 1867 (Exposição Universal de Paris), o país passou a ter neste tipo de eventos pavilhões próprios concebidos inicialmente por franceses e italianos. Nas exposições de Paris de 1878, 1889 e 1900, procurou-se mostrar valores próprios da nossa arquitectura, o que se irá acentuar depois da 1900, quando os pavilhões foram confiados a artistas portugueses. Sobre o assunto consultar: "*Portugal nas Exposições Universais e...*

Estas exposições, para além do impacto externo, em geral muito limitado, tiveram sempre grandes repercussões internas pelas discussões que em torno das mesmas geravam, mas também pela produção literária que estimulavam.

[118] A primeira feira de amostras foi criada em Lípsia, em 1897, a que se seguiu a de Lyon. Esta especialização não implicou, como se poderia pensar, o fim das actividades de diversão nas mesmas. Pelo contrário, como assinala Jorge Gaspar (*ob.cit*, p. 17), ainda hoje "muitas vezes apenas subsiste o aspecto de diversão da feira".

[119] O historiador Cláudio Torres *(Simbiose de...*) tem colocado em evidência o fundo muçulmano e mediterrânico das culturas ibéricas. Um dos seus traços assenta, segundo este autor, no facto da "troca e do comércio sempre se confundirem com a festa" (p.4).

[120] Ramalho Ortigão, em *As Farpas*, revela-se um observador atento do mundo das feiras, não apenas das portuguesas. As feiras eram o "recreio popular" onde se compraziam todas as classes sociais. "Os operários e os pequeno burgueses, acompanhados das suas familias, quando o bom tempo chega, passam os seus domingos de feira em feira. Na Primavera e no Verão, vão para a feira das Amoreiras e para a Feira de Belém. No Outuno, vão para a Feira do Campo Grande". (Ramalho Ortigão, Obras...Vol. VIII. p. 256).

[121] Júlio Dantas (*Lisboa...*) chamou a atenção para o carácter interclassistas das feiras. Para além da alegria que despertavam no povo, permitiam também enaltecer as suas referências comuns, embora acabasse por criticar o uso e abuso da "etnografia e do folclore".

[122] Moises Amazlak (*As Feiras...*) encarou as feiras numa perspectiva economicista. Elas eram um retrato do desenvolvimento económico das sociedades. A sua abundancia e grandeza significava todavia atraso da economia. Neste sentido, foi levado a afirmar que o seu período áureo das feiras situava-se, entre os século XII e XVI. A partir de então teriam entrado numa lenta decadência, devido ao aumento das facilidades de comunicação e à criação de estruturas comerciais fixas nas cidades.

[123] Entre as obras deste pintor sobre o tema, destaca-se naturalmente "À Volta da Feira"(1918).

Entre as Feiras de Diversão, três ficaram no imaginário dos lisboetas: a Feira de Belém, a Feiras das Amoreiras/Alcântara/Santos e a Feira da Avenida ou de Agosto.

A **Feira de Belém**, frente aos Jerónimos, foi provavelmente a primeira de diversão do país[124]. Junto a um novo espaço de lazer - a praia de pedrouços - oferecia uma vasta panóplia de atracões capazes de distrair o mais sisudo. Para além de circo, possuía teatros ambulantes, saltimbancos, animais amestrados, tiro ao alvo, comes e bebes, guloseimas e limonadas[125].

A **Feira das Amoreiras,** instalada neste local desde 1851[126], já reunia tudo o que encontraremos numa feira de diversões no princípio do século XX, com exceção naturalmente dos grandes divertimentos mecânicos[127]. Anos depois a feira transfere-se para a Patriarcal Queimada (1865); em consequência da plantação do jardim do Príncipe Real, passou para a zona da Estrela. Instalou-se mais tarde na Avenida, fixando-se em 1894 em **Alcântara**. Em 1913, muda-se para **Santos**[128], onde terminará em 1915. Realizava-se entre os meses de Maio e Julho.

A **Feira da Avenida ou de Agosto** remodelada profundamente em 1908[129], pretendia ser uma versão mais vasta e atualizada das anteriores feiras ribeirinhas[130]. Instalada no Parque Eduardo VII, realizava-se depois da Feira de Santos, entre os meses de Agosto e Outubro. Desapareceu em 1915.

É difícil descrever o que atraía os seus visitantes. Para muito autores seus contemporâneos, era a própria aglomeração de pessoas e a sua animação gerando um

---

[124] A Feira de Belém foi regulamentada em 1871. Localizava-se junto aos Jerónimos. A zona de Belém constituíu no último quartel do século XIX, um dos locais mais concorridos da capital, estimulada quer pelos novos meios de transportes (via férrea, transportes de tracção animal, depois os eléctricos, mas também por via maritima - os barcos da carreira dos vapores lisbonenses), quer também por os muitos divertimentos aqui instalados e á sua animada vida boémia. A este facto não foi igualmente alheio o desenvolvimento que registou enquanto foi concelho (1852-1885). Desse período de prosperidade podemos assinalar algumas referências: A publicação do jornal "*Clamor de Belém*" (a partir de 1879); a inauguração do Teatro Luis de Camões (1880), por ocasião do 3º. centenário da morte do poeta. Era um teatro de bairro da autoria do construtor João C. Açucar.; O hipódromo situado na zona ocidental dos Jerónimos; Os restaurantes, uma parte dos quais abertos todo o ano (Pastéis de Belém, António das caldeiradas, o Caçador, etc).

[125] Ramalho Ortigão, *As Praias...*

[126] Esta Feira é um caso típico da transformação de uma arraial numa feira de divertimentos. Segundo Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, a Feira teve origem num voto dos moradores de Santos, a Nossa Senhora dos Prazeres, devido a uma surto de peste. Fazia-se todos os anos uma esplêndida romaria àquela Senhora, com um grande arraial e feira. Tudo tinha lugar dentro da cerca da Ermida. Construído o cemitério dos Prazeres, a Feira e arraial continuaram a fazer-se, mas agora dentro dos muros do cemitério. Face ao insólito da situação, a Câmara, em 1851, mudou a feira para o largo das Amoreiras. Contudo, o arraial dos Prazeres não terminou. A Câmara interveio em 1873, proibindo-o por uma questão de decência.. Cfr. Guilherme Rodrigues, et al, *Portugal-Dicionário..Vol. III.*. p.335.

[127] Ramalho Ortigão, *Obras...*Vol. VII, pp. 282-283.

[128] A Feira de Santos instalou-se na 24 de Julho, junto à linha do caminho de ferro, entre as escadinhas da praia e a Avenida das Cortes (actual Av. D. Carlos I). A primeira feira principiou a 17 de Maio de 1913. As barracas que a constituiam provinham da Feira de Alcântara. Entre elas destacavam-se as de teatros, como os denominados Teatro Júlia Mendes, Apolo Teatro, os fantoches "Guignol Teatro" e teatro Guignol Lisbonense, as de cinemas como o "Chantecler", "Salão Ideal", "Alhambra"e "Cinema Lisboa". Para além de barracas de comes e bebes, cervejarias, adegas, vinham depois um mundo de atracções e divertimentos como carroceis, jogos de azar, etc.

[129] A Feira foi iniciada aquando dos grande festejos comemorativos do 7º. Centenário do Nascimento de Santo António em 1898. Pouco depois, a Feira começou a degradar-se de tal forma que se tornou numa verdadeira aventura as famílias visitarem-na. É esta a razão pela qual os feirantes, em 1908, resolvem investir na sua profunda renovação (S., 25/9/1908).

[130] Júlio Dantas, *As Feiras*, in *JN*, 1943.

permanente contacto físico e uma intensa experiência sensorial[131]. As multidões estimulavam nos indivíduos a manifestação de sentimentos de pretensa a uma comunidade alargada, mas também permitiam o anonimato, sem que isso impedisse a cada um o desfrute de um espetáculo sempre variado.

Estas feiras de diversão seduziam também pela forma como evocavam outras dimensões da realidade, através da apresentação de fenómenos **exóticos**. Expunham perante os olhares fascinados dos visitantes um sem número de deformações físicas ou capacidades invulgares de seres humanos ou animais. Modernamente, veremos como este exotismo natural foi substituído pela apresentação de **prodígios da técnica,** mantendo apesar de tudo o mesmo efeito encantatório. Para muitos visitantes, elas eram simplesmente percepcionadas como um local onde tudo podia acontecer. Uma espécie de microcosmos regido pelas leis do acaso, materializado no seus múltiplos **jogos** onde cada um testava a sua **sorte**.

Mas a feira não deixava de ser também um lugar de **evasão ao quotidiano.** Frequentemente, fazia-se nela apelo a recordações reais ou fantasiadas de uma infância, mais imaginária que vivida[132]. Cada cultura possui naturalmente os seus estereótipos de divertimentos de uma feira. Coisas tão banais como guloseimas, "farturas", "algodão doce", ou mesmo o andar nos "cavalinhos" ou num carrocel qualquer, podem constituir-se no símbolo de toda uma infância. Ora a feira é indissociável destas imagens, muitos dos que a visitam fazem-no para (re) viverem essas emoções elaboradas na sua imaginação. Neste aspecto, as feiras desempenham uma importante função de compensação social para as frustrações quotidianas, ao proporcionarem um encontro dos indivíduos com o seu imaginário de felicidade. Mas as feiras, através de certos divertimentos permitem igualmente a exteriorização das tendências sádico-masoquistas[133]dos seus visitantes, tornando-se assim verdadeiros locais de descompressão social, contribuindo de forma activa para o equilíbrio global da sociedade[134].

O carácter aberto destas feiras, vai desaparecer no século XX, com a emergência dos parques de diversão. O espaço público é transformado num espaço coletivo privado, impondo-se restrições ao seu acesso. A Feira Popular de Lisboa constituirá, em

[131] Nos países árabes e do Sul da Europa, onde existe uma intensa vida sensorial, existe também uma tradição de feiras e mercados muito viva. Cfr.T. Hall (*A Dimensão...*).

[132] O que se consume numa feira de diversões é essencialmente recordações da própria feira. A panóplia de produtos, sejam loiças ou quinquilharias, cumpre uma função insubstituivel: desperta e sacia desejos individuais de consumo, através de uma ilusória sensação de abastança colectiva.

[133] Até sensivelmente 1974, as feiras ofereciam perante os olhares dos visitantes um sem número de atracções que desempenhavam esta função sádico-masoquista. As que ficaram na memória colectiva, prende-se sobretudo com a exposição de deformidades físicas, de negros ou rapazes para serem atingidos com objectos, ou comilões que devoravam perante os olhares incrédulos quilos de comida (cfr. *A Feira*,Lisboa, nº1, 30/6/1949,). Neste momento, esta função é desempenhada por os inúmeros jogos de guerra, etc.

[134] A urbanização forçada de grandes massas da população rural nos anos sessenta, estimulou as mesmas a criarem os seus espaços próprios de convivio, como aconteceu em Lisboa com as várias Feiras clandestinas. Basta uma análise às feiras que surgiram na cdiade ou nos seus arredores desde a década de sessenta, para nos apercebermos da sua importância como factor de equilibrio dos novos grupos sociais pelas oportunidades de convivio e reconhecimento que proporcionaram.

Uma das primeira grandes feiras, surgiu em fins dos anos 60, na Brandoa - Um subúrbio clandestino, com cerca de 20.000 habitantes, com edifícios que variavam entre os 1 e os 8 pisos. Todos os domigos realizava-se aí a "Feira da Brandoa", cujas dimensões originaram inumeros protestos dos comerciantes locais (Cfr. *Diário de Notícias*, 18/4/1970).

Mais recentemente, pelas suas dimensões, destacam-se as feiras da Musgueira, de Carcavelos e a do Relógio.

Portugal, neste aspecto, num modelo consolidado de um parque de diversões. Refletindo, como veremos, uma vida urbana fragmentada, feita em espaços repartidos: espaços para dormir, trabalhar, comer e até para diversão. Todos funcionando numa lógica de mercado. O espaço aberto da feira-rua fecha-se. Impõem-se a cobrança de entradas para o seu acesso, desta forma excluem-se certas franjas de público, os que não podem pagar as entradas e os consumos compulsivos no seu interior.

No nosso século, nos EUA dar-se-á um passo mais nesta evolução, com a criação de cidades de diversão. Nestes enormes espaços a realidade é recriada de tal modo, que as fronteiras entre esta e a ilusão se confundem. **Las Vegas** foi a primeira cidade construída para o jogo e o espetáculo. A sua arquitetura é toda artificial.[135] Mas os exemplos mais completos deste fenómeno são obviamente a **Disneylândia** (Califórnia) e a **Disney World** (inaugurada em 1971 na Flórida)[136].

Na Europa, acompanhando este movimento além Atlântico, começam a ser construídos ainda na década de 70, grandes parques de diversão, como a **Fantasilândia** (Colónia, Alemanha), ou o **Asterix** (Paris, França), ou grandes equipamentos culturais onde a componente lúdica desempenha um papel central, como o Centro George Pompideau (1977, Paris), Futuroscópio (Poitier, França), La Vilette (Paris), etc. Mais recentemente, são os próprios modelos americanos que se implantam, com a abertura do Eurodisney (Paris, 1992), que constituiu, como veremos, um momento de viragem neste tipo de equipamentos de diversão em toda a Europa.

Todes estes parques tendem no futuro a serem superados por uma rede mundial não física de diversões, que a Internet veio permitir criar e expandir o crescimento.

[135] Cfr.Umberto Eco, *Viagem na*...pág. 400 e segs.; Denise Scott Brown, *et al*, *Aprendiendo de las* ...

[136] Quando o Disney World foi inaugurado em 1971, não passou despercebido em Portugal. O *Século* (6/1/1974) dá-lhe um largo destaque noticioso. Era cerca de 150 vezes maior que a anterior.

2. Enquadramento

A propaganda da primeira Feira Popular de Lisboa começou por apresentá-la como um acontecimento único e de natureza nostálgica, cuja finalidade era angariar receitas para uma iniciativa de **solidariedade social** que ***O Século*** mantinha desde 1927. Tratava-se de uma iniciativa espontânea e independente de um jornal, sem aparentes motivações políticas. Inaugurada a Feira, face à enorme adesão do público que teria ultrapassado as expectativas mais otimistas, o evento começa a ser apresentado como uma "tradição"[137]que Lisboa não podia prescindir.

Uma análise dos actores que contribuíram para a sua realização, revela-nos uma imagem muito diversa daquela que inicialmente se procurou difundir. Este evento não era um caso isolado, mas fazia parte integrante de uma sucessão de outros, nas quais o **Estado** e a **comunicação social** desempenhavam um papel activo na sua promoção e consolidação. Contudo, publicamente, ambos não admitiam qualquer estratégia conjunta na promoção deste tipo de ações. Observando todavia a frequência com que vinham sendo realizados desde 1926, não deixa de se revelarem inquietantes coincidências entre as ações promovidas pela grande Imprensa e as necessidades de distração da população pelo Estado.

Para percebermos as teias sociais que criaram e sustentaram estes acontecimentos sociais, temos que ultrapassar uma visão meramente historicista que nos confinaria a uma visão epidérmica de um fenómeno que dura há 56 anos!. A nossa incursão, que agora se inicia far-se-á pois ao longo de todo o trabalho, procurando em **camada após camada,** os actores principais e os secundários, as suas lógicas particulares de Acão, os seus interesses comuns ou divergentes nos diversos contextos histórico sociais de modo a podermos revelar o que se foi construindo e desconstruindo no fluir dos acontecimentos.

2.1. A Ideia

"**Uma grande Iniciativa do "Século".**
"A Feira Popular de Lisboa vai realizar-se em Palhavã
a favor da nossa Colónia Balnear Infantil".

[137] J.P. Rosa atribuíu a ideia a Leitão de Barros, e terá resultado de uma conversa entre ambos, em 1942. No ano seguinte, confessam-se surpreendidos com a grande adesão que a mesma acabou por ter entre "as classes populares". Cfr. S., 13/7/1943.

Com este título, *O Século,* na primeira página, a 11 de Abril de 1943, anunciava o evento popular do ano, cuja ideia teria surgido de uma conversa entre o seu diretor, João Pereira da Rosa, e um seu colaborador de longa data Leitão de Barros. Entre os objetivos que presidiam à iniciativa foram destacados significativamente três:

O primeiro era socorrer as crianças. Havia que incrementar o auxílio a "milhares de crianças que pululam pelos becos sem luz e às quais a escassez de alimentos ricos mais enfraquecem nos meses de inverno".

O segundo prendia-se com a necessidade de apoiar o pequeno comércio e as indústrias caseiras e regionais. A Feira assumia-se também como uma Feira de Amostras, "num local visitado, despretensioso, popular como convém".

O último era o de reatar uma tradição secular lisboeta, que tivera nas Feiras de Belém, Alcântara e a de Agosto os seus momentos mágicos. Este seria aliás o grande tema inicial de promoção da Feira, o regresso ao passado pitoresco das noites de verão dos nossos avós.

Os jornal aproveitava para apresentar desde logo os principais apoios oficiais, demonstrando desta forma a repercussão que o evento teria. À cabeça, surgia Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas e Comunicações, mas também Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Rafael Duque, Ministro da Economia "prometeu todo o apoio da sua secretaria para que os abastecimentos da Feira Popular fossem assegurados, de forma a puder erguer-se, em todo o seu pitoresco de outros tempos, as velhas feiras lisboetas". Entre os novos apoios sobressaia pelo entusiasmo manifestado pela ideia Marcelo Caetano, então comissário da Mocidade Portuguesa[138]. Tudo corria velozmente.

Diariamente, *O Século* passa a dar conta, quer dos novos apoios, quer do aumento espetacular de inscrições de feirantes. Numa pequena caixa, na primeira página, a 15 de Maio, noticiava-se laconicamente que J. P. Rosa se reunira na véspera com Salazar, o ministro das Finanças e o das Colónias. Tudo estava sob controlo por parte do Estado.

Foram então criadas um conjunto de condições que permitiam organizar um espaço de diversões liberto de impostos que o jornal podia explorar de múltiplas maneiras, nomeadamente cobrando entradas, alugando o terreno ou atribuindo concessões publicitárias. O Comissariado do Desemprego, superiormente dirigido por Duarte Pacheco, concedeu também um subsídio para a contratação pontual de trabalhadores desempregados[139]. Prática que se manteve até 1974. Para os expositores e os feirantes, o negócio não se irá revelar menos lucrativo, primeiro porque tinham assegurada a promoção do evento pela maior empresa de comunicação social do país, a SNT, depois porque num período de quatro meses estavam sujeitos a reduzidos impostos, podendo exercer a sua actividade com regularidade aos sábados, domingos e feriados, em horários muito dilatados, utilizando para tal pessoal recrutado com carácter precário. São estas e outras condições que desde logo garantiam a sustentabilidade da iniciativa, e vieram a manter-se até aos nossos dias.

[138] Marcelo Caetano exerceu este cargo entre Agosto de 1940 e Outubro de 1944. Desempenhava então as funções de director dos serviços de formação nacionalista (Cfr.Lopes de Arriaga, *Mocidade...p.).*

[139] A atribuição em 1944, de um novo subsídio no valor de 50 contos, através do Fundo de Desemprego, para custear 50% dos encargos com mão-de -obra foi largamente noticiada pela imprensa. O subsídio atribuido foi publicado no *Diário do Governo* de 19/4/1944.

2.2. A Colónia Balnear Infantil

O principal motivo para a realização da Feira era pois o de angariar receitas para uma Colónia Balnear Infantil para crianças pobres de todo o país. Há muito que este jornal promovia campanhas com idênticas finalidades de solidariedade social. Mas era às crianças pobres que *O Século* dedicara sempre uma atenção especial.

A crónica miséria do país, durante séculos, teve sempre, como uma das suas manifestações de maior visibilidade pública, impressionantes taxas de mortalidade infantil, nomeadamente devido à tuberculose; por todo o país era chocante o elevadíssimo número de crianças abandonadas, para já não falarmos de outras chagas sociais como o analfabetismo e a exploração do trabalho de menores. Apesar de todas as análises e soluções miraculosas que constantemente eram apresentadas, os problemas persistiam. Como sintoma de tudo isto, proliferavam até finais dos anos cinquenta todo o tipo de instituições de apoio às crianças pobres, como recolhimentos, asilos e casas de correção, além de inumeráveis ações filantrópicas com objetivos mais pontuais. *O Século*, por exemplo, protegia centenas de crianças abandonadas e no princípio de cada ano, promovia um "bodo" que contemplava igualmente muitas centenas de famílias.

Era na longa lista das iniciativas filantrópicas de combate à tuberculose, que desde fins do século XIX se passou a incluir as colónias balneares infantis[140]. *O Século* irá relançá-las em 1908.

Tudo começou numa campanha lançada em 1905[141]. Nas suas páginas, médicos e higienistas, com destaque para **Samuel Maia,**[142] preconizavam um vasto conjunto de

[140] Ao longo do século XIX, no ambito das medidas profilácticas, foram várias as iniciativas que visaram possiblitar às crianças mais pobres os banhos de mar acompanhados de exercícios e de alimentação regular.

- O grande capitalista **José Maria Eugénio**, quando em 1859, assumiu o cargo de provedor da Casa Pia de Lisboa, empreendeu obras nas suas instalações, nos Jerónios, com idênticos propósitos.

- A direcção do **Asilo D. PedroV** (Campo Grande, Lisboa), em 1875, alugou uma casa em Pedrouços, e durante dez anos ali tomavam banhos de mar os seus internados, indo e vindo no mesmo dia.

- A Escola Académica, situada na Calçada de S. Roque, desde 1899, possui uma Colónia privativa, na Trafaria, funcionando ainda regularmente em 1908 (S.,24/9/1908).

- A **Assistência Nacional aos Tuberculosos (ANT)**, fundada em 1899, por iniciativa da Rainha D. Amélia, entre os seus vastos objectivos, contava-se a criação de sanatórios marìtimos e colónias balneares para crianças. Entre 1905 e 1910, ligadas à ANT funcionaram colónias de férias nos seguintes locais: **Em Nevogilde (Porto),** por iniciativa do médico Simões Figueirinhas; na **Figueira da Foz**, na localidade de Burcos, por iniciativa de Bernardino Machado, apoiado por vários colegas na Universidade de Coimbra. Em 1908, a mesma foi instalada num edíficio próprio (S.,5/9/1908). Na **Trafaria**, a Colónia que aí será instalada, ainda que incluia elementos afectos à ANT, assumiu, contudo, um carácter propagandístico particular, pelo que a trataremos de forma separada.

- O pianista Alexandre Rey Colaço, em 1907, promoveu concertos e reuniu verbas para a construção de uma colónia de verão no Monte do Estoril. Este terá sido o primeiro edifício entre nós construido para esta finalidade.

Cfr. *Relatório da Colónia Balnear Infantil de "O Século*"-1948. Lisboa. 1949

[141] A campanha começou em 1905 por iniciativa de Samuel Maia, médico da Assistência Nacional aos Tuberculosos, recebendo d`*O Seculo* um entusiástico apoio. Nela colaboraram, entre outros, distintos

medidas profiláticas capazes de permitirem o "revigoramento da raça", através da instauração de um verdadeiro "culto da criança". A descrição da exígua assistência proporcionada à população e em especial às crianças, servia de pretexto para *O Século* denunciar a incúria dos governos monárquicos. A acreditarmos nestes relatos, as condições de vida haviam-se também degradado. Os sinais eram visíveis na rua onde aumentara não apenas a mendicidade, mas também o número de crianças abandonadas. Em Lisboa, bandos de crianças punham em sobressalto os transeuntes[143]. Refletindo esta situação, os casos de tuberculoses, depois de 1907, voltaram de novo a subir.

Preocupado com as crianças, *O Século* passa à Acão e promove, em 1907, um vasto **Inquérito**[144] para apurar as medidas a tomar. Coerente com o programa então traçado, em 1908[145], começa a organizar três **cantinas escolares** em Lisboa[146], realiza uma concorridíssima **exposição de crianças**[147], na sequência da qual, para cerca de 200

---

médicos como Tovar de Lemos ou José Pontes. As questões então difundidas há muito que eram objecto de análises no Boletim da Assoc. Nac. da Tuberculose, mas com um eco público muito restrito.

[142] **Samuel Maia**, S. Domingos M. de Loureiro (14/11/1874 - 11/11/1951), teve um papel fundamental na criação da Colónia Balnear d`O *Século*. Era médico dos hospitais civis de Lisboa. Foi todavia como director de consultas de crianças da ANT e como assíduo colaborador d`*O Século*, desde 1905 até aos anos 50, que veio a adquirir certa projecção pública.

[143] Num tom alarmista, *O Século* afirmava que devido ao aumento das crianças abandonas, estas se haviam organizado em "ranchos de menores esfarrapados que perseguem tudo e todos com os seus pedidos de esmolas", S.,16/6/1909.

[144] De acordo com este Inquérito só em Lisboa, havia 95.300 alunos com vários tipos de deficiências. *O Século*, ao apresentar os dados do Inquérito aproveitou para fazer um verdadeiro libelo acusatório ao regime: " Vítimas da nossa organização social, vítimas do vergonhoso atraso em que nos encontramos sob o ponto de vista da puericultura e da higiene, vítimas das condições miseráveis em que vegetam as classes humildes e laboriosas às quais falta alimentação que seja simultaneamente sadia e barata, e que não dispõem de habitações saudáveis, cheias de luz e ar, mas que albergam em centros infectos, onde o sol não penetra, onde a àgua não abunda, onde o oxigénio não circula e que deviam ser arrasadas desde os alicerces", S., 2/7/1908. Médicos e higienistas apresentaram então um vasto conjunto de medidas desde as caseiras às nitidamente políticas que deviam ser levadas a cabo com carácter de urgência.

[145] O ano de 1908 foi dos mais agitados da vida política portuguesa. Vivia-se em plena ditadura de João Franco, mas os republicanos haviam já conseguido fazer passar a ideia que todos os males do país estavam no regime monárquico. Logo em Janeiro, em muitos municípios, as comissões administrativas nomeadas pelo governo têm que ser impostas à força das armas. Ocorre uma conspiração revolucionária. O rei assassinado. Em Fevereiro, é coroado um novo rei (1/2/1908). João Franco é afastado do poder. Em Novembro, a lista republicana conquista em Lisboa, pela primeira vez, todos os lugares no município.

[146] As cantinas escolares tiveram também como principal impulsionador Samuel Maia. A primeira foi aberta na Freguesia de S. Miguel, em Junho de 1909 (S., 12/7/1909), no mês seguinte, abriram a da Freguesia de Alcantara (S., 25/7/1909) e a da Freguesia de Sta Catarina. Apoiadas pela CML, onde os republicanos dominavam pela primeira vez desde 1908, a sua abertura surge já plenamente integrada na propaganda republicana. Como escreveu Marques Guedes (*Os últimos Tempos*...)"criara-se uma mística republicana". Fora do Parlamento, desenvolvia-se uma intensa propaganda da ideias republicanas para a qual muito contribuia *O Século*, devido à sua grande expansão publicitária, sem paralelo então com nenhum orgão da imprensa (pp. 447-449).

[147] A ideia surgiu em 1907. Num artigo de Samuel Maia perguntava então: "Porque não se faz uma exposição de crianças? - Se se procura aperfeiçoar tudo, porque não há-de aperfeiçoar-se também a nossa raça?". Artigo, "*Questões de Hygiene*", S., 1/7/1907. No ano seguinte, a ideia volta a ser retomada por Samuel Maia, oferecendo *O Século* elevados prémios pecuniários para as crianças concorrentes. Logo no primeiro dia de inscrições, registaram-se cerca de 2.600 candidatos (S., 14/7/1908). No dia seguinte, publica-se já a imagem de um "belo exemplar"(S.,15/7/1908). Um deles, com 6 meses, pesava 10,6kg, o que é considerado um caso digno de notícia (S., 23/7/1908). O espectáculo da observação médica, medição e pesagem das crianças é extremamente concorrido pelo público, impondo medidas especiais na organização da sala. No final, registram-se mais de 8.630 crianças candidatas (S., 26/7/1908).

Contudo, rapidamente ficou claro que a par dos "magnificos exemplares" de "rebustez" e "beleza", milhares de crianças apresentavam-se "infezadas" e "infelizes". Para estas, a título de

crianças que haviam sido excluídas do concurso, promove uma **Colónia Balnear Infantil na Trafaria**. Estas ações, identificadas com as forças republicanas, eram amplamente publicitadas, quer em n`*O Século*, quer noutras das suas publicações, como a *Illustração Portugueza*[148].

Em 1909, com redobrados apoios, a iniciativa foi assumida pelo **Conselho das Juntas de Freguesia de Lisboa** dominada pelos republicanos, pretendendo-se agora contemplar cerca de 1000 crianças.[149] O êxito foi enorme. Estava desta forma consolidada mais uma iniciativa d´*O Século*. Por intervenção de Alexandre Ferreira[150], a Colónia instalou-se na Cruz Quebrada, onde a CML lhe construiu um barracão denominado, em 1924, "Colónia Balnear Dr. António José de Almeida". Mas ao contrário do que seria de esperar, a República pouco fez pela Colónia[151].

Com a **Ditadura Militar,** instaurada em 1926, as questões da **robustez da raça** voltam de novo a assumir uma importância tal que se sobrepunha claramente aos problemas da educação, tão cara à propaganda republicana. No ano seguinte, no âmbito de uma campanha contra os governos republicanos, o assunto é retomado pel`*O Século*. O pretexto imediato era o quadro chocante das milhares de crianças abandonadas pelas

---

consolação, o jornal decidiu organizar, no mês de Setembro, uma colónia balnear para cerca de **200 crianças**. O local escolhido foi a praia mais concorrida no tempo, a Trafaria (S.,23/7/1908). O facto despertou de imediato uma onde de solidariedade. Um banheiro desta praia, António Maria da Rocha prontificou-se a tratar das crianças (S.; 24/7/1908). O jornal garantiu "pão e leite" (S.;25/7/1908). Um comerciante ofereceu tecido para fatos de banho (S.; 8/8/1908). Na Feira de Agosto, no Parque Eduardo VII, os feirantes organizaram um festival a favor das crinças protegidas pelo jornal (S., 30/9/1908). A Alfândega pôs à dipsoição um vapor. Em Belém, o mestre Augusto Marques, disponibilizou também para as atravessias diárias, a lancha a vapor "Lucta pela Vida". No meio de um enorme entusiasmo, o primeiro turno partiu do Terreiro do Paço, a 22 de Agosto. Diariamente, o jornal procurava centrar as atenções do país nesta obra digna dos republicanos.

[148] O Governo reagiu de forma violenta ao apoio que a CML pretendeu dar à iniciativa, proibindo o seu financiamento através do Ministério do Reino (S., 14/9/1908).

[149] Na sequência da abertura das Cantinas, a 17 de Agosto, *O Século* informava os seus leitores que se ira promover, de novo, mais "uma temporada anual de banhos de mar". A iniciativa ligada ao jornal partia todavia da Junta Central das Paróquias (ou Freguesias) de Lisboa, ligada ao Governo Civil de Lisboa. Não é pois de estranhar que na sessão preparatória apenas tenham comparecido **17** freguesias, mas, perante a campanha do jornal, logo na terceira renião o seu número se tenha elevavado para **29**. Entretanto, começavam as ofertas de transportes e de géneros para as crianças (S., 19/8/1909). Entre os membros da Comissão organizadora, destacavam-se proeminentes republicanos, como **Ricardo Covões**, um dos grandes beneméritos desta Colónia, assim como da promovida, em 1927, também pel` *O Século*. O primeiro turno teve início a 1 de Setembro, contando com 290 crianças. O 2º, com 242 e o 3ª e último, com 393. O espectáculo oferecido por estas crianças, com os seus bibes e chapéus de palha, pouco se fasta daquele que décadas depois este jornal divulgará da sua Colónia em S. Pedro do Estoril (S.,6/10/1909).

[150] Alexandre Ferreira, nascido no Porto a 4/11/1877, foi um dos nossos mais activos propagandistas da educação e da assistência infantil. Exerceu o cargo de vereador da CML em 1917, 1923-25 e de 1926 a 1928. Deve-se-lhe a instalação da Colónia na Cruz Quebrada, e a criação de uma Colónia de Campo, em 1925, na Quinta de Santo Elói (Paiã). Foi o grande impulsionador da Universidade Livre (1911), mas também da criação da Academia de Amadores de Música, do Ginásio Club Português e da Assoc. de Socorros Mútuos de Empregados do Comércio e da Industria e da Associação do Inválidos do Comércio.

[151] Esta Colónia manteve-se até 1926. A selecção das crianças passou entretanto das Juntas de Freguesia para as Escolas Primárias Esta mudança se reflectia uma maior responsabilização da CML na Colónia (Nuno Campos, *Os Primeiros*...p. 136), por outro traduzia a necessidade de proporcionar aos alunos destas escolas um contacto mais directo com a natureza, já que na sua maioria não possuiam um recreio. Na Colónia organizada em 1926, decorreu entre Junho e Setembro tendo participado cerca de 6.024 alunos, divididos em 6 turrnos., com idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos. Diariamente e durante 15 dias, cada turno fazia o trajecto entre Lisboa e a Cruz Quebrada (p. 138). Para as crianças pobres, em geral, por volta de 1926, apenas as Freguesias de Belém e da Ajuda, assim como a Associação Junção do Bem e a Cantina da Escola Marquês de Pombal promoviam banhos higiénicos.

ruas Lisboa[152], alvo de uma enorme campanha do jornal[153]. Resolvido a dar o exemplo, a 21 de Agosto de 1927, divulga o seu propósito de voltar a organizar banhos de mar para as crianças pobres, tendo apelado para o efeito à participação do Conselho Central das Juntas de Freguesia de Lisboa, tudo em nome da "higiene", do "desenvolvimento físico" e portanto do "revigoramento da raça"[154]. A onda de entusiasmo em torno de mais esta iniciativa voltava de novo a crescer. A 27 de Agosto, informava que já havia sido encontrado um local em S. Pedro do Estoril, uma antiga fábrica desactivada[155], onde seria instalada uma Colónia Balnear. No dia seguinte, informava que as crianças seriam entregues a pessoal especializado, estando já em estudo horários, alimentação, recreios, etc. Pouco depois eram realizadas algumas obras de adaptação na referida fábrica. Tudo corria velozmente. No curto período de 15 dias, mercê de uma grande campanha de solidariedade, a colónia estava criada. 250 crianças iniciaram o primeiro estágio no dia 10 de Setembro, por um período de 10 dias. Eram oriundas das freguesias de Camões, Mártires, Arroios, Alcântara, Conceição Nova, S. Julião e Sacramento[156]. No dia 20 de Outubro, embarcava o 5º turno, com mais 260 crianças, oriundas das últimas freguesias de Lisboa. Ao todo passaram pela colónia 1.424 crianças vindas de 44 freguesias!. Apesar do curto período, o jornal garantia que, pelo menos em uma freguesia, as crianças acusavam um aumento de peso que variava entre 500 gramas e dois quilos[157].Graças à grande adesão que a iniciativa conheceu, o saldo das contas fora de tal modo positivo, que a sua realização estava já assegurada para o ano seguinte[158].

Terminando abruptamente a sua colaboração com a Junta Central das Freguesias de Lisboa, *O Século*, passa a ser o seu único organizador. As razões porque o fez, estão por esclarecer. O certo é que a Colónia se afirmará como a sua grande obra social, alcançado mesmo projeção internacional.

Os governos civis retomam a ideia e envolvem-se na organização de colónias balneares. Em Lisboa, o Conselho Central das Juntas de Freguesia, reanima a colónia instalada no barracão da Cruz Quebrada[159]. Em Coimbra, procura-se desenvolver uma

---

[152] Em 1927, por exemplo, *O Século* mantinha cerca de 200 crianças pobres de Lisboa. Devido à sua acção junto do Governo, algumas crianças abandonadas foram internadas na Escola Profissional da Paiã (S., 2/7/1927).

[153] Num artigo de fundo, escrevia-se neste jornal sobre este problema: "A questão das crianças abandonadas, levantadas pelo Século, com aplauso de todo o país, não pode ser esquecida. Isso seria concorrer para que os presídios continuassem, amanhã, povoados de homens que podiam ser úteis à sociedade . Seria alimentar o crime e depauperar ao mesmo tempo o país dos seus braços de trabalho de que ele tanto precisa".

"Evitar que todos esses pequenos seres que hoje arrastam pelas ruas de Lisboa uma triste e infeliz existência se percam irremediavelmente para o trabalho honrado não é só uma questão de humanidade, é também, e principalmente, uma questão de patriotismo"(S., 7/7/1927, p.1). Desta forma, S., retomava um dos temas caros à República, a assistência infantil, mas que esta fora incapaz de resolver durante 16 anos de regime democrático.

[154] S.,21/8/1927

[155] Tratava-se de uma fábrica de conservas, cujo proprietário, Carlos Correia, se mostrou disposto a ceder entre 1 de Setembro e 31 de Outubro, em condições consideradas muito vantajosas. S., 27/8/1927.

[156] S., 11/9/1927

[157] S., 22/9/1927

[158] Consultar o *Relatório do Conselho Central das Juntas de Freguesia de Lisboa e as Contas de O Século. Colónia Balnear Infantil de S. Pedro do Estoril*, publicado em S., 30/12/1927.

[159] Esta Colónia voltou a ser denominada "Colónia Balnear Dr. António José de Almeida", por proposta de um dos grandes organizadores da mesma - Pedro Terenas - aprovada em Reunião do Conselho Central das Juntas, em Dezembro de 1927 (S., 30/12/1927), numa sessão cheia de fervor republicano. Em 1932, o mesmo Conselho onde continuava ainda Pedro Terenas, desempenhando o cargo de Tesoureiro e gerente

idêntica iniciativa. Paralelamente, surgem outras colónias. Em Castelo Branco, desde 1930, o Dispensário de Puericultura passa a organizar uma Colónia Balnear Infantil na Nazaré[160].

A Colónia d`*O Século* prosseguiu, sempre com um elevadíssimo número de crianças, embora com grandes dificuldades devido sobretudo ao problema das instalações, chegando, por exemplo, a ser utilizado para o efeito o antigo Casino da Parede. Quando em 1933, Azeredo Perdigão, então um jovem advogado acusava J. P. Rosa e o Conde de Monte Real de estarem envolvidos numa falência fraudulenta e de através d`*O Século*[161] difamarem todos os que não participavam no seu encobrimento. Eis que um **benemérito anónimo** oferece em Agosto desse ano, 250 contos para a adquisição pela SNT, dos terrenos e instalações da antiga fábrica de conservas em S. Pedro do Estoril[162]. Só passados vários anos foi possível conhecer o nome do benfeitor. Era nada mais do que o próprio Conde de Monte Real, Artur Porto de Mello e Faro[163]. O súbito aumento do valor patrimonial da Colónia terá sem dúvida contribuído para um maior envolvimento do jornal.

---

da Colónia, saúdam já efusivamente a ditadura e em particular Salazar (*D. N.*, 11/7/1932). Os tempos tinham mudado também nas colónias...

[160] António Ramos Proença, *Colónia de Férias...*

[161] Azeredo Perdigão acusava-os publicamente de o terem pressionado e à Marquesa de Gouveia, sua constituinte, para ocultarem os seus nomes num caso que estava ser julgado em Tribunal sobre a falência fraudulenta da Sociedade Torlada, Lda. O caso atingiu uma dimensão patética quando este advogado publicou uma longa carta na imprensa denunciando a campanha difamatória que *O Século* lhe movia, convidando no final, J.P.Rosa para um **duelo** à moda antiga...(Cfr. *Diário Liberal*, 5/12/1933 e *Diário da Manhã*, 5/12/1933). Os jornais da oposição aproveitavam o caso para denúnciar por sua vez, a ligação do Conde de Monte Real e de J. P.Rosa a "negociatas" pouco claras na indústria fosfereira (cf. *Liberal*, 14/11/1933).

[162] Sobre este montante consultar S., 3/7/1949. O mesmo jornal em 1933, indicava apenas 200 contos. Cfr. S., 16/8/1933. Em 1945 vários jornais mencionaram 246 contos (cfr. D.L.,14/12/1945)

[163] O Conde de Monte Real, cujo título lhe foi concedido por D. Carlos a 21/10/1907 nasceu no Rio de Janeiro, como súbdito português, a 18/8/1866, e morreu em Lisboa a 13/12/1945. Era filho de José Dionísio de Melo e Faro, deputado, jornalista e grande proprietário. Casou a 27/7/1910, com Laura Cardoso da Silva e Sommer. Exerceu, entre outros, os seguintes cargos: Presidente da direcção do Automóvel Club de Portugal, entre Junho de 1937 e Dezembro de 1945 (ver a homenagem que lhe é prestada no ACP, S., 8/5/1942); Presidente da Assembleia Geral da Companhia Nacional de Navegação. Grande benemérito não apenas no concelho de Cascais, mas também em Salvaterra de Magos, onde possuía enormes propriedades. Foi agraciado, em 1938, com a Grã-Cruz da Ordem de Benemerência.

Dois dos seus filhos, por razões diversas, vão estar ligados à Feira Popular de Lisboa:

José Luis Cardoso Pereira da Silva de Melo e Faro, primogénito, morreu em criança a 15 de Agosto de 1911. Em lembrança do mesmo, o Conde Monte Real irá criar em Cascais um creche com o seu nome. A doação de 1933 foi também feita no dia em que faria 22 anos.

José Cardoso Pereira da Silva de Melo e Faro, segundo filho, nasceu em Lisboa a 31/8/1916, foi um grande proprietário e desportista, sobretudo no automobilismo, onde chegou a adquirir certa projecção internacional. Casou com Maria Teresa de Castro Pereira, tendo pelo menos uma filha, Maria Madalena de Castro Pereira Melo e Faro, nascida a 28/2/1940.

O 1º. conde, o seu segundo filho, foram os principais mecenas da Colónia, assim como a actualmente a Condessa que herdou o título. A uma camarata desta colónia será atribuido o nome de Conde Monte Real.

Desde 1943 até aos anos 60, era de tradição, na abertura evocar o 1º. Conde de Monte Real (Cfr. S., 13/7/43). Terá sido também por seu intermédio que o Conde de Vilalva cedeu o Parque de Palhavã para a sua realização. No principio dos anos 80, devido à nacionalização e depois à extinção da SNT, os herdeiros reclamaram no Tribunal de Cascais os edifícios e os terrenos da colónia. O Estado acabou por ganhar o processo (decisão de 30/10/1984, livro nº24, fls. 100-101 do referido Tribunal).

O número de crianças, entre 1927 e 1932, pouco variou, passando apenas de 1.424 para 1.552. A partir de então, não parou de crescer, atingindo em 1943, as 2.325. Números que não tinham qualquer paralelo em outras colónias do país.

Devido à origem social das crianças, a assistência médica acaba por tornar-se numa das suas actividades mais relevantes. Os Relatórios da Colónia espelhavam esta situação nas suas estatísticas[164]. Esta Acão, com o tempo, passou a incluir, não apenas exames e assistência médica, nomeadamente de estomatologia[165], mas também vacinação, testes de tuberculose, etc.

A realização da Colónia era objeto de uma intensa exploração publicitária por parte do jornal, secundo por outras publicações[166]. Alguns momentos e acontecimentos evidenciavam estes propósitos:

a) A **partida dos turnos** que era alvo de copiosas notícias, contrastou sempre com as suas chegadas quase sempre ignoradas. A tal facto não é alheio o elevado número de crianças que adoeciam na Colónia ou depois do seu regresso, o que era atribuído à sua enorme debilidade física[167]. Em 1957, por exemplo, o seu número atingiu o 15,3% do total dos estagiários[168].

b) As **manifestações patrióticas,** muito comuns nos anos trinta, envolviam a participação activa das crianças em simples cerimónias como o hastear da bandeira ou o canto do hino, mas também a sua incorporação em velórios de figuras públicas, etc. Estas manifestações eram acompanhadas por referências explícitas à obra

---

[164] Relatórios da Colónia Balnear consultados:

Publicados no jornal *O Século*: **1927**(S.,30/12/1927), **1934**(S.,13/3/1935); **1936** (S., 19/2/1937); **1940** (S., 2/3/1941); **1941** (s, 24/4/1942), **1942** (S., 30/6/1943), **1943** (S,1/7/1944); **1944** (S.,31/1/1945); **1945** (S.,10/4/1946); **1946** (S., 9/4/947); **1947** (S., 1/5/1948), **1948** (16/4/19149), **1950** (S., 8/5/1951); **1951** (S.,25/3/1952); **1952** (S., 5/3/1953), **1953** (S.,5/4/1954), **1954** (S.,6/4/1955), **1955** (S., 6/4/1956), **1960** (S., 28/3/1961), **1967** (S., 15/6/1968), **1968** (S., 26/3/1969).

Publicados em folhetos existentes nos arquivos da FPL: 1948, 1951, 1952, 1953, 1954, 1955, 1959, 1961, 1962, 1965, 1966 e 1971; na Torre do Tombo: 1972; na BNL: 1939.

[165] Os relatórios médicos da Colónia fornecem também abundante informação sobre a precárias condições de assistência infantil em todo o país. Muitas vezes constituem verdadeiros ataques à assistência social do Estado Novo. Em 1937, o médico estomatologista da Colónia. Dr. António Bonfim, após traçar um retrato impressionante das carências reveladas pelas crianças, concluia que não existia qualquer tipo de assistência estomatológica para crianças em Portugal, a não ser aquela que era facultada pela Colónia a todas as que tinham tido a sorte de serem selecionados (cfr.S., 17/1/1937).

[166] A partir de finais dos anos 30 até meados dos anos 50, a imprensa publica frequentes imagens da Colónia, em geral com textos muito curtos. Procurava-se sobretudo captar a alegria das crianças e a excelência das instalações, e não tanto fornecer qualquer informação específica. Para uma visão iconográfica deste período consultar: *Século Ilustrado*, 21/9/1940; *Alma Nacional*, Lisboa, Novembro de 1941. *Modas e Bordados*, 29/10/1941; *Século Ilustrado*, 8/8/1942; *Vida Mundial*, 9/9/1943; *Construtor Cívil*, Lisboa. Agosto de 1946; *República*, 17/9/1954; *Jornal Ilustrado "A Hora*", Out. 1962. Artur Duarte realizou sobre a Colónia um documentário cinematográfico intitulado "Férias à Beira Mar", apresentado aquando da estreia do filme de Leitão de Barros "Ala, Arriba" (1942).

[167] Numa entrevista realizada, por altura da inauguração das novas instalações da Colónia (1946), o médico Soares Campos inquirido sobre as doenças, que nela ocorrriam com maior frequência afirmava: "- Golpes de Sol e desarranjos intestinais provocados, sobretudo, porque, ao chegarem à colónia, devoram quantidades inconcebíveis de alimentos e a tal ponto que temos de as vigiar rigorosamente" (S., 24/7/1946). Muitas outros relatos insistiam neste aspecto.

[168] Esta elevada percentagem de doentes em 1957, foi justificada pelo facto de neste ano ter ocorrido uma epidemia de gripe asiática em todo o país, obrigando, por exemplo, a suspender as vistas aos hospitais de Lisboa (D.N., 15/10/1957). Em geral, a gripe era a doença mais frequente. As estatisticas revelavam ainda, ao longo da década de 50, uma elevada percentagem de crianças com contágio pulmunar de tuberculina (Cfr. *Relatório da Colónia Balnear Infantil de "O Século*"- 1965. Lisboa. 1967).

desempenhada pela Colónia no revigoramento da raça portuguesa[169]. Esta ideia é todavia claramente abandonada nos anos 50, passando a Acão da Colónia a ser apresentada como um contributo para minorar as carências básicas das crianças[170].

c) A utilização da Colónia como um verdadeiro **centro de acolhimento**, não apenas de crianças[171]. Entre os casos mais conhecidos pela sua repercussão internacional, conta-se o acolhimento, em 1941, de 111 crianças **refugiadas** [172]. Menos falado será o caso de crianças **belgas**[173], **espanholas** (oriundas de Olivença[174], Valência de Alcântara)[175], mas também das **colónias portuguesas**[176]. Por último, explorando efeitos emocionais nos leitores do jornal, o acolhimento de filhos de assassinos e vítimas de um crime ocorrido no Barreiro[177]

d) As **visitas de entidades nacionais**[178] e **estrangeiras**[179]suscitavam por parte do jornal, manchetes de primeira página. Na verdade, elas pretendiam traduzir melhor

---

[169] No auge destas ideias, Samuel Maia veio corajosamente a público atacar todos aqueles que na Alemanha, mas também em Portugal, apregoavam as ideias de que existiam "raças superiores" (S., 6/9/1940).

[170] No Relatório da Colónia de 1948, volta-se a colocar a questão de 1927: "Não é só uma acção - aliás importantíssima de beneficiência e de solidariedade social: é um contributo para o revigoramento, tão necessário, da raça portuguesa; é preparar gerações de homens e mulheres válidas e fortes para as lutas da vida e para o progresso da nação" .

Mas no Relatório de 1952, colocava-se já em evidência a questão de uma pobreza endémica da população, o que havia sido revelado por um estudo da Comissão Nacional da FAO. Uma alimentação e produtividade abaixo dos padrões europeus eram segundo o Relatório, motivos que sobra para relançar um esforço nacional de desenvolvimento acelerado e para apoiar as crianças pobres.

[171] Uma das utilizações mais frequentes tem sido para alojar desportistas. Por exemplo, em 1961, acolheu os que participaram no Torneio Internacional de Futebol (*Diário da Manhã*, 26/3/1961).

[172] Em 1941, no verão, a Colónia receberá 111 crianças refugiadas a caminho dos EUA. Consultar: S, 7/6/1941, 4/6/1941 e 11/6/1941. Do outro lado do Atlântico, este acolhimento foi amplamente saudado por organizações como "United Stats Comitee", "American Quakers" (S., 6/6/1941), American Joint Distribution" (S., 7/6/1941). No Brasil, a colónia portuguesa exultou com o facto, falando em "milhares de crianças" acolhidas. Cfr."*Correio Português*. Rio de Janeiro, 14/2/1942.

[173] O estágio de 27 crianças belgas (orfãos), decorreu entre Novembro de 1946 e Março de 1947. Foi na altura objecto de uma intensa exploração mediática (Cfr. S., 24/11/1946 e S., 11/3/1947).

[174] S., 16/2/1950 e Relatório da Colónia Balnear-1948. Cerca de 30 crianças foram trazidas, em 1948, pelo prof. Dr. Queirós Veloso do Grupo de Amigos de Olivença.

[175] Em 1970, tendo o acto sido comemorado com a afixação de uma placa alusiva, na Colónia.

[176] Na altura se preparava para a bertura da Feira, em 1961, eclodia a Guerra em Angola. Na sequência dos massacres, *O Século* colocou logo à disposição da Cruz Vermelha as instalações da Colónia para albergar as crianças que viessem (S.,6/5/1961). Em Dezembro desse ano, foram as mesmas utilizadas pela Caritas Portuguesa e pelo Ministério do Exército para o alojamento de familias goesas, num total de 160 pessoas (mulheres e crianças). Nos primeiros dias de 1962 foram visitadas, com grande aparato mediático pelo ministro do exército (S., 1/1/1962).

[177] O caso abalou a opinião pública. Consultar S., 5/9/1968.

[178] Um enorme número de personalidades visitaram ao longo dos anos a Colónia, mas algumas, pelo seu simbolismo e projecção pública, tinham honras de primeira página, não apenas n` *O Século,* mas também em outros jornais. A frequência destas visitas reforçava a carga ideológica da acção desenvolvida pela Colónia. Entre estas visitas, destacam-se, naturalmente as de **Salazar** (13/10/1935 e 18/5/1947), **António Ferro** (5/9/1938 e em 1946 com Fernanda de Castro), **Carmona** (1946); **Cardeal Cerejeira** (11/6/1948 e 1951), **Craveiro Lopes** (12/8/52 e 26/9/1953), **Marcelo Caetano**(como ministro da presidência, S., 1/8/1957**), Américo Tomás** (a 15/3/1946, como ministro da marinha, para visitar as obras da Colónia, e depois já como Presidente a 31/10/58, 23/4/1959,para agraciar J.P. Rosa, com a Grã -Cruz da Ordem de Benemerência, e em 1965 para descerrar um busto de J.P.Rosa). Para além destas sobressaiem outras cuja notoriedade foi mais limitada no tempo, como Capitão Gomes Pereira (Ministro do Interior, S. 13/9/1934), Cor.Lobo da Costa (Governador Civil de Lisboa, S.,15/8/1937), Bissaia Barreto (S,.11/8/1946), França Borges (Presidente da CML, S., 24/10/1963), Moreira Baptista (S., 14/7/1968), etc.

que nada, não apenas o reconhecimento público desta obra, mas sobretudo exaltar o seu carácter exemplar. Vezes sem conta, era referido o facto de não existir outra colónia semelhante em toda a Península Ibérica, o que atestava a importância que em Portugal se devotava às crianças...[180]

Para financiar a Colónia desde 1927 foi montado uma sólida organização que não se limitava apenas a angariar contribuições particulares, em dinheiro ou em géneros, mas também promovia ao longo do ano, inúmeros espetáculos e outras iniciativas com idênticos propósitos[181]. No entanto, o equilíbrio entre as despesas e receitas manteve-se sempre muito precário, nomeadamente porque o número de estagiários em cada ano não parou de aumentar.

Em 1943, o problema recolocou-se com redobrada acuidade. Por outro lado, a questão da Guerra, que desde 1936 alastrava por toda a Europa, fomentava entre os Estados a preocupação com as questões em volta do "revigoramento da raça", suscitando o desenvolvimento de práticas desportivas e actividades ao ar livre, como as colónias balneares[182]. Por outro lado, havia-se constatado publicamente que o número de casos de tuberculose estava a aumentar, e nada se tinha feito para a debelar[183].

---

[179] Verdadeira "sala de visitas" do país na área da assistência às crianças, na colónia registam-se entre outras visitas marcantes as do embaixador da Grã-Bretenha (S.I.,8/8/1942), do Cavaleiro Alvaro Domecq (S,23/3/1945), Rei Humberto da Itália (S.,10/8/1946), Embaixador dos EUA (S.,26/7/1951), Miss Universo (S, 14/9/1962), Kubitschek de Oliveira e familia (S, 25/7/1964)

[180] A imprensa afecta ao regime explorou também de forma sistemática não apenas a dimensão desta Colónia, mas uma alegada proliferação, entre nós, deste tipo de estabelecimentos. O jornal *Povo da Louzã*,a 5/8/1944, fazendo uma comparação com a República, era perentório: "Actualmente não são apenas os filhos das classes mais abastadas que vão a banhos como acontecia antes da Revolução Nacional". Mais directamente, o *Diário da Manhã*, a 26/8/1946, não tinha dúvidas em atribuir a própria existência das colónias ao Estado Novo (artigo "*Um Domingo nas Colónias de Férias Infantis Espalhadas ao Longo da Costa do Sol").*

[181] Nestes espectáculos participavam muitas dos artistas mais populares de Portugal. Num deles, uma matinée da revista "Sempre em Pé", no Parque Mayer, participou Beatriz Costa. Vestia o emblemático bibe, tendo na cabeça o chapéu de palha usado pelas crianças da colónia.S.,4/7/1938.

[182] No princípio dos anos quarenta funcionavam em todo o país cerca de uma dúzia de colónias balneares infantis. O seu número estava longe de corresponder as necessidades das crianças, cujos estudos e relatórios médicos eram unanimes em apontar generalizadas deficiências físicas. Face a esta penúria de recursos, o **Diário de Lisboa** já havia advogado a adopção do modelo de colónias de campo seguido na Alemanha, compelindo os camponeses a "aceitarem nos seus lares a população juvenil das grandes metrópoles industriais densas de anidrido e de óxido", *Diário de Lisboa*, 26/6/1934. Várias entidades públicas envolveram-se no processo, mas os resultados eram modestos:

- A Brigada Naval da Legião Portuguesa, criara em 1939, no Forte das Maias (Santo Amaro em Oeiras), uma colónia para os filhos dos legionários, pescadores e marinheiros (cfr. *Diário da Manhã*, 5/10/1940). A pobreza da Colónia não permitia grandes acções propagandísticas (cfr.*Legião....)*

- A Junta da Província da Beira Baixa assumiu, em 1940, a organização da Colónia Maritima da Nazaré, até aí pertecente ao Dispensário de Puericultura de Castelo Branco. As graves deficiências das crianças em termos alimentares, tornam logo o assunto, um dos temas centrais dos relatórios. Em 15 dias todas as crianças aumentavam de peso. Em 1946, em média 1,246Kg. Em 1950, em média, 1, 486Kg (Cfr. António Ramos Proença, o*b. cit*, p. 52).

- A Junta de Freguesia de Lisboa que mantinha a Colónia Balnear na Cruz Quebrada, abriu por volta de 1943, uma colónia de campo em S. Antão do Tojal (Loures). Pouco depois, foi transferida para a localidade de Lousa, onde ficou instalada na antiga Casa de Saúde e Repouso de Lousa. É curioso constatar que nesta última Colónia, entre os graves problemas apontados sobre o seu funcionamento, surgiam as familias das crianças. Nas suas visitas, aproveitavam para comer e beber de manhã até à noite, envolvendo-se frequentemente em cenas de pancadaria (Cfr. *Colónia de Férias de Lousa...).*Era difícil com este ambiente grandes exaltações rácicas...

- Colónia Balnear Infantil da Junta do Ribatejo, na Praia da Nazaré.

Facto que só por si implicava a necessidade de estudar outras hipóteses de financiamento para expandir a Colónia, dada a dimensão ideológica que entretanto havia adquirido. É neste contexto que surge a ideia da realização de uma Feira Popular para angariar novos fundos.

2.3. A Festa Popular

Numa altura em que a Segunda Guerra Mundial[184] atingia as maiores proporções em termos de destruição, quando a população portuguesa era sujeita a enormes

- O Governo Civil de Coimbra continuava a manter uma colónia para as crianças pobres, mas com uma acção muito limitada, por falta de meios. Bissaia Barreto dar-lhe-á contudo um decisivo impulso ainda nos anos quarenta.

- A Fundação para a Alegria do Trabalho (FNAT), a 31 de Julho de 1938, inaugura na Caparica a **Colónia** "**Um Lugar ao Sol**", essencialmente dirigida para acolher adultos. Em 1940, abre na Foz do Arelho (Caldas da Rainha), a **Colónia Infantil "Marechal Carmona"**. Até 1951, segundo números oficiais, por lá terão passado cerca de 25.000 crianças. Contudo, por disposição legal (Dec. 37.836, de 24/5/1950) foi entregue à Junta de Acção Social da Diocese de Leiria entre 1952 e 1957. Foi então voltada praticamente ao abandono. Apenas em 1958 voltará à FNAT que a trasnformou numa colónia para adultos. Em Julho de 1960, serão abertas, todavia, instalações para crianças. Nos anos 40, abriu também uma colónia em **Albufeira,** mas não tardou que, em 1950, fosse a mesma transferida para outro organismo do Estado. Qunado em 1960 voltou à FNAT foi logo transformada numa Colónia para adultos (Cfr. Crespo Diogo, *Colónias...)*

- O Tenente Amaro, durante vários anos Comandante da Polícia de Segurança Pública da Covilhã, nos anos quarenta criara também uma Colónia de Campo nas Penhas da Saúde. Ainda funcionava em 1952, mas já a cargo da Câmara Municipla da Covilhã (Cfr. António Ramos Proença, *ob. cit,* p. 54)

Algum empresas de grande dimensão possuiam colónias de férias para os filhos dos seus trabalhadores, como era o caso dos **Caminhos de Ferro Portugueses** (Ericeira), **Companhias Reunidas de Gás e Electricidade, Companhia União Fabril** (CUF), empresa **Cimenteira Liz**, em colaboração com a respectiva Casa do Pessoal (S. Martinho do Porto) .

[183] No **Congresso do Mundo Português**, em 1940, numa das comunicações mais documentadas, comparavam-se exaustivamente os casos de tuberculose em Portugal e no estrangeiro. A conclusão era óbvia. Entre nós não parava de aumentar ao contrário do que acontecia há muito na maioria dos países europeus. Mais grave, constatava-se também que nada se fizera para a combater entre as crianças. "O combate à tuberculose ainda mal principiou e ainda está tudo por fazer em matéria de assistência social". Era uma acusação demasiado grave para um regime que durava há 14 anos. No debate que se lhe seguiu, nenhuma voz discordante desta conclusão se fez ouvir (Mário Cardia e Alvaro Morais, *Organização da Luta...*pp. 303-319).

[184]O ano de 1943 foi particularmente decisivo para o regime, que percebe que as potências do Eixo estão condenadas a capitular, sobretudo depois da Batalha de Estalinegrado e da entrada no conflito dos EUA.

- Escrevia, a 3 de Janeiro deste ano, *O Século*: "Em 1942 a estratégia dos beligerantes sofreu uma transformação radical. Um discurso do Fuhrer proferido em Setembro anunciou ao mundo que o bloco tripartido passaria à defensiva em todos os sectores onde as tropas combatiam; outro discurso pronunciado pelo marechal Smuts, em Outubro, revelou que as Nações Unidas tinham decidido tomar a ofensiva". A queda das potências do Eixo, torna-se um dado adquirido, apesar dos reveses pontuais. A questão do pós-guerra e das alterações que a mesma provocará em termos geo-políticos e económicos torna-se subitamente objecto de discussão, nas páginas deste jornal.

- Neste ano, Salazar teve o seu primeiro conflito interno de monta, com os seus indefectiveis. O motivo foi a autorização para que o Governo Britânico pudesse construir uma base naval nos Açores (ver, *A Voz*, 11/10/1943). Santos Costa, Subsecretário da Guerra (1936-44), preparou-se para derrubar o ditador, mas não o fez. Passada a tempestade, Salazar, reconhecendo nele o hábil controlador das forças armadas, acabou por o nomear Ministro da Guerra (1944-50) e, finalmente, Ministro da Defesa (1950-58). Esta autorização, se representava o fim das ambíguas atitudes neutrais que desde 1939 haviam sido assumidas

restrições no consumo[185], o regime promovia uma **sucessão de eventos e abertura de grandes espaços de diversão**, entre os quais se destacavam a Exposição do Mundo Português e o seu Parque de Atrações (1940), a Feira Popular de Lisboa (1943), o Parque das Camélias no Porto (1943)[186], a Feira de Saldos (1943) e a Feira Popular do Norte (1944), as duas últimas da iniciativa do *Jornal de Notícias*[187].

Dir-se-ia que o **Estado Novo** conduzido por um ditador cada vez mais só[188], estava a recorrer, de forma sistemática, a uma **estratégia de diversão** que, em 1932, havia condenado às potências do eixo[189]. A verdade é que nunca deixou de o fazer. Basta verificar a sintonia entre os períodos onde ocorreram as maiores festividades populares promovidas pelo Estado e aqueles em que se agudizou a pobreza ou a contestação ao regime para verificar que as primeiras desempenhavam uma função de distração. A Guerra apenas incrementara a necessidade de as promover numa escala superior, a fim de que a população a pudesse esquecer, unindo-se em volta do Estado Novo[190].

---

pelo Estado Novo, constituíam também um duro golpe na maioria dos seus dirigentes que manifestavam abertas tendências germanófilas (cfr.Fernando Rosas, *Portugal*...). *O Século*, a partir de 1943, analisando sistemáticamente a evolução da guerra, nõa tinha dúvidas quais seriam os seus vencedores.

[185] A crónica miséria do povo português atinge entre 1939 e 1945, dimensões tais que dificilmente poderiam ser escamoteadas mesmo pela imprensa ligada ao regime. Nas páginas dos jornais, sucedem-se relatos de racionamentos, açabarcamentos de géneros, rupturas nos abastecimentos nos mercados, fome, crescimento da mendicidade, asilos que abarrotam de crianças abandonadas, desenvolvimento de doenças infecto-contagiosas, etc, a que se sumava um desemprego crónico ou oculto. As acções de caridade estão na ordem do dia. Os Governos Civis do Porto e Lisboa, por exemplo, só em 1943, distribuem pelo Natal, um bodo a 10.000 e 30.000 famílias respectivamente.

[186] O Parque das Camélias foi inaugurado a 18 de Junho de 1943, numa esplendido recinto na rua Alexandre Herculano, propriedade da firma Ernesto & Neves, Lda. Local arborizado, possuia pavilhões, "bars", "dancigs", "casas de gelados", etc. um palco de variedades, cinema sonoro, "rink" (sic) de patinagem, Hockey e Basket. Era uma iniciativa do empresário Ernesto Augusto Eusébio, do cimema Olímpia (cfr. *S.*, 9/5/1943, p.2).Poucos anos depois foi encerrado devido a um grave acidente que nele ocorreu.

[187] O *Jornal de Notícias* desde 11 de Junho de 1942 que tinha como director Manuel Vaz Pacheco de Miranda (28/2/1907-22/1/1999). É curioso constatar que este tenha iniciado a sua actividade profissional como **secretário da direcção de J.P. Rosa**.No final dos anos 30, quando voltou para o Porto, depois de abandonar os seus estudos de Direito em Lisboa, voltou a desempenhar as mesmas funções que exercia n`*O Século*. Nesta altura o *Jornal de Notícias* tinha uma tiragem que não ultrapassava os 7.500 exemplares *(cfr. J.N.,23/11/1999).* Empreendeu então uma verdadeira refundação, conferindo-lhe um cunho popular, e distanciando-o progressivamente do regime. Nesta linha, em 1945, lançará o vespertino *A Tarde*, mas que devido às pressões do Governo acaba por ser suspenso passados poucos meses, quase lhe custando o próprio *Jornal de Notícias*. A realização da Feira dos Saldos, assim como a Feira do Norte, não terá sido alheia à actividade profissional de Pacheco Miranda n`*O Século*. *Resta saber se o* fim destas iniciativas por parte do jornal não se ficaram também a dever às suas atitudes de independência face ao governo. Pacheco Miranda só abandonou o cargo de director a 2 de Junho de 1978 !

[188] Tom Gallagher, *Os Oitenta e Sete...*

[189] O conceito de diversão para Salazar foi claramente definido em 1932, na sua célebre entrevista que concedeu a António Ferro e que veio a ser publicada no *Diário de Notícias*, dando depois origem ao livro publicado em 1933, intitulado "*Salazar. O Homem e a Sua Obra*., com prefácio de Oliveira Salazar, sendo depois editada em diversos ideomas.

Para Salazar, Mussolini e Hitler utilizavam a técnica de "preencher" os intervalos entre as grandes obras do regime. "Esses espaços mortos", diz ele, são preenchidos "com discursos inflamados, cortejos, festas, gritando o que se fez e o que se pensa fazer", com o objectivo de entreter "a natural impaciência do povo". Eram estes espectáculos "circenses" condenados por Salazar em nome de uma política mais estrutural (António Ferro, *Salazar*... p. 284)

[190] O Estado Novo estava paricularmente preocupado, durante a II Guerra, com o excesso de dramatização por parte da população e os efeitos que daí poderiam advir para a estabilidade do regime. Como demostrou José Paquete de Oliveira (*A Guerra*...), o objectivo do Governo passar a ideia que "A Guerra é

Numa perspectiva interna, as feiras, arraiais e outras manifestações populares foram amplamente utilizadas não apenas como meios de distração, mas também como **meios de integração**[191] das populações em valores regionalistas ou bairristas[192], mas sobretudo, na ideologia do regime[193]. A Feira não escapou a este processo, pelo contrário, como veremos, tratou-se exatamente de um dos modelos mais conseguidos.

Numa perspectiva internacional, eventos como a Feira de 1943 permitiam ao regime revelar e acentuar o contraste entre a "paz" e "alegria" que se vivia em Portugal e a guerra que alastrava por todo mundo[194]. Entre 1939 e 1945, a situação dramática vivida pelos refugiados[195] que por cá passavam a caminho das américas, acabou por funcionar como um poderoso instrumento de propaganda política para consumo interno[196] e externo[197].

Estas interpretações apesar de amplamente vulgarizadas, não deixam todavia de ser demasiado simplistas. Não era apenas o Estado Novo que investia na diversão, muito antes dele, alguns jornais diários, com destaque para os de Lisboa, possuíam já uma sólida experiência neste domínio. Desde 1925, que a imprensa diária participava

---

dos e com os outros". Todos os comentários longos eram encarados como perniciosos, quando o importante era permanecer "fiéis ao regime, a Salazar e a Portugal"(p. 221). Em 1941, como refere este autor, António Ferro, afirmara que a única forma de lutar contra a inquietação da população face à Guerra era "provocar acontecimentos na vida nacional, criar grandes planos cinematográficos, que dêem a certeza aos portugueses de que a nossa evolução contínua, de que a nossa ordem interna é a nossa melhor defesa contra a desordem externa" (Discurso proferido aos microfones da Emissora Nacional, publicado no *Diário da Manhã*, 24/5/1941).

[191] António Firminio da Costa, *et al*, *Festas de Lisboa*...

[192] As casas regionalistas, as colectividades de educação, recreio e desporto de Lisboa desde a primeira hora, assumiram um p\apel de relevo na mobilização das populações para os valores patrióticos e regionalistas que a Feira de 1943 amplamente exaltou.

[193] Para reforçar a sua dimensão simbólica será inaugurada a **10 de Junho**, contando com a presença do Ministro das Obras Públicas e Comunicações (Duarte Pacheco), o Ministro das Colónias e o das Finanças, para além de alto funcionalismo do Estado, representantes do comércio e indústria, da imprensa, etc. As edições posteriores estiveram envolvidas em acções de propaganda do regime.

[194] Um retrato impressionante deste contraste entre um mundo em Guerra e um país que em festas sucessivas a procurava esquecer foi escrito por Antoine de Saint-Exupéry (*Lettre à un Otage..).*

[195] A bibliografia sobre o drama vivido entre nós pelos refugiados é ainda bastante escassa. Consultamos em particular*: Fugindo a Hitler e a Salazar e ao Holocausto* ...; Maria João Martins, *O Paraíso Triste*...

[196] A neutralidade de Portugal durante a Guerra foi até aos anos sessenta motivo de constantes encenações de agradecimento a Salazar.

[197] António Ferro, director do Secretariado de Propganda Nacional (SPN), redactor d`*O Século* (1920) e antigo director da *Ilustração Portuguesa* (1922*)*, não deixou de entrever nos refugiados, um poderoso instrumento para a nossa promoção turistica, tendo em conta o seu retorno no pós-guerra. Este foi, aliás, a ideia de fundo que procurou transmitir, numa reunião de representantes das Juntas e Comissões de Turismo, a 27 de Março de 1943, quando afirmou:

" Entre as vantagens que devemos à paz (em si própria o maior benefício), podemos e devemos contar, com uma das maiores, a propaganda natural que obtivemos a nosso favor através da passagem forçada pela nossa terra (...), de estrangeiros de todos os países. Portugal transformou-se, assim, para aqueles que o entreviram, num cartaz vivo que não será facilmente esquecido, que há-de chamar por eles quando surgir a hora de *"l`invitation au voyage",* artigo *"L`A, Tout n`est Ordre et Beauté...",* in, S., 28.3.1943.

Esta promoção turistica, estava todavia longe de reunir um consenso alargado, tal era a mistificação que continha. J. P. Rosa contra-argumenta, que o fomento do turismo passa antes de mais, por "tornar transitáveis as ruas, o varrer e remover os lixos, apagar, por meio de regas oportunas e repetidas, as poeiras, zelar e velar pela higiene pública,cercar a saúde das populações adventícias de todas as estâncias de turismo, marítimas pelas circuntâncias. No dia em que isso se consiga estarão lançadas em Portugal as bases sólidas da indústria turistica, incompatível com o mosquedo, com a poeira, com a sujidade e com os mendigos profissionais" (S., 31/3/1943, p.1).

ativamente na promoção de festas populares, como era o caso não apenas d`*O Século*, mas também do *Diário de Notícias, Diário de Lisboa*, e nos anos quarenta o *Diário Popular*. Desde o início dos anos trinta reclamaram mesmo uma maior intervenção do Estado na diversão das populações[198]. O ***Diário de Notícias,*** em 1935, associou-se, por exemplo, à organização de um **Luna Park** no Parque Eduardo VII. Foi na organização destas iniciativas populares promovidas pela Imprensa que adquiriram experiência e notoriedade pública a maioria dos mais destacados organizadores das festas e comemorações do Estado Novo. A Imprensa foi a sua escola na arte da propaganda e da diversão. Facto da maior importância para analisarmos as complexas ligações entre a Acão da Imprensa e o Estado. Nas vésperas da II Guerra, *O Século* ultrapassa tudo e todos, numa alucinante actividade de promoção de provas desportivas, espetáculos, cortejos, concursos e tantas outras iniciativas que traziam Lisboa em permanente animação. Não é pois de estranhar que quando anunciou a organização de uma Feira, a imprensa humorística mais não fez do que parodiar como vinha fazendo, o tema do arraial para entreter o "Zé Povinho"[199].

"Deem um arraial ao Zé se querem ver como ele esquece as agruras da vida, as contrariedades, as dores de cabeça e...de barriga!"[200]

É todavia indiscutível que a ideia da Feira Popular decorria também da constatação que existia uma penúria de grandes espaços de animação. Não apenas deles carecia a grande maioria da sua população, mas os forçados turistas que por cá passavam[201].

O **Parque Mayer** vivia já em 1943 num prolongada agonia. Começara a ser construído em 1922[202], abrindo as suas portas a 15 de Junho desse ano. As opções estéticas iniciais, como o tipo de divertimentos então instalados pouco se afastavam do modelo de uma feira pitoresca. Quase todos os seus edifícios eram de arquitetura

---

[198] Numa altura em que a república espanhola se afirmava, o *Diário de Notícias*, traçava um verdadeiro programa de diversões que o Estado deveria incrementar:

"O nosso país, e particularmente a sua capital, carecem de instituições e lugares de recreio, desses onde, desde Roma, o povo pode esquecer-se da cegueira dos deuses, do arbítrio dos tiranos e de si próprio, dos seus próprios defeitos. Quem não pode fugir de Lisboa para as areias caras do Estoril ou para os prazeres, mais acessiveis mas ainda custosos da Caparica, não encontra nada que o liberte das obsessões quotidianas; apenas os bancos da Avenida oferecem à melancólia dos párias uma ilusão de repouso e conforto". Neste sentido, deveria a "iniciativa oficial" sobre "as colinas ensoalhadas, nos terrenos devolutos dos grandes bairros populares" construir "estádios", "volódromos", "coliseus", "balneários", "luna parques", "recintos" em suma para albergar e divertir a "multidão desocupada dos domingos" para que "não desespere de Deus, do Estado e de si própria". *Diário de Notícias*, 12/9/1932. No ano seguinte, o mesmo jornal, apelava para que o Estado investisse mais em diversões para o Povo (artigo de fundo, "*Alegre-se a Vida*,in, *Diário de Notícias*, 18/6/1933).

[199] O tema da Feira Popular como instrumento de distração do Povo foi amplamente explorado pelos caricaturistas. A título de exemplo, consultar: *Os Ridículos*, 16/6/1943, 24/5/1944, 16/6/1946, 8/3/1950 e 14/6/1951. *Sempre Fixe* , 10/6/1943, 13/6/1946 e 14/6/1951.

[200] *Os Rídiculos*, 16/6/1943

[201] O último parque de diversões fixos que Lisboa teve foram os "Recreios Whytoyne", popularmente conhecidos por "recreios". Instalados nos Jardins do Palácio de Castelo Melhor (Palacio Foz), foram inuagurados a 6/11/1875. Para além de espectáculos de circo, teatro, possuiam um grande número de divertimentos campestres, esplanadas, cervejarias e restaurantes que faziam as delícias dos seus visitantes. O seu teatro - circo, inaugurado a 27/5/1888, com o nome de "Coliseu dos Recreios", veio a dar o nome ao Coliseu que depois será construído alí bem perto. A construção do túnel do Rossio determinou a sua demolição. Cfr. João Paulo Freire (Mário), *Lisboa do Meu Tempo e do...* pp. 220-241.

[202] *Feira de Lisboa, Jornal anunciador do Parque Avenida*. Lisboa.1922.(publicaram-se 3 números).

Denominava-se então por Parque Avenida, ficando instalado nos jardins do Palácio Mayer, adquirido em 1921 pela Sociedade Avenida Parque pertencente a Luis Galhardo, Alberto Pinto Gouveia, Carlos Borges, Elias Azancot e Hipácio de Brion.

efémera, embora revelassem tendências modernistas. O célebre **Teatro Maria Vitória**, inaugurado a 1 de Julho de 1922, permaneceu durante anos como um simples barracão de madeira. O **Teatro Variedades** só foi inaugurado 4 anos depois (a 18 de Julho de 1926). Os espetáculos teatrais, incluindo os de fantoches, e em especial os de *revista* constituíam a sua principal atracão[203]. Para além destas diversões, como era habitual neste tipo de feiras, sobressaíam as sessões de cinemas[204], a carreira de tiro, os dancings, os carroceis, os cavalinhos, os jogos do azar, tendo aqui como novidade também os combates de box. Entre as áreas mais concorridas estavam, como é evidente, a das comidas e bebidas, onde a boémia era uma constante. Em 1930 e 1931 foi objeto de uma importante remodelação[205], mas o ar pindérico do conjunto de diversões pouco se alterou. Em 1943, falava-se já que o mesmo iria ser mudado para junto da Praça Saldanha, permitindo deste modo prolongar o Jardim Botânico[206].

As diversas feiras de diversão que foram organizadas nos anos 20 e 30, tiveram um carácter episódico, funcionando quase sempre, como polos de animação de outras feiras ou exposições[207]. O melhor exemplo foi, todavia, o **Luna Parque** que entre 1932 e 1935 funcionou no parque Eduardo VII [208].

---

[203] A partir de 1927, o Parque Mayer é identificado sobretudo pelos espectáculos de revista.

[204] Em 1925, Cristino da Silva apresenta o projecto para um Cinema -Cervejaria. O "Capitólio" só será contudo inaugurado em 1931, quando a entrada do Parque recebeu decoração "Arts -Déco". Este Cinema será a primeira obra modernista no país. Cfr. José Augusto França, *Lisboa: Urbanismo*....p.98

[205] Foi asfaltado, demolidos dois prédios contíguos, construída uma entrada "arts-deco" e inaugurado o **Cinema Capitólio**, naquilo que fora primitivamente a "Esplanada Egípcia" e o "Palácio do Riso".

[206] S., 14/7/1943

[207] Não eram apenas as Exposição de Amostras que não dispensavam os "Luna Parks". As exposições organizadas pelo Estado Novo seguiam o mesmo modelo. A Exposição Colonial de 1934, no Palácio de Cristal do Porto, era toda ela concebida como um parque temático de diversões. Para além de aldeias de negros da Guiné, não faltavam para delícia dos visitantes o "Comboio Fantasma", o "Muro da Morte". Restaurantes e parque das merendas completavam a parte gastronómica, sem a qual não haveria atracção digna de registo. O recinto era percorrido também por um "Comboio Colonial"(*Publico*, suplemento de 27de Setembro de 1998).

[208] O "Luna Park" começou por um simples recinto de diversões na **Grande Exposição das Indústrias Portuguesas** de **1932**, no Parque Eduardo VII. Junto do Pavilhão das Exposições foi montado um parque de diversões, denominado **"Feira dos Artistas**". A sua organização pertencia às associações de apoio mútuo: "Tostão Teatral", Caixa de Reformas e Pensionistas de Artistas Teatrais" e ao Núcleo dos Cenógrafos. A Feira, para além de um palco para variedades, era uma simples imitação das feiras tradicionais portuguesas. Em 14 barracas oferecia aos visitantes, loiça pintada por cenógrafos, "pevides e amendoins", um "pim-pam-pum", uma taberna, uma tabacaria, um museu teatral, etc. No seu interior, primeiras figuras do teatro vestidas a rigor, desempenhavam o papel de cabos e chefes de polícia... (DN., 29/9/1932). Embora a exposição tenha sido inaugurada a 3 de Outubro, a Feira só abriu a 21. O que valeu em termos de animação é que a Exposição possuia uma orquestra privativa e programara espectáculos de varieadades, incluindo actuações de grupos folclóricos. Uma aldeia de indigenas da Guiné dava o toque exótico a todo o recinto.

No ano seguinte, ocorreu, como dissemos, a segundo ciclo da Exposição. A sociedade de Diversões, Lda, de Lisboa, prometeu instalar um veradadeiro Parque de Diversões., com "Water-Chute (*glissade* aquática), um labirinto chinês, uma roda alegre para pequenos, motociclistas do céu e dezenas de milhares de lâmpadas. No centro, ficaria uma "fonte luminosa" com 15 metros de altura(Cfr.D.N, 10/6/1933). O Parque que abriu com um enorme atraso e com muitos problemas técnicos, mas o mais grave era a sua modestia face às expectativas que haviam sido geradas pela sua propaganda (cfr. D.N, 29/6/1933).

Em 1934, três homens lançam-se no empreendimento de construir um autentico Luna Park no Parque Eduardo VII: Amadeu Gaudêncio (construtor), Branco Cabral e Belard da Fonseca (engenheiros). Inaugurado a 7 de Julho, representou desde logo um enorme salto em relação a anteriores realizações. A estética global era claramente modernista, cosmopolita, segundo os promotores. Ricardo Covões, acaba por entrar na sociedade, trazendo logo depois consigo Beirão da Veiga do *Diário de Notícias.* A sua

Durante a **Exposição do Mundo Português,** pretendeu-se criar um grande e moderno "Luna Parque". O barco que transportava os divertimentos de Itália, os mais modernos que na Europa existiam, acabou por não sair dos portos deste país, devido ao facto da Guerra ter eclodido. O parque de diversões que foi possível montar, delineado por António Lino e Keil do Amaral acabou por se reduzir a divertimentos construídos em Portugal, o que era muito pouco face às expectativas entretanto geradas. Para maior desalento de todos, o Parque abriu apenas a 7 de Agosto de 1940, quando a Exposição já ia a meio. Encerrou a 31 de Dezembro sem grande brilho. Estava programado abrir no ano seguinte com grande pompa, mas um violento ciclone a 15 de Fevereiro de 1941 acabou por destruir por completo todo o material instalado. Apesar deste fim inglorioso, ficara no ar a necessidade de um parque de diversões adequado à dimensão da cidade. Público havia, como revelavam os 6 milhões de visitantes que registara a Exposição.

Não é pois de admirar que a Feira de 1943, tenha conhecido um rápido e entusiástico sucesso. Quando *O Século* a deixou de organizar em 1948, foi o próprio Estado, através do Governo Civil de Lisboa que chamou a si a iniciativa, no ano seguinte, contando na altura, com o apoio do *Diário de Notícias*, *Diário Popular* e *Diário de Lisboa*[209]. O país necessitava da Feira, a grande Imprensa e o Governo também.

2.4. O Pequeno Comércio

O pequeno comércio atravessou durante a Guerra uma das suas piores crises, devido à penúria generalizada nos abastecimentos. As falências sucediam-se. Não também de espantar que em Abril de 1943 quando foi anunciada a primeira Comissão Executiva da Feira tenha-se logo afirmado que entre os seus membros se contava **Roque da Fonseca**, então presidente da **Associação Comercial de Lisboa**. Um dos objetivos iniciais da Feira, era precisamente o de promover o pequeno comércio e os produtos regionais. Curiosamente, à medida que a iniciativa avançava, o pequeno comércio acabou por ser marginalizado pelas grandes firmas[210]. *O Século* passa a

presença foi assinalada pela abertura de um "Stand" *(D.N*, 8/6/1934). A ideia de uma torre luminosa central manteve-se. Entre *o*s principais divertimentos, destacavam-se já os de natureza mecânica, como os carrocéis de aviões e os de cavalos, as crenolinas, mas também, as auto-pistas.

Ano seguinte, o Luna Parque que abre, poucas novidades tráz, mantendo-se o figurino anterior. Havia que rentabilizar os investimentos. Ora, acontece que o Estado Novo pretendia fazer no local um espaço de afirmação do regime. A CML tratou de encerrar o Luna Parque. Em 1936, Cristiano da Silva, concebera para este local uma imponente praça, encimada por um "Arco Triunfal" por sugestão de Salazar, para "glorificar os obreiros do ressurgimento nacional" (*Diário de Noticias*, 3/6/1936). Procurava-se criar uma nova centralidade para a "Capital do Império". O cunho político deste projecto tornava só por si inviável a manutenção do Luna Park neste local.

[209] Nos dias 6 e 9 de Março de 1949, os dois primeiros jornais publicam um texto sobre as razões desta iniciativa.

[210] Portugal, no princípio dos anos 40, era um país de pequenos comerciantes. Em 1940, a população activa ligada ao comércio era aproximadamente de cerca de 200.000 activos, entre patrões, comerciantes "isolados" e empregados de comércio, dos quais 55.000 eram patrões. Esta actividade concentrava-se sobretudo em Lisboa e Porto. Em 1939, por exemplo, 72% das sociedades comerciais existentes funcionavam em Lisboa (59%) e Porto (21%). Para além das grandes firmas, ainda localizadas na "baixa" destas cidades, o que predominavam eram as pequenas firmas, com destaque para as ligadas à alimentação e bebidas.

promover a ideia da criação de uma Feira de Amostras, mantendo todavia como fonte de inspiração a antiga Feira de Belém ou a Feira de Agosto do princípio do século. Não era inocentemente que esta opção era ainda seguida em 1943. Ela representava um compromisso profundo com o ideário do regime.

2.4.1. Evolução das Feiras de Amostras

As primeiras feiras de amostras surgiram em Portugal, conforme vimos, no século XVIII. Nos anos vinte do século XX, as exposições e feiras de amostras sofreram uma profunda mudança estética, traduzida no estabelecimento de uma contemporaneidade decorativa que encontrou nas arquiteturas efémeras, o seu campo de eleição[211], sobretudo nos pavilhões produzidos no exterior[212]. O vocabulário decorativo herdado do século XIX[213] foi substituído por outro de carácter modernista, que teve a sua consagração, em 1925, na grande Exposição das Artes Decorativas de Paris[214].

Esta pequena burguesia urbana que formara a base social do republicanismo, com a "ordem" e a "estabilidade" dos preços do Estado Novo, convertera-se num dos seus mais silenciosos e acomodados apoios. Com as crises de abastecimento durante a Guerra, começou a oscilar, acabando por aderir às teses oposicionistas. (cfr.Fernando Rosas, *Estado Novo*...p. 101 e segs).

Este fenómeno não pode ser desligado da crescente concentração do capital industrial, agricola e comercial, estudada por Eduardo Freitas *(Polarização*... p.488). Assinala este sociólogo que desde a década de 30 a mesma não parou de se acentuar, traduzindo-se por uma notória quebra do número de patrões (11,5% do total de activos em 1940 para 2,3% em 1970), sendo acompanhada por uma tendência para o crescimento dos isolados (9,9% em 1940 para 18,4% em 1970) e o aumento do número de assalariados.

[211] Rui Afonso Santos, *O Design e a Decoração*.....

[212] Na década de 20 e 30, destacam-se as seguintes exposições promovidas no exterior, que revelam só por si, o enorme esforço de propaganda empreendido pelo regime salazarista.

- Expos. Intern. do Rio de Janeiro (1922), cujo pavilhão de Portugal foi marcado por temas revivalistas.
- Expos. Ibero-Americana de Sevilha (1929)
- Expos. Colonial Intern. de Antuerpia (1930), que marcou o abandono do gosto áulico de D. João V em representações oficais no estrangeiro, assinalando a consagração de uma estética modernista.
- Feira de Amostras de produtos Portugues no Rio de Janeiro (1930)
- Expos. Colonial Intern. de Paris(1931)
- Expos. Intern. de Bruxelas (1935)
- Feira Intern. de Tripoli (IX) (1935), correspondeu a um convite de Mussolini. O Comissário era o Subdirector do SPN, António Eça de Queirós, o qual se limitou a mostrar os programas industriais e agrícolas das colónias portuguesas.
- Feira de Lyon (Abril, 1935)
- Expos. Intern. de Paris (1937), porventura o maior acontecimento do género nesta década.
- Feira de Bordeus (Junho de 1938)
- Expos. Universal de Nova Iorque (1939)
- Expos. Intern. de S. Francisco (1939).

Fica clara nesta listagem, embora incompleta, o esforço de afirmação de Portugal como potência colonial.

[213] Estas concepçãoes caracterizavam-se pelo recurso a vocabulários decorativos regionalistas e revivalistas (neo-manuelinos, neo-joaninos...)

[214] A primeira exposição que recorre ao novo vocabulário decorativo modernista foi a "V Exposição das Caldas da Rainha (1927). (Cfr. Rui Afonso Santos, *ob. cit*. pp 38-40). A seguir a esta Exposição destacam na década de 20 e 30, as seguintes na região de Lisboa:

- A Exposição Industrial Médico-Cirúrgica, em Abril de 1928

Depois do golpe militar de 28 de Maio de 1926, assistiu-se ao incremento das exposições e feiras de amostras, como veículos privilegiados de propaganda interna e externa dos produtos industriais ou agrícolas, mas também das colónias[215] e das obras do novo regime; nos dois últimos casos, as iniciativas foram essencialmente estatais.

Sob a enérgica direção de **António Ferro**, o SPN, à medida que se afirma no aparelho de Estado, sobretudo depois de 1938, vai secundarizando o vocabulário decorativo modernista nas arquiteturas efémeras promovidas pelo Estado, substituindo-o por um outro, onde abundam temas históricos e regionalistas. Nos novos pavilhões os produtos industriais são enquadrados por motivos decorativos, em geral de inspiração regionalista ou histórica, que colocam a arte portuguesa fora da própria trajetória da arte europeia. Desta forma, o país industrial recusa a própria indústria e tudo o que ela

---

- O salão da Elegância Feminina &Artes Decorativas, na SNBA, abriu a 3 de Fevereiro de 1928

- A Grande Exposição de Radiotelefonia , na SNBA, abriu em Fevereiro de 1929

- A **Feira de Amostras da Indústria Nacional**, no Parque do Estoril, inaugurada a 6 de Outubro de 1929, numa iniciativa da Associação Industrial Portuguesa, e que constituiu o coroar desta renovação estética iniciada em 1925. A sua concepção global coube ao cenógrafo Augusto Pina. A Feira foi acompanhada por um vasto programa de animação que atraiu, só por si, numeroso público. O seu impacto foi de tal ordem que a AIP anunciou na altura a realização de uma nova edição, o que virá a acontecer em 1932, mas já em Lisboa.

A finalizar a década, destaca-se ainda a II Exposição de TSF, na SNBA, que abriu a 30 de Novembro de 1929.

Na década de 30, aumentou de forma substancial o número de grandes feiras e exposições, revelando o incremento da propaganda. Entre as exposições realizadas, na região de Lisboa, sobressaem as seguintes :

- Expos. (II) Reg. de Setubal (Julho de 1930)

- Expos. de Luz e Electricidade Aplicada ao Lar, na SNBA (Novembro de 1930).

- Expos. da TSF (III), na SNBA (Dezembro de 1930)

- **Grande Expos. Industrial Portuguesa,** organizada pela AIP, no Parque Eduardo VII. Inaugurada a 3 de Outubro de 1932, constituiu a principal realização em termos de feiras de amostras e de diversão dos anos 30.A iniciativa conheceu desde logo um grande apoio por parte da CML e do Governo. Foi organizada no Pavilhão de Exposições do Parque e nas áreas envolventes (Cfr. Industria Portuguesa, nº.45/46, Nov/Dez.1931), numa área total de 112.500m2; dividida em três grandes zonas: A zona central, correspondente ao Pavilhão de Exposições; A zona norte, onde se situvam 6 grandes pavilhões gerais e 50 pavilhões especiais. À zona sul, dedicada às festas e divertimentos. Ao todo, segundo a organização, eram cerca de 1000 stands.

A adesão de público não terá sido inicialmente tão elevada quanto a esperada, pelo que foi decidido prolonga-la no ano seguinte (1 de Junho a 15 de Outubro), embora introduzindo muitas inovações. Foi neste ano que a Compªs Reunidas de Gaz e Electricidade apresentaram o célebre cinema modelo, o "Ciclorama" (inaugurado a 8 de Setembro).

- Expos. da Rádio e Electricidade (V), no Palácio das Exposições (Dez.1934). onde a iluminação realizada pela firma Electro-Reclamo Lda, dirigida pelo Eng. Carlos Santos, constituia a principal atracção.

-Expos. da Revolução Nacional, no Palácio das Exposições, inaugurada a 28 de Maio de 1936, quando se comemoravam dez anos sobre o Golpe Militar de 1926, vindo a constituir o figurino de exposições congéneres promovidas pelo Estado Novo. Foi organizada pela União Nacional.

[215] Entre as Feiras e Exposições Coloniais destacam-se pela sua dimensão, as seguintes:

- Feira de Amostras Colonais, entre Maio e Agosto de 1932, em Loureço Marques e Luanda, por ocasião da vista de Armindo Monteiro, ministro das Colonias.

- I Exposição Colonial Portuguesa no Porto (1934), dirigida por Henrique Galvão. Foi a maior realização congénere que se efectou no norte do país nas décadas de 30 e 40.

- Expos. Histórica da Ocupação no Século XIX, no Plácio das Exposições, inaugurada a 19 de Junho de 1937, foi delineada por Francisco Machado e Júlio Cayola, ministro e agente geral das colónias, respectivamente

- Exposição -Feira de Luanda, abriu a 15 Agosto de 1938, culminando a viagem de Carmona a esta colónia.

significa. Era a consagração da Política do Espírito. À volta da inúmeras iniciativas da SPN, como veremos, foi-se constituindo uma vasta e experiente equipa de artistas e técnicos na montagem de grandes exposições e feiras de amostras, os quais com enorme eficiência vão repetindo até à exaustão os mesmos modelos decorativos. É devido à colaboração de alguns destes artistas e técnicos que será possível, num curto espaço de tempo, isto é, entre 11 de Abril e 10 de Junho de 1943, *O Século* possa lançar a ideia, montar e inaugurar a Feira Popular. Sob um ponto de vista estético, a Feira de 1943, pouco se afastava dos modelos decorativos difundidos nas iniciativas do SNP.

Num recinto evocativo das antigas feiras, a Feira de Amostra que também o era, evocava na sua melhor expressão o modelo económico corporativo que o Estado Novo pretendia, já então sem grande ânimo, implantar.

2.5. Tempos de Descanso e Distração

"De certo modo, a Feira Popular será a vingança dos sem férias em terras frescas de Entre Douro e Minho ou nas Praias aconchegadas do litoral"[216].

O início do Estio era para o alfacinha sinal de que começava a época das festas e outros divertimentos. Se o panorama das actividades culturais pouco variaram desde o século XIX[217], o mesmo não se podia dizer dos tempos livres. Para um número crescente de trabalhadores, o número de horas ocupadas no trabalho, sobretudo em Lisboa, diminuíra em termos efetivos.

O Estado Novo enfrentou desde o início o problema dos horários de trabalho e do descanso semanal[218]: O seu cumprimento decretado em 1919[219], estava longe de ser uma realidade em 1933, numa altura que por toda a Europa, eram os próprios Estados a reduzirem os horários de trabalho e estabelecerem férias, como forma de combaterem o desemprego galopante[220]. Face à evolução do contexto internacional e perante as pressões internas dos sindicatos nacionais afectos ao regime, Salazar reforça as medidas[221] que visavam cumprir o decreto de 1919, generalizando-o a novas actividades económicas.

Às férias, segundo a Lei Nº. 1952 (1937), só tinham direito os trabalhadores ao serviço de empresas com pelo menos 6 empregados ou 20 assalariados[222]. Tratava-se de

---

[216] S., 21/4/1943.

[217] As **Touradas**, as **romarias**, **as procissões, as feiras**, os banhos na **praia**,mas também os **passeios às hortas e retiros**, a que se juntavam por altura dos Santos Populares, as **festas da cidade,** continuavam a ser grandes ocupações ao ar livre dos Lisbotas.

[218] Sobre o assunto, consultar Fátima Patriarca, *A Questão Social...Vol. II.p.* 71

[219] O Decreto nº.5516, de 6 de Maio de 1919, estabelecia um horário de trabalho de oito horas e um dia de descanso semanal.

[220] Durante a Crise de 1929/1931 que abrangeu todos os países capitalistas, difundiu-se a ideia que com a redução dos horários de trabalho as empresas poderiam absorver mais desempregados. Na Alemanha, Hitler, em 1933, reduz o horário semanal para 40 horas; em Itália, Mussolini, instituiu férias pagas; em França, a Frente Nacional, em 1936, sob proposta de Léon Blom reduz a semana de trabalho para 40 horas, estabelece 15 dias de férias como um meio de combater o desemprego e dinamizar o sistema produtivo.

[221] Os principais instrumentos legais sobre o horário de trabalho foram o Decreto Lei Nº. 24.402, de 14 de Agosto de 1934 e Decreto Lei nº. 26.917, de 24 de Agosto de 1936, enquadrados depois pela Lei nº.1952 de 10 de Março de 1937, que regulamentou o contrato de trabalho. Previa-se que as suas clásulas fossem objecto de negociação individual ou colectiva.

um direito irrenunciável; a concessão do subsídio de férias não constituía obrigação legal dos patrões, mas a sua remuneração mantém-se durante o respectivo período, não podendo "ser inferior à que perceberiam se estivessem efetivamente ao serviço e se a entidade patronal não cumprir, no todo ou em parte, a obrigação de conceder férias, terá de pagar ao trabalhador uma indemnização correspondente ao triplo da retribuição correspondente ao tempo das férias que deixou de gozar (Cfr. Lei 1952, artº. 56º, 62º e 64º). Esta Lei não era aplicável aos trabalhadores rurais, deixando assim de fora a maior parte da população activa do país. Para além de imprecisão de certos conceitos no diploma, dava origem às mais distorcidas interpretações, pelo que a sua aplicação, como era consensual, estava longe de ser generalizada[223]. Este regime legal vigorará durante cerca de 30 anos[224].

Apesar destas enormes restrições ao tempo livre dos trabalhadores, o regime tinha clara consciência dos potenciais riscos que poderia decorrer do seu aumento. Este era um tempo não controlado que cada um dispunha a seu belo prazer. Era preciso pois manter as pessoas mobilizadas em torno do ideário do Estado Novo, afastando-as das ideias subversivas. Neste sentido, tornou-se cada vez mais notória a preocupação com o seu controlo deste tempo livre. É agora altura de falarmos de **Fundação Nacional para Alegria no Trabalho** (FNAT) e da **CML** . Elas desempenharam uma activa ocupação dos tempos livres no quotidiano lisboeta que nem sempre tem sido devidamente avaliado.

A **FNAT** fundada em Junho de 1935, pelo então subsecretário de Estado das Corporações, Pedro Teotónio Pereira, tinha por missão essencial desenvolver actividades de ocupação dos tempos livres dos trabalhadores[225]. A participação dos

---

[222] Dias mínimos legais de férias ao abrigo do disposto na Lei 1952, de 1937.

Empregados		Assalariados	
Antiguidade	Duração	Antiguidade	Duração
1 ano	4 dias	-	-
3 anos	8 dias	3 anos	3 dias
5 anos	12 dias	6 dias	6 dias

[223] Para um perspectiva global, consultar Manuel de Lucena, *Evolução do..*Vol I. pp. 358-359.

[224] Será alterado pelo DL 47.032, de 27 de Maio de 1966, e depois pelo DL 49.498, de 24 de Novembro de 1969

[225] O modelo destas Fundações surgiu, na Europa, desde o inicio ligado à resposta dos Estados autoritários à questão dos tempos livres dos trabalhadores. No rescaldo da Primeira Guerra Mundial, a Convenção Internacional do Trabalho, em 1919, recomendara o estudo do aproveitamento das horas de folga para recreio e valorização intelectual e profissional dos trabalhadores. O assunto voltou a estar na ordem do dia na Conferência de Geneve em 1924. Mas foi só no ano seguinte que em Itália, Mussolini organizou a primeira destas organizações, a "Opera Nazionale d`opo Lavoro". Nos EUA, teve um grande incremento a partir de 1908, quando a associação nacional de recreio da América passou a promover congressos anuais. Ora, foi neste país que aquando das Olimpiadas de Los Angeles, em Julho de 1932, se reuniu o 1º. Congresso Internacional de Recreio que a questão adquiriu uma dimensão verdadeiramente mundial. Na Alemanha, Hitler apressa-se a criar logo em 1933, a "Força pela Alegria" (KDF- Kraft Durch Fraude), a quem se ficou a dever a encomenda do célebre "carocha", o "carro do povo" da Volkswagem. Será em Hamburgo que reunirá também o primeiro Congresso Mundial de "Alegria e Trabalho" (Julho de 1936), a que se seguirá o segundo em Roma (Julho de 1938). Destas reuniões

trabalhadores numa perspectiva marcadamente corporativista fazia-se de forma sempre articulada com os locais de trabalho[226], esvaziando-se deste modo o próprio conceito de tempo livre. As actividades culturais limitavam-se a reproduzir o modelo de cultura popular elaborada pelo SPN/SNI. As actividades desportivas condicionadas pela situação internacional de guerra, tornaram-se meras actividades preparatórias para grandes festivais ou paradas de fervor patriótico. A partir de 1938, começaram a ser construídas colónias de férias destinadas aos trabalhadores, mas também para os seus filhos. Será apenas depois de 1945 que estas ocupações ou actividades se começarão a tornar mais abertas, orientando-se para a promoção de programas que os sócios escolhiam ou combinam de acordo com as suas preferências[227].

A **CML** a partir de 1932[228], em grande parte devido Acão do vereador Luís **Pastor Macedo**[229], com a arte e o saber de antigos e actuais redatores d` *O Século*,

---

resultou o funcionamento em Berlim de um Bureau Central do Movimento "Alegria no Trabalho". Entretanto, por toda a Europa, eram criadas organizações congéneres. Em Portugal, a FNAT, em Junho de 1935. Em Espanha, a "Obra Sindial de Educação e Descanso" só em fins de 1939.

[226] Entre os primeiros objectivos programáticos da FNAT regista-se a organização de colónias de férias, a promoção de passeios e excursões, organização de visitas de estudo a museus, monumentos e outros locais de interesse histórico.

[227] A mudança opera-se nos anos cinquenta, quando a FNAT passa numa lógica de divulgação cultural e de turismo social:

- Disponibilização de bibliotecas para empresas, casas do povo, etc.;
- Criação de infra-estruturas de divulgação cultural, entre as quais se destaca a recuperação e dinamização o Teatro Trindade (1959);
- Criação de estruturas próprias de produção cultural (uma companhia de ópera popular, 1962).
- Aumento do número dos centros de férias, etc.

[228] Em Maio de 1933, correspondendo a este esforço acrescido, foram criados os **serviços culturais** da CML, por proposta do vereador Luis Pastor Macedo. Entre o vasto número de iniciativas que promoveu até 1947, ano que fecha o seu mais brilhante ciclo de realizações, destacam-se as seguintes:

Exposições: Camoneana (1934), Filatelia (1935), Cerâmica Olissiponense (1936), Teatro (1937), Arte Equestre (1938), Aqueduto das Águas Livre (1940), Arte e Bibliografia Infantil (1940), Imagem da Flor (1942), Rosa Araújo (1943), Av. Liberdade (1943).

Festas de Lisboa, entre as quais sobressaíram pela sua imponência as festas de **1934**, **1935**, **1940 e 1947** (integradas respectivamente nas Comemorações Centenárias e no VII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros).

Espectáculos. Todos os anos era organizado um grande número espectáculos para a população, em geral com entradas livres.

Para além de outras acções, como a criação do museu da cidade (1931), do Arquivo Histórico Municipal (1939), e de um enorme número de bibliotecas fixas, como a Biblioteca Central (1931), de Alcantara (1933), Poço do Bispo (1934), Boa Vista (1937), Duque de Loulé (1939), Bairro Dr. Oliveira Salazar(1945), Bairro da Encarnação (1947). Para além de bibliotecas ao ar livre (1937), Itinerante (1937), privativas (1945), etc. A partir de 1940 foi-lhe confiado igualmente o Castelo de S. Jorge (cfr. S., 12/5/1943).

Foram também em elevadíssimo número as publicações apoiadas, as conferências promovidas (64 entre 1933 e 1943), as atribuições de prémios, encomendas de obras de arte, etc.

Neste período de definição e afirmação do ideário do Estado Novo, a CML excedia-se em iniciativas culturais. A promoção cultural fazia parte integrante como nunca da acção do Governo.

Para uma visão de conjunto desta acção, consultar*: 25 Anos de Serviços Culturais...*

[229] Luís Pastor Macedo, nasceu em Lisboa a 23/11/1901. Exerceu o cargo de comissário do Governo junto do Teatro Nac. de D. Maria II. Foi vereador da CML sob a presidência do Cor. Linhares de Lima. Foi neste município que desempenhou uma vasta obra de edificação de uma imagem pitoresca da cidade, em consonância com o ideário do Estado Novo. Em 1932, com Leitão de Barros reinventa as marchas de Lisboa. Em 1933, promove a criação dos Serviços Culturais; atinge uma grande projecção pública na organização das Festas da Cidade de 1934 e 1935. Na Exposição do Mundo Português, coube-lhe a direcção e coordenação da secção histórica, de que faziam parte os importantes pavilhões, como o da Formação e da Conquista, o da Independência e o da Fundação. Foi eleito deputado pela União Nacional

como Luís Teixeira[230], Leitão de Barros, Matos Sequeira ou Norberto Araújo[231], empenha-se em dar uma ocupação aos tempos livres dos lisboetas, reinventando-lhe as "suas" festas[232] e o imaginário da "sua" cidade. Em anos cruciais de consolidação do Estado Novo, entre 1932 e 1935, estes distintos olisiponenses elaboram o novo modelo do "pitoresco lisboeta" a partir de festividades que não param de organizar para entreter a população. A sua perspectiva nunca foi teórica, mas subordinou-se desde o início, a exigências meramente pragmáticas[233].

A Feira inseria-se obviamente nesta vasta Acão que procurava criar um sistema de controlo dos tempos de descanso e distração de um número crescente de trabalhadores. Recorde-se que em 1940, a aglomeração urbana de Lisboa, atingia já um total de 929.391 habitantes[234].

2.6. A Posição da Igreja Católica

A Igreja tem sido consensualmente apresentada como um dos suportes do Estado Novo[235], no entanto, a estratégia do "trabalho e circo" não lhe parece ter agrado.

---

em 1945, tendo depois resignado para ocupar o lugar de presidente substituto da CML. Entre a vastíssima obra que deixou sobre Lisboa, quase toda ela produziada entre 1929 e 1945, destaca-se "*Lisboa de Lés a Lés*", em 5 volumes, publicados entre 1940 e 1943.Em colaboração com Matos Sequeira, "*A Nossa Lisboa*"....

[230] Luis Teixeira, nasceu nas Caldas da Rainha, a 3/12/1904. tendo-se iniciado no jornalismo em 1925, no jornal *A Época*. Foi redactor d`*O Século* de Julho de 1926 a Outubro de 1927, passando então para a redacção do *Diário de Notícias*. Fez parte da Comissão organizadora das festas de Lisboa de 1934 e 1935. Nas primeiras, organizou o cortejo naval, nas segundas, a monumental Feira no Terreiro do Paço. Voltará a sobressair na organização nas festas e comemorações de 1947. Exerceu o cargo de presidente do Sindicato Nacional dos Jornalistas entre 11/12/1940 e 28/3/1945, sendo no mesmo período procurador à Câmara Corporativa pelos jornalistas. Entre 1942 e 1945 foi igualmente vereador da CML. Possui uma vasta obra sobre Lisboa.

[231] Norberto de Moreira Araújo (Lisboa, 1889-1952), terá publicado o seu primeiro artigo neste jornal. Cfr. S., 17/10/1945.

[232]Consultar: Luis Teixeira. "*Municipalismo e Cultura...;* "*25 anos de Serviços Culturais...*

[233] Nas obras destes prolixos olisiponenses facilmente podemos reconhecer muitas das categorias discursivas sobre a **imagem da cidade** teorizadas por autores como Kevin Lynch (*A Imagem...*), Michel Godard (*Mode...),*ou mais modernamente por Carlos Fortuna (*Destradicionalização...*). Contudo a sua perspectiva é instrumental. Os seus estudos centraram-se na própria criação da imagem da cidade de Lisboa, a partir da articulação entre a sua aparência visual e a construção da imagem mental nos seus habitantes e forasteiros. Nas suas obras de forma sistemática foram estudadas não apenas as memórias colectivas da cidade, mas também percursos vivenciados na cidade. Criaram-se tipos, consagram-se imagens e esperou-se depois que os lisboetas se conformassem aos comportamentos por eles definidos e a cidade se mantivesse inalterável de modo a conformar-se igualmente com a sua imagem canónica. Aos forasteiros garantiu-se que a imagem que lhes era apresentada na propaganda turistica estava em consonância com a imagem podiam vivenciar nos seus percursos pela cidade. Em todo o caso, tinham um ponto em comum com estes sociólogos urbanos: acreditavam no poder da imagem mental da cidade na determinação de muitos dos comportamentos do seus habitantes, assim como no modo dos forasteiros com ela se relacionarem.

[234] Adoptamos os dados e os critérios de aglomeração urbana, de Barbara e Filipe Lopes (cfr.*Fenómeno de Urbanização...).*

[235] Manuel Braga da Cruz *(O Estado Novo...)* demonstrou certa superficialidade desta afirmação. Apesar do elevado número militantes católicos, como Salazar, que se tornaram destacados dirigentes do Estado Novo, este estava longe de ser Estado confessional. Os compromissos foram muitos, mas os conflitos de interesses foram também constantes. Uma coisa é consensual: a oposição católica ao regime reduziu-se,

Consultando as principais publicações doutrinárias, culturais ou informativas ligadas à igreja católica durante a Segunda Guerra Mundial[236], é notório que a partir de 1942[237] esta **condena de forma clara a onda de diversões que alastrava pelo país.** O combate era extensível à crescente profanação das cerimónias religiosas como **arraiais** e **romarias**, apesar destes serem assumidos pelo Estado Novo como uma das expressões mais genuínas da cultura popular[238]. A Igreja evidenciava o contraste imoral que existia entre os milhões que morriam em virtude da Guerra e aqueles que simplesmente procuravam gozar a vida, apegados a valores materiais, esquecendo os espirituais. É neste contexto que a Rússia e os EUA eram frequentemente apresentados como fomentadores da ruína da civilização cristã[239]. Os primeiros, exportando o marxismo, símbolo por excelência do materialismo, os segundos, exportando filmes, danças e músicas símbolos dos novos valores hedonistas que estavam a arruinar a moral cristã. Neste combate, a Igreja não parecia admitir concessões no seu próprio seio[240]. Em relação aos EUA, as críticas foram-se tornando contidas à medida que este país emergia como a grande potência mundial. A crítica às diversões fazia-se sem grandes distinções. O cinema[241], o teatro, em especial a revista[242], a ópera, o fado, a música difundida pela

até meados dos anos cinquenta a acções individuais, só então se começa a forjar um movimento efectivo no seio da Igreja.

[236] Consultamos de forma exaustiva as revistas *Brotéria*, *Lumen*, *Acção Médica*, *Flama* (a partir de 1944), e selectivamente os jornais diários *A Voz* e *Novidades*, ambos de Lisboa.

[237] Na sequência da prescrições do Concílio Plenário Português,o Cardeal Patriarca de Lisboa, emitia uma "Provisão" sobre as Festas, a 25 de Março de 1942, introduzindo um série de proibições sobre esta matéria, apelava aos párocos que procurassem que as festas religiosas fossem "celebradas com devoção", reafirmando que "a alegria cristã" nada tinha a ver com a "ruidosa e corrupta folgança pagã e paganizante, que de verdadeira alegria só tem enganadoras aparências" (cfr. *Lumen*, Maio de 1943, Apêndice 1-4).

Na sequência das tomadas de posição do referido Concílio, surge, no final do ano a medida mais severa sobre este assunto: o Decreto datado de 4 de Outubro de 1942, assinado sucessivamente pelo Cardeal Patriarca de Lisboa e pelo Bispo do Porto, no qual se proibe de forma inequivoca e com pesadas sanções, todos os cléricos de ordens sacras que frequentassem diversões, designadamente cinemas, teatros, a não a ser que fossem expressamente autorizados para tal efeito pelas autoridades eclesiásticas e as mesmas se passassem em casas notoriamente católicas. (cfr. *Lumen*, Nov. 1942). Os comentários e interpretações ao Decreto na imprensa católica íam todos no sentido do reforço dos mecanismos censórios de tais práticas.

[238] Neste capítulo, o SPN/SNI era apenas mais uma das vozes que ecoavam pelo país a favor da existência dos arraiais e romarias. Face aos continuos ataques por parte da Igreja, *O Século* por diversas vezes veio a público defender estas manifestações. Afirmava-se, num artigo de fundo em 1940, que as romarias eram uma das raras actividades da "cultura mental e artistica da gente portuguesa". O seu fim representaria a perda de "uma boa parte do seu pitoresco, das suas mais belas características", o que precisamente ainda nos aproximava dos povos que vivem numa "civilização mais apurada e adiantada", S.5/9/1940. Sem estas, era a barbárie. Para uma abordagem global desta questão consultar,Pierre Sanchis, *Arraial: Festa de Um Povo*....

[239] Num artigo de fundo no *Novidades*, Serras e Silva, num texto cheio de metáforas coloca em contraste os divertimentos antes do século XX com os actuais. Concluindo que nestes últimos, as "almas não sobem, descem voluptuosamente amortalhadas nos vapores do alcool", não raras vezes, no dia seguinte, por via destas diversões modernas "há mais um desgraçado no mundo", *Os Divertimento*s", in, *Novidades*, 6/8/1943.

[240] Veja-se, nestye período, o conflito que opôs Alfredo Pimenta à hierarquia da Igreja.

[241] O grito de alerta da Igreja contra o cinema e a necessidade de reforçar a censura, foi dado pelo *Novidades*, em 1943 aquando da publicação dos números aperesentados pelo Secretariado de Cinema e Rádio, pertencente à poderosa Acção Católica Portuguesa e referentes ao ano de 1942 (cfr. *Mocidade em Perigo*,in *Novidades*, 24 e 25 de Março de 1943). Dos 248 filmes estreados e censurados em 1942, apenas 40 eram de todo inofensivos, os restantes eram um atentado em graus variáveis à moral vigente. Mas o panorama era mais grave quando se analisava em detalhe 139 dos filmes exibidos:

rádio, a dança, os desportos como o futebol ou as corridas de bicicleta, as obras de muitos escritores[243], tudo tende a ser encarado como veículos que entre os jovens difundem valores e estilos de vida que os conduzem à adulação do corpo, pornografia, sexo, suicídio, em suma à degradação moral[244].

Consequente com estas atitudes a Igreja assumido um discreto distanciamento face à abertura da Feira[245], mas paralelamente aumentou nas suas publicações o número de artigos em que condenava diversas formas de divertimento[246]. O envolvimento na Feira de importantes figuras do regime não eram de modo algum encorajador de qualquer crítica mais direta à sua realização.

"23 focavam, com excessiva e talvez maldosa insistência, demoradas cenas de afectividade ilícita, que tocavam as raias do sensual;

78 faziam estendal de amores livres, danças lúbricas, semi-nudez provocante, vida licenciosa;

26 eram baseados no adultério ou apresentavam o casamento de forma tão leviana e ridícula que mais pareciam a apologia do adultério;

12 convertiam o divórcio em única porta de salvação para incompatiblidades conjugais;"

Face a este panorama, multiplicaram-se o numero de artigos que exigiam medidas severas contra o cinema. A erudita revista *Brotéria*, citando uma obra recentemente publicada em Português (*Os Filhos*, Lisboa.Abril de 1943), concluia que a extrema liberdade de acção figurada nos filmes, levava as crianças a descontentarem-se das sujeições da vida familiar. A desenvolver tendências para a delinquência, a despertarem paixões sexuais, promovendo desta forma a prostituição clandestina", *Brotéria*, Lisboa. Junho 1943. p. 646.

[242] A revista *Acção Médica*, em 1943, era explicita quanto à degradação moral em que tinha caído o teatro em Portugal. "Todo o espírito justo e desapaixonado sabe que não exageramos nada afirmando que o teatro português vive hoje por assim dizer apenas da exploração do género inferior e ordinário, sensual e plebeu". Em particular o *teatro musicado* ou *de revista*,"entrou também, entre nós, em franca e lastimosa decadência, em profunda e miseranda putrefacção". O facto não menos grave era todavia o do própria Teatro Nacional, ter-se também tornado num "vasadoiro de cenas de incesto e de aberrações freudianas", Cruz Neves, *O Cinema e o Sentido Cristão do Amor e da Família*, in, *Acção Médica*, Out/Dez. 1943.p.140.

[243] Na longa lista de obras condenadas pela Igreja que eram divulgadas nas suas publicações, constavam romances como "*Os Maias*" de Eça de Queirós. Autores mais recentes como Alves Redol, eram alvo de críticas mais contundentes. A leitura de "*Fanga*", publicado em 1943, é para o crítico literário do jornal *Novidades* de consequências nefastas para "pessoas inexperientes", podendo-as conduzir ao "marxismo ou ao suícidio"(cfr. *Novidades*, 9/5/1943, suplemento de Letras e Artes).

[244] Este tema aparece com certa insistência na primeira fase da revista *Flama*, onde se procura demonstrar que os divertimentos não colocavam apenas em causa a moral cristã, mas também estavam a desnacionalizar o país (cfr.*Os Divertimentos*, Mário Gonçalves Viana, *Flama*,nº.18, Set/1945). Neste domínio, o cinema é elegido como o principal inimigo. Havia contudo quem fizesse uma crítica mais radical a partir de pressupostos nacionalistas: "Portugal importa relógios, camiões, canetas, mas atrás desses artigos vêm músicas, palavras, hábitos, vícios, alcoóis e tudo o mais.." (..) " E vamos vendo a juventude portuguesa, de braços cruzados diante do que não presta, a fingir que vive, a fingir que tem alegria, estirada pelas esplanadas, cafés e tabernas elegantes.. Quando é preciso lá se chama Camões, Pedro Nunes, Afonso de Albuquerque, como se só a memória desses grandes homens pudesse continuar Portugal grande", José Hipólito Raposo, *Flama* nº.22, Janeiro de 1946.

[245] O diário *A Voz*, limita-se a noticiar a abertura da Feira, mas à qual o seu director por "motivos profissionais" não estaria presente (*A Voz*, 16/6/1943). O *Novidades*, mostrou-se mais atento à Feira, noticiando a sua próxima bertura logo 28/5/1943, sublinhando o seu carácter de benemerência. No dia 10 de Junho volta ao assunto no mesmo tom. Regista todavia que o jornal se fizera representar por um seu redactor.

[246] No mês de Junho de 1943, o *Novidades* fazia um balanço da primeira metade do século XX, acabando por o classificar como "utilitário" e "gozador", tendo-se eclipsado os valores espirituais (*Novidades*, 18/6/1943). O tema do "gozo" volta a ser objecto de artigos de fundo a 20 e 22 deste mês. Outros artigos prosseguiam idênticas reflexões.

3. Actores

A organização da feira colocou em cena um conjunto de actores sociais que anualmente se envolvem na realização do evento. Tecem uma trama complexa de relações nem sempre fácil de acompanhar, dado que frequentemente é fora do palco, da zona de visibilidade pública, que estas relações ocorrem. Os registos são sempre necessariante fragmentados. Este vasto conjunto de actores - promotor, mecenas, CML, administradores da Feira, feirantes, arquitectos, decoradores e outros profissionais mais ou menos permanentes- todos prosseguem lógicas de acção autonómas. O que os une parece ser uma *tensão convergente de interesses* [230]. Para compreendermos a dinâmica desta cooperação vamos centrar a nossa análise nos próprios actores e nos seus papéis. Mais do que acumular dados estatísticos, o que nos interessou observar foi o modo como emergiram, a sua ascensão e ocaso, até se transformarem, por vezes, em *presenças ausentes* vivendo da memória encarnada nas coisas. Neste sentido, filiamos a nossa abordagem numa perpectiva próxima da sociologia do quotidiano, mas sem esquecermos as interacções entre os homens e a sociedade, a biografia e a história, o eu e o mundo[248].

Um período de análise tão extenso, entre 1943 e 1998, acabou por impoe as suas regras de intelegibilidade, tornando necessário constantes visitas aos mesmos cenários olhados em função de cada actor.

3.1. Promotor

A figura do promotor na Feira Popular de Lisboa, foi talvez das questões mais difíceis que tivemos que enfrentar neste trabalho. À dispersão das fontes documentais, sobre *O Século*, junta-se a ausência de estudos sistemáticos sobre a história da imprensa em Portugal no século XX. O eventual excesso de algumas referências históricas neste capítulo, quase sempre remetidos para notas de rodapé, não são mais do que uma

[247] Menos essencial que a **tensão essencial** (tensão entre tradição e inovação) de Thomas Kunh, possivelmente mais objectivável do que **a tensão superficial** entre ciências e organizações de Firmino da Costa e outros, exploramos neste texto a ideia de o que mantém unidos os actores sociais, que num dado momento concorrem para a produção e a manutenção de um dado evento, é no fundo a tensão de interesses momentâneos. Neste sentido, não podemos reduzir as suas lógicas particulares de acção aos eventos que produzem ou mantêm. Estes não são mais do que pontos de convergência de percursos cuja origem temos que procurar nas histórias individuais dos vários actores. (cfr. Margarida Senna Martinez, Patrícia Ávila e António Firmino da Costa , *A Tensão Superficial...p*. 75 e segs.).

[248] C. Wright Milles, *A Imaginação Sociológica*...

tentativa de "arrumar" dados que aqui ou ali foram recolhidos de modo muito disperso[249].

Antes de avançarmos na descoberta da figura do promotor, como entidade cultural, importa clarificar o conceito de partida.

Numa perspectiva jurídica, podemos entender como promotor, a entidade singular ou colectiva que promove uma dado evento cultural, assumindo as **responsabilidades** inerentes à sua realização[250]. Em muitas casos não passam de simples nomes numa vasta cadeia de actores, mais ou menos visível, que participam na concepção e realização dos eventos. Apesar da sua enorme diversidade, tem todos um ponto em comum - são eles que assumem a responsabilidade perante o Estado pelos eventos que se produzem.

O assunto foi objecto de diversos trabalhos no seio de organizações internacionais, como a Unesco e o Conselho da Europa, sobretudo na década de 60 e 70. Tratava-se então de determinar o que havia de específico nestas entidades, face a outras[251]. A discussão acabava interminavelmente por remeter para uma outra questão prévia, e mais abrangente, que era a de definir o que havia de específico no sector cultural[252]. As respostas que têm sido dadas continuam longe de serem consensuais.

Procurando ultrapassar estes problemas conceptuais, a questão dos promotores culturais tem vindo a ser integrada genericamente no âmbito da gestão de empresas. A própria expansão das industrias culturais tornou inevitável esta assunção, dado o carácter muito diversificado das empresas que operam neste sector. O desenvolvimento da "economia da cultura" não deixou de trazer contributos para esta perspectiva integrada[253]. O termo genérico "empresa" passou a empregar-se para designar toda a actividade estruturada, trate-se de uma instituição, ou de uma equipe informal para a realização de uma acção pontual. Os problemas não estão todavia superados, pois, basta uma simples análise das empresas que operam no sector cultural, para se puderem efectuar diversas distinções em função do **estatuto jurídico e financeiro da empresa**[254], pelo seu **grau de especialização[255],** e por último, pela **natureza da sua**

---

[249] Em termos formais, entre 1943 e 1947, e depois entre 1951 e 1977, o promotor da Feira foi um **jornal.** A partir deste então, primeiro foi uma fantasmática Comissão Liquidatária e depois o próprio Estado. Na realidade, como veremos, o promotor da Feira tornou-se subtilmente numa figura decalcada de uma obra de Pirandelo (cfr.Pirandelo, *Seis Personagens à Procura de um Autor*). Os verdadeiros actores não reconhecem a sua própria existência.

[250] Este conceito de promotor, como responsável perante a Lei, surge desde os anos trinta na nossa legislação. Os últimos diplomas, como o Dec-Lei 315/95, de 25 de Novembro, reforçam esta dimensão formal, separando o promotor das entidades que eventualmente possam assumir tarefas concretas na produção dos eventos culturais.

[251] Sobre esta questão, existe uma vasto número de documentos internacionais, reflectindo a multiplicidade das perspectivas e experiências em análise, destacando-se em especial, as actas e recomendações das conferências intergovernamentais da UNESCO sobre políticas culturais e formação de administradores culturais (Veneza, 1970; Helsinquia, 1972; Yoyakarte, 1973; Acrra, 1975; Bogotá, 1978, etc).

[252] A questão remete para outros problemas igualmente pertinentes, como o de saber o que há de específico na administração cultural que não seja aplicável noutros sectores e vice-versa.

[253] Sobre o assunto consultar, o capítulo "*La Conception Economique de L`Art*", in Walter Pommérehne e Bruno Frey, "*La Culture a*-t-elle une Prix?", Commentaire/ Plón, Paris 1993. Para uma visão das implicações epitemológicas (e práticas) desta perspectiva consultar Xavier Dupuis, *Culture et Développement. De la Reconaissance à L`Évaluation*, Unesco/ICA. Paris. 1991.

[254] Com base neste critério, podemos distinguir neste âmbito, três tipos de empresas, cada uma com problemas próprios no domínio cultural:

a) Empresas de direito público ou de direito privado.

b) Empresas lucrativas e não lucrativas

responsabilidade[256]. Estas classificações compreendem uma enorme diversidade de empresas "culturais", com dinâmicas próprias e problemas específicos.

No caso d` *O Século* estamos perante uma nova dimensão da figura de promotor. Pela sua própria natureza, uma empresa jornalística define-se também como uma entidade **promotora de informação.** Este conceito foi sendo contruido com base na análise dos meios de comunicação que utilizam meios multiplicadores. Na descrição do seu processo de comunicação, deparamo-nos com uma organização que independentemente do grau de **complexidade**, **especialização** interna ou **exposição pública** dos seus intervenientes, recolhe, selecciona, cria, emite ou controla mensagens dirigidas a um dado mercado, influenciando deste modo a percepção que o público possui da própria realidade. Em sentido estrito, o comunicador que dá inicio à actividade informativa promove-a, mas na realidade é apenas um dos elos de uma cadeia promotora de informação. Por detrás do sujeito emissor, está não apenas o autor aparente da mensagem que em geral não possui, nem dirige o mecanismo emissor, mas também o empresário, que frequentemente é uma organização que torna possível dar continuidade à comunicação, procurando manter o esquema difusor sempre em serviço[257]. A mensagem emitida surge assim, não como o resultado de uma criação individual[258], mas como o termo de um processo colectivo de realização, ele próprio rigidamente sujeito ao controlo de produção. Sob um ponto de vista económico, o mercado das mensagens para o qual trabalha o promotor de informação, é apenas uma fracção do mercado mais vasto dos bens e dos serviços em geral. É neste contexto, mais amplo, que a informação é igualmente uma mercadoria como outra qualquer. O que há de verdadeiramente específico na informação jornalística é, como veremos, o seu carácter *retórico*. As informações que são escolhidas, formuladas, apresentadas diferem de jornal para jornal. As técnicas de persuasão utilizadas, pouco variam da retórica clássica[259]. No essencial, a informação que é difundida é a mesma, mas o que varia são os modos como a mesma é contextualizada, o encadeamento dado aos factos, os pormenores que são valorizados, de forma a produzir uma dada interpretação, que permite recompor quotidianamente o sentido das coisas[260] aos seus leitores. O essencial do trabalho jornalístico assenta nesta reinterpretação dos acontecimentos, à luz da

---

c) Empresas financiadas com recursos públicos ou com recursos privados.

[255] Com base neste critério de classificação podemos distinguir, dois grandes grupos de empresas:

a) Empresas culturais especializadas

b) Empresas culturais polivalentes.

[256] Na prática, encontra-se no campo cultural uma enorme diversidade de situações, que vão desde uma empresa que promove e realiza um dado evento, a outra que subcontrada outras para o realizarem e promoverem. Mesmo no interior de uma empresa, podemos encontrar uma grande diversidade de situações que vão desde o administrador ao executante mais humilde do projecto que está em curso.

No caso da Feira Popular, como veremos, o promotor, com o tempo, foi-se tornando um figura cada vez mais distante dos que actuavam no terreno (ver o subcapítulo sobre Administração da Feira).

[257] Juan Beneyto, *Informação e Sociedade...* p. 45

[258] A especificidade do sector jornalistico em relação a outros meios de produção, tem assentado no trabalho criativo dos seus produtores de mensagens, cuja importância é tanto maior, quanto for a sua exposição pública. Teoricamente, pede-se aos jornalistas, como criadores que dêem prova da sua individualidade e originalidade, mas a pesquisa demonstra que esta é sempre feita dentro do quadro de grandes exigências normativas, decorrentes da própria natureza e organização da publicação, expectativas dos leitores, estilo de gestão dos directores, exigências dos proprietários, etc. E neste sentido, as decisões tomadas pelo jornalista no processo de produção de notícias, só podem ser entendidas inserindo-as no seu contexto mais imediato - o da organização para o qual o jornalista trabalha. Cfr. Nelson Traquina, *As Notícias*, in, Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: Questões...* p. 169.

[259] Cfr. A. Sánches-Bravo Cenjor, *Periodístas: Mensajeros...* p.117

[260] Olivier Burgelin, A *Comunicação Social...* p. 175-182.

sensibilidade social, que o promotor de informação possui do grupo social que habitualmente compra as suas mensagens.

No caso d`O *Século*, enquanto promotor de informação, este conceito adquire um sentido muito amplo. Tratou-se de uma empresa que desde a sua fundação construiu uma identidade cultural indissociável das mais variadas campanhas promocionais, fossem elas de natureza informativa, política, solidariedade social, cultural ou simplesmente comercial. O que trouxe de verdadeiramente novo não foi ter diluido nas suas páginas as fronteiras entre a informação e a mera diversão política, mas em ter autonomizado a própria diversão como uma das suas actividades principais. Em ter-se transformado numa empresa promotora de concursos, festas populares, espectáculos, conferências, manifestações, cortejos, feiras,etc.integrando tudo numa lógica coerente de comunicação de massas.

Esta matriz será decisiva para a compreensão da trajectória desde jornal até ao seu encerramento.

Atendendo ao carácter assumidamente diacrónico deste estudo, importa ainda clarificar o conceito de identidade cultural aqui utilizado. Assumimo-lo no sentido **essencialidade**, isto é, como o resultado de um processo histórico de interacções sociais, nos quais as caracteristicas permanentes da empresa se vão cristalizando, através do que esta diz e faz, mas também do que aparenta dizer ou fazer, junto dos diversos públicos com os quais interage[261]. Esta imagem torna-se decisiva para compreendermos, por vezes, como os vários actores sociais agem de uma forma aparentemente coordenada, quando estão em jogo eventos promovidos pelo jornal. Neste sentido, valorizaremos nesta abordagem a presença do jornal nos diferentes contextos históricos, mas também as figuras que ajudaram a tornar inconfundível a sua imagem na imprensa portuguesa. Elas são elementos essenciais à sua identidade cultural.

3.1.1. A Matriz de Silva da Graça

A multiplicidade de funções que pode assumir um promotor de informação é particularmente evidente no caso d`*O Século*. Foi, como veremos, neste aspecto um caso paradigmático da imprensa portuguesa.

Fundado numa época de ascensão do movimento republicano, mas também num período de consolidação e expansão da industrialização da imprensa[262], na tradição da

[261] Entendemos o conceito de entidade cultural, no sentido que lhe foi dado por Joan Costa, isto é, como uma imagem construída por processo de interacções entre a empresa e os individuos, nos quais se vão definindo os traços permanentes que singularizam uma dada entendidade (Cfr. *Imagem Pública...*, em especial pp. 209-241).

[262] José Tengarrinha (*História*..), distingue até fins do século XIX, três fases na imprensa Portuguesa:

A fase inicial, entre 1641 e 1820, caracteriza-se pela emergência de um verdadeiro interesse pelas novidades, em sentido amplo. "Normalmente as notícias eram dadas secamente, sem comentários, discussão ou crítica. As limitações impostas aos jornais transformavam-nos em instrumentos dóceis dos poderes políticos e religiosos ou em meros meios de diversão, normalmente frívolos" (p. 116).

grande imprensa do século XIX, durante décadas, será mais do que um **título** jornalístico, será quase e acima de tudo a expressão da vontade do seu **director**, com a vida do qual se confunde. O director d`*O Século* simbolizava para os seus leitores uma dada visão retórica do mundo e da sociedade portuguesa. O que o jornal diz torna-se tão importante como o que o seu director aparenta comunicar nos seus actos públicos.

Sob o impulso das comemorações camoneanas[263], *O Século* foi fundado em 1881, por **Magalhães Lima[264], Almeida Pinto[265]**, **Trigueiros de Martel (capitalista), Leão de Oliveira** (médico) e **Anselmo Xavier** (grande propietário e advogado em Benavente)[266]. No início não passava de mais um órgão de propaganda do partido republicano,[267] distinguindo-se, todavia, quer pela sua dimensão[268], quer pelo estilo

---

A segunda fase, entre 1820 e 1865, é indissociável já das lutas políticas que percorrem este século. Existe já uma clara consciência do papel dos jornais na formação da opinião pública. Estes tornam-se no centro da vida política e social. "Por eles se liam os debates nas câmaras, se conheciam as disposições oficiais, se discutiam as directrizes do partido ou da facção expressas nos artigos de fundo, se sabiam os principais acontecimentos dos mais longínquos países, se adquiriam conhecimentos sobre as mais varidas matérias, se dispunha de um meio de distração e divertimento" (p.205).

A terceira fase ocorre a partir de 1865, quando é fundado o *Diário de Notícias*. O primeiro jornal concebido para o grande público, cujo baixo custo era sustentado pela publicidade. A imprensa torna-se num produto industrial dirigido para grandes massas. A informação, a diversão, as campanhas que regularmente são promovidas nestes grandes jornais, inserem-se numa lógica mercantil que pouco difere da que é prosseguida em outras industrias. A dimensão artesanal desaparece, susbtituida por uma organização assente numa forte especialização e mecanização da sua actividade produtiva.

Esta última fase coincide com a que Jean-Noel Jeanneney, considera ser a "Idade de Ouro da Imprensa (1870 até 1914)", na qual os jornais alargam poderosamente as suas bases, sem sofrerem ainda concorrência dos outros meios de comunicação social que depois surgirão (Cfr. *Uma História da Comunicação..)*..

[263] A ideia da fundação d` *O Século* começou a germinar durante as celebrações da morte de Camões em 1880. Teofilo Braga considera que as mesmas constituiram não apenas para os republicanos um ponto de viragem, mas também para o país no plano internacional. As mesmas permitiram também pôr em evidência "o poder sugestivo da imprensa jornalística, a sua acção imediata sobre as opiniões, quando ela se exerce de um modo coordenado e consciente esse poder". A partir de então, o movimento republico passará a atribuir à imprensa um papel fundamental na formação da opinião pública (Cfr. Teófilo de Braga, *História das Ideias...* p. 163 e segs.)

[264] Magalhães Lima (1850-1928), advogado, escritor, jornalista destacou-se acima de tudo como um propagandista das ideis republicanas, mas também como Grão-Mestre do Grande Oriente Lusitano Unido (eleito em 1907, foi depois sucessivamente reeleito até ao ano da sua morte, em 1928). Quando co-fundou *O Século* possuia já alguma notoriedade pública que em grande parte resultara da publicação do seu folheto "*Espectro de Juvenal*" e da criação do jornal "O Comércio de Poertugal"(1878). Estava longe de ser um nome desconhecido na imprensa da época. Entre a sua vasta obra, assinalamos pela preciosas informações sobre *O Século*, "*Episódio da* M*inha Vida (Memórias).* 2 volumes. Sobre a sua intervenção político-jornalistica: Alvaro Neves, *A Vida de Um Apóstolo-Sebastião de Magalhães Lima-Jornalista*.Lisboa. 1931; **Consagração,** número único dirigido por Fernão Boto Machado e Gonçalves Lima, Lisboa. Dezembro de 1904 (contém colaboração de mais de 100 individualidades nacionais e estrangeiras).; Archer de Lima, "*Magalhães Lima e a sua Obra (Notas e Impressões*), Lisboa. 1911.; Armando Ribeiro, *A Revolução Portuguesa*, Vol. II. p. 253 e segs. Lisboa 1913 (?).

[265] João de Almeida Pinto era fotógrafo e pai da célebre atriz "Ângela Pinto".

[266] Magalhães Lima assumiu o cargo de redactor principal; Almeida Pinto, administrador; Bento José Machado, gerente. *O Século* contou desde inicio com um grupo importante de colaboradores.

[267] O número programa foi publicado a 15 de Dezembro de 1880. Magalhães Lima, na sua apresentação, dirigida "Ao País", definia a orientação política do jornal nos seguintes termos: "Os partidos monárquicos, em Portugal, estão vivendo uma vida emprestada, sem elevação moral, sem dignidade e sem carácter. À imensa reacção conservadora de hipocrisia, de falsidade e de mentira, convém opôr uma grande e uma sólida acção democrática de verdade, de justiça e de sinceridade. Foi para isso que "*O Século*" se fundou - para ser justo, para ser verdadeiro e para ser independente". O número um, com 4

jornalístico que foi adquirindo. José Joaquim da **Silva Graça**[269] quando ascendeu a director a 12 de Dezembro de 1896, começou logo por lhe dar uma orientação menos partidária[270], transformando-o num verdadeiro jornal de informação. Como mais tarde

---

páginas, surgiu a 4 de Janeiro de 1881, e custava 10 réis. Neste mesmo ano, Rafael Bordalo Pinheiro, quando "repintou" o quadro de Van Loo onde surge o Marquês de Pombal mascarado de Zé-Povinho expulsando os jesuitas; Entre os jornais republicanos da altura, que surgem num primeiro plano, *O Século* é o único que é posto em evidência.

[268] A primeira sede dos serviços administrativos do jornal ficou instalada numa parte da residência de Almeida Pinto, no nº. 30 da Rua do Arco da Graça, mudando-se depois para o palacete dos Salemas, à rua dos Moinhos de Vento (actual Rua D. Pedro V), na esquina da Rua da Rosa. Devido à necessidade de novas instalações mudou-se de novo, em 1882, para o prédio nº2-C, da Rua Formosa (actual Rua d´O Século). Em Fevereiro deste ano acrescentou-se-lhe o palácio dos viscondes de Lançada, pertencente à familia Brederode. O palácio foi adquirido a 14/11/1892. No início do século XX, Silva Graça, construiu, no quarteirão o "Bairro d´*O Século*" destinado ao pessoal do jornal. Em Abril de 1912 inaugura nele uma escola. Mas pouco a pouco foi o mesmo transformado-se em oficinas e anexos da empresa. Em 1921, a 7 de Maio, o corpo lateral do Palácio dos Carvalhos (ou do Marques de Pombal) foi desanexada e integrada na empresa. Um novo edifício foi construido no local entre 1922-23. Para uma descrição da área que veio a ocupar o jornal, consultar: Norberto Araújo, *Peregrinações...* p. 51 e segs.

[269] Silva Graça era oriundo de uma familia pobre da freguesia da Graça, concelho de Pedrógão Grande. Nasceu a 25 de Abril de 1858, tendo começado a sua vida profissional em Tomar, vindo depois para Lisboa onde se empregou como caixeiro de balcão na Casa Anjos, transitando depois para caixeiro de carteira na firma Constant Burnay. Era um típico autodidacta, determinado e inteligentíssimo. Começou muito cedo a colaborar em publicações do tempo. Ingressou no jornal logo em 1881, trazido por Jacinto Nunes, começando a exercer funções nos escritórios, sob a direcção de Almeida Pinto. Em Julho deste ano, ascende já a administrador, sucedendo a Almeida Pinto, entretanto inicia a sua colaboração na redacção do jornal. Quando em Maio de 1888, morre Trigueiros Martel, Silva Graça ascende ao lugar de co-proprietário, do qual tomou posse a 6/1/1889. Leão de Oliveira, em 1891, deixou a empresa, cedendo-lhe a cota. É então que Silva Graça começa um conflito velado com os restantes proprietários - Magalhães Lima e Anselmo Xavier- , para construir um jornal menos político e mais informativo. Após ter indemnizado, com 50 contos cada um, em Dezembro de 1896, torna-se no único proprietário do jornal, assumindo também a direcção do mesmo. *O Século* abandona o tradicional estilo propagandistico, inveredando por uma intervenção social centrada em volta de grandes questões nacionais apreensíveis pelo leitor menos partidarizado, como seja o combate à corrupção, aos abusos do clericalismo, etc. Acumulando um grande fortuna, muito viajado, vivia num esplendoroso palacete nas Avenidas Novas, mais tarde transformado no célebre Hotel Avis (1932). Trabalhador infatigável, de habitos frugais, era vegetariano, só comendo "arroz cozido com água" (Cfr. Aprígio Mafra, *Diário de Lisboa*, 7/5/1931). Durante a primeira guerra mundial abandonou a direcção do jornal primeiro ao seu filho José e a João Pereira Rosa, em 1916, e depois, ao seu genro Rugenori (1921-22) .Após ter vendido as suas acções na SNT à Moagem, em 1922, instalou-se definitivamente em França, em Hyéres, perto de Nice, uma casa de madeira frente ao mar, entregando-se à "meditação", ao "estudo da higiene" e da "filosofia" (Cfr. S., 5/5/1931). O governo condecorou-o em 1922, com a Grã-Cruz da Ordem de Cristo. Profundamente debilitado da sáude veio a falecer a 5 de Maio de 1931, doando à biblioteca de Hyéres uma valiosa colecção de manuscritos (S., 7/5/1931), e uma avultada quantia à Associação de Pessoal d´*O Século*, assim como ao mais antigo funcionário do jornal, Ricardo Cardoso. Entre os seus descendentes, conta-se a sua neta, a pintora Maria Helena Vieira da Silva.

[270] *O Século* acompanhou a própria trajectória política do republicanismo, o que não seria aliás de esperar outra coisa.

Partindo do pressuposto que os problemas do país, passavam antes de mais, pela mudança do regime, foi hostilizando todos aqueles que à esquerda pensavam de modo diverso. (Cfr. César de Oliveira, *O Socialismo em..* p.162-163). A partir do inicio do século XX, era clara a sua oposição à crescente ascensão do movimento operário. Em 1900, por exemplo, é já acusado de denunciar à policia, o director do diário socialista *A Luta* (Cfr.*A Luta*, 1/5/1900), provocando a sua prisão e o encerramento do jornal. No entanto, nas vésperas da Republica, sentindo que estas lutas ao desestabilizarem o regime monarquico, poderiam contribuir para a criarem um clima favorável á mudança, passou a relatar de "modo complacente" as lutas operárias e os discursos revolucionários nas sessões de propaganda (Cfr. Manuel Vilaverde Cabral, *Portugal na Alvorada...* p. 209 e 372).

disse F. Paxeco, "o programa de Silva Graça condensava-se nestas palavras: o público deseja saber onde poisa a mosca"[271]. Em poucos anos tornou-se na maior empresa jornalistica do país, abrangendo todo o tipo de leitores. Neste sentido:

- Concedeu à informação uma enorme importância, nomeadamente a que se reportava as diversas localidades e regiões do país. Ficou famosa a sua impressionante rede de correspondentes, mas também os seus inovadores quiosques[272], os placards, e em 1911, a expansão da sua rede de sucursais e agências.

- Abriu no jornal espaços próprios para públicos específicos, como os **folhetins** dirigidos ao público feminino e diversos **Suplementos[273].** Introduziu a novidade de jornais de 8 páginas[274] e dos números ilustrados. Iniciativas que atraiam novos leitores[275] e sobretudo novos **anunciantes[276].**

Sob a direcção de Magalhães Lima, a luta pela liberdade da imprensa, tornou-se numa causa emblemática do jornal. Quando a Monarquia agonizante, empreende uma brutal repressão reduzindo consideravelmente a liberdade de imprensa (Decreto de 29 de Março de 1890), *O Século* destaca-se neste combate. Anos depois, na grande manifestação a 18 de Dezembro de 1906, realizada pelas Associações de Jornalistas de Lisboa e Porto, contra um projecto de Lei de Imprensa do Ditador João Franco, Silva Graça com outras personalidades, vem à rua defender a liberdade da imprensa.

A própria implantação da República, a 5 de Outubro de 1910, muito ficou a dever-se a este jornal. Como escreveu Carlos Ferrão, foi graças à informação de jornais como "*O Mundo*" e "*O Século*" que os chefes civis da revolução tiveram conhecimento da sua "marcha desconcertante". Durante a própria República, *O Século* prestou uma activa colaboração a vários governos, nomeadamente na promoção junto da opinião pública de certas medidas. Um destes casos é narrado por José Relvas, quando em 1919 chefiava um efémero governo, numa altura que os monárquicos ameaçavam derrubar o novo regime (José Relvas. *Memórias...*vol.2, p.90)

[271] Setubalense, 18/5/1931.

[272] Em 1909, *O Século* abriu quiosques em vários pontos de Lisboa (Rato, Largo da Estrela, Largo de Alcantara, Terreiro do Paço e Largo da Fundição de Baixo), S., 29/10/1909.

[273]Entre os muitos suplementos especiais publicados pelo Século, destaca-se o ***Século Brasil e Colónias***. Outros deram origem a periódicos, sendo o caso mais conhecido, o ***Suplemento Modas e Bordados***. O ***Suplemento Humoristico,*** cujo primeiro número surgiu a 4/11/1897, foi dos mais fomosos no tempo**.** O Tinha como director lierário Acácio Paiva e director artístico Jorge Colaço, onde se revelou prela primeira vez. Do nº 10 ao 204 teve como título "***O Século - Suplemento Ilustrado***". A partir do nº. 791 ao 1.234, "*O* ***Século Cómico***". Em 1914-1918 aparece integrado na *Ilustração Portuguesa* devido à falta de papel que então se fazia sentir. Teve uma colaboração de luxo até fins da 1º. guerra mundial, contando com nomes como Stuart Carvalhais, Jorge Barradas, Alfredo Cândido, Hipólito Colombano, Francisco Valença e Francisco Teixeira. É hoje considerado um marco histórico incontornável na afirmação da banda desenhada em Portugal (Cfr. António Dias de Deus, *Os Comics em Portugal....p.*).

[274] O 1º. número de 8 páginas surgiu a 1/1/1891; O 1º nº. com 16 páginas, embora sem continuidade, surgiu a 30/10/1904; a 30/12/1906, *O Século* aparecia com um número excepcional de 20 páginas: Os números ou páginas especiais fizeram-se de início para comemorar instituições democráticas e notáveis figuras republicanas. O primeiro surgiu em 1886, tratava-se de um número especial, dedicado à Revolução Francesa, no aniversário de Victor Hugo. Estes números atingiram o apogeu entre 1897 e 1900. A partir de 1892, surgiram as primeiras páginas ilustradas com grandes acontecimentos, factos históricos, comemorações, figuras nacionais, instituições, industrias, solenidades, etc.

[275] *O Século* e o *Diário de Notícias*, por volta de 1900, eram já os dois principais jornais do país, atingindo, por vezes, tiragens impressionantes, mesmo para os parâmetros actuais. Na sequência do regicidio de 1 de Fevereiro de 1908, por exemplo, Raul Brandão escrevia nas suas memórias: " O Século, disse-me Avelino d`Almeida, tem tido tiragens de 160.000 exemplares" (Cfr. Raul Brandão, *Memórias* ... Vol. I. p. 198).

[276] A extraordinária difusão dos jornais ao longo do século XIX, se traduz a importância que a informação e a sua circulação havia adquirido, por outro, revela a progressiva integração da informação e dos jornais nos circuitos comerciais, graças à publicidade (Philippe Breton e Serge Proulx, *A Explosão da* ..pág.74). A manutenção e expansão dos jornais passou a ser ditada, em grande medida pela publicidade que angariavam, permitindo com os proventos desta, melhorar a informação, a qualidade gráfica do jornal e a sua distribuição. Um exemplo clássico em Portugal, como já referimos, foi o jornal **Diário de Notícias**.

- Organizou inúmeras iniciativas, ligadas em geral a acções de solidariedade social, promoção de provas desportivas[277], festejos populares ou manifestações patrióticas. Ficaram célebres os seus **concursos**[278] e o **bodo aos pobres** que realizava no princípio de cada ano. Com igual entusiasmo, envolveu-se na construção de escolas, cantinas escolares, colónias balneares, lactários, protecção de crianças abandonadas, criando neste domínio uma verdadeira tradição no jornal.[279].

- Paralelamente, editou uma série de publicações autónomas do jornal, destinados a **públicos específicos**, nas quais a **imagem** possuiu sempre um espaço proeminente[280], para além do **Século Cómico**, há que destacar os **Almanaques**[281] e as revistas **Ilustração Portuguesa** (1903)[282], **Século Agricola** (1911) e **Modas e Bordados** (1912) [283].

Este constituiu o primeiro periódico português que materializou esta ideia de suportar a informação na publicidade. Fundado em Janeiro de 1865. o seu baixo custo era conseguido pela venda aos anunciantes do seu espaço impresso, cobrindo assim pelo menos metade dos seus custos de produção. Com o aumento da difusão dos jornais, criou-se também condições favoráveis à angariação de novos anunciantes, assim como ao aumento das tarifas publicitárias. Até meados dos anos cinquenta, no dizer de Adriano Rodrigues, a imprensa era o vector quase exclusivo da publicidade, foi a época de ouro dos empresários do jornalismo. Desde então, a rádio e a televisão tornaram-se nos seus concorrentes directos. A crise que os jornais passam a atravessar, é em grande medida provocada, pela crise das receitas da publicidade mais do que pelo aumento dos custos de produção. Cfr. Adriano Duarte Rodrigues, *O Campo dos Média ...* e em especial o seu capítulo *Publicidade e Informação*.

[277] Em Setembro de 1907, organizou uma verdadeira volta a Portugal, o Duplo "Raid" hípico". Em 1912, por intermédio de uma subscrição pública, adquiriu um dos primeiros aeroplanos do país que foi depois oferecido ao Ministério da Guerra (cfr. S.,17!2/1969), suplemento dedicado a Gago Coutinho.

[278] O Concurso da Primavera, em 1907, oferecia, entre outros prémios, um "Chalet", um "hiate", dois automóveis, excursões a França, Itália, Madeira. S., 2/71907.

[279]Uma típica organização deste género foi a batalha de flores, na Festa da Flôr de 1918, Cfr. *Ilustração Portuguesa*, Nº.640, 27/5/1918.p. 402.

[280] Eís alguns marcos desta evolução técnica d` *O Século*: a 1ª. estampa surgiu a 1/6/1885, era um retrato de Victor Hugo; a 1ª. Zincogravura, feita sobre um desenho de Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro, data de 1/1/1891; a 1ª. Fotogravura saíu a 5/12/1905, era um retrato de Edmundo Bettencourt, redactor principal do *Correio da Manhã*, no Rio de Janeiro. A primeira impressão a cores fez-se apenas em 1921, com uma imagem alusiva ao Natal. Durante todo o ano de 1922, os progressos foram enormes neste tipo de impressões. Na década de 20, no domínio das artes gráficas e da imagem em particular, a empresa do Século lidera o mercado.

[281] O *Almanque O Século* surgiu em Novembro de 1881. O aumento da publicidade levou que o número de páginas. inicialmente 50, fosse aumentando atingindo entre 1929-1930, cerca de 400! Entre os ilustradores do *Almanaque Ilustrado* contavam-se conhecidos artistas como Rocha Vieira (1921), Stuart (1931), José Viana (1939) e Diaz Anton (1941).

[282] A *Ilustração Portuguesa*, fundada em 1903, sob direcção **efectiva** de Silva Graça, tornou-se rapidamente num dos mais importantes comentários da época, e em especial da vida portuguesa do fim da monarquia e durante a República (Cfr. Cândida Proença e António Pedro Manique, *Ilustração Portuguesa...*p.12). A primeira série era tecnicamente pobre. Rocha Martins atribuiu este facto à excessiva intervenção de Silva Graça que estava sobretudo interessado no rápido lançamento da revista (*Pequena História da...*p.).

Apesar de ligado a um jornal republicano, as simpatias monáquicas tornaram-se manifestas a partir da 2ª. Série em 1906 (26 de Fevereiro), quando passou a ser dirigido Carlos Malheiro Dias. Com a partida deste para o Brasil (1912), em consequência da implantação da República, a direcção foi confiada a António Maria de Freitas (1914-1919), a que lhe sucedeu Albino Forjaz de Sampaio (Set 1919-Set.1921). A 30 de Outubro de 1921, passou a ser dirigida por Cunha Leal. É nesta altura que reforça a sua vertente **regionalista,** dando particular destaque às Feiras e tradições populares. Em 1921, por exemplo, propunha-se aos seus leitores a descoberta dos bairros populares de Lisboa e o seu pitoresco, dando o facto origem a interessantes crónicas de António Ferro, Afonso Bragança, Augusto Pinto e Fernanda de Castro (cfr. José Augusto-França, *Os Anos Vinte*.. p.78). **António Ferro** que assumiu a sua direção em Janeiro de 1922, acentuou esta orientação pitoresca e literária, desvalorizando nitidamente a

Toda esta produção era realizada num enorme e modelar **parque gráfico** que Silva Graça manteve sempre actualizado em termos tecnológicos[284]. A base do seu enorme sucesso comercial assentava contudo numa impressionante **distribuidora,** o que lhe permitia afirmar, por volta de 1900, que *O Século* era o jornal português de maior distribuição. A difusão das ideias republicanas não deixou de ter por esta via, um dos seus mais eficientes meios de propaganda.

Implantada a República, *O Século* prossegue a sua expansão, tornando-se num dos principais apoios do novo regime, mas durante a primeira Guerra Mundial, a crise instala-se na empresa. Silva Graça, descontente com a evolução do regime republicano, agastado também com problemas familiares, começa a prolongar as suas estadias em França, onde acaba por fixar residência[285]. A subdirecção do jornal é confiada em 1916 ao seu filho **José Silva Graça** e pouco depois também a **João Pereira Rosa** (1918). Por volta de 1920, o jornal envolve-se numa violenta campanha contra a poderosa **Companhia Portugal e Colónias**, mais conhecida por "**Moagem**", denunciando os seus abusos monopolitas[286]. É neste período que o seu filho parte abruptamente para o Brasil[287], onde acaba por se suicidar passado pouco tempo[288]. O jornal é confiado a José

---

sua dimensão noticiosa e documental. Em Maio de 1922, quando parte para o Brasil, deixou a direcção da revista por um curto período de tempo entregue a João Ameal, um dos historiadores oficiais do **Estado Novo**. António Maria de Freitas assume de novo a direcção ainda em 1922, sucedendo-lhe em Novembro Tito Martins até 12/4/1924. Descaracterizada, os leitores afastam-se. A revista acaba por ser interrompida em Abril de 1924, reaparecendo em 1931, como um órgão oficioso. A partir daqui, de forma intermitente ou apenas para assegurar um título, até ao seu encerramento em 1980 (nº.1046), pouco interesse já é capaz de suscitar.

[283] Esta revista surgiu primeiro como suplemento do jornal, só depois se autonomizando. A primeira directora (?) foi Maria de Carvalho.

[284] A primeira grande fase de apetrechamento do tecnológico iniciou-se em 1891, com a instalação de energia eléctrica nas oficinas e iluminação das salas, a que se seguiu a criação de uma oficina completa de zincogravura. Estes investimentos revelam a crescente importância que a imagem passou ter, não apenas no jornal, mas em todas as publicações da empresa. A segundo fase, arrancou em 1900, quando foi adquirida uma rotativa para impressão a 5 cores, uma das poucas existentes no mundo e a primeira que se instalou em Portugal. A empresa entrava também na fase da fotogravura, onde iria obter um grande sucesso, em publicações como *Ilustração Portuguesa*.

[285] As suas estadias em França principiaram em finais do século XIX, quando começou a fazer curas de águas anualmente nas termas da cidade de Vichi. Antes de deflagrar a Guerra, possuia já residência em Hyéres, tendo confiado a empresa ao seu filho José, coadjuvado por alguns dos seus amigos e colaboradores (João Pereira Rosa, Manuel de Guimarães, Luis Ricardo Cardoso e Artur Pavão). Durante a Guerra colocou *O Século* ao serviço dos aliados, apoiando também financeiramente a assistência aos militares franceses feridos em combate, sendo pelo facto agraciado pelo governo Francês, com a medalha da Legião de Honra. Em 1917, acaba por casar em segundas nupcias. com a srª. Decot Delaberge, filha do antigo director do célebre jornal parisiense "Siècle", sendo o acto testemunhado por Magalhães Lima e João Chagas, então ministro português em Paris.

[286] O poderoso cartel da Companhia Industrial de Portugal e Colónias, vulgo Moagem - associação de industriais de panificação, constituída em 1919, a partir da Nova Companhia Nacional de Moagem. Foi notavelmente robustecida durante a Primeira Guerra Mundial. No complexo industrial e comercial do país, ocupava em 1910 o 8º. lugar, em 1917 o 5º, e em 1926, já o 2º., sendo apenas superada pelas Companhias Reunidas de Gás e Electricidade. Entre 1919 e 1926, exercia um verdadeiro monopólio nos abastecimento de Lisboa e grande parte das cidades do país.(Cfr. A. H. de Oliveira Marques, *História da 1ª. República*... p.146-153).Para além da panificação, trigo e outros cerais, possuia interesses em minas, industrias de vária ordem, fontes de energia hidráulica e participações bancárias.

Em 1922, tinha ao seu serviço o jornal **Diário de Notícias,** tendo adquirido neste ano também *O Século*, o que representava uma poderosa força de pressão sobre os governos e de coacção sobre a opinião pública.

[287] Silva Graça, em 1920, escreveu os seus últimos artigos, cujo conteúdo se reflecte bem nos próprios títulos: "*O Século não se vende*!", "*O Século e a Tribo*"; o último por si escrito saíu a 8 de Julho de 1920,

Garcia **Rugenori** (7/4/1921 a 29/10/1922), genro de Silva Graça. A Moagem investe então numa grande ofensiva para controlar o jornal. Rugenori negoceia nos bastidores com Cunha Leal, representante da Moagem. O facto jamais lhe será perdoado[289], nomeadamente por J.P. Rosa que entretanto abandona o jornal. Em 1922 a Moagem adquire finalmente o controlo do jornal quando compra as acções da recém formada Sociedade Nacional de Tipografia (SNT)[290], proprietária d`*O Século*. Paralelamente começa a organizar-se um vasto movimento político ligado ao grande patronato, no qual J.P.Rosa surge como o mais destacado dirigente[291]. A sua acção vai ser decisiva, num contexto particularmente propício[292] para o derrube da República.

---

intitulando-se "*Êxodo Rural*" e denuncia os abusos monopolistas da Moagem, prognosticando o inevitável abandono da nossa agricultura.

[288] José Silva Graça ter-se-á envolvido em transações pouco limpas, tendo por isso partido para o Brasil, na companhia da poetisa Beatriz Delgado.

[289] José Garcia Rugenori foi durante mais de dez anos alvo de uma campanha sistemática de difamação na imprensa, orquestra por J. P. Rosa. Nasceu em Gilbratar, em 1886, veio para Portugal por volta de 1906, contratado pela Colonial Oil Cª (denominada em 1926, Vacun Oil, Cª), na qualidade de chefe de vendas. Durante a Guerra, pelos serviços prestados, é agraciado como comendador da Ordem de Cristo, a Cruz Vermelha atribui-lhe também a medalha de benemerência. (carta de Rugenori, S., 23/10/1926).

Quando assume a direcção da SNT, a avaliar pela documentação existente na Torre do Tombo, sucedem-se nesta empresa os conflitos internos que a paralizam constantemente. Em 1922, terá convencido Silva Graça a vender *O Século* à Moagem (Cfr. *Correio da Manhã*, 24/10/1926), tendo negociado a venda das 15 mil acções (cfr. *Diário de Notícias*, 9/12/1926). O facto conforme já assinalámos ir-lhe-á custar uma verdadeira perseguição durante mais de dez anos.

- O jornal *"**Imprensa Nova***", fundado em 1922, a cuja administração pertencia Frederico Pavão, cunhado de J.P.Rosa, passa a atacar sem descanso não apenas a Moagem, mas a insultar Rugenori.

- A *Voz do Povo* (11/11/1922), como outros jornais, veio logo a público denunciar uma fraude de Rugenori ao Estado em 1920, clamando agora por justiça. Passados dez anos, Rugenori será pela mesma julgado e condenado no Tribunal da Boa Hora (*Diário de Lisboa*, 30/3/1932). Mas acaba por fugir para não cumprir a pena de prisão de dois anos (Cfr. D.L.,23/11/1933).

-O *Primeiro de Janeiro*, a 5/1/1923, à semelhança de outros jornais noticiou que Rugenori havia sido preso, no Governo Civil de Lisboa, a pedido de Silva Graça. Este acusava-o de ter vendido o jornal sem o seu consentimento. Passado dias, muitos poucos foram os jornais que desmentiram a notícia que haviam posto a circular...

- *O Século*, em 1926, já sob a direcção de J. P.Rosa, denuncia o que considera ser mais uma fraude de Rugenori, desta feita para construir um Hotel na antiga residência de Silva Graça (S., 12/10/1926). O Século banaliza os insultos a Rugenori. Alcunhado de "mestiço", até a própria questão da origem é motivo de comentários racistas. *O Século* afirma que ele "Está no número dos que não sabem ao certo a que nacionalidade pertencem", S., 23/10/1926. Rugenori virá a falecer em Abril de 1940, deixando três filhos, uns dos quais era o director do Hotel Avis (Cfr. *Diário de Lisboa*).

[290] A SNT foi constituida a 7 de Maio de 1921, com um capital social de 1.500 contos

[291] A emergência política de J.P.Rosa não passou despercebida, nomeadamente porque a mesma aparecia associada a um súbito aumento de recursos económicos. "**Em meia dezena de anos" tornara-se um abastado capitalista, comprando palácios, vivendo uma vida faustosa**" (*A Lanterna*, 1/1/1926). Para uns a explicação estava nas suas ligações intimas com Silva Graça. Alguns referem explicitamente que se tratou de uma relação homossexual (Rebate, 10/1/1926). **Mas a maioria dos seus adversários procurava demonstrar que J.P. Rosa estava a ser pago para defender a CUF e as ideias autoritárias de Alfredo Silva** (A *Batalha*, 20/1/1926). O jornal "*Povo*", em 1928 e 1929, chegou mesmo a promover uma campanha de denúncia pública (*Povo*, 6/12/1928, 1/2 e 2/2 de 1929). Recentemente vários historiadores tem retomado as mesmas ideias, circunscrevendo todavia a defesa dos interesses da CUF por J. P. Rosa apenas à exploração dos tabacos (Cfr. José Freire Antunes, *A Desgraça da República*... pp.72-73 ; Vitorino Magalhães Godinho, *Pela Liberdade*...p.207-208).

[292] Partilhamos com A. H. Oliveira Marques e outro historiadores da convicção que os descontentes face à I República, estavam longe de se confinarem aos militares, apoiados por banqueiros, capitalistas e escorados pela Igreja. De uma maneira geral todos estavam descontentes com os sucessivos governos republicanos e a forma era exercido o poder (*Portugal no Século XX*...,p.271-272). Não é pois de estranhar que em 1926, muitos poucos se tenham mostrado dispostos a defender o "satus quo". Neste

Ao serviço da Moagem, *O Século,* como já estava o *Diário de Notícias,* entra numa fase de completa decadência, incluíndo as suas publicações. A direcção do jornal é assumida, neste período, por **Cunha Leal** (30/10/1922 a Maio de 1923)[293] e **Amadeu de Freitas** (20/3/1923 a 15/11/1924), e num curto período de tempo por **Tito Martins** (16 a 18 de Novembro de 1924). Uma humilhação suprema ocorrera entretanto - *O Século* passou a ser dominado por um capitalista espanhol[294]. Apesar das excelentes qualidades intelectuais que eram reconhecidas aos novos directores, o certo é que nenhum estava à altura de suceder a Silva Graça.

3.1.2. A obra de J. P. Rosa

A viragem do jornal surge na sequência das movimentações políticas que percorrem a sociedade Portuguesa, por volta de 1924. Uma das mais importantes associações patronais - a **Associação Comercial de Lisboa** (ACL)- passa a liderar a partir de então a luta contra o radicalismo republicano, o sistema eleitoral e os partidos políticos.

Umas das suas primeiras iniciativas foi a criação, a 28 de Setembro deste ano, de uma organização política, a **União dos Interesses Económicos**(UIE)[295], cuja Junta

---

contexto figuras, como J.P. Rosa, acabaram por desempenhar um papel que excedeu a sua aparente dimensão política, quando se assumiram como interpretes de um movimento de ruptura com o regime republicana, atitude sentida como necessário por largas camadas da população.

[293] Cunha Leal era um típico produto da demagogia da I República, mudando fequentemente de posições políticas conforme a sua correlação de forças. Iniciou a sua carreira como deputado sidonista em 1918. Rapidamente se torna um dos seus principais adversários, não deixando também de se envolver em frequentes conspirações militares, vocação que nunca abandonou ao longo da vida. À semelhança de muitos outros republicanos adere depois da I Guerra à ideia que a solução do regime republicano estava numa ditadura. Na continua desagregação do Partido Republicano, em 1919, esteve na base da criação de uma sua dissidência, o Partido Popular, de vida aliás efémera. Adquiriu grande notoriedade pública durante a "Noite Sangrenta de 19 de Outubro de 1921", sendo pouco depois nomeado presidente do conselho de ministros a 16/12/1921 a 5/2/1922. No final deste ano tornou-se no primeiro director d`*O Século* da era pós-Silva Graça. A sua direcção ficou apenas registada por algumas edições espectaculares a cores, e pouco mais. Participou activamente no golpe militar de 18 de Abril de 1925 e procurou sem êxito emergir como o "chefe" no golpe do 28 de Maio de 1926. Tornou-se depois num dos mais emblemáticos opositores ao Estado Novo, chegando mesmo nas eleições presidênciais de 1958 a ser proposto como candidato pelo Partido Comunista ...(Cfr.João Madeira, *Uma Primavera*...pp. 32-39).

[294] O processo começou em Março de 1923, quando da elevação de capital na SNT. O principal accionista passou a ser então Platão Aymani Peig, catalão de origem e antigo co-admnistrador da Sociedade Estoril. Para além de fornecedor de papel do jornal (cfr. *A Época*, 17/3/1923) era também accionista da Moagem (*A Batalha*, 17/8/1983). Esta alteração implicou a saída de Cunha Leal, que recebeu então um verdadeira fortuna a título de indemnização (Cfr. *O Rebate*, 20/3/1923). Os sentimentos anti-espanhóis crescem depois de várias acusações de Cunha Leal à falta de transparência de todo o processo ao que *O Século* contra argumenta defendendo os novos donos (S, 17 e 18/3/1923). Este e outros casos revelam com clareza a concepção instrumental da imprensa, então muito generalizada: um jornal de informação era acima de tudo um órgão ao serviço dos interesses dos seus proprietários.

[295] A criação da **UIE** tem como pretexto imediato a luta do patronato contra a "Lei da Selagem". Em Julho e Agosto de 1924, cerca de 120 associações, entre as quais se destavam a ACL, Associação Industrial Portuguesa (AIP) e a Central de Agricultura, delegam num grupo de cinco elementos presididos por **J. P. Rosa** a condução do processo de luta. Eram eles:

Roque da Fonseca (1891-1954), comerciante e director da ACL desde 1923; será seu presidente entre 19/10/1936 e 19/7/1948, afirmando-se como um defensor da **Ordem pela Ordem** (ver o seu

Central era presidida por **J.P.Rosa**[296], então um abastado comerciante e Director-Secretário da **ACL**. A **UIE** representava cerca de 120 associações patronais do

---

discurso na tomada de posse em 1936, S. 2/6/1954). Para uma análise da sua trajectória na ACL entre 1936 e 1948, consultar Luis Trindade *(O Velho*...).

João Maria Alvarez (1875-?), ministro da agricultura (1920), deputado, presidiu às comissões admnistrativas das Feiras de Amostras da Indústria Nacional (1929) e das Exposições das Industrias Portuguesas (1932 e 1933). Foi presidente da AIP e administrador de algumas das maiores empresas do país (CRGE, CP, etc).

Joaquim Nunes Mexia (1870-1941), agricultor e político. Governador Civil de Évora (1908-1910), deputado durante a Ditadura de Sidónio País e em 1925 por Évora, ligado à UIE. Foi um acérrimo defensor do corporativismo e amigo íntimo de Salazar. Benemérito em Mora, Évora, Coruche, etc.

Correia Guedes (1878-1930), veterinário e industrial. Foi um dos mais activos apoiantes da ditadura de João Franco (1907-1908). Foi administrador de grandes empresas, como a Compª. Portugal e Colónias, nos seus anos mais agistados (1921).

Alfredo Ferreira, dirigente da ACL, era quem *O Século* considerava ser o mentor da UIE (cfr. S., 31/10/1927). Afasta-se da política activa logo após o golpe de 28 de Maio.

Este grupo no qual avultam os elementos ligados às ditaduras de João Franco e Sidónio Pais, estabelecem por todo o país uma vasta rede que se mantém activa, pelo menos até Junho de 1937, quando foi decidido extinguir a UIE. Ao longo dos anos verão as suas propostas serem aceites uma a uma pelo novo regime. Para uma visão de conjunto, consultar artigo *União dos Interesses Económicos*, in, *Grande Enciclopédia* ..., Vol. XXXIII. p. 388-389.

[296] A biografia de J.P.Rosa foi sempre narrada de forma muito **repetitiva,** revelando em geral uma intenção propagandística**.** É apresentado como um continuador da obra de Silva da Graça, de quem terá ouvido mesmo as suas últimas vontades no leito da morte, a que se apressou a cumprir. Como ele vinha de uma família humilde, estudou à sua custa e graças a uma impressionante dedicação ao trabalho, amealhara tudo quanto possuía. Apesar de toda a sua riqueza e prestígio social, nunca se esqueceu dos pobres e em especial das crianças mais necessitadas. A sua biografia tem sido difícil de escrever, de tal modo vários episódios da sua vida foram trabalhados para dar dele uma certa imagem.

Nasceu no Redondo a 26.9.1885, mas foi baptizado em Évora, onde os seus pais, Maria da Conceição Fereira Pereira da Rosa e Guilherme Pereira da Rosa passaram a residir. O seu pai era fotógrafo, tendo aí um pequeno "atelier". Tinha mais duas irmãs. Em Évora frequenta a escola primária. Em 1894, o seu pai e logo a seguir a restante família, veio para Lisboa, onde já viviam três filhas e um filho do seu primeiro casamento. Nunca se referirá a esta parte da familia. No entanto, este seu irmão foi um destacado deputado e senador republicano. Em 1896, tendo o seu pai falecido, é obrigado a empregar-se numa casa comercial.Conclui o exame da 4ª. Classe. Em 1898 passa a frequentar o curso comercial do Ateneu Comercial de Lisboa. Com treze anos, mais exactamente a 1 de Junho de 1899 responde a um anúncio d`*O Século* para "praticante de escritório", tendo sido logo admitido para a confecção de cintas destinadas aos exemplares dos assinantes. Silva Graça terá reparado muito cedo na sua dedicação ao trabalho, passando a protegê-lo (Cfr. S.,1/7/1949). Ascende a inspector-geral das oficinas em 1902, tinha então 17 anos. Tornara-se numa espécie de braço direito de Silva Graça. Em 1913 entra para a administração do jornal. Em 1918 é nomeado subdirector, cargo que na prática já desempenhava dadas as frequentes ausências de Silva Graça.

Entretanto, casa-se com Angélica Pavão, filha de Artur Pavão, guarda livros d`*O Século* (cfr. *Modas & Bordados*, 6/7/1949). A numerosa família de Artur Pavão, tinha treze filhos, irá constituir durante décadas um dos seus principais apoios. É nela que recrutará fieis dirigentes e outros elementos chave para a SNT.

Em 1921, Silva Graça dá-lhe sociedadade na SNT. Pouco depois sai do jornal, por desentendimentos com Rugenori. Passa a dedicar-se ao comércio. A partir de então, sem nunca ter esclarecido devidamente a forma como as adquiriu, aparece ligado a diversas empresas, como a sapataria "Excelsior", a Guérin, Lda, (Cfr. *A Batalha*, 30/7/1925), o Palace Stand da firma Alexandre & Mendonça (S., 5/2/1929 e 4/2/1918). Adquire grande parte das acções d´*O Século* em 1924, e mais tarde a sua quase totalidade. Manifesta-se também como accionista da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (*Primeiro de Janeiro*, 1/7/1945), Banco Lisboa & Açores (S.,6/2/1949), Sociedade Torlada,Lda, depois da Tóbis (Félix Ribeiro, *Figuras*...p. 294), Rádio Clube Português (S., 10/12/1936), etc.

A partir de 1924, *O Século,* passou a funcionar como um poderoso instrumento de pressão sobre os seus parceiros de negócio, ou mesmo junto do Estado. Este jornal relatava, por exemplo, as suas intervenções nas assembleias de accionistas da CP ou do Banco, promovia campanhas em áreas onde

comércio, indústria e agricultura. O movimento, composto por elementos que ultrapassava em muito o patronato[297], não tarda a radicalizar-se, passando a conspirar-se abertamente a favor de uma intervenção dos militares no derrube do regime constitucional.

Afim de garantir um orgão de propaganda na imprensa, com um dimensão ajustada ao movimento político que encabeçavam[298], em Novembro de 1924, J. P.Rosa, Mosés Amzalak[299] e Carlos José de Oliveira[300], adquirem para a **UIE** o jornal *O Século*,

---

possuía interesses directos, ou simplesmente fazia publicidade indirecta às empresas onde detinha participações.

A sua vida pública inicia-se em 1918, quando em plena ditadura de Sidónio Pais é nomeado vogal da Comissão Administrativa da CML. Mas é só a partir de 1923 que adquire uma grande projecção pública, quando passa a desempenhar o cargo de director-secretário da ACL(1923-1926) e depois como dirigente máximo da UIE(1924-1926).

Em pleno Estado Novo, com uma fama que ultrapassava o país, foi procurador à Câmara Corporativa, na primeira legislatura da Assembleia Nacional. Presidente do Grémio da Imprensa Diária (1936-1941), dirigente da Caixa de Reformas dos Jornalistas, cargo que mais tarde será desempenhado pelo seu filho, Guilherme. Foi ainda dirigente do Automóvel Clube de Portugal. Na ACL exerceu ainda o cargo de presidente da Assembleia Geral.

Publicou apenas dois folhetos, *O Caso O Século* (1928) e a *História de um Crime Médico-Cirúrgico* (1933).

[297] A ACL e a UIE foram entre 1923 e 1926 dois espaços privilegiados de oposição ao regime. Nestas organizações patronais uniam-se facilmente em volta de reivindicações cada vez mais politizadas, desde simples republicanos descontentes com o Partido Democrático a monárquicos empenhados na restauração da monarquia, passando por anticlericalista confessos até católicos militantes. **António Oliveira Salazar** foi um desses elementos. Em Dezembro de 1923, na ACL participou no Congresso das Associaçôes Comerciais e Industriais, apresentando a tese "Redução das Despesas Públicas". Para além da radicalidade das medidas propostas, o que pôs em evidência foi que a desejada alteração do modelo económico pelo patronato, era inviável se este não tomasse o poder político (Cfr. José Freire Antunes, A *Desgraça da República*...p.67). É preciso recordar que foi neste Congresso que J. P. Rosa e Mosés Amzalak emergem como os principais lideres dos comerciantes. Constituida a UIE, Salazar e o seu amigo Armindo Monteiro surgem naturalmente como os seus consultores económicos.

[298] Levy Marques da Costa ainda propôs a aquisição do jornal *A Pátria*, mas por iniciativa de Carlos Oliveira este, juntamente com Moisés Amzalak e Pereira da Rosa, acabam por comprar à Moagem as acções da Sociedade Nacional de Tipografia, proprietária d`*O Século* por 4.568 contos (Cfr. J. P.Rosa, *O Caso O Século*, 1928). Os 2.000 contos iniciais foram obtidos através de letras assinadas por alguns grandes nomes do patronato de então, directores das associações industriais, comerciais e de agricultura como Eduardo Maia Rodrigues, Abel Pereira da Fonseca, Pinto Quartim, Agostinho Vilas, Alfredo Ferreira, Roque da Fonseca, etc. Os três principais accionistas patronais procuraram então vender as suas acções às associações patronais, mas desta acção só conseguiram obter 27 contos da Associação de Logistas e 200 contos da Comercial (Cfr. António José Telo, *As Associações*..., p..333).

[299] Mosés Bensabat Amzalak (1892-1978), economista, foi presidente da ACL, da Comunidade Judaica de Lisboa, da Academia de Ciências de Lisboa (1962,1962, 1968, 1970 e 1972), fundador da Aliance Française em Portugal. Era um conhecidíssimo académico de renome internacional. Desde 1922 era professor do Inst. Sup. Comércio. Em 1931, participou na criação do Inst. Sup. de Ciências Económicas e Financeiras, de que foi director entre 1933 e 1944. Na Universidade Técnica de Lisboa foi vice-reitor entre 1931 e 1934 e de 1944 a 1956, e reitor de 1956 a 1962. Foi doutor "honoris causa" das seguintes universidades: Estrasburgo (1932); Bordéus (1935); Lyon (1936); Toulouse (1939); Paris (1950); Caen (1957); Argel , Aix-En-Provence e Lille (1960); Salónica e Baia (1963). Publicista multifacetado, possui uma vasta obra, na qual percorre desde os temas mais prosaicos aos mais eruditos. Participou activamente na UIE, entre 1924 e 1926.

[300] Carlos de Oliveira foi como Silva Graça ou J. P. Rosa, um homem que se fez a si próprio.Iniciou a sua actividade profissional como marçano num retrozaria na Rua do Ouro. Empregou-se depois na Firma Marques & Duarte, na Rua dos Retrozeiros onde acaba por adquirir sociedade. Mais tarde aparece já referenciado administrador da firma A.E.G. Durante a Ditadura de Sidónio País, do qual foi um activo apoiante, é eleito deputado. Participou na UIE, vindo a ter um papel decisivo no Golpe Militar do 28 de Maio de 1926. Era administrador-delegado da empresa Cabo Mondego (Gazeta da Figueira, 30/9/1925).

atribuindo a sua direcção a Henrique Trindade Coelho[301]. O primeiro assumiu desde logo o cargo de administrador-delegado, concentrando-se no saneamento financeiro da empresa.

No ano seguinte, este e outros jornais estão já activamente empenhados na preparação da opinião pública para a eclosão de um golpe militar destinado a impor uma **ditadura militar**. O golpe que ocorre a 18 de Abril[302] acaba por fracassar. Carlos José de Oliveira implicado no movimento foge para o estrangeiro e *O Século* é apreendido. J.P.Rosa pouco antes havia-se ausentado para Paris. No regresso, a partir da ACL, faz veementes apelos à Ordem Pública, denunciando a fraqueza do Governo no combate à célebre "Legião Vermelha"[303]. Na sequência desta acção, o Governo acaba por assaltar e encerrar a ACL, prendendo-o. A UIE nas eleições no final do ano, sofre um desaire, obtendo resultados muito abaixo das expectivas dos seus membros.

A **28 de Maio de 1926**[304], ocorre um novo golpe militar, implantando desta vez uma Ditadura Militar que se prolongará até 1933. Anos depois, sobre estes factos, escrevia-se nas páginas deste jornal: "Foi com a sua devida cooperação que desabou um regime e nasceu outro"[305].

Em 1929, está na mesma empresa directamente envolvido num processo de desvio de dinheiros públicos e falência fraudulenta. O caso é alvo de uma campanha sistemática na imprensa obrigando o Estado a intervir, sendo aberto um Inquérito (*Povo*, 10/5/1929 e 14/6/1929). Em virtude de não conseguir arranjar qualquer escapatória, é compelido a afastar-se da SNT em 1934 (D.N. e D. L., 21/6/1934), partindo temporariamente para o Brasil, mas antes envolve-se numa violenta cena de pancadaria na via pública (Cfr. *Primeiro de Janeiro*, 20/7/1934 e 12/12/1934). Faleceu a 27 de Janeiro de 1951, num relativo esquecimento.

[301] Henrique Trindade Coelho (1885-1934). Escritor, jornalista, Advogado e diplomata. Antigo colaborador dos jornais *A Pátria*, *A Época* e do "1º de Janeiro" (onde defendeu a ditadura nacionalista). Foi dirigente da Cruzada Nun`Alvares (António José Telo, *Decadência*...Vol. I, p.75). Evidenciou-se também como conspirador contra o regime republicano, tendo desempenhado um papel de relevo na preparação da opinião pública para aceitar a necessidade de uma ditadura militar. Foi um dos principais protagonistas da organização dos golpes militares de 18 de Abril de 1925 e de 28 de Maio de 1926 (Cfr. Oscar Paxeco, *Os que Arrancaram...*). Era filho do conhecido escritor Trindade Coelho.

[302] Este golpe militar, introduziu uma novidade importante nas intervenções políticas dos militares. Difundiu a ideia da criminalização dos partidos e dos políticos republicanos entre os militares, preparando-se deste modo as condições objectivas para o derrube do próprio regime constitucional. Cfr. João B. Serra, Luis Salgado de Matos, *Intervenções Militares na Vida*... p.1181.

[303] A "Legião Vermelha", um enigmático grupo terrorista, a que a polícia atribuía motivações revolucionárias, alegadamente teria prepetado diversas acções violentas em Lisboa, entre as quais sobressai o atentado ao comandante da Polícia de Segurança Pública de Lisboa, Ferreira do Amaral (15/5/1925), e que vieram a servir de pretexto para a prisão em massa de inúmeros anarquistas e sindicalistas. Estes casos eram explorados pela imprensa monárquica e por sectores republicanos desiludidos com a República. Ambos teciam um discurso sobre a necessidade que havia de se reestabelecer a ordem pública através de uma intervenção militar.

[304] À volta d`*O Século*, em particular de Trindade Coelho e Carlos Oliveira, funcionou um amplo grupo de conspiradores, entre os quais se contava, por exemplo, Carlos Vasques, funcionário superior dos correios e telégrafos. No Gabinete do Director eram filtradas as informações transmitidas por telégrafo que era dadas ao governo sob o golpe militar. Aos revoltosos era depois comunicado os passos dados pelo mesmo. (Cfr. Óscar Paxeco, *ob.cit*., p. 217-222). Em Braga, na madrugada do dia do Golpe, já um jornalista deste jornal procurava o General Costa Gomes, o qual surpreendido com o facto terá dito: " - Por esta é que eu não esperava ! Ainda há pouco cheguei a Braga e já cá tenho *O Século* ao pé de mim! Estou com sorte! Então venço com certeza!", Publicado em "*A Agonia de Costa Gomes*", in, *S*.I., 27/5/1944.

[305] S.,artigo de fundo, 4/1/1950.

O Século, na altura, não deixou para mãos alheias recolher os louros do golpe militar. Em Novembro, fazia um longo historial dos dois anos em que havia trabalhado para a sua preparação (S.,10/11/1926. Os oficiais da guarnição de Braga, em Março de 1927, prestam-lhe públicas homenagens

A 9 de Junho de 1926, J.P.Rosa substituíu Trindade Coelho que há muito revelava um crescente desgaste político[306]. A magnífica distribuição do jornal revela-se, um precioso trunfo para a implantação do novo regime. Em Dezembro deste ano, J.P. Rosa e pouco depois Moisés Amzalak e Carlos de Oliveira, alegando incompatibilidade com as funções que exerciam na SNT[307], abandonam a ACL e UIE, afirmando sem equívocos que eram os únicos proprietários desta empresa. Muitas associações sentem-se então ludibriadas no processo[308].

Utilizando o jornal como uma arma política, colaboram activamente na preparação da opinião pública para o afastamento nos sucessivos governos militares dos seus elementos mais moderados. A sua acção é notória no Golpe de 17 de Junho de 1926 que afastou o General Mendes Cabeçadas e sobretudo, na Revolta do 7 de Fevereiro de 1927, quando J.P.Rosa vem a público em nome da **Ordem Pública**, reclamar dureza da ditadura militar para com os vencidos[309]. Raul Proença responder-lhe-á que não se podia falar sequer em perdão de uma ditadura ilegal e injusta, quando o que estava em causa era o restabelecimento da legalidade no país[310]. Colaborando na pretensa legitimação da ditadura, *O Século*, em 1928, torna-se no principal apoiante das

---

"pela sua patriótica e desassombrada campanha em prol da moralização dos costumes e do ressurgimento nacional", S.,12/3/1927.Em Outubro de 1927, são atribuídas condecorações a Carlos de Oliveira, Moisés Amzalak e J.P.Rosa, este todavia não aceita esta distinção. A sua obra em prol da Ordem ainda não terminara.

Conhecedor destas e tantas outras intervenções, Norberto Lopes que iniciou a sua carreira de jornalista em 1919, neste jornal, escreverá: **"A história de " *O Século*" (...) coincide com a História de Portugal ao longo de 96 anos da sua existência**", D. N.,4/1/1981.

[306] A saída de Trindade Coelho é atribuida a problemas de saúde (S., 10/6/1926). Na realidade há muito que era alvo de crítica demolidoras na imprensa em geral, onde era tratado como "um moço de fretes" de todos os que queriam derrubar a Republica (Cfr. *Rebate*, 26/6/1925 e *A Batalha*, 30/7/1925). O governo recompensou-o com a nomeação de ministro de Portugal em Roma(1927). No Governo Presidido pelo General Ivens Ferraz ocupou a pasta dos Negócios Estrangeiros. Na sua tomada de posse, a 27/7/1929, afirma-se como um "fogoso admirador de Mussolini" (José Medeiros Ferreira, *O Comportamento*... p.157). Após a queda do Governo é nomeado embaixador para Roma, mas desta vez junto do Vaticano. Morreu em Outubro de 1934 (cfr. A Voz, 8/10/1935).

[307] D.N., 10/11/1926

[308] A imprensa da época dedica ao assunto entre 1926 até 1928, um largo espaço. A AIP liderava o grupo dos que se haviam sentido ludibriados, sustentando que o jornal havia sido comprado para a UIE, e não para os três, os quais jamais lhes tinham falado desta intenção (cfr. *O Mundo*, 14/11/1926). João Pereira Rosa é apontado como o mentor e principal beneficiário da fraude (cfr. *Informações*, 7/12/1926; *Correio da Manhã*. 17/12/1926; *Época*, 7/12/1926 e 10/12/1926; *Mundo*, 7/12/1926 e D.N., 7/12/1926).

Na ACL, em Dezembro de 1926, sucedem-se as assembleias gerais, presididas por Carlos de Oliveira, para discutir o assunto. J.P.Rosa é acusado e acusa. Dois anos depois publica o folheto, *O Caso O Século*, reunindo artigos da propaganda feita no jornal sobre o assunto.

O jornal A Batalha, a 15/12/1926, procurava resumir a seu modo estas discussões, nos seguintes termos: "**Pereira Rosa é o ladrão dos ladrões julgado no Tribunal dos ladrões**".

[309] "*Perdoar Não!",* in, S., 16/2/1927

[310] Raul Proença, *"Perdoar, Não!", Carta Aberta ao Director de O Século*, Folheto, 20/2/1927. in, Raul Proença, *Antologia*. .. p.131-134.

"eleições" do general Carmona[311]. Este não tarda a retribuir o apoio prestado, fazendo ao *Século* a sua primeira visita oficial...[312]

Numa perspectiva política, J.P.Rosa assumiu durante décadas três tipos de discursos perfeitamente articulados.

Em público, surgia frequentemente como um homem que não recuava na defesa da independência da imprensa[313] e das causas nacionais que considera justas. A questão da **censura** constituía neste aspecto o seu principal ponto de discórdia com o novo regime[314]. Aparentemente, numa trajectória comum a muitos antigos republicanos do "reviralho", primeiro manteve numa certa expectativa face à censura, depois começou a assumir posições abertamente contra a sua manutenção[315]. Esta atitude, se levantava

---

[311] J.P.Rosa nunca deixou de enaltecer a figura de Carmona e este de elogiar *O Século*. Carmona prestou-se também como ninguém a promover as empresas e as iniciativas a que este estava ligado. Em 1928 inaugura o Stand Palace (S.,4/3/1928), e em Fevereiro do ano seguinte, recebe no mesmo "um Chevrolet" no âmbito de uma acção promocional (cfr. S., 5/2/1929). Em 1935, a 6 de Fevereiro, num artigo de fundo, *O Século*, depois de exaltar os méritos do general, advogada a sua reeleição, o que inevitavelmente aconteceu.

[312] A primeira visita de Carmona, após ter sido "eleito" como presidente da República foi a *O Século* para agradecer: "Afirmou que o sr. Pereira da Rosa devia alegrar-se, porque a votação obtida foi, também para ele". Este, declara então sem equivocos que o jornal estaria ao lado da Ditadura, na sua obra de ressurgimento nacional, S.,31/3/1928.

[313] Entre os muitos discursos públicos que fez sobre a questão da independência d´*O Século*, um em 1930, assume foros de demagogia. Afirma então que a SNT era agora uma empresa próspera e lucrativa, mas os seus proprietários podiam ainda ser muito mais: "Podíamos ser muito ricos! Imensamente ricos! Há muito tratante que dispoe de milhões e que nos subornariam de bom grado", S.,29/1/1930.

[314] A lei de bases da censura da imprensa periódica foi estabelecida logo em 1926 (Dec. 12.008). A partir da imprensa, a censura foi-se alargando a outras áreas, como os espectáculos. A 11 de Abril de 1933 (Dec-lei 22.469, de 11 de Abril), foi regulamentada também a censura prévia para todas as publicações da imprensa não periódica, como livros, folhetos, folhas volantes, cartazes e outras publicações com conteúdo social. Cfr José Paquete de Oliveira - *Formas* ... Vol. I. p. 130 e segs.

[315]Entre 1926 e 1962 foram inumeras as vezes que *O Século* se insurgiu publicamente contra a censura, despertando quase sempre uma enorme repercussão pública:

- Em 1926, na sequência do Golpe Militar de 28 de Maio, quando foi decretada a censura, João Pereira Rosa, sem a condenar, remete a questão para uma avaliação posterior (cfr. S., 24/6/26).

- Entre Junho e Julho de 1932, segundo Marcelo Caetano, quando J.P.Rosa teve conhecimento que o projeto da Constituição de 1933, num artigo sobre a "Opinião Pública", estabelecia-se a obrigação dos jornais publicarem as notas oficiosas do governo, reuniu os diretores dos jornais diários, liderou o boicote à publicitação deste projeto, conforme havia sido solicitado pelo Governo, enquanto o referido artigo fosse revisto. Salazar acabou por desistir de publicar o projeto. Esta experiência, ter-lhe-á revelado, contudo a necessidade de possuir meios de propaganda próprios, o que não tardou a fazê-lo (Cfr. Marcelo Caetano, *Minhas* ... p, 52-56).

- Em 1945, denunciando a impunidade e os abusos dos Grémios, num artigo sob o título "A Principal Causa (S.,13/11/1945), afirmava-se que o grande obstáculo ao seu combate estava na censura que impedia uma Acão mais vigilante da imprensa.

- Em 1951, num fundo, intitulado "*Imprensa e Censura*" (S.,16/4/51), considera-a "absurda", produto de "um estado de coisas perfeitamente anormal".

- Entre 1955 e 1958, Marcelo Caetano que então superentendia no SNI, relata os protestos de J.P.Rosa para que se acabasse com a censura. Marcelo ter-lhe-ia manifestado a intenção de rever a Lei da Imprensa, ao que J.P. Rosa o incitava a ir por diante, dizendo-lhe "Faça uma lei dura, muito dura mesmo. Aceitamos tudo, contanto que a censura seja suprimida e tenhamos regras para graduar a responsabilidade" (Cfr. Marcelo Caetano, *Minhas*.., p. 470)

- A 17 de Julho de 1958, *O Século* levanta um novo protesto contra a censura, no que é secundado por diversos jornais, como *A Voz, Diário de Lisboa, Jornal do Comércio, Comércio do Porto e Diário Popular* entre outros.

- Em Março de 1962, num artigo sobre a "Censura Teatral", procura-se demonstrar o mau serviço que a censura prestava ao teatro (S., 6/3/62, p. 5).

algumas desconfianças a certos dirigentes do regime, tornaram-no todavia no lider inconstestável da imprensa diária[316].

Em privado, surge constantemente a combinar as estratégias do jornal com destacadas figuras do regime[317]. Mas nem tudo ficou em privado, foram muitas as provas de gratidão em público que lhe manifestaram Carmona e Salazar[318]. A recíproca só é verdade em relação a Carmona, quanto a Salazar, deixou passar a ideia que não o suportava[319].

Fora do país, revela-se um grande admirador de Salazar, considerando-o um "génio em política". O corporativismo era a melhor barreira contra a difusão das ideias

---

Quando faleceu, em Março de 1962, Norberto Araújo, então diretor do *Diário de Lisboa* destacou justamente esta posição: "Protestou sem hesitações contra todas as violências e defendeu sempre a liberdade com que a imprensa deve exercer a sua Acão, o direito de crítica que lhe assiste e de que, em nenhum caso, deve abdicar". Cfr. D.L., 26/3/1962.

Outras das questões, embora mais simbólica que João Pereira Rosa se bateu desde a primeira hora foi pela consagração do dia 1º. de Maio como um dia de feriado da imprensa

[316] João Pereira Rosa presidiu a quase tudo o que dissesse respeito à imprensa. Em pleno Estado Novo, foi procurador à Câmara Corporativa, Presidente do Grémio da Imprensa Diária (1936-1941), dirigente da Caixa de Reformas dos Jornalistas. O seu filho Guilherme e o seu cunhado Frederico Pavão, ocuparão igualmente lugares cimeiros nos principais organismos da Imprensa.

[317] Nos documentos de arquivo e nas memórias publicadas importantes protagonistas do anterior regime, J.P.Rosa surge com demasiada frequência como um íntimo colaborador de Salazar.

Franco Nogueira (cfr. *Salazar. As Grandes Crises...*Vol.II. pp.288, 290, 337) destaca as suas constantes informações que transmite a Salazar, sobre o "estado de espírito do país", as frequentes visitas a Santa Comba Dão para ajustar posições políticas. Em 4 de Maio de 1941, por exemplo, assume a incumbência de mobilizar a Federação das Sociedades de Educação, Recreio e Desporto para uma grande manifestação pública de apoio ao ditador. O sucesso da parada entre o Parque Eduardo VII e o Terreiro do Paço ficou a dever-se ao seu empenho (cfr. S.,5/5/1941). Durante o período que precedeu a guerra civil de Espanha, assume o combate contra a ameaça comunista e os exilados portugueses que neste país conspiravam contra Salazar (cfr.Franco Nogueira, *Salazar...Vol.II. p.316.*). Em Setembro/Outubro de 1960, participa com Norberto Lopes, numa apressada homenagem ao "5 de Outubro", tentando deste modo esvaziar uma idêntica Acão que a Oposição tinha em vista realizar. (Cfr.Franco Nogueira, *Salazar. A Resistência... Vol. V.* p.167).

Pedro Teothonio Pereira (cfr.*Correspondência para Salazar*... Vol. I. p.61), mostra-nos trabalhando ativamente nos bastidores ao serviço de Salazar e das suas estratégias, durante a II Guerra Mundial.

[318] Numa manifestação de grande simbolismo, quando Salazar estava no seu auge de popularidade, agradece-lhe publicamente o modo como o havia tratado ao longo de 13 anos (cfr. S.,30/4/1941).

[319] Desde 1928 até 1968, *O Século* foi talvez o principal veículo de afirmação de Salazar e da sua Obra. As suas elevadas tiragens (120.000 exemplares, em 1934) a multiplicidade das suas publicações tornavam-no num poderoso meio de propaganda do regime, camuflada sob a forma de informação.

Em 1928, quando Salazar entrou para o Governo, destacou logo na primeira página a sua personalidade providencial para as necessidades do novo regime (S., 28/4/1928). O próprio J.P.Rosa fez mais tarde questão de salientar diretamente este facto a Salazar, aquando de uma visita deste à exposição comemorativa dos 25 anos de governo (S.15/10/1953).

Nos dez anos da Revolução do 28 de Maio, por exemplo, publicou um suplemento de 40 páginas enaltecendo a obra do Estado Novo e do seu líder (S.,28/5/1936). No ano seguinte, na mesma data, subia o número de páginas do suplemento comemorativo para 120 páginas (S., 28/5/1937). Como se verá posteriormente é de longe o jornal diário de grande difusão que mais papel emprega neste tipo de edições comemorativas do Estado Novo e onde a figura de Salazar era evidenciada.

Contudo, em alguns momentos da sua vida pública, manifestou um aparente distanciamento do ditador. O mais comentado ocorreu em 1949, aquando das comemorações dos seus 50 anos de catividade jornalística (?). Carmona atribui-lhe então o Grande Oficialato de Mérito Industrial. Dado o facto de estar doente foi o próprio Salazar que lha envia com uma carta que a imprensa prontamente divulga. J.P. Rosa, numa cerimónia de homenagem promovida pel`*O Século* , começa por dizer que se Salazar não era um político consensual, ninguém podia deixar de lhe reconhecer a sua dedicação ao trabalho do país. Esta foi a crítica mais dura que lhe fará! (Cfr.D.N, 2/7/1949).

comunistas. Embora negando a existência de censura em Portugal, afirma todavia a sua necessidade, nomeadamente em matéria de política externa[320].

Desta forma, internamente, ao assumir uma imagem de independência face ao regime, permite-lhe não apenas credebilizar a informação veiculada pelo jornal, mas também assumir muitas das ideias da Oposição. Embora pontualmente critique alguns aspectos do Estado Novo nunca colocou em causa os seus fundamentos. Esta imagem de independência permitia-lhe ainda, para consumo externo, afirmar com desassombro aquilo que o regime gostaria de dizer, mas não podia fazê-lo por razões de equilíbrio geopolítico[321].

Entre 1926 e 1938, de forma turculenta, não se coibe de insultar ou de se envolver em cenas públicas de pugilato[322]. Em nome da Ordem Pública ataca todos os que conspiram contra o regime, apela à caça aos comunistas no funcionalismo público[323], injuria os grevistas[324] ou os exilados portugueses, ataca as pretensões dos

---

[320] Numa das maiores entrevistas dadas em Espanha, a dado passo, após discorrer sobre o conceito de genialidade, considera Salazar "Un génio de la Política" a par de outros que existiram na música ou na pintura. Interrogado se existia censura em Portugal, nega-a abertamente, embora afirme que a mesma devia de existir para os assuntos externos, isto porque, um jornalista "por muy experto que sea, no puede juzgar nunca, si possibilidade de error, cuales son los mejores métodos para la defensa dos los interesses del país", *El Diário Montãnero* (Santander), 23/5/1954.

[321] *O Século* de J.P. Rosa, assumiu algumas posições que aparentemente se afastaram das seguidas pelo regime.

Nos anos trinta, face à República de Espanha, implantada em 1931, entre os três mais importantes jornais da imprensa da época - *O Século*, *Diário de Notícias* e o *Jornal de Noticias* - o primeiro é o único que ataca os republicanos, procurando associá-lo ao caos e à desordem pública. Apoiou ativamente todos os conspiradores que a pretendem derrubar, como o General Queipo de Lama (cfr. Marcantil Valenciano, 22/4/1931). Já em 1929, manifestara aberta simpatias perante a ditadura de Primo Rivera. Diz aquilo que o regime publicamente silencia, mas que em privado comunga. Durante a Guerra Civil (1936-1939), coloca-se logo abertamente ao lado dos nacionalistas. Em Agosto de 1936 organiza, por exemplo, uma subscrição publica a favor dos seus feridos (cfr. S. 13/8/1936). A sua Acão é amplamente reconhecida do outro lado da fronteira. Em Huelva, J.P.Rosa é convidado de Honra dos nacionalistas (S.,7/11/1936). Um defensor do Alcazar de Toledo vem a Lisboa agradecer ao Rádio Clube Português, mas também ao *Século* (S.,10/10/1036). Franco manifesta-lhe o seu reconhecimento público pelo apoio prestado (S., 15/5/1938). O governo Republicano, esse ataca-o pela campanha que lhe faz (*El Liberal*, 13/3/1936).

Durante a 2ª Guerra Mundial, *O Século* tornou-se conhecido pelas suas posições anglófonas e a própria Feira Popular foi um local de activa propaganda aliada. Esta posição era aparentemente combinada com Salazar, como se depreende no apoio que lhe dá face às críticas do governo espanhol (cfr. Pedro Teothónio Pereira, *Correspondência*... Vol. II. pp. 202, 204, 224 e 402). Outros jornais manifestavam simpatias pelas forças do eixo. Deste modo, o regime procura demonstrar exteriormente que no país existe uma grande liberdade na imprensa, mas também, sempre que fosse conveniente podia evocar exemplos de simpatia por um dos lados...

[322] Foram muitas as cenas públicas de pancadaria em que se envolveu entre 1925 e 1934, ano em que emerge o Estado Novo. Eis algumas das mais comentadas na imprensa da época: Em Outubro de 1925, com um jornalista d`*O Mundo* por este criticar a UIE (cfr. *O Mundo*, 23/10/1925). Ainda neste ano é preso por injuriar um oficial de diligências e o respectivo Tribunal (*A Batalha*, 6/12/1925). No ano seguinte ameaça de morte Santos Arranha, diretor do jornal *A Batalha* sendo pelo facto chamado ao Governo Civil de Lisboa (cfr. *A Batalha*, 10/1/1926). Em Abril de 1928 é preso por insultar um polícia, quando conduzia com excesso de velocidade (*Novidades*, 25/4/1928). Em 1934, após ter desfeito as pretensões do pretendente ao trono, envolve-se numa cena de pugilato com monárquicos no Teatro S. Luis (Cfr. D.N., 9/5/1934). Devido a injúrias que profere foi pelo menos duas vezes convidado para um duelo: o primeiro pelo deputado socialista Amâncio Apoim (cfr. *Radical*, 19/12/1925) e o segundo por Azeredo Perdigão (1933).

[323] Cfr. *Diário do Minho*, 18/1/1934.

[324] Os operários da Marinha Grande, em Janeiro de 1934, são alcunhados indistintamente de bolchevistas (S., 19/1/1934). Para os grevistas de 1943, *O Século* clama repressão sem limites.

monárquicos e condena a maçonaria[325]. Provoca o encerramento do *Diário Liberal*, um importante jornal da Oposição. Mas acima de tudo, não se cansa de identificar a República com um período de assassinos e corruptos. A única República capaz de redimir o país era a implantada em 1926. "A outra, a que morreu a 28 de Maio constitui quanto muito uma recordação amarga que não pode interessar aos patriotas de hoje"[326]. Dois subdirectores do jornal não resistem à violência do processo: Tito Martins, em 1934[327]é na prática subtituído por Manuel de Guimarães que morre em 1938, acometido por um ataque cardíaco[328]. *O Século* estava empenhado, como nenhum outro jornal, na consolidação do Estado Novo[329]. A violência destas campanhas, só tinha paralelo no tempo, naquela que a polícia política[330]empregava na perseguição dos opositores do regime. O populismo e clientelismo, tão característico da sociedade portuguesa, adquirem neste período a sua melhor expressão[331].

---

[325] A campanha do *Século* em Janeiro de 1937 (S., 7/1/1937), não deixa de produzir alguns comentários de espanto sobre o percurso deste jornal. Silva Graça sempre fora maçon assumindo-se J.P.Rosa como seu fiel continuador (Cfr. *O Algarve*, 10/1/1937).

[326] S.5/10/1936.

[327] Tito Martins (1868-1946), dramaturgo e romancista muito popular no seu tempo, possuindo um enorme prestigio na imprensa, onde era conhecido dos leitores pelo pseudónimo de "João Verdades". Possuía um impressionante curriculum jornalístico, quer Portugal, quer no Brasil onde viveu algum tempo. Estava n`O *Século* desde 1917, onde chegou a ser seu Diretor. Apesar de todas as mudanças políticas manteve-se sempre como seu subdiretor. Era uma referência no jornal. Quando em Janeiro de 1934 entrou em vigor a Constituição de 1933, começa o seu progressivo afastamento. É então nomeado chefe da Delegação do Porto (S., 19/1/1934), sendo substituído, como subdiretor em exercício, por Manuel de Guimarães. Dias depois desta nomeação, *O Século* lança uma campanha de denúncia da barbárie republicana, cujo epílogo era uma evocação demagógica da "Noite Sangrenta" (21/10/1921). Nunca as críticas à República foram tão violentas, assumindo o jornal posições irreconhecíveis face ao seu passado.

[328] Manuel de Guimarães que entra n´*O Século* em 1927, para chefiar os Serviços de Iniciativas e Propaganda, tinha já uma longa experiência jornalística. Foi, por exemplo, gerente e depois diretor do jornal *A Capital-Diário Republicano da Noite* (1/7/1910 a 27/8/1926). Entre as iniciativas que mais o enobreceu conta-se o apoio que deu à Colónia (S., 13/8/1938). Numa altura em que os ataques à República mais se acentuam, é vítima de uma tentativa de envenenamento na própria casa (S.,10/7/1936).

[329] Neste período conturbado, mais concretamente em Junho de 1934, **Domingos Garcia de Pulido** (1892-1973) entra para o lugar na administração da SNT, deixado vago pela saída de Carlos de Oliveira. Era o representante do Estado Novo. Amigo pessoal de Salazar (Franco Nogueira, *Salazar*. Vol. II. p.292), advogado, político e jornalista, teve um papel ainda mal conhecido nos bastidores do jornal entre 1934 e 1972, quando deixou o Conselho de Administração. Eleito deputado em 1918, voltou a sê-lo em 1931, quando foi eleito para a Assembleia Constituinte pela União Nacional. A sua colaboração n`*O Século* começou em 1923, mas foi sobretudo como o primeiro diretor do *Diário da Manhã*, em 1931que granjeou alguma notoriedade pública (cfr.*Diário do Minho*, 26/6/1934). Manuel Vilaverde Cabral (*Sobre*...), descobriu-lhe o rasto no recrutamento de monárquicos, como Pequito Rebelo, para a UIE. Exerceu ainda os cargos de Inspector Superior do Ministério da Justiça, Presidente do Conselho Fiscal da SACOR, e Presidente da Direcção do **Sport Lisboa e Benfica.** Ligação que explicará**,** eventualmente, a forma privilegiada como nos anos 40 a 60, este clube esteve envolvido nas iniciativas d`*O Século* e da Feira.

[330] Maria da Conceição Ribeiro *(A Polícia...)* demonstrou que entre 1926 e 1945 foi precisamente neste período que ocorreram o maior número de prisões de políticos (Cfr. Quadro II,p.297). Os dirigentes do Estado Novo lutava pela consolidação deste num contexto penínsular muito instável.

[331] O sociólogo Boaventura Sousa Santos, numa das suas onze tese sobre Portugal, evidenciou esta lógica clientelar que J. P. Rosa é um caso paradigmático.

Em sociedades como a portuguesa, semiperiféricas, o Estado tende a ser extremamente fraco no plano internacional e internamente forte. A força do Estado reside sobretudo na capacidade de mobilizar diferentes tipos e graus de coesão social (autoritarismo tanto sobre a forma democrática do populismo e do clientelismo, como sob a forma não democrática da ditadura). O *populismo* e o *clientelismo* contribuem todavia para que a lógica da acção do Estado seja, a todo o momento, interpenetrada e

A SNT, conduzida por J. P.Rosa com o apoio do novo regime[332], volta de novo a ser caracterizada por um grande dinamismo empresarial. Melhora a distribuição, remodela completamente o parque gráfico, abre no Porto uma importante sucursal (1928)[333], renova a do Rossio (1932)[334], diversifica as edições. Para além d` *O Século*, *Modas e Bordados* - *Vida Feminina*[335] e dos *Almanaques*, promoveu o lançamento de outras publicações especiais[336] e periódicas, como o *Pimp-Pam-Pum* (1925), *Cinéfilo* (1928)[337], *Rádio Mundial (1929)*[338], *Joaninha* (1936)[339], *Século Ilustrado*(1938)[340], *Vida Mundial* (1948)[341] e um vasto número de obras[342], entre as quais sobressaem as de propaganda do Estado Novo.

Esta actividade editorial era animada pelas mais variadas **Iniciativas** e **Campanhas[343]** para as quais foram criados serviços próprios. Há muito que faziam parte da cultura organizacional d`*O Século.*

---

subvertida por lógicas sociais particulares com influência suficiente para orientar a seu favor e de modo não oficial, informal ou privado a actuação do Estado. A este fenómeno, chama-lhe privatização do Estado (recursos estatais são postos ao serviço de grupos particulares e para a pressecução dos seus interesses particulares). Em períodos democráticos, os partidos, funcionando nesta lógica, transformam-se em instrumentos privilegiados de mobilidade social. Esta lógica clientelar ao criar laços de intimidade entre o Estado e os grupos com poder social, provoca também um maior distanciamento do Estado em relação aos grupos sociais com menor poder, os quais tendem a ser a maioria Este mecanismo socaial fomenta o autismo das elites culturais que passam a funcionar em circuito fechado, suspensas sobre um povo ignaro que nada lhes diz. Boaventura Sousa Santos, *Pela Mão de Alice.*. p. 50

[332] As formas de apoio prestado a J.P.Rosa foram multiplas, passando, como veremos, por facilidades bancárias, pagamento de suplementos especiais, publicidade, comparticipação em obras, etc.

[333] Na inauguração desta sucursal, quem descerrou os retratos de J.P. Rosa, Carlos de Oliveira e Moisés Amzalack, foi o então comandante da 1ª. Região Militar, Coronel Craveiro Lopes (cfr. J.N., 27/3/1928).

[334] O projecto era da autoria de Jorge Segurado, sobrinho de J. P. Rosa (S.,5/5/1932).

[335] Maria Lamas entrou para este suplemento em 1928, vindo a ser fastada já da direcção da revista por J.P.Rosa em 1947 (cfr.*Catálogo da Exposição sobre Maria Lamas...).* A revista no inicio de 1974, tinha uma tiragem de 70.000 exemplares.

[336] Entre os suplementos especiais publicados, destacamos os sobre a "Exposição Colonial Internacional de Paris (1931), a VII Feira Internacional de Amostras do Rio de Janeiro (1934, o "Salão Automóvel" em Lisboa (15 de Abril de 1934).

[337] A *revista Cinéfilo* surgiu a 2 de Junho de 1928, tendo como director Avelino de Almeida.

[338] A revista *Rádio Mundial* foi dirigida *por* Francisco Mata, tendo nela despertado para o cartoonismo João Abel Manta

[339] A *Joaninha* foi publicada entre 3/11/1936 e 31/1/1968 (nº.1755).

[340] O SI foi fundado em 1938, por sugestão de Leitão de Barros, que assumiu a direcção artística. No início de 1974, tinha uma tiragem de 70.000 exemplares.

[341] A VM-*Documentário semanal da Imprensa",* surgiu em 13/5/1939, editada e como propriedade de José Cândido Godinho. Após várias vissicitudes, finda a Guerra, a 3 de Julho de 1948 foi adquirida pela SNT, em cujas instalações era há muito composta e impressa e estava instalada a redacção e administração. A VM, nesta nova fase, ainda permaneceu sob a direcção de Cândido Godinho até à data da sua morte. A 7 de Outubro de 1950, com a publicação do nº. 591, assumiu a direcção Carlos Alberto Pereira da Rosa, que a exerceu até 11 de Março de 1966, data em que foi substituido por Carlos Ferrão. A VM torna-se numa das mais prestigiadas revistas do país. Para uma análise das primeiras fases, consultar: VM, nº.1.456, 5/5/1967. No início de 1974 tinha uma tiragem de 40.000 exemplares.

[342] Em 1932, 21 de Março, no cinema Tivoli foi estreado um filme editado pelo "*Século Cinematográfico*" sobre a viagem presidencial de Carmona ao Norte do país.

[343] As campanhas assentavam em geral em editoriais ou em artigos de fundo. O esquema retórico era relativamente simples. O jornal falava em nome do público, pressupondo desta forma que a maioria dos seus leitores pensava como ele. Desta maneira procurava legitimar as suas posições e contribuindo assim simultaneamente, para modelar a opinião pública, em nome de uma pretensa necessidade colectiva. O editorial tornava -se num verdadeiro instrumento de mobilização (Cfr. Staurt Hall e Outros, *A Produção Social de Notícias*, *ob. cit*, p. 234).

Nas suas célebres campanhas, centradas em artigos de fundo, era difícil separar, por vezes, o que era do interesse público do que decorria de questões pessoais do seu director[344]. O combate político estava na ordem do dia. Entre as que ficaram célebres, destaca-se a que ficou conhecida pelo caso "*Alves dos Reis*"[345]. Eram casos que rendiam em termos de tiragens e anunciantes.

Mas onde o jornal mais investiu foi em centenas de iniciativas, pequenas ou grandes, onde sobressaíam as de nítida **diversão**, mas também as de **solidariedade social, cultural** ou **patrióticas.** Entre 1927 e o inicio dos anos 60, o número destas iniciativas não tem paralelo na imprensa diária[346]. Através delas tornou-se uma personagem popular de norte a sul a do país. Popularidade que era reforçada pela constante atenção que o jornal dava aos problemas e à vida das pequenas comunidades, assim como a todo o tipo de associações populares.Entre as muitas iniciativas que promoveu, assinalam-se, a título de exemplo, as seguintes: Festa dos Mercados, em colaboração com o *Diário de Lisboa* (1925), patrocínio da viagem aérea Lisboa-Guiné

---

[344] Muitas foram as acusações neste sentido. Marcelo Caetano (*Minhas Memórias...*), pos em evidência esta faceta de J.P.Rosa. O caso mais conhecido ocorreu em 1930. Sofria então de uma úlcera do estomago. Reputados médicos haviam-lhes prognosticado uma vida curta. Graças todavia à intervenção de um cirurgião quase desconhecido (Amândio Pinto), foi alegadamente salvo de morrer. Como era seu hábito, o caso serviu de pretexto para denunciar tudo e todos, sobretudo aqueles com quem tinha inimizades políticas ou pessoais. O vibrante artigo que escreveu sobre o assunto foi depois publicado sob a forma de um folheto, significativamente intitulado : "História de Um Caso Médico-Cirúrgico - Como em Portugal se Pode Morrer Impunemente" (1931). Outros casos encobriam interesses económicos inconfessados. *A Batalha*, em 1926, procurou demonstrar que *O Século*, no modo como abordava a burla "Alves dos Reis", **distraía** a atenção dos leitores de certas questões, por forma a ocultar certos interesses nela tinham alguns Bancos dos quais estava dependente (Cfr. A Batalha, 16/1/1926).

[345] Esta foi uma das campanhas políticas mais célebres do jornal. O caso envolvia o Banco Angola e Metrópole, criado em 1925, com o apoio do governo e de influentes políticos. Com intenções não totalmente esclarecidas, *O Século* chama atenção para o facto de se ignorar os seus fundadores. A 25/11/1925, denuncia a burla , envolvendo de forma demagógica destacadas figuras políticas do tempo. Norberto Lopes, refere em particular, o então Ministro do Comércio, Nuno Simões. Os motivos por que o teria feito era essencialmente do foro pessoal (cfr. Norberto Lopes, *De Silva Graça a Pereira da Rosa, in Diário de Lisboa.,* 4/1/1981, p. 7). Ao longo dos anos o jornal acompanhou o caso, fazia acusações e clamava por justiça. Por fim a 21 de Junho de 1930, sob o título "Falou a Justiça!", assinala o êxito da sua campanha (cfr. *Vida Mundial*, nº1456, 5/5/1967).

[346] Esta estratégia promocional d` *O Século*, embora em menor escala, era também seguida por outros jornais diários de grande expansão que se empenhavam eles próprios ou outras das suas publicações, em iniciativas diversas, quase sempre explorando temas "pitorescos" de Lisboa.

- O **Diário de Notícias**, de que já aqui referimos várias iniciativas, lançou a revista *Notícias Ilustrado*, completamente remodelada em 1928, por Leitão de Barros. Esta publicação destacou-se na promoção das Marchas Populares (1932). Entre as iniciativas mais populares deste jornal, sobressai o Natal dos Hospitais (1944) ainda hoje organizado.

- O **Diário de Lisboa**, fundado em 1921. Joaquim Manso era o director e editor. Era um jornal identificado com os artistas e os intelectuais nos anos 20 e 30. Entre os anos 50 e 70, ficou célebre, pelo seu suplemento literário. Na P*rimavera Marcelista,* destacou-se o suplemento *A Mosca*. Paralelamente lançou o semanário *Sempre Fixe* (13 de Maio de 1926). Entre as suas iniciativas populares registam-se as seguintes: A Festa dos Mercados e a eleição da sua rainha (Outono de 1925); homenagem ao Soldado do C.E.P, o "Milhões"; concurso de "miss" de Lisboa e depois de Portugal (em colaboração com o *Notícias Ilustrado*, cfr. DL 15/7/1930); A Rainha das Costureiras e Rainha da Revista(Verão de 1931); as **Marchas Populares de Lisboa** em 1932 (em colaboração com o *Notícias Ilustrado*); Apoio e Propaganda da Realização do Períplo à África Portuguesa pela Marinha de Guerra Portuguesa, etc (Cfr.Albino Lapa, *A Palavra...* p.161)

- O **Diário Popular**, fundado em 1942, por António Tinoco para captar parte dos leitores d`O *Século*. Desde logo se destacou na promoção de manifestações populares, como o Fado. Em 1950, lançará a iniciativa que o celebrizará, **as Noivas de Santo António**, por alturas das Festas Populares da Cidade. Nos anos 50, atingirá também grande êxito com a iniciativa "Cartas ao Pai Natal".

(1925), Festas da Cúria (1927), Colónia Balnear Infantil (1927), Festas Marítimas da Póvoa do Varzim (1927 e 1928), Exposição de Pomologia (Dezembro de 1928), Itinerários Turísticos de Portugal (1928)[347], Semana do Cinema (Maio de 1932), Congresso Nacional da Radiodifonia (Maio de 1932), Festa de Cavalaria de Lisboa (1933), Semana do Mutualismo (Janeiro de 1943), Exposição Triunfal do Desporto (1934)[348], Raid Lisboa- Timor pelo aviador Humberto Cruz e o Mecânico Lobato(1934)[349], I. Exposição e Feira de Pássaros (Dez. 1935), Dia Desportivo d`*O Século* (1935)[350], Exposição Regional Micaelense (1936)[351], Exposição Nacional e Concurso de Fotografias (Abril de 1936), Exposição de Pintura de Domingos Rebelo (1937), Concurso de Jardins da Linha de Cintra (1936-1937) e a Exposição de Artes Coimbrãs (1938). A estas e outras iniciativas havia ainda que juntar os inúmeros espectáculos organizados pelo jornal ou por ele publicitados para angariar verbas para a Colónia.

3.1.3. A Família Pereira da Rosa

O ano de 1938 marca uma viragem profunda no jornal. As suas célebres campanhas que agitavam a opinião pública diminuem drasticamente, mas em contrapartida desdobra-se na organização de espectáculos, concursos, provas desportivas e festejos populares. A ditadura era incompatível com debate de ideias na praça pública. O Estado Novo tinha um príncipio inquestionável: a Ordem. *O Século* centrou-se pois na suprema tarefa da diversão pública. J.P.Rosa reforçara entretanto a sua posição na SNT[352]. Neste ano fez entrar para a administração os seus dois filhos.

[347] Com esta e outras iniciativas pretendia-se atraiar os turistas, nomeadamente os norte-americanos que se deslocassem à Exposição Ibero-Americana em Sevilha.
[348] A iniciativa foi inaugurada por Carmona a 11 de Maio de 1934, no Automóvel Club de Portugal.
[349] S.,27/12/1934
[350] S.,3/7/1935
[351] A exposição foi inaugurada, também por Carmona, a 30 de Janeiro de 1936, no Salão O Século, onde habitualmente se realizavam exposições de artes plásticas
[352] A compra da maioria das acções da SNT por J.P. Rosa foi durante muito tempo objecto de algumas conjecturas. Segundo Carlos Ferrão, as acções terão sido compradas a Carlos de Oliveira e Moisés Amzalack através de um empréstimo contraído à Caixa Geral de Depósitos. "Ao que parece, o valor do empréstimo era de treze mil contos e estava largamente caucionado pelos imóveis, propriedade da SNT (...) de elevado valor monetário. "Para a concessão desse empréstimo, integralmente pago, contribuiu o **ministro de Salazar Dr. Manuel Rodrigues**, que durante um largo período sobraçou a pasta das finanças e foi até 1938 colaborador d`*O Século*, onde subscreveu artigos de fundo com a inicial M.Estes artigos foram mais tarde reunidos em volume, com o título *Problemas Sociais - Questões Políticas*". Cfr. Carlos Ferrão, *História*...p. 208.

Guilherme, recém licenciado em Direito[353], dedica-se ao jornal. Carlos Alberto, à Colónia e à diversão. Será ele o responsável pela Feira Popular. Os **concursos** tornam-se então de "Sonho"[354]. As **provas desportivas**, sejam de ciclismo[355], futebol[356], natação[357], andebol, automobilismo e outras modalidades, assumem uma vocação internacional. A promoção de **festas populares**[358] tem a sua consagração, primeiro na institucionalização da Festas das Costureiras (1941)[359] e depois na Feira Popular de Lisboa (1943). Na organização de **espectáculos** tudo é rentabilizado desde os **refugiados** (1941) à irreverente **Josephine Baker** (1941)[360]. **Conferências**[361], **Exposições**[362], **Congressos**[363], **Comemorações**, **Voos** em altitude para curar a tosse convulsa (1945)[364], quase tudo servia de pretexto para promover acontecimentos que ajudavam a animar o quotidiano cinzento dos portugueses. Não era de estranhar que tenha pois, reclamado para si não apenas o pioneirismo, mas também muito do que se

[353] Cfr. artigo sobre a homengem que lhe é prestada, in.S.,11/9/1939.

[354] Entre os mais populares concursos deste período sobressaem o Concurso de Sonhos (1939), "Cabeças no Ar" (1947) e o Concurso dos Namorados (S.,13/6/1950), devidos na sua maior parte à imaginação fértil de Mimon Anaohory (S.,18/8/1947).

[355] Entre as muitas provas então organizadas, destacam-se as seguintes: I Circuito Ciclista de Preparação (Março de 1938); Prova de Ciclismo "Chama da Pátria" (Abril de 1940), numa significativa homenagem aos mortos na 1ª. Guerra Mundial. Nela participaram, nuam acção de grande simbolismo político, ciclistas franceses (S.,19/4/1940).; Corrida "Flores de Portugal" (S.,27/5/1940);

[356] Entre as muitas iniciativas ligadas ao **futebol** devem registar-se, entre outras, as seguintes: Comemorações das Bodas de Ouro do Futebol Português(1938), quando foi criada a Taça Monumental d`*O Século*; 1ª. Exposição Histórica do Futebol Português (S., 24/10/1938); Campeonatos Populares de Futebol e "Handball(S.5/12/1938 e depois "Stadium, 1/2/1940)); 1ª Congresso Nacional de Futebol (Bodas de Ouro),(S.,24/9/1938); 1ª Curso de Formação de Treinadores de Futebol (S.,24/9/1940); Desafios entre as formações militares de Portugal e Inglaterra (RAF), (Cfr, Cartaz, 17/2/1946); Jogo entre o SLB e o Charlton Atlectic, de Londres (S.,18/9/1946); Torneio Inter. Futebol entre o Vasco da Gama, Valência, Sport Lisboa e Benfica e Sporting Clube de Portugal (Junho de 1947);Torneio Inter.Futebol com o Glasgow Rangers e o SLB (S,12/2/1848); Torneio Inter.Futebol entre o Arsenal (campeão inglês), S LB e o Futebol Clube do Porto (D. P.,4/5/1948 e S., 7/5/1948); Desafio Inter. entre o SCP e o Vasco da Gama (S., 19/6/1955). O jornal *A Bola* não deixou de registar, a seu tempo, esta investida de Carlos Alberto no mundo do futebol (*A Bola*, 26/6/1946).

[357] Festival de natação " Noite Azul" (S.,24/4/1938).

[358] No corso do Carnaval da Avenida da Liberdade, em Março de 1938, *O Século* supera todos com os seus carros alegóricos, ganhando o 1º. Prémio (S.,3/3/1938). Entre as festas populares então patrocinadas, destacou-se pelo simbolismo de que se revestiu a Festa dos Pescadores de Sesimbra que contou com a presença do Embaixador da Grã-Bretanha (S.,22/9/1941). A II edição desta Festa ocorreu no meio de um enorme aparato mediático organizado pel`*O Século* em Setembro de 1945, numa clara acção de propaganda aliada (S.3/2/1945).

[359] A Festa das Costureiras, organizada entre 1941 e 1966, pela revista *Modas & Bordados*, foi das iniciativas mais populares da SNT. Anteriormente (1938 e 1939) outras festas similares já haviam sido organizadas com idêntica designação.

[360] Os espectáculos com artistas refugiados foram realizados no Teatro Trindade (Lisboa) e no T. Avenida (Coimbra), sob o lema "Obrigado Portugal" (S.,10/12/1940, 26/1/1941,12/2/1941 e 17/2/1941). Obtiveram um êxito estrondoso. Josephine Baker foi alvo de críticas de teor racistas ou púdico de certa imprensa direitista (cfr. Os *Rídiculos*, 2/4/1941 e sobretudo o *Despertar de Coimbra*, 5/4/1941).

[361] Entre as conferências que promoveu, destacam-se as intituladas: "Os Vencidos da Vida"(1941); "A Evolução do Teatro Português" (1946/47), cuja conferência inaugural foi feita por Ortega y Gasset (S.,14/4/1946); "O Lirismo em Portugal " (1948).

[362] **1ª Expos. Histórica do Futebol Português (1938**); Expos. "O Jornal de Há Três Séculos," com reconstituições de Leitão de Barros (S.,1/12/1941); Expos. de Trabalhos Infantis na SNBA (Dez. 1942), **Expos. de Trabalhos de Prisioneiros Ingleses no Salão d` O Século** (Junho de 1943);

[363] 1ª Congreso Nac. Futebol (1938), 1ª Congresso Nac. das Sociedades de Educação, Recreio e Desporto (S.,16/12/1940);

[364] S.,28/8/1945, com a colaboração de Humberto Delgado.

fez na maior manifestação do regime: a **Exposição do Mundo Português** (1940)[365]. Neste aspecto, como davam conta dois jornais, em 1939 - *O Século* estava apostado em ultrapassar tudo e todos na tarefa de divertir os portugueses[366], sobretudo depois da guerra eclodir[367].

A familia Pereira da Rosa, conjuntamente com os Pavões, assume nestas manifestações públicas um ritual que poucas vezes foi quebrado. É na Feira onde o mesmo melhor pode ser observado.

O protagonismo e os louros destas iniciativas são sempre atribuídos a J.P.Rosa. É ele, aliás, que continua a desempenhar os papéis de maior visibilidade pública, sendo os outros distribuídos pelos restantes membros da família, de acordo com a posição que nela ocupam[368]. A alguns, pouco mais se lhes pede que trabalho. Na inauguração da Feira em 1943, antes da abertura ao público, J. P.Rosa recebeu os ministros e altas individualidades nacionais e estrangeiras. A sua mulher, no mesmo período, visita-a

---

[365] Nas Comemorações Centenárias de 1940, *O Século*, teve um papel fundamental na sua promoção. Não deixou aliás de assinalar de forma conveniente o seu pioneirismo neste tipo de iniciativas (S., 17/6/1940), assim como o elevado número dos seus colaboradores que estavam ligados à sua realização. Pertenceu-lhe exclusivamente quatro iniciativas marcantes:

- A edição de dois livros promocionais da Exposição, sob a forma de suplementos. Os maiores até então editados (S.,10/10/1940).Um com 384 páginas. O outro dedicado ao Império, com 80 páginas.
- A "Nau Portugal", coube a J.P. Rosa cortar as suas amarras nos estaleiros de Aveiro. Andou 15 metros e depois adornou (S., 2/9/1940). Mas no fim, tudo se recompos a tempo da figurar na exposição.
- A popularização do evento e sobretudo a mobilização das estruturas da "União Nacional" ficou em grande parte a dever-se a este jornal. Bateu-se desde a primeira hora para que o mesmo fosse um marco mítico na história do país (S., 16/4/1940).
- O Festival "Festa Náutica Infante D. Henrique", integrado na Exposição (S.,2/9/1940).

[366] *Os Rídiculos* (18/11/1939) e *Sempre Fixe* (23/11/1939),

[367] Ao contrário da estraégia seguida pelo SPN/SNI, não se tratou de contribuir para que a população esquecesse a guerra, mas para através da diversão, veicular uma activa propaganda pró-aliada.

[368] A rede familiar de J.P. Rosa era muito vasta, sobretudo, na parte respeitante à da sua mulher. À sua quase nunca se lhe referiu. Contudo, a morte da sua mãe em 1930, constituiu um autêntico acontecimento nacional. Inumeráveis figuras púbicas aproveitam a ocasião para prestarem apoio às campanhas de J.P.Rosa (S.,8/4/1930). A morte do seu irmão, José Maria, talvez por ser apenas da parte do pai é simplesmente ignorada. Não é de excluir como explicação para esta atitude o facto do mesmo ter sido um influente republicano, deputado às constituintes de 1911,para além de senador e membro destacado do Partido Unionista (cfr. D.L., 3/3/1934). O núcleo familiar mais exposto à comunicação social era muito reduzido:

- Angélica Ema Pavão Pereira da Rosa, casou-se muito cedo com J.P. Rosa. Era filha de Artur Pavão, guarda Livros d`*O Século* (faleceu em 1942), conhecido por ter um grande número de filhos (13). Angélica faleceu aos 88 anos, em Junho de 1984 (cfr. *O Jornal*, 21/6/84).
- Guilherme Pereira Rosa, filho, licenciado em Direito (1938), administrador da SNT desde 1938, foi director -adjunto (1950 a 1962) e depois Director d`*O Século* (1962-1972), tendo abandonado o jornal em 1972. Casou-se em 1938, com Maria Teresa Bordalo Pinheiro, filha de Pedro. B. Pinheiro (S.,17/9/1938), administrador do *Diário de Lisboa* (S.,7/2/1942). Não tarda também a fazer parte do Conselho de Administração da Renascença Gráfica, proprietária deste jornal (Cfr. D.L.,6/2/1947).
- Carlos Alberto Pereira da Rosa, filho, adminstrador da SNT desde 1938, era responsavel pela Colónia Balnear e da Feira Popular, chegou a director do *Século Ilustrado* e da *Vida Mundial*. Saiu em 1965, depois de ter vendido as suas cotas, voltando ao jornal em 1972, pela mão de Jorge de Brito. Foi presidente do Ginásio Clube Português (S., 23/12/1951). Era casado com Rosário Arnauz Manso (filha de Joaquim Manso, director do *Diário de Lisboa* ?).
- Frederico Pavão (1898-1964), irmão de Angélica Pereira da Rosa, era pai de Joaquim Pavão e Henrique Pavão. Antigo empregado na firma "A Nutricia ", propriedade de Silva Graça. Entrou para *O Século* em 1922 (sector dos Correios), para sair pouco depois para fundar uma agência de publicidade e o jornal "*Imprensa Nova*". Em 1929 volta de novo pr` *O Século*, onde em 1941, será nomeado administrador (*República*, 21/4/1941). Joaquim Pavão virá a ser depois de 1966 e até 1974, o principal administrador da Feira Popular.

acompanhada da senhora Carmona e outras distintas senhoras[369]. Ao seu filho Guilherme, ligado ao jornal, compete já durante as horas de abertura ao público, receber os membros das colectividades de educação, recreio e desporto, assim como outras individualidades de menor projecção social. Carlos Alberto, apesar de ser administrador da SNT, director da Colónia, responsável pela organização da Feira, mas devido eventualmente ao facto de não ser licenciado, limita-se a cumprir alguns rituais de presença pública nitidamente secundários. Joaquim Pavão, apesar de estar ligado à organização, apenas tem direito a uma fotografia e uma menção no jornal. Este ritual pouco variou até 1947, último ano da primeira concessão da feira em Palhavã. Podemos pois dizer que esta com a Colónia, eram assumidas como verdadeiros palcos de promoção e de reconhecimento social da familia Pereira da Rosa. *O Século* frequentemente fazia passar a ideia, neste período, que a sua principal missão era distraiar a população.

Terminada a Guerra, o mundo constata que está dividido em dois blocos político-militares, continuando a pairar a ameaça de uma nova guerra mundial[370]. Em 1947, em toda a cidade, a miséria e a mendicidade atingiam dimensões tais que a imprensa não as podia ignorar[371]. Salazar discursa sobre o tema na Biblioteca da Assembleia Nacional[372]. No entanto, como era de esperar, a CML sob o pretexto das Comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros não deixa de organizar grandiosas festividades. Iniciaram-se a 14 de Maio e só terminaram em fins de Outubro. A Feira constituia nelas um dos grandes atractivos[373]. No ano seguinte não se realizou.

3.1.4. A Intervenção dos Governos Civis

A derrota das forças do Eixo, o isolamento internacional da Espanha, mas também de Portugal, haviam alterado por completo o quadro político anterior. Internamente passou-se a viver um período marcado por um crescente descontentamento que alastrou pela primeira vez às fileiras dos apoiantes do regime, emergindo delas figuras relevantes que se juntam à Oposição.

[369] Cfr. S., 12/6/1943
[370] Rocha Martins, *Lisboa- Histórias das...*p. 1324.
[371] Artigo "Cidade de Mármore", S.,29/9/1947 , e "Cidade da Cor", D.N., 28/9/1947.
[372] O discurso intitulava-se "Miséria e Medo, Características do Momento Actual", e foi lido a 25/11/1947, na mencionada Biblioteca aos deputados e corpos dirigentes da União Nacional.
[373] *Programa Oficial das Comemorações do VIII Centenário....* Carlos Alberto Pereira da Rosa publica nele um texto evocativo das feiras lisboetas.

O Século parece, então oscilar também nas suas posições face Estado Novo. Apesar de manifestar um apoio inequívoco à reeleição de Carmona[374], não deixa todavia de fazer uma série de balanços negativos sobre os últimos vinte anos de governos ditatoriais. Não estava só, o próprio Carmona manifestava também ambíguas posições face à continuidade do regime[375].

Salazar era dos poucos que não tinha dúvidas sobre o rumo a seguir. Um ano antes da Guerra terminar, transferira o Chefe dos Serviços de Censura, Coronel Salvação Barreto, para a presidência da CML. Face à previsível agitação política na capital havia que reforçar todos os mecanismos de controlo. As dúvidas d`*O Século* são penalizadas com o seu afastamento da Feira de Palhavã. Em 1949, o Estado assume sem equívocos a organização da Feira. Neste ano, disputavam-se as eleições presidencias[376] e para a Assembleia Nacional.Eram as primeiras que a Oposição podia disputar depois do golpe de 28 de Maio de 1926. As prisões também voltaram a encherem-se de presos políticos[377]. Por tudo isto era necessário mais do que nunca criar na capital um espaço de diversão e descompressão da população. Da tarefa, é encarregue o novo governador-civil de Lisboa**, "Mário Madeira**". Este ir-se-á revelar um organizador excepcional de festividades entre 1947 e 1959, quase sempre centradas em torno da emulação dos concelhos do distrito[378].

Em 1950, volta a haver Feira organizada pelo Governo Civil de Lisboa. Em outras cidades, como o **Porto**[379], **Coimbra**[380], Santarém, os governos civis empenham-

[374] A posição d`*O Século* nas eleições de 1949 foi particularmente empenhada na defesa do candidato do regime, não recuando perante as questões mais polémicas. Após as acusações de Norton de Matos, nomeadamente sobre a censura e as violências exercidas sobre os presos políticos, publica de imediato uma entrevista do ministro da administração interna, Cancela de Abreu (S.,4/1/1949), onde sumariamente os presos do tarrafal são classificados como simples presos de delito comum. Num editorial (S.15/1/1949) em plena campanha afirma-se a dado passo: " Os bem intencionados, os que não se movem por egoismos mesquinhos, nem por paixões absorventes" só podiam votar no candidato do Estado Novo. Após as eleições, num artigo de fundo intitulado "Eleições ? Não, Um Plesbiscito" (S.,15/2/1949) ataca sem ambiguidades a Oposição, a quem acusa de perfilhar "doutrinas alucinantes" que conduziriam de novo o país à ruina.

[375] Após a II Guerra Mundial recrudesceu o movimento conspirativo. Fernando Queiroga (*Portugal...*) afirma que Carmona, "espicaçado pela esposa", em 1946, começou também a conspirar contra Salazar. Lamentava-se junto das altas patentes militares que o mesmo "se opunha a que ele comparecesse a festas para que o convidavam, alegando o inconveniente da sua presença" (p.133). Em obediência ao desejos de Carmona os militares formaram uma Junta Militar. A 10 de Outubro de 1946, contando já com um número suficiente de regimentos para executarem o premeditado golpe, foi dada ordem para a eclosão do movimento. Contudo, como era também habitual neste tipo de conspirações, há última da hora, começaram as dúvidas e o movimento não saíu. Quem o fez acabou preso (p.135)

[376] Cfr. Alexandre António da Costa Luis, *As Eleições Presidenciais...* p. 283 e segs.

[377] O ano de 1949 foi entre 1939 e 1951, aquele em que ocorreram maior número de prisões de políticos. Cfr. *Presos Políticos*...Vol.V.p.251 (gráfico).

[378] Mário Madeira exerceu o cargo de governador civil entre 5 de Março de 1947 e 29 de Janeiro de 1959 (cfr. Albino Lapa. *Governadores Civis..*). Depois da organização das Feiras Populares de Lisboa em 1949 e 1950, destacou-se na organização das Festas de Outono (Cfr. *Flama*, 12/X/1956). Organizadas no Campo Pequeno, incluiam uma Feira Franca, um cortejo de actividades do distrito, batalha de flores, exposição de flores, exposição de cavalos, marcha dos mercados do distrito e a eleição da sua rainha, etc.

[379] Esta Feira Popular foi inicialmente organizada pelo Jornal de Notícias, no Palácio de Cristal e seus jardins anexos. Em 1943, denominava-se **Feira dos Saldos** e em 1944, **Feira Popular do Norte**. Tinha intuitos claramente comerciais. Em 1949, o Porto contava já com duas Feiras por alturas do verão:

- A **Feira do Bonfim**, entre Ângulo do Bonfim e Barros Lima. Era uma feira organizada pela empresa privada - "Actividades Feliz Ferrão, Lda -, o que não impedia que uma percentagem fixa do valor do aluguer de terrenos, assim como das entradas fosse destinado às casas de caridade (J.N, 1/7/1949). Abriu as suas portas a 28 de Julho, após vários contratempos que revelavam uma frágil organização. Entre as suas atracções, contava-se um circo taurino, um picadeiro, carrósseis, aviões, cadeiras voadoras, uma

se igualmente em promoverem idênticas iniciativas. Em todas, a exaltação dos valores regionalistas ou patrióticas eram os temas centrais que presidiam à sua concepção. O pretexto imediato era angariar fundos para apoiar os mais pobres e dar trabalho temporário a um pequeníssima parte da legião de desempregados. Noutras localidades como Almada, Sintra, S. João da Madeira ou **Algés**, surgem réplicas destas Feiras Populares. O país de Norte a Sul era todo ele uma festa organizada pelo governo[381].

O absurdo desta opção rapidamente se evidencia. As esquadras da Polícia de Segurança Pública haviam-se tornado em locais de propaganda de Feiras Populares. A solução encontrada estava longe de ser a mais adequada para a imagem das forças repressivas.

---

montanha russa, barracas de tiro, espelhos mágicos, para além dos imprescíndiveis comes e bebes (J.N, 28 e 29/7/1949). Prolongou-se até finais de Outubro.

- A **Feira de Verão** funcionava ao Palácio de Cristal abriu as suas portas a 20 de Agosto. As suas principais atracções centravam-se nos comes e bebes e na animação (rachos folclóricos, fogo de artífício, etc). Funcionou até fins de Outubro.

O saldo qualitativo desta Feiras deu-se no ano seguinte. O Governo Civil do Porto, à semelhança do de Lisboa, passa a organizar a Feira, agora denominada **Feira Popular do Porto**(cfr. D.N.,8/6/1950). A concepção geral foi do pintor Luis Brandão de Carvalho, que assumiu também a direcção artística. A Feira abriu a 24 de Junho contando com cerca de 120 Stands (Cfr. D.N.,25/6/1950). Em 1951, o Fundo de Desemprego concedeu ao Governo Civil do Porto a verba de 100 contos para a sua organização (cfr. S, 8/6/1951). A 31 de Maio de 1960 será inaugurado pelo ministro do Interior, atestando a importância que ainda possuía.

[380] A Feira Popular de Coimbra foi inaugurada em 1950.Foi anunciada com grande aparato em Maio, como um projecto similar ao de Lisboa, à semelhança do que estava a ocorrer noutras localidades do país (*D.C.*, 12/5/1950). O ministro das Obras Públicas, através do Fundo do Desemprego, concedeu ao Governo Civil de Coimbra para abonar dsempregados para a obra, 25.000 escudos, a pagar através do Comissariado do Desemprego (Cfr. *D.C.*, 21/5/1950). A CM de Coimbra apressa-se a apoiar a iniciativa., concedendo todo o tipo de facilidades e realizando diversas tarefas. **À semelhança do que acontecia em Lisboa, a PSP local vendia nas esquadras e pela cidade um "cartaz -miniatura" da Feira (cfr. *D.C.*, 26/5/1950).** A concepção geral da Feira pertenceu ao arquitecto Alvaro da Fonseca (*D.C.*, 6/6/1950). Abriu as portas a 6 de Junho, um dia depois de uma trágica trovoada que deixou na miséria milhares de beirões (cfr. *D.C.*, 6/6/1950). Não faltava nada nesta Feira em termos de diversão: Esfera da Morte, Automóveis, Trileys, "Shooting-ball", presépio animado, carroceis. sport-locomóvel, "rádio televisão" e muita animação. Amalia Rodrigues actuou com estrondoso êxito. Os espectáculos de luta livre foram concorridissimos, assim como a festa brava. Mas um dos acontecimentos marcantes foi a abertura do Pavilhão das Artes , onde expunham os artistas coimbrãos: pintores Américo Nunes, Alberto Habil, Carlos Ramos, João Martins, Adriano Costa e os escultores Aureliano Lima e Cabral Antunes (cfr. D.C., 13/7/1950). A intelectualidade juntara-se ao povo, numa organização típica do Estado Novo.

No ano seguinte, a Feira abriu a 21 de Junho de 1951. A Comissão Directiva era composta por Arménio Cardoso, Nuno Calvet de Magalhães, Evaristo Meneses. Foi montada no Choupal de Santa Clara, sobressaindo entre as suas atracções uma praça de touros (cfr. S, 22/6/1951).

[381] Os investimentos em feiras e grandes festas populares em 1950 em 1950 não passaram despercebidos mesmo à imprensa regional. Era chocante o contraste entre a miséria em que vivia a maioria da população e a promoção ostensiva desta festividades pelo Estado. Escrevia-se num jornal regional: "Houve sempre, em todos os tempos esses contrastes massificadores, desoladores ..."(...)"Mas a verdade, verdade, nunca se viram tantas festas, tantos cortejos, tantas músicas, tantos ranchos, tantas exibições, tantas manifestações de eflúvios da vida; e, portanto tanto movimento de numerário, de dinheiro, tantos banquetes, tantas iguarias, tantos "Portos de Honra", tantos espumantes, animando, agitando deveras todo o povo, tanto nas suas casas como nas casas dos outros", *D. C.*, 28/7/1950 (Transcrição do Jornal de Arganil).

3.1.5. *O Século* de Guilherme Pereira da Rosa

Em 1950, Guilherme Pereira Rosa é oficialmente nomeado director-adjunto d`*O Século*[382]. A cerimónia pública revela o simbolismo da nova fase em que o jornal entrara. Ele é assumido como o herdeiro de J.P.Rosa, sendo o seu irmão secundarizado. Vivendo sempre na órbita do pai, sem qualquer passado político relevante, torna-se um instrumento nas mãos de Salazar.

No plano interno, o Estado Novo reconhecera pela primeira vez o atraso económico de Portugal. Vê-se impotente para conter o recrusdescimento do surto emigratório e o despovoamento dos campos. O esforço de desenvolvimento controlado da economia está longe de corresponder à ânsia de modernidade que começa a percorrer o país. As várias forças da Oposição ao regime contam agora com um número crescente de apoiantes[383].

No plano externo, o mundo estava dividido em dois grandes blocos. Um controlado pela URSS, o outro pelos EUA. As velhas potências europeias neste xadrez têm agora um papel secundário. No ar, pairam ameaças à soberania portuguesa do que restava do Império[384]. Na India, reclamava-se abertamente as possessões que Portugal aí mantinha. Em África, despertam por todo o lado os movimentos independentistas. Na

[382] Desde 1938, em virtude da morte do subdirector Manuel Guimarães, passara a exercer este cargo, ainda que não oficialmente, o que só veio a ocorrer em 1941. Em 1950, ascendeu finalmente a director-adjunto. (ver o retrato que dele é traçado em S., 28/3/62)

[383] Após a II Guerra Mundial revelando uma crescente descontamento face ao regime, não parou de aumentar o número dos jornalistas da SNT que se afirmavam ao lado da Oposição. Os primeiros casos, com grande repercussão publica ocorreram em Outubro de 1945. Numa listagem dos jornalistas que haviam aderido às teses do MUD, catorze dos quais eram d`*O Século* (Cfr. *República*, 19/10/1945). Nos anos cinquenta, surge uma nova vaga, cujo nome mais sonante foi sem dúvida o de Maria Lamas.

[384] A seguir à Guerra *O Século* passa a dedicar uma atenção particular às colónias e aos problemas da sua colonização. Culminando esta investida, em Novembro de 1948, publica um "monumental" suplemento de 196 páginas elaborado por Amadeu de Freitas e Carlos André, cuja tónica dominante é a urgência do incremento da colonização. Nos primeiros meses de 1950, a "India Portuguesa" passou a ser notícia corrente nos jornais, não apenas em Portugal mas também internacionalmente. Nerhu, chefe do governo da União Indiana foi ao seu parlamento anunciar a exigência da integração destes territórios. *O Século* foi provavelmente, neste domínio, o principal órgão de divulgação das ideias do regime.

Indónesia, assiste-se com preocupação não apenas aos contornos que adquirira o movimento de independência, mas às suas tendências expansionistas, as quais poderiam vir a pôr em perigo o domínio sobre Timor.

O Estado Novo aplica-se em racionalizar todos os meios de propaganda disponíveis de modo a defender e controlar as mudanças inevitáveis. ***O Século*** e a **Feira** passam a fazer agora parte integrante da política do regime. Em 1951, volta de novo a organizar a Feira. Faz então o maior investimento de sempre na sua construção. Estávamos em ano de eleições para a presidência e para a Assembleia Nacional.

Nas páginas do jornal ataca-se sem cessar as pretensões da India e o expansionismo da URSS e em contrapartida enaltece-se a acção dos EUA. A NATO é o novo símbolo da ordem mundial. Na Feira, desde 1951 que o magnífico Pavilhão dos EUA fazia uma activa propaganda da NATO. Em 1953 o seu conteúdo expositivo estava subordinado ao lema "Unidos Seremos Fortes"[385]. Carlos Alberto ruma para o EUA em 1951, a convite do governo detre país para se inteirar da política de defesa norte-americana[386]. No ano seguinte, será a vez de Guilherme participar em idênticas reuniões.

Internamente, nas eleições de 1951, *O Século* mais uma vez envolve-se em aberta polémica com candidatos da Oposição[387]. Define claramente de que lado está da barricada. Na Feira, continua a sua tarefa de propaganda das obras do regime, através dos pavilhões instalados pelos vários organismos do Estado[388], incluindo a CML. Numa

---

[385] A propaganda veiculada pelos pavilhões dos EUA, na Feira, são indissociáveis dos vários contextos históricos. Por exemplo, o primeiro, realizado conjuntamente com a Grã-Bretanha, em 1945, era subordinado ao lema da "Vitória". Em 1946, surge já individualizado, sendo colocado à sua frente uma réplica da "Estátua da Liberdade". Em 1951, divulga a história deste país, mas também a NATO e o Plano de Marschal. Em 1952 e 1953 incide sobre a questão da Nato. Neste último ano sob o já refeido lema "Unidos Seremos Fortes" (S.,12/6/1953). Em 1954, o embaixador dos EUA agradecia publicamente o apoio prestado pel`*O Século* nesta acção de propaganda (cfr.S.,15/11/1954).

[386] Após a Segunda Guerra Mundial, quando as potências ocidentais pareciam atemorizadas com o avanço soviético, Salazar é projectado pel`*O Século* como o ideológo de uma frente mundial anti-comunista. O caso teve alguma repercussão internacional. Numa longa entrevista concedida a este jornal (10/8/1950), enaltece e elogia à determinação dos EUA na guerra da Coreia. Defende então acções violentas contra o avanço do comunismo no mundo. Afirma então que os países comunistas não estavam em condições de ripostar a estes ataques. É neste sentido que condena, o ostracismo a que as potências ocidentais haviam votado o regime franquista em Espanha, mostrando que a força deste regime e o de Portugal era a mais segura barreira contra o comunismo. Se a ida de Carlos Alberto para os EUA (S.,12/10/1925) poucos reflexos se traduziu, já a viagem do seu irmão Guilherme, motivou a publicação deste de vinte artigos de propaganda da sociedade e da política de defesa norte-americana (início da publicação: 7/12/1952).

[387] O pretexto imediato foi um ataque a J.P.Rosa na campanha para as presidenciais. A 12 Julho de 1951, num comício em Estarreja, Câmara Reis, que fazia propaganda pelo Comdt. Quintão Meireles, afirmava que o facto de Salazar não se candidatar revelava um sinal inequívoco de que o regime havia entrado em declínio. Contudo, alertava para o facto de se ter criado entretanto uma rede de indivíduos que não abandonariam facilmente os seus privilégios. J.P. Rosa era um desses casos. Fazia parte do grupo dos que estavam sempre ao lado do poder, sempre dispostos a "incensar aqueles que surgem"(S.13/7/1951). A reacção não se fez esperar por parte do jornal. Era o pretexto esperado para atacar a Oposição. A 16 de Julho, *O Século* publicava um editorial intitulado *"Definindo Atitudes - Porque Não Votamos no Sr. Almirante*". Identificando, uma vez mais, a I República como um período de terror e caos social, o Estado Novo é apresentado como uma época de Ordem e Progresso, um verdadeiro milagre num mundo conturbado. Argumentos mais que suficientes para apelar ao voto no candidato do regime - Craveiro Lopes.

[388] O primeiro grande pavilhão do Estado foi montado em 1944, e destinava-se a divulgar a obra dos organismos de coordenação económica. A partir daí em todas as edições da Feira o Estado esteve sempre representado. Vários ministérios, como o da Marinha (1952), chefiado por Américo Tomás, tinham

grandiosa exposição, enaltece a Obra criada ao longo de 25 anos de Governos com Salazar. Reconhecido, o ditador visita a Feira por duas vezes, em 1953 e 1954. Caso raro para os seus hábitos. Durante a Feira, *O Século* proporciona ao Governo também um contacto informal com a comunicação social, em ambiente festivo, reforçando desde modo as diversas cumplicidades. Prática que era especialmente saudada pelo SNI e que se vai prolongar até 1974[389].Em sintonia com a Política de Fomento, na área da **Feira Internacional de Amostras,** procurava-se divulgar não apenas os produtos nacionais, mas mostrar a abertura de Portugal ao mundo[390]. O estilo da Feira até 1956 oscilava entre o moderno e o popular, com recantos pitorescos e reconstituições históricas, espelhando deste modo a dualidade cada vez mais evidente no país.

Mas o importante da Feira estava na diversão onde o futebol ocupava um lugar central. O Pavilhão do SLB desde 1953, era sem dúvida um dos mais concorridos de todos. Angariava verbas para a construção do novo Estádio.

A família Pereira da Rosa está longe de possuir a projecção que desfrutara nos anos 30 e 40. Guilherme é apenas um esforçado director-adjunto, na sombra de seu pai. A Feira e a Colónia são cada vez mais os únicos palcos da sua afirmação social. O número de iniciativas paralelas são reduzidas ao mínimo. Ora, a Feira realiza-se pela última vez em Palhavã, em 1956, quando nela ocorrem as primeiras emissões de televisão. O facto não podia ser mais simbólico.

Em 1957, o vazio instala-se. *O Século* procura colmatá-lo, lançava várias iniciativas, como o **Salão de Artes Domésticas** (1957)[391]nos novos Pavilhões da Junqueira tendo os mesmos se prolongado até 1965, sendo regularmente inaugurados pelo Presidente da República. É neste vazio que em 1958, surge a **Feira de Alvalade,** promovida pelo **Sporting Clube de Portugal,** destinada a **a**ngariar fundos[392] para a remodelação do seu parque desportivo[393]. O contraste com a Feira de Palhavã empobrecia desde logo todas estas iniciativas.

Uma coisa era contudo evidente: a ânsia de modernidade que percorria o país, deixava aos dirigentes da SNT pouca margem de manobra para o tipo de populismo das décadas anteriores[394].

---

mesmo pavilhões autónomos. Em 1953, o Pavilhão do Estado foi o maior até então construído (S.,2/6/1953). Todo o trabalho da exposição comemorativa esteve a cargo do SNI.

[389] Moreira Baptista diversas vezes se referiu publicamente a este facto. Nestas cerimónias, seguidas de almoços ou jantares, sentavam-se à mesma mesa os representantes da imprensa, governo, CML,mas também, os censores...

[390] A Alemanha, França e Itália tinham os seus próprios pavilhões.

[391] Para uma análise da trajectória destes salões, consultar: **1ª Salão**, S., 23/10/1957; **2º Salão**, S., 28/6/1958. Nesta edição foi criado um pequeno "Luna-Parque". **3ª. Salão**, S., 28/10/1959; **4º. Salão**, S.,1/9/1960; **5º. Salão**, *Novidades*, 23/11/1963; **6º. Salão**, *Diário Popular*, 15/10/1964; **7ª Salão**, S.17/11/1965..

[392] O D.N. de 22/6/1958 limita-se a resumir com clareza esta finalidade. Para *A Bola* a mesma não é todavia evidente, deixando no ar a suspeita que existiriam outras razões que no momento não lhe parecia oportuno revelar (Cfr *A Bola, 23/6/1958).* Com idêntica finalidade, o seu principal rival desportivo, o SLB, como vimos, manteve uma presença assidua na Feira de Palhavã, que depois prosseguirá nos dois primeiros anos na Feira em Entre Campos.

[393] A construção de estádios de futebol que arranca na década de 40, conhece nos anos 50 uma verdadeira euforia. Os principais clubes de futebol, á frente dos quais se encontravam figuras proeminentes do Estado Novo, mas também da Oposição, mobilizando importantes recursos nestas obras. Só em Lisboa foram inaugurados os estádios do SLB (1954), SCP e Futebol Clube Os Belenenses (ambos em 1956). Em 1958, quando se abriam as portas da Feira de Alvalade, no Estádio do SLB festejava-se a sua deslumbrante iluminação artificial (S., 9/6/1958). No ano seguinte, surgia um novo estádio, o da FNAT.

[394] Ver o subcapítulo sobre "A Ansia de Modernidade".

Nos bastidores, Guilherme e o seu irmão Carlos Alberto desenvolvem contactos para voltar a organizar a Feira. As contribuições individuais para a Colónia não paravam de diminuir. A Feira não era apenas uma fonte de receitas, mas também um meio para a popularidade do jornal. Em 1959, surge a hipótese de a instalar no antigo Mercado Geral do Gado, em Entre Campos. O local não é o mais apelativo, mas é o único que aparentemente a CML está disposta a viabilizar[395]. Quando é inaugurada em 1961, pelo Presidente da República, ninguém esconde a decepção. O público fica aquem das expectativas, assim como as receitas. No jornal as coisas não vão melhor. As receitas da publicidade estão longe de acompanhar os custos de produção. A concorrência da publicidade radiofónica e televisiva acentua-se. A crise instala-se num jornal que estava mais que nunca conotado com o regime[396].

Após a morte de J.P Rosa, a 25 de Março de 1962, a direcção do jornal é oficialmente assumida pelo seu filho Guilherme[397]. No cabeçalho do mesmo, num gesto evocativo do espírito do defunto é escrito: "J. P. Rosa, Presente!". Desconfiava-se já da capacidade dos vivos para prosseguir a obra que deixara[398]. Menos aberto a iniciativas

[395] Os primeiro apoios vieram de Diogo Melo, Jorge de Melo e de Manuel de Melo (Cartaxo), presidente da sociedade dos proprietários destes terrenos (Cfr. Relatório da CBI, S,28/3/1961). A CML estava já então em negociações muito morosas para os adquirir. Quando o jornal solicita à CML autorização para aí instalar a Feira, sucedem-se os entraves. O seu presidente, Brigadeiro A. Vitorino França Borges, hesita. Pressionada, impoe condições exorbitantes. *O Século* avança com o pedido de uma licença precária por 5 anos (requerimento registado com o nº. 32.882, de Julho de 1960). Finalmente são aceites pel`*O Século* as condições que permitiam a realização da Feira em Entre Campos:

a) A feira seria instalada nos terrenos do dito mercado, a Norte das suas construções, e ainda nos terrenos interiores que a Câmara disponibilizasse;

b) A organização da Feira entregaria à Caixa de Previdência da CML, para fins de assistência do seu pessoal, a quantia de $10 por cada bilhete de entrada vendido;.

c) A organização pagaria à CML, uma importância igual à média de receitas cobradas pelo município na utilização do referido mercado, nos anos de 1954 a 1959, média que atinge a quantia de 36.560$00;

d) As obras de adaptação correriam por conta da SNT;

f) A CML permitiria abertura da Feira pelo portão da Av. da República;

e) O edifício central ficaria reservado ao município, a não ser que a SNT construisse um Pavilhão na Feira para a CML;

g) A ocupação percária seria por dois anos, embora pudesse ser renovada, em condições a definir.

Estas condições constam do Ofício Nº.7216, datado de 24/12/1960, da Direcção de Serviços de Finanças - 2ª. Repartição Património e Aposentações (Processo nº. 32.882/60).

Ao longo dos anos, *O Século* irá procurar por todos os meios prolongar esta autorização precária. A CML não deixa também de impor sempre novas condicionantes, mas rentabilizando sempre autorizações sucessivamente concedidas através de contrapartidas financeiras.

[396] Nas eleições de 1958, ocorreu um curioso episódio que revela em toda a extensão a situação de compromisso com o regime em que se viviam os principais jornais. Quando Humberto Delgado no Café Chave d`Ouro, a 10 de Maio, afirma que caso fosse eleito demitiria Salazar, na imprensa ligada ao regime, no dia seguinte, apenas o *Diário da Manhã* tem uma reacção imediata. A atrapalhação era total no *Diário de Notícias*, situação agravada pelo facto do seu director estar ausente. Nele todos esperavam com grande ansiedade por saber qual a posição que *O Século* iria tomar, mas por mera coincidência também o seu director se havia ausentado. Face a este panorama, como esceveu a Salazar um dos seus informadores: "E como lá nada faziam, cá ficou-se sem saber o que fazer!" (citado por Iva Delgado, *A Campanha*...p.70). *O Século* tornara-se não apenas num instrumento do Estado Novo, mas de referência sobre as posições politicamente correctas.

[397] Guilherme foi também nomeado administrador-delegado e o seu irmão, director-adjunto d`*O Século*.

[398] A memória de J.P. Rosa será alimentada até 1974 em todas as publicações da SNT. Mas não só. Em 1963, a CML, numa cerimónia pública empolgante, deu o nome à antiga Rua dos Caetanos de J.P.Rosa (S,26/3/1963). Por alguns anos ainda, na data da sua morte, far-se-ão romagens ao seu Jazigo no cemitério dos Prazeres. Em 1965, integram-na em lugar destacado jovens fardados à Mocidade Portuguesa

de tipo populistas, num contexto social que também as não favorecia, estas acabam por ser secundarizadas. Uma a uma vão desaparecendo todas as que vinham do passado, com excepção da Colónia e da sua Feira.

Nos anos 60, processa-se uma profunda alteração da imprensa em Portugal, decorrentes, quer do impacto da televisão[399], quer da pressão do crescimento dos grandes grupos económicos[400]. A SNT cada vez mais endividada à Caixa Geral de Depósitos, não ficou, como é óbvio, isolada neste processo.

Perante a pressão dos grupos económicos, as empresas de comunicação social de base familiar começam a ceder posições. A primeira aparição em força da banca na imprensa ocorreu exactamente na SNT. Em 1966, devido a divergências familiares quanto à sua orientação, Carlos Alberto sai da SNT, Guilherme procura comprar as suas acções, vendendo para tal a participação que possuía com a sua mulher no *Diario de Lisboa*. Salazar ter-se-á oposto a esta compra[401], acabando as mesmas por serem vendidas ao Banco Nacional Ultramarino que fica deste modo com um terço das acções da empresa.. O processo repetiu-se, embora de formas diversas, noutros jornais.

No ano em que Salazar caíu de uma cadeira, quando se preparava para ler *O Século*[402], a SNT, como o país, entra numa nova etapa da sua vida. Com excepção deste jornal, as restantes publicações da SNT manifestam-se agora mais abertas às ideias da Oposição, assumindo, por vezes, posições muito críticas face ao regime[403]. Mantendo todavia uma linha política de compromisso, *O Século*, não deixou de tentar veicular uma imagem mais moderna. Em Janeiro de 1969[404], introduz-se o "Offset", permitindo uma maior rapidez na sua impressão, assim como na publicação de imagens com uma superior definição. Mostrando que não era um jornal do passado, mas do futuro, trouxe a Portugal um astronauta da Apolo-8 (Fevereiro de1969)[405]. O conteúdo pouco mudou. A SNT preocupada com as camadas mais jovens, dois anos depois, lança a revista de banda desenhada ***"Jacto***"(1971)[406]. O sucesso destas e outras iniciativas foi muito

(S.,12/6/1965). No ano anterior, num dos últimos actos públicos desta família, a sua esposa, inaugura na entrada do Parque Eduardo VII, uma estátua alegórica à "Mãe" portuguesa, da autoria do decorador José Clímaco (Cfr. *Diário da Manhã*, 8/12/1964).

[399] Face à concorrência da televisão, devido à rapidez da informação e crescente impacto das imagens, a SNT será das primeiras empresas a renovar o seu parque de máquinas. O processo é conduzido pelo engenheiro Eugénio Martins, admistrador da SNT. A partir de 1966, a SNT é equipada com um sistema de composição a frio, com impressão a offset e com um máquina de selecção automática de cores, a primeira do país. Para além de um sistema automático de cores. Em 24 horas, era possível, agora, compor, imprimir e distribuir revistas com uma tiragem, que por vezes ultrapassava os 200 mil exemplares. Cfr. Maria Antónia Palla, *A Renovação da Imprensa*...p. 211

[400] Para uma síntese das ligações entre a imprensa de expansão nacional e os principais grupos económicos, em especial na década de 60, consultar: M.B. Martins, *Sociedades e Grupos..*; A. Arons de Carvalho, *A Censura e ..;* Paquete de Oliveira, *As Formas da "Censura*...." p. 187.

[401] Maria Antónia Palla, ob. cit. p.. 213

[402] Fernando Dacosta, *Mascaras de Salazar*...

[403] Ver capítulo sobre Políticas Culturais

[404] A nova rotativa em "**Offset"** é então encarada como o marco de uma nova etapa do jornal, uma autêntica revolução (cfr. S.,4/1/1969).

[405] Os cosmonautas da Apolo -8, vindos do espaço agradeceram pouco depois o convvite feito pelo jornal pra visitar Portugal (cfr. S.,21/1/1969). Frank Burman foi todavia o único que confirmou a intenção de a fazer muito em breve (S., 31/1/1969), o que de facto aconteceu em fins de Fevereiro (S.,20/2/1969).

[406] A revista "Jacto" tinha como editor e director Henrique Pavão. O nº. 1 saíu a 3/11/1971 e o nº. 78 (o último) a 24/4/1973.

reduzido. O público não aumentava, as receitas publicitárias também não, pelo menos na proporção das despesas. *O Século* parecia afundar-se com o regime[407].

A 22 de Setembro de 1972, a SNT que vinha registando contínuos problemas financeiros é adquirida pelo banqueiro Jorge de Brito[408], pelo valor de meio milhão de contos. A 31 de Outubro, o nome de um agastado Guilherme Pereira Rosa saí das páginas de *O Século*[409], substituído[410]por Manuel Figueira[411]. Num acto de puro simbolismo Jorge de Brito chama para o Conselho de Administração Carlos Alberto

[407] Raul Rêgo, embora de forma muito ligeira, caracterizava assim *O Século* nos anos que precederam o 25 de Abril de 1974: "Este jornal era uma aventesma, na altura do 25 de Abril. Antes tinha feito propaganda republicana e depois envelheceu e era uma *quinta* de Pereira da Rosa e dos filhos. Mais nada! Não tinha quase nenhuma venda nos distritos mais republicanos, como Setúbal. Deixara-se envelhecer e vivia dos empréstimos da Caixa Geral de Depósitos, tendo-se transformado, quase, num orgão da União Nacional. Por exemplo, quando havia um grande défice fazia um número especial sobre Angola e o Governo Geral, de lá, recebia ordens para lhe pagar um tanto por esse trabalho. Fazia o que nós, em jornalismo, chamamos c*avacões*. Mas o leitor, fiel, o que se informa, *O Século* tinha-o perdido". Entrevista publicada em Manuel A. Bernardo, *Marcelo*...p. 257.

[408] O Grupo económico de Jorge de Brito era dos mais importantes do país no principio dos anos 70 (cfr. Maria Belmira Martins, *Sociedades... p.61-62*).Centrado no Banco Intercontinental Português, estendia-se ao Crédito Predial Português, ao qual pertencia a Companhia de Seguros Bonança, possuia parte da Brisa, da empresa de camionagem Boa Viagem, e sobretudo, nos transportes marítimos detinha parte considerável do Capital da Insulana de Navegação e da SOFAMAR (empresa que possuia, em 1973, três mineraleiros). Do grupo faziam ainda parte três empresas cerâmicas, a Abrigada e as suas associadas. Detinha importantes ligações à Torralta e a muitas outras empresas.

[409] Num artigo, significativamente intitulado, "Despedida", dia 31 de Outubro, Guilherme justifica o seu afastamento por razões económicas, mas também devido à política do governo. O aumento das receitas não conseguia compensar a subida da inflação geral e o aumento das despesas. Agravando este panorama, ao contrário do que acontecia noutros países, este não apoiava a imprensa, antes pelo contrário, a havia honorado com um imposto sobre a publicidade.(cfr.S., 31/10/1972).

Estas duras críticas repetiam no essencial o que já havia afirmado em Maio deste ano, quando denunciou a crise em que a imprensa portuguesa vivia (S,18/5/1972). Mas não deixavam de reflectir também uma viragem interna cada vez mais visível nas páginas do jornal. Um número crescente de artigos de opinião ou de reportagens assinadas por jornalistas como Urbano Tavares Rodrigues ou Roby Amorin, não se coibiam de criticar abertamente a política marcelista, ou de mostrarem os malefícios da política seguida por Salazar. *O Século* ensaiava, nesta fase, um claro alinhamento com os opositores ao regime.

[410]Antes desta opção, terá havido um convite do governo de Marcelo Caetano a Vitorino Nemésio para que este assumisse a direcção do jornal. Este académico, já aposentado, desfrutava então de enorme popularidade, devido ao seu programa televisivo. A nomeação não se terá efectuado, em virtude de uma entrevista que o mesmo deu à revista **Flama**, na qual defendeu uma maior abertura ideológica para o jornal. Opinião que não agradou Marcelo Caetano, retirando-o assim do leque dos nomeáveis. Ver também o capítulo, "Políticas Culturais".

[411] Manuel Figueira exercia então o cargo de adjunto chefe de redação. Nasceu no Barreiro , a 3 de Fevereiro de 1932. Concluiu o curso complementar do comércio. Iniciando-se a sua actividade de jornalista em jornais regionais. Fundou e dirigiu durante anos o *Semanário do Barreiro*. Foi vereador e presidente da CM do Barreiro. Logo a seguir à Guerra, teve alguma notoriedade no jornal ultradireitista, *A Nação*. Foi secretário-geral adjunto das Habitações Económicas - Federação das Caixas de Previdência. Ingressou na RTP, em Outubro de 1956, encarregando-se dos serviços de cinema e noticiários. Criou o telejornal do qual foi director. Ascendeu a director de programas, tendo-se demitido em Dezembro de 1963. Jaime Nogueira Pinto, refere que o seu afastamento por Salazar ficou a dever-se a suspeitas que estaria ligado a uma tentativa de golpe de Estado (Cfr. Jaime Nogueira Pinto, ob. cit. p.156). Entrou para *O Século*, como redactor em 1 de Fevereiro de 1964, passando a redactor adjunto do chefe de redacção em 1969 até 31/10/1972. Director entre 1/11/1972 e 14/2/1975. Foi ainda director da Editorial *O Século* de 30/3/1976 e 25/1/1980. Exerceu depois o cargo de Director -Geral de Informação, da Secretaria de Estado da Comunicação Social. Foi nomeado para presidir à Comissão de Extinção da Empresa Pública *O Século*.

Pereira da Rosa. A crise financeira da SNT acentua-se, com a subida das matérias primas, impondo algumas medidas administrativas[412].

O carácter precário da Feira tornara-se desde 1961 um problema incontornável. Tudo se agravou com a decisão de construir, naquele local, a Estação Central de Camionagem que a cidade andava carecida. Escudada neste projecto, a CML, a partir de 1965, oferece resistências à concessão de novas autorizações. Remete o assunto para o Ministério das Comunicações a quêm competia a sua edificação. Nos bastidores, *O Século* negoceia, pressiona e obtém as autorizações precárias necessárias para a abertura da Feira[413]. A construção da Estação vai sendo adiada. Em 1968, o próprio Ministério das Comunicações divulga o projecto da nova Estação, anunciando a sua construção para breve. A imprensa garante que em 1969 já não haveria Feira em Entre Campos[414]. O processo repete-se. Nos bastidores, *O Século* negoceia, pressiona e continua com a Feira[415]. O problema é que ninguém estava agora disposto a investir na sua renovação, pelo que em princípios dos anos 70, entra como o regime, num processo acelerado de decomposição.

Num acto de suprema ironia, a poucos metros da Colónia, a 24 de Novembro de 1973, um grupo de oficiais das forças armadas, debatia pela primeira vez a opção de derrubar pelas armas o regime que, em 1926, *O Século* havia contribuído de forma decisiva para implantar[416].

---

[412] A SNT estabeleceu, por exemplo, um acordo com a Moraes Editores, concedendo-lhe a exclusividade da gestão da sua editora. A revista "Cinéfilo" é relançada, procurando atingir novos públicos.

[413] A partir de 1966, as autorizações para a realização da Feira passam não apenas pela CML, mas também pelo Ministério das Comunicações. Na primeira autorização, em Ofício datado de 4/3/1966 (nº.233. Pº. 7.04), o ministro Carlos Ribeiro, concede a autorização atendendo ao facto das negociações que estavam em curso com a CML para a construção da Central de Camionagem se estarem a protelar. A Feira é então autorizada até Novembro ! Nos bastidores, *O Século* contacta individualmente todos os políticos que interferem no processo de decisão, obtendo a sua concordância. Ninguém se opõe. A Estação foi sendo ano após ano adiada, até a ideia ser abandonada.

[414] *A Capital*, 29/11/1968, publica um fotografia da maquete da futura Estação de Camionagem, cujos terrenos acabavam de ser adquiridos à CML pela Direcção-Geral dos Transportes, pelo valor de 6.062 contos. Era um dado adquirido que a Feira sairia em 1969 de Entre Campos.

[415] A Inspecção-Geral dos Espectáculos , por decisão de 13/7/1961, do seu Conselho Técnico, autorizou a sua instalação no Mercado Geral do Gado (Processo nº. 6.333) e concedeu-lhe depois uma Licença de Recinto com o Nº. 2.678, datada de 11/8/1964. Em 1968, o nome "Feira Popular de Lisboa" foi registado com o nº. 14.948, na Repartição de Propriedade Industrial, da Direcção-Geral do Comércio.

[416] A proximidade da Colónia é tal que durante muitos anos, estes militares estiveram convencidos se haviam nela reunido. O equívoco só foi esclarecido, em Novembro de 1998, aquando do descerramento de uma placa evocativa desta reunião histórica do MFA.Mas a Placa acabou por ficar na Colónia...(cfr. *Expresso*, 21/11/1998).

3.1.6. Promotor de Circunstância

Após o 25 de Abril de 1974, a SNT mergulha numa profunda crise que num curto espaço de tempo acabou por conduzir à sua destruição e ao consequente encerramento das suas publicações. Para compreendermos este brusco desfecho, temos que fazer, uma curta incursão pelo tempo. Entre 1974 e 1975, a grande imprensa da época, ligada ou não ao regime deposto, foi o palco não apenas de conflitos laborais, mas sobretudo, de lutas pelo seu controlo por diversas forças políticas.

Os militares, aglotinados em torno de uma referência comum, o MFA, emergem como uma verdadeira força política, legitimada pelo derrube do regime anterior e a promessa da implantação de uma regime democrático[417]. Rapidamente elaboram um

[417] O controlo da comunicação social pelos militares fazia naturalmente parte integrante da estratégia de derrube do anterior regime. À medida que se instalam no aparelho de Estado, começam a criar também estruturas próprias de controlo da informação, como modo de preservação do seu próprio poder. Esta ação decorreu em várias fases, ainda pouco esclarecidas. Era o início do que na altura conhecido por "Democracia Militar".

Numa primeira fase, entre o 25 de Abril e o 28 de Novembro de 1974, a mesma estava centrada na Junta de Salvação Nacional, assumindo os partidos políticos uma função legitimadora do processo. A 20 de Junho é nomeado uma Comissão ad hoc para a censura da comunicação social, prevista aliás no Programa do MFA, com a faculdade de multar e suspender os órgãos que cometessem as infrações tipificadas na Lei. No entanto, se o primeiro ministro da comunicação social ainda foi um civil (Raul Rêgo, entre 15/V/1974 e 11/VII/1974), por um larguíssimo período os militares ocuparam esta pasta: Sanches Osório (17/VII/1974-30/IX/1974), Vítor Alves (até 24/II/1975), Correia Jesuíno (até 12/IX/1975). No principal órgão de informação, a Televisão, o controlo pelos militares é imediato. É então nomeada uma comissão *ad hoc* no próprio dia 25 de Abril (?). A concessão de 1956 é suspensa e o serviço de radiotelevisão passa a ser gerido pelo Governo, nos termos do Dec. Lei 278/74, sendo os administradores nomeados a 25 de Maio. Diretor de Programas desde 30/8, Ramalho Eanes ascende a presidente do Conselho de Administração em 28/10, mantendo-se em funções até 13/3 do ano seguinte. Ao longo de 1975, a RTP é um palco muito sensível às mudanças que operam nas cúpulas dos militares. A transformação da RTP em empresa pública (Dec. Lei 674-D/75, de 2/12), consagra a sua governamentalização e a lenta subalternização à política dos militares.

projecto social que passará a condicionar a acção das restantes forças políticas. É com eles, ou contra eles que os diversos partidos políticos procuram afirmar-se e legitimar-se numa incipiente democracia[418]. Como pano de fundo, um impressionante movimento social popular, paraliza os mecanismos administrativos e repressivos do Estado, impondo uma constante redefinição do seu papel[419]. Face a esta paralesia das cadeias

---

Numa segunda fase, após o afastamento de Spínola em Setembro de 1974, e subsequente afirmação do MFA como força política, os militares procuram diretamente no "povo" a sua própria legitimidade. A questão do controlo efetivo dos meios de comunicação começa então a tornar-se uma exigência estratégica.

Numa terceira fase, **entre 11 de Março de 1975 e o 25 de Novembro de 1975,** era claro para os militares que a sua legitimidade só poderia ser criada através de uma adesão popular com base numa intensa propaganda ideológica. A institucionalização das estruturas do poder político do MFA e em particular do Conselho da Revolução deixa em aberto esta questão (Lei Constitucional 5/75, de 14 de Março, elaborada e aprovada por um Conselho de Estado reduzido apenas a militares). O assalto aos meios de comunicação é consagrado com a publicação do Dec. Lei 132-A/75, de 14 de Março, que pelos seus efeitos derivados, permitia a sua ampla estatização. É nesta fase que emerge a célebre 5ª. Divisão do Estado Maior-Geral das Forças Armadas, que para além de permitir reforçar a produção ideológica ao serviço do MFA, se tornou rapidamente num órgão de censura não apenas na imprensa, mas também de manifestações artísticas em nome da "pureza" da revolução. Num derradeira tentativa para amordaçar a imprensa, o Comdt.Correia Jesuíno, divulga em Agosto um projeto de Lei de Imprensa, que apesar da intensa oposição que teve, virá a ser aprovado a 8 de Setembro (Lei 5/75, a conhecida Lei da "Censura Militar").

Uma importante viragem neste processo ocorreu, todavia, com a saída de vasco Gonçalves do poder e a formação do VI Governo Constitucional, a 19 de Setembro. O PCP, diminuído nos seus apoios junto do governo, lança agora nas ruas, nos quarteis, empresas públicas, etc., uma vasta ação contra os "desvios" direitistas da "revolução". Depois do 25 de Novembro de 1975, os militares, não sem resistências, lentamente vão abandonando o poder político aos civis, deixando atrás de si, uma estrutura jurídica de controlo da informação que é rapidamente por estes apropriada ao serviço dos partidos que se instalam no poder.

A estratégia do controlo da informação pelos militares está ainda longe de ser estudada, eventualmente, por não se querer associar os militares "libertadores no 25 de Abril", com as funções menos nobres de "manipuladores da opinião pública" nos pós 25 de Abril.

[418] Na transição democrática de 1974-1976, um contexto político-social ao ser dominado pelo MFA, tinha naturalmente diversas consequências para as restantes forças políticas:

Em primeiro lugar, levou a um pacto dos partidos democráticos contra outras forças do poder político, nomeadamente as forças armadas e o seu sucedâneo político, a presidência, e o PCP, tido na altura como um partido antissistema.

Em segundo lugar, colocou os parâmetros do debate ideológico e de políticas muito à esquerda do espectro político.

Em terceiro lugar levou a tomadas de decisão do PS e do PCP que conduziram à rutura dos dois maiores partidos de esquerda.

Cfr. Marina Costa Lobo, *A Evolução do Sistema...* pág. 1088.

[419] Para alguns autores, como Boaventura Sousa Santos, a explicação para a crise do sistema político nesta fase de transição democrática, deve ser procurada neste movimento social popular, onde predominou o operariado urbano (sobretudo da cintura industrial de Lisboa), a pequena burguesia assalariada nas grandes e médias cidades e o operariado rural alentejano. Entre Abril de 1974 e Novembro de 1975, obrigou o poder político a contínuas redefinições e superações. No verão de 1974, inviabiliza as tentativas de hegemonização económica industrial e financeira que se havia afirmado com o Marcelismo, ao reforçar o poder dos militares do MFA menos ligados aos grupos monopolistas. Através da sua ação, abriram uma rutura na própria legalidade de continuidade no aparelho de Estado. Forjaram-se então novas formas de legalidade (legalizações ad hoc e inovações legislativas para cobrirem novas áreas como as ocupações, a reforma agrária, saneamentos, etc.), que primaram pela precaridade, isto é, mantiveram-se enquanto a mobilização popular as garantiu.

Ao longo deste período, operou-se uma paralesia institucional e administrativa do Estado que se mantém desta forma intacto, até que "o bloqueio do poder desse lugar a um novo bloco no poder" com o 25 de Novembro. (Cfr. *A crise e a Reconstituição...* p. 7-27).

administrativas, fundamentais para o exercício do poder político, o mesmo vê-se obrigado a recorrer à comunicação social para passar as suas mensagens, contribuindo deste modo para valorizar a importância estratégica deste sector. O que conferiu um carácter decisivo, na simbólica do poder, ao controlo dos meios de comunicação[420].

[420] Três destas batalhas, pelo simbolismo que adquiriram, entre 1974 e 1975, exprimem bem a complexidade dos problemas que a comunicação social então atravessava.

O caso do **Jornal do Comércio**, logo no mês de Abril de 1974 é paradigmático de como a partir de conflitos laborais, num contexto de forte politização do país, rapidamente estes podiam ser integrados em lutas políticas mais globais, sendo criado um contexto onde os trabalhadores são impelidos a politizarem cada vez mais os seus conflitos (Cfr. Maria de Lurdes Lima dos Santos, *et al*, As Lutas ...). Durante cinco meses, para além de reinvindições de melhores condições salariais e trabalho, emerge a questão do afastamento do director Carlos Machado, devido à sua alegada colaboração com o regime anterior. Perante a recusa da administração, o jornal é ocupado pelos trabalhadores. Apesar da oposição do MFA, é imprimido um "Jornal Grevista". Com a saída deste, o MFA encerra **Jornal do Comércio.** Segue-se um movimento de solidariedade, assinalado por uma greve de 24 horas em todos os jornais diários de Lisboa e Porto, com excepção d` *O Século*. A greve entretanto prosseguia. Surgem novos movimentos de solidariedade, assinalando-se o facto de operários de muitas empresas, terem dado um dia de salário para o fundo grevista. No dia 29 de Agosto, o exército ocupa de novo o jornal. Após a tentativa de golpe do 28 de Setembro de 1974, o administrador foge para o exterior, o exército sai do jornal e é a vez dos trabalhadores o ocuparem de novo. O jornal deixa de ter praticamente anunciantes, não possui apoios económicos da parte do Estado e acaba por encerrar pouco depois.

A segunda batalha, ocorreu em meados de 1975, com o jornal **República**. Neste caso, o problema é já claramente a questão do controlo ideológico de um órgão de informação por um partido. Os militares tinham na altura já uma posição muito diferente sobre estas questões. O pretexto que despoletou o conflito foi a quebra de tiragens do jornal. Os seus trabalhadores exigem explicações, que o director, Raul Rêgo, recusa conceder. Membro destacado do Partido Socialista, ex-Ministro das Comunicação Social do Primeiro Governo Provisório, onde se evidencia por suspender quatro jornais que haviam criticado os militares, entre os quais o *República* (31 de Julho de 1974). A sua imagem não era das melhores entre os trabalhadores. O PS que havia saído vitorioso das eleições para a Assembleia Constitucional, a 25 de Abril de 1975, opoem-se claramente ao domínio político pelos militares, a quem acusa de estarem ao serviço do PCP. O jornal torna-se no palco símbólico deste conflito entre o MFA/PCP e o PS. O afastamento de Raul Rego é assumido, como mais um passo no controlo do país pelo PCP,através do MFA. A sua manutenção é assumida como o triunfo da libertação do país da influência comunista. Perante a agudização dos problemas internos, declarou-se greve a 2 de Maio de 1975. No dia 7 de Maio, chegou-se a um aparente acordo, entre os trabalhadores e a direcção, sobre a abertura do jornal a outras correntes políticas. Perante as continuas pressões, Rego, rompe com o acordo, e solicita ao MFA que feche o jornal. O envolvimento dos militares, através do COPCON, torna-se evidente, quando estes entregam o jornal a um grupo de trabalhadores. Perante os conflitos internos e a contínua quebra de tiragens, o jornal acaba por encerrar pouco depois (1975).

A terceira batalha, ocorre na ocorre na **Rádio Renascença**, principal órgão da Igreja Católica. Era o ajuste de contas simbólico, com um dos grandes suportes do regime anterior. Ainda em Abril de 1974, são desencadeados conflitos internos contra a administração por esta se recusar a transmitir as reportagens da chegada a Lisboa de quatro exilados políticos: Alvaro Cunhal, Mário Soares, Luís Cília e José Mário Branco. Na sequência destes protestos, a rádio passa a ser dirigida pelos trabalhadores, e ocorrem os primeiros despedimentos. Em fins de Maio, o Cardeal Patriarca anuncia que estava garantida a participação dos trabalhadores na gestão da estação, mantendo, no entanto, esta, a sua orientação confessional. A questão estava todavia longe de ser resolvida. A 19 de Fevereiro de 1975, desencadeia-se uma greve ilimitada, em todos os departmentos da Rádio Renascença. Mas no dia 11 de Março de 1975, quando estala a tentativa de golpe de Estado, os trabalhadores voltam ao trabalho radicalizando as suas posições. A 14 de Março o Governo nomeia uma comissão mista para gerir a estação. Os conflitos internos prosseguiram e a 27 de Maio, os trabalhadores ocupam a estação em Lisboa, ficando todavia os estúdios de Porto, afectos à Igreja. No dia 17 de Julho, o governo declara que a estação de Lisboa seria devolvida à Igreja. As posições radicalizam-se por parte do trabalhadores, para o que contam com novos apoios entre os militares. Perante a impotência em se fazer obedecer, o governo opta por destruir à bomba o posto emissor de Lisboa! Após a desmobilização dos trabalhadores, a Rádio Renascença, volta a emitir ao serviço da Igreja Católica. O equilíbrio estava reposto.

Com o evoluir das intervenções do Estado na comunicação social, como veremos, a articulação entre liberdade e propriedade destes meios torna-se de súbito irrelevante. Quando o Estado se torna proprietário ou gestor, passa a ser apresentado como o garante da própria liberdade, iludindo-se desta forma a questão da liberdade[421]. Na prática, estreitaram-se como nunca os laços de dependência entre a comunicação social e o poder político.

Onde estas questões assumiram uma dimensão trágica foi na SNT. Devido à enorme dimensão desta empresa, com cerca de 850 trabalhadores em 1974, envolvendo uma importante distribuidora[422], um parque gráfico e um conjunto de publicações de expansão nacional, constituia neste complexo panorama, num dos alvos privilegiados na luta pelo poder no pós 25 de Abril. Com excepção da revista *Vida Mundial*[423], quer *O Século*, quer as revistas *Século Ilustrado* e *Mulheres*[424], tornam-se rapidamente órgãos de comunicação conotados com o Partido Comunista. Esta súbita mudança editorial tornou a empresa num dos alvo privilegiados dos ataques dos partidos à direita do PCP.

A sucessão de factos que provocaram esta mudança, reflecte em toda a sua extensão não apenas a própria evolução política do país, mas sobretudo as lutas pelo controlo dos órgãos de comunicação social, como símbolos de poder. A 4 de Maio de 1974, é eleito um conselho de redacção de que faziam parte Roby Amorim, João Carreira Bom, Joaquim Benite, Jorge Feio e Adelino Tavares da Silva, que se demite cinco dias depois, por divergências internas. Paralelamente, a 7 de Maio, numa Assembleia de trabalhadores da SNT, é elaborada um proposta apresentada depois à direcção, que incluía, para além da reivindicação da melhoria salarial, a redução do horário de trabalho, o saneamento dos quadros directivos da empresa e a publicação no jornal, do comunicado emanado da reunião, opondo-se os trabalhadores, em caso de recusa, à saída d`*O Século*. A 9 de Maio, os trabalhadores entram em greve e em simultâneo a administração ordena a suspensão da produção e a desocupação das instalações. Neste contexto algo paradoxal, prosseguem as conversações entre os trabalhadores e a administração[425]. O facto tem larga repercussão na imprensa da época[426].

---

[421] As forças políticas do MFA e do PCP não parecem ter concebido qualquer projecto de autonomização positiva da comunicação social, limitando-se apenas a, negativamente, defenderem a abolição da censura (cfr. A. Duarte Rodrigues, *A Informação e o Poder Político*, in, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, *Colóquio Portugal. 1974-1984*, nº.18/19/20. Fev. 1986.. p. 205.).

[422] Num contexto de forte politização, a SNT, controlada por forças afectas ao PCP, impede a publicação e distribuição de inúmeras obras, jornais e revistas. Recorde-se que, entre outras, a SNT distribuía, por exemplo, *A Capital* (desde 11 de Maio de 1974) e o *Expresso*. Este semanário, viu logo a sua distribuição boicotada a 14 de Dezembro de 1974. Cerca de um ano depois, ocorreu um novo boicote. O *Expresso* tinha já então uma tiragem de 150.000 exemplares. O caso ocorreu entre Novembro de 1975 e Janeiro de 1976, quando este jornal tinha duas edições por semana (à quarta e ao sábado) e era praticamente o único órgão de expansão nacional não controlado pelos militares. "Os ardinas tentaram boicotar o jornal e chegaram a cercar-nos na Tipografia Mirandela, onde éramos impressos. A distribuidora, que pertencia a "*O Século*", entretanto nacionalizada e controlada pelo PCP, deixou de nos distribuir e ficou-nos com o dinheiro que recebera das pessoas que haviam comprado o jornal" (Depoimento de Francisco Pinto de Balsemão, in, *Expresso-Revista Comemorativa dos 25 Anos do Expresso*, 10 de Janeiro de 1998).

[423] Augusto Abelaira, assume funções de director da revista *Vida Mundial*, em Maio de 1974, imprimindo uma grande abertura ideológica nesta publicação.

[424] As revistas **Jacto** e **Cinéfilo** foram suspensas logo após o 25 de Abril de 1974.

[425] A greve durou cinco dias. No dia 13 de Maio, como era hábito, os trabalhadores da SNT dirigem-se, em manifestação,a Belém onde prosseguiam as negociações com a Junta de Salvação Nacional. Na edição do dia 15, quando o jornal volta às bancas, publica-se um comunicado conjunto da administração e da comissão de trabalhadores, no qual se começava por reconhecer que a situação financeira na SNT era gravíssima, estando a "produzir em condições de grande prejuízo" e "apesar de não haver a possibilidade

Estas e outras iniciativas legitimaram, em Novembro de 1974, as intervenções do Estado nas empresas de comunicação social[427] . Na SNT, a situação em Dezembro, entra numa fase de ruptura interna, ao serem demitidos, por suspeita de "sabotagem económica", o banqueiro Jorge de Brito e um outro administrador. É num ambiente caótico que no último trimestre, Francisco Sousa Tavares passa a presidir a um novo conselho de administração, mandando proceder de imediato a um diagnóstico da empresa.

Os conflitos internos persistem, começando a extremarem-se as posições das diversas forças políticas em confronto. Com base numa decisão tomada num plenário de trabalhadores, de 14 para 15 de Fevereiro de 1975, é decidido afastar o novo conselho de administração[428], conotada com o Partido Socialista, assim como o director de *O Século*, Manuel Figueira. É então nomeado para director, o jornalista Adelino Tavares da Silva e eleito um novo conselho de redacção, onde preponderam os elementos afectos ao PCP: Fernando Baião (repórter fotográfico), Joaquim Benedite, Vitor Galvão Correia e Urbano Tavares Rodrigues (todos redactores). Sancionando esta investida do PCP, o ministro da Comunicação Social da altura, Major Vítor Alves, poucas horas depois homóloga, por despacho, esta decisão. Passados quatro dias em Conselho de Ministros são confirmadas as decisões anteriormente tomadas, sendo então nomeado um conselho de gerência composto por dois membros militares, os majores Aventino Teixeira do MFA e Manuel de Oliveira e Rego e um outro eleito pelos trabalhadores, Álvaro Pinto dos Santos.

Os acontecimentos do 11 de Março de 1975, são, neste contexto uma referência incontornável. As forças políticas que passam a dominar o aparelho de Estado avançam para o reforço da intervenção do mesmo na economia, fazendo desta a base para a construção de uma sociedade socialista[429]. Na SNT, os trabalhadores próximos das

---

de, a curto prazo, prever com segurança uma efectiva melhoria dessas condições", não se deixavam de satisfazer muitas reivindicações apresentadas pelos trabalhadores. Como era de prever, a crise não parou de gravar-se dia após dia. O assunto aparece largamente documentado na *Vida Mundial*, nº. 1823, de 25/5/1974.

[426] O jornal *A Capital* e o *Expresso*, impressos e distribuidos pela SNT são gravemente afectados por esta luta. O caso mais interessante, passou-se todavia na Emissora Nacional. O noticiarista José Ançã Regala, por ter lido uma convocatória de apoio à manifestação dos trabalhadores da SNT e uma outra, falsa, sobre uma pretensa "invasão" pela PSP das instalações da SNT é demitido. A ordem parte de três elementos militares da comissão admnistrativa da EN, com o acordo dos coordenadores de informação José Judice, Jaime Gama e João Paulo Guerra. O caso acaba por gerar noutros postos emissores um forte movimento de solidariedade para com o jornalista demitido, o que contribuiu para acentuar os conflitos internos.

[427] A intervenção do Estado fez-se ao abrigo do Dec-Lei nº.660/74, de 24 de Novembro, nos principais jornais: *O Século, Diário de Notícias, Comércio do Porto, Jornal de Notícias, Jornal do Comércio, República e Diário Popular*.

[428]"O afastamento de Sousa Tavares teve como consequência a não divulgação e aplicação de um plano de reestruturação da empresa, apresentado já à Secretaria de Estado da Comunicação Social, e que teria porventura viabilizado o grupo de publicações d`*O Século*", Maria Antónia Palla, *A Liberdade de Imprensa* ... vol. VI. p. 274

[429] O programa económico e social do Governo publicado a 15 de Maio de 1974, não previa nacionalizações industriais em larga escala. Só aquando das nacionalizações de 14 e 15 de Março de 1975, de bancos e empresas de seguros directa ou indirectamente passaram a ser controlados pelo Estado 1.300 empresas. O momento da viragem política ocorreu com a publicação, em Abril de 1975 do Dec. 203-C/75, através do qual o Governo passou a possuir amplos poderes para controlar as princípais actividades económicas do país. A Constituição de 1976 reforçou esta opção estatizante ao consagrar as nacionalizações. Até à segunda revisão constitucional, em 1989, o princípio da irreversibilidade das nacionalizações acabou por tornar-se no principal obstáculo a qualquer mudança neste sector. (cfr. Eric N. Baklanoff, *Breve Experiência de Socialismo...p.*. 925-947.

posições do **Vº. Governo Provisório**, presidido por Vasco Gonçalves, radicalizam as suas posições, transformando *O Século*, num órgão de propaganda da linha do MFA próxima do PCP. A manipulação da informação é total[430], não sendo tolerados por parte do Governo desvios ao rumo traçado[431]. Os resultados das eleições de 25 de Abril de 1975 são claramente desfavoráveis à linha militar no poder, sendo de imediato secundarizados pel`*O Século*, que não lhes atribui qualquer significado político relevante [432]

Face à brutal queda de receitas publicitárias[433] e diminuição de tiragens, situação agravada pelo súbito aumento dos encargos e despesas correntes, em meados de 1975, a situação financeira da SNT tornou-se insustentável[434]. Sem o apoio do Estado não havia dinheiro para pagar os salários. Perante este quadro muitos dos cerca de 850 trabalhadores da SNT, aderem à ideia que o seu futuro estava indissociavelmente ligado à sobrevivência política do V Governo Provisório. A queda do mesmo, ocorrida a 12 de Setembro de 1975, acaba por ser sentida de forma desesperada por muitos, reforçando em contrapartida a força política dos que até aí haviam sido marginalizados. A partir meados de Outubro, a SNT tornara-se num verdadeiro campo de batalha, prenunciando o próprio golpe militar de 25 Novembro[435].

No plenário de 16 de Outubro, discute-se já o saneamento de todos os órgãos da SNT, assim como das suas publicações. A 30 de Outubro, é aceite a demissão de Adelino Tavares da Silva, sendo eleito para o substituir o tipógrafo Francisco Lopes

---

[430] Para uma análise de vários casos, numa perspectiva próxima do Partido Socialista, consultar Mário Mesquita, *Os Meios de Comunicação Social...* p.

[431] A 4 de Junho de 1975, era exonerado pelo Conselho de Ministros, o Major Aventino Teixeira, em virtude das posições que assumiu de discordância das teses sobre a lei da imprensa de Correia Jesuino e da V Divisão(cfr. *Expresso*, 15/11/1975). A questão divide profundamente a SNT. A nova administração foi nomeada a 16 de Agosto.

[432] As forças armadas constituiram ao nível dos actores políticos o único referencial na fase imediatamente subsequente à queda do regime autoritário, legitimado pela sua intervenção no próprio derrube desse regime. A votação do 25 de Abril de 1975 que deu uma maioria ao Partido Socialista, introduziu um novo referencial político que se tornou incontornável na evolução posterior do sistema político português. A partir de então, estavam criadas duas lógicas cuja conflitualidade e cujo desfecho a prazo, foi conduzindo os partidos políticos para o centro do sistema, com excepção do Partido Comunista, e em competições ou em competição com as forças militares, procuraram uma nova estruturação do regime democrático através da subordinação dos militares ao poder político sufragado nas urnas (Cfr. José Durão Barroso, *O Processo de Democratização...* p.33.)

[433] Nuno Crato produziu poucos anos depois uma interessante análise sobre as receitas publicitárias nos jornais durante este período, pondo em relevo não apenas a subida dos custos de produção, mas também a estagnação das receitas publicitárias que então se verificou na Imprensa (Nuno Crato, *Alguns dados Sobre a Crise...* p. 1419 e segs.)

Face à crescente ruptura financeira das empresas de comunicação social - o Conselho de Ministros, acabou por a 18 de Agosto de 1975 declarar o sector em crise - o Estado, através de avales regulares, teve de intervir para pagar salários e outros encargos.

[434] O ministro da comunicação social, comdt. Correia Jesuíno anunciava a intenção de redimensionar a comunicação social estatizada. As dívidas atingiam na altura valores astronómicos. O jornal *O Século*, por exemplo, já tinha um passivo de mais de 250 mil contos. Facto que leva o Ministro a declarar que para o Estado seria mais económico que os jornais não fossem publicados e os trabalhores ficassem em casa. Perante o cenário de eventuais despedimentos, garantia todavia que a política do MFA era uma "Política de Pleno Emprego" e não de despedimentos (S., 2/VI/1975, p.5).

[435] Como momentos especialmente decisivos destes confrontos, salientam-se os dias 2 e 3 de novembro, que culminam no dia 5, quando numa tentativa de controlar pela força *O Século*, elementos ligados ao PCP, impedem outros trabalhadores de entrarem no edifício da SNT.

Cardoso (nomeado a 6/11). Após o golpe militar[436], *O Século, Diário Popular* e *Diário de Notícias*[437] são acusados publicamente de terem preparado o clima psicológico para o derrube do VIº. Governo Provisório e conduzido o país à beira de uma "Guerra Cívil". As mudanças nas chefias da comunicação social estatizada eram só por isso inevitáveis[438]. A 5 de Dezembro, o Conselho de Ministros nomeia os novos administradores para as empresas dos jornais *O Século, Diário de Notícias, A Capital, Jornal do Comércio, Diário de Lisboa e Diário Popular.* O primeiro devido ao seu alegado envolvimento nos acontecimentos do 25 de Novembro, apenas retoma a sua publicação a 29 de Dezembro, sob a direcção de Eduardo Scarlatti e Manuel Magro (director-adjunto)[439].

Impõem-se agora uma paragem nesta peça, dado que os novos actores que entram em cena, afirmam representar novos papéis que não se identificam com os discursos e posições anteriores.

No período entre Abril de 1974 e fins de 1975, a Feira constituíu um fardo incómodo para os seus promotores. Em 1974, é ainda encarada como uma forma de diversão do povo, mas é praticamente ignorada pelas publicações da SNT. No ano seguinte esta indiferença dá lugar a um distanciamento crítico, que se transforma rapidamente numa aberta hostilidade. O Ministério da Comunicação Social que superentendia já na SNT, para além de retirar abusivamente verbas da mesma[440], aproveita este facto para ceder ao Ministério da Educação um barracão para nele serem instaladas umas improvisadas salas de aula. Primeiro foi o **ISCTE[441]**, em Março de 1975, depois, quando este saíu, entrou o **ISPA- Instituto Superior de Psicologia Aplicada** que só sairá em 1983[442]. A época da Feira, em 1975, começou significativamente no dia das eleições para a Assembleia Constituinte, a 25 de Abril,

---

[436] Após o golpe militar do 25 de novembro, durante vários dias os jornais são suspensos. Aqueles que eram controlados pelo Estado são suspensos por mais de 15 dias. Neste período, são substituídas algumas direcções. Na **Vida Mundial,** Abelaira é substituido por Natália Correia. No **Diário de Notícias**, saíem José Saramago e Luis de Barros e entram Cunha Rego e Mário Mesquita. No **Diário de Lisboa**, saí como director-adjunto Cardoso Pires e entra Fernando Piteira. Na **televisão,** são várias e contínuas as mudanças. A conquista do poder, passa mais do que nunca pelo controlo dos órgãos de comunicação social.

[437] Sobre a trajectória neste período do D.N. consultar*: "Diário de Notícias.1974-1978. O difícil percurso para a Independência*", in, D. N. 3/1/1985.

[438] A actuação do jornal *O Século* no processo que conduziu ao 25 de Novembro foi objecto de vários Relatórios, destacando-se os seguintes:

- *Relatório Preliminar sobre os Acontecimentos do 25 de Novembro*, instaurado pelo Conselho de Ministros (S.,12/1/1976).

- *Anexos ao Relatório Preliminar*, publicado pel`*O Século* a 3/4/1976, p. 8 e segs.

- Inquérito à SNT, SARL, mandado instaurar por Despacho do Ministro da Comunicação Social, datado de 18/12/1975, sobre os acontecimentos do 25 de Novembro. Foi publicado uma síntese no S., de 28/4/1976.

[439] Manuel Magro exerceu diversas vezes o cargo de **director adjunto** (29/12/195 a 11/3/1976; 31/3/1976 a 14/12/1976) e de **director interino** (12/31976 a 30/3/1976 e 15/12/1976 a 31/7/1977).

O cargo de director foi ainda ocupado por João Gaspar Simões (31/3/1976 a 13/12/1976) e pelo meteórico Luis Nandim de Carvalho durante apenas um dia (14/12/1976).

[440] O Presidente da Comissão Directiva da FPL/CBI, Contreiras Leão, a 14/7/1982, afirmava que a EPJS devia à Feira até 1977 a quantia de 75.736.905$95, com base em documentação a que tinha tido acesso. Acrescentava ainda os lucros da exploração de 1978/79, mas cujo valor real era desconhecido. Arquivo da FPL/CBI.

[441] S., 7/3/1975

[442] O espaço ocupado pelo ISPA acabou por ser transformado em 1984, num salão de exposições de mobiliário.

tendo por lema a divisa política da altura -**"Aliança Povo-MFA**"[443]. Na única reportagem que sobre a Feira publicou, *O Século* aproveita para denunciar a alienação que constituia este tipo de divertimentos, a exploração que os trabalhadores nela eram vítimas. Alertando ainda para a miséria e a marginalidade dos que a frequentavam[444]. O divórcio era total entre o promotor e o evento.

O Século faz passar todavia a ideia, através de várias reportagens, que havia uma alternativa à Feira - o **Mercado do Povo** -, em Belém[445], organizado pela Comissão Central do MFA.

3.1.7. Promotor Não Identificado

Após o 25 de Novembro, o movimento social popular entra numa fase de rápido refluxo, o que permite ao aparelho de Estado lentamente emergir[446]. O VIº. Governo Provisório, chefiado por Mário Soares vê também as suas posições políticas duplamente legitimadas, primeiro de forma recorrente pelas eleições de 25 de Abril de 1975, depois pelas crescentes divisões internas dos militares que se mostraram incapazes de definir um projecto político consensual.

As mudanças operadas na SNT, após o 25 de Novembro de 1975, estavam longe de serenar os animos[447]. Parte dos que ficam, acusam agora os que sairam,

[443] Simbolicamente, surge nela um stand novo, os das Edições Avante!

[444] Cfr."*Fumo de Sardinhas e frango e dois "pintores" por Noite*, de Francisco Máximo, in, S.,13/5/1975,

[445] O Mercado do Povo abriu no dia 15 de Maio de 1975, após diversos adiamentos. Estava articulado com a Galeria de Arte Moderna, sendo então o local simbolicamente assumido para a exaltação da "Aliança Povo-MFA"(S., 18/4/1975). No ano seguinte, significativamente, quando o Mercado do Povo abre a 16 de Maio, as entidades oficiais distanciam-se do evento, reduzindo-o a uma simples Feira de Artesanato (a 14º), iniciada em 1965 pelo SNI e destinada a turistas.

[446] Este refluxo do movimento social popular, levou Vilaverde Cabral a equacionar a tese da sua artificialidade no período anterior. A sua emergência teria sido produzida pelas forças de esquerda, tendo em vista a solução do problema colonial. Quinze dias depois da independência de Angola, ocorreu a brusca paragem de Novembro de 1975. Cfr. Manuel Vilarverde Cabral, "*A "Segunda República"* ... pág. 132.

[447] Neste período são tomadas três resoluções que irão traçar o futuro da imprensa intervencionado, e em particular da SNT:

A **Resolução de 27/11/1975**, do Conselho da Revolução, sobre a "Solução da Crise no Sector da Imprensa Escrita", decidiu suspender todos os membros em exercício de administração das empresas de comunicação social intervencionadas, suspender por dez dias as suas publicações, propor ao governo a reestruturação e redução do número de empresas e, eventualmente do número de publicações.

nomeadamente para o novo jornal **O Diario**[448], de serem os responsáveis pela crise profunda em que a empresa mergulhou[449].

Nesta sequência vertiginosa de acontecimentos, a **29 de Julho de 1976**, as contínuas intervenções do Estado na comunicação social, têm como desfecho lógico a nacionalização dos principais jornais e revistas de expansão nacional intervencionados pelo Estado[450]. Em simultâneo, é anunciada a fusão de quatro destas empresas[451]. A SNT é então legalmente fundida com a Sociedade Industrial de Empresa (*Diário Popular*), criando-se assim a EPSP. Na prática, quase tudo continuou na mesma[452]. Os mecanismos administrativos do Estado estavam ainda longe de ter um funcionamento minimamente eficaz.

Apesar dos sinais em contrário[453], continuava a dominar nos partidos com assento no poder, a tentação para o controlo e manipulação da informação reiniciada logo a seguir ao 25/4/1974 pelos militares[454].

A **Resolução de 5/12/1975** do Conselho de Ministros, sobre a "Dissolução de Corpos Sociais e suspensão de publicações de várias empresas de comunicação social, reiterando as disposições anteriores do Conselho da Revolução, e apontando para a necessidade da imediata reestruturação do sector.

A **Resolução de 9/12/1975**, do Conselho de Ministros era mais concreta nas nomeações. Para a administração da SNT eram nomeados o Coronel José Rodrigues da Mota, Dr. Carlos Pedro Brandão M. e Brito e Simão de Gusmão Correia Arouca.

[448]O jornal *O Diário*, segundo *O Século* (S., 1/11/1977, p.2), foi criado pelo PCP, em 1976, para dar trabalho a muitos dos seus membros suspensos e saneados de jornais onde se haviam envolvido em acções visando o seu controlo pelo Partido.

[449] A crise financeira da SNT não parava de aumentar. Só em 1976, em financiamentos do Estado, recebeu 37.600 contos, o que equivalia a mais de 50% do que que fora dado a toda a imprensa estatizada no mesmo período (Cfr. *Relatório de 1974-1976 do Conselho da Imprensa*. Assembleia da República. Lisboa.).

[450] A medida foi tomada por Almeida Santos, Ministro da Comunicação Social do VI Governo Provisório. Entre as empresas então nacionalizadas, contavam-se algumas onde o Estado possuia importantes posições sociais controlando directa ou indirectamente o seu capital: Sociedade Nacional de Tipografia, SARL; Empresa Nacional de Publicidade, SARL, Sociedade Industrial de Empresa, SARL, Sociedade Gráfica de *A Capital* (Decreto-Lei 639/76, de 29 de Julho).Em consequência desta medida, foram nacionalizadas publicações periódicas como *O Século, Vida Mundial, Diário de Lisboa, Diário Popular, Diário de Notícias, A Capital, Jornal do Comércio e Comércio do Porto*.

[451] Em resultado desta medida, por fusão das empresas, surgem a Empresas Públicas *O Século-Diário Popular* (EPSP) e a *Diário de Notícias-Capital* (EPNC). A medida já havia sido prevista no Conselho de Ministros de 27/11/1975, quando foi decidido reduzir de 8 para 6 os jornais estatizados, e a fusão numa só empresa pública de um dos matutinos e de um dos vespertinos subsistentes em Lisboa (cfr. declarações de Almeida Santos, *O Século*, 26/5/1976).

[452] Em Fevereiro de 1977, o Governo constava que a medida não tinha tido feitos práticos (Cfr. *Século Ilustrado*, nº.2.028, de 11/2/1977). Facto a que não será alheio a intensa polémica que envolveu esta medida, por parte dos trabalhadores das duas empresas. O *Diário Popular*, sempre alegou ter uma melhor saúde económica que *O Século* (cfr. *Diário Popular*, de 24/5/1976). Os trabalhadores da SNT, em nome da identidade da empresa, recusaram também a fusão (Cfr. *O Século*, 15/5/1976). Legalmente, apenas em 1979, ocorreu a separação das empresas (Dec-Lei 465-A/79, de 6 de Dezembro), correndo depois em paralelo processos da sua alienação pelo Estado. O património d`*O Século* ainda está em fase de liquidação. O *Diário Poular* teve o desfecho mais rápido. Em Janeiro de 1989, a Interpress comprou o seu parque gráfico por 700 mil contos. O título foi mais tarde adquirido pelo Grupo PEI, por 112.500 contos, onde pontificava Pedro Santana Lopes. Não tardou também a ser suspenso.

[453] Mário Soares foi dos poucos socialistas a assumir desde muito cedo uma oposição frontal contra a estatização da comunicação social (Cfr. Entrevista na *Vida Mundial*, 13/5/1976)

[454] O panorama da comunicação social no país, em 1976, era esclarecedor dos objectivos que haviam sido prosseguidos no período anterior. A maioria dos jornais e revistas de expansão nacional,a televisão e as estações radiofónicas, com excepção da Rádio Renascença, pertenciam ao Estado ou eram por este directamente controlados.

No caso da SNT, os problemas não paravam todavia de se avolumar. Face aos astronómicos "deficits" acumulados pelas empresas de comunicação social nacionalizadas, a sempre anunciada racionalização (ou reestruturação) acaba por se tornar inevitável[455]. Numa primeira fase, a 28 de Dezembro de 1976, o Governo propõe aos trabalhadores que assumam a edição dos diversos títulos, afirmando em simultâneo que se o não fizessem, todas as publicações seriam suspensas[456]. A forma e a altura em que foi feita a pergunta, deixava supor facilmente que se esperava já que as respostas fossem negativas, o que veio a acontecer. Numa segunda fase, a 6 de Fevereiro de 1977[457], tratou-se de proceder à suspensão das publicações da SNT, mantendo de fora deste processo o *Diário Popular*[458]. A medida foi justificada pela necessidade de reorganizar a SNT, o que nunca veio a acontecer[459]. Em termos imediatos, punha-se fim a quatro títulos de periódicos cujas redacções não inspiravam confiança ao novo poder constituído[460]. Numa terceira fase, em Outubro de 1978, a questão do futuro da SNT

Entre 1974 e 1979, surgem um grande número de publicações, ligadas em regra a correntes políticas mais ou menos definidas. A informação é nelas assumida, sobretudo como um comentário e uma opinião sobre os factos. A concorrência desleal que lhes move a imprensa estatizada ou intervencionada, não impede apesar de tudo a sobrevivência de alguns destes novos títulos. Entre os jornais que surgem neste período, com dimensão nacional, destacam-se: *A Luta* (Agosto,1975); *O Jornal* (Maio, 1975), *Jornal Novo* (Abril, 1975);*O Dia* (Dezembro, 1975), *O Tempo* (Maio, 1975); *O Diabo* (Fevereiro, 1976), *O Diário* (Janeiro, 1976), *Correio da Manhã* (Março, 1979).

[455] Preparando a opinião pública para a suspensão das publicações da SNT, Manuel Alegre, numa comunicação ao país, através da RTP, apresentou os números deste descalabro. Em fins de 1975, os oito jornais nacionalizados haviam acumulado um prejuizo de 1.117.933 contos, verba para a altura astronómica. Em fins de 1976, o seu valor atingia já um total de 2.088.864 contos.

[456] O processo foi liderado por uma Comissão Interministrial para a Reestruturação da Imprensa Estatizada, que concedeu um curto prazo (até 10 de Janeiro de 1977), para os trabalhadores das redacções das várias publicações da SNT decidirem se queriam ou não ficar com os respectivos títulos. No caso de não o pretenderem, como veio a acontecer, foi logo anunciado que as mesmas seriam suspensas.

[457] Despacho Normativo nº. 43/77, de 5/2/1977 da Presidência do Conselho de Ministros, no qual se constata que nunca se havia efectuado a fusão entre as empresas do *O Século* (SNT)e o do *Diário Popular(SII).* Os deficits acumulados pela SNT tornaram-se, segundo este documento, incomportáveis. Os contratos de publicidade firmados com a SNT foram transferidos para o *Diário Popular*.

[458]O processo foi conduzido pelo então Secretário de Estado da Comunicação Social, Manuel Alegre que decidiu, com grande aparato mediático, suspender todas as publicações da SNT.

A questão dos salários tornou-se desde logo, um dos problemas mais graves com que os trabalhadores irão ser confrontados. Inicialmente pagos pelo Fundo de Desemprego, os pagamentos posteriores eram em regra só conseguidos após ruidosos protestos públicos. Face ao avolumar de prostestos, a 10 de Agosto de 1977, é o próprio Conselho de Ministros que intervém para pagar os salários. Ao longo de 1978, a precaridade destes pagamentos aumenta. Em Abril de 1978, os atrasos são já enormes (*Diário de Lisboa*, 6/4/78). A 28 de Junho, numa grande manifestação entre a Praça dos Restauradores e S. Bento, sente-se já o desespero e a resignação dos trabalhadores. *O Século* acabara e a SNT não tardará em ser extinta.

[459] Um estudo efectuado em Maio de 1977, ainda apontava para a viablidade económica da SNT.

[460] A situação económica dos títulos suspensos era muito variável, mas foram todos englobados na mesma acção:

- *O Século*, dirigido interinamente por Manuel Magro, tinha uma tiragem que não ultrapassava os 33.000 exemplares, números declarados publicamente, o que estariam longe de corresponder à tiragem efectiva. O jornal era uma sombra do seu próprio passado.

- *Vida Mundial*, dirigido por ..tinha uma tiragem global de ..exemplares.

- *Mulher -Modas e Bordados*, tinha uma tiragem de 23.000 exemplares, sensivelmente a mesma de Abril de 1974.

- *Século Ilustrado*, dirigido por Maria Antónia Pala, tinha uma tiragem de 18.000 exemplares, cerca da metade de Abril de 1974.

voltou de novo a ser colocada com base em cinco cenários possíveis[461]. Entre eles, sobressaía a polémica questão da desnacionalização. **A consumar-se, a SNT seria a primeira privatização que ocorreria após o 25 de Abril de 1974![462]** Após um parecer favorável da Procuradoria Geral da República[463], o plenário ministerial de 7 de Março de 1979, autoriza que a EPSP ponha à venda a parte da SNT[464]. Apesar do seu longo passado, *O Século* era já uma empresa com uma entidade cultural destruída, cujo nome na altura inspirava pouca credibilidade.

Os vários governos pressionados pela oposição, mas sobretudo pelo FMI, iniciam um longo processo de desregulamentação e privatização das empresas de comunicação social[465], tendo em vista equilibrar as contas públicas.

---

[461] Escrevia sobre esta fase o *Diário de Lisboa*: "Os dias e os meses passaram foram postas cinco hipóteses relativas à empresa (contrato de cessão da exploração, liquidação total, reactivação, coperativação e venda da SNT, SARL). in, DL, 3/4/1979, p.1.

[462]O sector das empresas nacionalizadas e intervencionadas era desde 1976 alvo de uma intensa luta política, dado que estava ideologicamente ligado à ideia da construção de uma sociedade socialista, consagrada no Pacto Povo-MFA e na Constituição votada em 1976, sob a vigilância do Conselho da Revolução (1974-1982).

De um lado, encontravam os defensores da sua existência, em particular o PCP. Do outro, tinhamos todos aqueles que defendiam uma economia de mercado, com um sector público empresarial mínimo. No centro de todo o debate, estava em 1977, um vasto sector de empresas públicas ou intervencionadas, abrangendo mais de de 274 mil trabalhdores (cfr.Fonte: Ministério do Trabalho (1979); *Diário de Lisboa,* 27/4/1979). O problema era que o mesmo não parava de acumular prejuízos que eram suportados pelos contribuintes. Para o PCP, estes eram sobretudo devidos à sabotagem económica das forças capitalistas, havendo apenas uma solução - aprofundar o processo, isto é, prosseguir as nacionalizações. Para as restantes forças políticas à sua direita, os prejuizos eram a confirmação da inaptidão do Estado para gerir de forma eficiente as empresas numa economia de mercado.

Para a análise global do chamado "sector empresarial do Estado", consultar: Martins, Maria Belmira José Chaves Rosa, "*O Grupo Estado. Análise...*

[463] Quando o III Governo Constitucional recoloca a questão da SNT, em Outubro de 1978, através do então Secretário de Estado da Comunicação, Social Major João Figueiredo, a questão da hipótese da venda suscitou desde logo dúvidas, sobretudo quanto à sua constitucionalidade. Na verdade, segundo rezava a Constituição, no seu artº. 83ª., nº.1, "Todos as nacionalizações efectuadas depois do 25 de Abril de 1974 são conquistas irreversíveis dos trabalhadores". Esta questão, por solicitação do Governo, mereceu dois pareceres antagónicos. O do economista e jurista Vasco Vieira de Almeida que defendia a sua inconstitucionalidade e o da Procuradoria, que não via qualquer atentado à Lei fundamental. Parecer que serviu ao Governo para avançar com a venda da SNT.

[464] A resolução nº 90/79 do conselho de ministros foi publicada no *Diário da República*, 1ª. Série, nº78, de 3/4/1979. O prazo terminava no dia 4/5/1979.

[465] O processo iniciou-se justamente a partir de 1979, fruto da crescente pressão para se pôr fim ao controlo do Estado da Comunicação Social, e, sobretudo, para que terminassem os avultados encargos com os seus crónicos deficits. Durante o IV Governo Constitucional, o então ministro da Comunicação Social, Daniel Proença de Carvalho empreende uma vasta acção para tentar clarificar e regulamentar o edifício jurídico da comunicação social. A acção foi despois prosseguida pelo V Governo Constitucional presidido por Maria de Lurdes Pintasilgo. Começa então um longo processo que gradualmente vai conduzindo ao encerramento, privatização, liberalização (des) regulamentação deste sector.

Entre 1979 e 1985, pouco se avançou, devido às enormes barreiras impostas pela Constituição de 1976. Curiosamente, a liquidação da SNT, então designada por EPJS-Empresa Pública Jornal O Século, foi o facto de maior relevo político.

Depois de 1986, o processo, como notou, José Paquete de Oliveira (*Comunicação Social...)* conheceu três situações decisivas que explicam o actual panorama:

-- A reorganização do sector da Imprensa, principalmente entre 1987 e 1992, que se traduziu no desaparecimento de antigos títulos como o *Diário de Lisboa* (1990*), Diário Popular* (1991), e pelo aparecimento de novos rítulos como *O Independent*e (1988), *Público* (1990), revista *Visão*(1993), e modernização de outros como *O Diário de Notícias* e o *Jornal de Notícias*.

Neste período, entre 1976 e 1979, a Feira já pouco representa para os seus promotores que a abandonam na prática aos feirantes, em especial aos donos dos restaurante e às grandes empresas de divertimentos[466].

A Câmara Municipal, numa tentativa de resolver a situação dos terrenos que em 1961 havia cedido a título precário, em 1977, em vez da renda anual de 3 mil contos, exige 45 % das receitas ilíquidas[467]. Esta exigência significava na prática o fim da Colónia, e, por consequência, dos objectivos que haviam presidido e legitimado a realização da Feira. Face à pressão dos feirantes, acaba por desistir das suas pretensões. Mas em 1979, como veremos, envolve-se num novo projecto, a criação de um Luna Parque, prosseguindo na ideia de encerrar a Feira.

3.1.8. Promotor Liquidatário

Num contexto político marcado pela ascensão das forças do centro e de direita, corporizados na AD, procurou-se então encerrar o caso da EPJS (ex-SNT)[468]. Neste sentido, logo em 1979, é determinada a extinção da Empresa Pública do Jornal *O Século*, incluindo, a alienação de todo o seu património, nomeadamente o da Colónia[469], sendo criada para o efeito uma Comissão Liquidatária[470]. Por Despacho 38/80, o então

---

-- O reordenamento do espaço radiofónio, primeiro com a explosão das "rádios livres ou piratas", que colocaram fim ao monopólio da RDP e da Rádio Renascença, permitindo o aparecimento de novas importantes estações ou redes de estações privadas.

-- O fim do monopólio televisivo, com o início das emissões das estações privadas, respectivamente a TVI (1992) e SIC (1992), e ultimamente da expansão da televisão por cabo

[466] Após o encerramento d`*O Século*, sem um órgão privilegiado de comunicação, os feirantes logo em 1977, passam a fazer publicidade da Feira nas páginas do *Diário Popular*.

[467] A questão foi abordada na 15º. Sessão da CML a 19/4/1977(cfr. *Diário Popular*, 26.4.1977). Os responsáveis pela Colónia ameaçaram, dizendo que com semelhantes exigências, a mesma não poderia ser realizada.

[468] Num texto político representativo do olhar das forças de esquerda neste período, João Martins Pereira, procurou mostrar que não havia propriamente uma mudança política, mas, pelo contrário, um aprofundamento das opções estratégicas assumidas pelo Partido Socialista, em 1977 (cfr. J.M. P., *No Reino dos Falsos*...p.148).

[469] Decreto-Lei 162/79, de 29 de Dezembro.

[470] A Comissão Liquidatária foi criada pelo Despacho nº162/79, de 29/12, atribuindo-lhe logo a gestão da Feira e da Colónia. Esta decisão foi confirmada depois pelo Despacho de 38/80, de 18/3, do Sec. de Estado da Comunicação Social, Sousa e Brito. Era constituida pelos seguintes elementos: Hugo Herculano M. S. Taborda (presidente), Emília Augusto S. Ricon Peres e José Eurico da Costa Gonçalves. Mais tarde, será nomeada uma nova comissão constituída por **Fernando da Luz Rodrigues da Silva**

Secretário de Estado da Comunicação Social, Sousa e Brito, estabelece que competia a esta Comissão nomear dois dos três membros que constituirão a Comissão Directiva (CD) da Colónia e Feira. Novos actores entravam assim em cena, numa altura em que os problemas não paravam de avolumar-se. Em consequência da extinção da SNT, os trabalhadores desta empresa afectos à Feira e à Colónia são lançados no desemprego. Perante a necessidade de dar continuidade às mesmas, acabam por ser readmitidos de imediato em regime de trabalho eventual[471]. Numa simples lógica de sobrevivência, a CD recém nomeada, procurando ultrapassar os graves problemas com que se defronta a Feira e a Colónia, não tarda a tomar decisões contrárias às orientações dadas pela Comissão Liquidatária. Uma nova fonte de conflitos acabava de surgir. A questão atinge o ponto de ruptura em 1984, quando a Comissão Liquidatária instaura um processo judicial à CD presidida desde 1981 por Contreiras Leão[472]. A gestão da Feira passava agora pelos meandros dos organismos públicos e obedecia a uma rede complexa de disposições legais que vão sendo tomadas avulso de acordo com as circunstâncias e as conveniências do momento. O promotor da Feira torna-se uma figura anónima que ninguém conhece.

A Comissão Liquidatária, como lhe competia ía alienando o vastíssimo património da EPJS. Neste processo de esvaziamento, os próprios descendentes do Conde de Monte Monte Real[473] colocam o Estado em Tribunal reclamando a devolução dos terrenos da Colónia Balnear Infantil em S. Pedro do Estoril, uma vez que a SNT havia sido extinta. A confusão e incerteza era total entre funcionários e feirantes. A figura do promotor é menos que simbólica. Não existe, simplemente. Entre 1982 e 1985, os sucessivos leilões e outras formas de alienação do património da SNT acabam por gerar junto da opinião pública a ideia, de que tudo o que lhe pertencera, iria desaparecer muito em breve[474]. Alguns jornais contabilizam os dramas pessoais[475]. Por mera

---

(presidente, nomeado a 17/8/1982), **Eduardo Cardeano Monteiro Pereira** (técnico da DGCS, nomeado por despacho publicado no D.R. de 24/4/1983, em substituição de **João Filipe Salvado,** entretanto **falecido**) e **Hernani de Carvalho Moraes e Castro** (nomeado por Despacho publicado no D.R. de 18/4/1984).

[471] Na sequência da publicação do Dec-Lei nª.162/79, de 29/12 os trabalhadores d`*O Século* na Feira ficam no desemprego. Procurando colmatar esta situação, a Comissão Liquidatária torna a readmiti-los em regime de trabalho eventual. A questão não ficou encerrada, dado que em relação a novas admissões o príncípio a seguir teria de ser mesmo. No ano seguinte, o Despacho 38/80, de 18/3, era claro, quando afirmava que o pessoal a admitir para a Feira e a Colónia, deveria sê-lo em "regime eventual por períodos específicos, sem que constituam pessoal de qualquer quadro". O Despacho do Secretário Adjunto do Ministro de Estado, datado de 8/11/1984, que reformulava o anterior modelo de funcionamento, manterá nos mesmos termos este princípio. Ainda em 1998, estes funcionários foram todos "despedidos" a 31 de Dezembro e readmitidos a 1 de Janeiro de 1999.

[472] Ver o Subcapítulo sobre a Administração da Feira

[473] O Conde de Monte Real, como dissemos, foi o mecenas que adquiriu para a SNT, em Agosto de 1933, os edifícios e os terrenos da Colónia Balnear Infantil, em S. Pedro do Estoril.

[474]A título de exemplo, eis alguns dos momentos mais significativos deste processo de dispersão do patrinónio da SNT:

Em Março de 1982, o Governo autorizou a compra do seu imóvel por 185 mil contos para instalar serviços públicos (Ministério da Qualidade de Vida, etc). Em Agosto, foi a vez de ser vendida a célebre sucursal do Rossio ao *Jornal de Notícias*, por 13 mil contos (Cfr. J.N.,27/8/1982). Em Novembro, é leiloado o mobiliário e as publicações d`*O Século*, perante os protestos dos livreiros. Sentem-se obviamente prejudicados com o lançando no mercado de milhares de títulos a preços irrisórios.

Em 1984 e 1985 o assunto volta de novo a ocupar largas páginas nos jornais.

Nesta alltura, por Resolução do Conselho de Ministros (D.R.,IIª. Série, 24/4/1984) foram desanexados os bens da EPJS (equipamentos gráficos, fotografia, etc). No mês seguinte, por nova Resolução (D.R., IIª. Série, 17/5/1986), foram transferidos para várias entidades parte dos bens que restavam ainda alienar. A Torre do Tombo ficará com os Arquivos em suporte escrito, incluindo o que

coincidência, ou talvez não, em Janeiro de 1985, os herdeiros de J. P. Rosa, levam também a leilão casa onde morou[476]. A Comissão Liquidatária deu por concluidos os seus trabalhos, neste ano[477]. Ficou tudo liquidado com excepção da Colónia[478] e da Feira.

No princípio do ano seguinte, perante a dificuldade de encontrar uma solução para o caso[479], é reiterada a "personalidade jurídica" da EPJS que continuou a ser a proprietária dos bens móveis e imóveis que integram a Colónia[480]. Porém, o liquidatário passou a ser o Estado e não a Comissão Liquidatária, sendo este representado pelo Director -Geral da Comunicação Social (DGCS). A 31 de Julho de 1986, o Secretário de Estado Adjunto do Ministro para os Assuntos Parlamentares, Luis Marques Mendes[481], volta a definir os poderes da Comissão Directiva da Colónia Balnear/Feira Popular, numa perspectiva transitória, situação que ainda hoje se mantém. Neste contexto burocrático-administrativo, o **Estado como promotor da Feira,** através da entidade que tutela a comunicação social, acaba assim por limitar-se a nomear uma CD para uma Feira que ninguém assume como sua.

---

fora possível recuperar da sua Biblioteca. Contudo basta uma simples consulta a este espólio para avaliar o enorme saque que o mesmo terá sofrido. A DGCS ficou com o Arquivo Fotográfico, o qual em 1998, virá a ser integrado no Ministério da Cultura.

[475] Desde 1977 que a imprensa de uma forma sistemática começou a registar diversos casos dramáticos que decorrrentes da extinção da SNT (cfr. *O Dez de Junho*, 9-15/6/1977). Em 1982 quando o processo se acelera contabilizam-se: "Dois suicídios, três mortes em consequência de ataques cardíacos e um internamento no Júlio de Matos", Cfr. *A Tarde*, 9/11/1982.

[476] O leilão que principiou a 19 de Janeiro de 1985, constituíu um acontecimento social que não passou despercebido na imprensa (cfr. D. N., 20/1/1985). A vivenda situada na Rua Buenos Aires, tinha cerca de 80 divisões, repartidas por três andares. Apresentava então um riquíssimo espólio, entre o qual sobressaíam obras Eduardo Lapa, Carlos Reis, Falcão Trigoso, Weerkamp e Poyet. No mobiliário, destacava-se o dos anos trinta. Na garagem, seis magnifícos automóveis a maioria datados do período áureo de João Pereira Rosa, isto é, anos trinta e quarenta: dois Buick (1937e 1941), dois Cadilac (1947 e 1955), um Studbaker (1938) e um Packard (1938).

[477] O Conselho de Ministros a 30/1/1986, dicidiu que a Comissão Liquidatária da EPJS deveria abrir, num parazo de 30 dias, um concurso público para alienação dos títulos publicados naquela empresa: *O Século, Século Hoje, Século XX, Vida Mundial, Século Ilustrado, Cinéfilo, Jacto, Ilustração Portuguesa, Mulher/Modas & Bordados e Joaninha*. O título *O Século* acabou por ser adquirido pela empresa AFINCO-Sociedade Editora de Publicações, SARL, ligada ao Grupo Espírito Santo. Esta aquisição terá partido de uma sugestão dada ao referido grupo por Franco Nogueira antigo biografo e ministro de Salazar (Cfr. Alejandro Pizarro Quintero, *História da Imprensa*...p. 371) . A 2ª. Série do Jornal iniciou-se em Abril de 1986, sob a direcção de Jaime Nogueira Pinto (até 11/1/1988), a que sucedeu Alves Fernandes como director interino (12/1/1988 a 11/10/1988), substituido depois por Artur Albarram (12/10/1988). O aparecimento de novo d`*O Século* aumentou ainda mais os equívocos em torno do promotor da Colónia/Feira.

[478] Fernando da Luz Rodrigues da Silva, devido a este facto, manteve-se à frente da Colónia Balnear como seu director. Apenas em 1993 foi exonerado (cfr. *Feira Popular*, Out/Nov/Dez. 1993, pág.24).

[479] Em 1984,a Comissão Liquidatária, presidida por Fernando L. R. da Silva, apontara duas alternativas possiveis:

a) a criação de uma Fundação, denominada João Pereira da Rosa.

b) A criação de uma empresa pública.

Em Maio de 1985, acabou por propor um projecto de Resolução do Conselho de Ministros sobre a Extinção da EPJS, no qual a Colónia/Feira seriam adquiridos e integrados na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Nenhuma destas alternativas foi aceite, optando por manter tudo na mesma indefinição.

[480] Dec-Lei Nº. 123/86, de 31 de Maio

[481] Despacho publicado no D. R. -II Série, de 16/8/1986 (ver também o Despacho de 12/3/1986).

Na década de noventa, quando as exigências de modernidade começaram a surgir de forma mais premente, nomeadamente em termos de espaços de diversão, a clarificação do estatuto da Feira começa a ser colocada com maior insistência.

Pela parte do Estado, nenhuma resolução era efectivamente tomada para ultrapassar o impasse em que se havia caído. A DGCS é extinta em 1992[482], numa altura que os feirantes procuram assumir a posse da Feira, substituindo o Estado. O envolvimento partidário na Feira adquire então certa visibilidade pública, sem que todavia se possa afirmar que anteriormente alguma vez tivesse sido menor[483].

Recuperando uma velha ideia, em Setembro de 1996, volta a ressurgir o projecto de criação de uma Fundação para gerir a Colónia e explorar a Feira. Procura-se assim criar a figura de um promotor, a partir da aglotinação de interesses muito divergentes. Entre os seus potenciais fundadores são apontados para além do Governo, as câmaras municipais de Lisboa e Cascais[484]. Mais modestamente, em Abril de 1998, a Fundação *O Século* que é entretanto criada não passa de um conjunto de vago intenções[485], suscitando os protestos de uns[486], a indiferença de outros[487], mas concitando já apoios relevantes para as suas campanhas de angariação de fundos[488].

Ao longo deste percurso, ainda exploratório, sobre a formação e evolução das entidades promotoras da Feira, acabamos por constatar que o que ainda hoje a mantém não é mais do que um **nome.** Uma mera referência histórica que nos remete para um passado onde este modelo de diversão emergiu e constituia, como veremos, uma das suas melhores expressões. Apesar do seu carácter evanescente, é a este nome que muitos

---

[482] A DGCS foi substituida pelo Gabiente de Apoio à Imprensa (GAI), por sua vez transformado em 1996 no Instituto de Comunicação Social

[483] A intervenção das forças políticas na Feira, após o 25/4/1974, passou a revestir-se de formas muito mais complexas do que as anteriores. Paralelamente ao Governo, que controla em termos político-administrativos a Feira, as diversas forças partidárias interna ou externamente não tem deixado de se apropriarem deste recinto de diversões para o pôr ao serviço das suas estratégias de poder.

A forma mais elementar de todas é a da instalação de um "stand" de propganda. Uns conseguem outros não. Em 1975, o PCP montou nela um conhecido "stand" das edições "Avante!". Em contrapartida, em 1977, o CDS vê negada esta possibilidade por alegada falta de espaço.

As maneiras mais rentáveis estão todavia ao serviço do partido do Governo. Na Feira há 22 anos que distribuiem entre os seus militantes cargos obviamente remunerados. A imprensa nos últimos anos salientou a nomeações para para a CD de dirigentes partidários (João Luis Gonçalves em 1995) ou de um antigo deputado (Rodolfo Crespo em 1996). Mas a forma menos evidente, mas não menos lucrativa tem residido na instrumentalização da própria Feira, pondo-a ao serviço de iniciativas partidárias. Nesta capítulo os apoios "em géneros" são muito variados, indo desde a simples oferta de divertimentos, almoços até os alojamentos na Colónia para reuniões partidárias ou campanhas presidênciais custeadas pelos feirantes ou suportadas pela própria Colónia.

Esta intervenção das instâncias governamentais ou partidárias, foi também estimulada pelo próprios feirantes. A mais conhecida, como veremos, será conduzida pelo Presidente da Associação de Feirantes José Marques (1988-1998), quando tentou "aliciar" o partido do Governo a conceder a Feira aos Feirantes.

[484] *Expresso*, *7/9*/1996.

[485] Numa primeira fase, de acordo com o planeado, apenas integrará personalidades convidadas, mas numa segunda fase, será a vez de chamar as instituições e os próprios feirantes. Declarações de Rudolfo Crespo, *Público* 7/4/98.

[486] Os feirantes acusavam a Comissão Directiva da Feira, presidida por Rudolfo Crespo, de ter criado a Fundação sem os ter ouvido (Cfr. Público, 7/4/98. Local-Lisboa). Mais uma, vez temiam que estivesse em acção um plano para os retirar da Feira.

[487] Como seria de esperar, as principais entidades propostas mostram-se indiferentes perante o projecto. O vazio institucional era a única certeza.

[488] Ao longo de 1998, a esposa do Presidente da República, Jorge Sampaio, participou activamente em duas importantes iniciativas de recolha de fundos para esta Fundação.

dos actuais actores da Feira recorrem para legitimarem a sua continuidade em ordem à sobrevivência dos seus interesses.

3.2. Administração da Feira

A primeira Comissão da Feira, é anunciada a 4 de Abril de 1943[489], reúne um conjunto de personalidades que não coincidem depois com aquelas que a 10 de Junho são apontados como os seus realizadores[490]. Ficou claro que os primeiros haviam sido usados para promoverem o arranque do evento. Em 1944, faz-se já uma distinção entre a Comissão de Honra e da Comissão Executiva. Nas edições posteriores e até 1947, nesta última, surge sempre **Carlos Alberto,** como diretor da Feira e **Joaquim Pavão.** Os restantes membros que são indicados tinham todos áreas específicas de intervenção. Atendendo ao carácter precário da Feira, os serviços administrativos eram assegurados pela SNT.

As Feiras de 1949 e 1950, realizadas pelo Governo Civil de Lisboa, eram coordenadas diretamente pelo seu governador, **Mário Madeira.** Os serviços administrativos eram igualmente assegurados por esta entidade, com a colaboração das esquadras da PSP do distrito.

Entre 1951 e 1956, devido à maior envergadura destas Feiras, *O Século* viu-se obrigada montar nela um pequeno "escritório"[491]. O núcleo principal de funcionários pertencia contudo à SNT, sendo os restantes recrutados temporariamente. A Comissão Executiva que é sucessivamente publicitada, era composta Carlos Alberto (Diretor da Colónia e da Feira), Joaquim Pavão (Administrador da Feira), Jorge Segurado (arquiteto) e Gustavo Matos Sequeira (redator d`*O Século* e olisipógrafo). Todos administradores, funcionários ou colaboradores da SNT.

Nos anos sessenta, a SNT, apesar do carácter precário da Feira em Entre Campos, a SNT não deixa de investir na criação de estruturas fixas que só podiam ser rentabilizadas em vários anos. Esse facto motivou o reforço do número de funcionários envolvidos na sua organização. Esta é todavia mantida no mínimo indispensável, dada a incerteza quanto ao seu futuro. O essencial da administração corrente continuava a ser

[489] A primeira comissão era constituída por o eng, Agrónomo **Vasco Maria Eugénio de Almeida** (Conde de Vill`Alva), Dr. **António Caetano** (Jornalista, trabalhou também nas Compª.Reunidas de Gás e Electricidade), **Roque da Fonseca** (presidente da Associação Comercial de Lisboa), Eng.Carlos Santos, Dr. **Campos Figueiredo** (advogado, gerente da Soc. Avenida Parque, presidente da Tobis), Arq. **Adelino Nunes**, **Carlos Alberto Pereira Rosa** (Director da Colónia Balnear), **Matos Sequeira** e **Leitão de Barros**

[490] Nesta altura deixam de ser mencionados António Caetano, Roque da Fonseca, Campos Figueira, Adelino Antunes, passando agora a ser referidos **Mimon Anahory** e **Joaquim Pavão**. S., 11/6/43.

[491] Em 1953 será nomeado como Tesoureiro, Alfredo Dias, ainda hoje membro da Comissão Directiva da Feira.

assegurada pelos serviços da SNT. A direção continua a ser atribuída a Carlos Alberto e quando abandona a SNT, em Dezembro de 1965, é substituído por Joaquim Pavão, que passa a ser apontado como o novo diretor. No princípio dos anos 70, a direção da administração estava já confiada a Henrique Segurado Pavão[492]. As famílias "Rosa" e "Pavão" continuam a dominar na administração da SNT e na Feira.

Após 1974, na Feira, o panorama altera-se profundamente. Face ao crescente colapso da SNT, começa a surgir por razões de sobrevivência uma administração cada vez mais autónoma. Neste ano, por proposta da Comissão de Trabalhadores da SNT, é sancionada pela Administração da empresa a nomeação para uma Comissão Diretiva da Feira de três trabalhadores que há muito nela exerciam as suas funções[493]. À medida que a situação da SNT se detiora, a única esperança de emprego destes elementos reside na consolidação da Feira[494] como uma realidade autónoma. Neste sentido, procuram ampliar a sua actividade ou admitir novos colaboradores[495]para criarem uma nova organização que substituísse a SNT. Na Colónia, a situação seguia idêntico rumo.

Após a extinção da EPJS, em 1979, manteve-se como vimos, a questão incontornável da Feira e da Colónia. Neste ano, durante as eleições autárquicas, quer o presidente da CML em exercício, Aquilino Ribeiro Machado, quer o principal candidato que as venceria, Kruz Abecassis, manifestam-se dispostos a acabar com a Feira em Entre Campos e a apoiarem a abertura de um novo parque de diversões na cidade. Nos bastidores, o então Secretário de Estado da Comunicação Social, incita também os feirantes a organizarem-se sob a forma de uma Associação. Este, segundo os feirantes, ter-lhes-ia prometido que fariam parte da sua organização. O que acabou por lhes ser recusado pela CML[496]. O encerramento da Feira ou da Colónia estava também fora de questão por qualquer das entidades, enquanto não houvesse alternativas de diversão semelhantes.

A nomeação da nova Comissão Diretiva (CD) da Feira e da Colónia, em 1980[497], coube à **Comissão Liquidatária da EPJS** e à **Secretaria de Estado da Comunicação Social**[498]. Esta, entre 1981 e 1984, procura com grande eficiência, não apenas pôr fins aos prejuízos que a Feira vinha a acumular, mas procede também à reorganização do seu funcionamento e animação interna de modo a poder ser uma alternativa ao próprio Luna Parque. Em fins de 1980, os feirantes, arredados pela CML deste projeto, apoiam ativamente a nova CD como a sua única "tábua de salvação". Face às melhorias e

[492] Adjunto do conselho de administração d´*O Seculo.*

[493] Eram eles Alfredo Dias (antigo tesoureiro da Feira), João Luis Ventura (escriturário de contabilidade há anos destacado na Feira) e João Carola (electricista especializado).

[494] O Conselho de Administração d`*O Século*, por Despacho de 17/76, confirmava a nomeação desta Comissão Administrativa da Feira.

[495] Em 1977, passa a colaborar com esta Comissão Administrativa José Castro Caldas, o qual se assume já como presidente em 1979.

[496] O acto contitutivo da Associação de Feirantes contou com a presença do Secretário de Estado da Comunicação Social, Sousa Brito, o qual terá alegadamente feito por esta altura a referida promessa (Cfr. Entrevista com o seu presidente, in *O Jornal*, 16/4/1982. A questão se houve ou não uma promessa e em que termos, será objecto, em Março de 1981, de uma interpelação no Parlamento do então deputado da PSDI, Magalhães Mota.

[497] É neste contexto que se define o modelo da sua gestão integrada da Feira e da Colónia , embora com carácter transitório. Despacho 38/80 de 18/3/1980 do Secretário de Estado da Comunicação Social.

[498] Em Março de 1980 são nomeados por indicação da Comissão Liquidatária os seguintes elementos: Contreiras Leão e depois em Julho, Raul Hermenegildo Alves Luis Fernandes (Relações públicas da TAP); Pela Secretaria de Estado da Comunicação Social, Manuel da Costa Figueira, como presidente (Despacho do Ministro da Comunicação Social, datado de 19/3/1980), o qual não tarda a ser substituído por João Filipe Salvado (nomeado a 16/4/1984, Despacho do Sec. Estado da Com. Social, Luís Fontoura).

investimentos entretanto efetuados, em 1981, o protagonista desta Acão, Contreiras Leão, afirmava:

"Este ano, melhoramos visivelmente a Feira Popular, se quiserem acabar com ela já ninguém poderá usar o argumento de que é má"[499].

No ano seguinte, a CD antecedia a abertura da Feira para 2 de Abril. Em simultâneo, organizava um vasto programa de animação, que incluiu, por exemplo, a realização no Campo Pequeno de um concerto de música Rock e terminou com as comemorações do S. Martinho, numa transmissão em direto pela RTP[500]. Desta forma, procurou não apenas reduzir o impacto público do início das obras do Luna Parque pela CML, mas também as inevitáveis ligações entre a Feira e as alienações do património da SNT que ocorrem neste ano.

Esta e outras ações implicaram o reforço da organização interna da Feira, nomeadamente dos seus serviços de **relações públicas e publicidade.** Para tal, são admitidos novos trabalhadores com carácter permanente. A Feira e a Colónia, com uma organização própria, passavam a manifestar uma lógica de funcionamento diversa das orientações da tutela[501]. A Comissão Liquidatária queixa-se superiormente que a CD não lhe dá conhecimento das suas decisões e de estar a exorbitar das suas funções administrativas, como admitir mais pessoal e envolver-se em negócios polémicos[502]. Em 1984, acabou por lhe instaurar um processo judicial por ter atribuído subsídios a entidades externas à Feira com verbas provenientes das suas receitas, sem dar do facto conhecimento superior[503].

Face a esta evolução, em 1984, é reformulado o modelo da CD[504], assim como nomeados novos membros[505]. A nova CD pressionada pelos interesses instalados que encontra na Feira e na Colónia, não tarda a envolver-se num esforço de rentabilização das mesmas, pretendendo agora garantir uma actividade contínua ao longo do ano. Pertence-lhe a iniciativa da criação da **Brincolândia**. Uma intensa a**nimação da Feira** é então despoletada, por forma a compensar a ausência de investimentos reais em infraestruturas e divertimentos. A lógica da sobrevivência da Feira em Entre Campos continua a ser o único fio condutor desta administração. Nela trabalhavam já, com vínculos laborais muito diversificados, milhares de pessoas ao longo do ano. Esta era outra realidade incontornável.

Procurando ultrapassar as sucessivas disfunções em Agosto de 1986, sendo redefinidos os poderes da CD, esta passou a ser designada pelo Diretor-geral da

[499] *A Capital*, 22/7/1981

[500] O concerto com a participção do Banda UHF, então muito popular entre os jovens, ocorreu no dia 27/5/1982. As comemorações do S. Martinho que foram televisionadas aconteceram no dia 3/11/1982.

[501] Raul Alves Fernandes (ou de Castro ?), em Setembro de 1984, continuava a ser tratado como Director (da Feira?), sendo-lhe mesmo encomendado um estudo sobre a Brincolândia.

[502] Em 1984 um grupo de Feirantes e Expositores fazem uma exposição ao Scretário de Estado da Comunicação Social, denunciando a falta de transparência no processo de adjudicação de um pavilhão destinado à Exposição e Comércio de móveis.

[503] A Comissão Liquidatária, a 22 de Outubro de 1984, com base num Despacho de 17/10/1984 do secretário de Estado Adjunto do Ministro da Comunicação Social, exarado na Informação 49/84, de 15/10/1984, participou à polícia Judiciária contra Raul Alves Fernando e Contreiras Leão pelo facto de terem atribuído um subsídio à Casa da Imprensa sem a devida autorização.

[504] Neste ano procedeu-se a uma nova reformulação do modelo de gestão da CD, através do Despacho do Secretário de Estado Adjunto do Ministro de Estado, José Anselmo Dias Rodrigues, publicado no D.R, nº. 268, de 19/11/1984. Procurou-se estreitar a ligação entre a CD e a Comissão Liquidatária, impondo que um dos seus membros fosse o presidente da CD.

[505] Hernani de Carvalho Moraes de Castro (Presidente), Fernando Manuel Alves da Cruz Garcia e Carlos Manuel Pereira Léria (tomou posse a 13/11/ 1984, como vogal).

Comunicação Social[506]. É então nomeada uma nova CD[507] que veio a ter uma vida igualmente turbulenta como a anterior. Num dos períodos de maior confusão, em 1989, os Feirantes encerram mesmo a Feira por um dia. Ninguém parecia entender-se. Todos lutam agora pela sua sobrevivência e dessa forma, pela continuidade da Feira e da Colónia.

Em 1990 é nomeada uma nova CD, na qual os feirantes passam a ter, pela primeira vez, um representante[508]. Aparentemente alguns dos conflitos desapareceram. As indecisões todavia permaneciam quanto ao futuro da Feira e da Colónia.

Em Dezembro de 1992, era nomeada uma nova CD[509], cuja presidente anuncia pouco depois à comunicação social que estava iminente a mudança da Feira. Desta forma, a CD retoma um certo protagonismo que havia perdido em anos anteriores. Em Março de 1994, propunha-se transferi-la já em 1995, para os terrenos contíguos à Expo98[510]. A única medida concreta parece ter sido certa reanimação da Colónia, a única razão plausível para legitimar a realização da Feira naquelas condições.

O problema de fundo - a ausência de uma definição quanto ao futuro da Feira e da Colónia- mantinha-se. Era suposto que com a subida ao poder do Partido Socialista, em Outubro de 1995, as organizações de solidariedade social passariam a ter novos apoios no Estado. A nova CD então nomeada[511], não desilude as expectativas. O seu

---

[506] Despacho 31/7/1986. D.R. 2ª. Série, de 16 de Agosto de 1986. O número de membros da CD continuava a ser de 3 membros.

[507] Nesta altura é nomeada uma nova CD composta por Júlio César Pereira (presidente), Fernando Coelho de Melo, José Garcia dos Santos e Marques de Freitas (vogais). Despacho nº. 10, de 31/7/1986, do Subsecretário de Estado Adjunto do Mnistro Adjunto e Para os Asuntos Parlamentares.

[508] A CD nomeada a 30/1/1990, era composta por Maria José da Cunha Policarpo da Silva (presidente), e Fernando da Luz Rodrigues da Silva e José Figueira Marques (representante dos feirantes). A composição do CD passara para 4 membros, por Despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Juventude (D.R.-IIª-. Série, nº. 11, de 3/1/1990). Devido a alterações entretanto ocorridas na Associação de Feirantes, José Marques é substituído por José Manuel Menezes (20/6/1990) e este depois por Francisco Domingos R. Nogueira Leite (5/6/1991).

Fernando L. R. da Silva é entretanto exonerado do cargo de vogal da CD, por Despacho datado de 27/9/1993, com efeitos a partir de 1/10/1993.

[509] A CD que foi nomeada a 23/12/1992 era composta por Teresa Nunes Seixas (presidente), F. D. R. Nogueira Leite e José F.Marques. Posteriormente juntou-se-lhes:

-João Luis Alves Gonçalves (30/4/1995, cfr. D.R.-IIº. Série, de 13/4/1995). Era Secretário-Geral da Juventude Social Democrática, foi nomeado pelo Ministro Marques Mendes, então Vice-Presidente do PSD. Para o jornal *O Independente* a nomeação prendia-se com a necessidade de reforçar o apoio à transferência da Feira para os feirantes, anunciada para Outubro desse ano (*O Independente*, 5/5/1995). A Feira atingia com este processo a sua mais evidente partidarização dos seus orgãos directivos.

- João Vaz Freixo (30/4/1995, contemplado no Despacho de nomeação anterior.

Para dar cobertura a estas nomeações, o número de membros do CD foi alargado para 5 (D.R-IIª. Série, de 13/4/1995). Teresa Nunes era também directora do Gabinete de Apoio à Imprensa (GAI), que em 1992, substituiu a Direcção-Geral de Comunicação Social. Foi directora financeira da extinta agência noticiosa de Portugal, e em 1994, foi nomeada também para o Conselho Geral da Agência de Noticias Lusa.

[510] Cfr. *Feira Popular de Lisboa pelo último ano em Entre Campos*., in, *Jornal de Notícias- Suplemento Grande Lisboa*. Porto. Março de 1994.

[511] A CD foi nomeada pelo Despacho do Sec. Estado de Comunicação Social, de 28/2/1996 (D.R.- II ª. Série, Nº.61, de 12/3/1996), sendo composta pelos seguintes elementos: Rodolfo Alexandrino Susano Crespo (Presidente), Maria Custódia Bárbara, Fernando Costa, Alexandre de Jesus Serra. Por Despacho do mesmo secretário de Estado, o número dos seus membros passou a ser de 6, tendo o presidente voto de qualidade (D.R.-IIª. Série, Nº.61, de 12/3/1996) .

presidente[512], após tecer duras críticas à gestão anterior[513], recupera a velha ideia de criar uma Fundação. A Fundação *O Século*, assim designada, tem como objetivo prosseguir a obra social da Colónia, e, consequentemente, administrar o seu património, no qual se incluía a exploração da Feira. Esta aparece assim subordinada à Colónia, a sua razão de ser. Os feirantes sentem que se a Colónia se separar da Feira ficam então sem legitimidade para prosseguirem em Entre Campos. Protestam. Após uma longa fase de negociações, a Fundação *O Século* é formalmente criada em 1998[514], integrando como curador um feirante. Na prática nada mudou, excepto a importância acrescida que passou a ser dada à Colónia e o aparecimento de figuras públicas nas campanhas da angariação de fundos, agora destinados à Fundação[515].

Paralelamente, foram-se avolumando os encargos fixos. A Feira povoa-se de construções que são tudo menos precárias. As teias de interesses, públicos ou ocultos, continuam a ditar o único objetivo da gestão possível, a sobrevivência[516].

3.3. Feirantes

[512] Natural de Nova Lisboa, Angola, licenciado em Letras pela Sorbonne, em Paris, director de hotel em França, regressado a Portugal depois do 25 de Abril de 1974, chegou a deputado da Assembleia da República pelo Partido Socialista. cfr. *Expresso,* 7 de Setembro de 1996.

[513] As críticas que Rodolfo Crespo fez então e que constam do Relatório de Contas referente a 1996. Em síntese, afirma-se nele que tudo era gerido de forma não planeada, sem procedimentos nornalizados. Dominava o improviso e o facto consumado. A estrutura de custos não estva optimizada.Quanto à **Feira** regista que o único objectivo era ocupar comercialmente todas as áreas disponíveis, sem atender ao público, nem a uma lógica de funcionamento como um todo. Abundavam as edificações precárias. Propoem-se então introduzir na Feira o elemento "água". Melhorar o ambiente global e "reordenar e redecorar" o recinto na "traça da tradição alfacinha". Sobre a **Colónia,** o retrato era sensivelmente o mesmo: A degradação das instalações (telhados, janelas, aquecimento, mobiliário, sanitários, etc) era elevadíssima. O funcionamento da mesma não tinha qualquer enquadramento superior. Afirma que a sua utilização era mínima. Propoem-se realizar para além de obras urgentes, explorá-la noutras épocas do ano, transformando-a numa unidade de características hoteleiras.

[514] A Fundação *O Século*, apareceu ao público, tendo os seguintes curadores: Rodolfo Crespo (presidente), Custódio Fernandes, Alfredo Dias (Tesoureiro), Fernando Pádua, Baptista Bastos, Alexandre de Oliveira, Reis Marques e Emanuel Martins. Cfr. *A Feira do Século* - Fundação O Século, Maio/Junho de 1998. Lisboa).

[515] *A Feira do Século*- Fundação " O Século", Julho/Agosto de 1998.

[516] As formas de poder oculto na Feira são múltiplas. Umas ligadas à posse de divertimentos ou restaurantes, ou apenas ao espaço físico, outras a teias familiares que há muito nela estão instaladas, dominando áreas cruciais de decisão. Um caso paradigmático desta última situação é o do actual secretário-seral da CD, Alfredo Augusto Dias. Entrou para *O Século* em 1938. Desempenhou sucessivamente funções de tesoureiro e secretário-geral nesta Feira entre 1953 e 1956. Voltou a exercer este cargo desde 1961 até ao presente (cfr. *Revista da FPL*, Nº5, Out-Dez.1993, p.9). Entre 1974 e 1979 foi membro da CD da Feira. Desempenha igualmente cargos na Associação de Feirantes, controla todo o arquivo da Feira, etc. A sua esposa, Maria José Brilhante Dias (já falecida), foi igualmente dirigente da Colónia Balnear Infantil, coordenando os serviços de apoio (Cfr. *Boletim Informativo da FPL*, nº2, Agosto de 1995). Um dos seus filhos, João Dias, é director dos serviços administrativos da Feira. O seu irmão foi o rsponsável pelos serviços de segurança. etc.

A Feira de 1943, para além dos expositores, na sua maioria empresas ou instituições particulares, era constituída essencialmente por feirantes errantes. Ciclicamente percorriam as mesmas feiras, com as mesmas atrações, divertimentos ou barracas, eventualmente com algumas novidades. A Feira de Palhavã era mais uma oportunidade de negócio. O que acontecia na Feira não era muito diferente do que ocorria no dia-a-dia da cidade. Por todo o lado, havia um próspero comércio ambulante e um sem número de profissões itinerantes que asseguravam muitas das necessidades essenciais da população[517].

Nas edições posteriores da Feira, em Palhavã, estes feirantes ambulantes vão perdendo terreno a favor dos "stands" das empresas, nomeadamente de "artigos para o lar", mas também das entidades oficiais ou representações estrangeiras, ou mesmo para os pequenos feirantes que aqui haviam conquistado o seu espaço.

A feira que se inaugura em 1961, conta entre os seus feirantes, muitos dos que haviam participado na Feira de Palhavã. Uns manifestam já uma dimensão monopolista, sobretudo nos divertimentos[518]; outros, afirmam-se por se terem tornado pontos de referência obrigatórios da "imagem" da Feira, como era caso do "**Rei das Panelas**", "**Comboio Fantasma**", **"Poço da Morte",** "**Café de Pretos**", "**Três Irmãos das Farturas**"[519],"**Óh Hipólito"**[520] ou a **"Tricana"**[521]**.** Outros atingiram este estatuto por serem casos de sucesso público, por coisas tão simples como reeditarem velhos "truques"[522]. Por uma razão ou outra, têm um lugar obrigatório na Feira. Todos disputam um espaço limitado, onde as construções precárias se vão transformando em permanentes. Nesta luta que envolve feirantes e expositores, todos procuram fazer valer direitos de antiguidade ou primazia sobre quem chega. A continuidade no local torna-se

[517] Para uma visão desta rede de profissões errantes nos anos quarenta, consultar Alfredo Augusto Lopes, *Vendedores...*). Guilherme Felgueiras (*Comércio...) procurou* descobrir nelas genealogias, como o "fotógrafo à la minuta" e o "fotografo barraqueiro". Manuel Mendes (O*s Oficios...),* retrata-nos de forma muito viva a animação que provocavam nas ruas, cujo melhor exemplo, eram os saltibancos.

[518] Um exemplo desta situação é a **Sociedade Lusitana de Atracções** que tem vindo a adquirir uma dimensão monopolista na própria feira. Foi fundada em 1943, por Luis Oliveira, José Henriques e José Firmino Henriques, na sequência da experiência do Parque de Atracções na Exposição do Mundo Português. Pertence-lhe o divertimento que constituíu o actual símbolo da Feira, a "Roda Panorâmica". Ainda na Feira, dois dos actuais proprietários, Luís de Oliveira, Alexandre e Mário Rui Oliveira, possuem ainda outra empresa, a Luso-Parque que explora diversos divertimentos, e em Braga a Bracalândia.

[519] O fabrico das farturas terá começado por volta de 1894, no princípio do século é já uma presença obrigatória nas feiras de diversão lisboetas. Na Feira de Palhavã, três irmãos (Jorge, Júlio e Artur, herdeiros da tradição familiar) possuía cada um, a sua barraca de farturas. Dada a exiguidade do espaço na Feira de Entre Campos, reuniram-se numa única casa, dando assim origem à actual designação do estabelecimento.

[520] Celebrizado pelas suas sardinhas, à semelhança de outras firmas, tem vindo a ocupar novos espaços, explorando novas áreas de negócio. Assim, temos hoje o restaurante, os Jogos, a tasca, tudo sob a mesma designação *Oh! Hipolito.*

[521] A proprietária do restaurante Tricana, Celeste Campos (sócia nº. 1 da Associação dos Feirantes), natural de Barcelos, veio para Lisboa, em 1943, vender loiça e claro os conhecidos "galos", tudo o que já vendia no Norte. Montou a sua barraca na Feira. Tinha então 19 anos e estava grávida de um rapaz que ia "às sortes" nesse mesmo ano. O menos esperado aconteceu, dando à luz um criança na própria Feira. Mais tarde dirá que foi o local escolhido, pois "naquele tempo dizia-se que trocavam as crianças na maternidade". Cfr.*Expresso*, 7/9/1996. "Dois dias depois já a mãe estava na Barraca de Loiça de Barcelos" (S.,20/7/1945). O acontecimento foi largamente noticiado pelos jornais do tempo, dois dedicaram-lhe a primeira página. Foram padrinhos do petiz Maria Augusta Araújo da Silva e Joaquim Pavão, membro da Comissão Executiva.

[522] Um caso paradigmático dos divertimentos baseados em "truques" de Guilherme Santos (Cfr. *Revista da FPL*, nº7, Abril/Maio de 1994).

um trunfo fundamental na negociação de novas concessões, estimulando assim a fixação da actividade de feirante[523].

Entre os edifícios construídos de raiz, dois sobressaiam, logo em 1961, pelas suas dimensões e importância que lhes foi conferida, o Cinema da Feira Popular (**Cineteatro Vasco Santana**) e a **Discoteca Bégam**.

O cinema foi edificado por Mário Júlio Costa e Domingos Sousa Rolão, ficando todavia *O Século* perante a CML como o seu único responsável[524]. Desta forma, o município procurou evitar o aparecimento de novos interlocutores, num evento a que queria atribuir uma natureza efémera. Os resultados da sua exploração como cinema foram desde logo desastrosos. Alegando a necessidade de compensarem os investimentos que haviam feito, os proprietários solicitaram que o mesmo pudesse ser alugado a outras entidades, no período entre Outubro e Maio, época em que a Feira estava fechada[525]. Em 1964, já o ocupa a Companhia **Teatro Estúdio de Lisboa**, fundado neste ano por Helena Félix e Luzia Maria Martins. Apesar da qualidade das peças, os resultados de bilheteira foram também catastróficos, acumulando-se as dívidas[526]. Em 1968 esteve mesmo em risco de fechar, valendo-lhe um movimento de solidariedade na imprensa[527]. Os problemas pouco melhoraram nos anos seguintes, vivendo a companhia numa verdadeira agonia por volta de 1974.

A Discoteca Bégan foi um projeto assumido pela própria SNT, dado que não foi encontrada nenhuma entidade interessada no negócio. Concessionada à Casa Lord[528], os resultados da sua exploração revelaram-se igualmente deficitários. A discoteca estava desfasada do novo público da Feira. Acabou por ser abandonada pelos concessionários e pelos próprios promotores.

A seguir ao 25 de Abril de 1974, os feirantes sentem-se cada vez mais entregues a si próprios. Assumem-se rapidamente como os únicos interessados na sua continuidade.

O primeiro conflito que têm que enfrentar é com o comércio citadino. O problema não era novo, já ocorrera em 1967[529], mas agora ressurgia com grande impacto na opinião pública. A 25 de Maio de 1974, a União dos Grémios Logistas de

---

[523] Fenómeno revelará toda a sua importância depois do 25 de Abril de 1974, quando se começa a constatar que maior a parte do espaço da Feira é ocupado por um número reduzido de empresas de diversão com dimensão nacional, que como iremos ver, exercem um controlo efectivo sobre os restantes feirantes, mais modestos em termos de recursos.

[524] Ofício da CML, nº 7.216/F/2ª. -Repartição do Património e Aposentações, datado de 24/11/1960. A CML fixou desde logo que 7,5% das suas receitas de bilheteira reverteriam para os cofres da Caixa de Previdência dos seus trabalhadores.

[525] Entre Novembro de 1961 e Março de 1962, a RTP, foi a primeira entidade a explorar o recinto para outras actividades, realizando aí vários programas televisivos.

[526] Para além das dificuldades económicas outras se colocaram, nomeadamente as que se prendiam com a acção da censura. Em carta dirigida a Guilherme Pereira Rosa, datada de 27/11/1967, para além da falta de subsídios da FCG e do Fundo de Teatro, Helena Félix queixa-se que as dificuldades haviam, sido agravadas devido à censura: " Estivemos à espera de autorização, nos serviços de censura, duas peças perto de cinco meses. Quando veio o parecer era negativo. Isto obrigou a Companhia, para não fechar as portas, a manter em cena, com prejuízo, a peça *"Bocage- Alma sem Mundo*".

[527] Cfr. *Diário Popular*, 27/7/1968, refere apenas a falta do pagamento das contas da eletricidade, no entanto a dívida acumulada, atingia os 57.402$40. A companhia empregava então cerca de 30 pessoas.

[528] Sediada na Rua Victor Córdon, em Lisboa

[529] Em 1967, o Grémio Concelhio dos Comerciantes de Artigos de TSF e Musicais de Lisboa, reuniu-se com Joaquim Pavão (administrador da Feira). Protestou o mesmo, em nome dos seus associados, contra as vendas na Feira. Os pavilhões no seu entender apenas deveriam promover produtos, não vendê-los. O que faziam era uma concorrência desleal, dado que não respeitavam horários, dias de descanso, preços mínimos, nem outras exigências a que estes estavam obrigados.

Lisboa[530], numa reunião dos seus associados do ramo do comércio de eletrodomésticos, decide opor-se às vendas destes artigos na Feira[531]. Foi então deliberado solicitar ao governo que não apenas proibisse a venda deste material na feira, mas também de mobiliário e seus derivados. A questão estava longe de ter acabado. No dia da abertura da Feira, a 1 de Junho, dois comerciantes "contrariamente ao que havia sido acordado pela classe"[532], aparecem com eletrodomésticos em exposição para venda. Neste dia, uma "multidão" cerca um dos stands, reclamando o encerramento do mesmo. Os empregados "aparecem, então, munidos de objetos contundentes, tendo sido agredido um dos elementos da Comissão Diretora do Grémio[533]. O que motiva os lojistas protestantes, resumia-se a algo bastante simples: as vendas da Feira assumiram um valor significativo com prejuízo grave para as actividades da maioria dos agremiados que, por evidente falta de espaço, não poderiam estar presentes naquele certame"[534].

A questão foi na altura agudizada pelo aumento da concorrência que passaram a ter os pequenos lojistas, com o crescente número de centros comerciais e dos vendedores ambulantes que pululavam pela cidade[535].

Explorando a confusão instalada na SNT, mas também a paralisia da máquina do Estado, os feirantes resolvem em 1975, prolongar a actividade de restauração nos meses de Inverno, passando a abrir à sexta, sábado e domingo[536]. Ensaiava-se assim a prática da **abertura permanente** que iria ser consagrada dez anos depois.

Os feirantes tomam consciência de que estão a viver uma situação que a qualquer momento pode conduzir ao encerramento da Feira. A CML não pára de pressionar a sua saída. O encerramento d`*O Século* em 1977, e depois a extinção, em 1979, da EPJS, veio tornar a situação ainda mais delicada. Deixava de haver uma entidade que pudesse ser nomeada como responsável pela Feira. A autogestão impõe-se como o único caminho a seguir.

É a partir de então que numa estratégia de sobrevivência, os feirantes começam a envolver-se na promoção da própria Feira na comunicação social. Três anos depois, em Dezembro de 1980, organizam-se numa Associação de Feirantes da FPL[537], inicialmente para se oporem ao projeto da construção de um **Luna Parque** em Lisboa, mas também para terem uma intervenção mais concertada com o Estado.

Procurando afirmar uma posição de grande envolvimento nos destinos da Feira, a Associação passa a conduzir uma série de iniciativas de visam o seu melhoramento e animação. Em 1981, são lançadas, por exemplo, algumas obras que ampliam o espaço

[530] A UGLL integrava 29 actividades diversas, com um total de 12.000 comerciantes. S., 27/7/1974

[531] "Foi então resolvido por unanimidade que fosse vedado a todos os comerciantes do ramo fazerem exposições e vendas dos seus produtos" na Feira Popular. Cfr.S., 30/5/1974. Reunião de Comerciantes de Eletrodomésticos realizada no dia 25 de Maio".

[532] S., 10/6/1974- Comunicado Conjunto da Feira Popular -Eletrodomésticos.

[533] Grémio dos Comerciantes de Material de Eletricidade, Gás, Água, Eletrodomésticos, TSF, Televisão e Artigos musicais de Lisboa.

[534] S., 10/6/1974.

[535] Sobre o assunto, consultar S.,8/8/1974, p. 6 e segs.

[536] A Decisão foi tomada em Plenário de Feirantes, a 12 de Setembro de 1975, realizado no Teatro Vasco Santana..

[537] Cfr. D.R., 3ª. Série, nº.46, de 24/2/1981., p. 2868. A Associação reunia então cerca de 170 sócios dos 200 feirantes então existentes. Foram seus sócios fundadores: Luis Oliveira(sócio nº.1) e o seu filho Alexandre Henriques de Oliveira e Mário Gino Henriques (todos da Sociedade Portuguesa de Atracções), Maria Antonieta A. Varela (Casa das Panelas, já falecida), João José Patrício e Manuel da Silva (ambos do restaurante Tricana), Francisco Jorge Duarte Fernandes e Francisco Madeira Avelar (ambos do 3 Irmãos das Farturas), Adriano da Conceição Amaral (restaurante Lobos do mar, já falecido) e Fernando da Silva (restaurante Triana).

disponível, todavia não alteram de forma substancial o especto degradado envolvente. A única área que visivelmente estava em expansão era a dos restaurantes[538].Era aí que os poucos investimentos mais se faziam sentir.

As tensões entre os feirantes e a Comissão Diretiva nomeada pelo Estado, foram lentamente acumulando-se[539]. A incerteza quanto ao futuro é o único dado adquirido. A 30 de Maio de 1989, ocorre um facto insólito que exprime a conflitualidade latente. Cerca de 270 feirantes encerram, por um dia, a feira, num claro sinal de protesto. O motivo imediato foi a subida dos bilhetes de entrada de 75 para 80 escudos. Mas a questão de fundo, era a degradação geral do recinto. Faltava promoção de espetáculos, as ruas estavam esburacadas, a iluminação inadequada, etc.[540] Procurando ultrapassar a conflitualidade permanente, em 1991, o Secretário de Estado da Comunicação Social, Albino Soares, altera o despacho de nomeação da Comissão Diretiva e determina que houvesse um representante da Associação dos Feirantes naquele órgão.

---

[538] Em 1983 e 1984, quando as entradas para os almoços eram pagas, foram vendidos cerca de 43.000 bilhetes em cada ano.

[539] Ao longo dos anos, foi-se consolidando uma hierarquia entre os feirantes, em grande parte estabelecida em função da antiguidade e a área ocupada. As empresas de divertimentos dado que são as que ocupam maior área, são em regra as que domimam na Feira. Ao longo deste período, foram os grandes proprietários de divertimentos quem liderou os feirantes, assim como a sua Associação.

O primeiro presidente da Direcção, foi **Alexandre Oliveira** que se manteve no cargo **até 18 de Maio de 1988**. Trata-se de um dos sócios das duas maiores empresas de divertimentos do país - Sociedade Portuguesa de Atracções (SPA) e a Luso Parque - as quais ocupam também a maior área na Feira Popular. No plano nacional, a Sociedade esteve na base na fundação, nos anos 40, de outra associação de feirantes ainda existente, a Associação Portuguesa das Empresas de Diversão(APED). Em 1993, assumirá o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Feiraparque, a empresa que se previa vir a assumir a gestão da nova feira e a negociar as indemnizações aos actuais feirantes pela sua saída de Entre Campos.

Sucedeu-lhe **José** Figueiredo **Marques.** Dirigiu a Associação**,** numa primeira fase, entre **Maio de 1988 a 17 de Janeiro de 1996**. Proprietário também de divertimentos, segundo números declarados pelo próprio, possuia em 1992, 60% do espaço de diversão da Feira Popular do Porto e 10% na Feira de Lisboa (cfr. *Jornal de Notícias*, 17/1/1992). Em 1992, estaria igualmente ligado a um projecto gorado de criar um enorme parque de diversões em Odivelas (Loures). Entre 1988(?) e 1994 (?), exerceu o cargo de dirigente da APED. José Marques virá a protagonizar a estratégia de controlo da feira pelos feirantes, secundarizando a Comissão Directiva e hostilizando mesmo a CML. Em 1994 e 1995, serve-se da *Revista* e depois do *Boletim da Feira* para divulgar a luta em que está empenhado na APED, para estabelecer as "rotas" dos divertimentos no país (Cfr.*Revista da FPL* nº6, Jan-Março 1994 e *Boletim da FPL*, Nº3, Set/1995). Durante oito anos protagonizou a nova animação que a Feira conheceu, mas não conseguiu o almejado controlo da Feira pelos feirantes, apesar de o anunciar publicamente em 1992. A sua estratégia assentava na colagem dos feirantes ao partido no Poder (PSD). Durante as eleições de 1991, a 28 de Setembro, os feirantes disponiblizaram gratuitamente os seus divertimentos da Feira para neles andarem os militantes e simptizantes deste Partido. Os resultados foram contudo nulos.

A nova direcção, presidida por **Maria Celeste Gonçalves** que toma posse em Janeiro de 1996**,** é composta apenas por mulheres, ligadas ao sector dos restaurantes. Esta direcção representava antes de mais, uma manifestação de descontentamento por tudo o que se estava a passar na Feira: os encargos para os feirantes subiam todos os anos, as direcções anteriores não paravam de anunciar novos projectos, mas a indecisão quanto ao futuro da mesma permanecia.

A 15 de Setembro de 1997, **José Marques** volta a ganhar as eleições. Em poucos meses vê-se acusado de negócios pouco claros, para além de serem evidentes os problemas de relacionamento político com a nova CD, presidida por um antigo deputado do Partido Socialista. De forma algo brusca parte para Angola, onde pretenderia montar uma Feira Popular em Luanda.

A 3 de Março de 1998, toma posse uma nova direcção presidida por **António Fernandes Dias,** ele também um proprietário de divertimentos.

[540] Cfr. *O Independente*, 2 /6/1989.

A abertura do Eurodisney, em 1992[541], não deixou de se refletir também na Feira. Os feirantes investem sobretudo na sua animação[542], dando-lhe uma nova visibilidade. No ano seguinte passam a editar uma revista promocional[543]

A incontornável questão do vazio da figura do promotor, acaba por impor a necessidade de se pensar a sua substituição. Em 1993, é criada uma sociedade-Feiraparque-Sociedade Portuguesa de Parques de Diversão, SA constituída por feirantes, tendo em vista a futura gestão da Feira e Colónia[544]. Este cenário permitia aos feirantes salvaguardar as suas posições no terreno, nomeadamente em termos de indemnizações[545] e projetaram-se para novos empreendimentos[546]. Após quatro anos de contactos inconclusivos, a Feiraparque acabou por ser extinta em Dezembro de 1997!

Cerca de 50 anos depois de ter sido aberta, os feirantes apresentam hoje, um retrato muito diverso do seu princípio. Na hierarquia da feira, para além da importância que simbolicamente continua a ser atribuído a todos aqueles que passaram pela Feira de Palhavã, ou estão desde o início desta em Entre Campos, quem domina é quem ocupa maior área no recinto. O espaço que resta disponível é exíguo, daí as constantes lutas subterrâneas que se tecem para o ocupar com qualquer actividade. Este processo acabou por conduzir ao seu controlo por um número reduzido de empresas, que em muitos casos, subalugam a outras para explorarem as mais díspares actividades.

Na **área dos divertimentos**, como dissemos, a concentração é aparentemente a maior de todas. Em 1996, por exemplo, a **Luso-Parque**- Construção e Exploração de Parques de Diversão, Lda.[547] e a **Sociedade Lusitana de Atracções,** ambas dos mesmos proprietários, exploravam cerca de 80% da pouco mais de meia centena de divertimentos existentes. **José Marques** explorava cerca de 10%. Poucas firmas, com algum relevo eram de facto independentes, como a do "Poço da Morte"[548]!

---

[541] É curioso constatar que a Associação de Feirantes realizou então visitas de estudo, quer a este parque, quer à Disneylandia, nos EUA, para equocionar a forma a dar ao novo parque de diversões. Segundo o seu presidente, José Marques, os "lagos" e as "zonas verdes" seriam as duas grandes áreas a considerar (cfr. *Revista da FPL*, Set.1993.p.4).

[542] Um dos projectos de infraestruturas custeadas pelos feirantes foi a construção de um grande palco e a cobertura de uma àrea de aproximadamente 2.500 m2, para a realização de espectáculos.

[543] A *Revista da Feira Popular de Lisboa*, surgiu em Abril de 1993. Neste ano foram ainda publicados os números 2 (Maio) e 3 (Sem indicação de mês), 4 (não vi) e 5 (Out/Nov/Dez). Em 1994, surgiram os números 6 (Jan/Fev/Mar), 7(Abril/Maio) e 8 (Jun/Jul/Agosto).

Suspensa a publicação, foi a mesma retomada em 1995, sob a forma de *Boletim Informativos*, dos quais sairam três números: nº. 1 (Março/Julho), nº2 (Agosto) e nº3 (Setembro).

[544] O editorial da Revista da FPL (Setembro de 1993) é claro sobre os propósitos desta sociedade, quando afirma que estaria para breve a gestão da feira pelos feirantes, impondo-se criar uma "mentalidade de grupo". Os próprios Estatutos da Associação foram alterados de forma a contemplarem a futura gestão da Feira pelos feirantes (cfr. *Boletim da FPL*, nº1, Março-Julho de 1995).

[545] Leia-se a entrevista dada à revista da FPL, pelo seu presidente da Feiraparque Alexandre Oliveira (RFPL, Abril/Maio, 1994.p.9).

[546] Nos últimos anos, como referia a *Revista da FPL* (Setembro de 1993) têm sido vários os locais apontados para a localização da nova feira: o concelho de Loures, a Quinta das Conchas (ao Lumiar), a Serra do Monsanto, os terrenos contíguos às avenidas do Brasil e Gago Coutinho e, últimanente, os situados junto à Expo98.Passados estes anos, a feira continua em Entre Campos.

[547] Face a este quadro monopolista, a Luso - Parque, através do sócio-gerente, Alexandre de Oliveira, afirmava à comunicação que realizara também o maior investimento das últimas décadas na Feira, em associação com a empresa canadiana SIMEX, Inc. - especializada em filmes para simulador e efeitos espaciais - ao criar no antigo edificio do "Mundo das Panelas", o "Sea Trek", o divertimento de imersão em realidade virtual entre nós. cfr. Expresso, 7 de Setembro de 1996.

[548] A empresa que explora o "Poço da Morte", há anos que não paga o aluguer dos terrenos. A sua manutenção neste recinto é atribuida à sua importância simbólica.

A situação na **área das comidas e bebidas** era mais confusa, devido à teia de redes familiares e aos múltiplos processos de subaluguer de espaços.

O próprio ciclo anual de renovação da Feira desapareceu. A abertura da época de Feira foi-se prolongando no tempo, até se fixar hoje entre os meses de Março e Outubro. Os restantes meses não tardaram a ser preenchidos. Entre fins de Novembro de 1984 e princípios de Janeiro de 1985, ocorreu a primeira Brincolandia. Depois outras se lhe seguiram, ou outras actividades foram programadas. Os restaurantes desde princípios dos anos oitenta que passaram a funcionar em pleno à hora do almoço, isto durante todo o ano. Todos os conceitos da Feira Popular implantada em Palhavã foram assim subvertidos pela necessidade de rentabilizar o espaço, e dar trabalho a mais de 3000 pessoas ligadas às suas diversas actividades (estimativa com base em dados de 1998).

3.4. CML

Entre os organismos oficiais[549], a CML surge naturalmente como aquele que maiores ligações têm mantido com a Feira. Entre 1943 e 1956, para além das facilidades que lhe concedeu[550], a Feira era para a CML sobretudo um lugar privilegiado de propaganda das suas actividades. Construiu nela um pavilhão próprio onde ocorriam frequentes sessões cinematográficas e se realizavam mais raras exposições documentais.

A situação muda completamente a partir de 1961. Foi com alguma resistência que o seu presidente, Brigadeiro França Borges, autorizou por dois anos a instalação da Feira no antigo Mercado Geral do Gado, que entretanto adquirira à *Companhia União Fabril* (Julho de 1960). Era seu objetivo construir aí uma Central de Camionagem, nunca abrir uma Feira. O poder de influência d`*O Século* impos outros destinos. No entanto, procurou desde logo rentabilizar a ocupação, exigindo várias contrapartidas

[549] Desde o início que diversos organismos oficiais colaboravam activamente na sua realização, como foi o caso, entre outros, do Ministério das Obras Públicas, Ministério das Comunicações, Comissariado do Desemprego, etc.

[550] Dois dias depois do seu anúncio público, o seu presidente, Eng. Rodrigues de Carvalho, afirmava que seriam concedidas facilidades especiais pelo municipio para a sua realização (cfr. S.,13/4/1943).

financeiras que revertiam para a Caixa de Previdência do Pessoal da CML[551]. Pouco depois para autorizar a exploração do Cine-Teatro Vasco Santana, fora do período de funcionamento da Feira, passou a exigir também o pagamento mensal à referida Caixa de uma quantia correspondente a 7,5% de todas as receitas apuradas na sua exploração[552].

Como espaço de propaganda, a Feira deixara de ter qualquer importância para a CML. Curiosamente, já o mesmo não se podia dizer do encontro com a imprensa, à volta de uma mesa, que ocorria todos os anos a pretexto da sua inauguração.

A partir de 1966, a CML para permitir a realização da Feira, exige uma prévia autorização do Ministério das Comunicações, a entidade que era suposto vir a construir a Central de Camionagem, e à qual em Julho de 1967 foram cedidos os terrenos onde esta estava instalada. Por forma a aumentar a pressão para a saída da Feira de Entre Campos, a CML começou a adiar a data em que concede a autorização necessária para a sua abertura.

A fim de aliviar as tensões com a CML, que entretanto vê o projeto da Central de Camionagem ser sucessivamente adiado, *O Século,* em 1973, propõe-lhe "um donativo" suplementar anual de 500.000$00 para que esta distribuísse por instituições de solidariedade social. Oferta que passa a constar, nesse mesmo ano, no rol das contrapartidas exigidas pelo município.

Os terrenos da Feira e toda a zona envolvente não param de valorizar-se com a expansão da cidade pelo planalto. Se a ideia da Central de Camionagem vai sendo abandonada, a questão da recuperação dos terrenos ganha novo alento. A CML procura encontrar novos locais para a instalação da Feira, mas nenhum satisfaz as partes envolvidas[553].

Após o 25 Abril de 1974, a CML sente-se mais à vontade para prosseguir a pressões sobre a Feira. Começa então uma verdadeira batalha nos bastidores entre o município e a administração da Feira.

Em Março de 1975, o novo presidente da CML, impõe abruptamente novas condições para a abertura da Feira, exigindo igualmente que os seus responsáveis se entendessem agora com o Ministério da Educação e Cultura, para que esta não prejudicasse "o funcionamento das aulas e os alunos dos estabelecimentos de ensino" aí existentes[554]. No ano seguinte, o novo presidente determina novos aumentos[555]. Em 1977, exige como contrapartidas 45% das receitas ilíquidas da Feira[556]. A medida levanta um coro de protestos. A CML não tarda a reduzir as suas exigências.

---

[551] Ofício n.7216, de 24/12/1960, da Direcção de Serviços de Finanças -2ª. Repartição Património e Aposentações (originou o Processo nº. 32 882/60, da CML).

[552] Despacho do Presidente da CML, datado de 6/11/1961. A Caixa de Previdência foi criada por Alvará de 14/7/1941.

[553] O presidente da CML Fernando Santos e Castro, aquando da abertura da Feira, a 1/6/1971, refere a dificuldade da CML encontrar um local para instalar a Feira. Meses depois, a 10/10/1970, informa Guilherme Pereira da Rosa que em breve lhe mandaria o projecto e as condições para a cedência da "Quinta dos Lilazes" para a instalação da Feira. **AFPL**

[554] Joaquim Ângelo Caldeira Rodrigues, o novo presidente da Comissão Admnistrativa da CML, impos a 27/3/1975, as seguintes contrapartidas financeiras: 36.560$00, antes da Feira abrir ao público; 500.000$00 depois de encerrar; 1$00 por cada bilhete vendido; 10% sobre o valor do aluguer dos terrenos ou instalações na Feira; a Feira só podia abrir entre 25/4/1975 e 30/9/1975. Exigia-se ainda, como era habitual, a desocupação do recinto até 90 dias após o encerramento da Feira.

[555] Presidente da CML,Coronel Lino José Gois Ferreira, a 26/6/1976, exige agora 1$50 por cada bilhete vendido.

[556] *Diário Popular*, 26/4/1977. Após os protestos o montante é fixado em 4.000 contos.

No final dos anos setenta, eventualmente como compensação para um generalizado sentimento de frustração sentido por largas camadas da população nas suas expectativas de mudança, emerge na sociedade portuguesa a necessidade de encontrar novas formas de diversão. O problema colocou-se com grande acuidade durante as eleições autárquicas de 1979 na cidade de Lisboa. Kruz Abecassis, o candidato que sairá vencedor, promete para Lisboa um novo parque de diversões[557]. Mas será no ano seguinte que o projeto se tornará no símbolo da nova política camarária, revelando à saciedade a profunda ligação entre a gestão camarária e a especulação imobiliária conduzida por particulares. A questão da Feira esteve sempre no centro de uma polémica que durou mais de dez anos.

Nesse ano de 1979, uma empresa privada, Export Trade, propriedade de Félix Naharro Pires[558], concebe a ideia de um "Luna Park". A CML, dirigida por Kruz Abecassis, desde Janeiro de 1980, junta-se ao projeto[559]. Comunica pouco depois à Feira que após a abertura do mesmo, esta seria encerrada[560]. Dado que o Jardim Zoológico possuía uma Quinta capaz de ser nela instalado o referido parque, esta entidade foi aliciada a participar no negócio. No ano seguinte, a 28 de Maio, é constituída a Sociedade Luna Park,Lda onde Félix Pires detém uma posição maioritária, com 70% do capital, a CML 20% e o Jardim Zoológico de Lisboa (Zoo) com apenas 10%.[561] A questão das contrapartidas dadas pelo Zoo e pela CML para entrarem na Sociedade tornam-se durante algum tempo o centro da polémica[562]. Com exceção de Félix Pires, ninguém parece lucrar com o negócio. Seja como for, Kruz Abecassis está eufórico com o Luna Park, atacando de forma violenta a Feira que considera ser uma verdadeira agressão, sob vários aspetos, para a cidade[563]. Dois meses antes das eleições autárquicas,

[557] É curioso constatar que o seu mais directo apoiante na presidência - Pedro Feist - fosse um empresário ligado ao comécio dos brinquedos ...

[558] Félix Naharro Pires terá sido um dos fundadores da Feira das Indústrias de Lourenço Marques (Moçambique). Depois do 25 de Abril de 1974, quando regressa a Portugal exerce durante algum tempo o cargo de presidente da Feira Internacional de Lisboa. Funda em 1977 a Export Trade, uma empresa de importação e exportação que estará no centro da polémica do Luna Park.

[559] Felix Pires afirma que em Janeiro de 1980, a "Exportrade" havia apresentado à CML, "o seu interesse em promover a realização de um grande parque de diversões que funcionasse como importante estrutura de apoio para ocupação dos tempos livres e, simultaneamente, como polo de atracção turistica". Foi esta firma que indicou também ao município como local para a instalação os terrenos do Zoo (Quinta de Santo António, onde eram cultivados alimentos para os animais), D.N., 31/5/1982. O Partido Popular Monarquico terá sido talvez a única força política que se opôs à alienação destes terrenos pelo Zoo (cfr. *Portuga*l *Hoje*, 16/4/1982). Nesta altura, a Exportrade estava envolvida no ramo imobiliário.

[560] Ofício datado de 28/9/1980, assinado por Pedro Feist, presidente substituto da CML e dirigido à Comissão Directiva da Feira Popular de Lisboa.

[561] A escritura notorial data de 28/5/1981, foi publicada no D. R. - IIª. Série, nº. 154, de 8/7/1981.

[562] As contrapartidas dadas pela CML e pelo Zoo para adquirirem as respectivas cotas na Sociedade, nunca foram totalmente clarificadas. Sabe-se apenas que o Zoo cedeu à empresa Expotrade, terrenos com frente para a estrada da Luz, aos quais o município garantiu por sua vez a urbanização. A CML como paga da sua cota cedeu por sua vez, à mesma empresa, dois lotes nas Olaias. Para garantir o empreendimento, o Zoo cedeu ainda a referida Quinta de Santo António, com 9,5 hectares, comprada pela Sociedade por um valor simbólico. A CML comprometeu-se, conforme vimos, a suspender a autorização da abertura da Feira em Entre Campos após a inauguração do Luna Parque. Na Quinta de Santo António, comprometera-se igualmente a infra-estruturar o local (terraplanagem e construção de muros de suporte das terras) . O que realizou com grande aparato mediático em Outubro de 1982. A 17 de Outubro de 1983, suspendeu as obras. Os investimentos efectuados elevavam-se a mais de 300 mil contos (Cfr. *O Semanário*, 5/11/1988). Através desta complicada engenharia financeira, assente essencialmente em contrapartidas da CML e do Zoo, Félix Pires, pretendia reunir o capital e as condições necessárias para arrancar com o projecto. O que nunca veio a acontecer.

[563] Entrevista a *O Jornal*, Maio de 1981.

em 1982, a CML inicia as obras de infraestruturas no terreno cedido pelo Zoo à Sociedade a título de compensação pela sua cota na mesma[564]. Rapidamente se torna claro que, para além do município, ninguém mais investe na construção do Luna Park. O Zoo não tem meios, vive há muito numa difícil situação económica. Félix Pires pouco depois vem a público afirmar que a CML não estava a honrar os seus compromissos. Havia contrapartidas ainda não satisfeitas. Sem um Luna Park para oferecer à população, a CML, compensa-a autorizando a abertura junto ao Mosteiro dos Jerónimos de uma Feira Popular de duvidoso gosto[565].

Em resultado das eleições autárquicas a 12 de Dezembro de 1982, Kruz Abecassis perde o apoio político que lhe permitiria prosseguir no seu polémico negócio[566]. Situação que se agravou nos anos posteriores[567]

Em 1989, o caso tem o desfecho já esperado. Nas eleições autárquicas desse ano, o Secretário-Geral do Partido Socialista, Jorge Sampaio, ganha a presidência da CML. Uma das condições que impõe é a da saída de Felix Pires da Sociedade Luna Park[568]. Este não tarda a reclamar à CML novas indemnizações a título de compensação por um negócio não realizado. A Sociedade Luna Park fica reduzida à CML e ao Zoo, cada com uma cota de 50%. O património reduz-se à referida Quinta de Santo António. A ideia do Luna Park é entretanto abandonada pela nova administração municipal.

O caso estava no entanto longe de ter terminado. Félix Pires é entretanto eleito presidente do Conselho de Administração do Zoo[569], impondo como condição tratar tudo o que diga respeito ao Luna Park[570]. O morto renascia do purgatório onde afinal nunca entrara. No dia 17 de Junho de 1992, numa conferência de imprensa denúncia o aliciamento de um vereador da CML, Luís Simões,[571] para a troco de facilidades imobiliárias, permitir a transferência da Feira para a Quinta de Santo António. A questão atingiu, no dia 24 de Junho, um grande impacto mediático, sendo inclusive transmitida em noticiários internacionais. Nesse dia, a administração do Zoo realiza uma manifestação de protesto contra alegados bloqueios da CML, junto dos Paços do Concelho, com ursos, elefantes, leões, macacos, etc.[572]. A questão da Feira volta de novo a estar no centro da polémica, mas pela negativa.

---

[564] Nesta altura, aponta-se 1984 como data da sua inauguração. Cfr. D.N.,31/5/1982.

[565] Nesta altura, em 1982, O Ministério da Cultura, encerra por sua vez, o célebre Mercado do Povo"(cfr. *O Jornal*, 16/4/182).

[566] A Oposição na CML, onde o PCP e o PS passam a estar em maioria, acabam por inviabilizar a continuidade do projecto, conotando-o com um caso de corrupção que a imprensa amplificava convenientemente. cfr. *O Semanário*, 23/3/1985.

[567] Félix Pires, sentindo-se lesado com o andamento do negócio, em 1988, pediu à CML uma indemnização no valor de um milhão de contos. Na sociedade que estabelecera com ela e o Zoo, recorde-se, apenas terá entrado com 17.500 contos.

[568]Em 1989, a CML impoe como condição a sua saída da Sociedade do Luna Parque. Em Janeiro desse ano, adquire a cota que a Exportrade possuía no Luna Parque, por 83 mil contos (cfr. *D.P.*, 20/1/1989).

[569] A administração presidida por Felix Pires tomou posse em Março de 1990 (cfr. C.M., 30/10/1991).

[570] Cfr. Declarações a *O Jornal*, 19/6/1992.

[571]Este vereador ter-lhe-ia prometido resolver todos os problemas do Zoo e da sua empresa Exportrade, em troca da **instalação da Feira na Quinta de Santo António**. O almoço teve lugar no dia 24 de Abril de 1991, no restaurante Escorial (Cfr. *Público*, 25/6/1992).

[572]Na CML, alegava que as reclamações do Zoo eram diversas das sustentadas por Félix Pires na Comunicação Social (Cfr.Comunicado da CML de 26/6/1992). Por detrás das palavras do último, estariam, não os problemas do ZOO, mas os da empresa Expotrade.Era todavia difícil separar uns dos outros, de tal forma andavam ligados. Publicamente foram apresentadas as seguintes reivindicações à CML pelo ZOO(ou a Expotrade) :

- Pagamento das dividas do Zoo à EPAL, acumuladas entre Outubro de 1984 e Julho de 1990, e que ascendiam a 56.141.298 escudos. Em comunicado de 25/6/1992, a CML prontificou-se a pagá-las.

Após esta experiência ruinosa de substituição da Feira, a CML, volta a assumir com a mesma uma relação mais pragmática. Procura então rentabilizar o espaço disponível e retirar o máximo rendimento[573]. O que ainda restava dos edifícios do antigo Mercado é distribuído pela Companhia de Marionetas de Lisboa (1992) e numa tentativa frustrada pelo Bingo do Sport Lisboa e Benfica (1993). A fim de tentar aumentar as receitas a favor da referida Caixa de Previdência[574], entrega diretamente a esta a negociação e a Coleta dos montantes que a Feira paga anualmente pela ocupação dos terrenos[575](1994). A Caixa torna-se assim parte interessada na sua exploração[576] e manutenção [577]. Nos novos negócios que são perspectivados sobre a Feira, um novo interlocutor passa também a reclamar compensações pela cedência das suas posições[578]. A teia de interesses instalados não pára de aumentar.

- Autorização para que a Expotrade pudesse construir segundo novas volumetrias nos terrenos que o Zoo lhe cedera em 1981.

- Pagamento dos terrenos cedidos pelo Zoo à CML, e que haviam sido destinados à construção da Rua 3, à Estrada da Luz (cfr. *Jornal de Notícias*, 17/6/1992).

- Autorização para a expansão do Zoo. Pretenção que a CML sempre se manifestara publicamente ser favorável.

Após esta manifestação, é curioso verificar que o ZOO envereda então para transformação dentro do próprio recinto de um autêntico **parque de diversões**.

[573] A partir de 1987 a CML começa a assumir uma atitude mais colaborante com a Feira, isto é, procura que a mesma preste certos apoios às sua actividades de diversão, nomedamente solicitando entradas gartuitas para os participantes das suas provas desportivas.

[574] A exigência inicial (1961) de uma percentagem sobre as receitas de bilheteiras, foi substituída em 1976 por a fixação de um montante global, destinado, com o sempre, a obras sociais dos trabalhadores camarários (3.103 contos). A fixação do montante pela CML era acompanhada da autorização sobre o período em que a Feira poderia funcionar. A título de exemplo, eís alguns dos valores apurados:

Em 1978, a CML autorizou a abertura da Feira entre 24/5 e 30/9, pelo montante de 4.000 contos.

Em 1979, autorizou a abertura de 25/4 a 30/9, por 4.500 contos.

Em 1980 autorizou a abertura de 25/4 a 30/9, por 4.500 contos, exigindo também o lucro remanescente.

Em 1982, autorizou a abertura entre 25/4 e 30/9, por 6.500 contos.

Em 1984, autorizou a abertura entre 6/4 e 5/10, por 7.500 contos. **Na prática, a Feira estava aberta durante quase todo o ano**.

Em 1985, autorizou a abertura entre 5/4 a 5/10, por 10.000 contos.

Em 1986, autorizou formalmente a abertura da Feira em dois períodos. O primeiro entre 29/3/86 a 5/10/1986 e o segundo, entre Nov/86 a Fev. 1987. O montante fixado foi de 11.500 contos.

Em 1987, autoriza a abertura da Feira em dois períodos entre 27/3 a 5/10 de 1986 e 27/11/86 a 4/1/1988, por 12.500 contos.

Em 1988, autoriza a abertura entre 25/3 e 3/10/1988, e depois entre 25/11 e 3/1/1989, por 13.400 contos. Até ao presente este valor nunca deixou aumentar.

[575] Deliberação Nº. 378/CM/1994 (Proposta n. 378/94/), subscrita pelo vereador Luís Simões, in *Boletim da CML*, de 4/10/1994, p. 1.545. Neste ano as contrapartidas ascendiam a 21.300 contos.

[576] É curiosos constatar, após a abertura do novo edíficio da CML no campo Grande, foi quase de imediato estabelecido um protocolo pela referida Caixa (20/10/1997), para que os funcionários camarários passassem a comer nos restaurantes da Feira em condições vantajosas (a Caixa pagava 300$00 por refeição). A teia dos negócios privados ultrapassam assim as aparentes decisões públicas.

[577] Nesta altura desaparecem algumas das exigência anteriores, como a de após o encerramento da Feira, os seus responsáveis teriam que a desocupar e demolir as barracas nela instaladas "na data e prazo indicado pela câmara, o qual não será superior a 6 meses". Fórmula usada ainda nos documentos emanados da CML, em 1987.

[578] Em Janeiro de 1997, o *Jornal de Notícias* (edição de Lisboa), noticiava um negócio que estaria em perspectiva sobre os terrenos da Feira. Um conhecido empresário teria oferecido pelos mesmos à CML 50 milhões de contos (Cfr.J.N., /1/1991). O jornal não deixava de colocar a questão das indeminizações dos feirantes, mas agora também a necessidade de compensar a referida Caixa de Previdência. O caso acaba por trazer a público outras negociações em curso sobre os mesmos terrenos, envolvendo agora a entidade

3.5. Públicos

"Falta ao Povo o espetáculo dele próprio, esse prazer, eminentemente humano de convívio. E é esse prazer, certamente, o melhor êxito social do ressuscitar das feiras lisboetas"[579]

O público das feiras tem algumas especificidades próprias que exige uma atenção particular. Não estamos perante o conceito tradicional de **público**[580], nem o que se costuma referir como **massa**[581]**,** muito menos **multidão**[582].

---

gestora da "Expo". Mega Ferreira, o seu principal gestor, afirmou pouco depois que estaria a estudar um projecto imobiliário para aqueles terrenos, envolvendo não apenas a Expo, mas também a CML e a Fundação *O Século*. A cedência de terrenos à Expo far-se-ia no âmbito das contrapartidas a dar pela CML pelo facto deste não ter pago à Expo98 as verbas então acordados para a sua realização (Cfr. J.N.23 /1/ 1991). Cerca de um mês depois, é a vez do Presidente da CML apresentar o seu próprio projecto. A solução que perfilhava era a da manutenção da Feira em Entre Campos, construíndo no subsolo dois pisos para estacionamento e instalação de lojas de comércio. O piso térreo seria para os divertimentos, sendo a maior parte arborizado. A outra alternativa era a instalação da Feira junto ao Trancão, na Zona da Expo98 (*Expresso*, 20/2/1999).

[579] S., 17/7/1943.

[580] O termo "público" designa um agrupamento elementar colectivo, cujas características fundamentais poderiam ser definido a partir da **existência de uma questão ou de algo** em torno do qual as pessoas dividem as suas opiniões. A sua matriz surge no Século XVIII aparecendo associada a duas noções correlatas, a de "opinião pública"(na área política) e a de gosto (na esfera estética). A primeira tem a sua origem nas teorias políticas iluministas, nomeadamente que o aperfeiçoamento da ordem pública dependia da obtenção de poder pelo público (conjunto de cidadãos), através dos seus representantes directos. A própria noção de "público" e de "opinião pública" vinculam-se assim, à reivindicação de poder pelos grupos sociais em ascensão. A segunda dimensão está ligada à emergência de públicos específicos para os diferentes produtos culturais produzidos (Cfr. Arnold Hauser, *Sociologia del arte*...). Esta referência comum não indica pois que o público possa ser definido como um grupo estabelecido, cujo comportamento pudesse ser determinado por tradições ou padrões culturais. O público é neste sentido um agrupamento natural e anti-convencional , espontâneo, que não possui sentimentos grupais ou consciência da sua identidade. Neste sentido, o público pode ser composto por grupos de interesses particulares, mas também por espectadores mais desvinculados ou desinteressados sobre as questões em presença. Dada a pluralidade das posições que percorrem o público e a forma como se exprimem, o controlo sobre o público é muito limitado pelo poder (cfr. C. W. Milles, *A Elite do Poder*...).

[581] O termo "massa" indica um grupo colectivo elementar e espontâneo de grande extensão, em muitos aspectos semelhante à multidão. A massa é assim representada por pessoas que participam de um comportamento de massa, isto é, as suas formas de acção são sempre individuais e não resultam de uma acção combinada. É nula a interacção ou troca de experiências entre os individuos que constituem a massa. Os indivíduos encontram-se separados fisicamente no seu anonimato. Muito poucas resposta são dadas pelos individuos aos estimulos que recebem. A comunicação está estruturada de tal forma que possibilita um fácil controlo pelo poder (cfr. Jurgem Habermas, *Comunicação, Opinião Pública* ...pp. 187-200). A massa possui uma organização frágil e não é capaz de agir de forma integrada e com a unidade que caracteriza a multidão (cfr.Herbert Blumer, *A Massa, O Pùblico e*... pp. 177-186). Esta noção de massa possui implícito certos pressuspostos ideológicos que não podemos deixar de referir. No século

O público é neste caso **visitante**[583], **espectador**, mas também **actor** e **consumidor**, e porque não dizê-lo, **participante** ainda que involuntário de uma festa coletiva[584].

Em nenhum outro local, esta simbiose é mais evidente, revelando-se todas as categorias tradicionais desajustadas. Todavia, neste trabalho, com as devidas reservas, e por simples comodidade, utilizaremos as noções de "público" ou de "visitantes".

O público da Feira entre 1943 e 1956 revelava uma impressionante heterogeneidade de origens e estatutos sociais, facto que é demonstrado em sucessivos relatos da época. A Feira mostra uma enorme capacidade de atrair públicos tanto nos meios urbanos como nos rurais. Na província, organizavam-se regularmente excursões para a visitar.

Na primeira feira, em **1943** registaram-se **1.057.906** visitantes[585], muitos dos quais vieram dos "mais longínquos pontos do país"[586], superando as melhores expectativas dos seus promotores[587]. No ano seguinte, atingiu-se os **1.647.274** visitantes, surpreendendo mais uma vez tudo e todos[588]. Na edição de **1945,** contam-se um total de **2.032.316** visitantes. A esta tão elevada frequência não terá sido certamente indiferente, a nova concepção da Feira que se iniciou neste ano, assim como a euforia do fim da Guerra e as sucessivas manifestações de homenagem que nela ocorreram, primeiro à Inglaterra, depois aos EUA, e por fim, ao Corpo Expedicionário Brasileiro. O certo é que nos anos seguintes, não se manifestou qualquer tendência para diminuir o número de visitantes.

Quando o Governo Civil de Lisboa organiza pela primeira vez a Feira, entre 3 de Junho e 31 de Outubro de **1949**, atingiu-se os **2.439.661** visitantes[589]. No ano seguinte, a afluência não terá sido menor[590].

A Feira que reabre renovada em **1951** pel`*O Século*, atinge os **3 milhões** de visitantes[591]. Até 1956, apesar de um constante decréscimo, nunca foi inferior a 2,5 milhões de visitantes.

XIX, a noção é utilizada pelos conservadores para designar o conjunto dos indivíduos atomizados, cujo comportamento colectivo é identificado como irracional, manifestação de impulsos reprimidos (cfr. G. Freud, *O Futuro de Uma Ilusão* ..), cuja ascensão social estava a desapossar as elites (cfr. Gustavo Le Bom, *Psicologia das...*). O conceito de massa tem pois implícito conotações conservadoras.

582 O termo "multidão" designa um grupo onde se mistura e desenvolve uma relação que chega à unanimidade pela eliminação de qualquer discordância. Na multidão não há propriamente discussão, mas o "rumor" e o estímulo grandioso.

583 O conceito de visitante pressupõe uma relação distanciada com os objectos ou as situações. O seu percurso é sempre exterior aos mesmos, embora pela frequência das visitas possa assumir uma dimensão mais envolvente. Deixa então de ser um **visitante** para ser um **frequentador**.

584 Estar numa feira é ser-se, pela condição de visitante, simultaneamente actor e espectador. Uma feira sem gente não realiza a sua função fundamental, isto é, um local de comunhão de pessoas que se oferecem mutuamente para serem vistas por outras, numa febril animação. Talvez seja esta a razão pela qual, em geral, a maioria das pessoas que as frequentam, preferem as horas em que existe maior afluência de visitantes.

585 S.,31/1/1945 (Relatório da Feira).

586 S.,12/3/1944

587 Três dias depois da sua abertura, na Noite de Santo António, registou-se uma afluência "record". Numa só noite contaram-se 50 mil visitantes (cfr. D.P.,14/6/1943).

588 S.,31/1/1945 (Relatório da Colónia).

589 Entrevista de Mário Madeira ao jornal *Novidades*, 3/6/1950.

590Numa síntese do Relatório da Feira de 1950 refere-se que a mesma terá registado **2.414.823 visitantes** (cfr. *A Voz*, 13/1/1951).

591 S.,9/4/1953

Quando a Feira reabre em **1961**, as expectativas por parte d`*O Século* são, pelo que atrás ficou dito, naturalmente muito elevadas quanto à afluência e heterogeneidade dos públicos. Rapidamente, os comentários sobre a mesma publicados no jornal dão conta que os "snobs" não a frequentam. O divórcio da Feira com o público mais "culto" e "jovem" da capital parecia de súbito ter-se tornado uma realidade. Não terá havido propriamente uma variação de gosto, no sentido que o gosto dos antigos visitantes se tenha alterado, mas assistiu-se isso sim, à emergência, como veremos, de novas camadas sociais portadoras de novos gostos. Estas deslocam-se para as ofertas de diversão paralelas que não se identificam minimamente com aquilo que ela representava. A Feira de 1961 regista ainda assim um total de **1.348.811** visitantes[592]. No ano seguinte o número de visitantes tem um ligeira subida para **1.496.063[593].** Dois anos depois, os valores pouco se alteraram, fixando-se em **1.575.120** visitantes[594]. Em 1973, por exemplo, rondava os **1.800.000** visitantes[595]

Depois de 1974, é mínima a capacidade da Feira de atrair as camadas da população dos estratos sociais de mais elevados rendimentos, assim como entre os jovens imbuídos dos novos valores de modernidade. Apesar disso, a Feira atinge em **1975**, um total de **2.170.323** visitantes[596], a maior afluência registada desde 1961.

Excetuando o ano de 1975, o número de visitantes manteve-se praticamente estável entre 1961 e 1989, apesar de algumas oscilações pontuais. A partir deste ano, quando registou um total de **1.551.526** visitantes, o seu número não parou de diminuir. O Inquérito pouco antes encomendado nada apontara de relevante para explicar o fenómeno[597]. Refletindo esta tendência, em 1997, por exemplo, foram contabilizados

[592] Relatório da Feira, Cfr. S., 9/5/1962
[593] S., 19/4/1963
[594] Relatório da Feira Popular de Lisboa e Internacional de Amostras. Relatório e Contas de 1964. Lisboa. 1965. (impresso). AFPL.
[595] S., 3/6/1974.
[596] Documentação do AFPL
[597] O Inquérito foi encomendado em 1988, a uma empresa especializada, tendo em vista determinar as causas do decréscimo do número de visitantes. Entre 1984 e 1986, por exemplo, cifrou-se nos 16%. Os resultados apurados foram desanimadores, dado que apenas permitiram confirmar ideias que já circulavam.

Perfil do visitante:

- 89% tinham idades compreendidas entre os 14-60 anos e eram residentes na região de Lisboa. Os maiores frequentadores eram do sexo masculino, situando-se na faixa etária entre os 14 e os 34 anos.

Motivos apresentados pelos não visitantes:

- 42% Afirmavam que não gostavam ou não lhes interessava; 23% alegavam falta de tempo; 9% era muito cara; 8% muito barulhenta; 8% "nunca calhou"; 4% saiam pouco de casa, etc.

Frequência das visitas:

- Em 1987 (registaram-se então 1.483.130 visitantes), 36% fê-lo apenas uma vez; 29% duas vezes; 12% três vezes; 6% quatro vezes, 4% cinco vezes e 13% mais de cinco vezes!

Decisão:

- É maioritariamente decidida em grupo (77% dos casos).

Motivos:

- 35% era para andar nos divertimentos ou para ir a um restaurante; 24% só para passar o tempo em convívio com os amigos /familiares; 19% para comer nos restaurantes; 13% só para utilizar/ andar nos divertimentos;

Preferências:

- Divertimentos (91%); farturas e ginjinha (88%); restaurantes (86%); vinhos e petiscos (75%); Gastronomia regional (75%); artesanato/artigos regionais (71%); Pipocas e Algodão Doce (71%); Cafetaria/Chocolataria (69%); Bancadas de Tiro (41%); Expofeira (40%); Brinquedos 36%); Livros e Discos (35%); Bijuterias (34%); Mobiliário (34%); Electrodomésticos (34%); Viaturas (32%); artigos de menage (24%); Cartomancia (15%); Pubs e Boites (15%); Sapataria (11%);

apenas 864.963 visitantes. No ano seguinte, o número voltou a cair. Facto que foi atribuído à Expo98.

As causas para este abandono da Feira, para além daquelas que são de natureza endógena, outras emergiram na segunda metade dos anos oitenta, que não podem ser descuradas, nomeadamente, a multiplicidade das novas ofertas de diversão, mas também as novas expectativas e exigências simbólicas que passaram a ser associadas a estes locais[598].

Apesar da atracão que possuía sobre as populações rurais, em grande parte explicável pela publicidade que *O Século* fazia às mesmas chegar, a Feira foi sempre um fenómeno de características urbanas. Desde o seu início, que os dias de maior frequência são sempre aos fins-de-semana e aos feriados. Os primeiros meses são em geral aqueles que suscitam maior número de visitantes. Com a generalização das férias e o descanso ao sábado, depois do "25 de Abril", os meses de Agosto e Setembro acabaram por ser os mais afetados na afluência do público. A frequência está assim condicionada não apenas aos períodos de maior disponibilidade de tempo, mas também é motivada pelas expectativas que se geram, todos os anos, em volta novidades da Feira.

4. Dimensões

4.1. Novidades

Um tema omnipresente nas descrições da Feira ao longo de 55 anos tem sido o das **novidades**, é nelas que reside a sua principal atracão**.** Os anos em que se registou a maior afluência de público, coincidiu sempre com aqueles em que maiores novidades eram esperadas (1945,1946, 1949, 1951, 1975 e 1982). Constata-se também que são nos primeiros meses que se regista o maior número de visitantes.

As novidades são a componente essencial da **surpresa**, proporcionada por um sem número de pequenas coisas imprevistas ou desconhecidas, mas também de sensações nunca experimentadas ou nem sequer imaginadas. Sem esta dimensão a Feira não passaria de uma mera aglomeração de pessoas entregues freneticamente à tarefa de manipularem máquinas ou envolvidas em práticas de manducação. O **espanto** (admiração ou maravilha) é a experiência mais vibrante que se procura numa Feira. Tudo aliás contribuiu para reforçar esta expectativa. O carácter **efémero** deste tipo de

---

Sugestões apresentadas para novas ofertas:

-Cinema (80%); Museus (53%); espetáculos desportivos (49%); Pubs (49%); Discotecas/ Boites(46%); Teatro (36%); Teatro de Revista (32%);

Estudo de Opinião da Feira Popular de Lisboa (Período entre 88.05.06 e 88.06.15), realizado pela empresa CEMASE-Centro de Estudos de Mercado e Análise Socio-Economica, Ld. Foram entrevistadas 1.000 pessoas, tendo sido aproveitadas 996. Aceitava-se uma margem de erro de +- 3,2%.

[598] Ver o Capítulo sobre as Ofertas Culturais Paralelas

eventos, mantido por um **ciclo anual de renovação**[599], cria a ilusão de uma vivência **única.** Para o comum dos visitantes não se trata de vivenciar o já sentido, mas de experimentar o irrepetível A sensação de repetição gera fadiga, não distrai. Quando a ideia que não existem novidades se instala, o público afasta-se da Feira, como acontece atualmente.

A Feira é pois um local de excitações, para utilizar um conceito desenvolvido por Norbert Elias. A dificuldade, como veremos, consiste em definir as propriedades do que é uma coisa excitante. Muitas vezes parece residir nas próprias coisas, outras decorrer das circunstâncias em que as mesmas se apresentam, mas quase sempre está dependente das características do próprio visitante[600].

A maior de todas as excitações que uma Feira de Diversões pode proporcionar está nas próprias **pessoas**, na sua diversidade, comportamentos e origens, mas também na sua animação. Raramente se visita a Feira sozinho, a decisão é na maioria dos casos tomada num grupo. Os dias e horas mais procurados são também aqueles em que a Feira é mais frequentada. As hipóteses de se ser surpreendido aumentam. Esta excitabilidade é frequentemente reforçada pela simples presença de figuras públicas[601].

Durante muito tempo, o **exótico** constituiu outras das coisas mais procuradas nas Feiras. O **fascínio pelos lugares longínquos** tendeu a conferir a animais, produtos ou seres disformes, um sucesso imediato. Era a realização da viagem possível a lugares inacessíveis para a maioria da população privada dos recursos para viajar. No principio

---

[599] *O Século* entre 1943 e 1977, nas suas páginas, foi desenvolvendo um longo discurso paródico sobre a Feira. O seu objetivo principal era provocar nos leitores o desejo de a visitar. Os temas desenvolvidos em largas centenas de artigos, variavam regra geral em função do calendário anual da própria Feira. Após o encerramento de uma edição, *O Século* procurava deixar a ideia que se havia criado um **vazio** na vida dos portugueses. Alguns artigos, entre os fins do Outono e do Inverno, evocavam recordações deixadas pela própria Feira. Num ano, pelo menos, apontou-se mesmo que já se estava a trabalhar na próxima Feira (Novembro de 1946).

No fim da Primavera, *O Século* reatava o tema da Festa.A questão da decoração da Feira surgia logo à cabeça. De forma seletiva iam sendo reveladas as grandes novidades, apontando sempre para um número infindável de surpresas. A cadência dos artigos, sobretudo, até 1956, aumentava à medida que se aproximava a data da inauguração.

Na abertura o que era posto em evidência não era a Feira, mas sim, quem tinha estado presente nos actos oficiais. O estatuto e as afirmações proferidas pelos representantes do Governo ou da Imprensa eram longamente registados e comentados. Desta forma, aumentava-se a própria excitabilidade de futuras visitas. Nas semanas seguintes, sucedia-se a apresentação das novas decorações e das novidades, assim como o reconhecimento de que na Feira, afinal continuavam a lá estar os mesmos espaços e coisas já familiares em épocas anteriores. Estas descobertas ou redescobertas alimentavam circunstanciadas reportagens. Pontualmente, dava-se conta das enchentes e dos motivos. A Feira fazia agora parte do quotidiano Lisboeta, e este já não a podia dispensar.

[600] Ver subcapítulo sobre "Públicos".

[601] A função de reconhecimento social é indissolúvel da Feira. Ela é muito evidente até 1956. Função que perde importância a partir de 1961. Primeiro, devido à progressiva falta de visibilidade pública deste espaço. Depois, pelo facto dos seus visitantes começarem a ser associados apenas com os estratos sociais mais desfavorecidos. Visitar a Feira, representou para milhões de visitantes, durante muito anos, ainda que de forma ilusória, compartilhar de algum modo o mesmo espaço dos que fazem e ditavam a sorte dos acontecimentos no país. Os visitantes sentiam-se cúmplices das figuras públicas que reconheciam, elevando-se deste modo, a sua autoestima. Não era pois de estranhar que o sucesso da Feira de Palhavã, estivesse ligado à instalação de grandes pavilhões de países como os EUA, Inglaterra, França, Itália, Suécia, Alemanha, mas também aos criados por organismos públicos ou grandes empresas. Na Feira de Entre Campos, procurou-se repetir o mesmo efeito, mas sem êxito. Expôs-se, por exemplo, no Pavilhão do Sport Lisboa e Benfica, em 1961 e 1962, as Taças de Campeões Europeus de Futebol, ganhas nesses anos. Apesar da enorme repercussão pública da sua conquista e de toda a propaganda então efetuada, a Feira não conheceu os favores especiais do público.

deste século, difundiu-se com grande sucesso, **as casas ou castelos fantasmas**, nas quais o visitante mergulhado num ambiente sobre qual não tinha qualquer controlo: nele sentia, em segurança, os seus medos mais profundos. O **fascínio pelo desconhecido** era assim reatualizado, numa altura que o mundo físico poucos segredos já possuía. Ainda hoje, estes divertimentos, na sua forma mais moderna, como as viagens em realidade virtual, então entre os mais procurados pelo público.

Nos anos quarenta, parece ter-se instalado o **fetiche dos objetos técnicos,** sob a forma de **diversões tecnológicas**[602], mas também de simples mostras de **eletrodomésticos**[603]. A Feira foi a partir de então literalmente inundada por todo o tipo destes divertimentos e produtos, ocupando grande parte da área disponível do recinto. Para a maioria da população eles simbolizavam ainda algo inacessível.

A decoração desempenha nestes espaços uma função essencial. Ela delimita as áreas de Festa, diversifica os ambientes, dispersa constantemente a atenção do visitante, almejando desta forma atingir o seu deslumbramento, combater o tédio, a monotonia. É à noite, que a Feira atinge a sua dimensão encantatória ao obrigar o visitante a guiar-se pelas áreas iluminadas, onde se concentram as pessoas e se misturam os sons. A Feira desdobra-se numa sucessão de alternada de espaços de animação e vazio, ruas iluminadas e becos escuros, fachadas e traseiras de barracas. Os primeiros são o lugar da diversão, mas também da segurança; os segundos, os do desconhecido, mas também do perigo.

Um percurso pelas diversões ao longo de 55 anos é de certa forma uma viagem pelo imaginário que povoou a cabeça de milhões de pessoas. Hoje são meras referências históricas, ontem eram capazes de despertarem desejos, evocações nostálgicas ou sentimentos de orgulho patriótico. As significações estão nas pessoas não nas coisas. Os locais onde estes se instalam são continuamente esvaziados e preenchidos de novas significações. Entre umas e outras nenhuma ligação aparente existe. A rutura amplifica a sensação de novidade. No local onde em 1961, abriu o célebre **Pavilhão das Panelas**, tendo mesmo em frente um lago, não menos concorrido, com barcos a "gasolina", encontra-se desde 1996, o **Sea Trek**. Diante deste, ergue-se agora um stand de venda de apartamentos e casas de veraneio. A distância que separa estas duas situações, sobrepostas no mesmo local, traduzem dois imaginários que conferem às coisas a sua capacidade de excitação.

[602] As novidades tecnológicas constituem um dos principais polos de atracão das feiras de divertimento a partir da segunda metade deste século. É interessante constatar que ao longo de séculos, muitas inovações científicas ou tecnológicas tenham sido divulgadas ou vulgarizadas nas feiras.

Neste período, esta excitabilidade ligada à apresentação de novidades tecnológicas encontra-se amplamente reforçada. Não foi por acaso, que as primeiras emissões de televisão em Portugal tenham sido efetuadas na Feira Popular do Porto e de Lisboa. Nesta Feira, embora de forma menos espetacular, a partir dos anos oitenta, foram difundidos os jogos com recurso ao "multimédia", e em 1996, proporcionadas entre nós, as primeiras experiências de emersão em ambientes de "realidade virtual".

[603] Nas primeiras edições da Feira, os seus contemporâneos, mostravam-se particularmente atraídos pelas mostras de equipamentos eletrodomésticos. A sua raridade na maioria das lojas do país, transformava a Feira numa verdadeira montra dos progressos dos "artigos para o lar". Esta função depois de 1957, perdeu grande parte da sua importância dada a magnitude das exposições da Junqueira, e depois nos anos 70, devido ao aparecimento dos centros comerciais.

Percurso Histórico

1943: A Feira foi inaugurada a 10 de Junho por J.P. Rosa e Duarte Pacheco e outras personalidades menos conhecidas do regime e pretendia recriar "**o** "**pitoresco das antigas feiras lisboetas**", como se anunciava à sua entrada. O visitante era assim convidado a reviver o tempo dos seus avós. Nela encontrava uma profusão de motivos de diversão, desde espetáculos de teatro de revista, cinema, fantoches, variedades, circo, café-concerto, atuações de bandas filarmónicas, ranchos folclóricos, touradas, música ambiente, stands com produtos industriais e regionais, tômbolas, "comes e bebes" (restaurantes, adegas, cervejarias, etc.), para além dos habituais de divertimentos de qualquer Feira (carrosséis, etc.). A praça de toiros era um dos polos de maior afluência de público, continuando aliás a sê-lo até 1956[604]. Um dos momentos da Feira foi também a Festa do Ribatejo, cabendo a Ramada Curto saudar os pitorescos campinos[605]. A procura da distração sobrepunha-se à propaganda comercial ou do Governo. O importante era "sonhar"[606].

1944: A feira foi inaugurada pelo Presidente da República General Carmona[607]. O ato que ocorreu a 24 de Maio, revestiu-se de grande simbolismo. A Feira começa a abandonar a sua atmosfera pitoresca. Procura-se agora transformá-la numa combinação de "Luna parque" e Feira Internacional de Amostras[608]. Ao todo, eram cerca de 300 barracas e stands (mais de um terço do que no ano anterior)[609]. Entre os pavilhões destacava-se o dos **Organismos de Coordenação Económica**, dedicado à propaganda do corporativismo,[610]quando começava a ter descrentes no seio do regime[611]. A sua principal atracão era uma fonte onde jorrava vinho "a sério"[612]. Desta forma simbólica, secundava-se a campanha alcoólica do governo, então no seu auge. Para além d´*O Século*, dois outros jornais montaram espaços próprios de promoção na Feira: o *Diário Popular*[613] e *Os Ridículos*[614]. É curioso constatar que o último tenha exatamente denunciado aos seus leitores este tipo de manobras de diversão de J.P.Rosa. A necessidade de captar novos leitores e anunciantes, sobrepunha-se claramente à questão da coerência jornalística.

---

[604] António Manuel Morais, *A Praça de Toiros...*
[605] D.C.,14/9/1943
[606] Em 1939, quando começou a II Guerra Mundial, *O Século* lançou o popular concurso de sonhos.
[607] S.,25/5/1944
[608] Revelando o empenho nesta área, escrevia-se na sua entrada principal: "Feira de Amostras" (S.I.,20/5/1944).
[609] República, 25/5/1944
[610] Entre os apoios oficiais que esta Feira recebeu foram particularmente noticiados os do Ministério do Interior, Ministério da Educação (S.,14/3/1944) e da CML manifestado prontamente pelo seu novo presidente, Salvação Barreto (S.,12/3/1944).
[610] República, 25/5/1944 O Pavilhão foi concebido por Jorge Segurado, com a colaboração de Bernardo Marques, Fred Kardolfer e Carlos Botelho. Este pavilhão estava dividido em várias secções de acordo com as diferentes representações: Junta Nac. da Cortiça, Inst. Port. de Conservas, Inst. Port. de Conservas de Peixe, Inst. do Vinho do Porto e Junta Nac. do Vinho.
[611] Marcelo Caetano, *Problemas...*
[612] *A Voz*, 10/6/1944
[613] S.,4/6/1944
[614] S.,24/5/1944

Entre os muitos divertimentos que a Feira oferecia, salientaram-se dois pelos seu simbolismo: o "Mundo em Chamas", uma representação em miniatura de destruições em cidades provocadas pela guerra. Um jogo de bolas que consistia em derrubar "um branco pintado de preto" que a custo se equilibrava sobre num tronco, fazendo-o cair na água.[615] Entre os mais mencionados pela imprensa estava contudo, a Grande Roda, o Comboio Fantasma, o "Water-Chute" e as populares barracas dos tirinhos.

Mas o que constituiu uma grande novidade foi a sua animação, através de diversas festas: A Festa de Homenagem à Voz do Operário (19/7/1944), a Noite Swing (11/8/1944), onde atuou artistas como Fernando Ribeiro e as Irmãs Meireles; a Noite do Minho (31/8/1944); A Festa dos Profissionais da Imprensa (4/9/1944), à semelhança do ano anterior, voltou a ter um enorme êxito. A coroar todas, o "Cortejo das Vindimas" entre o Terreiro do Paço e Palhavã[616]. Os espetáculos de teatro popular, fantoches, circo ou de fado continuavam a imperar. Na Adega da Parra, atuavam Amália Rodrigues, Márcia Condessa, Raul Nery, Fernando Reis, Manuel Cascais e muitos outros fadistas. A Feira não tinha concorrentes em Portugal[617]

1945: A feira inaugurada a 31 de Maio, pelo representante da casa militar do Presidente da República, general Amílcar Mota, acompanhado pelos ministros do Interior, Educação, Obras Públicas e diversos Subsecretários de Estado, para além do embaixador dos EUA e da Inglaterra[618]. A expectativa era enorme. A Feira apresentava um aparato cénico que ultrapassava tudo o que até aí havia sido criado, a começar pela sua entrada monumental. Assumia-se também como uma **Feira Internacional de Amostras**. Por outro, prometia-se grandes novidades devido à derrota mais que previsível das forças do Eixo. No Pavilhão conjunto dos EUA e da Inglaterra, o Cinema Vitória, regista sucessivas enchentes. O ***Sorteio Vitória*** promovido pel`*O Século*, revela simbolicamente as convicções dos promotores do evento. Três grandes homenagens - **Grã-Bretanha**[619]**, EUA**[620] e o **Corpo Expedicionário Brasileiro** [621]-, conheceu uma enorme afluência de público. O Pavilhão da Suécia colocava o acento nas suas empresas industriais. O Pavilhão do Organismos de Coordenação Económica continuava a exaltar o corporativismo[622], deixando a exemplificação da obra realizada, a cargo do Pavilhão

[615] Esta diversão então muito comum nas nossas feiras não deixou de causar alguma indignação na imprensa, desde o *Diário Popular* (5/7/1944) ao ultraconservador *A Acção* (22/7/1944) todos foram unanimes em a condenar como desumana.

[616] S.,17/9/1944. O Stand foi concebido por Stuart de Carvalhais (D.P.,4/6/1944).

[617] *Os Ridículos* (10/6/1944), traduz esta ideia em versos, refletindo o ambiente de guerra: "Se todos quantos na Terra/ se esfalfam a batalhar/soubessem o que ela encerra / acabariam co`a Guerra / vindo p`ra Feira Gozar!".

[618] S., 2/6/1945

[619] Sobre a festa de confraternização Luso-Britânica, consultar S.,12/7/1945. O jornal "*Time*s" terá mesmo referido esta homenagem (cfr. S.,18/7/1945).

[620] A homenagem ocorreu a 8 de Agosto, onde participaram artistas como Cidália Meireles. A Barraca das "especialidades americanas", com uma forte carga simbólica, contava-se entre as mais concorridas da Feira S.I.,30/6/1945 e S.,26/7/1945.

[621] A homenagem começou a ser preparada com grande antecedência, a pedido expresso de Salazar. A 2 de Setembro foi organizada uma enorme parada militar de boas vindas, no Terreiro do Paço, envolvendo 12.000 homens do exército português (Cfr. S.,3/9/1945). O SNI, na **Feira**, após a ter redecorada organizou aí uma impressionante receção para os 1.800 militares da força expedicionária que regressavam da Guerra, a caminho do Brasil (cfr.S., 2,3 e4 /9/1945)

[622] O pavilhão foi inaugurado a 30/6/1945, nele trabalharam artistas, como o pintor Manuel Lapa, Matos Chaves e Eduardo Anahory. Na Sala de Honra, Manuel Lapa representou num painel D. João I numa reunião na Casa do Vinte e Quatro. Para o centro, António Duarte criou uma estátua simbolizando a "Economia". O pavilhão tinha representações da Junta Nac. do Vinho, Junta Nac. da Ortiça, Junta

das Casas dos Pescadores e das Casas do Povo. O Pavilhão da Agência-Geral das Colónias, chamava a atenção para a obra colonizadora do portugueses. Da India, aumentava a contestação à sua permanência no território. No que tocava a produtos, a Feira contava com cerca de 200 stands para amostrar as actividades nacionais[623]. Quanto a divertimentos a oferta não podia ser maior. Para além do sempre popular "Water-Chute" e do "Poço da Morte"[624], sobressaiam as duas praças de Toiros. Os dois restaurantes com orquestras privativas, Nina e Nau Catrineta, definiam o espaço dos visitantes endinheirados. No Pátio do Vimioso dedicado aos amantes do Fado, atuavam entre outros João Villaret e Ribeirinho. Eram muitos todavia os géneros de espetáculos que a Feira oferecia, incluindo passagens de moda. Nada foi esquecido, nomeadamente um parque infantil para os mais pequenos. O lisboeta podia esquecer na Feira não apenas as misérias da Guerra, mas saudar também a mais que previsível Vitória dos aliados.

Após a Feira, a 18 de Novembro, realizaram-se eleições. A "União Nacional" reclamou que havia ganho a totalidade dos lugares: 120[625]

1946: A Feira foi só inaugurada por Carmona a 12 de Junho, devido às fortes chuvadas que até então se haviam feito sentir[626]. Acentua-se a sua vertente de Feira Internacional de Amostras. O Pavilhão dos EUA[627], ironicamente tem à sua frente uma réplica da "Estátua da Liberdade"[628]. A questão da divisão do mundo em dois blocos militares, havia-se já transformado num símbolo do capitalismo, independentemente da natureza do regime. Os Pavilhões do Estado continuavam a revelar à saciedade toda a importância que o Estado Novo atribuía à Feira[629]. Na enorme diversidade dos seus divertimentos, dois deles eram particularmente emblemáticos: a "Montanha Russa" (a grande novidade) e a "Grande Vacaria", onde das tetas de uma vaca saía vinho e não leite. Esta última manter-se-á como uma das referências obrigatórias na Feira até aos anos 70. A partir deste ano, a Feira começou a ser o grande palco da consagração das vedetas da **Rádio**. O novo meio de diversão de massas.

1947: A Feira volta a ser inaugurada pelo solícito Carmona a 29 de Maio. Comemorava-se os 800 anos da Tomada de Lisboa aos Mouros, sendo a Feira um dos pontos altos destas festividades. Foi talvez a edição mais internacional de todas, contando com pavilhões representativos da indústria americana, francesa, britânica, sueca, suíça... Para as firmas portuguesas foi construído o Pavilhão do Comércio e Industria. As representações do Estado distribuíam-se pelo Pavilhão da Guerra

---

Nac.dos Produtos Pecuários, Inst. Port. Conservas de Peixe, Inst. do Vinho do Porto e Junta Nac. das Frutas. Representações que revelavam os grandes produtos da economia portuguesa.

[623] S.,22/7/1945, p.3

[624] No Poço da Morte, Bani Silvino e o seu mestre Mário Dalta Rosa, realizavam já arrojados exercícios acrobáticos em motocicletas. cfr. S.,13/871949.

[625] Estas eleições foram as primeiras, desde o 28/5/1926, que a Oposição pôde apresentar listas alternativas aos candidatos do Governo. Fê-lo de uma forma unificada, através do MUD (Movimento de Unidade Democrática). Face às condições em que teve que concorrer, acabou por desistir, apelando à abstenção.

[626] S.,5/4/1947

[627] O projeto do Pavilhão foi concebido pelo Pintor Mário Costa (S.,17/4/1946)

[628] A Estátua da Liberdade não passou despercebida no tempo, pelo contrário foi objeto de não apenas muitos registos fotográficos na imprensa, mas até, de um artigo de fundo de Rocha Martins que realçou toda a sua carga simbólica ("A Estatua da Liberdade e a Glória de Lincoln", in *República*, 22/4/1946).

[629] Entre estes Pavilhões sobressaiam os seguintes: Casas dos Pecadores e do Povo; Junta Nacional do Vinho (S.,12/7/1946), Agência-Geral das Colónias (S.,16/7/1946), etc.

(estabelecimentos fabris), Pavilhão da Economia (organismos de coordenação económica), Pavilhão do Ministério das Colónias(Agência Geral das Colónias), Pavilhão do Ministério das Comunicações, Pavilhão do Ministério da Marinha, etc. Entre as visitas ilustres da Feira contou-se a do Rei do Congo e do Régulo de Timor (Guilherme Gonçalves). A vedeta da Rádio que maior sensação provocou foi o célebre "Zézinha" (Vasco Santana), da "Lélé" e d` "Aquela Santa".

1948: Não se realizou.

1949: A Feira, organizada agora pelo Governo Civil de Lisboa, foi inaugurada pelo representante do Presidente da Republica, Nuno de Brium[630]. O seu lema era o da ajuda aos pobres. A iniciativa contava com o apoio do *Diário de Notícias* e *Diário Popular*[631]. A abertura ao público foi precedida de um desfile com cerca de 100 carros alegóricos, que se envolveram com o público numa "Batalha de Flores"[632]. Assumia-se claramente com uma **vocação nacional,** desde logo ensombrada por **sucessivos atrasos** na abertura dos vários pavilhões. Esta vocação era assinalada pela presença nos vários eventos de câmaras de todo o país, e muito em especial, pelos pavilhões das câmaras de Lisboa[633], Setúbal e do Porto. Junto a este último, em Junho, será inaugurada uma notável exposição sobre "Ourivesaria Portuguesa". Concorridíssima foi também as exibições das marchas do Castelo (1ª classificada em 1947) e de Campo de Ourique. Um "Museu Desconhecido", mostrava aspetos ignorados da Lisboa recriada pelo regime[634] "Em Julho, noutro recanto do recinto, seria inaugurada uma réplica em miniatura da "Aldeia Portuguesa". Apelando para o futebol, então em verdadeira ascensão, lançou-se o concurso "Taça Popular", onde cada visitante era estimulado a votar no seu clube. Reforçando a propaganda do Estado, o **SNI** abriu também um pavilhão, onde atuava o "Teatro do Povo". Estávamos no último ano de António Ferro à frente deste organismo. A pujante Marinha Mercante portuguesa dava mostras disso mesmo, no seu pavilhão. Por toda a Feira se evocava a Pátria e as suas regiões, sob a égide do Estado Novo. Também não faltavam divertimentos, como o "Aeroporto da Feira"[635] ou o "Castelo Misterioso". Sobre este último, o *Diário de Notícias* alertava os visitantes para o facto de nele se poder ver "camarada fantasma", noite e dia, "bisbilhotando" por entre as ameias[636]. Para os que tinham desejos de viajar, foi igualmente criado um recanto evocativo do "Bairro Latino" de Paris.

Com tanta festa, só podíamos estar num ano repleto de eleições: em Fevereiro para a Presidência, e depois da Feira, em Novembro, para a Assembleia Nacional. Na

[630] D.N, 4/6/1949

[631] Consultar *Diário de Notícias e Diário de Lisboa* dos dias 6 e 9 de Março de 1949.

[632] O cortejo e a Batalha das Flores ocorreram no dia 5 de Junho entre as 16 e as 19 horas, ao longo da Avenida da Liberdade até à Rotunda. Ao todo participaram cerca de 100 carros alegóricos, a partir dos quais os seus ocupantes atiravam flores para a assistência. Evocavam temas históricos, regionalistas, não apenas de Lisboa, mas também dos Açores, Coimbra, Setúbal. Atuaram 9 bandas em 4 coretos. Calculou-se que terão assistido cerca de 40.000 pessoas (cfr. D.L., 5/6/1949). Devido à elevada temperatura que se fez sentir, houve vários casos de insolação. A Batalha das Flores, pretendia retomar também uma tradição lisboeta que remontava a 1887 (cfr. D.N,6/6/1949). Sobre o Programa, consultar: *Feira Popular- Cortejo Inaugural- Batalha de Flores. Programa Oficial*. 1949.

[633] Este Pavilhão aberto a 27 de Junho, desde logo se destacou pelas suas projeções de filmes de propaganda sobre temas tão variados como a conservação da cidade às regras de trânsito.

[634] S.,19/5/1945

[635] O "Aeroporto da Feira" foi concebido pelo arquiteto Frederico George, e realizado por Ticiano Violante.

[636] D.N., 13/6/1949

primeira foi reeleito Carmona[637], e na segunda, a "União Nacional" preencheu, como se esperava, todos os 120 lugares disponíveis.

Paralelamente, na Praça do Império em Belém, organiza-se no que restava ainda dos pavilhões de 1940, a **Feira das Indústrias Portuguesas**. A iniciativa cabia mais uma vez à Associação Industrial Portuguesa. No ano seguinte, voltou a repetir-se o evento[638]. Também neste ano, em **Algés**[639],surge uma nova Feira Popular.

1950: A Feira organizada de novo pelo Governo Civil de Lisboa, foi inaugurada a 2 de Junho pelo mesmo representante do Chefe de Estado. Não trazia grandes novidades. Na Praça do Império, os edifícios na parte superior, ostentavam agora motivos decorativos de cunho árabe. Entre as suas principais atracões, a "Grande Roda" foi a única que sofreu grandes alterações. No conjunto, salientava-se a "montanha russa", o "water-chute" e a barraca das "Noites de Sing-Sing"(uma cadeira elétrica). No Pavilhão de Portugal, construiu-se um "magnífico palco", onde se exibiam até à exaustão variedades ao gosto popular e ranchos folclóricos das várias regiões do país. A vertente bairrista e regionalista era claramente o modelo agora se pretendia impor.

Paralelemente, pelo país, outras Feiras Populares, organizadas pelo Estado, replicavam o mesmo figurino.

1951: *O Século* volta a organizar a Feira. Tudo o que existia foi destruído. São então chamados alguns dos melhores artistas do tempo para colaborar na nova Feira. Foi inaugurada a 9 de Junho pelo Ministro da Defesa Nacional, Santos Costa, contando ao seu lado, com o Coronel Armando Lacher, diretor dos Serviços de Censura[640].

Volta igualmente a procurar-se combinar os "dois portugais", o tradicional e o moderno, retomando o modelo da Feira "Luna Parque " e "Feira Internacional de Amostras".

Para o público ligado à tradição, Gustavo Matos Sequeira recriou a "Ribeira de Lisboa" (quinhentista)[641]. Podia-se encontrar também a praça de toiros, um Picadeiro, sardinhas assadas e claro as farturas. O Teatro Arco-Íris, ao ar livre, apresentava as vedetas mais populares da Rádio. Para percorrer a Feira havia um comboio automóvel. Um sem número de outros divertimentos, como a Grande Roda, o "Water-Chute", o "Rotor- Poço Centrífugo"(a grande novidade), o Castelo Fantasma, a Casa Rolante, os barcos a gasolina para navegar no lago, a Esfera da Morte, o Poço da Morte, os carros elétricos, carroceis ou os espelhos da Grande Paródia ou Parada da Alegria faziam o encantamento de quase todos.

Para os que gostavam de linhas modernas foram concebidos arrojados "stands", por um numeroso grupo de artistas, onde estavam representadas algumas das maiores empresas do país[642]. O grande público deliciava-se, todavia, com as mostras dos mais modernos "artigos para o lar".

---

[637] Nas eleições presidenciais de Fevereiro de 1949, para além do candidato do regime, concorreu pela Oposição Norton de Matos. Face ao desenrolar do processo, acabou por ter de desistir.

[638] D.N.,2/6/1950

[639] A Feira de Algés abriu em Junho, no Parque Beiramar, sob o projeto do arquiteto Costa Macedo (Cfr. D. L.,14/3/1949), e por iniciativa da Sociedade Comercial Beiramar, Lda. Voltou a ser organizada, pelo menos, em 1950 (Cfr. D.N.,1/6/1950).

[640] S.,10/6/1951

[641] S.,22/5/1951

[642] Entre as muitas firmas com stands próprios destacavam-se pela sua dimensão as seguintes: Nacional (Cmpª. Portugal e Colónias, concebido por José Rocha); Oliva (concebido pelo pintor Alberto Cardoso); Sacor (petróleos); SNAP- Soc. Nac. de Petróleos; Shell (concebido pelo artista Joaquim Bartholo, com a

Os organismos oficiais tinham quatro representações de peso, o Ministério da Economia[643], Ministério da Marinha[644], Ministério das Colónias[645] e a CML[646].

O Pavilhão dos EUA, reproduzindo a Casa de George Washington, em Mont Vernon, acabou por ser uma das principais atracões da Feira, propondo um triplo percurso: a História dos EUA; Portugal e o Plano Marshal; o Pacto Atlântico[647]

As feiras organizadas por este jornal até 1956, pouco alteraram este modelo híbrido.

Inesperadamente, ou talvez não, a Feira coincidiu, em Julho, com as eleições presidenciais, onde Craveiro Lopes substituíu Carmona entretanto falecido[648].

1952: A Feira é inuagurada a 19 de Maio pelo novo Presidente da República -Craveiro Lopes-, assistindo ao acto uma numerosa comotiva ministerial[649]. Na praça principal o pavilhão dos EUA impunha-se pela sua imponência, mostrando quem era agora a grande potência do Mundo Ocidental[650]. Desta vez apelava à unidade em volta da NATO. Ali bem perto, erguia-se o Pavilhão da Marinha, onde o então ministro do sector, Américo Tomás, conhece sem motivos aparentes, rasgados elogios d´*O Século*. Para contrabalançar esta tendência demasiado internacional, é organizado um enorme cortejo dedicado ao Ribatejano (Agosto), que constituíu um enorme sucesso não apenas no recinto, mas também na cidade[651]. O global e o local coabitam num mesmo espaço.

1953: A Feira inaugurada, a 8 de Junho, por Craveiro Lopes, é então um verdadeiro palco de propaganda não apenas do Estado Novo, mas também dos EUA. Comemoravam-se 25 anos que Salazar estava no Governo. *O Século* não se poupou a esforços para assinalar o facto. O Pavilhão do Estado, organizado pelo SNI, apresentava justamente uma "Exposição-Documentário" sobre esta acontecimento[652]. O Pavilhão da CML continuava a apostar na exibição de filmes de propaganda. O Pavilhão dos EUA, continuava com a propaganda da NATO. O Pavilhão da Alemanha mostrava já a poderosa indústria que havia ressurgido da Guerra. Outros Pavilhões, como o das Artes Decorativas, apresentavam uma vasta gama dos novos artigos para o Lar. Entre os mais concorridos surgia contudo, o do Sport Lisboa e Benfica, angariando fundos para a

---

colaboração de Calvet de Magalhães); "Frigidaire" (concebido por Frederico George); Compªs. Reunidas de Gás e Electricidade; Correios e Telégrafos e Compª . dos Telefones; Carris; MEL- Fab. de Loiças e Alumínios de Sacavém; Fáb. Loiças de Sacavém; Mabor (pneus); Chocalates "Rajá"; Chocolates "Regina"; Chocolates "Favorita", etc.

643 O stand do M. Economia foi concebido por Abel Manta (filho), tendo decorações também do escultor Jorge Vieira e do ilustrador Eduardo Coelho (cfr. S.,9/5/1951).

644 S.,28/5/1951

645 O stand era da autoria do pintor Emmerico Nunes (S.,10/5/1951), com decorações do pintor Mário Costa e ainda de José Maria Segurado, fotografias de Mário Novais, esculturas (2) de Simões de Almeida, etc.

646 S.,11/5/1951

647 A conceção do Pavilhão coube ao arquiteto Frederico George.

648 Nas eleições de 22 de Julho de 1951, a Oposição apresenta dois candidatos contra Craveiro Lopes, nomeado pelo Governo: Rui Luís Gomes e o Almirante Quintão Meireles. O primeiro é dado pelo regime como elegível (17 de Julho) e o segundo é forçado a desistir (19 de Julho).

649 Craveiro Lopes retribuía desta forma o envolvimento d` *O Século* na sua eleição. Em Agosto deste ano visitou ainda a Colónia Balnear (Cfr. D.N.,25/8/1952 e S.I. , 30/8/1952), repetida pouco depois pela sua esposa (Cfr. S.,26/9/1952).

650 S.,10/9/1952.

651 S. I., 30/8/1952.

652 O pavilhão foi inaugurado a 11 de Junho, sendo a 14 de Outubro visitado por Salazar. Até este dia fora já visitada por cerca de 900 mil pessoas.

construção do novo Estádio[653]. Com idêntica finalidade erguia-se o Pavilhão dos Inválidos do Comércio.

A animação era enorme. No Sorteio, organizado pela Feira, os visitantes habilitavam-se a um automóvel. O Festival da Vinha e da Uva, prosseguia a propaganda alcoólica. O mercado das loiças regionais dava à Feira, o toque provinciano indispensável para atrair certas camadas de público. No Teatro Arco-Íris, sucediam-se os espectáculos apresentados por Igrejas Caeiro e Irene Velez. O restaurante "Pôr do Sol", dava um toque modernista na área da gastronomia. O sucesso foi completo.

Após a Feira, em Novembro, voltaram a realizar-se eleições para a Assembleia Nacional. A Oposição não concorreu. A "União Nacional", como era de esperar, ganhou todos os lugares, no mais completo desinteresse geral.

1954: A Feira deste ano oferecia menos novidades, razão pela qual o público não parou de diminuir. Para além do popular Pavilhão do Sport Lisboa e Benfica e da Alemanha, as principais novidades estavam nos pavilhões da CML, Serpa e no do Ultramar. O primeiro apresentava uma exposição sobre 10 anos de administração municipal, visitada, a 27 de Junho, por Salazar. O segundo, trazia a questão do Alentejo à ribalta. O desemprego e a emigração reflectia em toda a sua dimensão a situação de desespero vivida nos campos. O último pavilhão mostrava o novo empenho posto na propaganda das colónias, então rebatizadas de "Ultramar". O tema do multi-racialismo começava a ser posto em marcha.

1955: As diversões não apresentam grandes surpresas. Mas dois vencidos da guerra, a Alemanha e a Itália, mostravam nos seus pavilhões o crescente dinamismo das suas indústrias. Atendento ao contexto político internacional, o Pavilhão da Agência-Geral do Ultramar era então totalmente dedicado ao **Estado da Índia**[654]**.** No cartaz promocional da Feira pela primeira vez figuravam crianças negras. Portugal passara a ser não um Império, mas uma nação multi-racial[655]

1956: Neste último ano da Feira no Parque de Palhavã, abriu a 1 de Junho, tendo a entrada "monumental" virada para a Embaixada de Espanha. Os seus grandes pólos de atracção, para além dos divertimentos muito populares como praça de toiros, o "water-chute", mas também as pistas de automóveis e o célebre sorteio das panelas de alúminio, o que sobressaía era a zona dos restaurantes, com os três maiores: Pôr-do-Sol, Dragão e Patrício. Os mais típicos eram todavia a Triana, Lacerda e Bairrada; as maiores esplanadas, a Valbom, Café de Pretos e a Colonial. Possuía três dancings, o Meia Noite, S. Jorge e Tamariz. A Feira era já então um local de encontros onde tudo se podia comemorar.Entre os pavilhões internacionais, continuavam-se a destacar os da Alemanha e da Itália. Entre os nacionais, impunha-se pela popularidade, o do Sport Lisboa e Benfica.

É neste ano que ocorreu o acontecimento que marcou também, simbolicamente, a mudança para uma nova era na sociedade portuguesa. Entre 4 e 30 Setembro ocorrem as primeiras emissões experimentais da RTP, a partir de estúdios montados na Feira.

---

[653] Este Pavilhão concebido pelo pintor Júlio Santos, mostrava para além das 2.087 taças e troféus conquistados pelo Clube, a maquete do seu novo e grandiosa Estádio.
[654] *Diário da Manhã*, 8/6/1955
[655] S.,1/6/1955

1957: A realização da Feira é abrutamente interrompida, em virtude do Parque de Palhavã ter sido vendido à Fundação Calouste Gulbenkian.

É certo que o país está eufórico com as emissões regulares de Televisão, mas a grande expectativa na cidade está agora concentrada na Junqueira,. Neste ano, foi aí inaugurado um moderno Pavilhão de Exposições. Algumas das mais importantes manifestações do regime vão agora ocorrer neste novo espaço. Procurando preencher o enorme vazio deixado em aberto pela Feira, *O Século* organiza também nele o 1º. **Salão de Artes Domésticas**, em Outubro deste ano, dando assim continuidade à amostra de "Artigos para o Lar" que tanto sucesso obtivera na Feira desde 1943. O sucesso foi enorme[656].

As eleições para a Assembleia Nacional, a 3 de Novembro, sem candidatos da Oposição, passam quase despercebidas.

1958: As exposições da Junqueira estavam longe de atraiar as camadas de menores rendimentos da população. Várias iniciativas procuram preencher esse vazio. Neste ano, organizou-se a denominada "**Feira Popular de Alvalade**" no **Estádio do Sporting Club de Portugal (SCP)** e nos seus terrenos anexos. Teve duas inaugurações. A primeira a 12 de Junho por Lívio Borges e José Abrantes da Comissão Administrativa da Feira, exactamente no dia em que as Marchas Populares desciam a avenida. A segunda, a oficial, teve lugar a 22 de Junho[657]. Nos seus diversos espectáculos participavam os mais afamados conjuntos e artistas ao tempo[658]. As entradas custavam 1$00, para um mundo de atracções composto por restaurantes populares, barracas de loiça e quinquilharias, esplanadas de farturas, sumos, doces, além de aviões, pistas de automóveis, carróceis e mais divertimentos. Nas galeria do estádio, com 24 metros de largura, cuja, a avenida central, segundo a propaganda difundida, tinha a largura da Rua do Ouro, estavam instalados "stands" de exposições das firmas comerciais e industriais. Contudo, é preciso dizer que o mais importante dos stands, era o do SCP. O tema central era a gloriosa história do Clube. Esperava-se uma frequência superior a 1 milhão de visitantes[659], mas ficou aquém destas expectivas.

Paralelamente, *O Século* promove o IIº. Salão de Artes Domésticas[660], acrescentando-lhe agora um efémero parque de diversões.

A CML que pressente igualmente o vazio provocado pelo encerramento da Feira de Palhavã, investe então enormes somas nas Festas da Cidade[661]. Ficarão memoráveis as Marchas Populares e a Corrida dos Ofícios no Bairro de Alvalade. Mas a sua mais emblemática iniciativa foi a realização de uma **Feira Popular no Jardim da Estrela**[662]**,**

---

[656] S.,23/10/1957

[657] S., 23/6/1958

[658] Entre os muitos artistas que atuaram nesta Feira destacava-se o maestro Stagundo Galarza, os cantores Simone de Oliveira, António Calvário, Maria José Valério, etc.

[659] S., 18/5/1958

[660]Nos pavilhões da Junqueira, *O Século*, organiza o IIº. Salão de Artes Domésticas, junto ao qual cria um "luna parque", com carroceis, pistas de automóveis,etc. Cfr. S., 22/6/1958 e 28/6/1958

[661] Os investimentos prolongaram-se pela época natalícia, sendo iluminada a Rua Garrett. No ano seguinte, as iluminações estenderam-se a toda a Baixa, dado o enorme sucesso anteriormente alcançado.

[662] A Feira designava-se "Feira Portugal em Lisboa". Estava concebida em volta de "recantos". Havia o recanto do Douro, algarvio, alentejano, minhoto... Era a ideia de apresentar "Portugal em miniatura", onde não faltava uma grande exposição de artesanato. "O que era pitoresco e representativo como expressão popular veio para a Estrela. Veio o genuíno- e não a obra de fancaria", alertava a promoção municipal. O programa de animação contou com a realização do Iº. Festival Nacional de Folclore. Cfr. R.M., Ano XIX. Nº.77, 2º. Trimestre.1958. p.39.

projectada por Fernanda de Castro, onde procurou recriar não apenas o ambiente camprestre do Parque de Palhavã, mas revitalizar o discurso do pitoresco.

No meio de tudo isto, ocorrem em Junho, as eleições presidenciais que abalarão o regime. De um lado, o Almirante Américo Tomás, o candidato do Estado Novo, do outro, o que concorre pela Oposição, o General Humberto Delgado. No curriculum de ambos, constavam diversas participações nas iniciativas d`*O Século*. Mas o jornal claramente que aposta no primeiro.

1959: Enquanto nos bastidores, *O Século* se procura encontrar um local para voltar a realizar a Feira, a CML organizava uma segunda edição da **Feira Popular no Jardim da Estrela,** agora sob a concepção de Leitão de Barros. Embora com os olhos postos no passado, procurou a modernidade possível na óptica do regime[663]. O número limitado de divertimentos e espaços de diversão acabou por limitar desde logo a adesão do público a este evento.

O Século prosseguiu com a organização do IIIº. Salão das Artes Domésticas[664], inaugurado pelo novo presidente da república, Américo Tomás.

1960: A Feira continua sem se realizar, mas as atenções da comunicação social continuam concentradas na Junqueira. Aí ocorre um dos grandes acontecimentos mediáticos do ano - a **1ª. Feira Internacional de Lisboa** . Inaugurada a 9 de Junho e que contou com a presença de cerca de 400 stands. *O Século,* organiza no mesmo espaço o IV Salão[665].

1961: A Feira volta a realizar-se, ficando instalada no antigo Mercado Geral do Gado[666]. Foi inaugurada com pompa e circunstância por Américo Tomás, no dia 22 de Junho, pelas 19 horas[667]. O clima geral era de grande euforia, esperava-se uma grande adesão do público. Ocupava uma área de aproximadamente 25 mil m2. Estendia-se por longas avenidas e arruamentos. Contava com cerca de 150 stands publicitários, restaurantes, bares e um "luna park"[668]. No primeiro grupo, destacavam-se 4 pavilhões[669]: o da indústria alemã, o d`*O Século* (dedicado à industria portuguesa), o da CML e o do Pavilhão do SLB. Curiosamente foi neste último que se veio a instalar a maior de todas as atracções: a Taça dos Campeões Europeus que este Clube então conquistara[670]. Procurando atrair novos públicos, nomeadamente os jovens, foi instalada uma "boite", denominada "*Bégan".* Para além da música e do espaço para dançar,

---

[663] A propaganda camarária explicou assim a nova edição desta feira: "A CML sentiu a necessidade e proporcionou à população uma Feira colorida, movimentada, com vinco moderno". A conceção global estava cheia de evocações ao Império Colonial português, e mais subtilmente ao regime. As entradas principais eram decoradas com colunas de madeira trabalhada. As diversas áreas eram assinaladas com figuras alusivas à "Agricultura", "Industria", "Paz" e "Estrela de Alva". Entre os pavilhões destacavam-se os da Índia (com um elefante coberto de ouro), Macau e do Brasil ("com apetecíveis churrascos"). Como era habitual desde os anos trinta, o "Café de Negros" com "interessantes decorações incrustadas nas palmeiras", evocava as aldeias de negros africanos. Perto do lago, para os "saudosos de Saint-Germain-des-Prés", foi montado uma galeria de quadros com "Lembranças de Paris". Cfr. R.M, Ano XX, nº.81, 2º. Trimestre 1959. p.81.

[664] S.,28/10/1959

[665] S.,11/9/1960

[666] *Diário Ilustrado*, 18/5/ 1961

[667] S., 10/6/1961 e 23.6.1961.

[668] S., 25/5/61

[669] S.,30/6/61

[670] S., 23/6/61

oferecia um "serviço de qualidade" fornecido pela Casa ord.[671] A sua exploração revelou-se quase de imediato deficitária. Em compensação foi enorme a afluência de público que se registou nos restaurantes regionais, cervejarias, tascas, adegas, casas de petiscos e outros locais, onde se comia e bebia ainda mais. No lago que procurava sugerir o de Palhavã, navegavam os barulhentos "gasolinas". Mas a grande atracção estava nas "barracas"das tômbolas e nas dos tirinhos, setas, argolas ou simples bolas, onde se procurava atingir um alvo ou derrubar qualquer coisa.

O bilhete de entrada habilitava, como na Feira de Palhavã, um sorteio, neste caso a um automóvel. No final, reconhecia-se que a afluência do público estava muito aquém das expectativas.

Apesar da festa não era possível ignorar que Portugal entrara em guerra. A União Indiana ocupara Goa, Dão e Diu. Em Angola, e depois noutras colónias, os movimentos de libertação haviam iniciado uma luta armada. A emigração não parava de aumentar, desagregando famílias e rompendo seculares tradições num país ainda essencialmente rural. A Oposição estava cada vez mais reforçada. Neste mesmo ano, boicotará as eleições para a Assembleia Nacional. Os tempos da Feira de Palhavã são algo que pertencia em definitivo ao passado.

1962: A Feira foi inaugurada, a 1 de Junho, pelo presidente da CML, General António Vitorino França Borges[672]. No tradicional almoço comemorativo da abertura, recorda-se já com saudade, a Feira de Palhavã. Tornara-se um mito para os feirantes e o público. O que contribuia para aumentar a desilusão face à nova Feira. A principal atracção continuou a ser o Pavilhão do Benfica. Nele foi exposta a 2ª. Taça de campeões europeus de futebol conquistada neste ano[673]. O número de stands diminuíu para cerca de 100, a maioria dos quais destinados à venda de artigos para o lar[674]. No meio de uma emotiva homenagem a J.P.Rosa, a 7 de Junho, era inaugurado o posto de socorros dos Bombeiros Voluntários da Cruz de Malta. Esta corporação estava na Feira deste 1943. A comunicação social ignorou em geral a nova Feira, reflectindo com esta atitude, não apenas os novos valores emergentes, mas sobretudo o carácter marginal que este tipo de eventos começavam a assumir nas cidade.

1963: A feira que abre as suas portas, sem pompa nem circunstância a 1 de Junho[675], é apresentada como uma simbiose entre o "artístico" e o "popular", uma "feira de divertimentos" e uma "feira internacional de amostras"[676]. Entre os stands de vendas, continuavam a sobressair os dos artigos para o lar, e, em especial o dos electrodomésticos[677]. As farturas, mas também os doces regionais eram então muito populares[678]. Nos divertimentos é agora salientado o Poço da Morte (acrobacias de motociclismo), os "troley" (pistas de automóveis eléctricos), o rola-rola (a grande

[671] S., 7/6/61
[672] O Brigadeiro António Vitorino de França Borges exerceu as suas funções de presidente da edilidade, entre Março de 1959 e 1969, quando foi substituído pelo Eng. Santos e Castro.
[673] S.,27/5/62
[674] Para uma panorâmica da Feira consultar *Os Rídiculos e Diário do Norte* (fins de Maio de 1962), S., 3/6/1962, e sobre os divertimentos em particular S., 6/6/1962
[675] Foi inaugurada por França Martins, Guilherme Pereira Rosa (diretor de *O Século*) e Joaquim Pavão (administrador da Soc. Nac, de Tipografia).
[676] S., 19/5/63
[677] S., 20/5/63, p.2. pública a lista das cerca de 60 empresas representadas
[678] Numa nota pitoresca, em 1965, escrevia-se que "um velhote de 84 anos ia à Feira por causa das farturas" S.;6/6/1965, pag.2.

novidade), os carróceis de aviões, cavalos, girafas e outros animais[679]. A Grande Paródia (casa dos espelhos)[680], apesar da sua simplicidade de artefactos, continuava a fazer rir de si próprios muitíssimos visitantes.

As receitas para a animação continuavam a consistir na exibição de ranchos folclóricos, mas agora também em desfiles de marchas populares e projecção de filmes de longa metragem. O principal acontecimento foi contudo, o Torneio de Propaganda de Boxe, numa homenagem ao Clube Rio de Janeiro de Lisboa. Uma representação do Ribatejo, em Setembro, trouxe alguma animação suplementar. Entre os concursos mais populares, contava-se o da "Noite de Chave d`Ouro"[681].

A CML, a única entidade oficial que tinha agora uma representação própria dedicada à propaganda junto do público, ainda concebeu um pavilhão com alguma dignidade[682]. Nos seguintes este era o retrato vivo da desorientação em que se vivia no município.

O Século, pressentindo a decadência iminente da Feira, investe de novo na Junqueira, onde organiza o Vº. Salão de Artes Domésticas, mais uma vez inaugurado por Américo Tomás[683].

1964: A feira é inaugurada por França Borges[684]. Para além de um recinto de comes e bebes e divertimentos comuns a qualquer outra Feira do país, era sobretudo um espaço de venda de electrodomésticos. Facto, que três anos depois, suscitará os protestos do Grémio do sector. No Teatro Vasco Santana, onde diariamente se organizavam sessões de cinema[685], a Companhia Teatro Estúdio de Lisboa inicia entretanto a sua actividade. Em qualquer dos casos todos se queixam que têm prejuízo. Numa operação de promoção junto de públicos de rendimentos mais elevados, *O Século* leva a jantar no restaurante A Tricana[686], Marcia Kubitscheck, a filha do ex-presidente brasileiro. O Relatório e Contas da FPL de 1964 [687] reafirma que esta estava longe de ter "a grandiosidade" de Palhavã. As grandes firmas e representações internacionais haviam-na já abandonado. A animação continua a assentar nas exibições de ranchos folclóricos. O concurso mais popular era o dos vinhos "Camilo Alves".

Paralelamente, *O Século*, organiza o VIª. Salão de Artes Domésticas, inaugurado, a 18 de Novembro, pelo indefectível Américo Tomás[688]

1965: A Feira volta a ser inaugurada por França Borges. A incerteza, quanto ao seu futuro instala-se. No Pavilhão da CML, o artista Vitor Belém realiza uma intervenção apagada[689]. O "Pavilhão Internacional" era tudo o que restava da antiga Feira Internacional de Amostras. Os artigos em exposição (e à venda) em nada diferem dos que podiam ser encontradados nas lojas da cidade.

---

[679] S, 1/6/63
[680] S.,9/6/63
[681] S., 30/6/63
[682] *Boletim Municipal*, Janeiro de 1963. Inaugurado a 11 de Junho, destacou-se pela apresentação de filmes culturais. A conceção pertenceu a José Espinho.
[683] *Novidades*, 23/11/1963.
[684] Consultar: S., 1/6 S., 6/6. (pag.14), S.,7/6(p.2), S.,8/6 (p.2), S.,16/6 (p.2),S.,17/6.(p.2).
[685] Seculo, 13.6.1964
[686] O seu casamento em Sintra, dias depois, foi largamente publicitado pel`*O Seculo*. Recompensa ?
[687] Feira Popular de Lisboa e Internacional de Amostras. Relatório e Contas. 1964. Lisboa 1965.
[688] D. P., 15/10/1964.
[689] S.,6/6/1966

Após ter organizado o VIIº Salão das Artes Domésticas na Junqueira[690], no final do ano, Carlos Alberto Pereira da Rosa, então director da Feira Popular, abandona a SNT.

1966: A Feira, como era habitual, foi inaugurada por França Borges. O Pavilhão Municipal estava votado ao abandono. A nova boite, "Munique em Lisboa", junto ao Pavilhão das Panelas, não tarda a ser conotada como um local de prostituição. Fama extensível a outros locais, como as barracas dos "tirinhos", etc. O que mais interessante existia estava ligado à gastronomia. Os caracóis nas tascas e os amendoins nas cervejarias, eram os pratos de maior saída. É num restaurante popular que *O Século*, promove mais uma visita ilustre, a do político e jornalista Carlos Lacerda[691]. O ambiente global é profundamente decadente. Ninguém investe, dado que o futuro da Feira é cada vez mais incerto.

1968. Numa altura que se comemorava os 25 anos da Feira[692], as publicações ligadas à SNT ignoravam-na por completo. Para um dos seus jornalistas, os únicos atractivos que possuía resumiam-se às sardinhas assadas, tachos e panelas...em alumínio[693]. A imprensa, com algum sensacionalismo, anúncia o seu fim em Entre Campos. Nos terrenos onde estava instalada, erguer-se-ia em breve uma Central de Camionagem. *O Século* pouco mais se limitou a assinalar em termos de atractivos, que o sorteio "A Volta vista da Feira", promovido pelos Vinhos Camilo Alves e abertura da "Discoteca Roma".

Se em Lisboa, a Feira parecia ter os dias contados, no Barreiro, a Casa dos Rapazes, organizava outra Feira Popular[694]. Podia-se concluir que, pelo menos fora da capital, continuava a haver público e apetência para este tipo de diversões.

1969: Os divertimentos da Feira pouco se distinguiam dos que circulavam por outras feiras do país. Após o sucesso nos anos quarenta e cinquenta dos divertimentos mecanizados como pistas de automóveis, carróceis, aviões, discos voadores, cestas e outros, nesta altura a grande atracção eram os jogos[695]. Havia-os de todos os tipos desde os tradicionais[696] aos denominados "americanos" ou "eléctricos", em geral designados por "flipper", ocupando áreas cada vez maiores. Uns davam prémios, outros não.

1970: A Feira foi inaugurada pelo novo presidente da CML, Fernando Santos e Castro, o qual, no tradicional jantar de abertura, revela-se um saudosista da Feira de Palhavã, afirmando que a visitava diariamente[697]. Poucas novidade trazia, com excepção da "Grande Roda". Um dos locais de maior sucesso continuava a ser a "vaquinha": a

[690] S.,17/11/1965
[691] S.,12/6/1996.
[692] S.,24/6/1968
[693] Cfr. *Modas e Bordados* , nº.2942-26/6/1968.pág.6
[694] S.,2/6/1968
[695] Dec-Lei 48.912, de 18/3/1969.
[696] Entre os mais populares contavam-se os jogos do "ratinho da sorte", o "pavilhão das panelas", "puxa-puxa" e outros semelhantes, funcionando quase sempre como "tômbolas". A extração dos prémios era feita através de rodas numeradas ou outros processos de fácil viciação. Atribuindo também prémios contavam-se ainda, por exemplo, os aparelhos de tiro submarino, as argolas às garrafas, as bolas aos bonecos, as bolas aos buracos, mas também davam prémios as corridas em pistas de minicarros, de minibarcos, etc.
[697] S.,2/6/1970

tasca onde das tetas duma "vaca", em vez de leite, saía vinho. Para os que não acreditavam nas potencialidades das feiras, *O Século* mostrou então que a paixão pelas mesmas, estava bem viva por todo o país[698].

1972: A Feira é inaugurada sob o signo das comemorações do 50ª. Aniversário da Atravessia do Atlântico Sul por Sacadura Cabral e Gago Coutinho. O sucesso da iniciativa terá sido muito limitado, a avaliarmos pelo impacto que produziu na comunicação social. Face às pretensões de a desalojarem, *O Século* chamava a atenção que a mesma mobilizara neste ano cerca de 2.000 trabalhadores[699].

1973: Na sua aparente desordem, a Feira dava claros sinais de estar a sofrer uma profunda mudança interna, transformando-se progressivamente num autêntico centro comercial ao ar livre. A grande sensação continuavam a ser os jogos americanos ("fllipers"), mas as principais novidades eram agora uma florista, um stand de "numismática", um novo castelo fantasma (que se juntava aos dois já habituais) e por último uma loja que vendia peixes tropicais, aquários e gaiolas.

1974: A Feira foi inaugurada no dia 1 de Junho, sem qualquer cerimónia protocolar. Era Dia Mundial da Criança. Numa pintura de última hora, o nome de algumas ruas foram rebatizados, a fim de se porem em sintonia com a situação política do momento. Reflectindo as mesmas mudanças políticas, oferecia-se também "Entrada Gratuita a Elementos das Forças Armadas Uniformizados". Não sabemos se esta facilidade terá aumentado o número dos que a passaram a frequentar. Regista-se todavia o facto que a questão de identificar um militar pela farda, não deixou de originar desacados violentos, a 7 de Julho, numa das portas de serviço. O vigilante dizia que sim, os soldados desfardados diziam que não. No campo da animação as grandes inovações foram as sessões de boxe (Julho e Setembro) e os Bailes Populares.

1975: A Feira foi agora inaugurada a 25 de Abril, dia em que se realizavam as eleições para a Assembleia Constituinte. O grande tema da feira era, aliás, a Aliança Povo-MFA. Mal amada pelos seus novos promotores, O *Século* difunde a imagem que a mesma não passava de recinto frequentado por marginais e destituído de sentido. Devido a uma denúncia anónima, o célebre COPCON, interveio igualmente para verificar as condições de segurança dos divertimentos... Por decisão dos Feirantes, o período de funcionamento prolongou-se até fins de Novembro. Apesar do ambiente decadente, o número de visitantes ultrapassou os dois milhões. Valores que só na Feira em Palhavã haviam sido atingidos. A principal atracção não estava nos divertimentos, nem nos restaurantes e tascas, mas nas pessoas que festejavam ainda o fim da ditadura.

1977: Quando se comemorava o 50º. Aniversário da Colónia, o principal argumento que legitimava a realização da Feira, procurou-se promover a sua animação. Dada a ausência de investimentos, a grande novidade resumiu-se à organização dos "Jogos Sem Peneiras".

[698] S.,24/6/1970
[699] S.,2/6/1972

1980: Ainda que a aparência continuasse a ser desoladora, a Feira começava internamente a adquirir uma nova dinâmica. A CD e os feirantes lutam agora pela sua sobrevivência, face à intenção da CML de construir um Luna Parque na cidade.

1981: Para a comunicação social, veicula-se a ideia que havia de facto uma "Nova Feira". Na realidade, foram introduzidas bastantes melhorias: o espaço foi ampliado e certas áreas renovadas. Instala-se o "Dragão" (comboio para crianças), a "Montanha Russa", o "Polvo"(carrócel), os Poneys[700] (carrocel movido por animais), o "Radar" (uma máquina para ler a sina). Relançou-se a "Casa Rolante", um divertimento de sucesso na Feira de Palhavã[701]. Abriu-se um mercado de artesanato, onde estavam presentes 98 stands. O Pavilhão das Panelas, mostrou-se ainda muito concorrido. Deixou as panelas de alúminio e passou a sortear peluches e outras coisas menos utilitárias. Na área dos "comes e bebes", pôs-se fim aos "assadores de rua", acabando-se com o fumo que cegava os visitantes - um dos elementos mais típicos desta Feira. Numa estética que evocava a Europa do Norte, abriu-se a cervejaria "Bierhaus, junto à entrada principal. No capítulo da animação, entrou-se numa nova etapa. A Feira passou a ter regularmente espectáculos, que de uma forma ou outra, compensavam a ausência de investimentos de vulto. Registe-se a organização do IIº. Festival de Bandas do Distrito de Lisboa.

1982. Quando a Feira abre, a 2 de Abril[702], a Comunicação Social difundia há muito notícias que davam conta que este seria o último ano que se realizaria em Entre Campos. A CML iniciou neste mesmo ano as obras de infra-estruturas para o Luna Parque que se projectava construir. Em termos de animação na Feira esta foi ainda maior que o ano anterior. Logo em Maio, por exemplo, para além de um ciclo de cinema português, será organizado no Campo Pequeno, um concerto de música Rock, pelo grupo "UHF". Inaugurou-se um **Mercado do Artesanto**, contando com a participação de 191 artesãos. Abre-se a Discoteca "Lusco Fusco", frente à citada cervejaria. Sucedem-se actuações de ranchos folclóricos, etc. Face a esta animação, o público corresponde, regressando de novo à Feira. Será o melhor ano até 1998!

1983: A Feira está agora voltada para os imigrantes e para as câmaras municipais da província sedentas de protagonismos na capital, mas também para as casas regionais moribundas e os artesãos que pululam pela cidade e o país. Procura-se transformar a Feira num microcosmos das feiras tradicionais. Inicia-se então a construção do "Pavilhão do Artesanato", com uma área de 500m2, mas também de um "Terreiro Rural".

1984: A Feira ressente-se cada vez mais da falta de público. A CML manifesta dificuldades em arrancar com a construção do Luna Parque. Prosseguindo a lenta renovação iniciada em 1981, surgem algumas novidades: as cadeirinhas voadoras para crianças e para adultos; um carrocel de barquinhos; a Casa Maldita e o "Zig Zag". O Pavilhão onde esteve instalado o ISPA, passa a servir para exposição de mobiliário[703]. O Pavilhão do Artesanato, com cerca de 500m2 de área coberta, passa a servir para

[700] Objeto de inúmeras críticas na imprensa por parte de entidades ligadas à proteção dos animais.
[701] A Capital, 22/7/1981.
[702] D.P., 19/3/1982
[703] Esta exposição foi então pomposamente denominada Mostra/Feira de Mobiliário Doméstico, contando com 19 feirantes, numa área de 2.400 m2.

celebrar as **quinzenas regionais,** iniciada pela **Casa de Lafões**. Iniciativa que se manterá durante mais de 10 anos. Após o encerramento da Feira, abre a **Brincolândia**. A intenção era rentabilizar nos meses do "defeso" o recinto.

1985: Comemorava-se neste ano os cem anos do nascimento de J. P. Rosa. A efeméride foi assinalada, no dia 26 de Setembro, entre outros actos, pelo descerramento de um busto e a atribuição do seu nome à praça em frente da porta principal. A grande novidade que começava a expandir-se pela Feira, mas também por todo o país, foram os jogos electrónicos. Pululam por todo o lado, invadindo todos os locais. A Brincolândia, durante a época natalícia, reduz-se praticamente ao Circo que nela foi instalada.

1987: A Feira já não possuia uma época definida para abertura ou encerramento. Na prática funcionava durante todo o ano. Continuou a insistir-se numa mistura entre o provinciano e o pitoresco lisboeta. A afluência de público pouco melhorou em relação a anos anteriores. Organizou-se com maior êxito, o **Iº. Festival da Canção Popular de Lisboa**, em conjunto com a Antena 1 (RDP), *Diário Popular* e Pelouro de Turismo da CMLLançou-se o concurso de Tronos de Santo António. A fim de captar outros públicos, organizou-se também um Salão Popular do Livro e Arte. Melhorou-se igualmente o aspecto do Pavilhão do Artesanato. O maior êxito foi, todavia, o Circo sobre o Gelo de Angel Cristo, na Brincolândia.

1988: A Feira prossegue a orientação anterior, reflectindo o peso crescente da Associação de Feirantes. Construiu-se um novo palco, melhorou-se as instalações sonoras, a rede eléctrica e até a pavimentação geral. A Rádio, Imprensa e a Televisão, começam de novo mostram algum interesse pela Feira. Neste sentido, são de assinalar a a difusão pela RTP, em Junho, de um programa a partir da Feira designado "Jogos Nacionais da Feira", no qual procurava recriar competições tradicionais das Feiras e Arraiais. A Associação de Feirantes, especialmente activa, esteve ligada à duas importantes iniciativas: o **1º. Festival de Artesanato de Lisboa**, em colaboração com a Associação de Artesão de Lisboa e o Centro de Artesanato (Galizes, Coimbra), onde estiveram presentes cerca de 300 artesãos[704], e, ao **Iº Festival Nacional de Folclore.** Com um cunho marcadamente popular, realizaram-se espectáculos dedicados a "canções à moda antiga", tendo-se prosseguido com os concursos dos "Tronos de Santo António". As semanas regionais registavam agora um forte envolvimento dos municípios. A Sociedade Estoril-Sol, publicitou a instalação de um Bingo, com capacidade para 300 pessoas[705]. A grande novidade em termos de divertimentos electromecânicos foi o "Looping" de uma Montanha Russa de concepção italiana[706]. O incremento da animação traduz-se numa diminuição substancial das verbas destinadas à Colónia. Esta estava então praticamente votada ao abandono.

1989: A Feira abre agora oficialmente a 17 de Março e encerra a 8 de Outubro. Na prática estava simplemente aberta todo o ano. Pouco depois do seu ínicio, foi notícia na comunicação social. Os feirantes oposeram-se à CD devido ao aumento do custo dos bilhetes[707]. O aumento ficou, mas os feirantes viram atendida um antiga proposta: as

[704] O Festival decorreu entre 7 e 23 de Dezembro.
[705] Cfr. C.M., 26/3/1988
[706] O Dia, 26/3/1988
[707] A CD alegava que o aumento se justificava devido ao IVA que desde Abril de 1989 os bilhetes passaram a ser sujeitos.

entradas para os restaurantes, à hora do almoço, passaram a ser gratuitas. A Feira constituia então a maior concentração de restaurantes de Lisboa, cujos preços variavam de acordo com a época do ano, o período dia, etc.

A RTP, continuava a explorar o "decor", o palco e o público. Transmite não apenas o 3ª. Festival da Canção de Lisboa, mas realiza também o programa "Jogos de Verão" aos domingos, entre 9 de Julho e 14 de Setembro. A Brincolândia que fora suspensa em 1988, voltou a ser realizada em 1989, em colaboração com a Associação de Feirantes[708].

1991: A Feira surge agora como um local onde frequentemente se realizam almoços de políticos e outras figuras públicas. A Associação de Feirantes contribuia de forma decisiva para esta afluência. Procurava captar apoios para que a mesma fosse entregue aos feirantes. A RTP, nos meses de Verão, continua os seus programas em directo da Feira[709]. A animação prosseguia, assinalando-se a organização do 1º. Festival Nacional de Bandas de Lisboa e o IVº. Festival Nacional de Folclore. Na época natalícia a grande novidade foi o Circo sobre o gelo dos Irmãos Cardinali.

1992: A importância dos restaurantes era um facto incontornável. A necessidade de os rentablizar impos o alargamento dos seus horários de funcionamento. O recinto passou a estar aberto também aos fins de semana e feriados no período entre Outubro e Março. O público não parava de diminuir.

1993: A necessidade de rentabilizar os restaurantes instalados acaba por ditar o fim do pagamento das entradas fora do período "normal" de funcionamento. Face ao crescente alheamento do público, foram reforçados os meios de propaganda, em particular os da iniciativa da Associação de Feirantes[710]. Neste ano, anuncia que estava para breve a transferência da mesma para uma Sociedade de Feirantes constituida para o efeito. Na animação, para alémdos espectáculos, há apenas a destacar a organização do Salão de Banda Desenhada (BDFeira). A propaganda a Feira, então muito activa, continua a apresentá-la como o maior parque de diversões do país: 64 divertimentos, 52 restaurantes, 23 lojas de mobiliário e decoração, 11 barracas de algodão doce, 8 lojas de brinquedos, 7 de bijuterias, 3 barracas de pipocas, 3 de artesanato, 2 discotecas, 1 de electrodomesticos, etc[711]. Em consequência da morte de duas crianças no Aquaparque do Restelo, a imprensa vira-se para a Feira e classifica-a apressadamente de "reino da insegurança"[712].

1994: A ideia da feira como um parque de restaurantes estava já profundamente consolidada. Era vista como uma alternativa aos restaurantes da "Baixa". As entradas gratuitas para os almoços e jantares são agora a regra. Face à diminuição de público, realizam-se alguns investimentos: a "**Casa dos Horrores**", novidade de origem argentina[713] e o espectacular "**Ranger**"[714]. Em termos de animação, apostou-se no

[708] Realizou-se entre 30 de Novembro de 1989 e 7 de Janeiro de 1990.
[709] Programa Jogos de Verão
[710] Por iniciativa desta Associação é lançada a "*Revista da Feira Popular de Lisboa*".
[711] *Revista da FPL*, nº.1. Abril de 1993.
[712] *O Expresso* de 7 de Agosto e 4 de Setembro de 1993.
[713] *Jornal de Notícias*. Porto. Março de 1994. Cota: GEOL-Rec.314.1994
[714] O divertimento consiste em duas "sestas" mecânicas para 32 pessoas no total, que oscilavam em movimentos sincronizados a 15 metros do solo.

regresso das crianças, como o 1º. Festival da Canção Infantil e o 1º. Festival Infantil de Folclore. Para os adultos, relançou-se as semanas regionais organizadas pelas câmaras municipais e regiões de turismo. Para um público com padrões culturais mais exigentes, promoveu-se uma bienal de artes plásticas.

1995: A Feira abre a 18 de Março e apresenta algumas melhorias nos arruamentos. Duas portas de entrada são renovadas. Introduzem-se dois novos divertimentos electromecânicos: o "**Evolution**" e o "**Top Gun**". A RDP e RTP[715] prosseguem com a realização de programas na Feira. Na animação, destaca-se a realização do Vº. Festival Nacional de Folclore. Outros festivais são igualmente lançados, mas sem grande êxito: festival de fado, de acordeão, da canção infantil, das casas regionais de Lisboa, etc.

A Brincolândia que se realizou entre 6 de Novembro de 1995 e 6 de Janeiro de 1996, reduzia-se, mais uma vez, praticamente ao Circo Cardinali.

1996: A Feira é cada vez mais um espaço exótico no meio da cidade. Acumulava vestígios de sucessivas ocupações desde o antigo Mercado Geral do Gado à Feira, incluindo tudo aquilo que a CML foi acrescentando. Como na cidade, sucedem-se os mesmos contrastes, ao lado de edificações novas, o visitante encontra outras em estado decrépito ou ameaçando ruína. Neste capítulo a Feira não era um caso isolado, mas a regra dominante na cidade. Dificilmente se vislumbra também, o projeto que em 1961 fora delineado por Jorge Segurado. O que sobressai é um amontoado de coisas que ao sabor das circunstâncias foram surgindo ou refazendo o que existia, sem qualquer projeto de conjunto. Contribuindo para acentuar esta sensação, a CD, observando que na mesma faltavam elementos alfacinhas (calçadas à portuguesa, candeeiros típicos, etc.) e o elemento "água", não tardou em os espalhar pelo recinto. A intervenção dificilmente é notada, dado o amontoado. A grande novidade foi a inauguração de um divertimento que passou a proporcionar uma viagem a Marte, em realidade virtual (Sea Trek).

1997: A fim de melhorar as condições para a realização de espetáculos, quer o palco, quer a aparelhagem sonora, foram renovados. Face aos crescentes protestos, foi também arranjado o Posto de Socorros e as casas de banho. Tinham ficado esquecidos. A iniciativa mais significativa foi a libertação de algumas áreas para a circulação do público. A lógica de rentabilização de todo os espaços disponíveis, haviam transformado muitos dos arruamentos em autênticos emaranhados, só com equivalente nas feiras de província.

1998: Numa cidade onde se sucediam a abertura de novas ofertas de diversão, a inauguração de uma casa de fados, sob a direção de Paco Bandeira, ou a instalação de uma montanha russa "aquática", passaram naturalmente despercebidas. O número de visitantes era agora quase duas vezes menos que em 1989.

[715] A RTP- *Festa na Feira* com Luís Pereira de Sousa

4.2. Comunicação

A Feira é inseparável dos múltiplos discursos que sobre ela têm sido produzidos. O objetivo deste capítulo é contribuir para a sua análise, tendo sempre em conta os vários contextos históricos em que os mesmos foram elaborados.

Nesta abordagem, partimos do pressuposto de que qualquer discurso[716] sobre a Feira é também indissociável das **imagens** produzidas[717]**.** Quando falamos ou escrevemos sobre a mesma, estamos sempre a evocá-las. A partir delas, elaboramos

[716] Sobre o conceito, tipologias e a evolução dos discursos jornalísticos, consultámos em especial Adriano Duarte Rodrigues, o capítulo "Dimensão Discursiva da Comunicação, in, *Estratégias da....*

[717] A noção de imagem assumida neste texto, comporta essencialmente dois níveis de significação:

- A **imagem como um suporte de comunicação visual** que materializa um fragmento do mundo preceptivo (envolvente visual), susceptível de subsistir através do tempo e que constitui uma das componentes dos "mass média (fotografia, pintura, ilustração, escultura, cinema, televisão). Sobre esta perspectiva consultar Abraham A. Moles (*Enciclopédia "La Comunicación* ..p. 339). Para uma crítica das limitações desta conceção, demasiado presa ao seu carácter icónico ou dependente do referente, consultar Charles Morris (*Signos e Valores...* p. 101).

- A **imagem como um construção mental** resultado duma interação entre o sujeito e um dada realidade, durante a qual se cristalizam certas significações identitárias. Neste sentido, recusamos a dependência das imagens da natureza. Como afirma Pierre Francastel a propósito das artes visuais, "A imagem figurativa está sempre na mente e não na natureza" (p.31). A imagem é já num primeiro grau associação e montagem. Possui desde logo uma estrutura, uma elaboração dos elementos não em função do real, mas das suas determinações de significação internas. Pierre Francastel, *Imagem...*

Mais recentemente, na mesma linha de pensamento, embora a partir da análise da publicidade, consultar Ruan Costa (*Imagem Pública...)*

estereótipos[718], mas também, como escrevia Roland Barthes, construímos outras imagens mais densas de significações: os **mitos**[719]**.** Estes têm a propriedade de estarem para além das circunstâncias concretas em que emergiram. A articulação global destes elementos codificadores da realidade, encontrá-la no **imaginário social**[720] e nas **ideologias**[721] **individuais** ou **coletivas.** A explicitação destes pressupostos, permitem-nos de certa forma tornar mais evidente o modo hierarquizado como iremos abordar a questão.

Num **plano individual**, aquele onde se formam as imagens e se manifestam os estereótipos sobre a Feira, esta surge como um local de intenso **consumo simbólico.** Os actos de consumo que nela ocorrem são essencialmente desta natureza. Num nível mais profundo, são actos constitutivos da relação do homem com o mundo. Através **do que**

[718] Os estereótipos não passam de produtos híbridos feitos de representações, ideias, sentimentos, atitudes, crenças mais ou menos profundas, mais ou menos conscientes que têm um conteúdo emocional mais ou menos importante.

[719] Roland Barthes demonstrou que todo o quotidiano era povoado de mitologias, havendo uma mitologia, por exemplo, para o leite, o bife com batatas fritas, o automóvel, as férias, a literatura, etc. Estas mitologias modelam a nossa perceção, mas sobretudo as nossas conceções valorativas. Roland Barthes, *Mitologias* ... Na mesma linha de abordagens, não podemos deixar de referir também, Gaston Bachelard.

[720] O conceito de imaginário social revela-se na sua forma mais elementar, ao nível das interações sociais quotidianas, como uma estrutura que condiciona a nossa perceção da realidade. Peter I. Berger e T. Thomas Lukman evidenciaram a existência de **esquemas tipificadores**, através dos quais apreendemos os outros e estão configurados os modos de com eles lidarmos "nos encontros face a face". Peter I. Berger e T. Thomas Lukman, *A Construção Social da...*p. 49.

[721] O conceito de ideologia pressuposto neste trabalho, é igualmente demasiado compósito para termos a pretensão de o definir de modo unívoco.

Em primeiro, lugar não enjeitamos as contribuições do marxismo mais ortodoxo, quando afirma que " A existência humana é indissociável de um determinado sistema de representações da consciência que, de um ponto de vista simbólico, acompanham a relação social. A existência humana é sempre existência social, e esta processa-se sempre no horizonte de determinadas formas de comunicação, cujo grau de complexidade varia de forma considerável em relação com o conjunto de condições materiais (históricas) em que a referida existência de processa", José Barata Moura (*Ideologia e Prática*...p.62). **O carácter mediador da ideologia** encontra-se pois, estreitamente ligado ao papel geral da consciência no que diz respeito a todo o processo de reflexão da realidade objetiva. Rejeitamos todavia o simplismo das abordagens que transformam a ideologia num mero reflexo das relações de produção. Posição que como demonstrou John B. Thompson (*Ideologia*....p.54-61), o próprio Marx nunca assumiu de forma explícita.

Em segundo lugar, retivemos alguns ensinamentos de L. Althussser (*Análise Crítica...)*, nomeadamente quando afirma que as ideologias são acima de tudo estruturas que se impõem à maioria dos homens sem passar pela sua consciência. A ideologia como expressão do mundo como os homens o vivem, o que supõe, ao mesmo tempo, a relação real e a relação vivida imaginária.

Em último lugar, retivemos a noção de ideologia como um dada estrutura interpretativa da realidade, formando um sistema de ideias individual ou coletivo que estrutura, hierarquiza ou verifica o saber, de forma a justificar a ordem e a organização dos fenómenos que considera. A ideologia como afirma Edgar Morin (*As Grandes Questões...)*, traduz o mundo em ideias e por essa via interpõem-se entre o mundo e nós, no preciso momento em que se opera a comunicação. Estes sistemas de ideias são dotados de relativa autonomia, possuem vida própria uma vez criados, tendendo a separar-se de nós próprios, sobrevivendo em função da sua própria coerência interna.

Quando à omnipresente questão do **fim das ideologias,** colocada por Raymond Aron (*L´Opium des Intellectuels*...p.410-435), e depois de forma mais mediática por Daniel Bell (*O Fim das Ideologias...*). Os argumentos não nos convencem. A hipotética diluição das ideologias em mundividências ou no relativismo dos valores não anula validade do conceito. Mesmo numa perspectiva individual a ideologia continua a desempenhar uma função ordenadora e hierarquizante dos valores, segundo os quais consciente ou inconsciente os indivíduos se rege. Onésimo Teotónio Almeida mostrou justamente que esta dimensão individual das ideologias, não pode traduzir-se na simples negação do seu papel estruturante e na sua suposição, pelo contrário "não é razão suficiente para se anular as "razões" da ideologia de outros". Cf. Onésimo Teotónio Almeida, "*O Renascimento...*

consome, mas sobretudo **do modo** como consome, cada um afirma a sua identidade e insere-se no mundo pela posse, usufruto ou controlo que manifesta em relação a certas partes desse mundo.

Num **plano mediático,** os discursos sobre a Feira operam *naturalmente* sobre um registo imagético, cuja dependência ao referente nem sempre é evidente. A construção dos **discursos jornalísticos** sobre a Feira incorporaram sempre, como veremos, estereótipos e mitos que a sua pretensa objetividade tende a negar existirem. Quanto maior o recurso a estes estereótipos ou mitos, maior é também a eficácia de todo o processo comunicativo. Primeiro porque permitem estabelecer uma ligação entre os "factos" descritos ou constatados e as ideias consolidadas no imaginário social da maioria dos leitores, depois, porque se limitam a reforçar aquilo que de antemão os mesmos já admitiam sobre a realidade. Nos **discursos de legitimação** que ao longo de décadas têm sido elaborados pelos promotores da Feira, o que se pretende é deliberadamente produzir uma outra relação com a realidade empírica que conduza à sua própria Auto legitimação. Neste sentido, o que acontece na realidade apenas existe porque algo que transcende os meros circunstancialismos históricos persiste, dá-lhe sentido e substância. O **discurso publicitário**[722]**,** cuja função não separamos da eufórica promoção do **consumismo**[723] é indissociável duma estratégia de **sedução**[724]. O que nele

[722] Embora a noção de publicidade esteja originalmente ligada à ideia de "pôr algo em público" ou "publicitar", hoje possui uma denotação e conotação essencialmente mercantil, a sua missão é **promover o consumo**. A publicidade é hoje uma indústria cultural omnipresente no nosso quotidiano. Não fabrica produtos materiais para o público comprar, consumir ou destruir, mas fabrica signos, maneja símbolos, imagens, culturemas, ou seja, dados de perceção, não de experiência. É neste domínio das imagens ou estereótipos que configura a nossa perceção da realidade, contribuindo de forma decisiva para determinar o imaginário social (Joan Costa, *Reiventar*... p.32-34). O seu sentido moderno emerge com a sociedade industrial e principalmente com as primeiras agências de publicidade que aparecem na Europa e nos EUA na primeira metade do século XIX. De uma publicidade centrada no "anúncio" do produto, lentamente, vemo-la passar para a sedução ou estimulação dos desejos dos consumidores. Nesta fase, estava já implicada nas estratégias de "harmonização" da produção e do consumo. Era difícil dizer onde começa e acaba. Cabe-lhe todavia a tarefa essencial de promover o **consumo mediático**, isto é, fornecer ao consumidor uma representação do "eu" consumidor que coincida com uma dada **imagem sedutora**, mediatizada pelo próprio consumo de bens tangíveis ou intangíveis. Deste modo a publicidade estabelece uma relação entre o imaginário social e os desejos individuais dos consumidores. Tão vasta tem sido a sua difusão e impregnação da sociedade, que se fala já da publicidade como um novo paradigma da comunicação entre os homens. Cfr. Francisco Rui Cádima, *Estratégias...*,em especial o capítulo, "*Genealogia da Publicidade e das Estratégias Consumistas*", e sobre a última questão a p. 75.

[723] A problemática da sociedade de consumo foi já abordada em capítulo próprio, faremos todavia agora uma pequena precisão do termo consumismo. A sua utilização não está isenta de alguns pressupostos ideológicos. De origem francesa é um correlato da alienação e da submissão do consumidor perante a produtos que se lhe apresentam, promovidos através de ações de persuasão do meios de comunicação social. O que tem como consequência o processo de decisão do consumidor seja profundamente condicionado pelos produtores e os distribuidores. Esta Acão não é apenas mediada pela publicidade, mas também por toda uma série de ações que conduzem ao consumo de novos produtos socialmente dignos de estima.

O termo inglês equivalente *"Consumerism*", traduzido para o português por consumerismo possui uma conotação mais activa. Aduzido da noção de qualidade, considera o cidadão consumidor/actor, como activo e virtualmente reivindicativo. Engloba também não apenas as suas ações indivíduos ou coletivas na defesa e promoção dos seus direitos, mas também as ações públicas destinadas à sua defesa e a regulamentar a actividade económica centrada nos consumidores. Para uma análise deste conceito consultar: Dimitri Weiss e Yves Chirouze, *Le Consummérisme...*

Em qualquer dos casos, estamos perante um dado adquirido que é a centralidade do consumo nas nossas sociedades. Este é aliás o único dado adquirido, como justamente afirma Herlânder Gomes Ferreira (*Para uma...p.* 33-45).

se propõe não é a realidade, mas o que a transcende- o imaginário - isto é, o inatingível. Neste sentido todo o discurso publicitário é sempre um **discurso paródico**[725], porque não pode deixar de revisitar as mesmas imagens ou mitos que sempre fascinaram os homens, para com eles recobrir novos objetos ou situações de forma sempre evanescente. A Feira foi disso um exemplo paradigmático.

A Feira é também uma construção espacial efémera, cujo seu carácter fechado, nos permite facilmente definir as suas fronteiras com o exterior. Produto de um cuidadoso planeamento durante anos, a sua imagem é todavia inseparável das múltiplas ocorrências espontâneas que nele ocorrem[726]. Como espaço público participa também ativamente na estruturação das relações sociais[727]. Povoada de **signos** (decorações, arruamentos, sinaléticas específicas, etc.), cuja finalidade primeira é comunicar

---

[724] Num espantoso texto, Hermann Parret (*Os argumentos...)* desfaz algumas das ideias há muito assentes sobre os discursos sedutores, como discurso de mentirosos, manipuladores, que levam o indivíduo a afastar-se da sua pretensa trajetória ou desejos iniciais.

[725] O carácter paródico da publicidade tem sido evidenciado na análise dos seus modelos de criação. Por debaixo da diversidade dos discursos alguns autores tem posto em relevo modelos-base que os criadores utilizam, adaptam ou transformam de modo a atingir públicos específicos. G. Peninou (*Intelligence de*...), tomando como referência a relação entre a publicidade e a realidade, distingue, por exemplo, apenas dois regimes: a) o **regime de denotação referencial**, cuja referência é o "produto", variando os discursos nele conforme a importância relativa que atribuem à informação, representação, instrução, nome, prática, etc. b) O **regime de conotação**, explora as associações derivadas ou a não coincidência entre o discurso e a realidade. Neste caso, as variações fazem-se em torno de polos como a significação, emoção, empatia, mito,etc. Jean-Marie Floche (*Semiótica... p. 203 e segs*), concebe, por sua vez, a existência de quatro ideologias publicitárias, interdefinidas por relações de contrariedade, contradição ou de complementaridade, em íntima relação ainda com quatro tipos comportamento(p..37 e segs). Assim temos a **Publicidade Referencial** (orientada para a representação da realidade ou das vivências dos consumidores), a **Publicidade Oblíqua** (orientada para a interrogação ou a provocação do consumidor),a **Publicidade Mítica** (orientada para a exploração do sonho, imaginação, em síntese, para a construção de uma história que de acordo com as mesma atribuirá um dado sentido aos produtos), e por último, a **Publicidade Substancial** (centrando-se no produto, procura fazer deles as "estrelas" do discurso publicitário).

[726] Na abordagem da Feira, como espaço comunicante, compartilhamos com Fernando Torrijos (*Sobre*...) algumas noções básicas sobre o espaço que passamos a explicitar: a) O espaço não pode ser entendido como um conceito abstrato, senão como um conjunto de dimensões que condicionam, em função das suas características, a forma de viver que se reproduz no seu interior. O espaço define assim o território, mas também os elementos de orientação e de expressão simbólica, mediante o uso de linguagens não articuladas;. b) O espaço construído é antes de mais um espaço programado, no qual os artistas procuram determinar as comportamentos dos que o vivem, através de uma série de acontecimentos que afetam sensorialmente quem o percorre, provocando todo o tipo de sensações; c) O espaço é igualmente um cenário, no qual cada ser ou um dado coletivo representa uma série de papeis, participando assim nas estratégias de afirmação e coesão dos indivíduos e das comunidades (p.43); d) Numa perspectiva artística, a obra de arte espacial é aqui entendida como uma produção complexa, composta por objetos e actividades que se conjugam para dar uma obra que supera a soma dos seus significados particulares (p.32)

[727] Armand Fremont (*A Região*...) há muito que demostrou que as relações sociais se manifestam sempre através de certas repartições espaciais. Inversamente, as estruturas do espaço humanizado não podem ser captadas sem referência ao conjunto de relações com a sociedade (p.36). O espaço social não é pois um simples suporte das relações sociais, mas participa ativamente na sua configuração, nomeadamente na regulação social: os passeios são para andar, as ruas para circular automóveis, etc. Neste sentido, o espaço social é constituído por uma rede de **lugares com significação**, que orientam ou localização os homens e as coisas. "Aquilo que representam, escreve este autor, deve ser descriptado um pouco como uma linguagem, a linguagem dos homens falando com o espaço como um meio de expressão" (p. 139). O espaço, como uma construção, reenvia-nos assim continuamente para as relações sociais e a sociedade que lhe dá sentido.

mediante um reportório mais ou menos definido. Para a compreendermos temos pois que a descodificar nos seus múltiplos signos.

Por último, a Feira é **mediadora comunicacional**, intervindo a diversos níveis na elaboração de representações coletivas. Esta intervenção faz-se de forma passiva quando se limita apenas a funcionar como emissor, oferecendo ao seu público produtos comunicacionais que não controla os conteúdos. Mas pode igualmente intervir de forma activa quando seleciona as fontes de informação ou os acontecimentos que torna públicos[728].

4.2.1. A Imagem

Quando analisamos os discursos que desde 1943 foram sendo construídos na comunicação social sobre a Feira, a primeira constatação que fazemos é a sua extraordinária pobreza. Os lugares comuns repetem-se, revelando variações muito lentas ao longo dos anos e quase sempre explicáveis a partir de situações históricas conhecidas. A grande maioria dos que foram construídos em volta da questão do **pitoresco da Feira**. Os discursos laudatórios descobrem-no em cada um dos seus recantos, mas os que lhe são desfavoráveis, procuram mostrar que já nada dele resta.

Nas notícias veiculadas na imprensa nos anos 40 e 50, o que ressalta é a imagem da Feira, como uma continuidade feliz das antigas feiras de Belém ou da Avenida, interrompidas pela República (1915) e reatadas pelo Estado Novo. A matriz para todas as comparações e evocações é quase sempre feita a partir das mesmas[729]. Esta ligação à tradição, apesar da forte componente da Feira de Internacional de Amostras, era o aspeto mais salientado.

Nos anos 60, a imagem da Feira deixa de ser identificada com as antigas feiras lisboetas, para ser relacionada com um recinto "popular". Esta mudança de imagem refletia o que estava a acontecer na própria cidade, onde o peso da população oriunda dos subúrbios aumentava nas suas actividades e as manifestações pitorescas estavam a perder-se rapidamente. A Feira era agora um local para as "classes populares", onde com pouco dinheiro se podiam divertir, comer, em especial, sardinhas assadas e farturas e com um pouco de sorte nos sorteios, levarem para casa panelas de alumínio. Num dos muitos stands, podiam ainda comprar "a prestações" artigos para o lar. Se estava a perder o seu cunho pitoresco, dada a crescente massificação, conserva todavia um singular aspeto "Naif"[730].

Nos anos 70, era apresentada na comunicação social como um espaço "popular" povoado de restaurantes, onde a sardinha assada tinha um lugar cativo. Era um espaço para a satisfação de uma das grandes paixões dos portugueses, a comida, num ambiente repleto de pessoas aos encontrões, onde não faltava barulho e a higiene era coisa rara. A Feira era a melhor expressão "popular" das populações dos bairros de barracas ou

[728] Manuel Martín Serrano, *La Produccíon...*

[729] A questão ultrapassa a imprensa, escritores, como José Gomes Ferreira, não deixaram de contribuir para elaborar uma imagem mítica destas feiras A Feira de Agosto surge no seu romance, a "*Calçada do Sol"* envolta numa atmosfera nostálgica.

[730] Em 1968, havia já quem na imprensa a classificasse como um "manifestação integral de "Pop-Art", ignorada muito embora, pelos nossos artistas. *A Capital*, 1/6/1968.

degradados da cidade. O estado degradado de muitas das construções e diversões do recinto, mas o aumento notório da frequência de marginais, motivam alguns jornais a identificá-la como um dos símbolos da decadência da própria cidade.

Nos anos 80, a Feira apresenta uma imagem pouco consensual. Para uns, é um espaço decadente, pouco consentâneo com a imagem de um país que procura agora afirmar-se na cena europeia. Para outros continua a ser um espaço pitoresco onde se pode não apenas percorrer os variados sabores regionais, passar um domingo divertido com a família, em contacto permanente com diversas manifestações populares. O popular é cada vez mais identificado com o pitoresco, à medida que a memória das antigas referências são esquecidas.

Nos anos 90, prossegue o conflito de interpretações, por vezes nas mesmas publicações.

Para uns, eventualmente mais sensíveis à questão da renovação dos espaços de diversão e ao próprio conceito de modernidade, a Feira com a música "Pimba"[731], são dois dos maiores símbolos nacionais de uma "cultura popular" identificada com a boçalidade. A imagem mais difundida é a de ruas cheias de fumos e com um cheiro sempre intenso a sardinhas assadas, onde se passeiam grupos oriundos da província ou dos bairros degradados dos subúrbios. O antigo presidente da edilidade, Kruz Abecassis, em 1992, resume com clareza esta interpretação quando a classifica como uma "merda". Pouco interessa, neste caso, se a imagem corresponde ou não à realidade. Ela vale sobretudo como expressão de um conjunto de interesses sociais.

Outros, continuam a dedicar páginas e páginas ao pitoresco da Feira[732]. O seu encanto reside numa mistura de antigo e moderno[733], ou numa exótica apropriação das novas tecnologias mantendo vivos jogos tradicionais[734].

4.2.2. Discursos de legitimação

A legitimação, como Berger e Luckmann[735] está ligada à produção de novos sentidos que integram processos institucionais muito díspares. "A função da legitimação consiste em tornar objectivamente acessível e subjectivamente plausível as

[731] Consultar o capítulo "Ofertas Culturais Paralelas".

[732] Ana Mafalda Inácio, "*Um Domingo na Feira Popular*", in, D.N., 4/8/1991, p. 4. Artigo de página. A forma discursiva pouco se afasta dos modelos dos anos 40. O leitor é convidado a revisitar, num domingo, uma feira tradicional portuguesa, onde todo o pitoresco das antigas feiras do século XIX está ainda bem vivo.

[733] Marisa Fino, "*Mundo de Sonhos e Ilusão numa Feira bem Popular - Entre Gritos e Gargalhadas, oferece-se um vasto conjunto de diversões capazes de seduzir um milhão de visitantes por ano*", in, J.N.,12/8/1998. Artigo de página. O pitoresco é agora identificado com o popular dos anos 60.

[734] José Mendes, "*O que é Virtual é bom ? - A Feira definhava na tradição e pedia reforma do fundo do poço da morte. Domesticá-la não foi algodão-doce. Agora, os simpáticos já só dão tirinhos num ecrã",* in, Expresso, 12/9/1998. Artigo em duas páginas. Neste tipo de discurso, muito frequente, mistura-se o antigo com o moderno, numa permanente fascinação pelo exótico.

[735] P. L. Peter L. Berger e T. Thomas Luckmann, *A Construção Social da...p*. 126 e segs

objectivações de "primeira ordem", que foram institucionalizadas"[736]. Neste sentido a legitimação procura a integração dos indivíduos num dado sentido que fundamenta a instituição na ordem global. A legitimação converte-se assim, frequentemente num processo de "explicação" e "justificação".

O Século, durante décadas elaborou um discurso sistemático sobre a Feira que não deixou de acompanhar a evolução da situação social e política do país. Face à variação dos contextos sociais, os argumentos foram também subtilmente modificados.

Os discursos nos anos quarenta insistiam na ideia que a razão de ser da Feira estava numa obra de solidariedade social, a colónia balnear infantil.

É este motivo porque o principal mecenas da Feira, o **Conde de Vill`Alva,** Eng. Agrónomo **Vasco Maria Eugénio de Almeida**, cede graciosamente o Parque de Palhavã.[737]. Muito do seu êxito ficou a dever-se, sem dúvida, às características únicas do local.

Os discursos promocionais insistiam quase sempre na ideia que a diversão na Feira estava indissoluvelmente ligada a uma Acão de solidariedade social, ainda que esta tivesse lugar em plena guerra. O visitante, enquanto se divertia, sabia também que estava a contribuir para melhorar a vida das crianças pobres[738], sublimando desta forma os seus *sentimentos de culpa*. Uma frase publicitária, muito usada durante a guerra, sintetizava esta ideia: "Divertem-se os Graúdos e Lucram os Miúdos"[739]

Reforçando esta vertente social, desde o final da década de quarenta, passou também a insistir-se na ideia da capacidade geradora de emprego da própria Feira. Discurso que se manteve até ao presente, quase sempre aludindo às mesmas questões[740].

---

[736] P. L. Peter L. Berger e T. Thomas Luckmann, *A Construção Social da...* p. 126.

[737] O Eng, Vasco Eugénio de Almeida era descendente do 1º. Conde de Vill`Alva, José Maria Eugénio de Almeida (7.1.1873-17.8.1937), já aqui assinalado como promotor de um colónia balnear para crianças. Era um grande capitalista e proprietário, nomeadamente de terrenos em Lisboa. Filho de outro capitalista e par do Reino, Carlos Maria Eugénio de Almeida. Casou-se com Amélia Augusto Dubraz, não tendo tido descendência (cfr. *Grande Enciclopédia Portuguesa....* Vol XXXV. p. 562

O Eng. Vasco de Almeida de Almeida casou-se com Teresa Vill`Alva, actual condessa do mesmo nome.

Pouco tempo depois de ter encerrado a Feira em Palhavã, ficará conhecido sobretudo pelas suas obras de benemerência no Alentejo. Em 1958, após ouvir uma conferência do prof. Gentil Martins sobre o cancro no Alentejo, e a premente necessidade que este terá feito sentir de aí construir um hospital de oncologia, doou para o efeito, a quantia de 5 mil contos, então uma pequena fortuna. Preocupado com a desertificação provocada pela emigração nesta terras, resolveu por esta altura, repartir em 150 courelas um sua grande propriedade - a herdade da Defesa, distribuindo-as, por sorteio, entre outros tantos trabalhadores da Aldeia de S. Manços. Em 1962 (?), cria em Évora, a **Fundação Eugénio de Almeida,** com fins de beneficência, culturais e educativos, visando a elevação do espírito de caridade cristã, nesta região. A esta Fundação se ficou a dever a recuperação da Cartuxa de Évora, a Construção do "Oratório de S. José (orientado para a formação escolar e profissional das crianças) , tendo ainda um papel activo na criação e manutenção, com a Companhia de Jesus, do **Instituto Superior Económico e Social** desta cidade. Cf. Jacinto Godinho, *Vasco Vill`Alva, Uma Presença no Alentejo*"... Sobre as mais recentes vicissitudes desta Fundação, consultar *O Público*,10/8/1998.

[738] Leitão de Barros, o homem que teve a ideia da Feira, anos depois não deixou de ironizar sobre esta ligação "hipócrita" a exaltação da diversão para remediar a miséria. Estávamos nos anos 60, discutia-se as contrapartidas para os pobres do jogo do Casino do Estoril. Os tempos eram outros, as interpretações dos mesmos fenómenos também. Leitão de Barros, *Corvos*, Empresa Nacional de Publicidade- *Diário de Notícias*.Lisboa. 1964. Vol. 2. p.113.

[739] S.,24/5/1944

[740] A título de exemplo, transcrevemos a seguinte passagem, de uma fase madura deste tipo de discursos:.

"Basta lembrar que, durante todo o período de funcionamento, algumas centenas de pessoas aí estarão empregadas, ganhando o pão de cada dia. Além disso, muitas outras também beneficiam da feira da organização do *"Século*", pois têm tido trabalho com a sua instalação e arranjo", in S., 26/5/1963

Nesta época, *O Século* procurará também legitimar a Feira junto do poder, mostrando a sua sintonia com o ideário do regime. Fê-lo sempre de forma mais implícita, do que publicamente assumida. Havia que manter a imagem de uma certa independência do jornal. A primeira grande manifestação desta colaboração, ocorreu logo em 1943. Numa barraca denominada "Ilustrado", pertencente ao "*Século Ilustrado*" eram narrados uma série de episódios da história de Portugal, em cenários realistas e com figuras de cera, "como em Paris, no Museu Grévenin"(sic)[741]. O visitante era conduzido através de cenas cujo dramatismo ia num crescendo para terminar numa apoteose. Após Martim Moniz entalado nas portas do Castelo, seguia-se a doce Inês a ser barbaramente apunhalada pelos mandatários do sogro. Ao Infante D. Henrique na ponta de Sagres, seguia-se a cena do Terramoto de 1755. No final, a coroar toda a narrativa surgia "Majestoso e digno, um encontro entre os presidentes Carmona e Salazar". Perante o qual o repórter d`*O Século* exclama: "Que linda obra de arte é este conjunto! Como tudo se harmoniza: a cor, o enlevo, a luz, a sombra, para nos dar uma aparência de realidade!". O repórter concluía afirmando ser esta "uma das grandes atracões da Feira."

Percebendo a grande importância que tinha o apoio camarário, *O Século* procurou sempre que pôde associar a Feira aos festejos da cidade de Lisboa[742]. O ponto alto desta integração, foi como veremos, as Festas de 1947. A Feira servia o poder, mas também a Câmara de Lisboa na sua Acão de propaganda.

O argumento principal era todavia, como dissemos, a realização da Colónia. Mas as construções que nela realiza *O Século* entre 1944 e 1955, transformaram-na numa prova eloquente que o dinheiro arrecadado na Feira estava a ser aplicado numa obra de dimensão internacional. O novo edifício começou a ser erguido, em 1944, tendo a sua inauguração sido feita a 23 de Julho de 1946[743], por Carmona acompanhado por uma impressionante comitiva[744]. Facto que atestava da importância que o regime lhe atribuía. Concluídas as obras, logo se resolve empreender a duplicação das suas camaratas[745]. Em 1947, o Ministro das Obras Públicas, chefiado por Frederico Ulrich, promete apoiar a nova iniciativa, na perspectiva da mesma vir a poder contemplar "os filhos da classe

[741] S., 11/6/1943, p.5

[742] Em 1947 integra-se mesmo nas comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros.

[743]O projeto da nova Colónia foi concebido pelos arquitetos Inácio Perez Fernandes e José de Almeida Segurado. A maquete foi exposta durante a Feira de 1944, ano em que arrancaram as obras, a cargo do construtor Diamantino Tojal. Os novos edifícios que foram inaugurados a 23/7/1946, em grande parte construídos sobre estruturas dos anteriores, a duas das suas camaratas foram logo atribuídos os nomes de "José Luís Monte Real" e "Conde Vill`Alva". Mais tarde numa homenagem ao seu construtor e benemérito, a outra camarata foi dado o nome de "Diamantino Tojal" (cfr. S.,8/8/1946). O impacto da grandiosidade desta obra foi enorme no tempo, veja-se por exemplo, as reportagens dos jornais "*Novidades*" e "*A Voz"* de 23/7/1946 e a revista "*Construtores Civis*" de Agosto de 1946.

[744] Na comitiva, para além de Carmona, fazia parte os embaixadores do EUA e do México, os ministros do Interior, Finanças, Obras Públicas, Educação e inúmeros outros representantes do Estado.

[745] O projeto, datado de 1945 foi concebido também pelos arquitetos Inácio Perez Fernandes e José de Almeida Segurado (cfr. Relatório da Colónia de 1953). Embora tenha havido algumas obras parciais, as grandes obras só se iniciaram verdadeiramente no final de época balnear de 1954. Construiu-se então um novo edifício, com dois pisos, no lado ocidental, com uma capacidade de 210 camas, distribuídas por 16 camaratas, das quais 8 de 12 camas e 8 de 14 camas. O custo total da obra ascendeu a 1.400 contos, comparticipados pelo Ministério das Obras Públicas. Nesta decisão, terá tido um papel decisivo o ministro Frederico Ulrich, ao qual será dado o nome de uma nova camarata (S.,27/5/1955). Este novo edifício foi inaugurado a 26 de Maio de 1955. No ato estiveram presentes Arantes e Oliveira, Ministro das Obras Públicas (desde 1954) e José Guilherme de Melo e Castro, subsecretário da Assistência Social (cfr. Relatório da Colónia de 1955). Em comparação com o que ocorreu em 1946, este ato revestiu-se de muito menor solenidade.

média"[746]. Em virtude do jornal não ter realizado a Feira entre 1948 e 1950, o projeto acabou por ser adiado[747]. Apesar de todos os contratempos, os novos edifícios foram avançando, sendo inaugurados a 26 de Maio de 1955. Em 1956 atingia-se o mais elevado valor de sempre: **5.971 crianças num só ano!** A duração dos estágios que subira em 1946, fixou-se em 1948 em 20 dias. Dadas as dimensões atingidas pela Colónia, foi perdendo progressivamente a sua vocação lisboeta, para assumir uma dimensão nacional. Em 1948, dos 3.086 estagiários, 809 eram oriundos da província. Em 1965, de um total de 4.890, eram oriundos da província 1.783[748]. A troco de subsídios, a Colónia passou também, já nos anos 40, a acolher um grande número de crianças ligadas de uma forma ou outra, a entidades tão diversas como sindicatos, instituições públicas ou empresas. Pela sua **dimensão e continuidade era uma obra modelar** inspirando até aos anos 60, o nascimento de muitas outras pelo país[749]. O regime utilizou-a frequentemente, como, já fizemos notar, em cartaz da sua obra social.

O Governo Civil de Lisboa, quando em 1949 e em 1950 assumiu a realização da Feira, justificou também esta Acão pela necessidade de angariar fundos para auxiliar os pobres da capital e arranjar trabalho para os desempregados, assim como ajudar instituições de beneficência[750]. Temendo eventuais comparações com os objetivos prosseguidos pel`*O Século*, é renovada igualmente a colonia infantil da Junta Central das Freguesias de Lisboa[751].

Nos anos cinquenta, o discurso de legitimação d`*O Século* pouco altera os argumentos anteriormente avançados. A tendência foi para a justificar como uma tradição que Lisboa não podia prescindir. Mas pode entre 1958 e 1961.

Os discursos em torno da Feira de Alvalade em 1958, no Estádio do SCP são claramente comerciais. A ideia central é que estávamos perante uma grande "amostra" de produtos e de diversões. Os problemas do desenvolvimento do país estão na ordem do dia, havendo um claro consenso que o mesmo estava desfasado da forte expansão económica que se manifestava por toda a Europa. A referência à solidariedade não fazia grande sentido neste contexto.

A partir de 1961, a Feira irá conviver até 1974, com o problema da Guerra Colonial[752]. Enquanto no "ultramar" morriam portugueses, em Lisboa, promovia-se a

---

[746] S.,27/9/1947

[747] As receitas já em 1947 não chegaram para cobrir as despesas, o mesmo vindo a acontecer, pelo menos entre 1948 e 1951, sendo necessário recorrer ao fundo de reserva da Feira Popular (cfr. S.,2/4/1950, etc.).

[748] Esta orientação nacional da Colónia, fez com que o Jornal, e em particular J.P. Rosa, passasse a ser alvo de várias homenagens por todo o país. Em Junho de 1959, por exemplo, no Paços do Concelho de Penedono, era descerrada uma placa com uma esfusiante manifestação de gratidão pelas crianças que haviam sido acolhidas até então na Colónia (cfr. *Relatório da Colónia de 1959*).

[749] Outras entidades ligadas ao mundo do jornais, evocando o exemplo da Colónia d`*O Século*, lançaram também outras colónias infantis, como o *Jornal de Notícias*, em 1944, quando desenvolveu uma intensa campanha em torno de banhos de mar para as crianças do Porto. O mesmo sucedeu com a Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto, em 1952, que promoveu igualmente uma Colónia (cfr. *Gazeta Literária*, Ano I, nº.2, Out.1952. p.34).

[750] *O Século*, 24/5/1950

[751] Em 1949, por exemplo, Carmona inaugura na Praia de S. Julião da Ericeira, uma Colónia Balnear desta Junta Central (cfr. J.N, 18/9/1949), a qual será em 1950, denominada "Dr. Mário Madeira", o nome do então governador civil de Lisboa. A exaltação dos chefes, a todos os níveis, fazia parte integrante da ideologia do tempo.

[752] A inauguração da Feira a 22 de Junho de 1961, em Entre Campos, é precedida de uma série de acontecimentos trágicos e de uma grande instabilidade social e política que aparentemente eram pouco propícios ao lançamento deste tipo de iniciativas. Os sucessivos adiamentos da sua abertura refletem obviamente o clima geral que o país então vivia. Pouco antes da sua abertura, caíra em Lisboa, a cobertura da **Estação do Cais Sodré**, matando mais de duzentas pessoas. Neste ano de **eleições,** a agitação política

diversão. *O Século* não deixa de colocar em paralelo as notícias sobre a guerra com as da Feira. O incómodo instala-se. Há falta de novos argumentos que legitimem a sua realização, aponta-se também o "quadro admirável de boa disposição e alegria" que proporciona, constituindo na cidade "um ponto de reunião e de convívio de que Lisboa anda sempre carecida"[753]. A ideia que a Feira não passava de um espaço de descompressão social começava lentamente a emergir. A sua existência liga-se agora à necessidade de encontrar ocupações controladas, mas libertadoras de energias, para as novas massas urbanas desenraizadas.

Em termos retóricos, a Colónia continuava, contudo, nos anos 60 a ser apresentada pel´*O Século* como a razão de ser da Feira. Começa-se todavia a questionar os seus métodos de funcionamento. As novas exigências em termos de ocupação dos tempos livres das crianças são agora outras. Exige-se pessoal especializado a todos os níveis. Em 1970, inicia um processo de profunda remodelação, nomeadamente quanto aos seus métodos[754]. A quebra de audiências d`*O Século*, em consequência da diminuição das suas tiragens, retira alguma projeção mediática à própria Colónia. Para os visitantes, a associação entre a Feira e a Colónia é cada vez menos evidente.

Depois do 25 de Abril de 1974, o discurso de legitimação da Feira vai perdendo um a um todos os seus fundamentos. A evocação do princípio da solidariedade social para a realização da Feira é abandonado, como é aliás a própria Colónia. A ideia da Feira como um tradição lisboeta é denunciada, em 1975, quando *O Século* afirma que a mesma não passa de um antro de exploradores e marginais. Em 1976, apenas se encontra como fundamento para a sua existência, o facto de ser um espaço de descompressão social[755]. Todos os outros fundamentos são secundarizados. No ano seguinte, quando o jornal é encerrado, gera-se um vazio de identidade para o próprio evento. Os feirantes procuram justificar a sua continuidade, pelo facto de ser a única Feira de diversões que a cidade possuía, mas também por dela estarem dependentes economicamente muitas centenas de famílias. Em 1979, quando é nomeada uma

---

era enorme. Henrique Galvão ocupa o **paquete Santa Maria**, rebatizando-o Santa Liberdade (Janeiro). Por toda a cidade e arredores, sucediam-se manifestações de protesto contra o regime, acompanhadas pelo rebentamento de bombas que prosseguiram ao longo do ano. Salazar tem que enfrentar uma tentativa de **golpe de Estado** dirigida pelo general Botelho Moniz (Abril). Mas os acontecimentos mais dramáticos foram a **eclosão em Angola da Guerra Colonial** (Fevereiro). Nos dias que se seguiram são massacradas mais de 3.000 pessoas. No mês da abertura da Feira é decretado um "**imposto de consumo**" sobre todos os produtos de primeira necessidade para financiar as operações militares nas colónias. Na mesma altura, o governo procura também mobilizar em vão a população para a prestação de trabalho gratuito. A União Indiana invade Goa, Dão e Diu (Dezembro). Para cúmulo Salazar estava segundo Américo Tomás (*Últimas...* Vol. III. p.116), fortemente abalado por uma "gripe arrastada e por uma pneumonia atípica". O paralelo com a situação de 1943 é por demais evidente. A feira funcionava mais uma vez como um instrumento de descompressão social, mas também de desvio das atenções (distração).

[753] Século, 27/5/1963

[754] Em 1970, a Colónia iniciou um profundo processo de remodelação interna. A SNT havia encomendado um estudo para o efeito. Um das recomendações deste foi que deveria ter um diretor residente. Medida adotada nesse mesmo ano. Em Maio, aí se fixou como diretor e médico Carlos Sousa Brito, assim como a sua família. A sua esposa, Amélia Guerreiro, passou a desempenhar as funções de assistente social. As condições que lhe foram oferecidas serão, em 1977, objeto de uma enorme polémica, que conduziu ao seu afastamento.

Neste mesmo ano, impõem-se novas exigências para a contratação eventual de monitores. A maioria era universitária ou possuía um curso médio. Em 1971, será organizado o 1º. Curso para Monitores, em colaboração com a Escola de Auxiliares de Educação da Infância de São Tomé. Ao todo foram apurados 32 monitores.

[755] "A Feira é o tubo de escape da gente de Lisboa", escrevia *O Século* a 27/4/1976, "Por isso ou aquilo, a população lisboeta, da cidade ou dos arredores, acorre à Feira"

Comissão Liquidatária da EPJS, o fundamento legal para a Feira continuar é agora, o de não se ter ainda encontrado uma solução para a liquidar. Esse era único objetivo que a Lei consagrara. É este o motivo pelo qual, perante a ausência de soluções para a encerrar ou transferir para outras entidades, em 1985, o Estado vê-se obrigado a manter até hoje uma ficção jurídica, a "Empresa Pública Jornal *O Século",* como proprietária da Colónia e exploradora da Feira.

A Colónia não desaparece, mas entra depois do 25 de Abril de 1974, numa fase de progressiva desorganização interna, em grande parte devido à indefinição quanto ao seu futuro. As suas instalações são logo utilizadas para albergar "retornados" das ex-colónias, os quais dez anos depois ainda por lá andavam. Por diversas vezes, serve também para acolher desalojados de cheias[756]. A degradação das instalações sem obras de conservação foi-se acentuando ano após ano[757]. O número de crianças tornou-se diminuto, servindo sobretudo como mais um argumento para justificar a realização da Feira. Em finais dos anos 80, a situação interna era simplesmente caótica[758].

Nos anos 90, perante um contexto alargado de novas e crescentes ofertas paralelas de diversão, volta-se de novo a fundamentar a realização da Feira num discurso da solidariedade social. As mudanças têm sido lentas. O número de estagiário começou a subir, assim como os investimentos em beneficiações nos edifícios que revelavam uma visível degradação. O número de estagiários que em 1991 não ultrapassavam os 180, subiu em 1993, para 700, três anos depois, para 850, e em 1997, atingia os 1.200. Números ainda muito aquém dos anos cinquenta, quando, por exemplo, em 1956, atingiu 5.971 crianças em 9 turnos[759]. Desde 1927, foi já frequentada por mais de 150.000 estagiários, oriundos de todo o país.

4.2.3. Discursos Publicitários

O discurso da emoção foi entre todos aqueles que a promoção da Feira recorreu, o que tem resistido ao tempo, mas foi também o mais parodiado. A Feira é apresentada como um espaço onde a multiplicidade e diversidade dos divertimentos eram a melhor garantia da impossibilidade que o visitante teria dos experimentar a todos ou de viver todas as suas emoções que os mesmos proporcionavam. Não se tratava pois de apresentar uns conjuntos de divertimentos onde se podiam viver emoções únicas, mas de negar a possibilidade de as poder viver todas[760]. Era este o mote sedutor glosado

[756] A CM Cascais em 1984, instala na Colónia um família de desalojados das cheias no concelho, no período entre 17/11/1984 e 31/5/1985.

[757] As cheias de 19/11/1983, contribuíram igualmente para danificar ainda mais as instalações.

[758] Vários acontecimentos internos denunciavam um clima de degradação global. Em 1990, no auge deste processo, de 25 para 26 de Novembro, ocorre uma assalto (Processo nº. 426113/96, na 6ª. Secção da Policia Judiciária). No final do ano, acumulam-se as queixas, envolvendo casos de passagem de cheques sem cobertura, uso de viaturas da colónia para uso pessoal, etc., etc. A Colónia vivia uma fase de profunda desorganização interna. As atenções estavam concentradas na Feira onde os Feirantes procuram que a mesma fosse transferida para uma sociedade que haviam criado.

[759] As crianças tem atualmente idades compreendidas entre os 6 e os 11 anos (cfr. *Boletim da Colónia Balnear Infantil de O Século*. Feira Popular de Lisboa. nº. 0. Jan/Fev. 1998).

[760] Este tema aparece logo em 1943, em diversos artigos promocionais. A título de exemplo, reproduzimos o extrato de um deles onde surgem possíveis alusões à situação política do país: "Ali, em Palhavã, não

pelas reportagens. Cada uma acrescentava também sempre novas emoções, o que aumentava as possibilidades do visitante se perder numa sua sucessão.

Dois outros discursos - o pitoresco e o popular - foram todavia os que melhor teriam sido apreendidos pelo público. Não eram confundíveis, embora tenham andado enlaçados durante décadas.

Nas décadas 40 e 50, preponderou o discurso do **pitoresco**. Através de abundantes ilustrações ou descrições de feiras antigas, o discurso promocional procurava mostrar que as mesmas estavam numa linha de continuidade de uma tradição, respeitavam as variantes regionais, assim como os seus motivos mais representativos. Eram feiras que apelavam à **contemplação** e à **cultura** do visitante. Era apresentada como uma obra de notáveis historiadores, etnógrafos e outros estudiosos das manifestações populares. Talvez por isso, este discurso fosse dirigido, neste período, a todos os estratos sociais. A última Feira Popular que encarnou na sua promoção estes discursos foi curiosamente a realizada pela CML, em 1958, no Jardim da Estrela, concebida por Fernanda de Castro, viúva de António Ferro.

A partir dos anos 60, impôs-se o discurso do **popular**. A ideia central da promoção está agora nos preços baratos. Com pouco dinheiro, pode-se neste recinto comer, beber, ou experimentar uma enorme quantidade de coisas. Não há nada para contemplar, mas tudo para consumir. Tudo é transfigurado em função deste valores centrados em consumíveis ou em objetos desligados do espaço envolvente. Em 1944, constituiu sensação uma Fonte que em vez de deitar água jorrava vinho, mas também uma "Farmácia Bar"[761]. Em 1959, uma Estação Automática" que em vez de vender gasolina, vendia vinho. Num dos mais populares pavilhões em Entre Campo, na década de 60 e princípios de 70, das "tetas" de uma vaca, saía vinho em vez de leite! A Feira era então do "Povo". O discurso promocional revestia-se frequentemente de conotações sexistas, comprazia-se em referir cenas de encontrões, gritaria, ou na descrição das cores berrantes das decorações pintadas por artistas populares. A imagem do povo que passa a ser veiculada, desliga-se da sua história e cultura, passam a ser adotados os estereótipos de uma cultura de massa para consumo de feiras.

Estes discursos foram sempre acompanhados de uma permanente Acão de envolvimento dos principais órgãos de informação. Através de contactos pessoais ou encontros informais promovidos pel`*O Século*, a comunicação social era chamada a comparticipar na promoção da Feira, atendendo à sua natureza de solidariedade social. Após o encerramento deste jornal, em 1977, com a Colónia votada ao abandono, começou a instituir-se a prática de aliciar com certa frequência jornalistas ou mesmo jornais para produzirem notícias sobre a Feira. As contrapartidas para esta publicidade camuflada são muitas, mas o interessante é verificar que o tipo de discursos produzidos não se afasta dos anteriormente referidos.

Nas Feiras organizadas pel´*O Século*, entre 1943 -1947, 1951-1956, e depois de 1961 a 1977, a publicidade era essencialmente constituída por reportagens promocionais publicadas neste jornal, mas também nas revistas *Século Ilustrado* e *Modas &*

---

haverá tempo para pensar nas horas calmas de certas termas, de certas estâncias. A vida há-de ser um rodopio animadíssimo de vozes, fanfarras, galhardetes, canções, risos, como se a Feira fosse um "carrossel" gigantesco sempre girando e onde os cavalinhos fossem sempre diferentes, porque o leitor bem sabe, a grande angústia do "carrossel" é a repetição constante dos mesmos e eternos cavalinhos. Pois não será assim, ali em Palhavã. O Espetáculo será tão variado e surpreendente que os visitantes nunca chegarão a ver a Feira Tim-Tim por Tim-Tim". S., 21/4/1943.

[761] Num letreiro informava-se ainda o visitante que os diretores técnicos eram "Macieira" e "Constantino", os nomes de duas conhecidas marcas de bebidas alcoólicas.

Bordados. Os repórteres, em geral anónimos, não escondiam a intenção dos seus escritos, limitando-se quase sempre a parodiarem textos cuja matriz fora concebida nos anos 40. No entanto algumas mudanças são percetíveis conforme as épocas. Nos dois primeiros períodos, devido à forte presença dos organismos públicos, grandes firmas e representações estrangeiras, o discurso do pitoresco era feito em paralelo com o da afirmação da nossa indústria e da dimensão internacional da Feira. Em Entre Campos, devido à inexistência de representações do Estado, o que preponderou foi a exaltação da Feira como um espaço popular.

Nas duas únicas Feiras realizadas pelo Governo Civil de Lisboa, em 1949 e 1950, o discurso promocional revestiu-se de fortes conotações políticas. Na primeira Feira, o *Diário de Notícias, que apoiava* a iniciativa, sistematizou não apenas os princípios que a legitimavam, mas também as ideias que deveriam orientar a sua propaganda junto de potenciais visitantes[762]. O **discurso do pitoresco** foi particularmente utilizado. A fim de reforçar os meios de propaganda, foi então editada uma revista intitulada "*A Feira*", dirigida pelo poeta Silva Tavares[763]. Em pouco mais ultrapassa que a evocação das antigas Feiras de diversão lisboetas, em especial, a Feira da Avenida. Comparticipando nesta Acão, a Polícia de Segurança Pública (PSP), vendia pela cidade cartazes para serem afixados nas montras, automóveis e outros locais[764]. Nas ruas foram afixados outros de maiores dimensões, onde se podia ler: "Vote Contra o Aborrecimento! Vá à Feira Popular".[765] O discurso da emoção é contido, dado que a Feira era uma realização do Estado. Nas entrevistas, o Governador Civil Mário Madeira limita-se também a enumerar as ofertas de diversão existentes e as obras que haviam sido realizadas no parque de Palhavã. Numa Acão especialmente dirigida à imprensa que teimava em ignorar o evento, Mário Madeira oferece as receitas dos últimos dias da Feira para os artistas e jornalistas desempregados. O acto gerou um enorme entusiasmo nestes sectores[766]. Pouco depois era alvo do habitual jantar de homenagem e provas públicas de gratidão[767]. A edição de 1950 teve uma projeção mediática muito reduzida e menos 539 mil visitantes.

Após o encerramento d`*O Século*, em 1977, quando o Estado voltou a ser de novo o promotor da Feira, o problema de criar uma estrutura de propaganda colocou-se com grande acuidade. Os feirantes e a CD até 1980, investem de uma forma descoordenada na publicidade. A Feira é então apresentada como um mero parque de diversões, embora se afirme que era o maior do país, mas não se garante que fosse o mais emocionante. Neste sentido, limitam-se a enumerar os restaurantes, divertimentos, lojas e tudo o que poderia ser visto e usufruído numa visita. O discurso torna-se pobre em matéria de sedução, refletindo a quase total ausência de novidades no recinto em resultado da falta de investimentos. Com a criação em 1980, de um Departamento de

[762] O *Diário de Notícias*, em Março de 1949, não deixou de enumerar as razões que justificavam a realização da Feira pelo Estado: a) a necessidade de distrair as classes populares; b) as grandes cidades europeias possuíam uma feira de diversão; c) era um excecional cartaz turístico; d) uma montra de promoção dos produtos comerciais e industriais; e) um local de aprendizagem das regras de disciplina e sociabilidade; f) uma tradição histórica; g) um meio de arranjar trabalho para os desempregados e dinheiro para apoiar os pobres. D.N.,6/3/1949.

[763] O primeiro número surgiu a 3 de Junho e o último, o terceiro, 15 de Setembro de 1949.

[764] D.N.,6/5/1949.

[765] D.N, 3/6/1949

[766] D.N.,30/10/1949

[767] D.N., 2/11/1949, pág.2

Relações Públicas e Publicidade[768], incrementou-se a propaganda, centrada em volta de um **discurso popular,** com conotações regionalistas. O objetivo confesso era atingir novas camadas de público, nomeadamente todos aqueles que embora residissem em Lisboa, estavam ligados à província, mas também, os turistas e os emigrantes em gozo de férias.

É difícil de avaliar a eficácia destas campanhas promocionais nos anos oitenta, o certo é que a Televisão, a Rádio, e inclusive alguns jornais, voltaram de novo a organizar neste recinto programas ou iniciativas que contribuíram grandemente para a sua promoção junto do público.

No entanto, em Abril de 1993, face à contínua quebra de visitantes, os feirantes lançam uma revista de propaganda, com a qual pretendem atingir dois objetivos: divulgar a Feira e promover o seu projeto de gestão da mesma. A revista acaba em 1995, dois anos depois é dissolvida a Sociedade com a qualquer pretendiam gerir a Feira. Eis que em 1997, a nova CD lança uma nova revista com objetivos também duplamente promocionais: a Feira e a **Fundação Século**. Os discursos promocionais procuram sobretudo mostrar como destacada figuras públicas, se divertem, comendo na Feira.

Em 1998, quando o número de visitantes foi o mais baixo de sempre, a CD encomenda pela primeira na longa história deste evento, um "anúncio" para a televisão. O guião é muito simples. Numa única cena, surge um personagem solitário, cuja indumentária sugere vagamente o célebre detetive Sherlock Holmes. Aparecendo sentado em divertimentos em movimento, mas onde não se vislumbram outras pessoas, faz um apelo algo patético à diversão. No final do "spot", surge a frase "Capital da Diversão". Com esta ambígua sequência pretendia-se veicular a ideia que a Feira é um lugar a descobrir e onde até os mais sisudos se divertem. A Feira é assim assimilada não a um local de festa coletiva, mas a um local perdido na cidade onde a diversão é um acto solitário.

4.2.4. Discursos Arquitetónicos

As feiras de diversão desde o século XIX, pelo menos em Portugal, tinham uma organização espacial muito simples e de imediato reconhecível pelos visitantes. Desenvolviam-se em torno de três zonas mais ou menos definíveis: a dos "comes e bebes" (espaços de convívio), a das "quinquilharias" (espaços de afirmação do poder de

[768] Até à extinção d`*O Século* em 1977, as actividades promocionais (divulgação, imagem, etc.) eram desencadeadas pelo próprio jornal. As restantes iniciativas, como concursos, variedades, sorteios, etc., eram da competência do responsável direto da Feira (diretor, secretário-geral ...). Face ao vazio gerado, em 1980, foi criado um Departamento de Relações Públicas e de Publicidade, ficando na dependência do diretor da Feira. Dispunha de uma orçamento próprio para as suas ações. A propaganda assentou na ideia que havia uma "Feira Nova". Quase de imediato foi lançado um extenso programa de animação, que acabou por marcar, esse sim, uma nova etapa da Feira. Em 1983, foi extinto, apontando-se como motivo, os seus elevados custos. A sua missão foi então entregue a uma "cooperativa de animação cultural". Em 1984, perante os maus resultados, volta-se à fórmula anterior, tendo-se então criado um Gabinete de Informação, Relações Públicas e Animação Cultural.

compra de cada um) e a dos "divertimentos" (espaços de evasão coletiva). Instalavam-se em espaços abertos de utilização coletiva, como avenidas, praças ou terreiros[769].

A instalação no Parque de Palhavã permitiu desde logo construir novas relações de significação. O local era tudo menos neutro. Apesar de ser parcialmente fechado por muralhas, evocava não uma fortaleza, mas um ambiente romântico de fim de século. Exteriormente, estava ainda rodeada por vários palacetes. Malgrado a sua constante utilização para diversões[770], não era um espaço devassado, pois continuava a possuir um frondoso arvoredo e um magnífico lago que lhe dava uma peculiar atmosfera de distinção.

Desde o início que se pretendeu também criar uma espécie de microcosmo do país e suas colónias[771]. Percorrendo-a, o visitante fazia uma viagem imaginária pelas diversas regiões do país, e por Lisboa em particular[772]. Viajava também pela história de Portugal na versão do regime, não apenas pelas várias reconstituições que eram feitas, mas também pinturas que a cada passo surgiam ou os nomes evocavam. O espaço fundia-se como memórias pré-existentes e outras em elaboração. Apesar de todas as modificações introduzidas no modelo inicial, esta ideia manteve-se até à última Feira em Palhavã (1956).

A realização de exposições e feiras em 1943 era já uma actividade altamente especializada, na qual participavam os melhores criadores do país. A Feira só aparentemente se pode inserir na tradição da arte popular; na verdade, ela é antes de tudo um espaço destinado a grandes massas, seguindo muito embora, modelos evocativos das feiras e da arte popular. Tratava-se no fundo de reinventar, segundo novos padrões estéticos, aquilo que o povo produzia de forma pobre e sem gosto. Esta era aliás a grande lição de António Ferro. Como várias vezes vinha afirmando, chegara a altura da arte popular ser confiada a artistas profissionais, abandonando o amadorismo[773].

Todos os anos, a Feira mobilizava um número apreciável de criadores, técnicos e operários que num ritual ansiosamente esperado, renovavam o seu visual, de forma a manter a sua excitabilidade.

O papel destes profissionais não se manteve sempre idêntico, obedeceu pelo contrário, a uma lógica bastante simples. Quando a Feira se instalou ou reiniciou um novo ciclo, a conceção global foi entregue a conhecidos criadores (cenógrafos, arquitetos, etc.). Uma vez definida a imagem que a Feira terá, segue-se a fase da "maquilhagem" anual, para renovar os seus polos de atracão. Passam então a ser chamados artistas de menor projeção, ou até mesmo, simples decoradores de feiras.

A primeira Feira foi concebida por uma equipa ligada ao mundo dos espetáculos[774], com uma longa experiência neste tipo de eventos.

---

[769] Ramalho Ortigão, Farpas, Vol.VII (1948) e Vol.VIII (1956).

[770] No Parque de Palhavã que pertencia aos Condes de Vill`Alva, esteve por exemplo, entre 1884 e 1905, instalado o Jardim Zoológico, cuja iniciativa se ficou a Van-der-Laen e a Sousa Martins. Aqui funcionou também um popular hipódromo.

[771] *O Século* de 28/4/1943, insistia nesta dimensão de microcosmos da feira. Uma versão do "Portugal dos Pequenitos", inaugurado em 1940, por Bissaia Barreto, em Coimbra.

[772] Representando as várias áreas de Lisboa, a Feira de 1943, tinha desde tascas populares a locais requintados como o Gambrinos, a Benard, a Taverna Imparcial (Taverna Imperial), etc.

[773] Esta posição é claramente defendida por António Ferro, na reunião com as Juntas e Comissões de Turismos, a propósito da forma como deveriam ser prosseguidas as intervenções para o turismo (Cfr. *O Século*, / /1943).

[774] Com exceção do Carlos Santos, cujos pais era todavia professor no Conservatório de Teatro, os restantes três membros da equipa que concebeu a primeira Feira eram todos reputados autores teatrais. O

José **Leitão de Barros,** então redator d`*O Século* foi, como dissemos, não apenas quem teve a ideia da Feira, mas também quem a primeiro a concebeu como um **recinto pitoresco**, inspirado nas antigas feiras lisboetas. Tal facto consagrava uma longa trajetória iniciada vinte anos antes no teatro[775] e depois popularizada a partir de 1932 nas festas da cidade de Lisboa. Figura de múltiplos talentos, que se dispersou por áreas tão diversas, como o professorado[776], poesia, teatro, artes gráficas[777], jornalismo[778], artes plásticas ou o cinema[779]. Foi contudo nas grandes encenações produzidas para festas populares ou comemorações oficiais que se irá revelar um inspirado criador a partir da exaltação de motivos regionalistas ou históricos. Foi nas **festas da cidade de Lisboa**[780], sobretudo depois do apoio de António Ferro, que irá produzir os grandes modelos do

---

arquiteto Jorge Segurado também ligado por laços familiares ao mundo dos espetáculos, escreveu peças de teatro sob o pseudónimo de Marcos Julião.

[775]Leitão de Barros (2/10/1896-29/6/1967), nos anos 20, foi um dos principais renovadores da cenografia em Portugal. Escreveu diversas comédias num ato: "30HP", "O Idílio das Mães", "A Aposta das Lágrimas (1922), "O Homem que Passa", "O Ramo de Violetas" (1923) e "Um Actor à Volta de Seis Papéis" (1925). Nos anos cinquenta, volta de novo a sobressair no teatro, com dois grandes sucessos de bilheteira: "Prémio Nobel", em colaboração com Fernando Santos e Almeida Amaral (a peça foi estreada em 1954); "Avó Lisboa" (estreada em 1956). Consultar: Luiz Francisco Rebello, *100 Anos de Teatro Português (1880-1980).* Brasília Editora. Porto. 1984.

[776] Foi professor do Liceu Passos Manuel, tendo dedicado aos seus alunos o seu Livro "Elementos da História de Arte"(cfr. Revista Olissipo, Lisboa., nº.119, p..89-90, 1967).

[777] Leitão de Barros e o escultor J. P. Martins Barata, seu cunhado, foram os introdutores em Portugal da rotogravura (1927), técnica de impressão que haviam estudado na Alemanha, em Frankental. Leitão de Barros utilizará esta técnica no "Notícias Ilustrado" (1928), periódico sob este especto constituiu uma verdadeira revolução na imprensa portuguesa. As oficinas do Anuário Comercial e da Neogravura (fundada por Leitão de Barros e outros. Cfr. S.,21/12/1945), difundirão depois este tipo de impressões permitindo editar publicações com imagens caleidoscópicas, vibrantes de brilho, texturas e desfoques, em grandes tiragens e formatos enormes, muito adaptadas às técnicas de propaganda da época (António Sena, *História*..p.239)

[778] Foi o diretor artístico da revista "*Século Ilustrado*" (1937), ao qual se deve aliás a ideia. Nos anos 60, a sua crónica dominical no *Diário de Notícias*, intitulada "Corvos", constituía uma referência obrigatória na época.

[779] Leitão de Barros começou no cinema, por dirigir para a Firma Lusitânia dois pequenos filmes, intitulados "Malmequer" e "Mal de Espanha".

As suas vistas aos estúdios de Berlim e sobretudo aos de Moscovo, nos anos 20, terão marcado profundamente a sua cinematografia, revelada no recurso a actores não profissionais, composições estáticas de natureza pictórica (cfr. *Dicionário de Cineastas*, Lisboa, pag,31-31). Com exceção dos filmes *Nazaré* (1928), *Maria do Mar* (1930) e *Alla Arriba* (1942), tal como acontecia nas restantes áreas artísticas, entre os seus filmes, destacam-se as "reconstituições míticas" da histórica encenada pelo Estado Novo: *A Severa* (1931); *As Pupilas do senhor Reitor* (1935),*Bocage* (1937), *Inês de Castro* (1944); *Camões* (1946*), Vendaval Maravilhoso* (1949).

Para além destas longas-metragens, produziu um número apreciável de curtas-metragens, como por exemplo: Festas de Cúria (1923?), Nazaré (1927), Lisboa-Crónica Anedótica de uma Capital (1930). Lisboa e o Problema dos Acessos (1945), última Rainha de Portugal (1951), Relíquias Portuguesas do Brasil (1959), Comemorações Henriquinas (1961), Escolas Primárias (1962).

Consultar sobre esta área: Alves Costa, *Breve História do Cinema Português (1896-1962*), Biblioteca Breve. Lisboa. 1978;

[780] Nas célebres Festas de Lisboa de 1934, sob o patrocínio do SPN, a 9 de Junho, Leitão de Barros coorganizou com José de Figueiredo, a reconstituição do **desfile de uma embaixada portuguesa do século XVIII**, a qual incluía uma réplica de um dos coches do Marquês de Fontes. Na Noite do dia 11, organiza a representação no adro da Sé, do Auto de Stº. António, da autoria de Matos Sequeira e interpretado pela Compª. de Amélia Rey Colaço. Realiza também, no rio Tejo um **cortejo** com mais de 180 embarcações e à noite, um **desfile de marchas** e **ranchos folclóricos**, onde sobressaia o carro triunfal do Tejo, desenhado pelos arquitetos Jorge Segurado e António Varela e decorado pelo pintor Mário Eloy. (cfr. *Diário de Notícias*, 8/6/34 e *Notícias Ilustrado* 20/5/34).

novo tipo de encenações que marcarão a estética regionalista do regime. Constituíram paradigmas destas criações a primeira **marcha popular** (1932), os **torneios medievais**[781] e os **cortejos históricos**[782]. O público acorria a estas realizações em grandes massas. Ao serviço da CML, em 1959, irá conceber, também, a Feira que marca a transição das feiras pitorescas para aquelas onde prepondera um gosto popular mais próximo do agrado de grandes massas da população, subitamente desenraizadas e que então afluíam à cidade.

O engenheiro **Carlos Santos**[783], surge a partir dos anos vinte como o criador de uma estética noturna[784]. Tendo estudado no Brasil e na Alemanha as novas técnicas de iluminação, nomeadamente as de propaganda luminosa e iluminações públicas, funda, em 1926, a empresa Electro-Reclamo, Limitada. A partir daí, opera uma verdadeira revolução em termos de iluminação no país[785], associando-se a todos os grandes eventos do regime, como a construção de fontes luminosas, exposições e feiras[786]

Gustavo Matos Sequeira, redator d`*O Século*, foi nesta equipa, mais do que o amante e o conhecedor da história da cidade, da qual publicou uma vasta obra. Foi o inspirado criador das reconstituições históricas que maior êxito teve nesta Feira[787]. A

[781] Entre os torneios medievais que concebeu, destacam-se, o de 1935 no Mosteiro dos Jerónimos e o do Porto a 30 de Abril de 1944, no Palácio de Cristal, no qual utilizou (rentabilizou) os adereços do seu filme "Inês de Castro"(Cfr. J.N., 1/5/1944).

[782] Entre os cortejos históricos, destacam-se o da Exposição do Mundo Português (1940), e o das Comemorações do 8º. Centenário a Tomada de Lisboa ao Mouros (20.7.1947). A este último, assistiu ocasionalmente Eva Péron.

[783] José Carlos Santos (31/1/1899- ?), engenheiro eletrotécnico estudou na Bélgica, onde se diplomou no "Institut Electrotechnique" de Bruxelas. Introduziu no país a publicidade luminosa e em particular o néon. Era filho do Actor e professor do conservatório de Teatro, Henrique Carlos dos Santos e de Emília Sands.

[784] O aparecimento de uma estética noturna foi das mais importantes inovações contemporâneas, ainda incipientemente estudada entre nós, e a que as Feiras muito ficaram a dever no fascínio que passaram a provocar nos seus visitantes. Se a **noite** foi ao longo dos séculos uma presença tão temerosa como a fome, o frio, as epidemias, a injustiça ou a morte, a **Luz** fez do homem o dono da terra, permitindo-lhe criar espaços controlados (Joel Serrão, *Noite*...p.20). É neste sentido que as fogueiras, os fogos de artificio e os efeitos luminosos foram assumidos como expressões do triunfo do homem sobre a obscuridade (Javier Aguilar Icaza, La Iluminacíon..p.486). Ora, foi precisamente a energia elétrica que permitiu criar um novo tipo de arquitetura - a da Luz -, inseparável da vida noturna e da nova animação das ruas depois do pôr-do-sol. Com a sua expansão novas cidades surgiram por todo o mundo, muito distintas daquelas que a luz natural mostrava.

[785] A expansão das novas iluminação noturna, embora possa ser explicável a partir de fenómenos internos, nomeadamente as necessidades decorrentes dos novos bairros, a difusão de clubes, cinemas, teatros e outros locais de diversão, não podemos todavia ignorar neste processo, o enorme impacto que tiveram as experiências realizadas durante a Exposição das Artes Decorativas de Paris (1925). Provou-se então que o arquiteto podia incorporar a luz e fontes luminosas nos seus projetos interiores e exteriores A ideia que foi rapidamente aplicada nas comemorações e festas oficiais, numa dimensão sem paralelo anterior. Em 1926 tivemos logo o Concurso das Fachadas e a Semana da Pascoa, festas onde os espetáculos de luz e cor fariam o espanto dos lisboetas. Mas o decisivo impulso veio da publicidade luminosa. Entre 1926 e 1934 foi realizada com base em lâmpadas. A partir de então utilizará também o *Néon*. Os novos reclamos assaltam as principais praças e artérias da cidade, povoam os telhados dos edifícios, não há estabelecimento comercial que não os tenha.

[786] Entre as suas grandes realizações de Carlos dos Santos, destacam-se as produzidas para a Feiras das Industrias Portuguesas (1932 e 1933), as iluminações dos monumentos da cidade (1934 e 1947), Exposição do Mundo Português (1940), Fonte Luminosa de Belém, Fonte Luminosa na Alameda Afonso Henriques, etc. Coube-lhe ainda a iluminação das Feiras de 1943 a 1956, assim como a de muitas outras iniciativas d`O Século . De todas a que maior encanto despertou, talvez tenha sido a de 1953, pelos feitos de "néon" então criados.

[787] Matos Sequeira (1880 - 1962) foi o responsável por várias reconstituições que obtiveram, em geral, um enorme sucesso. A que o terá popularizado foi talvez a de um mercado seiscentista, em **1926**, no Largo

"Ribeira de Lisboa", em 1951, foi disso um excelente exemplo, fundindo num mesmo "recanto" o discurso histórico e o pitoresco.

Outros nomes, com menor relevo que colaboraram na conceção e montagem da primeira Feira[788], devem ainda ser assinalados como António Cristino (pintor e ilustrador), Constantino Lira (decorador[789]) e Manuel Lapa (pintor). Até 1947, um número impressionante de artistas irá associar-se às novas feiras, desenvolvendo o modelo inicial.

A Feira de 1944 manteve ainda muito da atmosfera global pitoresca que tinha feito as delícias dos visitantes do ano anterior. Em grande parte devido à enorme afluência de público, a conceção da Feira muda sensivelmente depois 1945. As construções efémeras passam a impor-se, criando-se grandes efeitos cénicos, a começar pelas entradas que se tornam monumentais! As praças, avenidas, ruas e os recantos pitorescos retalham o espaço de uma forma facilmente apreensível pelo visitante. Os nomes que são atribuídos a cada lugar, embora variem de Feira para Feira, não deixam de reforçar a sensação de Ordem que impregna todo o conjunto. As fachadas dos principais Pavilhões, abandona rapidamente os motivos pitorescos, para adotarem uma estética de inspiração modernista mais adaptada a transmitir sensações de grandiosidade.

A Feira Popular de 1949 e 1950, a cargo do Governo Civil de Lisboa, foi primeiramente confiada ao arquiteto **Frederico George,** sendo depois entregue a artistas como **Stuart de Carvalhais** ou **João Fragoso**[790]. O modelo anterior pouco se alterou, embora se revelem algumas cedências ao gosto pitoresco.

Quando *O Século* retoma a sua organização em 1951, entrega a sua conceção global ao arquiteto **Jorge Segurado[791],** familiar de J.P. Rosa, então já com longa experiência neste tipo de realizações. O modelo de 1945 volta de novo a impor-se,

---

de S. Domingos. Nas festas de **1934**, concebeu o Auto de Stº. António, e um enorme "**Arraial"** no Terreiro do Paço, ornamentado pelos irmãos Rebelos de Andrade e Jorge Barradas. Em **1935**, reconstruiu uma "**Lisboa Antiga**", no Jardim junto ao Palácio de S. Bento, onde se erguera o Convento das Francesinhas. Nas festas da cidade, inauguradas a 1 de Junho, tem o seu ponto alto, numa **feira** criada por Fred Kredolfer e Bernardo Marques, no Terreiro do Paço, onde são apresentados produtos populares. Matos Sequeira, imaginou também, alguns aspetos de Lisboa do tempo de D. Pedro II. Entre as últimas reconstituições destaca-se a "encenação de Lisboa Romântica", em 1955, no Jardim da Estrela. Foi também diretor da Casa de Santo António, na Exposição do Mundo Português. Dirigiu sob o ponto de vista histórico, a maquete de Lisboa antes do terramoto de 1755, hoje no museu da cidade. Sobre a sua obra como notável olisipógrafo, consultar Fernando Castelo Branco, *Breve...*

[788] S., 24.4.43

[789] C. L. era decorador de festas minhotas, como as da Senhora da Agonia, em Viana do Castelo e de s. João de Braga.

[790]Para o centro do lago, concebeu este escultor uma "Silfides". D.N.,2/6/1950

[791] Jorge Segurado (1898-1981) foi um dos principais colaboradores do SPN/SNI. Entre as muitas obras que realizou destacam-se: a conceção das Feiras das Industrias Portuguesas de 1932 e 1933 (2º. Ciclo); o York Bar, risco e decoração(1932); Loja Saboia, no Chiado, interiores e decoração (1934); Liceu Filipa de Lencastre (1932-1940); Casa da Moeda (1935-1941). Foi o autor dos projetos dos pavilhões de Portugal para a Exposição Universal de Nova Iorque e na Exposição Internacional de S. Francisco, ambas em 1939. Na Exposição do Mundo Português, teve a seu cargo a conceção das aldeias portuguesas(1940). Remodelação para o SPN/SNI do Círculo Cultural Eça de Queirós (1944). Armazéns de Alcântara (1944). Virá a ser igualmente o projetista da remodelação da Colónia Balnear O Século (1944) e os projetos posteriores de ampliação. A Capela de S. Gabriel, em Vendas Novas (1950-51), Os edifícios que se encontram no cruzamento na Av. dos EUA e AV. de Roma, em colaboração com Filipe Figueiredo (1952-1958). É o caso típico de um arquiteto que evolui de uma estética marcadamente modernista, para outra de cariz regionalista e historicista, para depois voltar a assumir as tendências modernistas. Percurso semelhante a muitos artistas que colaboraram ativamente com o regime.

embora os recantos pitorescos sejam particularmente valorizados no conjunto da Feira. A sensação é que toda a diversão deve ser feita na Ordem, competindo aos artistas programa-la da melhor forma.

Na Feira de 1958, instalada no Estádio do SCP, o espaço foi concebido pelo artista **Arnaldo Ressano Garcia.** A Feira da CML, no Jardim da Estrela, por **Fernanda de Castro**, e no ano seguinte, por **Leitão de Barros**. No primeiro caso, o Estádio esmaga a Feira transformando as barracas e os stands em construções insignificantes e de gosto duvidoso. No segundo, o que sobressai do conjunto das construções é um discurso do pitoresco e do popular, num cenário bucólico.

Em 1961, coube a tarefa de novo a **Jorge Segurado**, em colaboração com os seus filhos José Maria e João Carlos Segurado. A obra final, dado o seu carácter assumidamente provisório, estava longe de conter qualquer novidade[792]. Procurou-se de início, ainda assim, apelar para um imaginário regionalista e patriótico, mas a força do local acabou por condicionar a transmissão destas ideias. A Feira surgiu numa altura em que a cidade cortava com os seus vestígios de ruralidade, descobrindo-se como uma urbe povoada de bairros de barracas e rodeada de subúrbios degradados. A nova Feira acabou por ser construída a partir das edificações do antigo **Mercado Geral dos Gados**[793]. A significação lúgubre do local era pouco propícia à assunção do mesmo como um espaço de diversões. Os animais que por lá haviam passado a caminho do matador estavam ainda na memória dos lisboetas. Tudo os evocava, os muros e os edifícios, mas sobretudo um ambiente pouco festivo, apesar de todas as decorações, cores berrantes e luzes. A inexistência de espaços verdes no seu interior acabava por reforçar esta sensação. É certo que o Campo Grande estava perto, mas era necessário sair da feira para lhe aceder. As acessibilidades de transportes, metro, comboios, elétricos, autocarros acentuavam a sua dimensão de parque para grandes massas. Rapidamente em torno da feira foram surgindo grupos de prostitutas e pensões populares, revelando as tendências dos novos públicos.

Em 1974, o artista que é convidado para conceber a nova imagem da Feira, consentânea com a situação política, foi o decorador Albertino Pereira da Silva, "que se esmerou nas cores e nos seus desenhos"[794] A Feira era um lugar inóspito. O pequeno lago dos barcos a motor desaparecera absorvido por construções que retalhavam o espaço disponível, numa lógica de rentabilização meramente económica. Procurando sintonizar a Feira com a nova situação política, mudam-se os nomes das ruas, como aconteceu aliás por todo o país. Passou a haver uma "Avenida 25 de Abril", decorada com "Cravos Vermelhos da Revolução Democrática" e uma "Praça da Liberdade, assim

[792] Os artistas que se seguiram a Jorge Segurado, mais do que serem desconhecidos, foram quase sempre oriundos das outras feiras. Entre eles destacamos os nomes de Eduardo Fabião (pintor), António Gonçalves "Porto" e outros carpinteiros como o mestre Delfim.

[793] A Feira foi instalada nas instalações do antigo **Mercado Geral dos Gados**, construído em 1888 segundo um projeto do arquiteto Parente da Silva, sendo as alterações devidas a Machado Faria e Maia. Perto do Local, no Campo Grande, pelo menos desde o século XVIII que aí se realizava a célebre Feira das Bestas (Cfr.Manuela Rêgo, *Passeio*...) cujo desaparecimento se ficou aliás a dever à construção do próprio Mercado.

O Mercado fazia parte de um vasto complexo, no qual se incluía um **matador** situado junto da Praça José Fontana, também conhecida por Largo do Matadouro. Fora edificado em 1863, segundo risco de Pesart, ocupando uma área de 13. 320m2. Era célebre na cidade a chamada matança grande que ocorria na 6ª. Feira da Semana Grande, a qual atraia numerosos curiosos (cfr. *Guia de Portugal*..Vol.I, p..419). Após décadas de protestos dos moradores, nos anos 60 mudou-se para os Olivais, sendo destruído em 1997, na consequência das intervenções para a realização da Expo98.

[794] S., 30/5/1974

cognominada em homenagem aos homens do Movimento (das Forças Armadas) ". Era o centro de todo o "complexo", onde sobressaíam os divertimentos como o "twister", a Grande Roda, os Carroceis, a montanha russa, mas também o Pavilhão das Farturas, as principais esplanadas e o Café de Pretos. Quanto ao resto, retirando os restaurantes, apenas merecia uma nota especial a "Bruxa de Arruda"[795]

Nas obras empreendidas em 1981, as mais importantes nos últimos anos, a Feira acabou por as confiar a decoradores de arraiais e artistas desconhecidos cujos trabalhos nunca se evidenciaram.

Nos anos 90, a leitura da feira apresenta-se como um espaço caótico, no qual vão sendo introduzidas modificações pontuais, mas onde não se vislumbra qualquer plano de conjunto. A última Comissão Diretiva, afirmando pretender inverter a situação, introduziu no recinto alguns elementos arquitetónicos que evocam vagamente alguns estereótipos das ruas "alfacinhas". A leitura global do recinto em nada se alterou, apenas se reforçou a sensação de um amontoado de elementos onde não existe qualquer discurso minimamente planeado.

4.2.5. Espaço de Mediação Pública

A Feira como espaço de mediação pública constitui um "média", sendo os seus visitantes uma mercadoria como outra qualquer que os promotores da Feira têm explorado. Em primeiro lugar, promovendo por conta própria a publicidade no seu interior ou a partir dela para o exterior[796]: As receitas desta actividade foram até aos anos 70 bastante significativas. Em segundo, disponibilizando os seus visitantes para que outros junto destes veiculassem as suas mensagens.

O que sobressaía nos anos 40 e 50 é a utilização da Feira como um local privilegiado de propaganda, não apenas de produtos, mas sobretudo de políticas.

O Estado Novo montou nela enormes pavilhões de propaganda, onde se difundia não apenas as obras do regime, mas acima de tudo a sua ideologia. O **corporativismo**, mas também, a **defesa das possessões** coloniais foram dois dos temas mais repetidos. A CML que desde a primeira hora marcou presença na Feira, centrava-se sobre a administração municipal, oscilando entre a divulgação dos novos projetos e as evocações pitorescas e históricas. Em 1954, realizou, a este respeito a sua mais

[795] S., 30/5/1974

[796] Sobre esta dupla faceta das empresas de comunicação: Philippe Breton/Serge Proulux, *A Explosão*...

significativa exposição, uma retrospectiva de 10 anos de administração municipal[797]. Salazar foi por esse motivo pela segunda vez à Feira. Paralelamente, na Revista Municipal, sistematizava-se pela escrita o que o Pavilhão da CML mostrava com muitas imagens[798]. Países como os EUA, Inglaterra, Suécia, Alemanha, Itália, França, ou mesmo a Suíça, promoveram neste recinto os seus produtos, mas utilizaram-no igualmente como veículo de propaganda política.

O início das emissões regulares da RTP, a partir de 1957, assim como a inauguração, no mesmo ano, de um moderno Pavilhão de Exposições na Junqueira, vem todavia provocar uma alteração neste panorama.

A Feira perde subitamente a sua importância mediática. O Estado está agora sobretudo interessado em explorar a Televisão e Junqueira como veículos de propaganda. A CML não tarda também a fazê-lo, passando a ter, a partir de 1959, programas regulares na Rádio e na Televisão[799].

Quando a Feira se instala em Entre Campos, a CML é a única entidade oficial que ainda investe na mesma como veículo de propaganda. A *Revista Municipal* assinala, entre 1961 e 1963, justamente esta presença. Contudo, à medida que a Feira se torna uma local essencialmente dirigido para as camadas mais baixas da população, a CML não tarda em votar ao seu Pavilhão ao abandono. A Feira perdera a sua importância como local de propaganda, mas não a sua função como meio de descompressão social.

A aglomeração de pessoas desde os anos 40 que proporcionava um excelente auditório para programas radiofónicos e televisivos. A rádio utilizou-o desde muito cedo. A RTP ficou ligada desde a sua origem a esta Feira. As suas primeiras emissões experimentais foram nelas feitas. Em 1961, aproveitando o recém construído "Cine-Teatro Vasco Santana", instalou-se também, por alguns meses nesta sala, onde realizou diversos programas televisivos. Depois disso, a sua presença tornou-se muito esporádica. A Feira deixara de ser um local com algum prestígio social e a RTP também a evitou. Em meados da década de 80, a Feira voltou a ser notícia. A RTP, mas também algumas estações de rádio, voltam de novo ao recinto para aí realizarem de forma regular diversos programas, sobretudo aos fins-de-semana. Prática que tem prosseguido até aos nossos dias.

---

[797] CML, Feira Popular de Lisboa(1944-1954). Lisboa. s/d. Catálogo da exposição organizada em 1954 na Feira Popular , sobre "10 anos de Administração Municipal. Cota: S.C.16.806/2 P.

[798] Consultar os seguintes artigos do Revista Municipal (RM):

- Matos Sequeira ,*A Feira de Lisboa*, , RM nº.41, 2º. Trim. 1949
- José Espinho, *Balanço de Representação Municipal na Feira Popular de Palhavã,*. RM, nº.42. 3º. Trim. 1949
- *O Pavilhão Municipal na Feira Popular e Actividades Cinematográficas no ano de 1950*, José spinho. RM, nº. 47. 4º. Trim. 1950
- José Espinho , *Pavilhão Municipal na Feira Popular*, RM nº. 51. 4º Trim. 1951
- Rodrigo de Mello , *O Pavilhão Municipal na Feira Popular*, (?), RM, nº. 55. 4º. Trim. 1952
- *Pavilhão Municipal de Exposição na Feira Popular*, RM nº. 59, 4º. Trim. 1953
- *A Câmara na Feira Popular*,RM nº. 61, 2º. Trim. 1954
- *O Pavilhão da CML na Feira Popular* , RM, nº. 67. 4º. Trim. 1955
- *O Pavilhão da CML na Feira Popular*, RM, nº. 71. 4º. Trim. 1956
- *O Pavilhão da CML na Feira Popular*, RM nº. 75, 4º. Trimestre. 1957.
- *O pavilhão Municipal na Feira Popular de O Século*. RM nº.90. 1961. p. 57.
- *A Exposição camarária na Feira Popular de Lisboa*, RM nº.92/93. 1962. p..63-64.

[799] *Revista Municipal* aborda pela primeira vez a questão da imagem de "**Lisboa na Rádio e na Televisão.** Cfr. Revista Municipal. Nº.83. 1959 (4º. Trimestre). artigo "Lisboa na Rádio e na Televisão"

4.3. Política

A relação da Feira com o poder pouco difere da que podemos descobrir entre os eventos culturais e as suas políticas. A natureza é a mesma, embora aqui o Estado tenha assumido um cunho interventivo. Nos cerca de 55 anos de existência da Feira, em 22 deles o Estado foi o seu promotor. A relação mais frequente que com ela manteve foi de **apropriação**: a Feira foi usada sobretudo como um instrumento de **propaganda**, **distração** e de **descompressão social**. A primeira situação ocorreu, nomeadamente, quando esta conseguia atrair públicos em todas as camadas sociais. A segunda e terceira acontecem quando as tensões sociais atingem um elevado grau de conflitualidade, implicando o recurso a estes mecanismos. A questão não é todavia tão linear, exigindo uma análise mais detalhada, em particular das políticas culturais que suportam e legitimam estas intervenções do poder. Através delas, podemos não apenas compreender algumas das razões da maior visibilidade pública da Feira em certas épocas, mas também, os modos como estas apropriações se processam.

No entanto, a própria Feira na sua dinâmica não deixou de aproximar-se ou afastar-se das **políticas culturais**, condicionando desta forma os modos da sua apropriação.

Para observarmos estas relações faremos agora um breve percurso, não apenas pelas políticas culturais desde os anos quarenta**,** mas também sobre alguns dos contextos que as influenciaram.

4.3.1. A Máquina Ideológica

A política cultural do Estado Novo nos anos trinta e quarenta, estava longe de reduzir-se ao SPN/SNI. Era partilhada e prosseguida por diversos organismos do Estado, sob a orientação de Salazar, o seu verdadeiro mentor. Em todas as áreas contava com a colaboração de muitos dos melhores criadores e intelectuais do tempo. Para além dos aparelhos locais, como as câmaras municipais[800], no Estado, cinco organismos possuíam uma Acão muito relevante, ainda muito longe de ser esclarecida na sua globalidade.

- O Ministério da Educação Nacional (MEN), com Carneiro Pacheco (1936-1940) e depois com Mário de Figueiredo (1940-1944), assumiu claramente uma função doutrinária no regime[801].

- O Ministério do Interior(MI), desde 1927 tinha a seu cargo a censura à imprensa e aos espetáculos. Cabia-lhe ainda o licenciamento dos espetáculos e divertimentos (vistos), assim como dos recintos onde estes se realizavam. Controlava ainda o registo dos artistas, intérpretes e das empresas promotoras de actividades artísticas. Em 1940[802], a censura da imprensa e espetáculos passou a ser coordenada também pelo SPN, sendo integrada definitivamente no SNI em 1944, assim com as restantes áreas. O MI assumiu então uma função mais estritamente policial.

---

[800] Ver as diversas referências feitas neste trabalho sobre a política cultural da câmara municipal, em especial o subcapítulo sobre os "tempos livres". A CML desde a primeira hora teve um papel activo na realização da Feira e na construção do seus conteúdos ideológicos.

[801] A **Junta Nacional de Educação** (1936-1977), através das suas múltiplas secções, foi o órgão ideológico por excelência do ME, de onde brotou depois o Instituto de Alta Cultura. A JNE tinha a seu cargo, por exemplo, a atribuição de **bolsas de investigação**, as **bibliotecas públicas**, os **arquivos** (Torre do Tombo e os arquivos distritais) e grande parte dos **museus do Estado**. Nos anos 60, algumas destas estruturas foram integradas, na Direcção-Geral dos Assuntos Culturais. Depois do 25 de Abril de 1974, a maioria será integrada na **Secretaria de Estado da Cultura**, sem grandes ruturas internas. No âmbito do ME será criada a Mocidade Portuguesa (1936), uma organização paramilitar de enquadramento ideológico dos jovens.

[802] A Censura à Imprensa estava a cargo do Ministério do Interior desde 1926. Neste ano são promulgados dois decretos que a estabelecem (Dec. 11.839, de 5 de Julho e o Dec. 12.008, de 29 de Julho que retificou o anterior), fixando-se o prazo de 15 dias para o envio das publicações para o exame do censor. Em 1933, o controlo é total , com a publicação do Dec-Lei 22.429, de 11 de Abril que cria comissões de censura e o visto prévio do censor. Em 1940, passou a ser coordenada pelo então criado Gabinete de Coordenação dos Serviços de Propaganda e Informação, chefiado pelos diretores do SNP, dos Serviços de Censura e o presidente da Comissão Administrativa da Emissora Nacional. Em 1944 foi integrada no SNI.

- A FNAT- Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, criada em 1935, ocupava-se dos tempos livres dos trabalhadores e da sua formação cultural, segundo os valores do regime[803].

- O Comissariado Nacional do Emprego, criado em 1932, chefiado por Duarte Pacheco, de forma muito discreta, mas não menos eficaz, teve um papel ativo na promoção cultural, nomeadamente financiando a contratação de desempregados.

- O Secretariado de Propaganda Nacional (SPN)[804], transformado em 1944, no Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI)[805], duas criações atribuídas a António Ferro, estavam diretamente ligadas a Salazar. De forma persistente, António Ferro, ao longo de 16 anos foi transformando uma estrutura inicial muito *artesanal*, numa verdadeira máquina de propaganda e controlo das actividades informativas, culturais e turísticas que ainda hoje é apontada como modelo de eficiência.

Apesar das limitações inerentes a uma análise centrada apenas num destes organismos - a SPN/SNI/SEIT -, foi todavia a perspectiva seguida neste trabalho, em grande parte ditadas por os condicionalismos que lhe são inerentes.

4.3.1.1. A "Política do Espírito"

António Ferro não estava sozinho quando defendia todo um ideário que expressava identidade da cultura portuguesa, naquilo que julgava ser a sua autenticidade[806]. Desde finais dos anos trinta, que este ideário percorria toda a

[803] Esta Acão era complementada, em geral sob a sua coordenação, por outras desenvolvidas pelas casas do povo, casas dos pescadores, sindicatos nacionais , grémios e outros organismos corporativos.

Entre as actividades da FNAT, destaca-se entre 1935 e 1949, a organização de serões culturais e recreativos, apresentação de artistas com a colaboração da Emissora Nacional, as Festas realizadas para filiados com sessões cinematográficas, grupos folclóricos, o Teatro do Trabalhador (da FNAT), palestras radiofónicas, edição do *Boletim "Alegria no Trabalho*", e as colónias de férias para os filiados no sindicatos nacionais.

[804] O SPN foi criado pelo Dec-Lei 23.054, de 25 de Setembro de 1933, definindo-se como a sua principal missão a de "integrar os portugueses no pensamento moral que deve dirigir a nação" e divulgar o "espírito de unidade que preside à obra realizada e a realizar pelo Estado Novo".

No mesmo ano, na Alemanha, surgia também o Ministério da Propaganda, sob a direção de Goebbels

[805] O SNI foi criado pelo Dec-Lei 33.545, de 23/2/1944. Após diversas hesitações o seu funcionamento interno foi regulamentado pelo Dec-Lei 34.134, de 24/11/1944, passando a possuir novas e mais amplas competências. Em 1968, será transformado, como veremos, na Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT).

[806] O estudo dos colaboradores de António Ferro quase sempre tem-se reduzido aos artistas, privilegiando-se assim, os arquitetos, pintores, escultores e decoradores, esquecendo outros conceptores de ideias. Cristina Pacheco (*Os Integralistas*...), mostrou como um importante grupo de intelectuais "integralistas" desde a primeira hora trabalhou no SPN, dando corpo a ideias que Ferro exteriozava nos seus discursos culturais.

administração pública[807], sendo nos anos quarenta teorizado por muitos dos mais reputados intelectuais portugueses.

António Ferro, tal como Gobbels tinha uma perceção clara de como a cultura se poderia transformar num poderoso instrumento de poder ao serviço do Estado, nomeadamente na construção de uma retórica cultural onde os conflitos sociais são harmonizados em torno de grandes desígnios nacionais.

Ao Povo Português é atribuída uma missão divina - propagar e defender os grandes valores da cristandade no mundo. O seu Império é apresentado como o exemplo da obra civilizacional do mundo ocidental. As suas aldeias, constituída por gente trabalhadora, pobre e feliz são apresentadas como um exemplo às outras nações civilizadas, onde pululam grandes urbes industrializadas minadas pela desordem e imoralidade.

A política do Estado Novo, no seguimento da ditadura militar de 1926, assumiu como missão restaurar a "alma da pátria portuguesa" que os governos democrático-liberais haviam procurado destruir. A ordem pública, o miraculoso equilíbrio das contas públicas eram apresentados como exemplos de um país que voltou a reencontrar-se consigo próprio, aceitando o que herdou do seu passado glorioso, com o orgulho de quem aceita o que melhor pode aspirar, libertando-se de todos os seus desejos exteriores. Conformam-se os pobres com o que possuem[808], e os ricos com aquilo que Salazar lhes proporciona. As elites culturais com o estatuto de privilégio que lhes é

---

[807] A difusão da política na administração pública, nos anos trinta e quarenta, está ainda muito mal estudada. Duarte Pacheco, no Ministério das Obras Públicas só a seguiu após o regime estar consolidado (Cfr. Nuno Teotónio Pereira e José Manuel Fernandes , em "*Arquitectura do* .. .p.533 e segs).

Entre 1926 e 1937, os modelos de arquitetura apoiados pelo Estado através das suas encomendas, estão em contradição ao nível formal com a linha ideológica do próprio regime, pois utiliza "modelos arquitetónicos do modernismo e socorre-se dos arquitetos mais representativos desta linguagem"(idem, ob. cit., p..54).

Apenas no período entre 1938 e 1943 se definem os modelos próprios de arquitetura do Estado Novo, em consonância com a Política do Espírito, sendo então lançadas as campanhas do "Bom Gosto", os concursos da "Casa Panorâma" na revista do mesmo nome. A política de comemorações, voltada para a propaganda ideológica do regime, está agora repleta de símbolos (históricos, nacionalistas, autoritários, regionalistas, etc). As obras de tendências modernistas são agora raras.

Depois de 1944 e até finais dos anos cinquenta, vão progressivamente tornando-se mais claras. Diversas posições então em confronto.

O movimento modernista à medida que consciencializa as suas posições, começa a contestar abertamente as posições estéticas do regime, adquirindo uma forte politização.

Os mentores do regime prosseguem no reforço dos modelos anteriores, através de um vasto programas de obras simbólicas de afirmação dos valores ideológicos do Estado Novo.

Em fins do anos 50, os modelos do Estado Novo são gradualmente abandonados, devido ao seu manifesto desfasamento técnico e ideológico (Idem, ob. cit, p..550). Como veremos, nesta mesma altura processa-se igualmente uma rutura na Política do Espírito e interrompe-se a realização da Feira Popular!

[808] Em termos ideológicos, assentará os seus discursos ideológicos sobre o enraizamento da população. O discurso para as camadas mais desfavorecidas procura subtilmente que as mesmas aceitem orgulhosamente miseráveis condições de vida, como testemunhos da tradição de um povo, uma região ou uma arte. Para o restrito grupo social dos mais endinheirados, o regime oferece-lhes a paz e o cosmopolitismo dos Estoris e a tranquilidade de um povo humilde que alegremente os servia. As elites culturais, têm ao seu dispor museus e exposições de arte ou outros eventos culturais, onde se procura conciliar o regionalismo, para consumo das elites conservadoras, com o modernismo, para consumo das elites cosmopolitas. A convivialidade interclassista transforma-se no paradigma do regime.

As imagens desta harmonia, eram transformadas pelos decoradores e artistas ao serviço do SPN/SNI em propaganda para consumo interno e externo. Este prática passava, em regra, pela normalização de cada manifestação cultural e seus respectivos locais, em ordem à obediência ao respectivo figurino, retirando-lhe toda a dimensão espontânea ou marginal em relação à ordem instituída.

proporcionado[809]. A exaltação patriótica dos "valores nacionais" não se projetam no sentido de descobrir novos saberes ou técnicas, mas na autocontemplação do ser português, como se nessa atitude se contivesse tudo o que de melhor se pode aspirar. A história de Portugal, como a concebe Salazar e a encena António Ferro, termina afinal na quietude contemplativa da sua própria trajetória, nos seus hábitos e costumes, tudo o que em suma, faz que sejamos o que já somos.

Nos dez primeiros anos, o SNP privilegiou três áreas: a **propaganda** do ideário do regime, o **turismo** como meio de difusão da imagem de um país feliz consigo próprio, e a **cultura popular** como instrumento integrador das camadas mais baixas da população.

Depois de 1944, o SNI, dotado de novos meios, para além da **propaganda**, começa a atuar no controlo e censura da **informação** veiculada pela comunicação social e com a inspeção das atividades culturais. O Estado Novo sente-se cada vez mais isolado, e com um ideário que não consegue gerar tão amplos consensos como os que no período anterior foi capaz de produzir. O **turismo** foi perdendo grande parte da sua função ideológica, para se transformar na promoção de mais um destino para férias a preços baratos. As preocupações económicas secundarizam as de natureza ideológica. A cultura popular acabou por ser enquadrada no âmbito da etnografia, em regra ao serviço também da promoção turística. O SNI que até aí privilegiara a população rural e o imaginário dirige-se agora para as camadas urbanas, nomeadamente as de maior rendimento e instrução. Só após a saída de António Ferro, em 1949, será possível dar corpo a esta nova orientação política.

Para além das ideias que caracterizaram, cada período, António Ferro, foi criando uma poderosa estrutura burocrática e concebendo amplos programas culturais que ainda hoje, em grande parte, sobrevivem.[810] Entre as suas funções mais salientes destacam-se as seguintes:

A **recolha e tratamento da informação dos órgãos de comunicação nacionais ou estrangeiros de apoio aos altos dirigentes do Estado[811]**, servidos por uma **biblioteca**[812], uma **Fototeca[813]** e uma **Filmoteca[814]**,

---

[809] Apesar do que poderia fazer crer a constante propaganda do SPN/SNI, os Museus, como o de Arte Antiga, ou locais de exposições de arte, como o SNBA ou Palácio Foz (depois de 1947), estavam confinados a uma elite lisboeta. A maioria da população ignorava o que neles se passava. Este facto não passa despercebido, sendo objeto de constantes comentários.

- "*Reacções do Público Português*, in, revista *Litoral*, Nº. 5. Dezembro de 1944.p. 107-108.

- No artigo "*O Público e a Arte", in,* revista *Litoral*, nº.1, Junho de 1944, Adriano de Gusmão, escrevia: "Quem acompanhar de perto o movimento artístico português fica impressionado com a geral indiferença do nosso público por tudo o que diga respeito à arte" (p.86). Com exceção da literatura, conclui, o português não sente necessidade da arte, nem lhe interessam os seus problemas históricos ou estéticos. A questão de fundo, residia, segundo este conhecido crítico, na ausência de educação artística da quase totalidade da população.

[810] Basta uma simples observação das funções exercidas pelo Ministério da Cultura ou pelo Instituto da Comunicação Social, para se constatar a veracidade desta afirmação. O que a explica ? A simples inércia da administração pública ou a visão de António Ferro ?

[811] Esta tarefa constituía uma das mais importantes funções do SPN/SNI. Nos arquivos do de Queluz (Pendão), ainda existem largos quilómetros de documentos que foram elaborados pelos serviços de informação até 1974 e mesmo depois desta data. Semanalmente, desde pelo menos Dezembro de 1939, que eram elaborados Boletins de Informação sobre as tendências políticas da imprensa e as suas proximidades ou não ao ideário do regime, para além de processos sobre assuntos específicos. Paralelamente, era feito o registo das publicações, jornalistas, agências noticiosas, etc., tarefas em grande parte, ainda prosseguidas.

[812] Em 1940, o SPN passou a receber um exemplar de todas as obras publicadas.

A **propaganda** era alimentada por uma contínua **produção de informação** destinada aos órgãos de comunicação[815] e à **Emissora Nacional**[816], desdobrando-se numa vastíssima p**rodução editorial,** em diversas línguas[817], organização de **exposições** em Portugal ou no estrangeiro[818]. O Brasil surgia neste contexto como uma força que permitia amplificar a voz de Portugal no mundo[819]. António Ferro, apesar de entrever a importância económica do turismo, viu sobretudo nele um meio de propaganda[820].

---

[813] O arquivo de fotografia foi criado em 1938. Sobre a importância deste meio para a propaganda do Estado Novo (Cfr. António Sena, *História das Imagens...p.250)*

[814] Desta filmoteca resultará, em 1949, a Cinemateca Nacional.

[815] Subsiste ainda um enorme acervo documental. Desta Acão assentavam na produção de pequenas notícias, estatísticas, sugestões, programas regulares de rádio ou mesmos centenas de documentários cinematográficos.

[816] A **rádio**, o mais poderoso meio de comunicação desde final dos anos vinte, foi desde muito cedo posto ao serviço do SPN/SNI. A criação da EN em 1932, contando com emissões regulares desde Novembro deste ano, revelou-se logo um poderoso meio de propaganda do Estado Novo. Face ao boicote da imprensa na divulgação do projeto constitucional, o Governo resolve de imediato difundir através deste meio programas sobre a nova Constituição. Dado o número limitado de recetores, em pontos estratégicos de Lisboa e Porto foram montados altifalantes para difusão destas emissões (cfr. Marcelo Caetano, *As Minhas...* p. 56). António Ferro, utilizou-a em prol da difusão da sua versão da "cultura popular", através programas, como os "Jogos Florais (1936-1949). A sua presença foi-se aliás tornando uma constante. Em 1944, a EN é integrada no SNI que passa a tutelar também a actividade radiofónica no país (Dec-Lei 34.133, 24/11/44).

[817] Muitas centenas de títulos são publicados neste período. Entre as suas publicações destaca-se a revista *Panorama- Revista Portuguesa de Arte e Turismo*(1941- ?), as coleções de obras doutrinárias ou literárias, os catálogos de exposições, os cartazes, etc. Depois do 25 Abril, o então Ministério da Comunicação Social, irá tentar prosseguir esta actividade editorial, mas os resultados foram sempre diminutos.

[818] A organização de exposições constituiu uma das formas mais emblemáticas de propaganda do SPN/SNI. No período de António Ferro, são organizadas centenas de exposições fixas ou itinerantes. Entre as externas, sob a responsabilidade do SNP/SNI, destaca-se a Exposição de Arte Portuguesa em Genebra (1935), a presença na Exp. Inter. de Paris (1937) ou na Exp. Univ. de Nova Iorque e Exposição Internacional de S. Francisco(ambas em 1939). Para além das exposições ambulantes, ou das pontuais, o SPN/SNI, criou locais próprios para as promover. Primeiro foi num Estúdio situado na sede da SPN, no nº.75, da Rua de S. Pedro de Alcântara e depois de 1947, no Palácio Foz. Com a inauguração da delegação do Porto, em 1 de Março de 1945, na Praça D. João I, criou-se nesta cidade mais um polo, que nunca chegou a ter qualquer expressão. Na zona de Belém, em frente ao actual Centro Cultural de Belém, surgirá outro polo naquilo que foi o Centro Regional da Exposição do Mundo Português (1940). Será constituído pelo Museu de Arte Popular (1948) e a Galeria Nacional de Arte Moderna e outras estruturas de animação cuja actividade se prolongou até aos nossos dias. A Galeria Nacional de Moderna foi destruída por um incêndio em 1981, e com ela grande parte da Colecção Nacional de Arte Moderna reunida por este organismo.

[819] No **espaço da lusofonia**, deve-lhe o acordo cultural firmado com o Brasil em 1941, no tempo em que este país era governado pelo ditador **Getúlio Vargas**. O empenho do SNI na prossecução deste acordo foi total. A 14 de Abril de 1942, no SPN inaugura-se a Secção do Brasil que começa desde logo a desenvolver uma enorme actividade, que não encontra correspondência no outro lado do Atlântico (Cfr. *A Voz*, 14/4/1944, para um primeiro balanço deste arranque). Simultaneamente foram reduzidos os custos das ligações para o Brasil (1943). Na Feira Popular de Lisboa, também em 1943, foi organizada uma conturbada festa de homenagem ao seu embaixador em Portugal. *O Século* envia para o Brasil um redator, etc.

[820] O **turismo** constituía outra das áreas centrais do SPN/SNI, sendo mesmo aquela que maior peso veio a adquirir nos serviços . Em 1940 (Dec.30.289, de 3 .2), por exemplo, o Conselho Nacional do Turismo foi integrado no SPN. No ano seguinte foram criadas as Pousadas do Turismo (Dec.31.259, de 9/5) desdobrando-se por múltiplas ações para o turismo, como a edição da revista "Panorama", rádio emissões (ex. programa "Conheça a Nossa Terra"), "Brigadas", "Arranjo de pousadas e hotéis, instalação de postos de turismo fronteiriços, apoio a agências de viagem, organização de concursos e muitas outras iniciativas do SNI em colaboração com Duarte Pacheco.

O apoio à cultura, nomeadamente às **artes plásticas**[821], **cinema**[822], **música**[823], **dança**[824], **teatro**[825], privilegiou a atribuição de prémios[826], a encomenda ou compra de obras ou a produção de eventos em detrimento do apoio à criação de estruturas para a produção cultural.

A grande promoção cultural de António Ferro centrou-se contudo em volta da **cultura popular,** que tinha nas **romarias, arraiais e feiras** a sua expressão mais genuína. À sua volta procurou criar uma grande encenação não apenas para os estrangeiros, mas sobretudo para consumo interno. Uma vasta equipa de artistas e intelectuais, como dissemos, ao longo dos anos sob os motivos mais diversos foi pacientemente reelaborando as grandes manifestações populares em termos plásticos mais modernos, apresentando-as em seguida como expressões genuinamente populares. Fragmentos de memórias locais são pretexto para a **criação de tradições** centenárias[827]. A confusão entre o falso e o autêntico era total. A promoção da cultura erudita junto do povo[828], foi neste contexto limitadíssima, pois a mesma correspondia a um desvio à integração do povo numa cultura popular que se lhe apresentava como exaltante[829].

A Acão de António Ferro centrou-se no objetivo de "criar uma consciência turística"(cfr. S., 1/11/1943),reinterpretando os temas populares e as questões do turismo de uma forma **profissional** e não amadorística. Estas iniciativas se foram um excelente instrumento de propaganda, foram igualmente meios eficazes de controlo da presença de estrangeiros em Portugal.

[821] As **artes plásticas** foram dos sectores mais acarinhados por António Ferro. Não apenas na organização de exposições, mas também pela aquisição de obras.. Foi neste capítulo um defensor da criação de um verdadeiro Museu de Arte Contemporânea, para o qual iniciará a coleção nacional de arte moderna, parcialmente depositada, em 1993, na Fundação de Serralves.

[822] Pela sua importância propagandística, o **cinema** esteve deste o inicio no centro das preocupações do SNP/SNI, tendo produzido centenas de documentários. Para permitir uma maior expansão dos mesmos, em 1933, será também criado o "Cinema Ambulante". Não tardou em financiar igualmente filmes de longa-metragem, como a "Revolução de Maio"(1937), Ala-Riba(1942) e Camões (1946). Face à decadência do Cinema Português, em 1948, constituirá o Fundo de Cinema Nacional (Lei 2.027, de 18.2), que se manterá até 1971, sendo substituído pelo IPC.

[823] Na **música** os apoios repartiram-se pela promoção de concertos de música clássica ou ligeira. Quando esteve à frente da Emissora Nacional (EN), empreendeu a constituição de duas orquestras- Orquestra da Emissora Nacional e a Orquestra Ligeira, antepassados das actuais orquestras nacionais. Para além das muitas encomendas de obras, destaca-se ainda, a criação em 194.. um Gabinete para compositores na EN.

[824] A **dança,** constituiu uma incursão frustrada num terreno onde não existiam estruturas de apoio. A criação do Ballet "Verde Gaio", em Novembro de 1940, é o reflexo desta improvisação. No final da década, por mais apoios que tenha recebido, discute-se o seu fim, que só ocorrerá em finais dos anos setenta.

[825] O **teatro** de raiz popular foi aquele que mais tempo se manteve fiel ao modelo inicial. Em 1936 criará o Teatro do Povo, que só será substituído em 1956 pelo Teatro Nacional Popular, com objetivos mais eruditos. Paralelamente, foi remodelado o Teatro de S. Carlos em 1940, e em 1943 o Teatro D. Maria II, as duas grandes salas de visita do Estado Novo.

[826] Tratava-se de um processo desde 1933/34 utilizado para consagrar todos aqueles que de uma forma ou outra, se enquadravam na política do espírito. Desde a história, passando pelas diferentes artes, acabando na doutrina política ou económica, o SPN/SNI ao longo dos anos ia desdobrando as suas áreas de consagração, de acordo com os interesses políticos do momento.

[827] O caso emblemático foi o do galo de Barcelos.

[828] As manifestações de carácter mais erudito foram ainda assim muito modestas. António Ferro, praticamente, limitou-se à simples promoção de Missões Culturais (1939-1943) - saraus onde eram declamados textos poéticos - e à realização de concertos de música clássica, pouco mais.

As **bibliotecas ambulantes** do SNI criadas em 1945, percorriam em carrinhas os mais diversos pontos do país, com acervos que misturavam obras doutrinárias do regime com outras literárias ou simplesmente recreativas. Esta Acão será depois de 1956, prosseguida pela Junta de Acão Social, no âmbito do Ministério das Corporações e Previdência Social e pelo Ministério da Educação Nacional no

No final da década de quarenta, a política cultural do Estado Novo, nas suas diversas vertentes, estava claramente esgotada, surgindo entre os defensores do regime, um número crescente dos que preconizam a sua mudança. No plano económico, o modelo corporativista, ainda assente na ideia de um retorno às corporações medievais, apesar de continuar a alimentar o imaginário de muitos intelectuais, é esvaziado de conteúdo ideológico. Em breve, teremos um corporativismo regulamentado pelo Estado, cujos dirigentes não se reconhecem no próprio corporativismo. No plano cultural, como reconhecerá Salazar, apesar das inúmeras obras encomendadas ou apoiadas pelo Estado Novo, nenhum criador, ideia ou obra cultural conquistara projeção além-fronteiras. Depois de 1938[830], a imposição por parte do Estado das temáticas regionalistas ou historicistas, contribuirá afinal para desligar ainda mais a arte produzida em Portugal das grandes correntes internacionais.

Face a esta evidência, muitos intelectuais passam a defender que a cultura portuguesa, refletia outras categorias mentais inapreensíveis noutras línguas. A originalidade da racionalidade do pensar português, só os portugueses o podia compreender. Durante os anos cinquenta, no nosso acanhado meio filosófico, a questão central é a existência ou não de uma **filosofia portuguesa**. Nos seus pressupostos, continuava-se afinal a discutir a política do espírito de António Ferro, afirmando ou negando-a[831].

âmbito das campanhas de Alfabetização. Em 1958, a FCG inicia neste capítulo a nova etapa, que veio a prosseguir até aos nossos dias.

[829] O assunto alimentou inúmeras polémicas, sobretudo a partir de meados dos anos quarenta, quando os resultados desta política se começarem a revelar desastrosos.

António Brandão, por exemplo, questiona a pertinência do próprio objetivo de levar a cultura ao povo, dado que partia-se do pressuposto que este não a possuía. Haveria isso sim, era que lhe possibilitar o acesso à cultura universal, nomeadamente através da difusão da instrução (António Brandão, *Absurdo da Cultura Popular*, in, *Rumo*, Lisboa. Ano I. Junho de 1946. p. 127-134).

[830] Em 1937, na Alemanha, emerge o questão da "arte moderna" como expressão de uma arte degenerada. No ano seguinte, o Eng, Ressano Garcia lança em Portugal a mesma questão, defendendo o retorno à verdadeira arte, a arte inspirada na arte popular e na história do país. Consultar *O Diabo* (1938) e *Brotéria* (1938)

[831] O debate iniciou-se formalmente em 1943, quando Álvaro Ribeiro (1905-1981) publica " O Problema da Filosofia Portuguesa", no qual levanta a questões como as da "universalidade da filosofia" em contraste ou articulação dialéctica com a sua expressão nacional, a sua institucionalização e ensino, a do problema do conhecimento efetivo e da seleção das tradições com que o pensamento dialoga e interage, etc. (cfr. Barata Moura, *Tópicos* ...p.44). Rapidamente a questão é transporta para a análise da cultura portuguesa e as características da sua racionalidade. Duas revistas ainda pouco estudadas intervêm neste debate, a *Litoral* e *Rumo*.

a) Para alguns, autores a ausência de ideias novas em Portugal, devia-se a certas singularidades do "carácter" do povo português.

Castelo Branco Chaves, em 1944, afirmava que o português caracterizava-se por ser iminentemente adaptável, logo era cosmopolita. Em virtude desta tendência, era um povo "vazio" de conteúdo próprio, que não conseguira nunca enriquecer a humanidade com uma ideia, uma filosofia, ou arte novas (Cfr. Castelo Branco Chaves, *Universalismo, Particularismo ou Cosmopolitismo*, in *Litoral*. revista mensal de cultura. Lisboa, Nº.1, Junho de 1944.). O sentido do ser português, teria que ser procurado não na razão, mas na sua adaptabilidade.

Contra esta ideias, reage, António José Saraiva, defendendo que a ausência de ideias inovadoras em Portugal, sobretudo depois do Século XVI, se ficou a dever a condicionalismos económico-políticos, explicáveis. Tal facto não pode ser atribuído a qualquer razão oculta ou predisposição do povo, mas a circunstâncias "extraordinariamente adversas" que as impediram de se manifestarem(António José Saraiva, *O Português e o Universalismo*, in, *Litoral*, Nº.3. Agosto/Setembro de 1944).

b) Outros reagem simplesmente contra a sociedade moderna, simbolizada pelos Estados Unidos, em nome da defesa do indivíduo.

Durante a Guerra, dois fenómenos começaram a esvaziar o discurso ideológico montado por António Ferro. O primeiro, foi o contraste que transparecia entre a miséria sentida pela maioria dos portugueses e a exaltante opulência de paz e bem-estar com que alguns milhares de portugueses e estrangeiros viviam nas estâncias balneares, em especial na Costa do Sol. A ativa propaganda do SPN/SNI, exaltando a paz e prosperidade do país, feita na base de contrastes sociais, entre pobres e ricos, apenas aumentava esta sensação de privação para a maioria da população. A partir de 1943, conforme reconhecia a Igreja, o **Partido Comunista Português**[832]começou a emergir explorando estes mesmos contrastes a que o **Neorrealismo** dará forma artística. Depois foi a emergência dos E**stados Unidos da América** como a grande potência mundial[833], constituindo os seus estilos de vida e a sua democracia verdadeiros símbolos da modernidade. Na reconstrução dos países europeus devastados pela guerra, a imprensa reconhecia ritmos de crescimento económicos que não tinham paralelo com os fracos progressos obtidos pelo Estado Novo. A **comunicação social**, afecta ou não ao regime, não deixa de difundir imagens desta prosperidade distante de que a grande maioria dos portugueses estava privada[834]. O discurso da superioridade do modelo português, transformara-se subitamente no discurso das causas do atraso económico do país.

Ao contrário do que seria de esperar, a atitude de António Ferro em relação à Feira foi de distanciamento. O SPN/SNI ignorou-a quanto pode. O caso revela a profunda divergência de posições sobre a Guerra e a Diversão entre António Ferro e J.P. Rosa. O primeiro, procura manter-se numa posição neutral face às potências beligerantes, aparecendo frequentemente em iniciativas promovidas por cada um dos lados do conflito. Quanto à Diversão, a sua posição era clara - ela deveria ser promovida de modo a que o povo se esquecesse da Guerra e se unisse em volta do regime. J.P. Rosa tem neste aspeto uma posição diametralmente oposta desde o início do conflito. Assume então de forma inequívoca uma atitude aliadófila, colocando ao seu serviço uma poderosa máquina de propaganda[835] e promovendo a sua causa em inúmeras

---

Numa revista que se propunha "redescobrir" o sentido da "portuguesidade", fundamento de uma cultura individualizada no nosso território, "muito anterior ao delineamento do estado português" (*Rumo*. Lisboa. Ano I. Junho de 1946, p.8), Delfim Santos, escreve um dos seus mais interessantes ensaios sobre a crise dos valores na sociedade contemporânea. Para ele, havia-se negado o que existe no homem de "não racional", alienando-o de si próprio ao impor-se-lhe ideais de que ele é mero espectador. Neste sentido, a existência humana tornou-se um vazio que o homem procura preencher, distraindo-se de si próprio. "A solidão, ou as situações que o poem em contacto consigo mesmo, são estados horríveis a que ele foge e que verdadeiramente teme. O Ócio - no sentido de capacidade de introversão - é o verdadeiro inimigo. Ele precisa de o negar, de viver em constante nec o tium, de fazer negócio. Produzir, trocar e acumular passaram de meios a fins, para os quais ele vive todos os momentos da sua vida. Tudo isto criou um tipo já característico do nosso tempo e o horror à monotonia levou a uma monotonia muito mais intensa", Delfim Santos, *Meditação sobre a Cultura*, in, *Rumo*. Ano I.1946.p.23.

[832] A Igreja disputava com a esquerda o mundo dos pobres, neste sentido as suas publicações estavam particularmente atentas há suas movimentação nestes meios. Uma interessante análise, por exemplo, da Acão do PCP aparece na revista *Lumen (1*959).

[833] A adesão de Portugal à NATO em 1949, insere o país na lógica dos blocos militares. A partir daí, o regime sabe que o êxito da sua política externa, nomeadamente na India e em África, passa a depender das posições assumidas pelos EUA.

[834] Entre a imprensa popular do pós-guerra, a "*Readers Digest*" (edição brasileira) e "*Flam*a" (fundada em 1944), difundiam muita informação sobre os novos estilos de vida resultantes da recente melhoria económica.

[835] Não foi possível apurar os número de funcionários e redatores da SNT entre 1939 e 1945. Todavia o seu número não seria certamente muito diferente de 1950, quando contava com cerca de 600, sendo 70 redatores e *O Século* tinha uma tiragem de 260 exemplares(Cfr. Entrevista de J.P. Rosa ao jornal "*Faro*

iniciativas de diversão. Nos momentos em todos parecem oscilar nas suas convicções, e no regime aparecem destacados dirigentes, manifestando posições favoráveis às potências do Eixo (Junho de 1941 a fins de 1942)[836], a SNT desdobra-se na propaganda contrária.

a) As notícias sobre a Guerra são escalpelizadas pelos seus redatores e enviados especiais. Carlos Ferrão, por exemplo, apoiado nos impressionantes arquivos do jornal[837], escreve, traduz e edita no mesmo ou na sua editorial, artigos ou obras sobre o conflito abertamente favoráveis aos aliados[838]. *O Século* é o jornal especialmente visado quando a imprensa portuguesa é proibida de circular em Espanha por fazer alegadamente propaganda pró-aliada;

b) Organiza desde 1940, um eficaz apoio aos refugiados, nomeadamente aos judeus, servindo a Colónia como um centro de acolhimento (Verão de 1941). É preciso recordar que Moisés Amzalk era então não apenas acionista da SNT, mas igualmente o principal dirigente da Comunidade Judaica de Lisboa. Esta Acão traduziu-se, também, como vimos, pela organização de espetáculos com artistas refugiados pelo país (Dezembro de 1940, Janeiro e Abril de 1941).

c) Promove especificamente a figura do embaixador inglês, nomeadamente na sua visita oficial à Colónia (Agosto de 1942), mas sobretudo coloca-o a presidir a festejos populares patrocinados pel`*O Século* (Setembro de 1941*).* A Feira desde 1943, como vimos foi também um importante veículo de propaganda aliada. Como se não bastasse, nos seus salões expõem pinturas de prisioneiros de guerra ingleses (Junho de 1943), e pouco depois de artistas amadores ingleses e americanos tendo em vista angariar fundos a favor da Cruz Vermelha Britânica (Março de 1944)[839].

Não é pois de estranhar que, em 1943, circulasse por todo o país, um "comunicado" denunciando J.P. Rosa como "bolchevista consumado", dado que "contra a Rússia Vermelha já não berra/...porque a alpista vem da Inglaterra"[840].

Numa evidente Acão de propaganda aliadófila, em Setembro deste ano, antecipasse a todos os jornais anunciando a rendição incondicional da Itália, e extraindo do facto ilações políticas desfavoráveis às forças do Eixo e aos seus apoiantes. A partir de Fevereiro de 1944, com grande aparato mediático, o ex-Subsecretário de Estado dos EUA, Summer Welles, começa a escrever n` *O Século* sobre o conflito mundial.

Estas ações desagradariam de sobremaneira a António Ferro, um inspirado tradutor do pensamento de Salazar.

Só quando a vitória dos aliados estava garantida, em 1945, o SNI, correspondendo a uma sugestão feita em público por Salazar, organizou na Feira, como já referimos, uma monumental receção ao Corpo Expedicionário Brasileiro. No último

---

de Vigo", 26/4/1950). Em 1954, noutra entrevista, o valor é reduzido para 120 mil exemplares, ao que tudo indica seria o mais próximo da realidade (cfr.*Diario Montaner* ,Santander, 23/5/1954).

836 Júlia Leitão de Barros, *Anglofilia e Germanofilia...*

837 Carlos Ferrão, *História...* p.

838 Carlos Ferrão (1898-1979), sobressaia como o grande analista e escritor da Guerra, da qual virá a publicar, na Editorial *O Século*, títulos como: "*História da Guerra (1944), "Assim Estalou a Guerra"; "ABC da Política Mundial", "Churchill (Biografia); "Seis Meses de Guerra", "Americanos no Norte de África"; "A Itália Capitulou?"; "As Conferências de Moscovo".* Mas também a traduzir obras como: "*Dois Anos Junto de Hitler*" e "*Memórias de Churchill*", ambas de Neville Henderson.

839 *República*, 20/3/1944

840 O "comunicado" explora as contradições da frente comum entre a Grã-Bretanha e da Rússia contra a Alemanha, mas também, as "necessidades" de dinheiro da numerosa família dos "pavões" , aludindo aos seus "muitos bicos". ANTT- Arquivo d`*O Século*- Livro 1673.

ano em que António Ferro esteve à frente do SNI, este organismo voltará à Feira para apoiar a sua realização pelo Governo Civil de Lisboa. A Acão consistiu na montagem de um pavilhão, onde o "Teatro do Povo" entretinha a população, ou melhor promover o esquecimento.

4.3.2. Reforço dos Mecanismos de Mediação de Controlo

A saída de António Ferro do SNI, em 1949, marca o fim de um ciclo de vida do regime. A excessiva centralização do Estado em algumas figuras foi-se tornando um bloqueio para o próprio sistema. A complexidade dos problemas que o Estado passou a enfrentar, levaram Salazar a reforçar os mecanismos de preparação das próprias decisões. Em 1950, é criado o cargo de Ministro de Presidência para o coadjuvar na coordenação interministerial e no despacho dos serviços administrativos[841], tendo a seu cargo, o SNI. Este facto aparentemente insignificante altera a lógica interna deste aparelho de Estado. As figuras públicas que o dirigem superiormente deixam de coincidir com as que possuem visibilidade pública. O cinzentismo domina agora a política cultural. O primeiro a ocupar o cargo foi João Lumbrales, que pouco intervém no SNI. O mesmo não acontecerá quando Marcelo Caetano que assumirá o cargo em 1955, procurando logo introduzir profundas mudanças neste organismo.[842]

António Eça de Queiroz, desde 1950, desempenha o cargo de diretor interino do SNI, limitando-se a prosseguir a obra de Ferro[843]. Durante o seu mandato é institucionalizado o apoio do Estado ao Teatro, com base no modelo aberto pelo Fundo de Cinema Nacional (1948)[844]. Pouco tempo depois, a 1 de Março de 1951, é substituído por **José Manuel da Costa**[845]**.** Tratava-se de um funcionário de carreira, o qual mais uma vez se limita a gerir a situação encontrada, concentrando as suas energias na melhoria da eficiência do sistema censório. Surgem então duas destas iniciativas. A primeira foi a criação da Comissão de Exame da Literatura e Espetáculos para Menores, em 1952, satisfazendo uma exigência há muito reclamada por sectores católicos, nomeadamente pelo Padre Moreira das Neves que a integrará, desde o início, como representante da Igreja Católica. Por insistência dos membros desta Comissão, em 1956, será publicado a Dec. Lei 40.572, de 16.4.56, que criou a Federação Portuguesa dos

[841] A ideia terá partido de Marcelo Caetano (*Minhas.* .. p.451).

[842] Marcelo Caetano ocupou este cargo até 14 de Agosto de 1959, quando foi substituído por Pedro Theotónio Pereira.

[843] António Eça de Queiros era com Fernanda de Castro Armando da Silva, Pedro Correia Guedes, Engº. Silva Dias, A. Maciel, um grupo de ex-republicanos e monárquicos que colaborava desde os anos trinta com António Ferro. Marcelo Caetano , caracteriza-o do seguinte modo: "um bom conversador, *bon vivant* e o resto não era com ele" (cfr. M. Caetano, *As Minhas* ... p.461).

[844] As verbas do Fundo de Teatro (Lei nº. 2041, de 16 de Junho de 1950) eram provenientes de uma taxa sobre o preço dos bilhetes dos espetáculos.

[845] José Manuel da Costa teve uma carreira multifacetada ao serviço do regime. Foi leitor de português na Universidade de Madrid (até 1942), exerceu o cargo de secretário do Instituto para a Alta Cultura, fez parte da Comissão Administrativa da FNAT, foi também chefe do Gabinete de Carneiro Pacheco e do Gabinete da Presidência do Conselho. Foi ainda deputado, jornalista e colaborador direto de Salazar.

Cineclubes, completada no ano seguinte com o Dec. 41.062 que restringia a circulação de filmes em formato reduzido (16 mm[846] e 8 mm), cabendo ao SNI a incumbência da inspeção e fiscalização dos cineclubes. A segunda medida relevante foi a integração no SNI das Casas de Portugal[847], que logo as transformou em tentáculos da sua Acão no estrangeiro.

Em 1953, o SNI promove na Feira talvez a sua maior exposição sobre a obra do regime especialmente dirigida à população em geral. No Pavilhão do Estado, o maior que alguma vez foi na mesma construído, organiza-se uma "Exposição -Documentário sobre os XXV Anos no Governo da Nação" de Salazar[848], que constituiu o ponto alto destas comemorações[849].

Paralelamente, assinale-se, por tudo o que significou, a iniciativa do ministro das Obras Públicas, Arantes e Oliveira, em ter lançado um levantamento da cultura popular do país. Em Outubro de 1955, publica um Dec. Lei, no qual, em colaboração com o Sindicato Nacional dos Arquitetos e o impulso entusiasta de Keil do Amaral, manda proceder à realização de uma vastíssimo Inquérito à Arquitetura Popular Portuguesa no continente[850].

Eduardo Brazão[851]sucedeu a José Manuel a 6 de Fevereiro de 1956, sendo mais explícito quantas às novas orientações a seguir pelo SNI, por influência direta de Marcelo Caetano. A preocupação foi agora a de renovar a equipa que estava à frente dos serviços de censura, dominada desde o início da ditadura por militares[852].

O desenvolvimento dos movimentos de descolonização é uma ameaça que o regime não pode ignorar. Goa, Damão e Diu são reclamados pela União Indiana. Os territórios em África começam a ser questionados. Neste sentido, o SNI reforça a sua componente de propaganda da política do regime. A produção editorial é incrementada.
No ano em que a Feira de Palhavã termina, as preocupações do SNI estão concentradas no novo meio de comunicação de massas que nascia, a **televisão**.

A importância económica do turismo torna-se um facto incontornável, sobretudo devido às divisas que gerava, numa altura que elas são cruciais para sustentar os grandes investimentos públicos em infraestruturas. É então criado o Fundo de Turismo (1953) que ainda hoje se mantém.

A matriz da política cultural de António Ferro que assentava na difusão da cultural popular como reencontro dos portugueses com a sua identidade cultural e que tinha nas manifestações rurais a sua máxima autenticidade, é subtilmente abandonada. A nova de política cultural que emerge inspira-se na preconizada em França por André Malraux. Passa a competir ao Estado a popularização da cultura erudita (a sua democratização) difundindo-a sobretudo entre as camadas urbanas. As temáticas rurais são secundarizadas em favor de outras mais próximas do imaginário de populações urbanizadas. Significativamente, o *Teatro do Povo* é substituído pela *Companhia*

[846] O cinema de 16mm começou a ser difundido entre nós, a partir de 1948 (cfr. *Flama*, nº46. Fev.1948)
[847] Dec-Lei 39.475, de 21.12.53.
[848] O projeto deveu-se aos arquitetos Castro Freire e Manuel Bagulho. A exposição foi organizada, entre outros, pelo jornalista Freitas da Costa e por Francisco d`Avilez (Chefe da Secção de Exposições do SNI).
[849] A Exposição foi inaugurada a 11/7/1953, pelo ministro do Interior. A 14 de Outubro, quando Salazar a visitou, já o havia igualmente feito 900 mil pessoas...
[850] Cfr. Nuno Teotónio Pereira, *Tempos, Lugares, Pessoas*. Edição *Público*. Lisboa 1996. p.16-19.
[851] Historiador do regime, diplomata, sendo cônsul em Hong-Kong, antes de chefiar o SNI, foi posteriormente colocado como embaixador em Itália e no Canadá.
[852] A direção de serviços de censura era dirigida pelo coronel Armando Lacher, licenciado em História e antigo professor do colégio militar. Outro militar dirigia a importante Inspeção-geral dos Espetáculos, o Coronel Oscar de Freitas.

Nacional de Teatro Popular, que passa a representar peças mais "eruditas" numa tentativa de captar públicos mais "cultos", mas também a resposta ao número crescente de críticos da "cultura popular" fabricada por este organismo[853]. Tendência que se irá acentuar no período seguinte.

O contexto em que o Estado apoiava ou intervinha na cultura, a partir de 1957, mudou de forma radical. O SNI deixou de ser o principal organismo a que os artistas recorriam ou esperavam incentivos. Ao seu lado surge agora a Fundação Calouste Gulbenkian, com meios económicos muitíssimo mais abundantes, e orientada para a promoção de uma cultura cosmopolita.

As iniciativas culturais promovidas pelo SNI, como os seus prémios, passam a ser marcadas por uma crescente imagem de decrepitude e reacionarismo, o que se tornará pouco atrativo para a projeção dos mais inovadores artistas e intelectuais portugueses.

4.3.3. A Ânsia de Modernidade

O período entre 1957 e 1974, pode ser caracterizado por a emergência de uma ânsia de modernidade, despertada em grande medida pela expansão de novos meios de comunicação de massas e a exposição de largas camadas da população a novos estilos de vida revelados por turistas e emigrantes em férias.

Numa primeira fase, entre 1957 e 1967, devido a um vasto conjunto de fatores políticos, comunicacionais, religiosos, económicos, demográficos e desportivos, o país abre-se em relação ao exterior, o que estimulou o aumento das expectativas de progresso e a generalização de sentimentos de privação e insatisfação entre a maior parte da população[854].

Na segunda fase, entre 1968 e 1974, o regime procurará reformular a sua política económica e comunicacional, por forma a resistir e sobreviver à internacionalização dos

[853] Em finais dos anos cinquenta, as críticas às políticas culturais do SNI tornaram-se uma constante mesmo entre os que até aí a haviam defendido. A exploração para fins comerciais banalizara-se. Afonso Lima é um caso típico deste discurso desencantado. Na revista *Rumo*, após fazer um balanço histórico da actividade de António Ferro sob o título - "*O Folclore Está a Assassinar o Folclore*" - escrevia: "Esta é a verdade nua e crua (...). Descoberto há duas ou três décadas, como afirmação nacional, regional e etnográfica, etc., está a tornar-se, tornou-se já numa espécie de subindústria para satisfação de turistas ignorantes e proveito de empresários sem escrúpulos" (p.555).

[854] Sentimentos que explicarão em grande medida a impressionante adesão que espontaneamente conheceu o regime saído do golpe militar do 25 de Abril de 1974.

problemas africanos, abertura económica, do aumento das expectativas de consumo da população, mas também para fazer frente a uma comunicação global que não controla.

Na SEIT, como veremos, Moreira Baptista e depois Pedro Pinto, ao centrarem a política cultural em torno do turismo e dos órgãos de comunicação, não apenas a colocavam em consonância com as preocupações políticas do regime, mas também, abriam uma rutura com a política cultural herdada de António Ferro e seus sucessores.

Em todo este processo, o principal órgão de comunicação de massas, a televisão, desempenhou um papel decisivo como instrumento de conservação do poder dominante, mas também como um veículo de informação das mudanças que percorriam o mundo.

A propaganda do Estado Novo, desde os anos trinta, sustentara que dado o carácter "sui generis" do regime português - o corporativismo- a situação económica era susceptível de qualquer comparação. Esta ideia será lentamente abandonada só depois da segunda guerra mundial. A imprensa passou então a veicular uma informação que dava conta de um desenvolvimento económico, que percorria os países devastados pela guerra, que não tinha paralelo entre nós. No princípio dos anos 50, mesmo a que era afecta ao regime, não deixou de constatar de forma crítica que o nosso atraso não parava de aumentar, sobretudo em relação aos regimes democráticos. Todos os indicadores económicos, de saúde ou de educação, colocavam-nos numa situação tanto mais deplorável, quanto tínhamos sido poupados da guerra. No final da década, a própria Rússia, símbolo do comunismo mundial e inimiga de referência do regime, passou a ter lugar cativo na própria comunicação social portuguesa, devido às suas proezas na conquista do espaço.

A generalização da consciência deste atraso começou a gerar movimentos de descontentamento entre os principais apoios políticos do regime, nomeadamente no seio da Igreja Católica, cuja influência social sobre a população era então preponderante.

Um dos momentos marcantes destas ruturas internas, ocorre no Porto; curiosamente, um ano depois de aí ter sido cancelada a licença para a instalação de uma estação de televisão privada. De súbito, altos dignatários da Igreja, em 1956, iniciam um processo sem retorno de contestação ao regime, em nome da Liberdade[855]; pouco depois denunciam a miséria em que vivia a população rural. A primeira questão constituía o único ponto que unia as diversas forças da Oposição; a segunda, impunha-se pela sua relevância social e política[856], nomeadamente quando era a Igreja a assumi-la. Um

[855] Manuel Álvaro Vieira de Madureira, no dia 9 de Outubro de 1956, profere uma conferência na sessão solene de abertura do novo ano lectivo do Seminário Maior do Porto, intitulada, "*Do Difícil Problema da Tolerância".* De forma clara e inequívoca ataca o regime em nome da liberdade de expressão. Conclui afirmando que "uma doutrina que não consegue aguentar uma luta em pé de igualdade legal com as contrárias (...) é uma doutrina que não merece sobreviver", in, *Gazeta Literária*, nº.41/42.Port
o. Jan/Fev. 1956. Esta conferência foi largamente publicitada na imprensa do norte, mesmo entre a não católica, como é o caso, da publicação acima citada.

Dois anos depois, a seguir às eleições, a questão da liberdade torna-se o problema central dos debates. *O Século*, muito próximo do regime, a 17 de Junho, num violento editorial defende o fim da censura. No dia seguinte, é a vez de "*A Voz*". No dia 19, a mesma posição assumia o "*Diário de Lisboa*". Dias depois era a vez de tomarem idênticas posições, o "*Jornal do Comércio*", "Comércio do Porto", "*Diário Popular*", "*A Gazeta Literária*"(nº.70, Junho/Julho), etc. A partir de então, o regime passava a saber que não podia contar com os principais órgãos de informação do país!

[856] O que então estava em jogo era a própria base social do Estado Novo. Não nos podemos esquecer que desde os começos, como escreveu Boaventura Sousa Santos, a burguesia agrária (e, em aliança com ela, mas em posição subalterna, a burguesia comercial) era a classe hegemónica. Conferia direção e coerência políticas à Acão do Estado, viu transformados em gerais e dominantes os valores que legitimaram o seu poder social e asseguram a sua reprodução como classe, garantiu que a intervenção estatal sobrepusesse a

quarto de século depois do 28 de Maio, em 1950, cabia ainda à agricultura 47% da população ativa, à indústria menos de 25% e ao sector terciário 26,7%[857]. Foi em torno destas questões que emergiu o movimento dos católicos "progressistas". Refletindo o alastramento da contestação entre os principais apoios do regime, em 1957, foi a vez do Bispo do Porto, António Ferreira Gomes, vir a público denunciar a mistificação do trabalho dos campos propagandeada pelo SNI[858]. A sua visão idílica era, nas palavras do Bispo, uma sórdida mentira que escamoteava um mundo de "proletários" e de "servos da gleba", fruto da política que estava a ser prosseguida[859]. A pobreza era tal que só restava à população rural emigrar. Apesar da imensa maioria viver em condições reconhecidas como miseráveis, as receitas do Estado estarem estagnadas desde 1938[860], as disparidades sociais não paravam de aumentar. As fortunas haviam-se concentrado numa pequena minoria ociosa que vivia em Lisboa e Porto[861].

Perante a posição deste Bispo, a Igreja, até aí unida no apoio ao regime, cinde-se. De um lado ficam os "fiéis" e do outro os "contestatários" que iniciam um processo de radicalização de posições[862], que tem o seu coroamento nas eleições presidenciais no ano seguinte[863]. Não é por acaso que primeiro tenha sido no Porto e só depois Lisboa,

---

satisfação do seus interesses económicos à das restantes classes sociais.Cfr. Boaventura Sousa Santos, *O Estado e a Sociedade em...* p. 28.

[857] Vital Moreira, "O *Capitalismo e as Suas Formas*, in, *Sobre o Capitalismo Português*, Coimbra. Vertíce.1971.p.5-9

[858] António Ferreira Gomes fê-lo de forma clara e contundente, na Conferência de Imprensa, na 1ª. Semana de Estudos Rurais, realizada em Fátima, significativamente intitulada, "*A Miséria Imerecida*". Seguimos o texto publicado pela *Cidade Nova - Revista de Cultura*, Nº3. Vª. Série. Coimbra. 1957.

[859] O condicionamento das indústrias agrícolas, alguns anos antes fora objeto de uma violenta crítica de Galamba de Oliveira, numa publicação católica de tendências monárquicas. Diz ele a dado passo: "O intervencionismo do Estado, neste sector tem sido negativo pois, sem impor progressos técnicos, administrativos ou de organização que se tornem evidentes pelos benefícios trazidos ao país - e quando dizemos país, dizemos produtores e consumidores - tem antes atuado como mero estrangulamento burocrático de muitas iniciativas particulares interessantes, das quais seria lícito esperar um leal concorrência aos já instalados (Deus sabe, muitas vezes, de que maneira)", Galamba de Oliveira, in, "*Condicionamento ou Estrangulamento* ?",in, *Cidade Nova*. Coimbra. Nº.4. (1950), p.211.

[860] O tema da estagnação das receitas e do aumento do défice, foi objeto de um interessante estudo em 1956. Gaspar Campos, com base numa análise feita ao "Parecer das Contas Públicas de 1954", tornara claro que desde 1938, o equilíbrio das contas públicas que fora um dos principais argumentos para legitimar a Ditadura Militar (1926-1933) e depois o Estado Novo, não passava de uma ilusão. A estagnação das receitas fiscais revelavam outro dado preocupante: "O progresso foi muito frouxo e o fisco não pode ou não soube acompanhar esse progresso mínimo, nem impedir a grande concentração da riqueza, aos olhos de todos bem patente", Gaspar Campos, *Notas Económicas*, in, Cidade Nova. Coimbra. 1956. IV Série. Nº.5. p.313.

[861] A questão da concentração das riquezas em Lisboa e Porto foi no tempo, objeto de uma excelente análise de Francisco de Vasconcelos e Sousa, intitulada "Contribuições para o Estudo das Regiões Metropolitanas Economicamente Deprimidas"(Cidade Nova, Nº1 e 2, VI Série. 1957). Em consonância com as ideias de António Ferreira Gomes, traça um retrato impressionante de um país "subdesenvolvido", "flagelado pela fome crónica", pelo "desemprego endémico ou intermitente", cuja maioria da população vivia sem qualquer assistência social em "tugúrios". Sobre esta miséria generalizada, reinava uma minoria, essencialmente concentrada em Lisboa e Porto, acumulando riquezas e rendimentos. Em 1954, refere o autor, dos 19.000 contribuintes do Imposto Complementar, 74,1% dos que possuíam rendimentos passíveis de contribuição viviam nestas cidades.

[862] A eleição, em 1958, do papa João XXIII, trouxe igualmente um contributo importante para este movimento. O novo Papa apelou desde logo a uma nova política da Igreja mais próxima dos problemas sociais, a qual se traduzirá na convocação do Concílio do Vaticano II, que funcionará como marco para muitos católicos "progressistas"

[863] Durante a Campanha eleitoral, sucedem-se as intervenções políticas de católicos militantes ao lado da Oposição, protagonizadas em especial por Lino Neto. Criticando o apoio dado pelo *Novidades* aos

onde se tenha registado a maior adesão à candidatura de Humberto Delgado, um militar dissidente[864] que prometia, desde logo, demitir Salazar! A questão do atraso do país ameaçava precipitar a queda do regime, minando-lhe os seus apoios.

Vencer rapidamente o atraso do país, tornou-se na prioridades das prioridades[865]. Durante o II Congresso da Indústria e dos Economistas Portugueses, realizado em 1957, após uma análise sistemática da evolução da nossa económica nas últimas décadas, aponta-se formalmente como saída a ideia e a necessidade da sua internacionalização[866], pondo-se assim fim a um modelo económico pretensamente específico de Portugal[867].

---

candidatos da União Nacional, um vasto grupo de católicos insurge-se contra a confusão que se havia estabelecido entre religião e política. Entre os assinantes do documento, sobressem os nomes de Benárd da Costa, Alçada Baptista, Manuel Serra, Nuno Portas, Sedas Nunes, Nuno Teotónio Pereira, Henrique Barrilero Ruas, Francisco Pereira de Moura, etc.

Após a campanha, o protagonismo é de novo assumido pelo Bispo do Porto, através da célebre Carta a Salazar(13 de Julho de 1958).No ano seguinte, refletindo este crescente envolvimento político dos católicos na Oposição ao regime, na denominada "Revolta da Sé" (11 de Março de 1959), surgem já alguns destacados militantes como Manuel Serra (militante da JOC) e o padre Perestrelo Vasconcelos que cedia a própria Igreja para as reuniões conspirativas. Cerca de dois anos depois aparecem igualmente envolvidos na "Revolta de Beja" (31 de Dezembro de 1961).

[864] Fernando Rosas, com algum excesso de dramatismo, descreve assim a emergência do "General sem Medo" na cena política portuguesa:

"Ao iniciar o ano de 1958, nada parecia perturbar a pesada quietude que marcara a vida do país ao longo dos anos 50".(...)

"Neste luminoso céu azul, a campanha eleitoral de Humberto Delgado, em 1958, foi como que o relâmpago súbito que desencadeou a tempestade. E, de certa forma, o bom tempo não voltaria a ser o que fora para o Estado Novo", F. Rosas, *O País.*. p.15

Contudo, tudo leva a crer, conforme escreve José Medeiros Ferreira (*As Forças Armadas*...), que uma candidatura semelhante à protagonizada por Humberto Delgado, "destinada a *provocar um forte reformismo no regime*" terá sido concebida entre os meios militares muito antes de 1958 (p.231). A ânsia de modernidade percorria também as forças armadas. Até porque, como dizia este general (*Memórias*...):

" A Igreja e as Forças Armadas são as instituições mais conservadoras e imobilistas do mundo. Mais ainda a Igreja, porque nas Forças Armadas quando não se muda de táctica conforme os casos até se pode morrer no campo de batalha" (p.23).

[865] Subjacente a estas posições do Bispo do Porto, está a questão incontornável do tempo- as colónias. Para ele, o atraso do país era duplamente inaceitável, pois também impedia a Igreja portuguesa de cumprir a sua missão histórica de evangelização. Nos fóruns internacionais, a questão da independência das colónias há muito que estava na ordem do dia (cfr. Marcelo Caetano, *Portugal*..). A preservação das colónias é cada vez mais associada à ideia que sem elas, Portugal não sobreviveria como país no contexto internacional.

Três anos depois, em 1961, as coisas precipitam-se. A invasão de Goa, Damão e Diu pela União Indiana revelam a impotência e o isolamento do regime no plano internacional, apenas contando com ambíguas posições favoráveis do Brasil e da Espanha. A eclosão da luta armada em Angola e depois na Guiné e em Moçambique pelos movimentos independentistas, são acompanhadas pelo aumento exponencial da agitação interna.

À medida que os anos passam e a guerra persiste, num cenário de informação global contrário ao regime, foi-se tornando evidente que todo o esforço militar era impotente para ganhar a guerra

[866] Sobre o assunto, consultar: José Maria Brandão de Brito - *A Indústria ...* ; *Discursos, Conclusões e....*

[867] No início dos 60, multiplicaram-se os estudos que começam por classificar Portugal como um "país em vias de desenvolvimento", e portanto, possuindo as características comuns aos mesmos, como um vincado "dualismo social e económico". Esta classificação que acabou por se generalizar, apesar da polémica que gerou, partia de pressupostos óbvios, como referia Maria de Lourdes Lima dos Santos (*Esquemas*...). Falar de países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, era partir sempre de um modelo de referência- o dos países desenvolvidos . Facto que implicava depois a necessidade de uma análise simultaneamente das fraquezas destes países, do seu evoluir e dos fatores que poderiam combater as suas fraquezas (p. 401). A tão prezada questão da singularidade da economia portuguesa - o corporativismo - era assim subtilmente remetida para o caixote de lixo da História. É com base nestes conceitos que A. Sedas Nunes (*Portugal*..) afirmava que no princípio da década de 60, coexistiam no continente português,

É neste contexto que será inaugurado o pavilhão da **Feira das Industrias Portuguesas** na Junqueira, com o objetivo de promover os produtos das indústrias portuguesas e atrair investidores estrangeiros. Nada neste capítulo voltou a ser como dantes. Coube à indústria inglesa aí realizar a primeira grande exposição (1959)[868]. A partir de 1960, de forma regular, iniciam-se as **feiras internacionais de Lisboa**[869] que estabelecem um novo padrão de exigências na apresentação dos produtos, muito distinto das feiras anteriores, nomeadamente das amostras realizadas na Feira.

Procurando novos mercados e investidores, Portugal adere à EFTA (30 de Dezembro de 1959). Começa então a entrada massiva de capital estrangeiro que se tornará predominante na década de 60. Face à crescente concorrência interna, o Estado incentiva claramente a concentração do capital e a formação de grandes grupos económicos, contribuindo assim para uma alteração na composição da burguesia dominante[870].

O grande crescimento económico da década de 60, embora tenha acentuado as disparidades sociais e regionais[871], no princípio dos anos 70, sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, permitiu uma nítida elevação do nível de vida de largos extratos da população. Os termos de comparação do país eram agora a Europa desenvolvida[872], facto que ajuda também a explicar a generalização das expectativas de modernidade.

---

dois tipos de sociedade: "Uma **sociedade moderna**, cujas mais vultuosas implantações se confinam em espaços geograficamente restritos e uma **sociedade tradicional**, estendida por todo o território e rodeando as grandes concentrações ou núcleos menores da primeira" (p. 420). Passados quarenta anos sobre a "Revolução Nacional do 28 de Maio de 1926, descobria-se também que os elementos materiais e culturais da "civilização capitalista moderna" estavam concentrados em duas pequenas manchas nos interior dos distritos de Lisboa e Porto. Era muito pouco para quem prometer o paraíso. Sobre a polémica em volta dos conceitos consultar a bibliografia fornecida por A. Sedas Nunes, *in, Universidade*..p. 655, nota 11.

[868] A Feira das Indústrias Britânicas, com 150 stands, inaugurada a 29 de Maio de 1959.

[869] A feira das indústrias portuguesas, interrompidas em 1933, foram reiniciadas em 1949, sendo as duas primeiras edições em Lisboa (Belém). Em 1952, numa clara afirmação colonial foi realizada uma em Goa. Em 1953 na cidade de Guimarães, o berço da nação. No ano seguinte em Luanda. O carácter ideológico destes certames sobrepunha-se ainda aos esforços desenvolvimentistas que marcarão as Feiras seguintes. As exposições de 1957 e 1958, na Junqueira, assentaram ainda num modelo indefinido. Apenas a partir de Junho de 1960, com as Feiras Internacionais de Lisboa, se entra numa nova etapa.

[870] Numa excelente síntese destas dinâmicas socioeconómicas, Boaventura Sousa Santos (*O Estado e a Sociedade*...), afirma que o rápido processo de industrialização e concentração do capital então incentado, permitiu que uma dinâmica fração da burguesia industrial, tenha encontrado no capital financeiro a base da sua reprodução alargada, e deste modo tenha começado a construir a sua hegemonia económica, passando a controlar pelo mecanismo do crédito, a pequena e média indústria e associando a si, subalternizando-os, alguns sectores da burguesia agrária (p. 19). As tentativas políticas posteriores do marcelismo, foram no sentido de conferir um maior peso político e ideológico a esta burguesia industrial e financeira (através da chamada "Ala Liberal" da Assembleia Nacional), mas rapidamente se revelaram insuficientes, e por isso acabaram por gerar profundas tensões entre o dinamismo destes grupos e o imobilismo ideológico do Estado Corporativo (p.25).

[871] Manuela Silva (*Crescimento e Pobreza....*)demonstrou de forma concludente que a subida do nível de vida dos portugueses, não foi igual por toda a população. As classes médias parecem ter sido as principais beneficiárias desta mobilidade social, já que as classes mais pobres foram marginalizadas pelas políticas governamentais (p.1079).

[872] O Integração de Portugal na EFTA foi rapidamente assumida como a primeira fase de um processo irreversível de integração económica na Europa (Cfr. José da Silva Lopes, *A Integração*...), suscitando desde logo a adoção de novos padrões de referência para a análise económica e social (Raúl da Silva Pereira, *Portugal Face...).*

4.3.4. Efeitos de Demonstração

A ânsia de modernidade que se acentua depois de 1960, é em grande parte inexplicável se não tivermos em conta, outros fenómenos paralelos, nomeadamente os que permitiram expor grandes massas da população a padrões mais elevados de consumo.

Neste efeito de demonstração, desempenhou um papel fundamental, os meios de cultura e comunicação de massas[873], o turismo no interior, e ainda a emigração, primeiro no exterior e depois, por difusão, também no interior[874]. Esta intensa exposição, nas condições específicas do tempo, não podia deixar de resultar num processo gerador de elevadas expectativas de bem-estar entre a população[875]. À medida que estas se acumulam, e não encontram satisfação quotidiana, crescem também os sentimentos de frustração e de privação entre as populações afetadas. Até aos nossos dias, este desfasamento entre as expectativas de consumo com base em referências internacionais, e as suas possibilidades reais de satisfação[876], tornar-se-á num factor decisivo para a compreensão da ascensão e queda de políticas e políticos em Portugal[877].

---

[873] A comunicação de massas ao dilatar as possibilidades de comparações não deixava de estimular o desenvolvimento de **sentimentos de insatisfação** perante uma nova situação coletiva, reconhecida face a outras como de inferioridade, por isso mesmo, considerada susceptível de melhoria e julgada imposta (Maria da Conceição T. da Silva, *Reflexão sobre* ..p.209). Ora, como constatava no tempo esta socióloga, estes sentimentos não deixavam de provocar uma "redução acelerada da passividade das populações, mesmo as mais atrasadas, face às suas condições materiais de existência levando-as á aceitação cada vez mais plena da ideia de elevação das condições materiais de existência e o aumento do conforto constituem um progresso"(p. 223). Apesar de sujeitos a um feroz censura, o regime não podia suprimir a manifestação destes sentimentos e a revolta latente. Fenómeno que nos meios rurais atingiu formas dramáticas de mudança, provocando uma forte interação campo/cidade pautada agora por exigências do desenvolvimento capitalista (José Luís Ferreira Mendes, *Do Imobilismo*...)

Reconhecendo a importância crescente dos órgãos de comunicação, logo no início dos anos 60, foram organizadas por Opositores ao Regime, duas ações destinadas a produzirem nos mesmos um grande impacto. Ambas foram comandados por Henrique Galvão (antigo diretor da Emissora Nacional). Em 1961, empreende o assalto ao paquete Santa Maria, rebatizado de "Santa Liberdade". Perante o sucesso da operação, durante as eleições nesse ano, é igualmente desviado um avião da TAP no percurso entre Casablanca e Lisboa. Durante o trajeto distribuiu propaganda em Beja, Barreiro e Lisboa. Em qualquer dos casos, a mensagem que foi essencialmente veiculada tinha um carácter simbólico, ao evidenciar as crescentes fragilidades do regime.

[874] O crescente número de portugueses que passava férias no estrangeiro, não deixava de viver um contraste de experiências que lhes permitia **retificarem a informação** que internamente haviam adquirido. "O conhecimento direto prima sobre os outros" (cfr. Juan Beneyto, *El Turismo Como*...p. 155.

[875] José Quitério, *O Desenvolvimento e as Necessidades*...p.48

[876] Boaventura Sousa Santos, fará desta incongruência entre as relações de consumo e as relações de produção um dos seus temas recorrentes.

[877] Em três momentos, estes desfasamento foram particularmente evidentes, traduzindo-se de forma dramática em alterações políticas:

a) O período em análise, entre 1961 e 1974, no qual se gera um acumular de frustrações e expectativas não satisfeitas. Facto que alargou o descontentamento entre a população, que passa a identificar o regime como um bloqueio para a satisfação das suas expectativas de modernidade;

b) O período entre o 25 de Abril de 1974 e 1976, quando a população julga finalmente que terá o acesso aos níveis de consumo e bem-estar que aspira, em consequência da queda do regime anterior.

4.3.4.1. A emergência de uma cultura de massas

A emergência na década de sessenta da cultura de massas[878] teve numa primeira fase, três meios privilegiados de difusão, a **televisão,** o **futebol** e a **música Pop**. Todos foram apropriados por vastos sectores da população como símbolos de modernidade, contribuindo para a desterritorialização das práticas culturais e internacionalização das suas referências.

Como aconteceu noutros países, o aparecimento da **televisão** não deixou de desencadear um processo irreversível que modificou progressivamente a audiência, o impacto, o estilo da rádio, da imprensa e do cinema[879]. O facto de ter ocorrido tardiamente entre nós (1957)[880]**,** não resultou de qualquer dificuldade técnica ou

---

Diversos testemunhos da época dão-nos conta deste fenómeno. António José Saraiva escrevia então: "Vivemos num mercado de consumo do século XX com capacidades de produção do seculo XIX. E Estamos mais pobres do que estávamos no século XIX porque o nosso apetite de consumo é do século XX" (citado por Beja Santos, *O Poder dos...*p.105). Em 1977, um Relatório sobre a economia portuguesa concluía sobre o consumo real *per capita*, neste ano havia ultrapassado em cerca de 10% o nível de 1973, isto apesar de um PIB, *per capita* praticamente estagnado. Este aumento de consumo, gerado pelas elevadas expectativas anteriormente criadas e possibilitado pelo novo quadro político, fora sustentado à custa das poupanças internas e de um crescente endividamento do Estado e das famílias (Beja Santos, *ob, cit*, p.138), o que será contrariado à custa de inúmeras medidas de restrição ao consumo. Quando a população reconhece que as suas expectativas não tinham satisfação, o impressionante envolvimento político dá lugar à passividade e desmobilização.

c) O último período, emerge com Cavaco Silva em 1985, quando aponta de novo para uma satisfação destas expectativas através de um aumento da prosperidade económica. No entanto, em 1990, era já possível verificar que as expectativas cresciam mais rapidamente do que o desenvolvimento económico do país e o rendimento das famílias, começando-se a acumular frustrações e desânimos. O assunto será então objeto de uma importante análise de Joaquim Quitério (*O Desenvolvimento e as Necessidades...*p. 43-56), que traça o fim anunciado do Cavaquismo. A sociedade portuguesa suportava já uma elevada carga de necessidades e frustrações acumuladas, agravadas depois de 1 de janeiro de 1986, com a adesão de Portugal na CEE. Facto político que estimulou a emergência de "uma consciência utópica e de um processo de socialização antecipado", alimentado pelas virtualidades atribuídas a esta decisão política. Se por um lado ocorre um crescimento das expectativas positivas, por outro, acentua-se simultaneamente a perceção de desigualdades sociais quando se compara os níveis de vida dos portugueses com os comunitários.

[878] Ver capítulo "Conceitos".

[879] Em termos de evolução dos meios de comunicação, como nota Olivier Burgelin *(A Comunicação Social...)*, poder-se-ia dizer que cada novo *médium* realiza uma diferenciação e reagrupamento das funções anteriormente desempenhadas por outros (p.12).

[880] As primeiras experiências de emissão televisivas, ainda não regulares, começaram nos anos 20, com a Bell Telephone Company e a RC, nos Estados Unidos (1927) e com John Baird na Inglaterra (1929). No entanto, foi só a partir de 2 de Novembro de 1936, que teve início o primeiro serviço público regular de televisão, iniciado pela BBC, com um sistema de 405 linhas, mas devido ao eclodir da Guerra o processo estagnou ou foi mesmo interrompido (cf. Jean-Noel Jeanneney, *Uma História da Comunicação Social*...pág.225-226). Só após o termo dos conflitos é que se (re)inicia de facto a expansão da Televisão em todo o mundo. Portugal acompanha como se pode verificar este movimento internacional de implantação de emissões regulares de televisão: Inglaterra (1946), URSS (1948), França (1949), Vaticano (1950), Alemanha (1950), Brasil (1951), Bélgica e Dinamarca (1953), Áustria e Luxemburgo (1955) e Espanha e Suécia em 1956, **Portugal (1957),** Suiça, Finlândia e Jugoslávia (1958) e Noruega (1960), etc.

tecnológica da sua instalação[881], mas deveu-se sobretudo aos receios do regime quanto aos seus reais efeitos. As hesitações e mudanças de atitudes que revelou entre 1955 e 1956, na concessão de licenças a privados ou mesmo na própria instalação de uma estação emissora controlada pelo Estado, deixam transparecer não apenas a ignorância sobre o novo meio de comunicação[882], mas sobretudo o medo de ver aqui reproduzidos os efeitos observados em outros países. O fenómeno da televisão era objeto, entre nós, de uma constante atenção por parte da imprensa, pelo menos desde 1927. As suas potencialidades, efeitos sobre o público e as artes, foram tema de apaixonados artigos, quer em publicações destinadas a elites culturais, quer nas produzidas para o grande público[883]. A informação, neste caso, precedeu largamente a experiência empírica. Desfasamento que se irá acentuar a partir da sua instalação.

Procurando-a remeter para o campo das distrações, as primeiras emissões experimentais serão realizadas, simbolicamente, nas feiras populares do Porto e Lisboa[884]. Com o início das emissões regulares e a sua entusiástica aceitação[885] -

---

[881] Como refere Francisco Rui Nunes Cádima, é possível vislumbrar algum pioneirismo no país em termos televisivos. No século XIX, Adriano de Paiva. Nos anos 20, um grupo de radioamadores terá feito a primeira transmissão de imagens animadas entre nós. Em 1946, um jovem engenheiro, da Emissora Nacional, Francisco Bordalo Machado, apresentou um estudo sobre a " *Televisão -Estado Actual e Possibilidades de Instalação em Portugal*". O tema passou a ser abordado em inúmeras conferências e reuniões técnicas pelo país. A imprensa chega a apontar datas para a sua provável instalação.

Após inúmeros adiamentos, a 27 de Janeiro de 1953, Salazar encarrega o Gabinete de Estudos da Emissora Nacional, chefiado por Bordalo Machado de elaborar os primeiros estudos técnicos e económicos sobre a instalação da televisão. Marcelo Caetano terá tido no arranque do processo um papel decisivo, depois de constatar o atraso do país neste domínio. O Relatório é concluído no ano seguinte, mas o governo hesita em avançar com qualquer decisão.

Em 1954, no Porto, é concedido a 11 de Novembro, por despacho ministerial à firma Santos Guimarães e Oliveira, uma licença para a instalação de uma emissora de televisão industrial. Entretanto, como refere Francisco Cádima, a imprensa nortenha começa a especular sobre a possibilidade de em breve se poder assistir em direto a jogos de futebol nos estádio das Antas (*Norte Desportivo e Mundo Desportivo*, de Março de 1955), o que alerta as autoridades para uma possível perda de controlo do processo. Pouco depois, a licença atribuída é suspensa...

Tal facto, terá certamente pesado na publicação a 18 de Outubro de 1955, do Dec-Lei 40.341 e seu Anexo (Bases de Concessão), de uma sociedade anónima de responsabilidade limitada, com a qual se contratava a concessão do serviço público de televisão em território português, **num regime de exclusividade pelo prazo de 20 anos**, prorrogáveis por períodos de dez, com faculdade de resgate após os primeiros dez anos. O Estado era, em todo o caso o acionista maioritário. A 15 de Dezembro de 1955 era assinada a escritura de constituição "definitiva e por iniciativa do governo" da RTP. A nova empresa publicou os seus Estatutos no último dia do ano, e a 16 de Janeiro de 1956, na presidência do conselho de Ministros decorreu o ato de outorga da concessão do serviço público de TV à RTP (cfr. *A Televisão em Portugal.40 Anos...*). A sua primeira sede, na Rua de S. Domingos à Lapa, começa a animar-se de funcionários. Sobre o assunto, consultámos em particular: Francisco Rui Cádima, *O Telejornal...*;Vasco Hogan Teven, *História da Televisão...*

[882] Francisco Rui Cádima, *O Telejornal...* p.230

[883] Uma das primeiras notícias sobre uma emissão experimental de televisão, em Paris, durante o VI Salão TSF, em 1927, aparece publicada com grandes detalhes técnicos, na primeira página d` *O Século* (Cfr. S.,15/11/1927). As emissões durante a Exposição de Paris de 1937, deslumbram também portugueses (cfr.*Brotéria*, nº.28, pag.171-182). Em finais dos anos 40, revistas, como a Flama, passam a publicar regularmente reportagens ou artigos sobre o fenómeno televisivo nos EUA, onde as emissões em direto estavam a revolucionar o conceito de informação (Cfr. Flama, 134, 29/Set/1950), conquistando o público do cinema e do teatro. A partir de 1952, torna-se um tema habitual nas reuniões técnicas e científicas do país (cfr.Manuel Lopes da Silva, *"O Mundo da Televisão*", in, *Rumo*, Março de 1957).

[884] A primeira emissão experimental, ocorreu na **Feira Popular do Porto**, em Julho de 1955, e tratou-se de uma Acão promocional dos equipamentos da marca Grundig. Entre as inúmeras personalidades presentes, sobressaía o Governador Civil do Distrito do Porto. Em Agosto, terá havido outra demonstração nesta feira (cfr. *Comércio do Porto*, 8/7/55).

fenómeno idêntico ao que ocorreu em Espanha[886]-, surge desde a primeira hora, a questão do que devia ou não ser transmitido. Saber de que se reclama um enorme número de críticos espalhados pelos mais diversos meios de comunicação. O que sobressai das suas preocupações é a eterna questão dos *efeitos* dos meios de comunicação de massas[887], nomeadamente, na mudança das atitudes morais dos cidadãos. Perante a ausência de opiniões unânimes e credíveis sobre os mesmos[888],

---

A segunda emissão ocorreu em Agosto de 1955,mas agora na **Feira Popular de Lisboa**. No ano seguinte, entre 4 e 30 de Setembro, tiveram inicio aquelas que são consagradas como as primeiras emissões experimentais com regularidade...Para as emissões, por iniciativa da RTP, foi instalado na Feira, um pavilhão pré-fabricado, e não longe, uma torre tubular com 50 m de altura.

Após muitas emissões de ensaio, apenas a 7 de Março de 1957, as emissões regulares tornaram-se um facto.

[885] A televisão desde o início conheceu uma larga adesão, que os números embora expressivos de aparelhos, não revelam. Logo nos primeiros dias de emissões na Feira Popular, constatava-se por toda a cidade o súbito aparecimento de centenas de aparelhos nas montras dos mais diversos estabelecimentos. Esta prática de receção coletiva de emissões expandiu-se ao longo dos anos 60, contribuindo para animar muitas coletividades de bairro, leitarias, cafés, etc.. Esta receção coletiva foi perdendo importância à medida que os rendimentos familiares aumentaram, permitindo a sua mais ampla aquisição. Facto que contribuirá para agravar a crise de muitas associações de base local.

Televisão em Portugal			
Ano	Nº. de Aparelhos registados	Nº.TVs por 1000 hab.	Telespectadores*
1958	17.568	-	69.373
1959	31.256	-	129.024
1960	46.372	5,2	185.488
1965	180.095	20,1	853.648
1970	387.512	44,7	1.548.904
1975	722.315	77,6	2.889.260
1980	1.381.900	140,7	5.527.600
1985	1.605.058	160,3	6.420.232
1990**	1.701.000	172,3	6.804.00

Fonte: RTP

* o cálculo foi feito com base de 4 espectadores por aparelho, conforme recomendação da UER.

** A partir de 1991, a licença de televisão foi extinta.

[886] Juan Beneyto (*Informação e Sociedade...*), refere que em Espanha, a longa espera pela "chegada" da televisão", terá reforçado a "tradicional atitude ansiosa" deste povo. Esta tornara-se num símbolo de modernidade, facto que explica, segundo o autor, o seu extraordinário acolhimento. "A televisão foi bem acolhida porque supunha uma elevação de nível, ocupou o tempo dos velhos e distraiu as crianças. Se já anteriormente o cinema familiar era o melhor procedimento para conseguir uma convivência tranquila entre os pequenos, a televisão colocou-os, absortos, diante da tela de um cinema levado ao domicilio" (p. 128).

[887] Como notou Fred Inglis este tipo de abordagens sobre os efeitos da comunicação social, pressupõe em grande medida o mesmo modelo de regulação social estudado por Michel Foucault. O antigo modelo liberal de regulação da normalidade, tinha como centro do seu discurso legal e dos seus discursos subordinados e reguladores, um dado modelo de **cidadão ideal**. A partir dele, eram construídos os discursos criminológicos, psiquiátricos ou sociopsicológicos. Atualmente, parte-se também de um dado modelo de cidadão, o mais conveniente à ordem vigente, e procura-se também detectar os desvios ou as influências perniciosas sobre as ideias ou comportamentos, tendo em vista a regulação do sistema. cfr. F.Inglis, A *Teoria dos..*)

[888] A questão dos efeitos da comunicação de massas, inicialmente centrada sobre as **mudanças de ideias, atitudes e condutas do indivíduos**, não passa na maioria dos debates de um pretexto para a defesa de um ou outro modelo de regulação social. As "provas científicas" que frequentemente são aludidas estão longe de serem consensuais na comunidade científica. Como demonstrou Larzarsfeld, os *efeitos sociais dos média* não são tão fáceis de isolar e determinar, como as correntes behavioristas pareciam acreditar. Entre os média e o grande público, Paul Félix Lazarsfeld e a sua equipa *(La Campaña ha Terminad...)*, colocaram o crivo dos líderes de opinião. São estes que, após uma seleção e reinterpretação do conteúdo das mensagens, as veiculam entre os sectores menos activos da população, influenciando-os nas suas opções.

torna-se corrente atribuir à televisão todos os males que ocorrem na sociedade portuguesa.

- O afastamento do público das salas de espetáculo[889]e a consequente crise do teatro e do cinema.

- A diminuição de leitores de livros e jornais.

- O abastardamento da cultura.[890]

Mas tarde, sentindo a mesma dificuldade de os isolar em momentos determinados, Kurt y Gladys Engel Lang (*Los Mass Média y las Elecciones...*), mostraram que estes revelam maior nitidez no longo prazo. A seleção que os média fazem de certos temas que trazem à discussão pública, por um processo de acumulação e reforço de estímulos vão predispondo os indivíduos para aceitarem ou se identificarem com certas ideias. A questão não é todavia pacífica, pois fica por esclarecer, se esta seleção não é feita afinal pelo próprio contexto histórico e social que condiciona a própria prática dos profissionais da informação. Não é fácil estabelecer sequer uma curta listagem de conclusões acordadas sobre estes efeitos. Morris **Janowitz** e Roberto **Oscar Schulze** (*Tendencias...*p.44 e segs), pouco mais apuraram que alguns lugares comuns:

a) O conteúdo da grande maioria das comunicações de massas não parece ser de índole apropriada para opor-se a modelos normativos existentes, aumentar o pensamento crítico ou estimular uma rutura individual ou coletiva com a corrente mais ou menos disciplinada dos processos sociais existentes". O que nos leva a concluir que os média estão orientados para a manutenção do "statu quo". O que não exclui que nos períodos de maior tensão social não possam refletir, como é natural, as controvérsias e tendências da mudança em curso.

b) O "censor" último de toda a comunicação é o que a recebe. Na receção, não podemos ignorar a função seletiva. As pessoas tendem a ler, escutar, olhar os conteúdos que corroboram as atitudes, os valores e os interesses aos quais estão vinculados. Quando uma mensagem contradiz as suas crenças, os consumidores sentem-se inclinados a ignorar, a desconhecer e a interpretar erroneamente essas mensagens estranhas que os perturbam. A quantidade de coisas retidas e o impacto sobre o grupo ou o indivíduo são proporcionais à natureza e ao grau de atenção, de motivação e de necessidade social. Facto que demonstra que o grau de motivação para a receção de determinadas mensagens depende da posição social de quem as recebe.

d) A orientação do grupo "primário" em que se encontra o individuo influencia-o poderosamente a resistir ou a interpretar a mensagem procedente do exterior. O grau de influência dos média está em grande medida determinado pela posição dos líderes no interior do grupo que individuo pertence.

e) Por último, não é possível provar que os média estejam a isolar os indivíduos, o que contraria certas teses catastrofistas sobre os seus efeitos.

Uma reflexão mais atenta dos impactos da televisão, nas últimas décadas, vieram deslocar a análise dos efeitos sobre as atitudes e condutas para um campo da análise dos **efeitos cognitivos da actividade dos meios de comunicação de massas na perceção da realidade pelos indivíduos**. Trata-se agora de compreender as consequências da sua Acão nas formas de conhecimento quotidiano (dos saberes públicos partilhados) que condicionam o modo como os indivíduos percebem e organizam o seu meio mais imediato e o seu conhecimento do mundo. Neste sentido, os média passam a ser encarados como construtores da realidade socialmente partilhada. As principais conclusões pouco mais são que novas versões das análises anteriores: a) Os média, enquanto meios de comunicação pública, determinam as forma de orientação da atenção pública para certos temas (efeitos resultantes da capacidade simbólica para estruturar a opinião pública); b) Os média tendem a globalmente a reproduzirem a ordem social vigente (efeitos sobre a distribuição social dos conhecimentos coletivos em função dos sectores socioeconómicos); etc. (Cf. Enric Saperas, *Os Efeitos Cognitivos..).*

[889] A questão foi colocada a diversos níveis:

a) O aparecimento de um público pouco exigente, disso mesmo se lamenta Fernando Burgete: "O aparecimento da TV, criando um tipo de espectador sem exigências, veio tirar frequências ao cinema, apesar dos esforços realizados pelos cineclubismo e por certos cinemas da capital para fomentarem uma melhor cultura cinéfila"(cfr. F. Burgete, *Almanaque Bertrand*, Lisboa. 1963. p.235-236).

b) Uma concorrência que colocava em evidência fragilidades antigas do teatro (cfr. revista Autores. Primavera de 1967).

b) A crise do teatro e do cinema passou a ser equacionada em termos de recurso á televisão (cfr. Flama, ao longo do ano de 1961).

- O afastamento dos fiéis da Igreja.
- A desagregação das famílias, o desvio dos jovens e aumento da violência.
- A desnacionalização do país[891].
- A sobrevivência das ditaduras, como o salazarismo.

Apesar das disparidades de interpretações sobre os efeitos da televisão, a grande maioria dos analistas parecem concordar em dois pontos essenciais para a sua análise: o poder das imagens e a mundialização da informação[892].

Reflexo desta abertura, em grande parte estimulada e simbolizada pela Televisão, a imprensa de grande difusão[893], ou mesmo a dirigida a públicos

---

[890] Três ano após o início das emissões regulares, Fernando Pamplona (*Uso...*), concluía que a massificação das imagens incrementadas com a TV estava a contribuir para "acabar com o esforço mental de raciocinar", superficializando a actividade cultural do país. Perante as críticas de abastardamento da cultura, sucediam-se as palestras, até que cerca de uma década depois de emissões regulares, a RTP, passou a incluir e emitir programas com reputados eruditos - Vitorino Nemésio (1969) e depois David Mourão Ferreira. Para alguns críticos de televisão, ao tempo, esta manobra não passou de uma tentativa de credibilizar uma cultura televisiva indigente (cfr. Carlos Sobral, *Televisão: Os 15 anos de Experiência do Telespectador* P*ortuguês*, in *Vida Mundial*, 24/3 /1972).

[891] Desde o princípio das emissões em 1957, que se conclui que o país não possuía uma produção para sustentar qualquer programação. As séries americanas, como "Bonanza", etc, passam a ocupara o horário nobre das emissões. Desde logo surge a questão da desnacionalização do país.

O tema acabou por ser aplicado a outras artes:

- "*Desnacionalização do Teatro Português*, revista Autores, Outono de 1966.

[892] Os passos da própria Internacionalização da RTP ocorreram todos nos anos 60:

- A Eurovisão. A primeira emissão em direto, ainda que provisória, foi de um casamento real, o do Rei Balduino, a 12 de Dezembro de 1960. Em 1963, deu-se a primeira transmissão da RTP, para a Eurovisão, tratava-se de um jogo de futebol, o Benfica-Feyjnoord. Apenas no ano de 1965, as ligações tornam-se definitivas, nos dois sentidos.

- A Mundovisão. A primeira ligação ocorre a 23 de Julho de 1962, com base no primeiro satélite de comunicações, o Telstar. Mas foi em 1967, que ocorreram dois acontecimentos que foram objeto de uma cobertura pela RTP para a mundovisão: a peregrinação do Papa Paulo VI, a 13 de Maio, a Fátima, e a final da taça dos clubes europeus de Futebol no Estádio Nacional. Esta última emissão que ocorre no dia 25 de Junho, teve uma audiência estimada em 600 milhões de espectadores em todo o mundo, envolvendo um cadeia de 25 países, utilizou 4 satélites, 12 estações terrestres, durante 2 horas.

[893] A grande imprensa, em meados dos anos 60, sob o impacto da televisão, entra numa fase de profunda mudança. Um caso paradigmático foi, como veremos, as publicações ligadas à SNT, as quais durante décadas funcionaram em estreita colaboração com o regime. Por volta de 1967, o conteúdo de três das suas publicações muda de forma muito nítida.

-- A **Vida Mundial,** em 1967, sofrem uma profunda mudança interna. Este projeto jornalístico que pelo rigor e atualidade informativa só terá depois equivalente no jornal O Expresso (1973), distancia-se rapidamente das teses do regime. Carlos Ferrão que assumiu a sua direção, procurará também de forma sistemática recuperar a memória da sociedade portuguesa pré-Estado Novo.

-- O **Século Ilustrado**, então já o mais antigo semanário de atualidades, a 31 de Dezembro de 1966 (nº.1513), sofre uma profunda remodelação, não apenas no seu aspecto gráfico, mas sobretudo ao nível da forma como passou a abordar as grandes questões do tempo.

-- A **Modas & Bordados-Vida Feminina** muda também de direção em 1967. Etelvina Lopes de Almeida é substituída por Fernanda de Vasconcelos Guedes Pavão. A revista procura agora transmitir os novos valores da mulher moderna portuguesa: Em jeito de balanço atribuiu, pouco depois estas alterações ao impacto da televisão:

"A mulher portuguesa - quer em Lisboa, quer nas pequenas cidades de província - atravessa uma época de progresso espiritual e intelectual, de ideias avançadas, de gosto pela sua maneira de vestir, pela sua elegância, pelo sentido estético e preocupação na forma de arranjar a sua casa .

"A evolução recente tem sido progressiva, nos últimos tempos. As boas revistas de moda, os conselhos sobre decoração, a bela e benéfica invasão da TV, dentro de cada lar - ideias, sugestões, inovações, remodelações - tudo tem representado uma forte sacudidela no marasmo de cada vida **subordinando e conduzindo a mulher portuguesa ao nível da mulher estrangeira**", in, *Modas & Bordados*, Ano LVI, Nº. 2.881. 26 de Abril.1967. p.3.

específicos[894], entra numa fase de intensa renovação e abertura cultural. No final da década, aumentara já de forma muito significativa a procura de informação, sustentada por um forte crescimento económico, fatores que explicam o crescimento espetacular no número de títulos de periódicos publicados[895].

O **Futebol,** na década de 60, constitui não apenas o grande espetáculo de massas, mas nas condições específicas da sociedade portuguesa, um poderoso instrumento de internacionalização das nossas referências culturais. O país através dos seus êxitos futebolísticos, sobretudo entre 1961 e 1968[896], assumiu uma projeção mundial. Facto que estimulou a imprensa, mas também a televisão, a equiparem-se e a internacionalizarem os seus contactos, para poderem efetuar a cobertura destes acontecimentos. Em contrapartida, as expectativas de novos êxitos, no plano

---

A abertura a novos temas, como o "flirt" ou a "participação política", revelam desde logo a emergência de uma nova mentalidade que não se reconhece nos modelos anteriores. .

A "primavera marcelista" que se iniciará timidamente dois anos depois, tinha nestas mudanças da imprensa a sua razão forçada de ser.

[894] Entre 1957 e 1962, a maioria das publicações culturais ligadas à Igreja católica portuguesa, sofrem também uma sensível mudança interna, tornando-se mais abertas as novas temáticas da modernidade. Passam a inserir com maior frequência artigos de denúncia de situações de descriminação, preconceitos, hábitos ou ausência de práticas culturais que a impediam.

- A revista **Flama**, criada em 1944, como uma revista "de jovens para jovens", foi durante anos um dos veículos de defesa dos valores cristão entre a juventude. No princípio dos anos 50, torna-se mais recetiva ao mundo dos espetáculos (tauromaquia, cinema, teatro, etc.) e à moda feminina, assumindo sempre os valores fundamentais da Igreja. Em 1961, com uma nova direção, da qual faz parte Pedro Tamen, transforma-se num órgão muito popular onde se veiculam as novas ideias de modernidade.

- A revista **Rumo**, fundada em 1946, para a defesa da especificidade da cultura portuguesa de inspiração cristã, torna-se então nesta época numa das revistas mais criticas dos valores culturais do regime.

- A revista **Brotéria**, fundada em 1902, ligada à Companhia de Jesus, em princípios dos anos 60, torna-se veículo também afirmação das novas exigências de modernidade.

- A revista **Tempo e o Modo**, fundada em 1963, por um grupo de católicos, entre os quais sobressaíam Alçada Baptista, Pedro Tamen, João Bernardo da Costa, Nuno Bragança e Alberto Silva evoluiu rapidamente para uma orientação ideológica conotada com a extrema-esquerda (1971).(Cfr. Antº. Alçada Baptista, *Vida e Morte da Moraes*, in, *Alter-Ego*, Lisboa.1988.pp.93-98.

- A revista **Lumen**, fundada em 193 , dirigida pelo Pe. Avelino das Neves era um dos órgãos mais conservadores da Igreja. Durante um curto período de tempo (1959-1962), não deixou também de refletir o ambiente de abertura que percorria a Igreja.

[895] O número de títulos de periódicos entre 1926 e 1966, praticamente não conhece grandes variações em termos quantitativos, com exceção do período de recessão entre 1941-1950. Em 1926, contava-se 487 títulos e em 1966 um total de 480. No ano seguinte, deu-se então um salto vertiginoso, atingindo-se os 1111 títulos, os quais em 1973, se cifravam já em 1.316. Estes números refletem claramente, a abertura da sociedade à informação global, como símbolo da própria modernidade (cfr.José Manuel Mota de Sousa e Lúcia Maria Marina Veloso, *História da Imprensa*...p.29-31).

[896] Sem grandes êxitos assinaláveis no mundo futebolístico, entre 1961 e 1968, Portugal projeta-se no plano internacional em resultado estrondosos sucessos obtidos pelas suas equipas e seleções de futebol. O percurso é só por si significativo desta projeção mediática.

Em 1961, a seleção de juniores de Portugal, ganha o campeonato da Europa, em Lisboa; pouco tempo depois, o SLB, conquista a Taça dos clubes Campeões Europeus, em Berna. No ano seguinte, o SLB volta a ganhar a mesma taça. Em 1963, o SLB disputa a final desta taça, em Londres. No ano seguinte, é a vez do Sporting Club de Portugal ganhar a Taça dos Vencedores das Taças. Em 1965, o SLB volta a disputar a final da Taça dos Clubes Campões Europeus. No ano seguinte, a seleção nacional de futebol, fica em 3º. lugar no Campeonato do Mundo, em Londres. Em 1967, no Estádio Nacional, disputa-se a final da Taça dos campeões Europeus. Acontecimento de repercussão mundial. No ano seguinte, o SLB volta a disputar a final desta taça (Cfr. Henrique Parreirão, *A Era de Ouro do Futebol Português*.)..

internacional, passarão a ser tão elevadas que todos os pequenos êxitos se tornarão em frustrações co lectivamente sentidas e indefinidamente evocadas.

A difusão da **música POP**[897] está intimamente ligada à emergência de uma cultura de massas juvenil[898]. O fenómeno sobretudo depois de 1959, foi um dos veículos fundamentais para a difusão de um nova estética e estilo de vida entre a juventude, tendo por base modelos de comportamento corporizados em "ídolos" internacionais, oriundos da música rock ou do cinema. Refletindo o impacto desta difusão, logo nos primeiros anos da década de 60, assistiu-se, em Lisboa, como veremos, a uma impressionante profusão de cantores e grupos musicais que se reclamam seguidores destes movimentos internacionais[899]. Em resultado deste fenómeno a nossa incipiente indústria discográfica atravessa então uma verdadeira revolução, em todos os seus segmentos.

O resultado mais evidente desta cultura de massas juvenil foi a fragmentação dos públicos, em consequência, quer do aumento da maior diversidade de géneros e tendências musicais que passaram a ser difundidos, quer pelo exacerbamento das diferenças entre jovens e adultos estimulado pelos temas musicais que eram veiculados. Fenómeno que se traduz no fim da tradicional hegemonia exercida pelos modelos musicais oriundos do Parque Mayer. A grande maioria dos temas que a rádio

---

[897] Tomamos este termo na ampla aceção que tinha nos anos sessenta, quando se entendia por "Rock and Roll", um género musical onde a voz predomina sobre os instrumentos, cujos modelos de referência eram Elvis Presley (EUA), Johnny Halliday (França) ou os "Beatles" (Inglaterra). Mercê de uma maior difusão de outros géneros musicais, em final da década, o conceito de música POP (Pop music), designa já um amplo espectro sonoro que incluía o *folk, blues, rhtm and blues, rock*, passando sobretudo pelo *underground*, que ao ouvido dos neófitos aparece mais como barulho do que como música autêntica. Entrávamos já na fase da música pop com predominância das suas componentes instrumentais (Jimmy hendrix, Led Zeppelin, Pink Floyd, etc).

[898] Olivier Burgelin (*A Comunicação Social..p.* 157), situa o aparecimento da cultura de massas juvenil, entre 1955 e 1960. A sua emergência é indissociável uma multiplicidade de fatores, como a massificação da escolaridade e o desenvolvimento das actividades extracurriculares (tempos livres), assim como da mudança dos papéis sociais dos jovens, não pode ser também desligada da sua exploração comercial dos mesmos pelas novas industrias culturais que apostam na diferenciação dos consumidores.

As suas fontes de referência foram o Cinema e o Rock and Roll. Num caso e no outro, encarnados por ídolos, como Marlon Brando, James Dean, Elvis Presley entre outros. A sua difusão e explosão a uma escala planetária foi realizada por intermédio dos meios de comunicação de massas, como a televisão, mas também por uma pujante imprensa juvenil. Milhões de jovens descobrem então que são semelhantes a outros, partilham os mesmos modelos de comportamento, manifestam os mesmos gostos em termos de vestuário, inclinam-se para o mesmo tipo de agrupamentos e formas de convivialidade. Este discurso das identidades, como notou José Machado Pais (*Culturas...*p. 103 e segs), não deve levara a esquecer na sua diversidade, não se deixam igualmente de manifestar valores de classe que as diferenciam também os jovens entre si.

Ora esta cultura juvenil constituiu-se através de relações exacerbadas de oposição à sociedade. Foi este facto que originou grande parte das formas de sociabilidade espontânea e o nascimento de uma difusa ideologia, assente em valores como "autenticidade", "afetividade", ou na manifestação de sentimentos de solidariedade para com os mais fracos e oprimidos (Cfr. Olivier Galland, *Les Jeunes*..p.47). Esta oposição era percecionada frequentemente pelos mais velhos como uma ameaça. Não raro manifestam-se apavorados por um pretenso alastramento da **violência**, **sexo**, **droga**, etc. Na imprensa dos anos 60, esta perceção ultrapassa frequentemente as fronteiras políticas. Alcides de **Campos**, por exemplo, na revista *Vertíce*, conotada com a Oposição, após uma longa pesquisa socio-antropológica, não tem dúvidas em afirmar que estava a recrudescer entre os jovens, na Europa, os "mais baixos instintos". Não deixava de apontar quem lucrava com a situação: uma sórdida industria norte-americana controlada por gente de "baixos instintos".

[899] Entre os jovens esta música era frequentemente vivida como um meio de afirmação de modernidade, mais do que uma actividade profissional de futuro. Ver o percurso do cantor Carlos Mendes.

difundia[900], no princípio dos anos 60, tinham nele a sua origem ou modelo de inspiração[901].

Todo este processo conduz, ainda que de forma embrionária, mas nem por isso menos evidente, pelo efeito de globalização da informação, à autonomização da informação em relação à experiência e os modos tradicionais da sua legitimação[902]. Se conforme afirma Jean Cazeneuve, "a informação exprime a vontade das sociedades de se transformarem a si próprias e simultaneamente visarem objetivos tidos por legítimos"[903], podemos concluir, então, que a recetividade dos portugueses a esta informação global demonstrava, na década de 60, um profundo desejo de mudança.

4.3.4.2. O Impacto do Turismo e da Emigração

O efeito de demonstração por contacto social, exercido pelos turistas e os emigrantes, contribuiu também poderosamente para estimular a ânsia de modernidade, em vastas camadas da população.

A entrada massiva de turistas no país, à procura do "Sol e Praia", mas também de um "país exótico" no contexto europeu[904], desencadeou na sociedade portuguesa, efeitos altamente contraditórios[905].

[900] Apesar dos progressos na indústria discográfica e na difusão dos seus produtos, a rádio constituía o principal meio de lançamento e divulgação da música POP. Em princípios dos anos 60, este meio estava já amplamente difundido.

Rádio em Portugal*		
Ano	Nº. Aparelhos registados	Nº. de aparelhos por 1000 pessoas
1960	848.008	95,4
1965	1.172.775	130,8
1970	1.405.198	162,2
1975	1.510.703	162,3

Fonte- RDP

* A partir de 1976, o registo de aparelhos de rádio foi extinto.

[901] Com a difusão da música POP veiculada pelos novos meios de comunicação de massas, os modelos musicais de referência deixaram de ser exclusivamente nacionais e passaram a ser sobretudo internacionais. No mundo dos empresários dos espetáculos, os novos desafios passaram-se a ser os de trazer aos nossos palcos os grandes ídolos da juventude em todo o mundo. Durante os anos 60, um caso é permanentemente objeto de comentários. A vinda dos "Beatles" a Portugal. O projeto era repetidamente anunciado e logo a seguir abandonado. O motivo era sempre o mesmo: a pequenez do nosso mercado. Facto que contribuía para alimentar entre os jovens, o sentimento de viverem num país periférico e privado do contacto com as grandes vedetas do seu tempo.

[902]"A informação atravessa as fronteiras e constitui, no dizer de Adriano Duarte Rodrigues, uma espécie de denominador comum de todas as nações. Deste modo, a visibilidade dos acontecimentos e das pretensões legítimas passou a depender mais da capacidade de encenação mediática do que da força argumentativa das razões ou de exercício da violência legítima", Adriano Duarte Rodrigues, *Comunicação e Cultura...* p. 32.

[903] Jean Cazeneuve, *Guia Alfabético...e*ntrada *"Informação".* p.162,

[904] O turismo no Algarve que em 1963 se cifrava ainda por meio milhão de visitantes, passa para quase dois milhões em 1966, atingindo os cerca de 3 milhões e trezentos mil em 1970 (cfr. Jorge Carvalho Arroteia Carvalho, A *Evolução Demográfica Portuguesa...*).

a) Apesar do aumento do rendimento nacional proporcionado pelo turismo, aumentou igualmente a propensão e as expectativas de consumo;

b) Apesar de permitir também obter meios para uma melhoria dos padrões de vida, ao expor as populações a estilo de vida mais evoluídos, fez crescer na população sentimentos de *privação.* Fenómeno amplificado pelo facto da maioria dos turistas possuírem rendimentos individuais e familiares, acima do nível médio dos respectivos países de origem, o que contribuiu para aumentar o efeito de contraste das disparidades diretamente percepcionadas.

Este afluxo maciço de turistas, acabou por alterar profundamente a lógica das ofertas culturais, não apenas contribuindo para o aparecimento de diversões de nível internacional, mas também para modificar expressões culturais mais tradicionais. O fado, a tauromaquia ou o folclore foram rapidamente envolvidos em lógicas de mercantilização ditadas pelo turismo.

Nos campos, sobretudo depois da II Guerra Mundial, devido a fatores como a mecanização, mas também ao aumento das aspirações de vida das populações rurais, o histórico movimento migratório acelerara de forma brusca. Uma parte aflui às cidades, mas a maior parte ruma para o estrangeiro[906], deixando atrás de si regiões que são desagregadas nas suas relações tradicionais[907]. Mas os imigrantes são igualmente, consoante as situações e o momento, ora agentes passivos ou activos de modernização. São passivos enquanto emigrantes. Activos quando temporariamente ou definitivamente voltam ao país. Apesar de certa contenção nos consumos nos países de destino, devido a fatores conhecidos, não deixam por isso, de incorporar certas aspirações de consumo que os torna no seu regresso, activos agentes de modernização. É este último aspeto que importa agora destacar.

Em meados dos anos 60, a imprensa passa a relatar com regularidade durante o Estio a chegada de muitos milhares de imigrantes que vêm gozar as suas "vacâncias". É conhecida a importância que os mesmos assumiram na desmotivação e aumento da frustração das populações locais, pelas manifestações de afirmação social através do dinheiro que traziam[908].

Este rápido enquadramento histórico e sociológico permite-nos perceber melhor a amplitude das causas profundas que estiveram na origem da emergência da ânsia de modernidade que se tornou bem patente nos anos sessenta[909].

---

[905] Para uma análise breve, mas sistemática dos impactos do turismo sobre as populações, nomeadamente em Portugal consultar Eugenne L. Mendonsa (*Turismo.*. pp. 312-313).

[906] A dimensão atingida pela emigração portuguesa durante a década de 60 foi sentida no tempo, como um claro fenómeno de esgotamento do próprio regime. Era, em termos cada vez mais consensuais, "o mais evidente e fidedigno sintoma dos desajustamentos no desenvolvimento social e económico do país", segundo as palavras de Armando Nogueira (*A Emigração Portuguesa- Demissão ou Tomada de Consciência?...).*

[907] O cálculo do número de portugueses que imigraram na década de 60, está longe de ser consensual. Se tomarmos o período 1961-1971, os cálculos divergem muito, consoante os autores; alguns, talvez exageradamente afirmam que ultrapassou largamente um milhão: Em todo o caso, nunca se fala em menos de 800 mil (cfr. Manuel de Lucena, *A Evolução... Vol. II.* p. 76

[908] Joaquim Costa, *Festas Religiosas, Emigração e Ostentação...* p.528.

[909] Não será displicente, sobretudo em Lisboa, referir ainda o impacto da Fundação Calouste Gulbenkian, quer no alargamento das elites culturais, quer na sua abertura a valores cosmopolitas. Num pequeno país como Portugal, o arranque das actividades culturais da **Fundação Calouste Gulbenkian** (1956), só pode ser descrito, como diz José Agusto-França, como um golpe de teatro (Cfr. A *Arte em Portugal no Século XX*...). Esta Fundação começou de forma sistemática, desde 1956, a estimular o desenvolvimento de uma elite cultural pautada por padrões internacionais. Apesar de certas tentações iniciais de cedência a modelos herdados do SNI, as tendências cosmopolitas acabam por impor-se e prevalecer na sua Acão

4.3.5. A Política de Informação e Turismo

A difusão de uma cultura de massas no país, as elevadas expectativas de acesso ao consumo que se geraram, sobretudo na década de 60 em largas faixas da população urbana, deixaram pouco espaço ao regime, para continuar a sustentar os valores tradicionais que haviam constituído o núcleo central das políticas culturais, entre os anos trinta e meados dos anos cinquenta.

A rutura com estas políticas será efetuada e protagonizada por César Moreira Baptista com o apoio de Marcelo Caetano[910]. Nomeado a 1 de Fevereiro de 1958, para diretor do SNI, reorganizou-o em 1960[911] e depois em 1968[912], quando deu origem à Secretaria de Estado da Informação e Turismo (SEIT). Na sequência desta reestruturação foi nomeado Secretário de Estado deste organismo a 16 de Outubro,

---

cultural. As suas exposições, concertos, festivais e outros eventos acabam por criar novos públicos e padrões de diversão que não se reconhecem nos hábitos e ambientes anteriores. O marco deste movimento cultural foi todavia a inauguração a 2 de Outubro de 1969, das suas instalações na Av. de Berna (Museu, Biblioteca, Auditório, Sala de Exposições, etc.).

[910] Marcelo Caetano foi desde finais dos anos 20, um político muito atento ao fenómeno da comunicação social.

a) Colaborou ativamente na imprensa desde muito jovem.

b) Na Emissora Nacional (1932) foi um dos primeiros a sugerir a sua utilização como meio de propaganda do regime (Cfr. Marcelo Caetano, *Minhas...* p. 460)

c) Quando superintendeu no SNI (1955-1958), num governo hesitante sobre a televisão foi ele que deu um forte contributo para a criação da RTP (pág. 471). Como ele próprio escreve foi também "o primeiro membro do governo a utilizar a TV para expor ao país, em Junho de 1957, problemas de interesse geral" (pág. 472). Mais tarde, quando sucede a Salazar, volta de novo a utilizar este média de forma sistemática, como meio de propaganda e persuasão . As suas célebres "Conversas em Família" iniciaram-se a 8 de Janeiro de 1969, sendo o primeiro tema a "Educação"...

Mas o que agora queremos assinalar é o facto de que na sua passagem pelo SNI ter criado um grupo de apoiantes, ligados à informação, de que nunca se separou. Jaime Nogueira Pinto afirma mesmo que a sua ascensão de novo ao poder, em 1968, se ficou ao mesmo a dever. Faziam dele parte figuras como: César Moreira Baptista que chefiava então o SNI; Dutra Faria,director da Agência Nacional de Informação"; Barradas de Oliveira, responsável pelo quotidiano oficioso, órgão da UN, "*Diário da Manhã*". Este grupo reuniu-se regularmente ao longo dos anos que precederam a sua nomeação. Em 1968 o SNI e a ANI começam a partir de informações para os correspondentes estrangeiros a passar a mensagem que Marcelo seria o homem com mais possibilidades para suceder a Salazar. Para o que contribuía a imagem de um homem viajado, jurista liberal, em desacordo com o regime (recordava-se a sua demissão em 1961). A partir da imagem pública de Marcelo no estrangeiro, ter-se-á procurado criar o clima da inevitabilidade da sua aceitação pela extrema-direita no poder (cfr. Jaime Nogueira Pinto, *Portugal. Os anos do Fim.* .. p. 134.)

Após a sua tomada de posse a 27/9/1968, ter-se-á apressado a promover os seus apoiantes para lugares chave no aparelho de Estado e principais órgãos de informação. Dois casos tem sido referidos em apoio a esta tese. Moreira Baptista ascende a Secretario de Estado da Informação e Turismo, mas também vem a ocupar o lugar de Subsecretário de Estado da Presidência do Concelho, em substituição de João Paulo Rodrigues. Na RTP, João Duque é substituído na presidência do Conselho de Administração por Ramiro Valadão. Fora Marcelo Caetano que o promovera no SNI a Diretor dos Serviços de Informação.

[911] Decreto-Lei nº.43.150, de 6 de Setembro que, entre outras disposições, criava no SNI as Direções dos Serviços de Informação e de Turismo.

[912] Decreto-Lei nº.48.686, de 15 de Novembro, que promulga a organização da SEIT e extinguia a partir de 1 de Janeiro de 1969, o SNI.

tendo exercido este cargo até 7 de Novembro de 1973, quando foi substituído por Pedro Pinto[913]. Ascendeu então a ministro do Interior, cargo que ocupava a 25 de Abril de 1974[914].

Ao longo deste período, Moreira Baptista manteve uma enorme coerência na orientação que imprimiu a este organismo.

Entre 1958 e 1973, Moreira Baptista procurou de forma sistemática transformar o SNI/SEIT num órgão essencialmente virado para o turismo de massas, a produção e controlo da informação veiculada pela comunicação social e a inspeção de certas atividades culturais. Era neste plano que se situavam os principais problemas de sobrevivência do regime. Estas alterações refletiam também a própria evolução interna deste organismo. Há muito que deixara de ser identificado com uma instituição promotora de actividades culturais, para ser sobretudo um órgão conotado com a censura da imprensa e dos espetáculos.

Moreira Baptista de forma persistente, foi secundarizando todas as estruturas de apoio à cultura criadas por António Ferro, transferindo parte delas para a FNAT e o Ministério da Educação[915]. A Cultura Popular, núcleo central da Política do Espírito foi transformada num instrumento de animação turística[916]. Um dos seus símbolos, o Museu de Arte Popular foi praticamente abandonado[917]. As célebres intervenções do SNI, na produção ou apoio a exposições de artes plásticas, no país ou no estrangeiro[918], passaram a obedecer à mesma lógica de apoio ao turismo, ou simplesmente, confinaram-se a assinalar visitas ou comemorações oficiais. As exposições nos salões de exposição no Palácio Foz[919] e na Galeria de Arte Moderna em Belém[920], pouco ultrapassaram esta perspectiva pragmática[921]. Os "prémios" quase passavam despercebidos da comunicação social, tão pouco prestígio possuíam[922].

O apoio ao cinema português atingiu a sua expressão ínfima. A preocupação deste organismo parecia confinar-se apenas à censura dos filmes, como reconhecia o próprio Grémio do sector. Os apoios à produção nacional mostraram-se escassos, numa altura que os custos de produção aumentavam. Procurando corrigir a sua imagem, em

---

[913] A curta passagem de Pedro Corte Real Pinto pela SEIT, e da mais breve de Carvalho Caetano da Luz, como subsecretário de Estado (15/3/1974-25/4/1974), não deixou qualquer marcas. Ficará eventualmente para a história, pelo facto de na manhã do dia 25 de Abril de 1974, lhe ter cabido negociar a rendição de Marcelo Ceatano, a partir do Grémio Literário...

[914] Marcelo Caetano nomeou-o ainda em 1968, para um lugar central no sistema de decisão -subsecretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

[915] O apoio ao teatro declamado estava a cargo, desde 1968, da Direcção-Geral de Assuntos Culturais, onde sobressaiu o arqueólogo Bairrão Oleiro.

[916] Veja-se o caso dos esporádicos apoios a bandas de música, ranchos folclóricos, artesanato.

[917] De forma sibilina, se queixa disso a sua responsável. Cfr. Mª. Helena Coimbra, *O Museu de Arte Popular...*

[918] A participação de artistas portugueses no estrangeiro, sob o patrocínio do SNI/SEIT foram rareando, não tanto devido ao interesse deste organismo, como ao desinteresse dos artistas Cfr. José Augusto França, *Arte em Portugal no Século XX*, p. 484-485.

[919] Após uma longa ausência, em 1959, o SNI abriu o "Salão dos Novíssimos", exposição logo contestada pela crítica e os artistas. Prosseguiram (?) até 1963, quando finalmente foram suspensas. Entre 1964 e 1968, O SNI promoveu ainda três salões nacionais de Arte, mas acaba também por os suspender.

[920] Junto a esta Galeria, passou a realizar-se com fins turísticos. o célebre "Mercado da Primavera". Em 1975, este mercado será denominado pela Comissão Central do MFA "Mercado do Povo".

[921] A própria aquisição de obras de arte que virão a constituir a tristemente célebre "Colecção Nacional de Arte Moderna", passou a orientar-se também por critérios cada vez mais casuísticos.

[922] Face à crescente contestação dos prémios do SNI, a sua atribuição chegou a atrasar-se 3 anos. Facto que Moreira Baptista tem dificuldades em explicar (Cfr. *Informação, Cultura Popular e Turismo*, nº.4, Out/Dez. 1970)

1971, será publicada uma nova Lei do Cinema. O Fundo de Cinema Nacional é substituído pelo Instituto Português de Cinema que se pretendia mais ágil na sua Acão, mas não foi.

As crónicas crises do teatro agravaram-se nos anos 60, tendo como consequência o encerramento de muitas salas. Problema que não deixava de pôr em causa a política cultural até aí prosseguida. O parecer da Câmara Corporativa foi a este respeito muito crítico, aquando da discussão, em 1970, de um projeto de lei sobre a reorganização do Fundo de Teatro[923]. Face à imensidão de problemas, o SNI/SEIT aproveitou para nada fazer.

Estes factos ajudam-nos a enquadrar toda a importância que Moreira Baptista atribuía à comunicação social e à censura[924]. Internamente, as mudanças foram mais profundas do que se possa imaginar. Uma das suas primeiras tarefas foi afastar os militares que desde a Ditadura Militar continuavam a dominar as áreas da censura da imprensa e da inspeção dos espetáculos[925]. Mas a mais importante, foi sem dúvida a de tentar criar um corpo de especialistas em comunicação de massas e turismo, promovendo para o efeito estudos e lançando uma publicação regular neste domínio[926].

Em resultado desta Acão, em princípios de 1974, a SEIT estava praticamente esgotada na sua capacidade de intervenção no campo cultural[927]. Melhor capacidade de intervenção revelou a Direcção-Geral de Informação que será transformada logo em 1974, na Direcção-Geral de Comunicação Social, constituindo o núcleo central sobre o qual se criou o Ministério da Comunicação Social (MCS). Muito do que não conseguira fazer Moreira Baptista, isto é, estabelecer um eficaz mecanismo de controlo sobre os órgãos de comunicação social, irá fazê-lo este Ministério por intermédio das nacionalizações então realizadas.

As relações do SNI/SEIT com a Feira, entre 1958 e 1973, foram meramente instrumentais, mas não menos significativas. A Feira, em si, pouco interesse despertava ao SNI[928]. Contudo, na cerimónia da sua inauguração, Moreira Baptista, como ele mesmo afirmará, tinha aí a oportunidade de se reunir informalmente com a comunicação social, no habitual jantar oferecido pel`*O Século.* Até 1966 a sua presença foi marcada todavia pela mais absoluta discrição Neste ano, após Guilherme Pereira da Rosa, ter anunciado que a mesma seria em breve encerrada para dar lugar a uma Central de Camionagem, quebrando as regras protocolares, toma a palavra e defende a

---

[923] *Informação, Cultura Popular e Turismo*, nº.3, Agosto/Setembro. 1970

[924] Marcelo Caetano atribuía à televisão uma enorme importância política, nessa medida o seu controlo deveria ser uma prioridade do governo. Numa carta endereçada a Ramiro Valadão, então Presidente do Conselho de Administração da RTP, escrevia sem rodeios: "Nos tempos que correm o controlo efetivo da RTP é essencial para o governo. O seu posto é, por isso, um posto de 1ª. linha de combate com todos os riscos e perigos que a 1ª linha comporta - e as glórias também". Carta datada de Abril de 1972, publicada em "*Políticas de Informação*..."Vol. I. p. 263.

[925] O novo regime de espetáculos e divertimentos públicos, é publicado apressadamente em 1959 (Decreto-Lei nº.42.660 e Decreto-Lei Nº.42.661. ambos de 20 de Novembro), na sequência do qual será afastado o célebre coronel Óscar de Freitas, que exercia o cargo de inspetor-geral dos espetáculos deste 1927. Em termos práticos, a eficácia do novo sistema revela-se desde logo desastrosa, aumentado o número de recintos e espetáculos a funcionarem sem obedecerem aos requisitos legais

[926] Veja-se o caso da revista "*Informação, Cultura Popular e Turismo*."

[927] O novo folgo, ser-lhe-á dado, nesta área, em 1975, quando a Direcção-Geral da Cultura Popular e Espetáculos, assim como a Direcção-Geral dos Assuntos Culturais do Ministério da Educação vierem a constituir a Secretaria de Estado da Cultura, retomando muitos dos projetos de "cultura popular" lançados por António Ferro e que Moreira Baptista secundarizou.

[928] Recorde-se que em 1965, o SNI viu-se mesmo obrigado a abrir em Belém, denominado **Mercado da Primavera** para promover junto dos turistas o artesanato e a gastronomia regional.

continuidade da Feira na cidade, reclamando da parte da CML uma rápida solução[929]. O gesto não passou despercebido. *O Século* descobrira um novo e importante aliado e quase de imediato retribuiu o apoio prestado. Na viagem que Moreira Baptista então fez ao Brasil, é apresentada nas suas páginas como um verdadeiro chefe de estado, num périplo triunfal pelo outro lado do Atlântico.

4.3.6. Nova Cultura Popular

Na complexa **s**ituação política entre 1974 e 1979, a preponderância dos militares na sociedade portuguesa surge como uma referência incontornável. Com ou contra eles, apoiando uma ou outra dos seus fações, se posicionavam as diversas forças políticas. Ora, a fação preponderante no MFA, a partir de Setembro de 1974, assume como objetivo político a criação de uma sociedade socialista, de inspiração marxista. Nesta, a cultura popular, numa visão essencialmente basista, é encarada não apenas a expressão da identidade nacional, mas sobretudo como um factor de mobilização do povo para os novos desígnios que lhe eram traçados[930]. A **animação cultural**, sob a forma de "campanhas" procura não apenas promover a alfabetização, mas também o esclarecimento político e a dinamização da cultura popular como instrumento de mobilização.

[929] S.,1/6/1966

[930] A cultura autêntica era a produzida pelas classes sociais mais desfavorecidas nos campos ou nas cidades

A criação da Secretaria de Estado da Cultura (SEC), em 1975 [931], no âmbito do recém criado **Ministério da Comunicação Social**, representou o ponto alto desta mobilização ideológica, ao criar-se um organismo público com funções de coordenação da política cultural numa sociedade em transição para o socialismo. Era urgente não apenas mudar as mentalidades, mas dinamizar o país para os grandes desígnios da Revolução em curso. Ela surge da junção de dois organismos com duas tradições administrativas muito diversas:

- A **Secretaria de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Científica**[932]**.** Criada em 19 de Agosto de 1974 foi substituída em Dezembro de 1974, pela Secretaria de Estado da Cultura e da Educação Permanente[933], ambas no âmbito do Ministério da Educação Nacional. Representava a vertente patrimonial e erudita da área da cultura.

- A **Direcção-Geral da Cultura Popular e Espectáculos** da SEIT[934]. Criada em 1968, na sequência das reformas marcelistas, tinha a seu cargo o licenciamento e fiscalização dos recintos de espetáculos e de divertimento público, a censura, classificação e autorização dos espetáculos (os célebres"Vistos"), os espetáculos tauromáquicos, o apoio à cultura popular (bandas de música, ranchos folclóricos, etc.).

A estrutura criada em Agosto de 1975 era demasiado elementar, limitando-se às seguintes unidades orgânicas: Comissão Interministerial da Cultura; Gabinete de Programação Cultural; Comissão de Classificação Etária dos Espectáculos; Direcção-Geral de Acção Cultural (DGAC); Direcção-Geral de Espectáculos (DGE); Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC); A entidade que maior influência tinha era sem dúvida a DGAC, nomeadamente pelos apoios financeiros que concedia e pelas ações que promovia nos sectores mais estreitamente associados às facções mais radicalizadas do MFA.

Internamente, a SEC vivia, como todo o país, numa enorme indefinição institucional[935], sobretudo devido à presença no seio de grupos políticos muito radicalizados, com fortes apoios externos. O mais pequeno acontecimento era logo motivo de manifestações pró ou contra numa comunicação social igualmente partidarizada. Procurando reforçar os mecanismos de controlo, em Setembro de 1976, passa para a

[931]DL n.409/75, de 2 Agosto de 1975, do 4. Governo Provisório.

[932]Esta Secretaria de Estado foi criada pelo DL n.203/74, de 15 de Maio, pelo 1. Governo Provisório, sucedendo à antiga Direcção-Geral dos Assuntos Culturais , também no âmbito do Ministério da Educação. O primeiro secretário de estado foi Maria de Lourdes Belchior. A Lei Orgânica , promulgada pelo DL 408/71 de 28 de Setembro, determinava que as funções até aí confiadas à Direcção-Geral do Ensino Superior das Belas Artes passasse a pertencer às Direcções-gerais do ensino superior e dos assuntos culturais, criadas por este diploma. A Direcção-Geral dos Assuntos Culturais tinha a incumbência de apoiar a coordenação das funções de natureza cultural, nomeadamente as que dizem respeito às letras e artes, academias, propriedade literária e artística, bens de valor histórico, artístico e arqueológico, museus, bibliotecas, arquivos e teatros do estado, de acordo como o disposto no DL 581/73, de 5 de Novembro.

[933]Esta secretaria de estado que substituíu a anterior foi criada pelo DL n.687-A/74, de 2 de Dezembro, do 4.Governo Provisório. O primeiro e único secretário de estado foi João de Freitas Branco.

[934]A Secretaria de Estado da Informação e Turismo foi criada pelo DL n.48.686, de 15 de Novembro de 1968. No seu ambito, em 1971, será criado o Instituto Português de Cinema.

[935] Situação que será agravada com a mudança da SEC para as novas instalações, a Av. da República (adquiridas em Novembro de 1976, por 92 mil contos). O edificio era tudo menos neutro. Em 1976 havia servido como sede da campanha do General Ramalho Eanes. A sua construção assentara em múltiplas ilegalidades (uma 5ª. cave não autorizada, uma sala de espectáculos sem condições para poder funcionar, etc), para além de ter acabamentos interiores inacreditáveis: chão e paredes forradas a alcatifa. Em 1984, aconteceu o que há muito se previa: o princípio de um incêndio que ameaçou destruir todo o espólio artístico e documental guardado no edifício. O Ministro da Cultura, Coimbra Martins, só então manda substituir o revestimento interior.

dependência do Conselho de Ministros[936]. Entretanto vai assumindo novas atribuições, assim como novos meios, facto que aumenta a turbulência interna. Com a extinção da Junta Nacional de Educação em Fevereiro de 1977 são-lhe transferidas para a algumas das suas secções. Uma reforma importante ocorre em Agosto deste ano, quando é finalmente publicada da sua lei orgânica[937]. As indecisões persistem quanto à sua integração na estrutura governativa. Após ser reconfirmada a sua dependência da Presidência do Conselho de Ministros[938], passa pouco depois para o âmbito do Ministério da Educação e Cultura[939], vindo em 1979 a integrar o extinto Ministério da Cultura e Ciência[940]. Nesta fase, procurou-se conferir-lhe uma estrutura orgânica pautada por modelos internacionais[941].

A criação da SEC[942], em 1975, continuou a assumir a política cultural, como um instrumento ao serviço do poder, retomando muitos temas queridos da "Política do Espírito" de António Ferro. As políticas que foram pontualmente assumidas e publicitadas pelos seus dirigentes, frequentemente não passam de mera retórica, sem qualquer correspondência com aquilo que acontecia na realidade. Os discursos de natureza populista, não tinham em regra, qualquer relação nem com os seus feitos, nem com a realidade, variando conforme o auditório[943]. As decisões tomadas nos vários

---

[936]DL n.683-A/86, de 10 de Setembro

[937] Nesta, para além de integrar a DGPC, DGAC, DGE, destaca-se a criação do Centro de Coordenação e Planeamento Cultural e das Delegações Regionais. Como orgãos de consulta era consagrado um "Conselho de Cultura" (Cfr. DL n.340/77, de 19 de Agosto de 1977).

[938]DL n.340/77, de 19 de Agosto

[939]DL n.41-A/78, de 7 de Março

[940]DL n.498-C/79, de 21 de Dezembro

[941] Passou então a compreender os seguintes órgaos e serviços: Conselho de Cultura; Conselho Nacional do Património Cultural;Comissão Coordenadora de Animação Cultural; Centro de Estudos e Planeamento Cultural; Direcção-Geral do Património Cultural; Direcção-Geral de Espectáculos; Instituto de Cultura Portuguesa (ICALP); Instituto Português de Cinema ; Instituto Português do Livro; Gabinete de Relações Culturais Internacionais; Comissão de Classificação e Espectáculos
Fundo de Fomento Cultural;Delegações Regionais de Cultura

[942] A fundação da **SEC,** em 1975, traçou desde logo uma matriz de actuação que se irá prolongar ao longo dos anos, assimilando práticas anteriores que, o período pós-25 de Abril de 1974, não transformou, mas antes pelo contrário integrou como um os pilares dos novos mecanismos de poder.

Em primeiro lugar, irá assumir-se como um instrumento de produção ideológica do novo regime.Terá a seu cargo a construção da imagem pública do novo poder, a partir dos seus valores culturais, como anteriormente já o fizera o SNP/SNI/SEIT. Neste ponto, a sua ligação inicial ao Ministério da Comunicação Social visou claramente consubstanciar estes objectivos. A questão da sua constituição em ministério ou dependência funcional ao Primeiro Ministro traduzirá a dificuldades conjunturais de equacionar este problema.

Em segundo, assentará a sua política cultural na distribuição de subsídios. Aliás, parecece, pouco mais, durante anos, esperar-se deste organismo. Para além da área do património (museus, monumentos nacionais...), dos direitos de autor, da segurança dos recintos, da regulamentação dos espectáculos, far-se-á deste meio um instrumento de propanganda política e de compra de "entidades" ou "figuras" com alguma capacidade de intervenção junto da opinião pública.

Em terceiro lugar, é justo admiti-lo, representará também o coroamento institucional de um movimento de dinamização cultural, cujas raízes entroncavam na ideia de "educação permanente" e na "educação para todos", que desabrocharam nos anos sessenta por todo o mundo.

[943] Os dirigentes politicos tecem discursos ou promulgam legislação sem qualquer relação com os seus efeitos reais. Boaventura Sousa Santos caracterizou este fenómeno acentuado no pós-25 de Abril, de "carnavalização da política". Primeiro, como uma tendência estrutural da sociedade portuguesa para um profundo distanciamento entre representantes e representados. Segundo, para a apropriação mimética de padrões de actuação dos Estados e das sociedades políticas dos países centrais, independentemente das consequências reais, conferindo à governação " um tom geral fársico". Boaventura Sousa Santos, *Pela Mão de Alice...pág. 62.*

organismos, resultavam, na maioria das vezes, de uma sucessão de conflitos e compromissos internos e externos, onde a pressão da comunicação social desempenhava um papel relevante de mobilização dos diversos atores. Haverá neste aspeto que relativizar a importância das decisões dos dirigentes neste período: Maria de Lurdes Belchior (1974)[944], João Freitas Branco (1974/75)[945], David Mourão Ferreira (1975-77)[946], António Reis (1978)[947], e os secretários de estado dos governos de iniciativa presidencial, Maria Teresa Dória Santa Clara Gomes (1978)[948], David Mourão Ferreira (1978/79)[949] e Helder Macedo (1979)[950].

Atendendo ao carácter simultaneamente instrumental e popular desta política, não é pois uma mera coincidência que se tenha procurado reanimar em Belém, os espaços míticos dos anos quarenta da política protagonizada por António Ferro e os seus mais

[944]Foi secretaria de Estado dos Assuntos Culturais e Investigação Cientifica do 1º.,2º. e 3º. governo provisório, sendo nomeada pelo decreto 216/74, de 27 de Maio, pelo decreto 344/74, de 23 de Julho e 518/74, de 2 de Outubro, e depois interinamente pelo decreto 679-C/74, de 29 de Novembro.

[945]Foi Secretario de Estado da Cultura e Educação Permanente, do 3º..,4º.. e 5º.. governo provisório. Foi nomeado sucessivamente pelo decreto 689-C/74, de 4 de Dezembro, decreto 187-A/75, de 14 de Abril, e...

[946]Foi Secretário de Estado da Cultura do 6º. governo provisório, nomeado pelo decreto 86/76, de 28 de Janeiro, e pelo 1. governo constitucional pelo decreto 636-A/76, de 28 de Julho. **David Mourão Ferreira,** na primeira fase, 1976-1977, procurou sobretudo des-partidarizar a actividade da SEC:

- Criou orgãos próprios de informação, iniciando a publicação em Dezembro de 1976, do primeiro número de "Informação Cultural", o primeiro boletim da SEC, com o qual procurou deixar um traço vísivel da sua passagem nesta área.

- Luta contra o domínio dos "comunistas" em certas áreas da SEC, na sequência da qual afastará na DGAC Eduardo Prado Coelho, substituindo-o por Lima de Freitas. Neste sentido, destaca-se na afirmação platónica da independência da cultura das lutas partidárias, interditando simbolicamente a realização na Galeria Nacional de Arte Moderna de comícios. Medida logo desrespeitada, com um promovido pelo PS...

- A defesa da descentralização cultural, nomeadamente pela criação de pólos locais de dinamização cultural. Neste sentido, apela a uma maior intervenção autárquica, exigindo por diversas vezes a concordância dos municípios, para a concessão de apoios a promotores locais.

Na segunda fase, em 1978-1979, a sua acção foi menos clara. Deixou-se arrastar na voragem da confusão reinante, nomeadamente na atribuição de subsídios. Aumentavam as suspeitas de compadrios e arbitrariedades. A DGAC foi, por estes motivos, alvo de uma denuncia por parte do jornal "O DIA", sendo os protestos públicos em volta destas questões uma constante.

[947]Foi nomeado pelo decreto 17/78, de 6 de Fevereiro promulgado pelo 2º. Governo Constitucional. **António Reis**, em 1978, quase nada fez de relevante, ao não ser prosseguir o combate, contra a influência "comunista". Limitou-se, em geral, à gestão corrente da SEC

[948]Foi nomeada pelo Decreto 91/78, de 7 de Setembro, pelo 3º. Governo Constitucional.

[949]David M. Ferreira foi nomeado pelo decreto 141/78, de 29 de Novembro pelo 4º. Governo Constitucional.

[950]Fo nomeado pelo decreto 83/79, de 7 de Agosto pelo 5º Governo Constitucional. **Helder Macedo**, em 1979, entregou-se a uma frenética actividade legislativa num governo de iniciativa presidêncial, que poucos meses durará. Define então duas grandes prioridades:

- A elaboração de uma Lei Orgânica e de um quadro de pessoal. Quatro anos volvidos sobre a sua criação, a SEC vivia numa total confusão interna: "Os quadros e funções eram arbitrariamente definidos; o pessoal não tinha qualquer tipo de garantias, as atribuições de competência eram inexistentes, mesmo aos mais altos níveis de chefia e de "letras". A desmotivação e a ineficiência eram grandes"

Reclamou também para si, a elaboração de todos os decretos regulamentares que reestruturaram a SEC, a institucionalização da Companhia Nacional de Bailado, do Teatro Popular-Companhia Nacional (S. Luis), da Cinemateca Nacional, da criação da Companhia Nacional de Almeida Garrett no Porto, do Centro Dramático de Coimbra, do Departamento das Relações Culturais com os Países de Expressão Oficial Portuguesa, de um Departamento de Circo, a normalização do cursos de conservadores de museus, e de uma portaria de classificação de monumentos nacionais, edifícios de interesse público e valor concelhio.

- Enunciou, sem ter a possibilidade de pôr em prática, uma concepção global de cultura, como um dos pilares da qualidade de vida

diretos sucessores: o **Museu de Arte Popular**, o **Mercado da Primavera** (então denominado Mercado do Povo) e a **Galeria de Arte Moderna**[951].Muitos artistas fazem então profissão de fé por uma arte ao serviço do Povo e para o Povo. Embora o entendimento destes conceitos estivesse longe de ser consensual.

A Acão política mais marcante da SEC, resumia-se em grande parte em conceder substanciais apoios aos artistas ao serviço do povo, aos centros culturais regionais e a associações culturais locais, a ranchos folclóricos, bandas de música, grupos de teatro amador ou "independentes", mas também, a diversas iniciativas como festivais, exposições e outros, que estavam envolvidas em ações de mobilização das populações para a Revolução em curso.

Apesar desta vertente populista, seria um grosseiro erro pensar que toda a cultura em Portugal estava à mesma confinada. Pelo contrário, num país aberto como nunca ao mundo[952], e o que nele se passava se refletia no panorama internacional, pulularam também múltiplos movimentos de renovação em todos os domínios culturais[953].

Malgrado todas as mudanças, os grandes problemas de fundo da sociedade portuguesa mantinham-se. O atraso económico, as crónicas carências de recursos,

[951] A Galeria de Arte Moderna era já antes do 25 de Abril um espaço de propaganda do regime deposto. A partir de então voltou a sê-lo de novo, procurando-se agora imprimir um cunho nitidamente popular. Ficará desde logo ligada na memória do tempo, à pintura colectiva de um enorme painel comemorativo do 10 de Junho de 1974. Posteriormente, muitos outros eventos culturais aqui tiveram lugar, como a célebre Alternativa Zero, a Bienal de Desenho, etc. O Incêndio da Galeria em 1981, interrompe abruptamente esta actividade em Belém.

[952] Pelas enormes repercussões dos acontecimentos que aqui ocorreram em 1974 e 1975, o país foi notícia na imprensa mundial, mas também um local de romagem obrigatória de figuras de renome internacional como Jean Paul Sartre. Mário Mesquita (*Portugal*... p.11) sintetizou esta situação nos seguintes termos: "Nunca ao longo da História os acontecimentos políticos portugueses tiveram repercussão tão vasta na Imprensa Internacional como nos anos de 1974 e de 1975. Portugal transformou-se, após o 25 de Abril num "laboratório político europeu"e, simultaneamente, em factor de instabilidade face ao equilíbrio político estabelecido em Ialta". Reiner Eisfeld (*Influências* ...), a este respeito revelou a complexa teia de pressões internacionais que então foi tecida de modo a alterarem o rumo dos acontecimentos internos. César de Oliveira (*Cem Anos*...p.202 e segs), demonstrou, por seu turno, como os mesmos se reflectiram de imediato em Espanha, contribuindo para o "enfraquecimento" do regime franquista e a sua posterior transição para um regime democrático.

[953] As grandes problemáticas culturais que nesta altura emergem reflectem as tensões existentes no próprio país. As elevadas taxas de analfabetismo (26% em 1974) e uma estrutura escolar precária não permitiam alimentar grandes ilusões sobre o rápido desenvolvimento de uma cultura de participação dos cidadãos nas novas instituições democráticas.

Os debates sobre cultura giram em volta da problemática da "**cultura popular**". Os movimentos políticos de esquerda, então predominantes, defendiam o envolvimento politico do Estado na sua promoção e desenvolvimento. Tarefa que era indissociável da irradicação do analfabetismo.

O país não se identifica com a imagem legada pelo anterior regime. Emerge então uma sólida corrente de **novos historiadores** que começam a re-escrever a história do próprio país, sobretudo na época contemporânea. Sucedem-se as revelações ou denuncias de atrocidades do regime anterior.

No **plano filosófico**, a corrente que repensava a trajectória da cultura portuguesa sobressaia entre as demais. Era consensual que se havia fechado um ciclo histórico, com a derrocada do Império Colonial. Perante o seu fim rapidadamente emerge a questão do "destino" e da "identidade" de Portugal. Eduardo Lourenço escreverá então um dos seus textos mais influentes: "Labirinto da Saudade". Nesta altura surge uma das maiores vagas de sempre de obras que procuram fundamentar uma missão divina para o país, retomando-se as concepções místicas de Fernando Pessoa, Teixeira de Pascoaes, mas também de Orlando Vitorino, António Quadros, Pinharanda Gomes e outros autores da denominada **"filosofia portuguesa".**
Com alguma consistência, nas universidades a **problemática da epistemologia** traça novos horizontes para o pensar, sintonizando o país com as reflexões então produzidas, além fronteiras, sobre os impactos da ciência e da tecnologia no domínio dos saberes. Fernando Gil assume neste domínio um papel de relevo.

agravados com o regresso de centenas de milhares de "retornados"[954] e os bloqueios externos à emigração, uma inflação e desemprego galopantes, voltam de novo a recolocar a questão da modernização. A única saída que reúne um crescente consenso é a da integração na CEE.

No final dos anos setenta, a cultura popular é cada vez mais identificada com o passado. O discurso da modernidade é o único que passa a seduzir as camadas mais jovens.

4.3.7. A rutura com a Cultura Popular

Com a chegada ao poder, em 1980, da Aliança Democrática, liderada por forças de direita, abre-se uma rutura com o poder dos militares e o modelo de sociedade consagrado na Constituição de 1976. O que se traduziu numa profunda inflexão na política cultural que vinha sendo seguida.

A SEC é reformada em Abril de 1980[955], mais tarde falar-se-á de uma verdadeira refundação. Consagrou-se uma nova dependência institucional - o Conselho de Ministros, de modo a acentuar o seu carácter político. A reforma então decretada foi a mais longa de todas, mantendo-se praticamente sem grandes alterações até 1989.

Numa clara substituição dos discursos políticos anteriores, a tónica é agora colocada na defesa do **património cultural,** em especial o de natureza edificada, assim como no **acesso do povo à cultura erudita**, omitindo-se a questão de lhe facultar meios para desenvolver a sua própria cultura.

Embora muito fragilizados, rapidamente os novos dirigentes da SEC procuram pôr fim a todas as estruturas que haviam sido criadas para apoiar e difundir a cultura popular, ou conotadas com ações de mobilização das populações em defesa da Revolução. Entre as primeiras medidas adotadas figurava a drástica redução dos apoios aos centros culturais regionais, às associações locais, mas também, se inicia o processo de desactivação das instalações na zona de Belém[956], símbolos por excelência da anterior política cultural.

O período entre 1980 e 1982, apesar de todos compromissos foi claramente de rutura, com as orientações anteriores. **Vasco Pulido Valente (1980/1981)** [957]**,** Com uma

---

[954] Os números sobre os "retornados" das ex-colónias, como os referentes à emigração, revelam-se muito díspares conforme os autores e as fontes de informação. No caso dos "retornados", o total recenseado pelo INE, em 1981, pouco ultrapassava o meio milhão (505.078), dos quais 61% eram oriundos de Angola, 31% de Moçambique e (apenas) 6% das restantes colónias. Cfr. Pisco, Manuel *et al, Os Retornados...* p. 38 e segs.

[955] DL 59/80, de 3 de Abril

[956] Em 1981, como já recordamos, um incêndio destruiu a Galeria de Arte Moderna.

[957] **Vasco Pulido Valente** foi nomeado pelo decreto 6/80, de 10 de Janeiro do então 6ª. Governo Constitucional, presidido por Sá Carneiro. A sua gestão foi marcada por uma tentativa de ruptura com as estruturas e os compromissos instalados:

- Os centros culturais e a política até aí prosseguida neste âmbito, é posta em causa.
- Dirigentes e funcionários conotados com o PCP, são afastados ou secundarizados. Ficou célebre a exigência feita aos directores-gerais, para que nos currículos dos dirigentes passasse a constar a sua filiação partidária...
- Os apoios a entidades conotados com as forças de esquerda, são suspensos sob os mais diversos motivos. Proibe, nomeadamente, uma representação do grupo de teatro "Os Cómicos", no MNAA, sob o pretexto que o mesmo não possuia a sua autorização..

gestão autoritária, teve nele uma acção decisiva nesta viragem. **Brás Teixeira (1981)** [958]**,** mais aberto a compromissos, procura no plano teórico, substituir o debate sobre a cultura popular pelo da identidade cultural do país. O fim do Império despertara a questão em muitos intelectuais no tempo[959].

Curiosamente é nesta fase de transição que a Feira é subsidiada pela SEC. O apoio destinou-se à realização de um mercado de artesanato. Esta actividade económica era então encarada não apenas como indispensável à rentabilização do turismo que se procurava relançar, mas também, para combater as elevadas taxas de desemprego através da criação de microempresas.

4.3.8. A Globalização

Apesar da profunda crise económica que Portugal atravessa quando entra na década de oitenta, a **Globalização**[960] não deixa por isso de se manifestar entre nós, nomeadamente pela via das expectativas de **consumo**.

O processo da constituição de megagrupos internacionais de multimédia e da publicidade, assente numa homogeneização das necessidades que conduziu à "estandartização universal" dos produtos, encontraram entre nós condições propícias para a sua difusão. Em Portugal, àquilo que então se assiste é precisamente à ávida procura de produtos internacionais, em especial nas novas catedrais do consumo, os centros comerciais e os hipermercados.

Em todos os domínios culturais, o fenómeno repetia-se, assistindo-se à secundarização das produções nacionais face às de origem estrangeira. Nas artes plásticas um movimento de jovens críticos, obtém então algum sucesso mediático, quando procura sustentar que na avaliação das obras de autores nacionais, os únicos valores de referência deviam ser a **modernidade** e **o cosmopolitismo**[961]**.** Na música ligeira, as novas camadas de público orientam-se de forma hegemónica para os criadores internacionais. No teatro, as peças de autores portugueses diminuem de tal forma, que a

[958] **Antonio Brás Teixeira** (1981) concentrou as suas preocupações em mostrar que existia uma "Filosofia Portuguesa". A edição da revista "Cultura Portuguesa "(nº. ùnico), vinha nesse sentido.

[959] Eduardo Lourenço realiza então uma fascinante análise interior à identidade da cultura Portuguesa (Labirinto da Saudade, 1977). Tema ainda prosseguido, por José Mattoso na sua magistral obra "Identificação de um País"(1985), publicado em vésperas da entrada de Portugal para a CEE.

[960] A globalização que então alastrava, ligada à "globalização financeira" - essa reestruturação estratégica da esfera financeira internacional que consagrou o corte do vículo entre os mercados de capitais e os estados -nação, e a maior dependência dos sistemas produtores nacionais em relação ao mercado mundial, acabou por alargar-se às redes dos fluxos económicos, culturais e informacionais. A primazia deste conceito terá pertencido ao americano Theodor Levitt , em 1983, queo terá usado num artigo precisamente sob o título "The Globalization of Markets" Cfr. Armand e Michèle Mattelart, *História das Teorias da* ...p. 145..

[961] João Pinharanda e Alexandre Melo foram dois dos jovens críticos que se destacaram pela crítica às "estéticas e ideologias que em Portugal tanto tardam" em desaparecer, para darem lugar à "abertura de um **território contemporâneo**" de individuos vivendo "ao mesmo tempo em todos os sítios", desligados do "vício de construir o futuro", para melhor se ancorarem à instantaneadade do presente. Alexandre Melo, *Velocidades* ..p.27.

SEC reforça nos critérios de presidiam ao financiamento dos grupos de teatro, a representação de peças destes autores.

Este consumo é acompanhado por uma procura e uma oferta de informação sem precedentes. Assistiu-se não apenas, como veremos, à difusão dos minicomputadores (1983), mas também das rádios e até das televisões "piratas", à proliferação de parabólicas, mas também de todos os mecanismos de reprodução, sejam para fotocópias ou cassetes. Os fluxos e as redes de informação densificaram-se, espelhando esta abertura à comunicação. Após Janeiro de 1986, com a entrada de Portugal na CEE, sofre uma aceleração todo o processo.

A tendência para a integração numa economia global, por via do consumo, acentua-se com o crescimento imparável dos fluxos turísticos. A sua dimensão não deixou de se refletir em todos os domínios da sociedade, nomeadamente pelo seu peso económico. Em 1980, por exemplo, entraram em Portugal cerca de 2,7 milhões de turistas, mas em 1994, este valor atingia já cerca de 10 milhões, valor que era superior à própria população residente. Quatro anos depois superava a barreira dos 15 milhões.

A trajetória que conduziu a uma política cultural assumidamente internacional teve o seu início simbólico na *XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, do Conselho da Europa (1983)*, proposta por **Lucas Pires**, então ministro da Cultura e da Coordenação Científica[962]. O país procurava criar na Europa uma imagem moderna, consentânea como tudo o que implica o seu pedido de adesão à CEE. A esta tarefa, entregou-se igualmente **Coimbra Martins**[963]. Devido a resistências internas, mas também à falta de recurso económicos, a sua acção foi muito limitada. O que não impediu que durante o seu mandato fossem incrementadas as exposições e representações no estrangeiro. O objetivo político de afirmação da cultura portuguesa na Europa reunia então um largo consenso, o rumo estava traçado. O impulso decisivo foi dado pouco antes da entrada de Portugal na CEE (1 de Janeiro de 1986).

[962] **Lucas Pires** (Ministro da Cultura e Coordenação Científica, 1981/83) e **António Gomes Pinho** (Secretário de Estado, 1981/83). Estes dois políticos foram os protagonistas nos seus discursos, de duas grandes linhas de promoção cultural: a **descentralização cultural**, a **promoção e defesa do património**, e por último um apelo a uma maior **intervenção na vida cultural do país das autarquias locais**. Não eram ideias novas, mas adquiriram na altura um rigor conceptual que antes não haviam conhecido nos dirigentes da SEC.

[963] **António Coimbra Martins** (1983/85). A política cultural de Coimbra Martins, a avaliar pelos seus discursos, orientou-se em volta de três pressupostos fundamentais:

- A política cultural do país deveria ser equacionada em função da adesão do país á CEE, e ter em conta o previsível impacto das novas tecnologias ao nível da cultura. Temas que estavam em voga no tempo, em qualquer discurso político de circunstância.
- Os produtos culturais portugueses, como o livro ou o cinema, necessitam de se promover em novos mercados, como por exemplo, os países de língua oficial portuguesa. Esta dimensão comercial não poderia ser descurada de uma estratégia de afirmação da cultura e da língua portuguesa no mundo.
- A identidade cultural do país passa atualmente por um maior investimento no nosso património edificado, pela afirmação dos nossos autores e criadores em todas as expressões artísticas, com especial destaque para o teatro, o cinema e a música. O país corria sérios riscos de ser absorvido pela CEE, e subalternizado face à Espanha. Cfr. Manuela Azevedo, *Longe de Mim o Nacionalismo Cultural*. Entrevista com António Coimbra Martins, in, Diário de Noticias, 30/12/84.

Apesar de alguma discrição como exerceu o seu cargo, alguns escândalos marcaram a sua trajetória política: apesar de ser pago pelo Estado como ministro, continuou a receber pela FCG como funcionário... Em 1985, no distrito em que foi candidato, como Lucas Pires, entregou-se à distribuição de subsídios pelas associações locais.

O novo governo de direita chefiada por **Cavaco Silva**, deu neste sentido instruções precisas, à nova Secretaria de Estado, **Teresa Patrício Gouveia** (1985-1989)[964]. **A promoção da cultura portuguesa no estrangeiro era uma das grandes prioridades do governo.** Numa opção claramente liberal, declara-se desde logo que era intenção do Estado deixar de intervir na promoção dos eventos culturais, limitando-se apenas a apoiar os seus agentes e criadores, nomeadamente através da construção de infraestruturas e a promover os meios destinados à sua divulgação[965]. A forma como foram concretizados estes princípios e objetivos ao longo dos anos, não foi isenta de compromissos vários.[966] Evitou-se entrar em grandes conflitos, numa altura que a comunicação social atribuía uma crescente importância a tudo o que se passava com a cultura. Neste sentido, continuaram a persistir organismos, como a DGAC, mas também processos de apoio às artes, claramente desfasados das orientações políticas globais.

No plano das realizações, sucedem-se uma catadupa de grandes projetos culturais de âmbito internacional, que tiveram como expoentes máximos a *Europália* (1991) na Bélgica, *Lisboa Capital Europeia da Cultura* (1994) e a *Expo98* (a candidatura foi apresentada em 1989!). No entanto, não podem ser também descuradas as múltiplas exposições no estrangeiro, assim como o incremento dos apoios destinados a uma maior presença de galerias e artistas em certames internacionais.

Investem-se então enormes somas na valorização do património cultural edificado, mas sobretudo, na criação de infraestruturas para a fruição e realização de eventos culturais, nomeadamente os capazes de receberem eventos de dimensão internacional[967]

---

[964] Para além do seu percurso pessoal no interior da SEC, a causa imediata da sua ascensão política, foi atribuída à morte do seu irmão no desastre de aviação que vitimou Sá Carneiro e Amaro da Costa. Formada em história foi bibliotecária no Instituto Italiano de Lisboa.

[965] Diário de Notícias, 19 de Abril de 1987. Entrevista.

[966] Teresa Patrício Gouveia centrou a sua ação política na criação de infraestruturas culturais, procurando envolver na mesma as câmaras municipais. No plano dos princípios políticos, sustentou que o teatro deveria autossustentar-se, através das receitas que gerava, e não dos subsídios que recebia. Os subsídios deveriam ser canalizados sobretudo para divulgação. O número de grupos apoiados não pararam de reduzir-se, assim como público. Na música, lançou o projeto da criação de um Laboratório de Música Electro-Acústica para incentivar a criação desta forma de expressão musical. O laboratório contudo nunca funcionou. Outro dos seus projetos emblemáticos foi das ações pedagógicas, com as quais procurava melhorar a "educação cultural" do país. Neste sentido concedeu subsídios para a realização de cursos em quase todas as áreas artísticas, numa ação concertada com o Ministério da Educação. Na prática verificava-se que muitos destes investimentos eram feitos de forma desarticulada, sendo os resultados diminutos. Na descentralização cultural, reformulou os projetos anteriores, lançando o Projecto de Itinerância em articulação com as autarquias. Foi um dos projectos de maior visibilidade pública. No apoio à criação e produção concedeu bolsas de criação literária, apoiou a 1º exposição em artes plásticas, etc. Quanto ao património, onde se concentravam aos maiores investimentos, a ação do IPPC apoiou-se frequentemente nas autarquias.

Um dos seus projetos frutuosos foi o lançamento da rede de leitura pública, em íntima colaboração com as autarquias locais. Ainda hoje é assumido pelo atual ministério, como uma das suas principais obras. Foi dela que partiu o primeiro impulso à ideia da criação do Centro Cultural de Belém. Externamente aparece ligada à Europália, e sobretudo à promoção da representação das galerias de arte em feiras e salões internacionais.

[967] A partir de 1986, a SEC começa a tornar-se mais seletiva nos apoios prestado a diferentes entidades, concentrando os investimentos sobretudo na criação de infraestruturas culturais por todo país: Serralves (adquirida em 1987); Casa das Artes do Porto (construída em 1990); Torre do Tombo (inaugurada em 1991); CCB (inaugurado 1992); S. João do Porto (adquirido em 1993); Cadeia da Relação do Porto (adquirida em 1994); Museu do Chiado (inaugurada em 1994); Terrenos para um novo Museus dos Coches (1994); construção de uma rede pública de leitura por todo o país (bibliotecas), mais de uma

A globalização trouxe consigo também, como muitos sociólogos têm referido, o despertar de impulsos subterrâneos, conduzindo ao aparecimento de uma multiplicidade de racionalidades locais, éticas, religiosas ou sexuais. Este fenómeno foi acompanhado pela crise do Estado[968] como sistema regulador e representativo de uma dada comunidade. Entre as causas desta crise tem sido apontado o desenvolvimento de uma cultura que privilegiou o individualismo ou o império do particular enaltecido pela modernidade, mas também, reclamada pelos novos mecanismos de exploração capitalista. O Estado deixa de ser encarado como uma referência coletiva, para ser visto como uma estrutura político-burocrática desligada da esfera de interesses dos indivíduos que procuram agora, novas referências em termos de pertenças e de sentido.

No caso português, nos anos 80, em concomitância com o refluxo dos movimentos populares, assistiu-se também ao abandono das associações políticas e sindicais, revelando o crescente alheamento da vida pública como se encontra estruturada. Paralelamente, e em contraponto, emerge com grande visibilidade pública, manifestações em prol da autonomia local, mas também de uma cultura popular de matriz provinciana, cujos valores estão em nítida oposição à imagem da cultura portuguesa que o Estado procura afirmar internacionalmente. É curioso constatar que quando mais se reduzia o desfasamento entre os artistas portugueses e os seus congéneres estrangeiros[969]mais a cultura "Pimba"[970] se afirmava.

Neste contexto, se para o poder a cultura popular se tornou uma questão irrelevante, o mesmo estava longe de ser verdade para a população, aderindo em massa às suas manifestações mais rurais e brejeiras, numa nítida contraposição à cultura dominante.

4.3.9. A Nova Retórica Política

A preocupação central do país, no início da década de 90, continuou a ser com a sua projeção na cena Europeia[971] e a criação de infraestruturas culturais, devolvendo à iniciativa privada a produção cultural.

A nomeação de **Pedro Santana Lopes** (1990) [972], foi a tentativa de pôr fim a um processo que se arrastava desde 1980, cujo objetivo era pautar a política cultural do

dezena de novos arquivos distritais, assim como a remodelação dos principais museus. As verbas para apoiar a criação de recintos culturais tornam-se mais seletivas, mas aumentam o valor de modo a recuperar grandes salas de espetáculos.

[968] António Teixeira Fernandes, *A Crise...*

[969] Alexandre Melo que analisou estes desfasamentos, constata que "No começo dos anos 80, e pela primeira vez desde há muito, pôde afirmar-se uma vaga de artistas que, para se sentirem plenamente contemporâneos dos seus congéneres estrangeiros, não precisaram de emigrar nem de expiar amarguradamente o síndroma de inferioridade nacional" (p. 34). Facto que evidencia "um progressivo encurtamento da distância geográfica e temporal entre a situação portuguesa e a situação internacional" (p. 35) que ficou a dever não apenas ao fim do Estado Novo e do isolacionismo que o caracterizaram, mas também à adesão à CEE. Alexandre Melo, *Artes Plásticas* ...

[970] O termo "Pimba" como designativo de uma dada expressão cultural de popular, decorre da letra de uma canção onde as referências sexuais são o tema principal à volta do qual a mesma é construída.

[971] Acontecimentos, inesperados, como os ocorridos no Cemitério de Santa Cruz em Timor (a 12 de Novembro de 1991), não deixaram de trazer um involuntário contribuído para este objetivo

país por padrões internacionais, ajustando-a a uma economia de mercado global[973]. No ano em que é empossado, as teses liberais estavam no seu auge. Helena Vaz da Silva, então empossada presidente da Comissão Nacional para a UNESCO, declara-se publicamente favorável à extinção da SEC[974]. Pacheco Pereira, então um destacado ideólogo do PSD, perfilha a ideia que a acção do Estado se devia restringir apenas à conservação do património. O certo é que Pedro Santana Lopes assume claramente a missão de acabar com o que restava do intervencionismo do Estado na produção cultural. Entre os organismos que então são extintos, contava-se obviamente a DGAC (1992), o último grande símbolo da política cultural entre 1974 e 1980.

A campanha difamatória que o mesmo é alvo na comunicação social[975], se por um lado decorria da devassa pública da sua vida privada, por outro, revelava a importância que a política, e nomeadamente a cultura, enquanto espetáculo, estava a assumir, numa altura que os principais órgãos de comunicação social haviam sido já privatizados. Refletindo esta crescente preocupação, pela primeira, fez-se neste organismo um recrutamento sistemático de dirigentes públicos entre profissionais ligados de uma forma ou outra à comunicação social[976]. Os investimentos a comprar o trabalho de jornalistas ou a publicitar a acção do governo atingiram elevados montantes.

O Governo Socialista, saído das eleições de Outubro de 1995, prossegue a política cultural anterior. A preocupação com a comunicação social, sobretudo a "administração da visibilidade" passou a ser estudada milimetricamente pelo novo governo[977].

---

[972] A sua nomeação, em Janeiro de 1990, foi recebida com enormes reservas pela imprensa, que avançou com duas explicações para a sua nomeação:

a) A necessidade do PSD ter alguém na área que fizesse frente ao aumento previsível dos ataques da Oposição, numa altura que a mesma ganhara nas eleições autárquicas as duas principais cidades do país. Ora Teresa P. Gouveia não tinha o perfil julgado necessário para este combate político.

b) A necessidade de selecionar os apoios do estado na área da cultura, ficando este com os eventos de maior visibilidade pública. Teresa Gouveia, na última fase, estava já enredada numa teia de compromissos, com os quais procurou agradar a todos os quadrantes.

[973] As estruturas herdadas do pós-25 de Abril, ainda com conotações com a cultura popular são extintas, sendo afastados centenas de funcionários. O emblemático edifício na Avenida da República, sede da SEC desde 1976, foi esvaziado em 1992 e vendido. Os seus funcionários, arquivos e equipamentos são espalhados pela cidade. O objetivo era romper definitivamente com o passado e tudo aquilo que o mesmo significava.

[974] *Diário de Notícias*, 90.2.3. Nesta entrevista, declara que a existência de um ministério da cultura fazia cada vez menos sentido.

[975] *O Público*, cujo principal acionista era e é o empresário Belmiro de Azevedo, destaca-se entre todos os demais nesta campanha, não apenas pela quantidade das notícias produzidas, mas sobretudo pelo modo como veiculava informações internas prestadas por anónimos funcionários. Curiosamente, depois das eleições de Outubro de 1995, estes informadores internos deixam de ser referidos, assim como é abandonado o tom de denúncia pública com que antes noticiava e titulava a informação sobre a SEC. Em 1998, Belmiro de Azevedo é alvo de um polémico inquérito por alegados favorecimentos do atual governo, em negócios no Brasil. Processo que se arrastava ainda em 1999.

[976] Entre os dirigentes que nomeia, destacam-se os seus antigos sócios ou colaboradores de empresas como "PEI-Diário Popular", "Semanário" e a revista "Sábado".

[977] Os novos meios de comunicação, como a imprensa ou a rádio, haviam já permitido às pessoas agirem tendo em conta os seus efeitos sobre outros à distância. Mas foi a televisão que deu origem a uma nova categoria de ação, que é desenvolvida com a finalidade de ser "televisível". "Pelo facto de ser televisionada, a ação (e as pessoas que a praticam) adquirem uma novo tipo de visibilidade que simplesmente não era possível antes da chegada da comunicação de massas em geral e da televisão em particular" John B. Thompson, *Ideologia*...p.27. Dado o monopólio estatal da comunicação social, a gestão desta visibilidade pública pelo governo até 1992 era facilmente planeada e controlada nos seus efeitos mais imediatos. Com a abertura da televisão aos privados, neste ano, as estratégias de marketing e

O novo ministro, **Manuel Maria Carrilho**, filósofo e especialista em retórica revela desde logo, uma atenção particular ao impacto dos média na política, onde o ser e o parecer frequentemente se confundem. Os investimentos são redobrados não apenas em publicidade, mas também no recrutamento de dirigentes ou colaboradores com acesso aos órgãos de comunicação social[978].

O que importa agora é assinalar que a política cultural recusa-se mais do que nunca a fazer cedências à cultura popular. A prioridade da afirmação de uma imagem da cultura portuguesa como uma cultura cosmopolita, determina todas as grandes opções políticas[979]. Um dos casos que melhor a ilustra é justamente a questão das audiências como um factor a ter em conta nos apoios estatais. No caso do teatro, o anterior regulamento exigia que os grupos subsidiados realizassem um número mínimo de espetáculos, e um dado nível de audiências. O objetivo implícito era atingir a maior difusão possível junto do público. O novo Governo não apenas anula estes mínimos exigíveis para efeitos de financiamento, mas em declarações públicas desvaloriza a própria questão das audiências. O financiamento público da cultura deixava assim de ter como preocupação o acesso da maioria da população aos bens culturais. Doravante, existem apenas criadores, trabalhando para públicos específicos cuja dimensão deixa de ser relevante. Em termos retóricos, o Estado está mais que nunca preocupado com a qualidade estética e a contemporaneidade das obras. Neste contexto, é significativo que se tenham multiplicado os artigos na imprensa especializada sobre o papel e a importância das elites culturais[980].

Distante da cultura oficializada e dos seus rituais para a comunicação social, o grande público em nada alterou as práticas anteriores. Os teatros subsidiados e os museus nacionais viram os públicos diminuírem. O número de leitores nas bibliotecas públicas está longe de acompanhar os investimentos nelas realizadas. Apenas os cinemas integrados em centros comerciais obtiveram melhores resultados em termos de espectadores. A cultura "Pimba" continua a desfrutar de norte a sul as preferências do grande público, nomeadamente nos canais televisivos. É neste sentido, que tendo em vista manter algum contacto com estes extratos da população, a partir de 1997, começa igualmente a financiar séries televisivas de puro entretenimento. Resta saber se trata de

gestão da visibilidade pública tornam-se de súbito cruciais passaram a adquirir uma efetiva relevância. Fazer política passa a ser frequentemente confundido com aparecer na televisão. Neste sentido os políticos envolvem-se de forma crescente na gestão da sua imagem pública, canalizando para esse efeito, frequentemente, recursos públicos consideráveis. A televisão ampliou-lhes as audiências, a sua capacidade de influência, mas também revela que ao mais pequeno deslize nestas práticas cénicas pode derrubar carreiras políticas milimetricamente planeadas.

978 Jornalistas e universitários são chamados a dirigirem ou a colaborarem com organismos com grande exposição pública. As redes de cumplicidades são todavia confinadas, a círculos restritos de recrutamento quer em termos jornalísticos, quer universitários. Fenómeno assimilável ao conceito de "tribo" de Abner Cohen (*O Homem.. p*..87 e segs.)

979 Está por estudar o impacto sobre as políticas internas da presença nas instâncias europeias de um crescente número de políticos e altos funcionários da administração pública. A rede de contactos que estabelecem e a necessidade de se afirmarem como pares de pleno direito, até que ponto não estimula também a contribuírem internamente para o incremento das ações culturais de âmbito internacional?.

980 Rui Vieira Nery demite-se do cargo de secretário de estado da cultura (1995-1997), por considerar que as preocupações iniciais com o fomento da cultura popular haviam sido postas de parte pelo Partido Socialista. A prioridade passou a ser no seu entender, o que "se vê", não o que "é necessário"(cfr. Rui Vieira Nery, *A Esquerda*....).

um expediente momentâneo para aliciar os canais privados ou de uma mudança na política cultural[981].

A Feira, neste panorama, pouco significado tem para o poder. Não passa de um símbolo de uma dada cultura, não tanto pelo que ela hoje representa, mas sobretudo pela imagem pública que ainda lhe está associada.

4.3.10. A Questão das Identidades Locais

A política cultural do Estado ao centrar-se na modernidade, pouco mais fez depois de 1983 do que afastar-se continuamente do que é singular. Tornou-se em sentido amplo em pura propaganda de uma imagem que visa projetar o país na cena internacional, desligando-se do comum dos cidadãos. O vazio instalado tem sido preenchido pela dinâmica cultural dos municípios, os quais lutam sobretudo depois de 1977 por afirmarem-se no plano nacional. Não é por acaso que são hoje os principais investidores na promoção cultural das populações. Para além da diversidade das políticas culturais que têm sido seguidas a nível local, as mesmas têm oscilado num compromisso entre a afirmação da modernidade e a promoção da cultura popular como expressão da sua individualidade.

Em Lisboa, Kruz Abecassis (1980-1989) foi dos que melhor encarnou esta política, ao conciliar uma vertente modernista com a recuperação de tradições e símbolos de um passado, onde não enjeitava mesmo a adopção de certos pressupostos da "Política do Espírito". Durante a sua gestão, se foram lançados empreendimentos como o CC das Amoreiras (1985) ou aprovados outros ainda mais gigantescos como o CC Colombo, foram igualmente relançadas as **marchas populares** e outras iniciativas de cunho popular**.** Jorge Sampaio (1990-1996) e João Soares (a partir de 1996) prosseguirão em grande parte esta orientação de compromisso, oscilando entre a modernidade **e o** revivalismo, cuja melhor expressão será o reinício dos **Casamentos de Santo António**.

[981] No plano teórico, Manuel Maria Carrilho até Março de 1999, insistiu continuamente em duas ideias fundamentais em termos de política cultural: a) a importância da gestão dos efeitos mediáticos (cfr. Entrevista ao *Expresso*, 97/4/5); b) O conteúdo de "Esquerda" da política que prosseguia, não tendo todavia, logrado esclarecer em que é que a mesma consistia. Mais recentemente, noutra entrevista dada ao jornal *O Independente (* 26/2/1999) foi mais sistemático. A política cultural devia assentar em três pressupostos básicos: Um: "O consumo foi integrado noutras formas, a sociedade é agora uma sociedade de informação". Informação ou Mercadoria tornaram-se faces da mesma moeda. Dois: "Já não estamos numa sociedade de massas- não porque tenha deixado de haver massificação, mas porque a matriz hoje é o individuo". A produção abandonou a ideia da produção em massa, para procurar agora atender públicos específicos, as necessidades individualizadas. A cultura deve orientar-se para consumidores específicos, não para massas indistintas. Três: "*Deixamos de estar numa sociedade de normas para estarmos numa sociedade claramente lúdica*". As culturas como mercadoria tornaram-se indistintas numa **sociedade de diversão**. A política cultural, torna-se assim numa mera produção de consumíveis, onde nunca poderemos saber onde está a verdade ou a mentira, a informação ou publicidade. Não só o ministro em questão não critica estas situações, mas recomenda-as!

4. 4. Ofertas Culturais Paralelas

A Feira quando surgiu não foi apenas mais uma oferta de diversão, mas representou sobretudo uma nova etapa nos divertimentos urbanos. Este é um aspeto central não apenas para a compreensão da sua articulação com a cidade, mas também para analisar o modo como se relacionou com as ofertas culturais paralelas.

A implantação da Feira, em Palhavã, refletia antes de mais, o deslocamento que as zonas de diversão estavam a sofrer, acompanhando a expansão da cidade e das suas camadas mais jovens. O fenómeno é internacional. Primeiro tivemos os centros de diversão situados nos centros das cidades, depois a sua expulsão para as suas periferias[982], até que nos nossos dias, não apenas se autonomizaram, mas acabaram por satelizar as próprias cidades, ao constituírem-se em verdadeiras "cidades de diversão"[983]. Paris tornou-se, por exemplo, na Europa, para milhões de pessoas, um mero local de pernoita ou de passagem para a visita à verdadeira cidade, o Eurodisney!

O espaço de diversão nas cidades desempenha funções nem sempre percetíveis, apesar de quotidianamente mostrarem a sua importância para o equilíbrio da maioria dos seus habitantes.

Para perceber esta questão, teremos que abordar, o problema mais vasto das necessidades sociais em populações com fortes vivências urbanas, mas também ter em conta fenómenos igualmente globais de enraizamento e desenraizamento.

4.4.1. Necessidades Sociais

[982] Lewis Monford (*A Cidade...p)* traça-nos um panorama desta evolução urbanística. Ao falar da espacialidade e funções da cidade antiga, adverte desde logo o leitor que no centro onde se situava o poder, onde são aplicadas mais rapidamente as inovações técnicas, situam-se também os locais de prazer, como o "teatro", os bordéis, etc. Entre as cidades que ilustram e sintetizam melhor o urbanismo helénico, é apontada Atenas. No seu centro, erguia-se a Acrópole. À sua volta, os inúmeros centros de diversão dos cidadãos, como os teatros, ginásios, etc. Numa rápida observação das cidades romanas, destaca-se desde logo o lugar central que aí tinham as arenas, teatros e banhos capazes de conter a maioria da sua população. O que revela claramente a importância atribuída a estes espaços de descompressão social.

[983] Para uma aproximação à problemática das atuais cidades de diversão, nomeadamente nos EUA, seguimos Umberto Eco, *Viagem....* sobre o conceito de satelização Jean Baudrillard, *Simulacros*...

A questão das necessidades sociais nas cidades, tem sido frequentemente reduzida apenas as funções constitutivas da cidade moderna. São as necessidades da própria cidade, enquanto um projeto urbano que são ponderadas e não as necessidades dos seus habitantes que são equacionadas.

Neste sentido, tem-se insistido na necessidade de desenvolver nos seus habitantes conceitos e práticas, como o "exercício de cidadania", "do cosmopolitismo" e da "democracia"[984]. Conceitos de matriz liberal que não devem também ser dissociados das ideias de *progresso* e *razão* que percorrem o pensamento ocidental desde o século XVIII[985]. A generalizada crise do processo de urbanização das sociedades modernas, frequentemente associada a fenómenos de desintegração social, veio nos nossos dias colocar em causa o primado destes imperativos como elementos definidores das necessidades sociais.

Alguns autores, têm vindo a desenvolver uma perspectiva mais ampla de necessidades sociais, tendo em conta as próprias dinâmicas e manifestações sociais resultantes do processo de urbanização massiva.

Victor Scardigli[986], por exemplo, interliga as necessidades sociais com o desenvolvimento urbano e económico. Parte do pressuposto que todos as necessidades do indivíduo são determinadas pela cultura em que está integrado. Nas sociedades primitivas, as necessidades eram sempre limitadas e delimitadas. As necessidades de alimentação ou de proteção do frio ou do calor faziam parte de um sistema simbólico, no qual o indivíduo reconhecia-as como coletivas e o grupo reconhecia-as como individuais de acordo com a posição de cada um no seio do grupo[987].

O que aconteceu com a industrialização e o consequente fenómeno de urbanização foi que este sistema simbólico e integrador foi destruído, libertando-se os desejos individuais que se tornaram objeto de uma crescente exploração mercantil. Em consequência deste processo, as necessidades tornam-se infinitas e ilimitadas. Victor Scardigli descreve então o nascimento de novas necessidades, as necessidades *de compensação* que através do consumo permitem no plano simbólico restabelecer o equilíbrio dos indivíduos nas sociedades cujos processos de urbanização destruíram todos os laços comunitários. Quanto maior for o processo de urbanização, maior a necessidade de investimentos em *necessidades de compensação*[988]. Neste sentido, consome-se hoje s*olidariedade*, *vida social*, ou até de *procura de raízes culturais* (despesas com a comunicação, de sociabilidade, de lazer em grupo, compra de residências secundárias, etc.)[989].

---

[984] José Maria Carvalho Ferreira, *Necessidades. ..*

[985] A cidade tornou-se o lugar da afirmação dos imperativos da técnica e da ciência, o espaço da sua materialização.

[986] Victor Scardigli, *La Consummation...*

[987] Victor Scardigli , *ob. cit*. p.42

[988] Dados estatísticos em diversos países mostram claramente que, independentemente do regime político, quanto maior for o seu processo de urbanização e industrialização, menor é a percentagem do rendimento familiar empregue na alimentação e no vestuário, aumentando por sua vez a fatia nos investimentos em consumos que satisfazem necessidades de compensação

[989]Victor Scardigli, *ob. cit*, p. 63

4.4.2.Dispositivos de Enraizamento

Acompanhando o próprio processo de urbanização e industrialização, a vida das cidades tem sido percorrida por duas tendências opostas, a que chamaremos, por comodidade, de dispositivos de enraizamento[990] e de desenraizamento**.**

Os dispositivos de enraizamento tendem a reforçar nas cidades o sentido de coletividade, pertença a um grupo, a um território comum, permitindo deste modo a afirmação da coesão social e a manutenção das identidades coletivas.

-As **práticas de sociabilidade festiva** desempenham uma função indiscutível, na medida que permitem a manifestação de pertença a um grupo, através de manifestações de "estar junto".

- A vivência coletiva dos **espaços públicos**, como praças, largos, adros, feiras e outros espaços comuns desde a antiguidade clássica que são apontados como elementos estruturantes da própria cidade[991]. É neles onde se definem e tornam visíveis os papéis dos atores sociais.

- A **mediação da discussão pública** através da imprensa e atualmente através de outros órgãos de comunicação de massas, não deixa igualmente de reforçar os mesmos valores de enraizamento numa dada identidade coletiva.

Os dispositivos de desenraizamento são inerentes aos fenómenos sociais modernos[992], que resultam em processos de afirmação do individuo, da liberdade e direitos do homem[993], multiplicidade de valores culturais, mediação comunicacional, mas também de fenómenos sociais de isolamento e de anomia, rompendo-se os laços sociais e a coesão social.

- Os espaços públicos tendem a ficar sujeitos a uma espécie de funcionalização que enfraquece a vivência coletiva. Os cafés desaparecem. As feiras especializaram-se perdendo a sua dimensão convivial. As praças e ruas das cidades transformam-se em lugares de passagem percorridas por multidões solitárias, a pé ou ao volante de automóveis.

- As manifestações festivas de vivência coletiva tendem a encerrarem-se em espaços coletivos de acesso restrito. Neste sentido, assistimos à pulverização dos espaços públicos que se organizam a partir de unidades relativamente independentes-, percorridas por uma vida coletiva de visibilidade reduzida.

- A discussão coletiva ao passar a ser mediada pela comunicação de massas, tornou a própria discussão pública num simulacro.

---

[990] Seguimos, por comodidade, a tipificação de Filomena Silvano e João Neves, *Enraizamento.*.

[991] Entre os autores que se debruçaram sobre a problemática, consultamos em especial: Aristóteles, *Tratado da Política*; Habermas, Jurgen, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Biblioteca Tempo Universitário 76. Edições Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro.1984; José A. Bragança Miranda, *Espaço público, política e mediação*", in, revista de *Comunicação e Linguagens- Comunicação e Politica*, 21-22. dez. 1995; Wolton, Dominique, *as Contradições do Espaço Público Mediatizado*, in, revista de *Comunicação e Linguagens- Comunicação e Política*, 21-22. Dez. 1995; Gaspar,Jorge, *Do Pelourinho ao Centro Comercial*, in, revista "*Povos Culturas"- A Cidade em Portugal*. Universidade Católica Portuguesa, Lisboa. Nº. 2. 1987. ; Claval, Paul, *Espaço e Poder*. Zahar Editores. Rio de janeiro. 1979;

[992] Cfr.P. Bourdieu, P. *Le Sens Pratique*. Minuit. Paris. 1980; A. Tourainne, *Production de la Societé*. Seuil. Paris. 1973

[993] CFr. G. Lipovestsky, *O Império...*; idem, *A Era do...*; G. Scacarpatta, *O Elogio...*

A evolução urbana da cidade de Lisboa, vista à luz das perspectivas de abordagem que acima enunciamos, revela-nos algumas pistas para analisarmos o próprio fenómeno da Feira no seu contexto urbano.

Quando a feira abriu em **1943**, havia cinco anos que estava em marcha um projeto delineado por Duarte Pacheco de transformar Lisboa na Capital do Império[994]. Apesar de todas as mudanças, a cidade era ainda fortemente marcada pela ruralidade, estando apenas um terço da sua área urbanizada.

Os dispositivos de enraizamento estavam ainda muito vivos na maioria dos bairros onde continuavam a residir a maior parte da população. Os laços familiares com os meios rurais eram outras das componentes omnipresentes.

O projeto de Duarte Pacheco assumiu clara intenção desagregadora destes dispositivos de enraizamento[995], retomando de certa forma, a obra iniciada no final do século XIX, por Ressano Garcia[996], embora com uma estética diversa. O crescimento urbano que desde 1890 se havia feito em direção aos planaltos[997], acentuou-se na década de trinta produzindo profundas clivagens pela cidade, nomeadamente entre os centros de trabalho e os de residência, situando-se estes sempre mais longe do centro da cidade.

A melhoria das acessibilidades em relação à periferia, acabou por contribuir para a criação na periferia de dormitórios clandestinos, a destruição da paisagem e ecossistemas, formando assim os gérmenes de um verdadeiro caos urbanístico que hoje envolve Lisboa[998].

Neste espaço urbano, onde os fenómenos de desenraizamento se acentuam, começam a rarear os espaços públicos de convívio. A progressiva especialização dos locais de convivialidade e diversão, incentiva também a transformação dos espaços públicos em espaços coletivos para exploração privada.

Os divertimentos prosseguem o seu deslocamento do centro da cidade para as suas zonas periféricas. Do Chiado-Rossio-Restauradores, passara-se nos anos vinte para a Avenida, subindo no princípio dos anos quarenta para as Avenidas Novas. Nesta altura, os teatros e os cinemas instalam-se já no Arco do Cego (Avenidas Novas). Nos **anos cinquenta**, os teatros e cinemas acompanham as áreas recentemente urbanizadas da Avenida de Roma, Alvalade e Restelo.

---

[994] O plano urbanístico que visava transformar Lisboa numa verdadeira "Capital do Império", ficou a dever-se a Duarte Pacheco (presidente da CML de 30/1/1937 a 15/11/1943) e a Eduardo Rodrigues de Carvalho (Presidente substituto e depois presidente de 25/5/1938 a 5/3/1944). No entanto, como já referimos, pelo menos desde 1935 que a questão aparecia com regularidade na imprensa da época.

Este projecto em grande escala, assentava num rígido plano de ordenamento urbano, cujos pontos essencias se baseavam num acentuado controlo fundiário do uso do solo, uma diferenciação socio-urbanística das várias áreas da cidade e criação de grandes obras e eixos de circulação que ordenavam o tecido urbano. Durante cinco anos foram desenvolvidas um conjunto de obras que começaram a apagar a velha imagem da Lisboa bairrista que António Ferro apregoava no SNI. Sobre o assunto consultar, em especial: Vitor Matins Ferreira, *A Cidade de Lisboa- De Capital..; idem, A Cidade de Lisboa. 1950-1980...*;

[995] As demolições empreendidas nesta fase, como as do Martins Moniz, Costa do Castelo e outras, destruiram de forma irreparável ancestrais comunidades urbanas locais

[996]Cfr. *Lisboa de Frederico...* Não foi por caso que este engenheiro camarário, durante 35 anos, nesta época tenha sido particularmente relembrado. Ao mesmo se ficou a dever não apenas a Avenida da Liberdade, Parque Eduardo VII, Avenidas Novas, Almirante Reis, os Bairros de Camões, Campo de Ourique e dos Barbadinhos, a continuação das obras do aterro, etc. Mas o mais importante: uma visão global e integrada da expansão e remodelação urbanística da cidade.

[997] Raquel Soeiro de Brito, *Lisboa- Esboço Geográfico*.... p. 44 e segs.

[998] Teresa Barata Salgueiro, *Estudo do Mercado...* 2º. Tomo. p. 112 e segs.

4.4.3. Práticas Tradicionais

Enquanto a Feira foi realizada em Palhavã, as ofertas culturais dos lisboetas aparentemente pouco mudaram. No entanto, como veremos, foi neste período que tudo aquilo que simbolizava no imaginário oficial a "tradição", começou a ser abandonado, impondo-se outras práticas e ofertas culturais pautadas por valores internacionais. O processo não foi uniforme, nem sequer gradual, pelo contrário, avançou de forma descontínua por áreas e grupos sociais específicos. A lentidão do processo de modernização da sociedade portuguesa acabou por gerar uma permanente sensação de uma cidade onde coexistiam níveis de desenvolvimento e atmosferas culturais muito diversificadas[999].

Entre as atividades mais populares dos lisboetas, aquelas que arrastavam verdadeiras multidões, continuavam a estar as relacionadas com o ciclo anual das festividades[1000], ligadas a tradições rurais e urbanas ancestrais[1001], ainda muito vivas no quotidiano dos lisboetas, como passagem do ano, o **entrudo**[1002], Páscoa, Festas Populares de Junho[**1003**], São Martinho e Natal, para além de outras manifestações

[999] É nesta fase que o controlo das actividades culturais obteve aparentemente a sua maior eficácia burocrática, para o que terá contribuíido, certamente, a sua centralização no SNI (1944). As suas consequências justamente revelam-se, por exemplo, na manutenção das práticas tradicionais (ainda hegemónicas) e na introdução muito gradual das novas práticas culturais. Neste controlo das inovações, desempenhou um papel essencial, a Inspecção- Geral dos Espectáculos (criada em 1927, embora a sua origem remonte a 1834, quando foi criada a Inspecção-Geral dos Teatros, por proposta de Alameda Garrett).

[1000] Sobre este assunto, consultar as seguintes obras: Ernesto Veiga de Oliveira, *Festividades Cíclicas...*; Luis Chaves, *Lisboa nas Auras do Povo...*

[1001] O grande enraizamento rural citadino manifestava-se de forma muito evidente em certas alturas do ano, quando os seus habitantes reiteravam as suas ligações às comunidades rurais. O Natal, a Páscoa e as festas do verão eram, para muitos, passadas " na terra". Sobre o assunto, consultar, Filomena Silvano e João Neves, *Enraizamento* e ... p.122.

[1002] O Entrudo foi as festividades cíclicas que maior normalização sofreu neste período, particamente desaperecendo das ruas de Lisboa, para se confinar a espaços reservados. Os grandes cortejos carnavalescos, como os de Loulé (d. 1906), Torres Vedras (d.1921) ou Ovar (d.1952) foram perdendo o seu carácter irreverente, à medida que se iam transformando em cartazes turisticos das respectivas localidades. O Carnaval do Estoril representou a última etapa desta normalização, assumidamente artificial para "turista ver".

Uma das expressões culturais que melhor ilustra este ciclo são as cegadas. Estes longas histórias que os fadistas cantavam, iniciavam-se no entrudo, prolongando-se depois por quase todo o ano em espectáculos populares. Estas manifestações foram proibidas nos anos 50. (Cfr. Xavier de Magalhães. *O Carnaval dos Meus Tempos de Rapaz*, in, revista *Autores*, nº49. Jan/Fv. 1970).

[1003] Nas festas de Junho, que em todo o país são organizadas sobretudo em honra de S. João, em Lisboa, nos dois últimos dois séculos sobrelevam na importância dedicada a Santo António (13 de Junho), atingindo neste aspecto uma dimensão e continuidade incomparável. Tal facto, alargou o próprio calendário das festividades a todo o mês de Junho, envolvendo toiradas, bailaricos, etc.

Para uma análise histórica, antropológica e etnográfica sobre estas festividades em Lisboa, nomedamente no comportamento dos lisboetas e constituição da identidade dos diversos bairros populares e da própria cidade, entre a vasta bibliografia, consultar, por exemplo: Graça Ìndia Cordeiro, *Um Bairro...*; António Firmino da Costa e Ruben de Carvalho, *A Festa...*As marchas, após a intervenção do Estado Novo, passam a ser também um momento de afirmação e definição da identidades dos respectivos bairros participantes.

igualmente cíclicas como as **romarias**[1004] e as **feiras**[1005]. Entre o Entrudo e os fins do Verão, eram inúmeros motivos que levam o lisboeta a sair de casa e os locais apropriados pela população para organização de festividades.

Entre os espaços de convívio então muito populares, contavam-se obviamente, as **tabernas**, as **tascas**, os **cafés** e as **leitarias**[1006], cuja profusão era de facto impressionante. A renovação e a abertura destes espaços continuava a ser uma constante.

Os espaços de boémia, como os **bordéis**[1007] e os **clubes privados**[1008], desde 1926 que vinham sofrendo um lento processo de ocultação, procurando o Estado, deslocá-los para fora da cidade. Os locais onde se cantava o **Fado** constituíram um caso paradigmático dos processos de controlo e integração de práticas consideradas pela moral vigente de dissolutas. Desde os anos vinte, foi desaparecendo das ruas, mas também das tabernas, casas de pasto e feiras, assim como das coletividades de bairro, para se confinar primeiro aos **cafés e** depois às **casas de fado** e aos **restaurantes típicos**[1009], numa lógica normalizadora e mercantil implacável[1010], terminando elevado á

[1004] Nos anos quarenta e princípio da década de 50, Lisboa tinha ainda um notável número de romarias, que todos os anos originavam impressionantes concentrações populares, como a Procissão de Nª. Sª. da Saúde (Mouraria), Procissão do Senhor dos Passos na Graça (S.,22/3/1943), a Procissão do Senhor dos Passos do Desterro (S., 29/3/1943), Procissão do Enterro da Igreja de S. Domingos (S., 28/4/1943), etc.

[1005] Nos anos quarenta e cinquenta, para além da Feira Popular de Lisboa, na cidade e nos seus arredores continuavam muito concorridas as Feira da Ladra, Feira da Luz, Feira das Merçês, Feira da Malveira, etc.

[1006] Para uma análise histórica dos cafés em Lisboa, consultar: Pinto de Carvalho (Tinop), *Lisboa de Outros Tempos*. II Volume. *Os Cafés* (1ª.Edição, 1899). Fenda Edições. Lisbo. 1991; *Lisboa em Movimento*, edições de Lisboa Capital Europeia da Cultura 94. Lisboa. 1994.; José Augusto França. *Os Anos 20.;* Norberto Araújo, *Peregrinações por Lisboa;*João Paulo Freire(Mário), *Lisboa do Meu Tempo e do Passado*. Parceria António Maria Pereira. Lisboa. 1930. Capítulo XXI e seguintes.

[1007] Em 1949 é publicado um decreto proibindo novas matrículas de prostitutas e a abertura de novas casas de passe, mas só em 1962 é proibida a sua existência.

[1008] As classes de maiores rendimentos que possuiam desde o século XIX luxuosos locais de convivio na capital, lentamente estes vão desaparecendo, para se confinarem aos arredores. Entre esses espaços, destacavam-se os seguintes:

- **Maxim`s,** no Palácio Foz. Então um verdadeiro local de diversão. Para além de um resturante de inspiração maçónica, denominado "Abadia", esteve nele instalado o "Central Cinema", o "Teatro Salão Foz", salões de bailes, etc. Apenas em 1947 foi adquirido pelo SNI.

- **Hotel Palace**, nos Restauradores

- **Casino Lisbonense**. Originário do célebre "Café Concerto"aberto em 1857 (Cfr. Pinto de Carvalho, *ob. cit* Vol..II.p.255), só mais tarde tomou este nome. Fechado em 1876, reabriu em 1919, transformado em 1920 no **Magestic.** Nos anos 30, no local foi, instalada a Casa do Alentejo, inicialmente um típico clube de grandes proprietários terratenentes (?).

- **Restaurante Tavares**, que remontava a um velho botequim de 1784, remodelado em 1861, é de novo amplamente remodelado em 1923. Durante a guerra atravessou uma das suas piores fases, indo mesmo a leilão, só recuperando o seu prestígio no final dos anos cinquenta.

- **Hotel Avis**, inaugurado em 1932 era o mais luxuoso hotel da cidade. Era uma referência incontornável no seu imaginário. Foi aqui que a Rainha D. Amélia, no seu regresso do exílio (a 17 de Maio de 1945) se hospedeu e os monárquicos lhe prestaram a primeira grande homegem pública(17 de Junho do mesmo ano). Mas também, em 1942, passou a residir Calouste Gulbenkian. Foi destruído em 1962.

- **Grémio Literário**, fundado em 1846, entre outros por Almeida Garrett, era um dos locais míticos da capital.

- **Clube Lisbonnense**, vulgarmente denominado "Clube do Carmo" foi o primeiro que se criou após o advento da regime liberal em 1835.

[1009] Entre as casas de fado e restaurantes típicos deste período, destacam-se a **Severa**, o **Solar da Alegria** e o **Café Luso**. Este último fundado em 1927, na Av.da Liberdade nº131-37, mudou-se em 1935, para o Bairro Alto, instalando-se na Travessa da Queimada. Encerrado em 1965, reabriu em Junho de 1970. Foi

categoria simbólica de "canção nacional",[1011] perdendo desta forma toda a sua carga "marginal".

Por toda a cidade, continuavam a pulular ainda um enorme número de **casas regionalistas, coletividades de educação, recreio e desporto, bombeiros voluntários** e outras associações assentes no voluntariado**.** O seu estatuto era desigual, dado que refletiam entre si, numa forma ostensiva, o estatuto social dos seus dirigentes. Esta hierarquização era reproduzida internamente, por exemplo, na diversidade de estatutos dos seus membros. A admissão a uma ou outra associação era vivida como um acto de **reconhecimento social**, daí os complexos rituais que envolviam a admissão dos novos membros[1012]. Funcionando como centros de reunião, era nelas que os homens à noite se distraiam, conversavam e jogavam. No carnaval, no verão e em outras ocasiões aí se realizavam bailes, e outras manifestações culturais[1013], frequentadas pelas famílias dos sócios ou por convidados, onde a juventude tinha não apenas a possibilidade de confraternizar, mas também de viver os seus primeiros idílios sob a proteção familiar. A receção de um amigo ou familiar de estatuto idêntico, passava invariavelmente por uma visita à Associação. Esta transformava-se assim no prolongamento natural da própria casa. Desempenhava por isso mesmo, uma função essencial no reforço dos sentimentos de pertença dos habitantes a cada bairro, ou às suas regiões de origem, mas também como intermediária entre o poder e as populações[1014].

O carácter de massa[1015] dos espetáculos de **cinema**[1016], **teatro** (em especial da **revista**), **circo, tauromaquia**[1017] ou dos espetáculos de **variedades, não** os desinseria

---

durantes os anos 30 e 40, o local mais famoso da boémia fadista lisboeta, Amália Rodrigues, Alfredo Marceneiro e tantos outros nomes conhecidos do fado, actuavam com regularidade nesta casa.

[1010] Para uma análise deste processo consultar, *Fado - Vozes...*

[1011] Numa forma planeada procura-se então internacionalizar o Fado, primeiro através de Ercília e depois com Amália Rodrigues que atinge uma verdadeira projecção internacional

[1012] João Batista P. Neto, *A Evolução*..p.831

[1013] A grande maioria destas colectividades tinham bandas de música, grupos de teatro amador, bibliotecas, organizavam bailes, espectáculos de variedades, fados, etc

[1014] É precisamente esta posição de intermediárias entre os cidadãos e o poder que lhes permite serem também um espaço potenciamente inovador ao nível local.

[1015]

Espectáculos Públicos
Cinema, Teatro, Circo, Tauromaquia, Variedades

Unidade: em milhares para espectadores

Ano	Cinema		Teatro		Circo		Tauromaquia		Variedades		Espectáculos Publicitários	
	Nº. Salas	Espectadores	Nº Salas	Espectadores	Nº. Salas	Espectadores	Nº. Praças	Espectadores	Nº Salas	Espectadores	Nº. Salas	Espectadores
1940					-	-	-	-	-		-	-
1941	300	11.668	64	1.116	-	-	-	-	-	-	-	-
1942	271	16.047	88	1.652	-	-	-	-	-	-	-	-
1943	346	17.973	116	1.709	-	-	-	-	-	-	-	-
1944	358	19.928	141	2.058	12	373	24	224	-	-	-	-
1945	354	20.437	128	1.800	9	333	27	298	-	-	-	-
1946	361	17.737	137	2.038	5	377	35	355	-	-	-	-
1947	403	20.870	153	1.786	2	220	33	347	-	-	-	-
1948	412	20.668	145	1.754	4	382	34	410	-	-	-	-
1949	431	19.908	130	1.144	3	191	29	308	-	-	-	-
1950	448	20.567	136	1.550	4	340	34	375	-	-	-	-
1951	427	20.942	138	1.601	3	288	31	287	-	-	-	-
1952	425	22.977	131	1.333	3	366	35	361		-		
1953	444	22.100	128	1.283	3	304	34	325		214	63	131
1954	436	24.062	108	1.268	10	228	33	334	100	200	44	81
1955	435	25.850	100	1.418	4	340	32	309	134	274	45	44
1956												

destas manifestações de reconhecimento social. Pelo contrário a organização interna dos locais onde os mesmos ocorriam evidenciavam esta estratificação social: em todas eles havia sempre um "1º. balcão", ocupado em regra pelas elites locais de forma a distinguirem-se, pela sua maior elevação, dos lugares destinados às classes populares, cujos preços eram naturalmente mais modestos. O **futebol** e outros desportos populares, como o **hóquei**[1018], o "Boxe" ou a "Luta Livre" eram vividos como grandes manifestação de afirmação identitária de bairros ou da própria cidade, contribuindo igualmente para os dispositivos de enraizamento das populações.

4.4.4. Novas Práticas

No anos quarenta, o forte crescimento urbano e a melhoria das acessibilidades, transporte públicos e particulares[**1019**], apesar de ter contribuído para acentuar os dispositivos de desenraizamento, revelava-se um processo bastante descontínuo. Este

1957	444	27.883										
1958	436	26.456	112	1.493			29	324				

Fonte: INE -Estatisticas da Educação/ Anuário de Estatisticas

É interessante constar o forte crescimento que o cinema conheceu durante a guerra, fenómeno que apenas tem paralelo no teatro, embora aqui circunscrito a anos bem precisos (1943-1947).

[1016] O Cinema foi alvo de uma atenção especial por parte do Ministério do Interior (até 1944) e do SPN/SNI posteriormente. Ambos procuraram impor uma vasto mecanismo de controlo sobre estas prática então muito populares. Em 1943 o números de espectadores atingia os 17,973 milhões, duas vezes superior aos valores registados pelo INE na primeira metade dos anos 90!

Estes mecanismos de controlo passavam, por exemplo, pela hierarquização das salas de cinema em função das condições técnicas e de segurança dos recintos que reuniam para exibirem os filmes. Apenas algumas salas podiam exibir filmes de estreia, outras só filmes de reprise, etc.Este mecanismo de triagem permitia seleccionar as salas que deveriam ser objecto de uma atenção atenta por parte do Estado. As grandes salas onde ocorriam as estreias eram as que se encontravam nesta posição. Nestas, a Inspecção -Geral dos Espectáculos (IGE) não parava de promulgar novas exigências técnicas ou de segurança. Se necessário fosse, por um pretexto qualquer de segurança ou técnico, a sala podia ser facilmente encerrada. O novo enquadramento legal, promulgado em 1949, ampliou de forma descricionária as possibilidades de intervenção da IGE.

A Classificação e Autorização para a exibição dos filmes, estava também a cargo da IGE. Nenhum espectáculo cinematográfico podia ser realizado sem que todas as formalidades legais fossem cumpridas e verificadas.

Por último, a diminuta produção nacional de documentários ou de longas metragens, não deixou também de serem ajustada de forma a reflectir nos seus conteúdos o ideário do regime.

[1017] Estas corridas ainda muito populares, alguns artistas, como toureiros, cavaleiros e forcados adquiriram pela primera vez uma projecção internacional, como Diamantino Viseu e Manuel dos Santos (toureiros), Salvação Barreto (forcado).

[1018] Entre os desportos que atingiram grande popularidade, sobressai naturalmente o futebol, o ciclismo, o hoquei, mas também, o boxe e a luta livre, mais pontualmente, a ginástica e a natação

[1019] A expansão do parque automóvel e dos transportes públicos foi um dos principais factores de desnvolvimento do turismo interno. Não é por acaso que tenha sido o jornalista e ferroviário Leonildo de Mendonça e Costa, o editor do primeiro guia turístico português- *Manual do Viajante em Portugal* (1907). Dois anos antes, fora editada a primeira Carta Itinerária de Portugal para automoblilistas, pela Colonial Oil Company (antecessora da Mobil). A difusão dos grupos excursionistas e almoçaristas, depois dos anos vinte, tem por base esta expansão dos próprios transportes. Paulo Pina, *Portugal...*

facto não pode ser separado das características da própria área urbana da cidade. Em primeiro lugar, continuavam a subsistir, na mesma várias zonas com culturas identitárias muito fortes. Em segundo lugar, a interpenetração com o campo era não apenas uma evidência facilmente observável, mas também, a ser reforçada pela origem rural de boa parte da sua população.

As saídas para fora da cidade não actuavam necessariamente como fenómenos de desenraizamento, mas prolongavam uma tradição. Quando começava o Estio, os lisboetas continuaram a fugir da cidade para "fora de portas", como o faziam há séculos os seus "avós". Os passeios às **hortas** e as paragens nos **retiros**[1020], sobretudo para as camadas populares continuam a manter o seu fascínio. Contudo, processou-se um aumento real do número de **casas de veraneio** construídas pelos grupos sociais que haviam beneficiado da guerra, nos arredores de Lisboa.

Embora ainda de forma muito circunscrita, mas já sintonizados com tendências internacionais difundem-se outras práticas mais permeáveis aos efeitos da modernidade, como os banhos de **praia**[1021] e o **campismo**[1022]. O **hábito de viajar** pelo país, acompanhando o desenvolvimento da rede de transportes e o rendimento das famílias expande-se muito lentamente[1023]. As viagens ao estrangeiro são ainda um luxo de uma pequena minoria da população, ainda sem grande expressão social.

Afim de não contaminar as populações urbanas, o regime acentua a tendência de deslocamento de importantes polos de diversão cosmopolita da cidade para os seus arredores. O processo consolida-se com o crescente afluxo de **turistas** e de refugiados[1024] durante a Guerra Civil Espanhola e na II Guerra Mundial, sobretudo em

---

[1020] As hortas, nos anos 40, continuavam a suscitar os encantos dos liboetas de forma similar à que encantava pelos fins do século XIX. A melhoria dos meios de transporte veio facilitar todavia os percursos mais longínquos. Continuava-se no essencial a ir às horta para passear, "petiscar" ou "merendar" em tascas ou no campo, a pretexto de tudo e de nada, pelo "simples desejo e necessidade (...) de ir espairecer mágoas".Rodrigo Velloso, *Aspectos de ...p*. 113.

[1021] O primeiro roteiro turistico das praias de Portugal foi editado em 1876 (Cfr. Ramalho Ortigão, *As Praias...*). No final do século XIX, os banhos de mar em Lisboa, exclusivamente por receita médica, estavam ainda confinados à zona de Santos (Raquel Soeiro de Brito, *Lisboa-Esboço..* p.42). Nos anos quarenta, as praias mais populares dos lisboetas, para além de Algés e Pedrouços era já a Cova do Vapor (junto à Trafaria). O Estoril era para a elites sociais. Nos anos cinquenta, merçê da expansão dos meios de transporte, é descoberta a Costa da Caparica.

[1022] As organizações de campistas tem nos anos quarenta um grande desenvolvimento em Portugal. Para além do incremento dos acampamentos do Corpo Nacional de Escutas (f.1923)ligado à Igreja, ou mesmo da Mocidade Portuguesa (f.1936), é de destacar a criação do Clube Nacional de Campismo (1942) e da Federação Portuguesa de Campismo (1945). O primeiro parque de campismo público foi inaugurado em Caravelos, no ano de 1949 (cfr. D.L., 26/6/1949).

[1023] Viajar era então, para a maioria dos lisboetas, provavelmente uma prática de reforço do espírito comunitário. Os grupos excursionistas e almoçaristas, iniciados nos anos 20, ilustravam esta tendência. As estadias em termas balneares ou as viagens "à terra" estavam embuidas destas ligações comunitárias.

[1024] A primeira vaga de refugiados ou de exilados, ocorreu logo após a implantação da Republica em Espanha (1931), crescendo com o início da Guerra Civil (1936). Vêm então para Lisboa e seus arredores, uma grande quantidade de figuras públicas espanholas, como: **Sanjurjo (** O general sedicioso que deveria comandar, em 1936, o movimento contra a República, e que veio a morrer na Quinta da Marinha, junto a Cascais, quando o avião que o conduzia se despenhou); **Gil Robles** (o antigo chefe do governo); **D. Juan**, infante, pretendente ao trono (desde 1946); **Ortega Y Gasset** (desde 1936 ?);

Desde 1936, regista-se nos jornais da época a vinda de judeus fugidos às perseguições na Alemaha.

Enquanto durou a 2ª Guerra Mundial, Lisboa tornou-se ponto de escala obrigatória para muitas das viagens transatlânticas. "Durante alguns anos, tipos fisionómicos relativamente estranhos, com costumes e maneiras de ser estravagantes em relação às da pacata cidade com proposições mais estravagantes ainda para as mentalidades do Lisboeta, erraram de rua em rua, entretinham o tempo livre

Sintra, e em toda a **zona da linha**, com destaque para Oeiras, Parede, **Estoril**[1025] e Cascais. A residência forçada de algumas casas reais em Portugal, acabou por conferir até aos anos 60, uma dimensão cosmopolita a esta região do país.

Acompanhando esta afirmação cosmopolita, muitos eventos para as elites sociais têm então um notável incremento; Ocorrem importantes obras em salas de espetáculos como o S. Carlos (1940) ou o D. Maria II (1943), mas também em museus, como o Museu Nacional de Arte Antiga e o Museu Nacional de Arte Contemporânea. Malgrado as carências do meio, a **música erudita** abriu-se em relação ao exterior. O mesmo se poderia dizer em relação à dança clássica. Apesar da ausência de dados estatísticos, nos anos quarenta, muitos testemunhos dão-nos conta do aumento deste tipo de espetáculos. A frequência dos **museus** e das **bibliotecas** conheceu também uma gradual expansão, sendo no entanto práticas culturais que a maioria da população estava arredada[1026]. O

---

em cafés e esplanadas, que se enchiam literalmente e onde, pela primeira vez, se, via com espanto, o elemento feminino numeroso e independente" (cfr. Raquel Soeiro de Brito, *Lisboa- esboço*..., pag.50). A questão não passa despercebida. António Sérgio, por exemplo, logo em 1940, procurou determinar os seus prováveis impactos nos padrões tradicionais masculinos (Cfr. António Sérgio, "O Portuguesismo Valente perante a Mulher Estrangeira", in, *Vida Mundial*, 28/12/1940). Para um olhar de Lisboa nesta época, a partir do lado dos refugiados, consultar, por exemplo, "*Uma Noite em Lisboa*", de Erich Maria Remarque.

Durante esta Guerra, passam por Lisboa, por exemplo, para além de milhares de refugiados anónimos, inúmeros outros de projecção internacional, como escritores, artistas, cineastas, políticos, cientistas, como Jean Renoir, Graham Greene, Stefan Zweig, Mircea Eliade, Edward G. Robinson, Saint-Exupéry, Ian Fleming, Indira Nerhu (Gandhi), John Keynes, Max Oppnheimer. Aqui fixaram residência também várias famílias reais europeias, para além dos **Condes de Barcelona** (Casa Real da Espanha**,** em Cascais), os **Condes de Paris** (Ranholas-Sintra, Cfr. *Flama* 22/4/1949), o **rei Humberto de Itália**, o **rei Carol da Roménia** (aqui faleceu em 1953), os Habsburgo, os Duques da Hungria, e mais esporadicamente os Duques de Windsor, etc., o que contribuiu para estimular a criação de um verdadeiro ambiente cosmopolita no triângulo, Estoril, Cascais e Sintra.

[1025] Se **Cascais** foi durante a segunda metade do século XIX e princípios deste, a grande estância de férias da Monarquia, o **Estoril** tornou-se o símbolo da estância balnear do **Estado Novo**. Tudo começou em 1914, quando Fausto Figueiredo tornou-o público a intenção de construir uma instância balnear de dimensão internacional. Até final dos anos quarenta, sucedem-se os empreendimentos de vulto: as termas (1918), a primeira linha eletrificada do país (1927), Hotel Palácio (1930), Casino do Estoril (1931), a marginal e o primeiro autoestrada (1940), mas que não passa do Estádio Nacional (1943), etc. Nos anos 50, ficaram célebres os carnavais do Estoril, com investimentos de vulto. Em 1959, no "I Carnaval Internacional do Estoril", Salvador Dali concebe a maquete de um carro com uma girafa articulada. O rei do corso foi Maurice Chevalier (cfr. Flama, 13/2/1959).

[1026]

Museus, Bibliotecas, Concertos e Espectáculos de Bailado
Frequências

Ano	Museus		Bibliotecas		Concertos		Bailados		Concertos/Bailado	
	Nº.	Visitantes	Nº.	Leitores	Nº. Salas	Espectadores	Nº. Salas	Espectadores	Nº. Salas	Espectadores
1940					-	-	-	-	-	-
1941	50	184.434		377.840	-	-	-	-	-	
1942		233.784			-	-	-	-	-	-
1943		248.128			-	-	-	-	-	-
1944	56	226.707		410.014	-	-	-	-	-	-
1945		265.845			-	-	-	-	-	-
1946		295.169		509.414	-	-	-	-	-	-
1947		312.243		626.902	-	-	-	-	-	-
1948		467.578			-	-	-	-	-	-
1949	82	446.450		823.634	-	-	-	-	-	-
1950	88	442.098	162	816.868	-	-	-	-	-	-
1951	82	520.914	143	751.235	-	-	-	-	-	-
1952	83	545.678		915.147	-	-	-	-	-	-

número de **publicações periódicas** continuava a ser bastante elevado. Em 1943, por exemplo, ascendiam 497, sendo 31 jornais diários e 165 semanários. Em 1958, o seu número reduzia-se para 474, sendo 20 os jornais e 171 os semanários.

Os novos espaços de diversão que começam a surgir pela cidade, denotam de forma crescente a influência dos modelos americanos[1027]. Durante a guerra bares-restaurantes como o "York Bar", "Negresco"[1028], "Arcádia"[1029], "Dancing Miami", ou os "Dancigs-Bares" como o Nina, o Galgo, O Cristal, o Concha e o Olímpia Club, por vezes com orquestras privativas, conferiam a certos lugares uma atmosfera de festa soturna em plena guerra. Finda a mesma o ambiente pouco se alterou, mas o número destes locais aumentou de forma exponencial ao longo da década de cinquenta.

As **práticas culturais domésticas** mostravam-se ainda muito incipientes, devido sobretudo ao baixo poder de compra da população. Entre os novos media, destacava-se a **rádio**, que constituía então a principal diversão[1030]. A difusão dos **discos** é muito lenta, devido não apenas à sua raridade, mas também ao preço. A partir de 1946 deu-se um salto importante com a instalação da primeira fábrica de cópias[1031].

Graças à expansão das novas técnicas de artes gráficas a maioria dos periódicos banaliza o uso de imagens[1032]. Esta densificação era particularmente evidente nas

1953	87	557.382	153	771.533	2	29.000	22	131.000	-	-
1954	86	675.483	156	923.373	1	16.000	28	101.010	-	-
1955	73	695.682	530	1.048.469	2	13.000	29	77.000	-	-
1956									-	-
1957	69	701.727	507	995.016					-	-
1958			563	1.157.098					22	37.000

Fonte: INE: Anuário de Estatísticas / Estatísticas da Educação

Uma observação mais atenta nomeadamente da frequência dos museus revela alguns dados interessantes. Assim por exemplo, em 1941, o museu que maior número de visitantes registou foi o Museu Militar, seguindo-se o Museu Marítimo (Estação Zoológica Marítima Dr. Augusto Nobre no Porto) e o Museu Aquário Vasco da Gama. Apenas nos anos cinquenta, para além destes, ascendem ao topo em termos de visitantes o insuperável Museu dos Coches e o Museu Nacional de Arte Antiga, fenómeno a que não foi certamente alheio o aumento do turismo.

[1027]O espaço mais emblemático desta vaga americana foi talvez o Hot Club (1950), que principiou em volta de um programa de rádio com o mesmo nome
(1945).

[1028] O Negresco inaugurado em 1942, situava-se na Rua do Jardim do Regedor.

[1029] O Arcádia abriu em 1944 e era também um dancing

[1030] Nos anos quarenta e cinquenta, as emissoras de rádio não amadoras circunscrevia-se em Lisboa à Emissora Nacional (f.1935?), Clube Radiofónico de Portugal, Rádio Peninsular, Rádio Graça, Rádio Renascença. A Rádio São Mamede foi encerrada em 1949, por ter feito propaganda a favor de Norton de Matos. Durante a Guerra, as grandes potências beligerantes tinham programas de rádio em língua portuguesa, em onda curta, com nomes significativos: "A Alemanha Fala!"; "A Voz de Londes:BBC Fala e o Mundo Acredita."; Escutai Roma!", "Aqui América-Voz da América em Marcha"(cfr. S., 31/1/1943). Depois da mesma, apenas as vencedoras prosseguiram com as suas emissões.

O número de aparelhos de TSF registados no país revelou um contínuo crescimento, acompanhado quase sempre a expansão da própria energia elétrica até finais dos anos cinquenta, altura que se começaram a difundir os rádios a "pilhas". Em 1943 estavam registados 122.834 aparelhos, subindo o seu número para 178.465 em 1948. Em 1953 atingiam já os 397.850, para cinco anos depois subir para 668.965.

[1031] Em Março de 1946 surgiu a primeira fábrica de discos - a Rádio Triunfo, Lda, no Porto (cfr. *Autores*, revista da Sociedade Port, de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses, nº.2 Set/Out.1958).

[1032] Nestas publicações os textos funcionam como simples suporte das imagens, requerendo novas práticas de leitura de imagens. Emergia assim aquilo que nos nossos dias será conhecido por Civilização a Imagem. "Atualmente, mais de 94% das informações que o homem habitante das grandes metrópoles recebe são veiculadas pela vista e a audição; mais de 80% dessas informações chegam através da perceção visual, donde se pode concluir que a informação e a cultura que se produzem na atualidade têm um tratamento predominantemente visual", Domingos Caeiro, *Imagens*....

publicações dedicadas ao mundo dos espetáculos, ou melhor, sobre as vidas das suas vedetas fossem elas nacionais ou internacionais[1033]. Vivendo essencialmente da imagem e das suas possibilidades narrativas, destacavam-se as populares **fotonovelas** e, claro, as revistas de **banda desenhada**.

Na malha urbana, as ruas, pracetas, largos e praças começam lentamente a perder a sua função de espaços públicos de convivialidade invadidas pelos automóveis ou redefinidas em função de fluxos de tráfego. Perceção que se acentuará depois de 50, quando pela cidade surgirem ruas e pracetas ao gosto modernista, onde prepondera a uniformização e estrita funcionalidade dos edifícios. A questão destes espaços públicos é agora recolocada em termos de parques e jardins para lazer, para os quais se chama a atenção da urgência de os considerar no planeamento da cidade[1034]. Nos anos 30, Lisboa possuía apenas um terço da sua superfície urbanizada. Aproveitando tal facto, e a expansão urbana em perspectiva, iniciou-se progressivamente a construção de grandes parques como o Parque do Monsanto (1939), Parque Eduardo VII, Jardins da Alameda D. Afonso Henriques, e arranjo dos Jardins Campo Grande, a que se seguiu a abertura de diversos equipamentos destinados ao lazer de vastos grupos da população, encaixotados nas novas urbanizações. Para as crianças, para além dos enormes espaços baldios, dos poucos jardins infantis[1035], o **Jardim Zoológico** oferecia com as regulares intervenções de Raul Lino, novos motivos interesse[1036].

Podemos pois concluir que apesar desta diversidade de práticas culturais dos lisboetas, em geral assentes em práticas coletivas e convivenciais sincréticas de diversão, as mesmas ainda não se revelam suficientemente fragmentárias dos diversos grupos sociais[1037].

A Feira Popular, expressão ideológica de um modelo interclassista de diversão, representava uma espécie de microcosmos do que neste domínio existia à sua volta. Era uma combinação de ambientes marcados por grandes contrastes sociais, como os que existiam entre o ambiente cosmopolita da Costa do Sol e o dos becos de Alfama ou das furnas do Monsanto. A sua localização, no frondoso Parque de Palhavã, evocava-nos

---

[1033] Entre as revistas de maior difusão em Lisboa nos anos quarenta e cinquenta, destacavam-se o "*Século Ilustrado*" e "*Flama*" (depois de 1949).

[1034] Cfr.Manuel Vicente Moreira, *A Propósito...*.

Neste período, num contundente artigo, Riba Leça (*Cidades...)*, denuncia aquilo que considera ser as "cidades Infanticidas" em que Lisboa era um caso paradigmático, a avaliar pelos recreios das suas escolas primárias. Das 126 existentes nesta cidade, só 34 tinham um pequeno pátio ou saguão para recreio das crianças (p. 10).

[1035] Fernanda de Castro foi também uma ativa promotora de parques infantis. O primeiro que abriu foi no jardim de S. Pedro de Alcântara(1933), a que se seguiram o " 28 de Maio", " Tapada das Necessidades" (cfr. S.,28/2/1943), "Stª. Catarina", e um último (?) na Rua Capitão Afonso Pala.

[1036] Aldeia dos Macacos (1927), Pérgola do Lago (Maio de 1935), Jardim Zoológico do Pequeninhos (1938), Lago (16/10/1943), escadarias monumentais (1945), Jardim dos Répteis (1949), etc.

[1037] Este fenómeno é congruente com as condições económicas da maioria da população sem grandes recursos económicos. Os locais de diversão eram não apenas muito limitados, mas dado o facto dos mesmos estarem muito hirarquizados no seu interior, quase todos tinham dinheiro para os frequentarem. A maior parte das diversões eram contudo, festas colectivas ou locais de convivialidade cuja frequência em geral era gratuita. Anibal S. A. Alves (*Como...)* era perentório, em 1959, quando dizia: "os portugueses divertem-se pouco, por duas razões essenciais: " a primeira, porque não dispoêm de dinheiro suficiente. A segunda consiste em não disporem de muito tempo, tanto para os divertimentos como para a cultura, pois procuram preencher o tempo disponível com um segundo emprego que lhes permite maiores facilidades económicas - isto numa época em que a tendência geral é para diminuir o tempo de trabalho". Esta era a dura realidade com que se confrontava a maioria da população, sobretudo a dos campos, onde se via, por vezes, "pior do que há cem anos". Paralelamente, pavoneava-se uma "minoria ocisosa a quêm não falta nem tempo, nem recursos para se divertir" (p.708).

um cenário campestre acentuado pelas muitas barracas de comes e bebes. Ao lado, idênticas às de outras feiras de província, havia igualmente os restaurantes de luxo com orquestras privativas. Em simultâneo com os espetáculos de fado, toiros, circo, teatro de revista ao gosto popular, ocorriam também os de "music-hall" ou mesmo de cinema para camadas mais exigentes. Ao lado da quinquilharia de qualquer feira, o visitante encontrava, os *stands* de amostras de aparelhos domésticos com as mais modernas tecnologias.

4.4.5. As Ruturas

No início dos **anos 60**, Lisboa de certa forma continuava a ser a "Aldeia mais Cidade de Portugal", como jocosamente era classificada em princípios dos anos 40[1038]. Contudo, se tivermos em conta a perceção de muitos lisboetas atentos às mudanças que então ocorriam, esta era muito diversa. Um impressionante de crescimento demográfico de toda a aglomeração de Lisboa desde o princípio do século,[1039] não acompanhado de um planeamento e gestão urbanística adequada, tinha desfigurado por completo a sua imagem e degradado a qualidade de vida dos seus habitantes[1040]. Os problemas resultantes da urbanização massiva tornam-se uma constante nos estudos e publicações oficiais, exigindo-se medidas imediatas[1041]. O desencanto era geral.

Os novos bairros, como os Olivais Norte e Sul, Encarnação e depois Chelas, independemente das inovações urbanísticas introduzidas, tornam-se grandes dormitórios onde quase tudo falha em termos de enraizamento dos seus habitantes. Nos arredores,

[1038] Apesar de alguma simplificação, ditada por razões argumentativas, Filomena Mónica *(Os Costumes...* p. 21) capta desta forma a ambiência social de Lisboa no começo dos anos sessenta:

"A capital continuava a ser povoada por funcionários públicos, artesãos, logistas, criadas, soldados, vendedores, prostitutas e pedintes. A industria tradicional, localizara-se na periferia. Quando comparados com a massa de trabalhadores indiferenciados, os operários formavam um pequeno grupo. Nos bairros mais antigos, na Lapa como em Alfama, ricos e pobres conviviam sem embaraços nem revoltas. Era nas Avenidas Novas que, da Rotunda partiam em direcção ao Norte, que encontraríamos a população burguesa.(...). Nos arredores de Lisboa acumulavam-se os que tinham vindo dos campos".

[1039] sobre o assunto consultar Barbara e Filipe Lopes, *O Fenómeno*...

[1040] O arquitecto António Sena da Silva, dando conta da degradação urbanistica de Lisboa, escrevia:

"Se a nossa cidade é feia é a nossa casa inabitável, é porque não sabemos o que queremos, se viver é - em português -- sinónimo de habitar, creio que não sabemos viver ou que, pelo menos, não tentamos tormar consciência do que nos é determinado por uma posição histórica e por aquilo que há de permanente nos sentidos e ns actos dos homens", in, *Almanaqu*e, Julho de 1960.

[1041] Sobre o assunto consultar a revista *Informação Social*, Nº.3, Julho/set. 1966 e o nº. 4 Out/Dez. de 1966., editada pelo Ministério da Saúde e Assistência - Direcção Geral da Assistência.

pululam os bairros clandestinos que acolhem as populações expulsas da cidade ou vindas dos campos. Os bairros de barracas ou provisórios multiplicam-se no interior da cidade ou nos seus arredores[1042].

Em consequência deste desenvolvimento urbano, as zonas centrais perdem as atividades económicas de maior vitalidade e modernidade, acentuando também a decadência de todo o seu sector terciário. Os novos equipamentos urbanos (serviços especializados, sedes de empresas, hotéis, cinemas, teatros, etc.) são cada vez mais construídos junto às periferias.

É neste movimento que a Feira desaparece de Palhavã e instala-se em Entre Campos, então uma zona das Avenidas Novas que atravessava uma fase de remodelação,[1043] mas também de urbanização.

Lisboa era agora a sede de uma metrópole caracterizada pelo caos urbanístico

A ânsia de modernidade que emerge a partir 1956[1044], parece associada não apenas ao aparecimento de novas necessidades, mas também, ao crescimento da sensação de privação. Apontamos como causas próximas deste fenómeno a difusão da informação internacional, o efeito de demonstração do turismo e dos emigrantes em férias.

Uma das primeiras necessidades que mais se passa a reclamar é a de **tempos livres**, a fim de permitir o acesso às novas práticas de diversão. Sem este aumento, não era possível usufruir delas. O contraste com os turistas e os emigrantes tornou a situação rapidamente explosiva. A imprensa lisboeta transformou a questão num símbolo da modernidade[1045]. A esmagadora maioria dos portugueses apenas tinha, por ano, os domingos para descansar[1046].

[1042] As barracas de Lisboa sem ser um dos problemas apenas a apartir dos anos 60, conhecem todavia neste período uma dimensão incontornável na cidade. Calcula-se que entre 1959 e 1963, por exemplo, o número de barracas tenha passado de 10 para 50 mil (cfr. Nuno Teotónio Pereira, *Viagens Pessoais*, p.29.). O ritmo de construções sociais foi sempre muito inferior ao número das necessidades sociais de alojamentos

[1043] Mercê de um processo de remodelação de certas zonas das Avenidas Novas, em finais dos anos 60, instalam-se nelas novos pólos de diversão, em especial novos cinemas.

[1044] Ver subcapítulo, A Ânsia da Modernidade.

[1045] Na revista Almanaque, em 1960, estala uma sintomática polémica entre Mário Ventura e Alfredo Lopes. O primeiro idilicamente fala do modo pouco imaginativo como so portugueses passam as suas férias (Mário Ventura, *As Férias do Português que Trabalha*, ,in, *Almanaque*, Julho de 1960). O segundo chama a atenção para o número reduzido dos que as gozam (Alfredo Lopes, *O Trabalho do Português que Descansa*, in, *Almanque*, Set. 1960). A revista *Flama* ao longo dos anos 60 aborda sistematicamente a questão, dedicando ao tema entrevistas, reportágens, inquéritos, etc., colocando sempre as férias pagas como uma necessidade ditada pelo próprio progresso.

[1046] A questão foi colocada em dois diplomas legais que reforçaram a Lei nº1952 de 1937. O primeiro em 1966 (DL, nº47.037, de 27 de Maio), afirma-se desde logo com caracter provisório. Em função da avaliação da aplicação deste diploma foi depois publicado um novo em 1969 (DL nº49.498, de 24 de Novembro). A nova legislação estabelecia novos mínimos para as férias pagas, acabando com a falaciosa distinação entre "empregados" e "assalariados", transformando todos em "trabalhadores".

Férias dos Trabalhadores	
Antiguidade	**Duração**
Menos de 2 anos	6 dias
2 a 10 anos	12 dias
mais de 10 anos	18 dias

A maior necessidade que o lisboeta procura satisfazer é a do **consumo dos novos símbolos de modernidade**, ligados à frequência de certos **locais,** consumo de certos **objetos** ou vivência de determinadas **experiências.**

A nova atmosfera que possuem os novos espaços de diversão, mas também os de comércio, tornam-nos em verdadeiros simulacros da modernidade, por isso mesmo mais excitáveis. A sua frequência equivale à vivência da própria modernidade. A abertura destes novos espaços - **cinemas, teatros, "boites"**[1047], **snacks-bars**, etc. - acompanhou o processo de expansão da cidade para novas áreas, como o Areeiro, Alvalade, Olivais Norte ou algumas zonas que se começavam a remodelar nas Avenidas Novas. Este processo acabou por provocar uma rutura entre os novos espaços, símbolos da modernidade, e os antigos centros de diversão no Chiado, Restauradores e Avenida. Estes entram num rápido processo de decadência, conduzindo ao encerramento de vários teatros e cinemas. Em 1961, o seu fecho é assumido como um facto adquirido[1048]. Estavam desfasados do tempo, era altura de serem demolidos.

O fenómeno acabou por estender-se às **pastelarias, leitarias, cafés**, mas também às **tabernas** e **tascas,** símbolos do passado. Estes espaços que, durante décadas, foram os principais polos de convivialidade de uma cultura urbana com uma forte componente interclassista, acabam por soçobrar à nova lógica de rentabilidade económica que alastrava por toda a cidade. Em pouco tempo, ou encerram ou são transformados em agências bancárias[1049]. Os que sobrevivem, ou têm a morte adiada, ou são transformados em espaços de consumos rápidos, onde a permanência mais dilatada se torna incómoda.

[1047] A designação de "boite" era muito popular em finais dos anos cinquenta em Lisboa e arredores, aplicando-se, muitas vezes de forma indistinta, como a simples a restaurantes onde ocorriam actuações de fadistas.

[1048] A actividade do teatro declamado, cujas principais salas estavam ainda concentradas nos bairros históricos da cidade, continuava a alternar desde o final da segunda guerra mundial, entre a euforia e a crise. A temporada de 60/61 foi de crise. A temporada de 62/63 foi de euforia; etc.

No ano de 1964, a Baixa lisboeta deixa de ter outro dos seus espaços emblemáticos, em consequência do incêndio que deflagrou no TN D. Maria II.

[1049] Desde finais dos anos 50 que a imprensa faz eco, ou traz para debate público, a questão do encerramento de cafés, leitarias, pastelarias ou mesmo de resturantes que ao longo de décadas foram espaços de convivialidade e cultura da cidade. O crescimneto do sector financeiro transformou muitos deles em agências bancárias. Felix Filipe, em 1961, descrevia este fenómeno, como uma "misteriosa moléstia" que estava destruir Lisboa (Cfr. *Flama*, 26/6/1961, p.8). Desde então, desapareceram da cidade a maioria dos seus míticos espaços de convivio, quase todos situados em locais onde a vida pública era muito intensa.:

- Hotel Avis, destruido em 1962, para dar lugar a um edificio de 20 andares.
- Café Chiado, encerrado em 1964, onde outraora esteve o célebre Marrare, na Rua Garrett, projectado pelos irmãos Rebelo de Andrade, em 1925. Foi na sua época aurea, os anos quarenta, pólo de encontro e discussão do movimento neo-realista de arquitectos e pintores (cfr. *Almanaque Literário de Portugal*.1965 (Lisboa 1964)).
- Martinho frente à estação do Rossio é transformado numa agência bancária
- Chave d`Ouro, no Rossio, construído segundo projecto de Norte Junior, possuindo vários andares é transformado noutra agência bancária.Foi nele que a 10 de Maio de 1958, Humberto Delgado referindo-se a Salazar, afirmou que em caso de ser eleito, o demitiria.
- Café Avis, no antigo Éden (restauradores) fecha em Maio de 1973.
- Café Paladium, nos restauradores, obra de Raul Tojal é transformado nos anos 70 num centro comercial pindérico.
- Café Cristal, na Avenida, à entrada do Parque Mayer, foi construído em 1940, segundo um notável projecto de Cassiano Branco.
- Café Lisboa, situava-se originariamente junto ao Parque Mayer. Na década de 60, foi transferido para o outro lado da Avenida, vindo a ser transformado numa nova agência bancária já nos anos 80.

À medida que se desenvolve o processo de desagregação urbanística, acentua-se a crise de **associações de bairro**[1050], contribuindo desta forma para o enfraquecendo dos dispositivos locais de enraizamento.

As práticas de diversão coletiva desaparecem das ruas.[1051]As **festas da cidade**, onde antigos ou atuais redatores d`*O Século* continuam a predominar, são cada vez mais manifestações oficiais para consumo de turistas[1052]. Outras expressões culturais como o

---

- Café Portugal, no Rossio, obra de Cristino da Silva do final dos anos 30, é transformado na década de 80 (?) numa loja de discos.

- Café Gelo, ao lado da estação do Rossio, destruído. Foi sede da última tertúlia literária, a dos surrealistas, nos anos 50.

- Café Colonial, no Bairro dos Anjos, abriu em 1944 e fechou em 1978.

- Restaurante "Irmãos Unidos", no Rossio, encerrou as suas portas em Janeiro de 1970. Nele teve poiso o movimento modernista português, nomeadamente os que participaram no "Orfheu". Nas suas paredes estava o célebre quadro de Fernando Pessoa pintado por Almada Negreiros, e nesta altura adquirido em leilão pela FCG pela quantia elevadíssima de 1.350 contos. O máximo até então dado por uma obra de um artista vivo.

A mesma sorte irão ter pouco depois, inúmeros cafés de referência da cidade de Lisboa, como o Café Londes e o Café Royal, ambos no Cais Sodré, o Café Monte-Carlo, e a Paulista junto ao Saldanha, a Cubana, na Av. Guerra Junqueiro, o Café Avenidas, na Avenida da República, Os Perús na Praça do Chile, etc, etc.

A esta extensa lista haveria ainda que acrescentar leitarias e pastelarias. Das últimas, ficou célebre a Leitaria Garrret no Chiado, cantada por Vitorino.

[1050] O panorama das associações locais, em meados dos anos 60, era desanimador para muitos observadores. Zacarias da Silva, entre 1963 e 1967, nas páginas da revista *Olisipo*, procurou num total de 41 fichas dar conta do trabalho que realizavam para cidade, em termos culturais e de beneficiência. É muito significativo que até o próprio Grupo dos Amigos de Lisboa, tenha então entrado num estado de letargia interna de que só acordará nos anos 80.

A decadência destas associações, acompanhou a decadência das grandes salas de espectáculos. O fenómeno não passou despercebido no tempo, tendo originado preciosas análises de carácter sociológico. A elevação do nível de vida das classes populares eram a explicação mais frequentemente apontada. Merçê da mesma, nos cinemas e teatros, os lugares até aí "reservados" à elites locais passam a ser ocupados pelas classes populares. "A "Geral", antigamente sempre cheia, apresenta agora grandes espaços vazios no mesmo cinema"(Neto, *Evolução*...p.865). Incomodadas pela "mistura de estatutos", as elites deixam de frequentar estas salas. Em relação às associações o fenómeno é algo diverso: os que ascenderam na vida pelas qualificações cadémicas, a profissão ou negócio, deixam de as reconhecer como locais privilegiados para a sua afirmação social. Tudo se joga agora no consumo dos novos simbolos de modernidade: as frequência das boites, as estadias nos hoteis do Algarve, as viagens ao estrangeiro, etc. Os rituais de admissão às associações ("clubes", etc) são encarados pelas novas gerações como desfasados do tempo, ou simplesmente destituidos de qualquer significado. Os que nelas ficam reagem contra as novas elites culturais, mais escolarizadas, envolvendo-se em regra em práticas autofágicas do seu próprio passado.

[1051] Ao longo dos anos 60, assitiu-se ao fim das manifestações populares de rua na cidade. O lisboeta passou a fechar-se em apartamentos ou em recintos fechados quando organiza uma festa. O carnaval era para muitos, ao tempo, o melhor exemplo das tendências que se manifestavam.

"Carnaval. Mais uma vez passou. Lisboa quase não deu por ele na rua. É fora de dúvida que o carnaval em Lisboa abandonou a praça pública para se acolher às casas de espectáculo, às boites, salões dos hoteis, às salas das colectividades de recreio. Fora da capital - no Estoril, em Setúbal, em Vila Real de Santo António, em Torres Vedras, em Ovar, e noutros pontos do país - o carnaval ainda vem para o ar livre com maior ou menor vivacidade, exibir a sua colecção de máscaras. Em Lisboa, o carnaval fica em casa ou então mete-se na casa alheia(...). O antigo carnaval da Avenida e do Chiado passou à História.(cfr. *Autores*, Jan/Fev.1969.p.23).

[1052] Nas marchas populares entre 1959 e 1973 são realizados enormes investimentos tendo em vista o seu relançamento junto da população. O envolvimento das entidades oficiais torna-se uma constante. Na tribuna passam a estar presentes com alguma frequência o presidente da república ou do conselho, membros do governo, representantes do SNI, Igreja, Cruz Vermelha, corpo diplomático, directores dos jornais, etc. Contudo, apesar do elevado número de figurantes e da intensa cobertura mediático, as

fado ou a tauromaquia, confinada a espaços e públicos específicos, servem igualmente interesses turísticos[1053], muito embora desempenham ainda uma importante função identitário.

As novas necessidades urbanas tem no acesso privado a alguns dos símbolos da modernidade, como a **televisão**, a **rádio,** o **gira-discos, o gravador** ou por fim o **automóvel,** a sua máxima expressão. É verdadeiramente vertiginoso o consumo destes produtos.

Os quatro primeiros são os meios do desenvolvimento daquilo que mais tarde será denominado por cultura de apartamento. Na altura, para muito mais um símbolo de modernidade e conforto, mas quase todos mais um motivo para não sair de casa.

O automóvel contribui de forma decisiva para separar o lisboeta da cidade, criando-lhe uma nova relação com o espaço onde habita. As novas possibilidades de deslocação levam-no a situar cada vez mais longe os seus espaços de diversão e de lazer. O local onde habita passa a confinar-se ao apartamento onde mora e ao sítio neutro onde estaciona o carro. O local onde habita torna-se assim, um espaço estranho, onde desapareceram as referências identitárias. Os poucos estabelecimentos comerciais que frequenta no bairro, são os únicos pontos de contacto que ainda lhe restam com o local. Este estilo de vida é sintomaticamente assumido, como moderno. A **necessidade de experimentar** ou **viver emoções novas, fortes ou únicas** é a sua manifestação mais visível.

A febre das emoções fortes vividas nas **corridas de automóveis** invade o país, não apenas Lisboa em fins do anos 50[1054]. À semelhança do que ocorre noutros locais, no Parque do Monsanto (Montes Claros), as corridas automobilísticas obtém estrondosos êxitos, reunindo muitas vedetas internacionais. Não será preciso esperar muitos anos para que tenha início o "Rally de Portugal" (1967), sob a direção de César Torres. Em Junho de 1972 será inaugurado o autódromo do Estoril. A disputa da primeira prova de Formula 1 só chegará, todavia, em 1984, sendo interrompida em 1997. No teatro ou na pintura, mas também, na poesia o conceito de experiência torna-se sinónimo de modernidade, tendo só por isso assegurada a cobertura pela comunicação social.

Desde o princípio dos anos sessenta que se assistiu também à afirmação da identidade de dois grupos sociais, as mulheres e os jovens. A imprensa dá conta deste fenómeno com bastante regularidade. Com a emergência de uma cultura de massas e o

---

marchas não conseguiam provocar grandes entusiasmos. Costa Garcês *(Marchas...*) interrogava-se, em 1966, sobre as razões porque continuavam a existir, dado que a tradição bairrista quase não existia, e os marchantes participavam nelas por motivações meramente económicas.A CML organizava-as, segundo este autor, por motivos políticos, interesses turísticos ou mesmo a simples necessidade de distrair a população para não pensar noutras coisas.

Leopoldo Nunes, redactor d`*O Século,* vereador e último presidente da Comissão de Festas da CML, antes do 25 de Abril de 1974, explicava assim, em 1971, as razões que o tinham levado a suspender as marchas neste ano: "Nos últimos anos, o interesse do público por essa admirável manifestação do espírito popular tinha baixado muito. Por outro lado, havia entre as marchas rivalidades que **elementos subversivos aproveitavam para manifestações intoleráveis de ofensas à ordem e à paz da população**". S,9/5/1971, p.10. Os marchantes, como o país, não só se estavam afastar da tradição, mas também a assumirem uma crescente atitude crítica face ao regime. Este era o dado incontornável que estava a precipitar o fim das marchas.

[1053] As duas únicas praças de touros que são abertas nos anos 60 e 70, são sintomaticamente as de Cascais e Albufeira, onde a afluência de turistas era elevada.

[1054] Em 1958, por exemplo, retomam-se as Corridas em Vila Real, paradas haviam cinco anos. O Automóvel Clube de Portugal,realiza pela primeira vez no país uma corrida de **Formula 1,** no circuito da Boavista, Porto, integrado no Campeonato Mundial de Condutores (*A Bola*, 28/6/1958).

progressivo acesso à mesma de largos estratos da população, cresceram igualmente os investimentos diferenciadores.

A emergência de uma **cultura jovem**[1055], com modelos culturais específicos, colocou desde logo a tónica na rutura com as ofertas culturais anteriores. Era toda uma nova cultura que emergia, veiculada não apenas através de **publicações**[1056], **discos** e **concertos musicais**[1057], mas também nos novos locais de referência, como d**iscotecas, boutiques**, **cinemas estúdio, cineclubes**, **teatro universitário**, centros espirituais[1058], etc., em suma, a forma pelas quais se iam corporizando as práticas do consumo cultural dos jovens.

No caso das **mulheres**, falar-se-á não apenas das suas descriminações face aos homens[1059], mas também da sua emergência como grupo cultural específico em pé de igualdade com os mesmos[1060]. As principais publicações dedicam inúmeras páginas a

---

.[1055] Escrevia, em 1959, a revista *Almanaque*, dando conta das mudanças em cursos nos países mais desenvolvidos e também em Portugal:

"Durante muito tempo os industriais olharam para os jovens com certa indiferença. O facto estava em que quem lhes comprava as coisas eram os adultos, os gostos eram determinados pelos pais e não pelos filhos. Apenas as pequenas indústrias, contavam com as opiniões dos jovens. A situação mudou por completo, os jovens estão "endinheirados", *A Industria America Descobre a Juventude*, in, *Almanaque*, Dez. 1959, p.140-143.

Nesta publicação, que procura dar conta dos novos sinais da mudança, apresenta, por exemplo, jovens que segundo a mesma exprimem o novo espírito que encarna a nossa juventude (Cfr. Vasco Pulido Valente, *Da Cultura e da Juventude*, in, *Almanaque*, Julho de 1960).

[1056] Entre as publicações que promovem este movimento, sobressai a revista *Almanaque* (1959-1960?).

[1057] Desde finais dos anos 50, que se começa a processar uma ruptura no mundo da música em Portugal. Paralelemente às correntes tradicionais, como o fado, a opereta, a música ligeira e a música oriunda do Parque Mayer, começam a juntar-se novos expressões Em 1956, emerge o fenómeno do Rock and Roll, em Lisboa. Em 1958, *O Século*, por exemplo, descreve já a sua difusão, afirmando que "**Mocidade - Jacto**"estava a remeter para segundo plano os ritmos sul-americanos (Chá-chá-chá", "Calipso," etc), em favor deste novo tipo de música. Alguns locais da cidade, como a avenida do aeroporto e avenida de Roma eram já identificados com a nova vaga (S., 3/5/58). Nem só de rock se vivia. Numa linha de continuidade com a canção ligeira, muito próxima do Parque Mayer, continuam a somar êxitos de vendas, velhos ou novos intérpretes, como Simone de Oliveira, António Calvário, Madelena Iglesias ou Artur Garcia.No fado, domina incontestavelmente Amália Rodrigues, embora outras vozes como Maria Teresa Noronha ou António Mourão surjam como novas referências incontornáveis. No decadente teatro de revista, José Viana, procura com novas músicas, mas sobretudo letras, sair dos temas tradicionais. A opereta, eclipsa-se por completo. Em 1963, dando corpo a um crescente movimento de constestação que despertava entre as camadas mais jovens, **Zeca Afonso,** edita o album *Os Vampiros. Surgiam assim* um verdadeira fenómeno da música portuguesa, que reunirá vozes como Adriano Correia de Oliveira, Sérgio Godinho, José Mário Branco, etc. Têm todos uma **ideia comum**, a canção deveria possuir uma função interventora na realidade social.

[1058] Nos anos 60, invadem Lisboa, seitas místicas indianas, budistas, etc,

[1059] Publicações, como a revista *Flama*, fazem um retrato sistemático destas situações de descriminação agora intoleráveis face aos valores da modernidade:

-As enfermeiras que não podiam casar (*Flama*, 692, 9/6/61)

- As criadas de servir que continuavam a fornecer o maior contigente de prostitutas, continuando a não ser encaradas como empregadas das familias(*Flama* 697, 14/7/61)

- As mães empregadas a quêm não eram dadas condições especiais para poderem ser mães e profissionais (*Flama*, 699, 28/7/61);

- As hospedeiras de bordo que continuvama a ser vítimas de leis impeditivas de constituirem familia (*Flama*, 698, 21/7/61).

[1060] O número de artigos aumenta sobre esta questão, incluisivé, nas publicações ligadas à Igreja.

- O novo estilo da mulher independente universitária é objecto de um curioso estudo socio-fotográfico pelo Almanaque: as reacções dos "machistas lisboetas" face à moda foram convenientemente registadas para a posteridade.

reportagens sobre os novos estilos de vida femininos, às reações dos homens e da população em geral. É neste contexto que emerge o mais recente "movimento feminista".

As camadas de maiores rendimentos procuram fora da cidade, os seus espaços de diversão e de lazer (Estoril, Sintra, Cascais...), realizando aí enormes investimentos em termos de eventos e equipamentos de diversão que as ponha acima das massas que tudo inundam[1061]. A construção de grandes complexos turísticos no **Algarve** ou em **Troia,** corresponda não apenas a uma forte procura externa, mas às crescentes necessidades de diversão desta clientela interna. A realeza que por cá ainda vive, dá ao Estoril e a Sintra alguma projeção internacional, tendo o seu epílogo, na célebre festa do multimilionário Patino, em 1968. Esta nova fragmentação social tem uma correspondência direta à pulverização dos públicos em função das atividades culturais.

Subjacente a estes fenómenos de fragmentação dos públicos, segundo os modelos teóricos de Marcuse[1062] ou de Baudrillard[1063], estão os novos mecanismos de socialização assentes numa ideologia individualista e na personalização, ou ainda, segundo o modelo de Cazeneuve, numa nova estratégia industrial que passou a explorar as diferenças ou satisfação dos gostos particulares e individualizados[1064], como forma de superar a quebra das vendas com produtos muito massificados.

Podemos agora compreender porque falhou, na Feira, em 1961, a tentativa de recompor o anterior modelo de diversão interclassista. Não era mais possível continuar a pôr todos a divertirem-se no mesmo local ou a comungar das mesmas referências culturais. A sociedade estava fragmentada em termos de diversões e na mesma parecia residir agora a sua modernidade. A diversidade das diversões veio precisamente caucionar estas diferenciações sociais, pondo fim aos espaços públicos onde as classes ainda conviviam e se reconheciam mutuamente. Doravante, estão separadas por locais e práticas de diversão. Estes fazem parte integrante dos novos mecanismos de diferenciação social. Tornaram-se necessários com a expansão da sociedade de consumo de massas. A identificação e o reconhecimento da diversidade de estatutos que ocorria na Feiras e constituía uma das suas mais excitantes manifestações, desapareceu. Quem se diverte agora são indivíduos anónimos, cujos sinais exteriores não permitem grandes elucubrações sobre as suas histórias individuais. A imagem do local é a primeira grande referência para identificar ou reconhecer o estatuto de cada um. A Feira era agora e pela primeira vez, um local efetivamente popular, isto é, do povo. Os que não se identificam nesta ambígua categoria, deixam de a frequentar para não serem reconhecidos como tal.

- O acesso das mulheres a todas as carreiras habitualmente reservadas aos homens, é apresentado como a grande conquista do século (Ana Teresa de Mello, As Carreiras Femininas, in,*Rumo* nº.63, Maio de 1962)

[1061] A 28 de março de 1968 foi inaugurado o novo casino do Estoril

[1062] M. Marcuse, *O Homem Unidimensional* ....

[1063] Baudrillard, J., *A Sociedade de Consumo*...

[1064] Jean Cazeneuve afirma que na segunda metade do Séc. XX, se assistiu nas sociedades capitalistas avançadas à substituição da tendência de massificação pela de diversificação. Neste entido poderiamos concluir que a fragmentação dos públicos era assim o corolário desta afirmação dos gostos particulares, cuja reorganização da indústria procurou satisfazer. Cfr. Cazeneuve, Jean, *Guia Alfabético da...*; Idem, *La Sociedade...*

4.4.5. A expansão das indústrias de diversão

A imagem de Lisboa, após o 25 de Abril, altera-se profundamente, em consequência de um acentuado processo de degradação urbanística iniciado na década anterior.

O fenómeno mais visível era o alastramento das habitações degradadas. Ano após ano, não parou de aumentar o número de barracas, mas também, os prédios em ruina e as casas devolutas. Independentemente das causas que determinaram semelhante fenómeno, era uma evidência que as camadas mais jovens e ativas estavam a ser expulsas para a periferia. Situação agravada com a chegada de centenas de milhares de "retornados" e imigrantes das ex-colónias. Nas zonas centrais, incluindo os bairros históricos, acentuam-se os fenómenos de desertificação, mas também de descaracterização da sua imagem tradicional.

Os espaços públicos sofrem então uma rápida erosão - largos, praças, jardins, ruas quase tudo é votado ao abandono-, revelando o município uma total incapacidade de resposta para travar o processo.

A vida comunitária, durante o período de grande mobilização popular (1974-1977), regista alguma reanimação, motivada por uma conjuntura política propícia, mas rapidamente extinguindo-se esta, retoma a tendência para o abandono iniciada nos anos sessenta. Acelera-se o ritmo de desaparecimento dos tradicionais locais de convivialidade lisboetas, como os cafés, as tabernas, as tascas de bairro. As coletividades de cultura e recreio, bombeiros, clubes e outros polos de sociabilidade urbana entram numa crise de identidade e mutação dos seus associados, tendendo para o seu progressivo encerramento ou descaracterização. Espaços de diversão, como os grandes cinemas e teatros revelam-se incapazes de qualquer renovação e atracção de novos públicos. Muitos não tardam a ser fechados, destruídos ou simplesmente transformados em igrejas, centros comerciais, etc.

Por tudo isto, a **década de oitenta** constitui uma fase de viragem. A imagem tradicional de Lisboa desaparece para dar lugar à de uma cidade massificada, onde estão acentuadas as clivagens internas.

A população residente está claramente envelhecida. A desertificação e a degradação eram um dado adquirido, sobretudo na área central da cidade[1065].

Para este fenómeno contribuiu igualmente a expansão do sector terciário, e nomeadamente os novos usos que passam a ser dados a edifícios inicialmente destinados à habitação. Com o progressivo desaparecimento das unidades industriais, Lisboa torna-se numa cidade de serviços, onde aliás se concentra 54% do emprego de toda a região metropolitana (1994). "Esta situação provoca graves consequências na

[1065] A população residente que desde 1960 mantinha uma relativa estabilidade demográfica- rondando os 800 mil habitantes- entre 1981 e 1991, perde 147.700 habitantes. Na área central foi onde se registaram as maiores quebras (117.000 habitantes). Nas zonas históricas, a diminuição foi de 40 mil habitantes, passando a ter uma população de apenas 83.800.

vida da população e no funcionamento do sistema urbano: forte crescimento dos movimentos pendulares, diários, entre as periferias e as áreas centrais da cidade; congestionamento do trânsito e dos transportes que acarreta prolongadas deslocações casa-trabalho-lazer, nesta Região"[1066].

A imagem da cidade suburbaniza-se. As fachadas dos edifícios são alteradas pela proliferação de varandas envidraçadas. Os automóveis invadem os passeios expulsando os transeuntes dos mesmos. Ao lado de novas urbanizações, em regime de condomínio fechado, sucedem-se os bairros degradados. No meio destes bairros ou em áreas industriais abandonadas, implantam-se novos locais de consumo[1067] e de diversão, criando frequentemente novas centralizadas urbanas. Registam-se, todavia, alguns interessantes casos de reabilitação de casas em bairros históricos[1068], mas a limitada escala destas intervenções não lhes permite alterar a mancha degradada envolvente. Os fenómenos de exclusão social, droga, violência ou o racismo alastram pelo tecido urbano de forma aparentemente incontrolável. Lisboa, no início dos anos 90, era o maior subúrbio de Portugal, como nos anos 40, fora a aldeia mais cidade.

Apesar da profunda crise económica que o país mergulha entre 1975 e 1985, das elevadas taxas de desemprego e uma inflação galopante, a questão da diversão esteve sempre na ordem do dia.

As grandes manifestações coletivas que emergem após o 25 de Abril de 1974, estavam ligadas a um **desejo profundo de libertação** que percorreu a sociedade portuguesa, e que foi particularmente explorado por diversas formas de diversão. Muitos dos grandes êxitos de bilheteira no teatro de comédia[1069] ou no cinema[1070]estavam, por exemplo, associados à libertação de uma sexualidade reprimida. O país é então literalmente inundado de **revistas e filmes pornográficos**. É nesta tendência profunda que se deve também inserir as inúmeras manifestações artísticas de vanguarda que então ocorrem e que pela sua irreverência chocavam frequentemente os pacatos cidadãos. Alguns movimentos políticos exploram de forma notável este anseio libertador em termos iconoclastas.

Na cidade, rompendo com a lógica dos espaços tradicionais, e à margem de qualquer sentido estético ou preocupação com as condições técnicas e de segurança dos recintos, o lisboeta apropriou-se de espaços devolutos, públicos ou privados, e transforma-os em arraiais, salas de teatro, centros culturais, etc.

O aumento dos rendimentos familiares que então ocorreram, acompanhados de uma substancial redução do tempo trabalho anual, provocou uma verdadeira manifestação de evasão coletiva para fora da cidade de forma descontrolada. A cidade passou a ficar deserta aos fins-de-semana, entre as "pontes", durante os meses de Junho

[1066] *Plano ...*

[1067] Incrementa-se a construção de centros comerciais e hipermercados que rapidamente são apropriados pelas populações como novos espaços de convivialidade.

[1068] Empreende-se um fenómeno de renovação de populações em alguns bairros históricos, como o Bairro Alto, em grande parte fruto de dinâmicas culturais que aí ocorrem, as quais se vêem a traduzir no surgimento de novos pólos de diversão nocturna (bares, discotecas, etc), lojas de moda, galerias de arte, etc..

[1069] No teatro Laura Alves, estreia-se a 4/7/1974, a revista "À Pai Adão" (S., 4/7/1974); No Monumental, em Agosto, Badaró estreia a peça "Último.....em Lisboa" (S, 8/8/1974), alvo de um boicote por vários artistas teatrais que se sentem escandalizados, entre eles sobressaiem Felipe La Féria e Mário Viegas (S., 26 e 27/8/74).

[1070] Entre os filmes de maior sucesso conta-se "O Último Tango em Paris" e a "Grande Farra", ambos estreados em 1974.

e Agosto. Espaços públicos como museus ou monumentos nacionais encerram as suas portas, de modo a facilitar este movimento aos seus funcionários. Os lisboetas dirigem-se em massa para a terra de familiares, as praias, os parques de campismo e o estrangeiro, gastando o que têm e não têm.

No final dos anos 70, passada a fase da mobilização popular, retomou-se a expansão **diversões noturnas,** com destaque para as **discotecas** e os **bares**[1071]**.** Sinal

[1071] O nascimento de uma cultura jovem nos anos 60, foi acompanhado da criação de espaços próprios de diversão para este grupo etário. Ao longo dos anos, o seu número não parou de crescer e de se difundirem por todo o país. A evolução pode-se dividir em três grandes períodos.

a) **Os Primórdios**. 1963-1976. Em finais dos anos 60 não ultrapassavam Lisboa e Porto, estando intimamente ligados aos movimento da música **Pop-Rock**. Em geral, situavam-se em caves sombrias de dimensões reduzidas. Pouco ofereciam em termos de diversão: música gravada, uma pista para dança,e muito esporadicamente algumas actuações ao vivo.

Entre as primeiras "discotecas" de Lisboa que desfrutaram de certa popularidade entre as camadas mais jovens, contavam-se o **Caruncho** no Lumiar (anos 60), o **Archote Club** (Arco do Cego), o **Pop Club** (1965, Entre Campos). No princípio dos anos 70, entre os bares que procuram já outros públicos, sobressaem o **Charlie Brown**, **Whispers** (1973), **Ad Lib**, **Bip-Bip**(1974) e o **Foxtrot**. Durante a fase da Revolução (1974/75), as discotecas e os bares, embora não tenham sido questionados, estavam longe de atrairem as camadas mais jovens, dado que as mesmas estavam mobilizadas nas batalhas políticas.

b)**A Massificação**.1977-1989. No refluxo dos movimentos sociais as discotecas e os bares conhecem uma enorme animação. Após 1976, a actuação de grupos ao vivo tornou-se uma constante. Os cantores brasileiros conhecem então uma grande popularidade, a que se seguiram os caboverdianos e com menor êxito os músicos oriundos de outras ex-colónias. Com a difusão do **Rock à Portuguesa**, a partir de 1977, começam também a aparecer discotecas vocacionadas para a actuação dos grupos nacionais.

O retorno à dança ocorre em 1978, com o enorme sucesso do "**disc sound**", mas também do filme "**Febre de Sábado à Noite**", com John Travolta. As discotecas melhoram consideràvelmente as suas pistas de dança, a qualidade de som e os efeitos luminotécnicos. A sua decoração passa a acompanhar de perto as tendências internacionais. Por esta altura alguns antigos bares de prostitutas, como o Jamaica (Caís do Sodré) ou o "2001", tornam-se igualmente locais de culto da música "Rock". Para o grande público aparecem as primeiras **danceterias.** No início dos anos 80, os bares e as discotecas ocupam pela primeira vez vastas áreas da cidade, nomedamente no Bairro Alto, acabando por transformar a sua vida e fisionomia nocturna. Frequentar as discotecas deixa de ser associado a uma faixa etária, para constituir uma prática cultural nocturna (e diurna) cada vez mais difundida entre a população. Rapidamente estamos perante um fenómeno de massas que rivaliza com outras formas de diversão.

A abertura do **Frágil** (1982) confere ao movimento uma inesperada **dimensão cosmopolita**, sendo objecto de reportagens em revistas internacionais**.** Em meados da década, passam a instalar-se nas zonas fabris de Alcântara e Av .24 de Julho. Ocupam agora por toda a cidade antigas salas de cinema, fábricas desactivadas, armazéns abandonados, edificios de habitação devolutos, quintais, etc. O aumento da lotação destes recintos não parou de aumentar.

As ofertas diversificam-se. Para além de música gravada ou ao vivo, torna-se corrente a realização de concursos de bandas de música ou de dança, instalação de jogos (bilhar, snooker, fllipers...), mas também de passagens de modelos (depois de 1986), espectáculos teatrais, concertos de música clássica, exposições de fotografia, artes plásticas, performances, etc. Os recursos tecnológicos são cada vez mais sofisticados: laser, video hall, karaoke, máquinas de realidade virtual, exibição pública de videos, filmes, recepção de canais de televisão via satélite, jogos de água, etc. Surge uma verdadeira indústria nocturna mobilizando um número crescente de profissionais, desde os disc-jockey, relações públicas, sonoplastas, luminotécnicos, decoradores, promotores de espectáculos, seguranças,etc

c) **A Diferenciação**. 1990-1998. No final dos anos 80 as discotecas estão disseminadas por todo o país. Os crescentes problemas levantados com os ruídos e estacionamento de veículos provocados pelas enormes aglomerações estimulam a construção de edifícios autónomos afastados dos centros urbanos. A feroz concorrência no sector implica investimentos contínuos na sua renovação, na selecção da clientela, na promoção junto de públicos alvo, etc. A diversidade de bares e discotecas converteram-se num cartaz turístico do país. No início de 1995, encontravam-se registadas na DGESP, **1785 discotecas** com uma

dos tempos foi também o recomeço do gosto pelos **"jogos de azar**", dando-se a expansão dos Bingos e a renovação do Casino do Estoril. Um fenómeno que não pode ser dissociado destas práticas lícitas é a popularidade que então conheceu a "Banqueira do Povo", a D. Branca[1072].

Equipamentos como leitores de cassetes, aparelhagem de alta-fidelidade ou as televisões a cores (1980), fazem parte do quotidiano da maioria da população. A sonoridade dos instrumentos eletrónicos afirma-se entre os novos consumidores, estimulando o seu gosto pelas novas tecnologias. A difusão dos gravadores se reforçou a acessibilidade doméstica aos registos musicais, não deixou também de impulsionar o mercado das cassetes, onde a pirataria provocava contínuos rombos nas edições discográficas.

Mas o que simbolizou a viragem foi a explosão do "Rock à Portuguesa" (1977), que representou um corte com o predomínio da canção de intervenção. A projeção mediática só ocorrerá contudo, em 1980, com a emblemática canção- "Chico Fininho" de Rui Veloso. A partir de então, os gostos passam a ser pautados por padrões internacionais, sucedendo-se as adaptações ou as simples imitações.

Nos anos 80, apesar da primeira metade da década ser caracterizada por enormes restrições económicas, não pára todavia a expansão das práticas de diversão, correspondendo à necessidade de sublimar frustações políticas ou expectativas de mudança que não se concretizaram no período anterior.

Estamos então na fase de abertura dos novos espaços de consumo, como **centros comerciais** e **hipermercados** vieram revolucionar quase tudo em matéria de ofertas culturais**.** Nestes espaços quase sempre interligados, passam a implantarem-se **livrarias**, **cinemas multiplex**, mas também **teatros**, alterando rituais anteriores e estabelecendo novas atitudes face à cultura erudita[1073]. O extraordinário êxito destes equipamentos

---

lotação fixada em 336.984 lugares e **408 Bares/Pubs** com 35 728 lugares, valores que actualmente são superiores e cuja tendência é de crescimento.

[1072] Presa apenas em 1984.

[1073] A evolução das salas de cinema é reveladora da homogeneização das práticas de consumo efectuada pelos centros comerciais.

A **fase dos grandes cinemas**, em especial os **cine-teatros das décadas de 30 e 40**, constituiram o ponto alto do cinema como espectáculo de massas, mas claramente estratificado pelos diferentes tipos de salas e respectivos espaços. Os rituais da ida ao cinema atraíam então, todas as camadas da população.

A concorrência da televisão a partir dos anos 50, forçou as produtoras a apostarem em filmes que exigiam ecrans de grandes dimensões, concorrendo assim para a construção de edifícios desproporcionados da população residente nos locais de implantação.

Nos anos 60, a juventude prefere os **Estúdios** às grandes salas que começam a ficar desertas. No **final dos anos 70,** entra-se na fase dos **multiplex.** Algumas grandes salas são divididas noutras de pequenas dimensões. Contudo, a situação mais frequente é o seu encerramento. Os novos multiplex possuem uma novidade importante quanto à sua localização - inserem-se, em regra, em **centros comerciais.** O melhor exemplo desta nova localização e que constituí desde logo um caso de evidente sucesso foi o das 10 salas do Amoreiras Shopping (1985). Nos anos 90, o modelo reproduziu-se em todos os grandes centros que entretanto abriram, como o Cascais Shopping, Gaia Shopping , Arrábida Shopping, CC Colombo, Norte Shopping e outros. As dimensões reduzidas das novas salas, permitem oferecer uma melhor qualidade de som, aspecto a que as novas gerações de espectadores são particularmente sensíveis.

O ritual de **ir ao cinema** foi substituido pelo de **ir a um centro comercial**. Nas novas salas, as próprias cadeiras estão já equipadas com um buraco redondo para o espectador enfiar o saco dos aperitivos ou a bebida. No Central Shopping no Porto, à volta das salas de cinema pretende-se desenvolver uma vasta animação comercial que passa por um serviço de bar, gelataria, loja de video...As técnicas de **merchandising** dominam hoje a actividade cinematográfica em todo o mundo.

comerciais continua a exprimir de forma concludente o desejo de libertação dos traumas de privação do passado e dos condicionalismos do consumo que os baixos salários e a crise económica ainda impunham[1074]. Mesmo que fosse só, e sobretudo, para ver e ser visto, a população apropria-se destes espaços integrando-os no seu quotidiano, ocupa neles de forma privilegiada, os seus tempos livres. Com relativa segurança e num aparente ambiente cosmopolita, esquece a degradação e insegurança do exterior[1075].

Noutras diversões, Lisboa revela também a sua contemporaneidade. A moda atinge então uma enorme popularidade entre todas as camadas sociais. Trata-se de mais um caso paradigmático da manifestação de um desejo profundo de identificação com um imaginário cosmopolita no qual se envolvem altos dirigentes do Estado. Investem-se então somas consideráveis em escolas, desfiles e promoção de estilistas no estrangeiro, na produção de uma imagem de moda do país que não tinha qualquer relação com a

---

Numa época que procura avidamente os grandes espectáculos de **imersão numa outra realidade**, era natural que surgisse também em Portugal o primeiro cinema capaz de criar um envolvimento total do espectador. Aberto em 1993, o **Cinema Imax** permite a expansão da imagem para lá do reconhecimento geométrico normal. Com um écran de 16,6 m de altura e 22,7 m de largura e um sistema de som com 15 mil watts, dá a ilusão de se estar dentro e no centro da acção.

Nas salas de teatro o fenómeno é todavia mais grave. A fase das **grandes salas** que se desenvolveu até aos anos 60, estava associada aos rituais da ida ao teatro e a toda à carga simbólica que estes rituais continham. O teatro, dito "comercial", assim como a revista comparticipavam dos mesmos rituais. No **final dos anos 60,** começam a surgir as **salas improvisadas** em garagens, cervejarias, barracões, habitações, etc. Possuem menores dimensões e adaptam-se melhor ao novo tipo de teatro que emerge no país, denominado "independente". As novas gerações de espectadores aderem a este movimento, tal como no cinema. As antigas salas iniciam então uma longa agonia, assim como as suas companhias. Na década setenta, as rupturas com os formalismos difunde o conceito de sala improvisada. No entanto, na década seguinte, as novas gerações tornam-se mais exigentes em termos de condições de recepção de espectáculos, se não frequentam as grandes salas, também abandona as que são improvisadas. As experiências de instalar teatros em centros comerciais revelam-se também frustantes.

[1074] O período posterior a 1976 até aos anos 90 foi marcado pela feroz acção da burguesia para recompor os mecanismos de acumulação do capital anteriores a 1974/1975, nomeadamente introduzindo uma mudança brusca na distribuição dos rendimentos dos salários no rendimento nacional. Primeiro através da inflação, desvalorizando os salários sempre que os preços subiam acima dos respectivos aumentos. A introdução dos contratos a prazo, ao produzirem uma profunda instabilidade e insegurança da relação laboral, neutralizou a maioria das reinvindicações mais avançadas das organizações dos trabalhadores, levando muitos trabalhadores a aceitarem salários mais baixos. Mas o mais chocante exemplo foi a violação maciça e impune da legislação laboral através da generalização dos salários em atraso. "O processo de desvalorização da força de trabalho fez restituir a coerência interna às práticas no interior das relações de produção capitalistas. Fê-lo adequando as práticas do controlo do processo produtivo e da relação salarial o nível (mais retrógado) das relações de produtividade"(Cfr Boaventura Sousa Santos, *O Estado e a Sociedade*.. p. 130).

[1075] Este fenómeno não deixa de revelar as novas marcas de diferenciação social. Tradicionalmente as habitações das classes mais desfavorecidas, por serem exíguas nunca deixaram de "empurrar" os seus residentes para o desenvolvimento de sociabilidades fora de casa, fossem nas ruas, cafés ou nas associações de bairro, fazendo com que estes espaços públicos se transformassem progressivamente em extensões dos espaços familiares. "Um território que não era olhado com receio ou visto como perigoso, mas que era considerado como uma extensão do espaço doméstico e um terreno "natural" para o desenvolvimento de certas sociabilidades", Paulo Antunes Ferreira, *Valores*...p.25. O centro comercial ou o hipermercado veio ocupar de certa forma o lugar das antigas tascas, cafés ou associações de bairro para estas classes sociais. Esta mudança não foi sentida de igual forma, pelas classes sociais mais abastadas, nomeadamente dispunham de outras condições de vida: habitações com espaços muito mais vastos, o que lhes permitiu chamarem para o seu interior as práticas de sociabilidade dos seus jovens. A rua passou lentamente a ser encarada como um terreno perigoso e indejável. Em alternativa à casa, estes jovens, passaram a aceder igualmente, com grande facilidade, aos novos espaços de sociabilidade de acesso condicionado, como os pubs, discotecas, etc.

nossa realidade do sector, nem com as suas perspectivas de reestruturação[1076]. Em sintonia com este fenómeno, as discotecas e os bares entram numa fase de massificação, alterando o quotidiano de alguns bairros[1077]. Alguns destes recintos de diversão são comentados na imprensa internacional.

Internacionalizar era a palavra-chave, ainda que seja quase sempre pela via do consumo de produtos importados. Na música que passa na rádio, predomina agora o inglês, sobre qualquer outra língua, incluindo o português. Todas as leis promulgadas para fixar cotas para a música portuguesa não são cumpridas nas estações do próprio Estado. Com regularidade, inicia-se a realização de grandes concertos de música pop-rock, como verdadeiros espetáculos de massas, onde predominam naturalmente as bandas internacionais[1078]. O campeonato Mundial de Fórmula 1, a partir de 1984, passa também a realizar-se em Portugal ainda que não conte com nenhum piloto português. Os únicos êxitos de internacionalização de portugueses[1079], para além do atletismo e do futebol, estão nas artes plásticas e na literatura.

Acompanhando igualmente as tendências internacionais, opera-se uma **regressão nos espetáculos ao vivo**[1080], com o consequente encerramento de muitas

[1076] Carlos Fontes, *Uma Industria...;* Idem, *A Alfaiataria*....

[1077] As transformações ocorridas no Bairo Alto foram neste capítulo paradigmáticas, para uma abordagem do problema consultar Maria Isabel Cervalho Duarte, *et al*, *Bairro Alto...*

[1078] É costume recuar os primórdios destes concertos ao Festival de Vilar de Mouros (1971), ou mesmo às várias edições do Cascais Jazz (a partir de 1973), e muitos mesmo filiam-no também nas várias Festas do *Jornal Avante* ! (a partir de 1976). No entanto, o que acontece por volta de 1980, é a irrupção de um movimento descentralizado em volta da música, no qual, através de uma intensa propaganda se procuram reunir grandes massas de espectadores , numa verdadeira festa colectiva. A receita do sucesso assentou numa sucessão de actuações de grupos em voga com outros em fins de carreira, mas como um estatuto quase mítico no mundo da música internacional. Neste sentido, o concerto de Milton do Nascimento, em 1980, no Coliseu, pode ser considerado o início do movimento. Outros músicos brasileiros de primeiro plano se lhe seguiram, sempre com enorme êxito. O sucesso destes concertos é apropriado pela Rádio Comercial, que promove em directo, o Programa "Febre de Sábado de Manhã", com Júlio Isidro.Nestes, desfilam não apenas bandas estrangeiras, mas também são projectados novos valores portugueses como os Trovante ("Baile do Bosque") ou os GNR ("Portugal na CEE").

[1079] Na música popular, como refere Jorge D. Pires *(Alguns...)*a internacionalização não passava de uma miragem que apesar de tudo mobilizou muitos profissionais e empolgava a imprensa. Contudo, rapidamente se reconhecia que falhava quase tudo (distribuição internaciona de discos, ausência de agesntes e apoios logisticos, etc). As únicas referências com alguma projecção continuaram a ser Amália Rodrigues. José Afonso, na 2ª. metade dos 70, efectuou uma digressão europeia com relativo sucesso, aproveitando o impacto da Revolução dos Cravos. A actuação do grupo Heróis do Mar em Paris, no ano de 1982, na festa do semanário "Actuel" serviu sobretudo para a sua promoção interna. Apenas nos anos 90, com grupos como Madredeus (1991) e depois com Dulce Pontes, se logrou neste domínio ultrapassar a barreira do isoalmento. Na Música Clássica, o panorama é todavia diverso.

[1080]Nos **espectáculos teatrais** a diminuição do nº. de espectadores inicia-se após 1976, para atingir os valores mínimos por volta de 1986. Apenas a partir de 1990 voltou de novo a subir, para a seguir a 1996 inverter a tendência de subida. Pelo caminho, o **teatro de revista** e o **teatro de comédia** praticamente desaparecem, ou confinam-se as esporádicos espectáculos no Parque Mayer, na província ou entre as comunidades de emigrantes no estrangeiro. Apesar do **ê**xito alcançado com a peça "Passa Por Mim no Rossio"-Revista à Portuguesa (1992/93), o mesmo não deixou de mostrar que não existia um público suficientemente expressivo para sustentar este tipo de espectáculos com regularidade. Os denominados grupos de "**Teatro Independente**", têm conseguido sustentar o seu público à custa do aumento do número de bilhetes por convite (cerca de 1/3, em 1997), praticando preços especiais (descontos para professores, a 3ª idade, escolas, etc...), mas também, devido a um trabalho articulado com escolas e autarquias.

No **cinema,** registou-se o mesmo fenómeno de diminuição de espectadores desde 1976, quando foram contabilizados 38,6 milhões de bilhetes vendidos. Em 1996, não ultrapassavam os 7,6 milhões**.** A concorrência da televisão é um factor a ter em conta, mas também, a partir de 1986, a difusão do video.

salas[1081], levando à quase extinção de alguns géneros, como a revista à portuguesa ou o teatro de comédia. A única saída parece estar na integração dos espetáculos numa lógica de mero consumo e diversão.[1082]

Constata-se também que apesar da contínua diminuição do número de espectadores no cinema, teatro, ópera, concertos de música clássica, sobretudo depois da entrada de Portugal na CEE, assistiu-se a um aumento impressionante do números de espetáculos de variedades com características marcadamente populares, quando não, boçais. Facto que as estatísticas oficiais ignoraram.

Diversos estudos se tem mostrado que a repartição dos gastos do consumidor português tem vindo a evoluir de forma muito positiva nas despesas relacionadas com a cultura e lazer[1083], omitem todavia a questão da sua diversidade e natureza. A única certeza que temos é que nestes gastos se têm vindo a privilegiar as diversões

---

Contudo, o problema de fundo, parece residir na própria localização, condições técnicas e serviços prestados nas salas de cinema mais antigas. A recuperação do número des espectadores a partir de 1997 ficou a dever-se aos multiplex localizados nos Centros Comerciais.

[1081] A diminuição da frequência a espectáculos de teatro, cinema, dança, ópera, ou concertos de música clássica, para só citar estes, tem sido explicada, por factores ligados às características das nossas cidades, e aos locais onde as salas estão implantadas.

Os locais onde se situam as principais salas de espectáculos, nos centros urbanos, estão hoje despovoados ou com uma população envelhecida. A maioria dos seus potenciais espectadores habita actualmente na periferia dos centros urbanos. A dificuldade de acesso e outras condicionantes similares, contribuem de forma decisiva para afastar as pessoas das salas de espectáculos.

A insegurança sentida pelas pessoas, sobretudo à noite, nos grandes centros urbanos, parece estar a motivar o seu refúgio em espectáculos domésticos (programas televisivos, audição doméstica de música, video doméstico, jogos de computador, etc). As telenovelas, iniciadas em 1976, foram neste contexto, apenas um fenómeno, não a causa principal como tem sido apontado.

A atomização das populações urbanas deveria, em princípio, ser acompanhada pelo incremento da informação ou publicidade dos espectáculos, o que só raramente tem acontecido. É frequente que os espectáculos de qualidade se traduzam em fiascos de público por uma deficiente promoção.

Na construção dos novos recintos, como os auditórios municipais ou de organismos centrais do Estado, se reunem óptimas condições para conferências ou pequenas audições musicais, o mesmo não acontece para a realização de espectáculos de companhias de teatro profissional ou de dança, nem para a actuação de uma orquestra .

A diminuição das salas de cinema é a consequencia lógica da queda do número de espectadores, apesar de se constatar alguma "decalage" neste processo. O encerramento dos cinemas é, em geral, feito só alguns anos depois das respectivas salas terem cessado a sua actividade de exibição regular. A ligeira subida das salas de cinema verificada a partir de 1990, deve-se em grande parte à abertura das pequenas salas em centros comerciais.

No entanto, verifica-se que o número de lugares criados pela abertura destas novas salas é, em termos globais, inferior à redução de lugares decorrentes do encerramento das grandes salas de cinema em todo o país.

[1082] O impacto da televisão, mas também das grandes produções cinematográficas sobre os espectáculos ao vivo, está ainda mal estudado, nomeadamente quanto ao aumento das exigências na sua concepção e realização. Para obterem efeitos idênticos, tornou-se habitual e necessário o recurso a sofisticados meios tecnológicos destinados a produzir o envolvimento dos espectadores. Um novo conceito de espectáculo começou a impor-se em todas as áreas - o espectáculo como pura diversão. O recurso às novas tecnologias tornou-se tão banal, como a reprodução dos hábitos domésticos durante os espectáculos. Comer, dançar ou deslocar-se pelo recinto dos espectáculos tornou-se uma prática corrente nos mega-concertos. O êxito assinalável dos denominados mega-concertos (difundidos em Portugal a partir dos anos 80), parece traduzir uma combinação de duas componentes: uma forte promoção publicitária e a exploração dos recursos multimédia criando o **espectáculo total**

[1083] Assim, segundo dados do INE, em 1981, a alimentação representava cerca de 40% na estrutura de consumo das famílias portuguesas e 30,2% em 1989. Do lado oposto, os gastos em cultura e lazer, passaram de um peso de 9% em 1981 para 21% no mesmo período. O problema central prende-se com a questão de definir o conteúdo dos itens que integram os gastos com a "cultura" e o "lazer".

domésticas, nomeadamente aquelas em que se faz recurso a **novas tecnologias de informação e comunicação.**

Vídeos (1980), computadores (1982), parabólicas (1986)[1084], Telemóveis (1988)[1085], Cds (1989) e depois os **CD-Room (1993)** tornaram-se nos novos símbolos da modernidade, contribuindo para o aparecimento de novas ofertas culturais[1086]. As **rádios** multiplicam-se, a partir de 1983, pondo fim ao monopólio da RDP/Radio Renascença[1087]. A **televisão,** onde imperam as **telenovelas** [1088], Continua todavia a ter um papel central nesta cultura dita "doméstica" ou de "apartamento"[1089].

A paixão pelos jogos prossegue, assistindo-se a uma verdadeira explosão de jogos eletrónicos domésticos, mas também dos **salões de jogos** para o grande público (1986)[1090].

A Feira durante os anos oitenta, era, como vimos, o espelho de uma cidade urbanisticamente desqualificada, onde a animação festiva era uma necessidade vital de sobrevivência. O visitante habituado a este quotidiano citadino rapidamente na Feira também se alheava do aspeto degrado do seu conjunto, para se concentrar apenas no prazer que sentia nos restaurantes ou divertimentos. O espaço público era, como na cidade, uma ficção, que ninguém sente como seu, nem sequer encontra referências de identificação. O importante era o próprio prazer que se conseguia obter.

4.5.7. A Euforia Consumista

Nos **anos 90**, consolida-se a degradação dos espaços públicos, mas também a terciarização e desertificação das áreas centrais de Lisboa. As memórias do tempo são apagadas nas fachadas dos edifícios, com a instalação de uma longa e desordenada sucessão de vidros encaixilhados. As grandes vias que retalham a cidade apenas

[1084] A difusão das parabólicas, a partir de 1986, ao permitir o acesso à informação veiculada por estações internacionais que emitiam por satélite, foi o primeiro passo para o fim do monopólio do Estado.

[1085] A difusão dos telemóveis entre nós, só se começa de facto a realizar após 1988. Até então a rede era apenas analógica e a TMN detinha o monopolio do sistema.

[1086] Os Clubes de Video tiveram a sua fase de maior expansão, entre 1986 e 1991. Paralelamente as casas de material informático, têm vindo também a popularizarem-se, nomeadamente pela venda de jogos electrónicos e CD-ROMs.

[1087] O movimento das rádios livres video pôr fim à partilha das audiências estabelecida em 1975, entre a RDP e a Rádio Renascença, em virtude da nacionalização das emissoras de rádio (Dec-Lei nº.674-C/75).
O movimento das rádios livres, vulgo "piratas", difunde-se sobretudo a partir de 1983. Uma das primeiras rádios foi a "RAL" (Abrantes) em Abril de 1981. O proceeso de legalização só teve lugar em 1988 (Dec-Lei 87/88, Decretos 338/88 e 30/92) , tendo-se traduzido na abertura de 310 rádios locais e 2 rádios regionais. As posteriores associações ou fusões, vieram a dar origem a novas rádios de dimensão nacional

[1088] Recorde-se o triunfo da televisão, sobretudo depois de 1976, com a introdução das telenovelas em horários nobres, criando igualmente um novo modelo de ficção

[1089] Fernando Pereira Marques, *De que*...p. 56 e segs.

[1090] Este fenómeno não sendo exclusivo de Portugal, espelha de forma exemplar a sensibilidade e os valores dominantes nos anos oitenta: "A sede da acção, a busca da novidade e a avidez de sensações", Cristina Duarte *et al*, *O Efémero*...p.238.

aumentam a sensação de fragmentação dos bairros. O espaço disponível nas avenidas, ruas ou praças são disputados pelos automóveis. Face a esta situação caótica, os lisboetas redobram os seus investimentos em habitações secundárias na região ou na província. Aldeias e vilas são transformadas em enormes parques habitacionais para a descompressão de citadinos em fuga. A melhoria das acessibilidades ao encurtar as distâncias geográficas facilita o êxodo para locais cada vez mais distantes. Os sinais de mudança nesta lógica surgem após 1994, quando se começa a empreender a limpeza e reconversão da zona ribeirinha. Era a redescoberta de uma vasta área de lazer, não obrigatoriamente envolvendo consumo, que Lisboa neste final de século tanto carece.

O aumento dos rendimentos familiares traduz-se numa euforia consumista que atinge largos estratos da população, acelerando o seu processo de endividamento. Os centros comerciais aumentam de dimensão, integrando agora grandes áreas destinadas exclusivamente para divertimentos. O seu êxito continua a estar associado não apenas à diversidade das ofertas, mas sobretudo, à segurança que oferecem[1091].

Mas o principal fenómeno deste período foi o aumento da informação. Um número consideravelmente superior de portugueses passou a fazer turismo no estrangeiro, retificando deste modo, a informação que é veiculada internamente sobre o mundo. A maior de todas as aberturas foi todavia provocada pela maior diversidade de canais de televisão, a difusão da Internet e outros meios de comunicação. Nesta aldeia global, os portugueses não apenas encontraram novos apetites para a diversão, mas tornaram-se também mais exigentes quanto à sua diversidade, dimensão e sofisticação, malgrado todas as disparidades sociais.

4.8. Novas Feiras e Parques de Diversão

Quando foi inaugurada em 1943, a Feira Popular de Lisboa tinha apenas como concorrência no género entre nós, um acanhado parque de diversões no Parque Mayer. O modelo dos "luna parques" difundido nos filmes norte-americanos eram não apenas algo distante dos horizontes dos lisboetas, mas sobretudo afastado das suas práticas e desejos quotidianos.

[1091] Cfr. Público, de 24/11/1997. Num Estudo efectuado pela Fac. de Psicologia do Porto, revela-se que 63,2% dos entrevistados das cidades de Lisboa e Porto manifestam "níveis elevados de medo" e que um número muito significativo tinha já adquirido instrumentos de defesa pessoal. Cenas de roubo, droga, violência gratuita tornaram-se omnipresentes no imaginário quotodiano dos seus habitantes. Sair à noite tornou-se uma empresa temerária para muitos lisboetas, sobretudo porque a cidade começou a perder os seus espaços públicos de convivêncialidade gratuita - como os seus jardins, parques, ruas, largos ou praças -, em favor de grupos marginais, automóveis, etc. "As cidades portuguesas, escreve Eduardo Dâmaso, limitam-se a empurrar as famílias para os centros comerciais, erigidos hoje em verdadeiros "jardins" públicos, mais do que em catedrais de consumo" ("Em Público", in *Público*, 25/11/1997).

A realidade mudou hoje tanto no plano interno, quanto externo, impondo modelos de referência que ultrapassam o próprio conceito de *parque de diversões.* A própria diversão tornou-se numa componente essencial da nossa sociedade, onde os motivos e padrões internacionais predominam.

Abertura de novas feiras de diversão esteve, como vimos, ligada aos fenómenos de concentração urbana e à consequente desagregação da sua vida comunitária. O processo foi muito lento em Portugal, não sendo pois de estranhar que a abertura de novas feiras de diversão se fosse fazendo de forma muito espaçada no tempo.

O Porto teve as suas primeiras feiras de diversões em 1943, - O Parque das Camélias e a Feira dos Saldos/Feira Popular do Norte--num claro sinal de disputa histórica com a capital. As restantes cidades do país, com exceção de Coimbra, tiveram que se contentar com as feiras mais tradicionais, onde apesar de tudo, as zonas de diversão sempre foram consideráveis.

Será necessário esperar pelos anos oitenta, para se começarem a discutir com alguma insistência a criação de parques temáticos em Portugal. As práticas de diversão estavam então largamente difundidas. O tempo livre e o aumento de rendimentos, apesar da crise económica, era uma realidade.

Coincidindo com a entrada de Portugal na CEE, em 1986, assiste-se à expansão dos **parques aquáticos,** cuja dimensão vai num crescendo que só termina após os graves acidentes de 1993. Neste ano, contavam-se então em todo o país, 24 aquaparques, localizando-se um deles em Lisboa.

A abertura do Eurodisney em 1992[1092], devido à sua enorme repercussão mediática, acaba por elevar ainda mais as expectativas em termos de diversão dos portugueses. A necessidade deste tipo de parques de diversão torna-se largamente partilhada. Era uma exigência da própria afirmação da modernidade do país. É neste contexto que surgem várias tentativas de criar grandes parques de diversão segundo modelos norte-americanos. Em 1991, surge a **Bracalândia** em Braga (1991)[1093], mas também o fracassado "**Odilândia Park"** em Loures[1094], a que se segue depois o **Zoo**

[1092] Na Europa foi enorme mudança que ocorreu em relação aos parques de diversão depois da abertura do Eurodisney , tendo-se assistido a dois fenómenos paralelos:

a) O aumento na frequência nos restantes parques europeus;

b) A difusão que provocou dos novos conceitos de diversão, muito bem descritos por Umberto Eco, na sua viagem à irrealidade do quotidiano norte-americano.

O público português não ficou indiferente a todo este processo. Como é sabido, desde 1992, muitos milhares de portugueses, através de agências de viagens ou por outros meios passaram a deslocar-se com regularidade ao Eurodisney.

Uma coisa parece ser certa, a Feira Popular de Lisboa surgiu claramente diminuída neste confronto. Terão aproveitado o Zoo Marinho ou o Playcenter do CC Colombo?

[1093] O Parque Bracalândia, inaugurado a 25 de Abril de 1991, possuía uma área de 53 mil m2. Desenvolvendo-se em torno de um cenário evocativo do oeste norte-americano (uma "aldeia" de "cowboys"), a que não faltam o tradicional forte apache, "saloon", casa do xerife, mercearia, banco, telégrafo, grande hotel, etc. Para além destas evocações, a fim de contemplar (e rentabilizar) outros gostos, tinha também um "mini-zoo" e um "lago". Em termos de divertimentos oferecia todos aqueles que são hoje habituais neste tipo de parques de pequena dimensão: a "Grande Roda", a "montanha russa", o "castelo fantasma", o carrocel de póneis, o "casino"royal" com máquinas de flipers, os carros de choque, etc. A área dos "comes e bebes" era servida por 4 restaurantes e 8 bares. O parque era propriedade da empresa "Luso Parques" de Alexandre de Oliveira. No ano de abertura, foi visitado por cerca de 120 mil pessoas (cfr. J.N., 12/4/1992)

[1094] Na antiga várzea de Loures, junto à estrada da Paiã, próximo de Odivelas e às portas de Lisboa, em 1991, foi anunciado como o grande parque que iria substituir a Feira, juntando os atractivos de um parque de diversões aquáticas, de pistas de karting, com outros divertimentos habituais de uma Feira Popular (cfr. *O Público*, 2/1/1991).

Marinho perto de Albufeira. Em Braga e em Albufeira é aplicado o novo conceito de acesso aos divertimentos: os visitantes adquirem um bilhete único que lhes permite o acesso a todos os divertimentos que o parque possui. Este facto implica que todas ofertas de diversão sejam pensadas como um todo. O modelo de diversões racionaliza-se, impondo a criação de uma gestão centralizada. Deste modo termina o conceito da feira enquanto comunidade de feirantes ambulantes.

Neste final dos anos 90, começam a surgir os grandes projetos de diversão. A proliferam dos **centros comerciais** foram preparando o caminho para a desmaterialização do consumo, e sobretudo para tornar os locais de consumo de massas pelo **voyeurismo lúdico**. A abertura do Centro Comercial Colombo, com o seu **Playcenter**, em 1997, a que se seguiu a implantação no **Zoo**[1095] de um parque de diversões, mas sobretudo a **Expo98,** colocaram os equipamentos de diversão no país num plano internacional. Neste último caso, para além do carácter simbólico que se procura conferir ao acontecimento, o que sobressai é a sua dimensão lúdica para os visitantes[1096]. Os discursos mais repetidos insistem na tecla, que a cidade irá possuir a partir de então novos de lazer e para a organização de eventos culturais, etc. O fenómeno é comum a todo o país, onde não param de serem anunciados novos projetos, onde a dimensão lúdica se torna na componente essencial, o Parque de Ciência de Vila da Feira[1097], o **parque temático de Foz Côa**[1098], **Europa dos Pequenitos** em Aveiro, **Porto 2001**/Capital Europeia da Cultura, Euro 2004…

5. Construção/ Desconstrução de um Modelo de Diversão

5.1. A feira multiclassista (1943-1956).

A Feira Popular de Lisboa encarnou nesta fase o que chamaremos de **Modelo Tradicional** de diversão urbana, assente num compromisso entre a tradição das antigas feiras entre o ideário do regime corporativo e as novas exigências da vida urbana.

O espaço foi também concebido de modo a permitir uma grande interação física dos visitantes, com um apelo constante aos seus sentidos. Os rituais de manducação e

[1095] Desde 1991 que, no Zoo, se foram instalando equipamentos de diversão ocupando áreas cada vez maiores. Tudo começou com a boneca "Eva-Viagem ao Corpo Humano" (1991), pelo meio ocorreram exposições de "Dinaussaurios", terminando em 1998, no **Animax.** Este parque de diversões, construído com apoios oficiais, continuou a destruir o que ainda resta das intervenções de Raul Lino.

[1096] A Expo98, embora fossem acompanhado de um programa cultural, assim como justificado como um projecto imobiliário de requalificação urbana, o que sobressaia de evento era o seu carácter de uma verdadeira feira de diversões.

[1097] O Visionarium - centro de Ciência do Europarque foi inuagurado a 14 de Setembro de 1998, pretendo-o combinar a divulgação cientifica com a diversão (cfr. Expresso, 25/7/1998).

[1098] Em Foz Côa anuncia-se a abertura para 21 de Maio de 1999 de um parque temático alusivo ao período paleolítico. O projecto pertence a um consórcio luso-espanhol. Previa-se a edificação de estruturas que ocuparão uma área de 15 mil metros quadrados, capazes de acolherem 250 mil pessoas anualmente (cfr. *Público*, 29.11.97)

libação desempenham um papel central. Para o visitante o que sobressaia eram as pessoas e a sua agitação entre coisas com as quais se misturam. Todo o seu ambiente ainda está muito próximo das feiras e mercados tradicionais.

As diversões são encaradas como um mecanismo de enraizamento. Os divertimentos mais populares são ainda tradicionais, como as praças de toiros, os fantoches, os carroceis. Nas decorações predominam os motivos que evocam temas ou símbolos regionais ou históricos consagrados pelo regime.

A Feira foi concebida também como um espaço sincrético para populações urbanas e rurais, de modo a abranger todos os grupos sociais e camadas etárias que na altura ainda convivem sem grandes problemas de segregação, mas já com territórios de diversão perfeitamente definidos. As experiências de afirmação e reconhecimento das hierarquias sociais continuavam a assentar em manifestações de convivialidade social e interação pessoal. A diversidade de estatutos sociais são ainda facilmente reconhecidos.

Refletindo um compromisso com as novas exigências urbanas, a Feira foi confinada a um recinto fechado - como aconteceu com o "Parque de Atracções" da Exposição do Mundo Português- traduzindo deste modo uma maior preocupação com a vigilância e o controlo dos visitantes.

Paralelamente, recorde-se, assistiu-se também à expulsão das ruas e das praças públicas das diversões espontâneas, isto é, não organizadas, segundo procedimentos burocráticos do Estado, assim como à sua encarceração em espaços de acesso condicionado na cidade ou nos seus arredores.

Por último, dada a ausência de grandes espaços de consumo e de diversão na cidade, não será abusivo dizer que a Feira correspondia ainda ao mito da grande "festa" coletiva que o processo de urbanização destruira nos campos. Neste sentido foi concebida como um microcosmos de mostras de produtos, um recintos de convívio e de divertimento em tornos dos quais, ruidosas aglomerações de visitantes faziam uma Festa em rituais de consumo segundo o seu grupo de pertença.

Chegados a este ponto, a nossa análise parece apontar para que a abertura da Feira, em 1943, tenha sido pelo menos de início de inserida um novo mecanismo de controlo das populações urbanas, assente em diversões promovidas pela imprensa como o apoio do Estado, procurando-se criar uma visão alegre de uma realidade sombria. Esta acção parece ter sido realizada contra a vontade manifestada pela própria Igreja.

O Estado Novo, numa estratégia de sobrevivência, estimulou e apoiou o aparecimento de formas de diversão para grandes massas, mesmo que estas se revelem à margem dos valores ideológicos que publicamente defendia, tendo em vista encontrar meios de descomprimir as tensões sociais acumuladas.

5.2. A Transição (1957-1960)

Numa altura que o país atravessava uma fase de profundas mudanças políticas, económicas e sociais, a tradição da Feira Popular é abruptamente interrompida, sendo pela primeira vez colocado em causa o **Modelo Tradicional**. As duas Feiras promovidas pela CML no Jardim da Estrela, em 1957 e 1958, refletem a dificuldade de definir um novo modelo. Na primeira, evoca-se um modelo popular, no segundo,

pretende-se fazer uma feira com "cunho moderno", mas o que se realiza são evocações do passado colonial.

Esta aparente indecisão reflete também a dificuldade do próprio regime em se situar num tempo cujas tendências evolutivas não controla.

5.3. Feira Urbana (1961-1973).

A mudança da Feira para Entre Campos, integra-se no crescimento urbano da cidade, no qual se vão apagando todas as marcas de ruralidade. Não foi apenas o Mercado Geral do Gado, construído no século XIX que desapareceu, foi a áurea aristocrática que terminou. Deixa de haver referências à frequência da feira por aristocratas ou intelectuais. A sua componente interclassista desaparece. Os próprios equipamentos culturais que pretendiam servir de polos de atracão para os grupos sociais de maiores rendimentos entram numa rápida crise financeira.

Doravante a Feira é um local popular, destina-se a massas urbanas que genericamente se encaixam na categoria de "povo". Ora, é aqui que está a principal novidade do novo modelo da Feira. Face ao crescente acesso de largas massas a elevados padrões de consumo, em virtude do progressivo aumento dos rendimentos familiares, as distinções sociais que através de simples relações interpessoais que anteriormente se faziam com facilidade deixam agora de ser viáveis. Neste sentido, espaços como a Feira são perigosos porque igualizam todos os seus visitantes. Torna-se agora necessário investir em novos espaços de distinção social, selecionar com redobrado cuidado a frequência de certos locais para não ser ser confundido com os demais. A imagem do local cola-se aos seus frequentadores. Feira é neste caso um local a evitar, sobretudo para quem tenha pretensões de ascensão social.

O **Modelo Popular** de forma mimética combina evocações das feiras tradicionais, mas o que daí resulta são simples elementos decorativos, adaptados a uma população urbana cada vez mais longe da sua memória. A sintonia com o ideário do regime, é pontuada pela atribuição de nomes de reis e de terras a ruas e praças, mas estes passam desde logo despercebidos.

A Feira, para o poder, deixa de ser um local de enraizamento, onde se consolidavam certas referências da ideologia do regime, para ser cada vez mais um local de descompressão das tensões sociais destinados a camadas de menores rendimentos. Àqueles que tinham menos hipóteses de escolha. O essencial da Feira resume-se a três coisas: vinho em abundância, comida quanto baste e muitos jogos. O país estava em guerra, havia que distrair a população.

5.4. Crise de Identidade (1974-1979)

A Feira está aparentemente fora do tempo. Não se identifica com a imagem da cultura popular então difundida pelo Estado. Os seus divertimentos são vistos como formas de alienação e exploração do povo. Mais do que distrair havia que mobilizar, dinamizar.

Os que então são beneficiados com o aumento dos tempos livres e dos rendimentos familiares, começam também a procurar outros locais de diversão. Dirigem-se para as praias do litoral, o Algarve, inundam os parques de campismo, deixando atrás de si uma cidade deserta aos fins-de-semana e feriados. Procuram os símbolos de um novo bem-estar, que possam ser vistos como mais um degrau na desejada ascensão social. A Feira, neste aspeto provoca alguma atração das populações marginalizadas, mas também entre os emigrantes. Os primeiros não têm grandes hipóteses de escolha, ela é ainda um local de descompressão e sublimação das expectativas de mudança sempre adiadas. Os segundos procuram nela as imagens do país que deixaram, para aí se afirmarem. Vivem presos ao passado.

5.5. Procura dum Modelo (1980-1989)

Após um período de intensa participação política (1974-75), o refluxo do movimento social foi acompanhado em Lisboa pela febre da diversão. Contudo, o deslocamento das pulsões orientou-se para os novos bares e discotecas que começaram a invadir primeiro as zonas da cidade conotadas com a prostituição (Intendente e Cais do Sodré), e depois, já no princípio dos anos oitenta, o Bairro Alto. A "explosão" do denominado "Rock à Portuguesa" acaba por funcionar como catalisadora deste movimento ao atrair enormes massas de jovens aos novos locais de diversão. Este fenómeno é acompanhado por uma elevação sensível do nível de vida da população, que apesar da profunda crise económica que o país atravessou entre 1975 e 1985 não deixa de ocorrer. Os Centros Comerciais lentamente tornam-se nos principais polos de diversão, convívio e consumo habituando largos estratos da população a ambiências de consumo cosmopolitas.

Este movimento marca uma viragem profunda com os sinais do passado, sobretudo da tradição, procura o acesso a um consumo de massas pautado por padrões internacionais. É esse o grande objetivo que mobiliza agora o país, e que tem na adesão à CEE um levado capital de expectativas.

Neste contexto, assiste-se ao encerramento de muitos espaços tradicionais ou que num passado ainda recente possuíam um levado prestígio, como as casas de fado, grandes salas de teatro e de cinema. O Campo Pequeno é praticamente abandonado. As coletividades de cultura e recreio veem os seus membros mais jovens ou com maior

projeção local desaparecerem, tornam-se muitas vezes, locais de marginais e de práticas ilícitas.

A CML envolve-se também, logo em 1980, num ruinoso projeto de criação de um "Luna Parque" com o qual pretende dotar a cidade de um parque de diversões a nível internacional. A Feira era considerada por esta como um local indigno da cidade, tendo por isso, os seus dias contados pelo camartelo municipal.

Aos feirantes não restava outra alternativa senão a de reagiram, contra a imagem da Feira com um local **Popular.** Procuram então torná-la num grande **centro comercial ao ar livre**, aberto durante todo ano. Nela não faltam restaurantes, lojas para a venda de todo o tipo de produtos, incluindo apartamentos. Para além de divertimentos, organizam-se os mais variados espetáculos, assim como outras manifestações, como exposições de arte. A confusão de elementos decorativos, uns vindos do passado, outros acrescentados no momento, permite-lhe neutralizar todas as conotações tradicionais ou populares. Nenhum predomina. A Feira é um local onde cada um desfruta como quer. Uns frequentam-na só para comer ou tratar de um negócio qualquer. Outros para se revelarem os seus sentimentos de pertença a uma dada região participam em manifestações **regionalistas** que então são incrementadas. Todas estas ações são pontuais, dirigem-se a públicos-alvo, como as campanhas de promoção de um hipermercado qualquer. O espaço não é de nenhuma em particular.

Esta lógica comercial tinha o seu preço. A Feira passa a concorrer agora com os centros comerciais. Quanto maior o número destes, maiores são as dificuldades para atrair visitantes.

5.6. Confronto de Modelos (1990-1998)

Os anos 90 marcaram o início da euforia consumista dos lisboetas, apesar das inúmeras bolsas de pobreza que por todo são visíveis. Os investimentos em equipamentos de diversão nunca foram tão elevados, prevendo-se que num futuro próximo ainda venha a subir muito mais. Em teoria, nunca houve também tanta procura. No entanto, desde 1989 que na Feira não tem parado de diminuir o número de visitantes. Ora, neste ano, foi precisamente concebido o maior de todos os projetos de diversão, a Expo98, o qual veio aliás a permitir pôr em confronto dois modelos que continuam a polarizar as práticas de diversão:

- O **modelo cosmopolita** de diversão**,** cujo melhor exemplo foi justamente a própria Expo98. Reportando-se a padrões estéticos e modelos internacionais, é o corolário de uma ânsia de modernidade cuja trajetória histórica já assinalamos nos seus momentos marcantes.

- O **modelo popular** de diversão**,** híbrido nas suas componentes, continua a ser identificado com a feira popular. Nele se fundem evocações difusas de tradição, valores regionalistas, mas também uma estética oriunda de uma cultura de massas assimilada por subculturas locais.

Entre um e outro modelo tem-se recusado os compromissos, as transigências[1099]. As apaixonadas discussões em torno das previsões sobre o número de visitantes da Expo98[1100], foram neste capítulo, um excelente exemplo da dificuldade de diálogo entre os que se identificam com um ou o outro dos modelos. Os promotores do primeiro modelo partiram do pressuposto que o país estava rendido a uma certa conceção de modernidade. Verifica-se pouco depois que todos os seus cálculos haviam falhado. A avaliar pela afluência de visitantes nacionais a maioria da população parecia continuar apegado aos valores atribuídos ao modelo popular.

Na Feira, desde 1989, a crescente diminuição do número de visitantes, parece igualmente indiciar que o modelo que a mesma representa tem vindo a perder capacidade de atração de novos públicos ou mesmo de manter os que possuía.

Estamos em querer que o seu público não desapareceu, pelo contrário, continua maioritariamente a procurar locais de diversão identificadas com o modelo popular, mas agora dirige-se para as suas novas configurações que lhe tem sido dadas pelas mais recentes festas populares promovidas pelos municípios, coletividades ou comissões de festas locais, mas também nas novas conceções de espetáculos televisivos de grandes audiências[1101]. Nestas manifestações de carácter muito híbrido, continuam frequentemente a misturarem-se evocações de valores modernos com tradicionais.

[1099] A ideia da Expo98 é tributária em primeiro lugar da política desenvolvimentista dos governos chefiados por Cavaco Silva (1986-1995). A medida que se afirmou no poder, reforçou também o seu corte com o passado, a tradição, apostando na criação da imagem de um país moderno, europeu, universalista. No **Pavilhão de Portugal**, cujo conteúdo assentava num filme concebido por uma equipa estrangeira, o visitante fazia o percurso de um povo que tendo ultrapassado os medos e um mundo limitado, no encontro com outras culturas, descobre os novos valores que deviam nortear a humanidade. Recusam-se desta forma, os discursos centrados na história do país e na exaltação dos seus valores regionais.

Nas vésperas da sua abertura, reflectindo o confronto latente entre os dois modelos, discute-se, por exemplo, na Assembleia da República, m as também na imprensa, se na mesma se deveria ou não vender "sardinhas assadas" como na "Feira Popular". A questão emerge de novo numa polémica sobre a homenagem a Amália Rodrigues (27 de Julho), recusando os promotores quaisquer cedências ao imaginário fadista. Na polémica que então ocorreu sobre o assunto, Eduardo Prado Coelho, apenas descobriu uma manifestação de afirmação do Portugal Moderno e a Incompreensão do Portugal pré-moderno (cfr. *O Público*, 30/7/1998).

[1100] Nos meses que antecederam a abertura da exposição e nos que lhe seguiram, a questão das previsões quanto ao número de visitantes foi vivida de uma forma dramática. A primeira previsão que foi avançada apontava para 15 milhões de visitantes, o que faziam se traduziria em enormes filas de automóveis rodeando toda a região de Lisboa, e muitos outros idênticos cenários. Um mês depois da inauguração, a Expo98 registaram menos de 1,5 milhões de visitantes. As estimativas sobre o número final de visitantes começaram a fixar-se em torno dos 8 milhões. Apenas mais 2 milhões que a Exposição do Mundo Português em 1940! Dois meses depois, o número de visitantes pouco ultrapassava os 3 milhões. O objectivo era agora atingir os 9 milhões de visitantes (cfr. Expreesso, 25/7/1998). Em Agosto começa-se já a construir um novo discurso que procura descobrir as vantagens de tão reduzido número de vistantes (cfr. "O Bendito Erro que Faz a Expo Respirar", *O Público*, 2/8/1998). No final, acabou por se fixar em cerca de 10 milhões de visitantes.

[1101] A RTP, embora de forma comedida ensaiou continuamente uma aproximação ao grande público através das espectáculos onde eram parodiadas as cenas de feira. A "Córnelia" nos anos 70, foi um exemplo disso. A partir dos anos 80, como vimos, passou a realizar com regularidade programas na Feira. No entanto, vivendo em regime de monopólio, não tendo pois que procurar agradar ao maior número possível de espectadores, as referências mais boçais eram feitas de forma discreta ou complementadas com outras destinadas a públicos mais exigentes. A mudança ocorre quando terminou este monopólio. A SIC torna-se rapidamente um caso de sucesso, quando passa a difundir um nova concepção de programa televisivos, assente numa linguagem comunicativa simples e directa, com forte apelo emocional e de conteúdos que exploram frequentemente temas sexuais, o crime e os dramas pessoais, quase sempre num puro ambiente de diversão.

Carlos Fontes

Feira Popular de Lisboa

Diversão e Poder

Arquivos

Arquivo Nacional da Torre do Tombo
Caixa de Previdência do Pessoal da CML
Câmara Municipal de Lisboa (Alto da Eira e Arco do Cego)
Direcção-Geral dos Espectáculos
Feira Popular de Lisboa e Colónia Balnear *O Século*

Jornais e Revistas

A Bola
A Voz
A Feira do Século
Acção Médica
Almanaque
Análise Social
Autores - Revista da Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses.
Boletim Informativo da Feira Popular de Lisboa
Brotéria
Cidade Nova
Clio
Diário de Coimbra
Diário de Lisboa
Diário Popular
Diário de Notícias
Estudos Políticos e Sociais
Economia e Sociologia
Expresso
Feira de Lisboa. Jornal Anunciador do Parque Avenida
Flama
História
Informação, Cultura Popular e Turismo
Illustração Portugueza
Jornal de Notícias
Litoral
Lumen
Modas & Bordados
Novidades
Olisipo
O Século
Público
Revista Comunicação e Linguagens
Revista da Feira Popular de Lisboa
Revista Municipal (CML)
Rumo
Século Ilustrado
Sulco
Vida Mundial

Bibliografia

AAVV - A Industria da Cultura. Editora Meridiano. Lisboa. 1971

AAVV- *Colóquio Portugal 1974-1984. Dez anos de Transformação Social*. Revista Crítica de Ciências Sociais. Nºs. 18/19/20. Fevereiro de 1986.

AAVV- *O Estado Novo - Das Origens ao Fim da Autarcia (1926-1959).* Editorial Fragmentos. Lisboa. 2 vols. 1987 e 1988.

AAVV - *O Fascismo em Portugal*. Actas do Colóquio Realizado na Fac. Letras de Lisboa. Março de 1980. Edição Regra do Jogo. Lisboa. 1982.

AAVV - *Salazar e o Salazarismo*. Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1989.

AAVV - *L`Art de Masse N` Éxist Pas*, in, *Reveu d`Esthetique*, nº.3 e 4. Colecção 10/18. UGE. Paris. 1977.

ABNER, Cohen - *O Homem Bidimensional. A Antropologia e o Simbolismo em Socieades Complexas*. Zahar Editores. Rio de Janeiro.1978.

ABREU, Maria Filomena - *Os Engenheiros e a Radiofonia: dos anos Trinta ao Limiar da RTP*, in, *História* nº.29, Março de 1997. pág. 16-27.

ACCIUOLI, Margarida - *Os Anos 40 em Portugal. O País, O Regime e as Artes. Restauração e Celebração*. Tese de Doutoramento. II Vols. UNL-FCH. Lisboa. 1991.

ADORNO, Theodor W. - *A Industria Cultural*, in, Gabriel Cohen, (org), *Comunicação e Industria Cultural*. T.A. Queiróz., Editora. São Paulo. 1987.

ALMEIDA, Onésimo Teotónio - *O Renascimento da "Morte da Ideologia*", in, *Revista Comunicação e Linguagens*, nº. 6/7. Lisboa. 1989 (?).

ALTHUSSER, L. - *Análise Crítica da Teoria Marxista*.Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1967

ALVES, Anibal S. A. - *Como se Divertem os Portugueses*, in *Rumo*, nº.34. Dezembro de 1959.

ALVES, José Édil de, *A Paródia em Novelas-Folhetins Camilianas.* ICALP/ME. Lisboa, 1990.

ALVES, Pe. Felicidade (Selecção de Textos e Apresentação) - Cat*ólicos e Política. De Humberto Delgado a Marcelo Caetano*. Lisboa. 1970.

AKOUN, André - *A Sociologia*, in, *A Filosofia das Ciências Sociais de 1860 aos Nossos Dias*, François Châtelet (Dir), *História da Filosofia. Ideias e Doutrinas*. Publicações Dom Quixote. Lisboa. Vol. 7 . 1978

AMZALAK, Moisés Bensabat - *As Feiras em Portugal. Notas Históricas*. Lisboa. 1921.

ANTUNES, Manuel Luis Marinha - *Notas Sobre a Organização e os Meios de Intervenção da Igreja em Portugal***,** in, *Análise Social*, nº.72/73/74. Vol. XVIII. 1982.

ANTUNES, José Freire - *A Desgraça da República na Ponta das Baionetas. As Forças Armadas do 28 de Maio.* Livraria Bertrand. Amadora. 1978.

ANUÁRIO Estatístico. Portugal. Instituto Nacional de Estatísticas. Lisboa. 1943 (Abril de 1945) a 1963.

ARAÚJO, Norberto - *Peregrinações em Lisboa*. Livro V. Parceria António Maria Pereira. Lisboa. 1938.

ARENAS, José Fernández (coord.) - *Arte Efímero y Espacío Estético*. Editorial Anthopos. Barcelona. 1988.

ARENDT, Hannah - *As Origens do Totalitarismo*. Publicações Dom Quixote. Lisboa.1978

ARGAN, Giulio Carlo - *El Arte Moderno. La Época del Funcionalismo. La Crise del Arte como "Ciência Europea".* Fernando Torres, Editor. Vol. II. 6ª. Reimpresão. Valência. 1984.

ARISTÓTELES - *Poética*. IN/CM. Lisboa. 1986

ARISTÓTELES - *A Política*. Vega. Lisboa. 1998

ARON, Raymond - *L`Opium des Intellectuels*. Galimard. Paris. 2ª. Ed. 1968

ARRIAGA, Lopes de - *Mocidade Portuguesa. Breve História de Uma Organização Salazarista*.Terra Livre. Lisboa. 1976.
ARROTEIA, Jorge Carvalho - A Evolução Demográfica Portuguesa. ICALP. Lisboa.1985.

AUGUET, Roland - *Fêtes et Spectacles Populaires*. Flammarion.Paris.

B

BAKLANOFF, Eric N. - *Breve Experiência de Socialismo em Portugal: o Sector das Empresas Estatais*, in, *Análise Social.* Vol. XXXI (138). *1996.*

BAKUNINE - *O Conceito de Liberdade*. Edições Rés Limitada. Porto.1975

BANEYTO, Juan - *Informação e Sociedade.Os Mecanismos Sociais da Actividade Informativa*. Editora Vozes. Petrópolis. 1974

BANEYTO, Juan - *El Turismo como Complemento de la Informacion, in, La Informacion Configurante. Unce Ensayos sobre los "Média*". Madrid. 1975.

BAPTISTA, António Alçada - *Vida e Morte da Moraes*, in, Alter Ego. Nº.5. Lisboa.1988

BARREIROS, José Jorge e Maria Benedita Fernandes e Maria Filomena Mendes - *Alguns Aspectos da Vida em Lisboa -1850-1926.*Centro de Estudos de Sociologia. ISCTE. Lisboa. 1983.

BARRRETO, António (org.) - *A Situação Social em Portugal.1960-1995*. Instituto de Ciências Sociais. Lisboa. 1996.

BARROS, Júlia Leitão de - *Anglofilia e Germanofilia em Portugal Durante a Segunda Guerra Mundial*, in, *Portugal na Segunda Guerra Mundial- Contributos para uma Reavaliação*. Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1989.

BARROSO, José Durão, *O Processo de Democratização em Portugal: Uma Tentativa de Interpretação a partir de uma Perspectiva Sistémica*, in, *Análise Social*, Vol. XXIII (195). 1987.

BARTEZ, Jean-Claud - *Culture Populaire ou Culture Dominnée?, in, Les Cultures Populaires. Permanence et Émergences des Cultures Minoritaires Locales, Ethiques, Sociales et Religieuses,* G. Poujol e R. Labourie (Dir.). Edouard Privat Editeur. Toulouse. 1979.

BARTHES, Roland - *Mitologias*. Edições 70. Lisboa. 1973.

BAUDRILLARD, Jean - *A Sociedade de Consumo*, Edições 70. Lisboa.1975.

BAUDRILLARD, Jean - *O Sistema dos Objectos*, Editora Perspectiva. São Paulo. Brasil. 1973.

BAUDRILLARD, Jean - *Simulações e Simulacros*. Relógio d`Agua.Lisboa. 1991.

BELL, Daniel - *O Fim das Ideologias*. Ulisseia. Lisboa. S/D

BENJAMIM, W. - *Sobre a Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Relógio d`Agua. Lisboa. 1992

BERNARDO, Manuel A. - *Marcelo e Spínola: A Ruptura. As Forças Armadas e a Imprensa na Queda do Estado Novo (1973-1974).* Editorial Estampa. Lisboa. 1976.

BIRNHAUM, Normam - *A Crise da Sociedade Industrial.* Cultrix. S. Paulo. 1973.

BRAGA, Teófilo de- *História das Ideias Republicanas em Portugal*. Vega. Lisboa. 1983.

BRANCO, Fernando Castelo - *Breve História da Olisipografia*. Instituto de Cultura Portuguesa. Lisboa. 1980.

BRETON, Philipe - *A Utopia da Comunicação,* Instituto Piaget. Lisboa.1994.

BRETON, Philipe e Serge Proulx - *A Explosão da Comunicação*. Editorial Bizâncio. Lisboa. 1997.

BRITO, José Maria Brandão de - *A Industria Portuguesa do Pós-Guerra (1948-1965). O Condicionamento Industrial*. Tese de Doutoramento. ISE. Lisboa. 1989.

BRITO,Raquel Soeiro de - *Lisboa, Esboço Geográfico,* in, *Boletim Cultural*. Junta Distrital de Lisboa. Série III.nº.82. 1976.

BROWN, Denise Scott; Venturi, Robert; Izenour, Steven - *Aprendiendo de las Vegas. El Simbolismo Olvidado de la Forma Arquitectónica.* Editorial Gustavo Gili, S.A. Barcelona. S/D.

BOURDIEU, Pierre - *La Distinción -Criterio y Bases Sociales del Gusto*. Taurus. Madrid. 1998.

BOURDIEU, Pierre - *Raisons Pratiques-Sur Théorie de l`Action*. Editions du Seuil. Paris. 1994.

BOURDIEU, Pierre - *Vous Avez dit Populaires*?, in, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº.46. 1983.

BURGELIN, Olivier - *A Comunicação Social*. Edições 70. Lisboa. 1981.

C

CABRAL, Manuel Villaverde - *A "Segunda República" Portuguesa numa Perspectiva Histórica*, in, *Análise Social*, Vol. XIX (75). 1983.

CABRAL, Manuel Villaverde - *Portugal na Alvorada do Século XX. Forças Socais, Poder Político e Crescimento Económico de 1890 a 1914*. Edições A Regra do Jogo. Lisboa. 1979.

CABRAL, Manuel Villaverde - *Sobre o Fascismo e o seu Advento em Portugal: Ensaio de Interpretação a Pretexto de Alguns Livros Recentes*, in, *Análise Social*, Vol. XII. Nº. 48. 1976.

CÁDIMA, Franscisco Rui - *O Telejornal e o Sistema Político em Portugal ao Tempo de Salzar e Caetano (1957-1974).* Dissertação de Doutoramento. UNL. Lisboa. 1992.

CÁDIMA, Franscisco Rui - *Estratégias e Discursos da Publicidade*. Vega. Lisboa. 1997.

CAEIRO, Domingos - *Imagem, Experiência Visual e Educação*, in, *revista Estudo da História*.. Nº.1. 1996.

CAETANO, Marcelo - *Minhas Memórias de Salazar*. Verbo. 3ª. Edição. Lisboa. 1985.

CAETANO, Marcelo - *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*. 3ª. Edição. Atica. Lisboa. 1965.

CAETANO, Marcelo - *Problemas da Revolução Corporativa*. Editorial Acção. Lisboa. 1941.

CAIADO. Nuno - *Movimentos Estudantis em Portugal. 1945-1980. Instituto de Estudos Para o Desenvolvimento*. Lisboa. 1990.

CAILLOIS, Roger -*O Homem e o Sagrado*, Lisboa. Edições 70. 1988

CAMPINOS, Jorge - *A Ditadura Militar (1926/1933).* Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1975.

CAMPINOS, Jorge - *Ideologia Política do Estado Salazarista*. Portugália Editora. Lisboa. 1975.

CAMPOS, Alcídes de - *Beatniks, Cruzes Gamadas e Outras Happeninguerias ou o Tempo das Ressurreições do Mau Gosto*, in, *Vértice*, Vol. XXVIII. Coimbra. 1968.

CAMPOS, Nuno - *Os Primeiros "Banhos de Mar" Infantis nas Praias do Rio Tejo. Uma Iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa na Primeira República*., in, *Cadernos do Arquivo Municipal*. Nº. 2. Lisboa. 1978.

CÂNCIO, F. -*O Veraneio em Lisboa no último Quartel do Século Passado*, in, *Boletim da Junta da Provincia da Estremadura*, nos. 5 e 9, Lisboa, 1944-1945.

CARRILHO, Maria - *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX. Para uma Explicação Sociológica do Papel dos Militares*. IC/CM. Lisboa. 1985.

CARVALHO, Ruben - *A Festa, A Cidade e o Poder*, in, *Festas de Lisboa. Relatório da Comissão Consultiva das Festas da Cidade de 1990*. Livros Horizonte. Lisboa. 1991.

CARVALHO, Alberto Arons de; A. Monteiro Cardoso - *Da Liberdade da Imprensa*. Merediano. Lisboa. 1971

CARVALHO, Alberto Arons de - *A Censura e as Leis da Imprensa*. Seara Nova. Lisboa. 1973 (reeditada pela editora Minerva, de Coimbra, com o título "Censura à Imprensa na Época Marcelista". 1998).

CASQUEIRA, Fernando e Elvira Pereira - *Tempo de Ócio /Tempo de Produção*, Suplemento da revista *Dirigir*. IEFP. Nº.56. Julho/Agosto de 1998.

CASTREJANA, R.Zurrila - *El Consumo del Ocio*. Universidade del Pais Basco. San Sebastian. 1990**.**

CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DA CML- "10 Anos de Administração Municipal".Feira Popular de Lisboa (1944-1954). CML. Lisboa. s/d (c.1954).

CATÁLOGO da Exposição sobre Maria Lamas. BNL. Lisboa.

CAZENEUVE, Jean - *Guia Alfabético da Comunicação de Massas*. Edições 70. Lisboa. 1976.

CAZENEUVE, Jean - *La Sociedade de la Ubicuidad*. Ed. Gustavo Gili, S.A., Barcelona. 1985.

CEREJEIRA, Manuel Gonçalves - *Obras Pastorais*. 7 Vols. União Gráfica. Lisboa. 1936-1970.

CERTEAU, Michel de - *La Prise de la Parole*. UGE. Paris. 1968.

CENJOR, A. Sánches-Bravo - *Periodistas: Menjajeros, Escribas y Retóricos*. Ediciones Piramide, S.A. Madrid. 1979.

CHAUCHARD, Paulo - *Trabalho e Lazeres*. Atlântica Editora. Coimbra S/D (1968 ?).

CHAVES, Luís - *Lisboa nas Auras do Povo e da História. Ensaios de Etnografia*. CML. Lisboa. 1966.

CHAVES, Luís - *Pantominas, Danças e Bailados Populares,* in, *Revista Lusitana*. Vol. XXXVI. Lisboa. 1938.

CHIROUZE, Yves e Dimitri Weiss - *Le Consummérisme*. Sirey. Paris. 1984.

CHOMBART DE LAUWE, P-H - *Pour une Sociologie des Aspirations*. Ed. Denoél/ Gonthier. Paris. 1971.

CLARK, T. J. - *Imagem del Pueblo-Gustave Courbet y la Revolucion de 1848*. Editorial Gustvo Gilli, Barcelona. 1981.

COHEN, Gabriel (org) - *Comunicação e Industria Cultural.* T.A. Queiróz., Editora. São Paulo. 1987.

COHEN, Abner - *O Homem Bidimensional*. *Antropologia do Poder e o Simbolismo em Sociedades Complexas.* Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1978.

COIMBRA, Mª a. Helena - *O Museu de Arte Popular*, in, *Informação, Cultura Popular e Turismo,* nº.2. Abril/Junho. 1972.

COLÓNIA de Férias de Lousa. Junta de Freguesias de Lisboa. Relatório de Contas e Gerência de 1947. Lisboa. 1949.

CONDE, Idalina - *Cenários de Práticas Culturais em Portugal (1979-1995*), in, *Sociologia -Problemas e Práticas*. , nº23. 1997.

CONDE, Joaquim R. - *Elogio do Descanso,* in *Rumo* nº. 34. Dezembro de 1959.

CORDEIRO, Graça Índia, *Um Bairro no Coração da Cidade. Um Estudo Antropológico sobre a Construção Social de Um Bairro Típico de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Antropologia Social. (Polic.) ISCTE. Lisboa. Nov. 1995.

CORREIA, Mário - *Música Popular Portuguesa*. Ed. Centelha/Mundo da Canção. Coimbra. 1984.

CORRESPONDÊNCIA para Salazar de Pedro Teothónio Pereira. Edição da Comissão Nacional do Livro Negro do Fascismo. Lisboa. IV Volumes.1982

COSTA, Alves - *Breve História do Cinema Português (1896-1962).* ICALP. Lisboa. 1978.

COSTA, Nuno Félix da - *Liberdade e Prazer. A Sedução da Tecnologia e a Angustia da Liberdade: Perspectiva Psicologica*, in, Tecnologia e Liberdade. Comunicações Apresentadas ao Colóquio Internacional de Estudos "Ecologia e Liberdade". Lisboa. 8-10 de Abril de 1987. Editorial Sementeira. Lisboa. 1987.

COSTA, Mário Costa - *As Feiras e Outros Divertimentos Populares de Lisboa*. CML.1950.

COSTA, Mário - *Danças e Dançarinos em Lisboa*, CML.1962

COSTA, António Firmino da - *O Que é a Sociologia* ?, Difusão Cultural. Lisboa.199.

COSTA, António Firmino da, e Margarida Senna Martinez, Patrícia Ávila - *A Tensão Superficial: Ciência e Organizações num Centro de Investigações Cientificas*, in, *Sociologia- Problemas e Práticas*, Nº16. 1994.

COSTA, António Firmino da - *O Ritual das Marchas Populares nas Festas de Lisboa*, in, Festas de Lisboa. Relatório da Comissão Consultiva das Festas da Cidade de 1990. Livros Horizonte. Lisboa. 1991.

COSTA, António Firmino da - *Políticas Culturais: Conceitos e Perspectivas*, in, OBS, Nº2. Lisboa. 1997.
COSTA, Joan - *Imagem Pública*. Fundesco. Madrid. 1993

COSTA, Joan - *Reinventar la Publicidade. Reflexiones desde las ciencias sociales*. Fundesco. Madrid. 1993.

COSTA, Joaquim - *Festas Religiosas, Emigração e Ostentação no Alto Minho*, in, *Economia e Sociologia*, Nº.50. Évora. 1990.

CRATO, Nuno - *Alguns dados Sobre a Crise Económica das Empresas de Comunicação Social*, in, *Conferência -Evolução Recente e Perspectivas de Transformação da Economia Portuguesa*. ISE. 27-29 de Abril de 1983. II Vols. Lisboa. 1983 (?)

CRAVIDÃO, Fernando Delgado - *Mobilidade, Lazer e Território*, in, *Cadernos de Geografia*, nº.15. Coimbra. 1996.

CRUZ, Manuel Braga da - *Europeismo, Nacionalismo, Regionalismo*, in, Análise Social, nº.118-119, 1992.

CRUZ, Manuel Braga da - *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Editorial Bizâncio. Lisboa. 1998.

CRUZ, Manuel Braga da - *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Editorial Presença. Lisboa. 1988.

CRUZ, Salviano - Problemas Económicos dos Jornais e Revistas de Portugal e os seus Leitores, in, Revista de Pesquisas Economico-Sociais. Set. 1952.

D

DACOSTA, Fernando, *Máscaras de Salazar (Narrativa*). Editorial Notícias. Lisboa. 1998.

DANTAS, Júlio - Capítulo "*As Feiras* (pág. 77-80), in, *Lisboa dos Nossos Avós*. Publicações Culturais da CML. Lisboa. 1966.

DEBORD, Guy - *A Sociedade Espectáculo*. Edições Afrodite. Lisboa. 1972.

DELGADO, Humberto - *Memórias.* Coordenação Iva Delgado. Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1991.

DELGADO, IVA - *O General*. Ed. Círculo dos Leitores. Lisbo. 1985.

DELGADO, IVA - *A Campanha do Obviamente Demito-o*, in, Iva Delgado, Carlos Pacheco e Telmo Farias (coords), *Humberto Delgado. As Eleições de 58*. Vega. Lisboa. 1998.

DELOITTE & TOUCHE, Auditores e Consultores. *Estudo Sobre o Mercado de Feiras e Exposições*. PEDIP. Gabinete Gestor.Lisboa. 1996

DEUS, António Dias de - *Os Comics em Portugal. Uma História da Banda Desenhada*. Cotovia- Bedeteca de Lisboa. Lisboa. 1997.

DIAS, Jaime Lopes, *Festas e Divertimentos da Cidade de Lisboa. Da Independência à Restauração*. Vila Nova de Famalicão. 1940.

DIAS, Jorge - *Alguns Problemas dos Museus Etnológicos*, in, *APOM- Assoc. Port. de Museologia.* Nº.1, Janeiro de 1967.

DIBERDER, Alain - *Qui a Peur des Jeux Video ?*. La Découvert. Paris. 1993.

DIBERDER, Alain, *et al - L`Univers des Jeux de Video*. La Decouvert. Paris. 1998.

DIOGO, Crespo - *Colónias de Férias*. FNAT. Lisboa. 1969.

DISCURSOS, Conclusões e Estudos Sobre a Industria Portuguesa. II Congresso da Industria Portuguesa. AIP. Lisboa. 1957.

DONNET, Olivier (Dir) -*Les Prátiques Culturelles des Français - Enquéte (1997).* La Documentation Française. Paris. 1998.

DORFLES, Gillo - *Novos Ritos. Novos Mitos*. Edições 70. Lisboa.19

DORFLES, Gillo - *As Oscilações do Gosto*. Livros Horizonte. Lisboa. 1974.

DORFLES, Gillo - *O Devir das Artes.* Editora Arcádia. Lisboa. 1964.

DORFLES, Gillo - *Tendências da Arte de Hoje*. Arcádia. Lisboa. 1984.

DUARTE, Maria Isabel Carvalho; Adriano Zilhão de Queiróz Nogueira - *Bairro Alto: Contribuições Para o Estudo de Uma Comunidade em Transformação*, in, *Sociedade e Território - Revista de Estudos Urbanos e Regionais*. Ano I. Nº.2. Fevereiro de 1985.

DUARTE, Ana Alves - *Trabalho e Lazer: A Emergência de um novo Paradigma*, in, Dirigir. Nº. 56. Julho/Agosto 1998.

DUARTE, A. António - *25 Anos de Rock em Portugal*. Livraria Bertrand. 1984.

DUARTE, António - *A Arte Eléctrica de Ser Português*. Livraria Bertrand. Lisboa. 1984.

DUARTE, Cristina; Eduarda Ferreira - *O Efémero nos Anos 80*, in, *A Sociologia Portuguesa na Viragem do Século. Actas do I Congresso de Sociologia.* Vol. II. Fragmentos. Lisboa. 1990.

DUFRENNE, Mikel - *A Estética e as Ciências da Arte*. II Vols. Livaria Bertrand. Lisboa. 1982.

DUMAZEDIER, Joffre - *Le Loisir et le Ville (Annecy).* II vols. CNRS. Paris.1960.

DUMAZEDIER, Joffre - *Vers Une Civilizations do Loisir ?,* Éditions du Seuil. Paris. 1967.

DUMAZEDIER, Joffre - *Révolution Culturelle du Temps Libre. 1968-1988*. Méridiens Klincksieck. Paris. 1988.

DUPUIS, Xavier - *Culture et Développement. De la Reconaissance à L `Évaluation*. Unesco/ICA.1991.

DUVIGNAUD, Jean - *A Festa*, in, *Praxis*. I. Porto. 1977.

E

ECO, Umberto, *Viagem Na Irrealidade Quotidiana*, Difel Difusão Editorial. Lisboa. 1993.

EISFELD, Rainer - *Influências Externas sobre a Revolução Portuguesa: o Papel da Europa Ocidental*, in, Eduardo de Sousa Ferreira e Walter C. Opello, J.R. - *Conflitos e Mudanças em Portugal/Conflict and Change in Portugal. 1974-1984*. CEDEP e Editorial Teorema. Lisboa. 1985.

ELIAS, Norbert - *A Busca da Excitação*. Difel. Lisboa. 1992.

ESTEVES, Vasco Hogan - *História da Televisão em Portugal (1955-1979).* 1º. Vol. TV Guia Editora. Lisboa. 1998.

ENAUDI ENCICLOPÉDIA, IN/CM.Lisboa. Vol. XXVII, entrada "Necessidade" de Alfredo Margarido e Nathan Wachtel; Idem, entrada "Consumo" de Jean -Pierre Terrail (1995). Vol. XXX,entrada "Jogo", de V. Valeri (1994);

ENCYCLOPAEDIA UNIVERSALIS, Vol. 9. artigo *"Jeu*" de J. Cazeneuve. Paris. 1971.

ENCONTROS Internacionais de Genebra -Debate sobre a Arte Contemporânea. Publicações Europa América. Lisboa. 1963.

ESPAÇOS de Festa - Permanência e Inovação. Instituto de Investigação Científica e Tropical. Univerdade Aberta. S/D.

ESTATÍSTICAS da Educação. Portugal. Instituto Nacional de Estatísticas. Lisboa. Ano Lectivo de 1940/41 a 1958/59.

EVOLUÇÃO (A) Municipal de Lisboa. Pelouros e Vereações. CML. Lisboa. 1996**.**

F

FADO -Vozes e Sombras. Catálogo da Exposição realizada no Ambito de Lisboa Capital da Cultura Europeia 1994. Museu Nacional de Etnologia. Lisboa. 1994.

FARIA, Margarida Lima - *Museus: Educação ou Divertimento ?, in, Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº.4. Outubro de 1997.

FEIRA POPULAR DE LISBOA. *Programa do Cortejo-Batalha das Flores. Cortejo Inaugural*. Lisboa .1949.

FEIRAS E ROMARIAS, in, *Diário de Notícias*, 23 de Agosto de 1951,nº.30.715, ano 87.", pp 1 -4.

FELGUEIRAS,Guilherme, *Comércio Popular Errante em Lisboa e subúrbios.* in, *Boletim Cultural. Assembleia Distrital de Lisboa*. Nº.87. 2º. Tomo. Lisboa. 1981

FERNANDES, António Teixeira - *A Crise do Estado nas Sociedades Contemporâneas*. Conferência. Edição Conselho Directivo da Fac. Letras do Porto. Porto. 1993.

FERNANDES, José; Nuno Teotónio Pereira - *Arquitectura do Fascismo em Portugal, in, Actas do Colóquio O Fascismo em Portugal.* A Regra do Jogo. Lisboa. 1980..

FERRÃO, Carlos - *O Século que eu Conheci*, in, *Diário Popular*, 7 a 12 de Fevereiro de 1977. Artigos publicados depois sob o título- "*A História de Um Jornal Quase "Secular*" (1880-1977), in, *História Contemporânea de Portugal*. Tomo II - Ditadura. "*O Estado Novo". Do 28 de Maio ao Movimento dos* Capitães. Direc. João Medina. Amigos do Livro. Lisboa. 1985.

FERREIRA, Alexandre - *Relatório - Repartição de Instrução e Assistência. Ano de 1925*. CML. Imprensa Nacional. Lisboa. 1926 (?)

FERREIRA, Gomes Herlander - *Para uma Psicossociologia do (F)Acto de (Uso)Fruir*, in, *Forum Sociológico*. Ano. 1992. Nº.1. pág.33-45.

FERREIRA, José Maria Carvalho - *Necessidades Sociais, Marginalidade Social e Movimentos Sociais no Contexto Urbano*, in, revista *Atalaia*. Vol. Nº.1/2. Edições Colibri. Lisboa. 1995.

FERREIRA, José Medeiros - *O Comportamento Político dos Militares. Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*. Editorial Estampa. Lisboa. 1992.

FERREIRA, José Medeiros - *As Forças Armadas no Contexto das Eleições de 1958*, in, Iva Delgado *et al, Humberto Delgado. Eleições de 58*. Vega. Lisboa. 1998.

FERREIRA, Rafael - *Da Farsa à Tragédia.Teatros, Circos e mais Diversões de Outras Épocas*. Porto.1943.

FERREIRA, Vítor Matias - *A Cidade de Lisboa: De Capital do Império a Centro da Metrópole*. Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1987.

FERREIRA, Vítor Matias - *A Cidade de Lisboa. 1950-1980. Para uma Abordagem Histórica e Sócio-Urbanistica da Capital do País, in, Povos Culturas - A Cidade em Portugal; Onde se Vive ?*. Universidade Católica Portuguesa. Nº. 2. Lisboa. 1987

FERRO, António - *Salazar. O Homem e a sua Obra*. Prefácio de Oliveira Salazar. Empresa de Publicidade.Lisboa. 1933.
FESTAS de Lisboa. Relatório da Comissão Consultiva das Festas da Cidade de Lisboa de 1990. Livros Horizonte. Lisboa. 1991.

FESTAS, in, *Dicionário de Sociologia*. Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1990.

FESTAS, Romarias e Arraiais. Exposição. Edificio da Patriarcal. 26/6 a 18/7 de 1993. Museu Municipal de Vila Franca de Xira. CMVFX. 1993.

FÊTE et Identitè de La Ville, Socíeté D`Ethonologie Française. Paris. Fev. 1993.

FISCHER, Ernest - *A Necessidade da Arte*, Editora Ulisseia. Lisboa.S/D

FLOCH, Jean -Marie - *Semiótica, Marketing y Comunicacíon. Bajo dos Signos, Las Estrategias*. Ediciones Paidos. Barcelona. 1993.

FONSECA, Roque da - *Em Defesa da Economia Nacional*. Edições da Associação Comercial de Lisboa. Lisboa. 1934.

FONTES, Carlos - *O Fascínio dos Limites*, in, *Logos -Publicação Filosófica*, Nº2. Lisboa. Dezembro de 1984.

FONTES, Carlos - *Uma Industria de Vestuário para a Década de 90*. Rede Europeia Eurotecnet. Edições CIVEC.Lisboa. 1988

FONTES, Carlos - *A Alfaitaria em Portugal*, in, *Vestir*. Julho/Setembro de 1998.

FORTUNA, Carlos (Org) - *Cidade, Cultura e Globalização*. Celta Editora. Oeiras. 1997.

FOURASTIÉ, Jean - *As 40.000 Horas*... Editora Forense. Rio de Janeiro. 1967.

FRANCASTEL, PIERRE - *Imagem, Visão e Imaginação. edições 70*. Lisboa. 1987.

FRANÇA, José Augusto - *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*. Livraria Bertrand. Lisboa. 1974

FRANÇA, José Augusto - *Lisboa 1898*. Editorial Presença. Lisboa. 1998.

FRANÇA, José Augusto - *Lisboa: Urbanismo e Arquitectura*. 3ª. Edição. Revsita e aumentada. Livraria Horizonte. Lisboa. 1997.

FRANÇA, José Augusto - *Os Anos Vinte em Portugal*. Editorial Presença. Lisboa. 1992.

FRANCH, José Alcin - *Arte y Antropologia*. Alianza Editorial. Madrid. 1982.

FRANCO, Graça - *A Censura à Imprensa (1820-1974)*. Imprensa nacional/casa da Moeda. Lisboa. 1993.

FREIRE, João Paulo (Mário) - *Lisboa no meu Tempo e do Passado*. Parceria António Maria Pereira. Lisboa. 1930 (Vol.I) e 1932 (Vol.II).

FREIRE, João Paulo (Mário) - *O Diário de Notícias - Da sua Formação às Bodas de Diamante. Escorço da sua História e das suas Efemérides*. Empresa Nacional de Publicidade. Lisboa. 1939.

FREIRE, António - *Catarse em Aristóteles*. Publicações da fac. Filosofia. Braga. 1982.

FREITAS, Eduardo de - *Polarização das Relações Sociais em Portugal: 1930 -1970*, in, *Análise Social*, 2ª. Série. Nº. 39. Vol. X. 1973.

FREITAS, Ricardo Ferreira - *"Shoppings Centrais: Ilhas Urbanas da Pós-Modernidade*, in, Mónica Rector e Eduardo Neiva (org) *Comunicações na Era Pós-Moderna*, Editora Vozes. Petrópolis. 1997.

FREY, Bruno; Walter Pommérehne - *La Culture a T-Elle Une Prix?*. Commentáire/Plón. Paris.1993.

FRÉMONT, Armand - *A Região, Espaço Vivido.* Livraria Almedina. Coimbra. 1980.

FREUD, Gigmund - *O Futuro de Uma Ilusão* e o *Mal Estar na Civilização*, in Obras Completas. Vol. XXI, Rio de Janeiro. Editora IMAGO. Lda. 1973

FRIEDMANN, Georges - *O Poder e a Sabedoria*. Publicações Dom Quixote. Lisboa. S/D.

FROMM, E. - *Psicanálise da Sociedade Contemporânea*. Zahar Editores. 5ª. Edição. Rio de Janeiro.1967.

G

GALBRAITH, J. K. - *Sociedade da Abundância*. Europa América.Lisboa. 1976

GALLAGHER, Tom - *Os Oitenta e Sete Ministros do Estado Novo de Salazar*, in, História. Fevereiro de 1981.

GALLAND, Olivier - *Les Jeunes*. Éditions La Découverte. Paris. 1996.

GALLIS, Alfredo - *A Feira do Campo Grande*, in, *Ilustração Portuguesa*, Lisboa. 1886.

GAMA, A . - *Notas para uma Geografia dos Tempos Livres,* in, Cadernos de Geografia, nº.7. FLUC. Instituto de Estudos de Geografia. Coimbra. 1988.

GARCÊS, Costa - *Marchas Populares - Uma Tradição que Apesar de Tudo Tende a Desaparecer*, in, *Olisipo*, nº. 113/114. Jan/Abril de 1996.

GARMENDIA, José A.; Salustiano del Campo, Juan F. Marçal - *Diccionário de Ciências Sociales*, Instituto de Estudos Politicos. Madrid. 1975. Vol. 1. Entrada "*Intereses"* (A-I).

GASPAR, Jorge - *As Feiras de Gado na Beira Litoral.* Instituto de Alta Cultura. Lisboa. 1970.

GASPAR, Jorge (coord) - *Práticas Culturais dos Portugueses.1985-1988*. INIC e SEC/DGAC. Lisboa. S/D.

GAVIRIA, Mário M, *Campo, Urbe e Espacio de Ocio*. Siglo XXI. Madrid. 1971.

GODINHO, José Magalhães - *Pela Liberdade*. Alfa. Lisboa. 1990 (?)

GOLDMANN, Lucien - *A Criação Cultural na Sociedade Moderna*. Editorial Presença. Lisboa. 1971.

GOLDMANN, Lucien - *Dialectica e Ciências do Homem* . II Vols. Editorial Presença. 1971.

GOMES, Rui - *O Ocio da Lisboa de 1900 - Tradição e Mudança nas Práticas e Representações do Ocio Urbano,* in, *New Routes for Leisure/Actas do Congresso Mundial do Lazer/World Leisure Congress.* Lisboa. 3-5 de Junho de 1992. Lisboa. ICS da UL. Lisboa. 1994.

GOMES, Joaquim António Cardoso - *A Censura na Ditadura Militar e o Estado Novo (1926-1939): Estrutura e Pessoal Político*. Dissertação de Mestrado em História Social Contemporânea. ISCTE. Abril de 1997.

GREENBERG, Clemente - *Vanguarda e Kitsch*, in, David Manning White e Bernard Rosemberg, *Cultura de Massas- As Artes Populares nos Estados Unidos, . Ed. Cutrix. São Paulo. 1973.*

GRUPE de Travail et Societé - *Temps de Travail et Temps Libre. Les Budget - Temps: L`État de la Recherche en Europe*, in, *Futuribles*. Juillet -Août. 1984.

GUEDES, Marques - *Os Últimos Tempos da Monarquia: 1890 a 1910*, in, Damião de Pres (Dir) *História de Portugal*. Portucalense Editora. Barcelos. Vol. VII. Capít. XV. 1935.

GUIA DE PORTUGAL. 1º. Vol. *Lisboa e Arredores*. BNL. Lisboa. 1924.

GUIA DA EXPOSIÇÃO. *Sentir e Pensar os Mercados e Feiras do Porto*. CMP. Porto. 1992

H

HAAG, Ernest Van Den - *Da Felicidade e do Desespero Não Temos Medida,* in, David Manning White e Bernard Rosemberg, *Cultura de Massas- As Artes Populares nos Estados Unidos. Ed. Cutrix. São Paulo. 1973.*

HABERMAS, Jurgen, O *Discurso Filosófico da Modernidade*. Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1990.

HALL, Edward T. - *A Dimensão Oculta.* Relógio d` Agua.Lisboa. 1986.

HAUSER, Arnold - *Sociologia del Arte*.4. Sociologia del Publico. Editorial Labor. Barcelona. II Vol. 1977

HAUSER, Arnold - *Teorias da Arte*. Editorial Presença/Martins Fontes.Lisboa. 1978.

HENRIQUES. Raquel Pereira - *António Ferro. Estudo e Antologia*. Publicações Alfa. Lisboa. 1990.

HUIZINGA, J. -*Homo Ludens -El Juego Como Elemento de La Historia*. Biblioteca Conocimiento del Hombre. Editorial Azar. Lisboa. 1943.

HUTCHEON, Linda - *Uma Teoria da Paródia*. Edições 70. Lisboa. 1989.

HOURDIN, Georges - *Uma Civilização dos Tempos Livres*, Moraes Editores. Lisboa. 1970..

I

Inglis, F. - *A Teoria dos Média*. Vega. Lisboa. 1993

ICAZA, Javier Aguilar - *La Iluminacíon Nocturna y el Néon*, in, José Fernández Arenas (coord.), *Arte Efímero y Espacio Estético*.

J

JACCARD, Pierre - *História Social do Trabalho*.. Livraria Horizonte. Lisboa. 1974. (Vol.2. Cap. IX. *O Prazer e o Esforço do Trabalho*).

JEANNENEY, Jean-Noel - *Uma História da Comunicação Social*. Terramar. Lisboa. 1996.

JEUDY, Henri-Pierre - *A Sociedade Transbordante*. Edições Século XXI. Lisboa. 1995.

JORGE, Gaspar, *Do Pelourinho ao Centro Comercial*, in, revista "Povos Culturas" -A Cidade em Portugal. Universidade Católica Portuguesa. Lisboa. Nº.2. 1987.

L

LAFARGUE, Paul, *Direito à Preguiça*, Lobo Mau. Lisboa. 197..

LANG, Glandys Engel e Kurt Lang - *Los Mass Média y las Elecciones*, in, M. Moragas (or). *Sociologia de la Comunicacion*. Vol.II. Madrid. 1985

LAPA, Albino - *Governadores Civis de Portugal (Lisboa).* Editora. Lisboa. 1962.

LAPA, Albino - *A Palavra "Lisboa" na História do Jornalismo*. Biblioteca de Estudos Olisiponenses. Lisboa. 1967.

LAURO, António - *Cinema e Censura em Portugal* (*1926-1974).* Arcádia. Lisboa. 1978.

LAZARSFELD,Paul Félix; Merton, Robert King - *Comunicacíon de Masas, Gusto Populares, Accíon Social Organizada*, in, M. de Morágas (org), Sociología de la Comunicacíon de Masas. Vol.II. Estrutura, Funciones y Efectos. Editorial Gustavo Gili, SA. Barcelona. 1985.

LAZARSFELD,Paul Félix - *La Campaña ha Terminado*, in, Miguel de Morágas (org), *Sociología de la Comunicacíon*. Vol. II Editorial Gustavo Gili, SA. Barcelona. 1985

LEAL, Ernesto Castro - *António Ferro - Espaço Político e Imaginário Social (1918-1932).* Edições Cosmos. Lisboa. 1994.

LEÇA, Riba - *Cidades Infantícidas?,* in, *Brotéria.* Lisboa. Vol. XXXVI. Janeiro de 1943.

LEFEBVRE, Henri - *A Vida Quotidiana no Mundo Moderno*. Editora Ulisseia. Lisboa. 1969.

LEGIÃO Portuguesa. Brigada Naval. Relatório sobre a Colónia Balnear Infantil. Lisboa. Janeiro de 1941.
LIPOVESTSKY, Gilles - *O Império do Efêmero*. *A Moda e o seu Destino nas Sociedades Modernas*. Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1989.

LIPOVESTSKY, Gilles - *A Era do Vazio - Ensaio sobre o Individualismo Contemporâneo*. Relógio d`Agua. Lisboa. 1990.
LIMA, Afonso - *Folclore por Encomenda*, in, *Rumo*, Novembro de 1959.

LISBOA DE FREDERICO RESSANO GARCIA (1874-1909). CML. Catálogo da Exposição na Fundação Calouste Gulbenkian. Abril/Maio de 1989.

LYNCK, Kevin - *A Imagem da Cidade*. Edições 70. Lisboa. 1982.

LOPES, Alfredo Augusto - *Vendedores Ambulantes*, in, revista *Olisipo.* nº.26. e nº. 27, Abril e Julho de 1944.

LOBO, Marina Costa - *A Evolução do Sistema Partidário Português (1976-1991*), in, Análise Social. Vol. XXX (139). 1996.

LOPES, Norberto - *Visado pela Censura.* Editorial Aster. Lisboa. 1975.

LOPES, Norberto - *De Silva Graça a Pereira da Rosa*, in, *Diário de Lisboa*, 4/1/1981.

LOURENÇO, Eduardo - *A Cultura na Era da Mundialização*, in, *Cultura e & Economia*. ICS da Universidade de Lisboa. Lisboa. 1995.

LOURENÇO, Eduardo - *Labirinto da Saudade*. Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1977

LUCENA, Manuel de - *Evolução do Sistema Corporativo Português. Vol.I. O Salazarismo,* e *Vol. II. O Marcelismo.* Perspectivas & Realidades. Lisboa. 1976.

LUCKAMAN, T. Thomas e Peter L. Berger - *A Construção Social da Realidade*. *Tratado de Sociologia do Conhecimento*. Vozes. Petrópolis. 7ª. Edição. 1987.

LUHMANN, Niklai - *A Improbabilidade da Comunicação*. Selecção e Apresentação de João Pissarra. Vega Limitada. 1992.

LUHMANN, Niklai - *O Amor Como Paixão. Para a Codificação da Intimidade*. Difel. Lisboa. 1991.

LUIS, Alexandre António da Costa - *As Eleições Presidênciais de 1949: Dois "Portugais" em Confronto*, in, *Revista de História das Ideias*. Vol. 16. 1994.

LUIS, Teixeira - *Municipalismo e Cultura . Exposição Feita na Sessão da Câmara Municipal de Lisboa a 14 de Abril de 1943, pelo Vereador Teixiera Luis*, in, *Olisipo*, nº.23. 1943.

K

KEIL, Luís - *Antigos Mercados Portugueses*, in, *Terra Portuguesa*, Ano II, Nº. 29. Lisboa. 1918. p.233

M

MACDONALD - *Uma Teoria da Cultura de Massas*, in, David Manning White e Bernard Rosemberg, *Cultura de Massas- As Artes Populares nos Estados Unidos. Ed. Cutrix. São Paulo. 1973.*

MADEIRA, João - *Uma Primavera Turbulenta*, in, Iva Delgado, et al (Coords), *Humberto Delgado. Eleições de 58*. Vega. Lisboa. 1998.

MADUREIRA, Arnaldo, *O "28 de Maio". Elementos para a sua Compreensão*. Editorial Presença. Lisboa. II Vols. 1978 e 1982.

MAGALHÃES, Xavier - *O Carnaval dos Meus Tempos de Rapaz*, in, *Autores*, nº. 49. Jan/Fe. 1970.

MANIQUE, António Pedro; Cândida Proença - *Ilustração Portuguesa. Texto e Selecção de Imagens*. Publicações Alfa. Lisboa. 1990.

MANN, Peter H. - *Métodos de Interpretação Sociológica*. Biblioteca de Ciências Sociais. Zahar Editores. . 5ª. Edição. Rio de Janeiro

MARÇAL, Horácio - *Feiras e Mercados na Cidade do Porto desde o Século XIV até aos nossos dias*. Sep. da *Revista de Etnografia*, nº.30. Museu de Etnografia. Junta Distrital do Porto. Porto. 1972.

MARCUSE, Herbert - *Eros e Civilização. Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud*. Zahar Editores. 5ª. Edição. Rio de Janeiro. 1981.

MARPAGE, Pierre; Boillin-Dartevelle, Roselyne; Thoveron, Gabriel- *Temps Libre et Pratiques Culturelles dans la Communauté Française de Belgique*, Éditeur ?, Liége. 1991.

MARQUES, A. H. de Oliveira - *Portugal no Século XX. Problemas da História Portuguesa. 1900-1930*, in, Separata da *Revista "Ocidente*". Vol. LXXVI.Lisboa. 1960

MARTINS, Rocha - *Lisboa- História das Suas Glórias e Catastrofes*. Editorial Inquérito, Lda. Lisboa. 1948.

MARTINS, Rocha - *Pequena História da Imprensa*. Editorial Inquérito, Lda..Lisboa. 1941.

MARTINS, Maria Belmira - *Sociedades e Grupos em Portugal*. Editorial Estampa. Lisboa. 1973.

MARTINS, Maria Belmira e José Chaves Rosa - *O Grupo Estado. Análise e Listagem Completa do Sector Público Empresarial.* Editora Sojornal. Lisboa. 1979.

MARTINS, Maria João - *O Paraíso Triste. O Quotidiano em Lisboa Durante a II Guerra Mundial*, Vega. Lisboa. 1994.

MARQUES, A. H. de Oliveira - *Guia de História da 1ª.República Portuguesa*, Imprensa Universitária, nº21. Editorial Estampa. Lisboa. 1981.

MARQUES, A. H. de Oliveira (Direc.) - *História da Iª. República Portuguesa. As Estruturas de Base*. Iniciativas Editoriais. Vol. I. Lisboa.1978.

MARQUES, A. H. de Oliveira (Direc.), *Nova História de Portugal*. Vol. XI. Da Monarquia para a República. Ed. Presença. Lisboa. 1992.

MARQUES, Fernando Pereira Mrques - *De Que Falamos Quando Falamos de Cultura?,* Editorial Presença. Lisboa. 1994.

MASMIL, Mariánne - *Trois Essais Sur Féte*. Ed. de L`Université de Bruxelles. 1974.

MATIAS, Augusto José - *Católicos e Socialistas em Portugal (1875-1975*). Instituto de Estudos para o Desenvolvimento. Lisboa. 1989.

MATOS, Luis Salgado, e João B. Serra - *Intervenções Militares na Vida Política, in, A Formação de Portugal Contemporâneo 1900-1980*, in, *Análise Social*. Nº.72,73 e 74. Vol.1.Lisboa. 1982.

MATOS-CRUZ. José de - *Portugal - O Cinema da Guerra*, in, *Portugal na Segunda Guerra Mundial- Contributos para uma Reavaliação*. Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1989.

MARTTELART, Michéle e Armand Marttelart - *História das Teorias da Comunicação*. Campo das Letras. Porto. 1997.

MARTTELART, Armand - *A Invenção da Comunicação*, Instituto Piaget. Lisboa. 1996.

MEDEIROS, Fernando - *A Sociedade e a Economia Portuguesa nas Origens do Salazarismo*.A Regra do Jogo. Lisboa. Lisboa. 1980.

MEL, José Guilherme - *Arte e Sociedade em Benjamin, Adorno e Marcuse*. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro. 1963.

MEDINA, João (Direc.) - *História Contemporânea de Portugal*. Amigos do Livro Ed.Lisboa. 1985.

MELO, Alexandre - *Arte e Mercadoria*, Actas do Colóquio realiazado em Lisboa, 9-11 Novembro de 1994- *Cultura & Economia*. Coord. M. Lourdes Lima dos Santos. Edição ICS. Lisboa. 1995.
MELO, Alexandre - *Velocidades Contemporâneas*, in, *Constraste*. Ano 1, nº. 2. Março de 1986. p.37.

MELO, Alexandre - *Política Cultural: Acção ou Omissão*, in. OBS. Nº.2. Lisboa. 1997.

MELO, Alexandre (Org) - *Arte e Dinheiro*. Assírio & Alvim. Lisboa. 1994

MELO, Alexandre - *O Que é a Arte ?*, Difusão Cultural. Lisboa.199

MELO, Alexandre - *Artes Plásticas em Portugal. Dos Anos 70 aos Nossos Dias*. Difel.Lisboa.1998.

MENDES, Manuel - *Os Ofícios - Roteiro Sentimental*. Seara Nova. Lisboa. 1967.

MENDES, José Luis Ferreira - *Do "Imobilismo" à Mudança Acelerada nos Meios Rurais*, in, *Análise Social*, 2ª. Série. nº. 38. Vol. X. 1973.

MENDONSA, Eugenne - *Turismo e Estratificação na Nazaré*, in, *Análise Social*, 3ª. Série. Vol. XVIII. 1982.

MESQUITA, Mário - *Os Meios de Comunicação Social*, in, *Portugal -"20 Anos de Democracia*. Circulo dos Leitores. Lisboa. 1994.

MESQUITA, Mário - *Portugal na Primeira Página*, in, José Rebelo e Mário Mesquita, *O 25 de Abril nos Media Internacionais*. Ed. Afrontamento. Porto. 1994.

MESQUITA, Mário - *O Performativo Cerimonial - Da Praça Pública à Televisão*, in, *Revista de História das Ideias*. Vol.XV. Coimbra. 1993

MICHEL, Marianne Roland - *A Arte e a Sexualidade*. Estudios Cor. Lisboa.1976.

MILLES, C.Wright - *A Elite do Poder*. Zahar Editores. Rio de Janeiro. ?

MILLES, C.Wright - *A Imaginação Sociológica*. Zahar Editores.5ª. Edição.Rio de Janeiro. 1980.

MIRANDA. José Bragança de - *Espaço Público, Política e Mediação*, in *Comunicação e Linguagens*, nº. 21-22. Dezembro de 1995..

MOLES. Abraham A. - *Sociodynamique de la Culture*.Mouton. Paris. 1976.

MOLES. Abraham A. - *Enciclopédia "La Comunicación y los "Mass Media*". Mensajero. Bilbao. 1975.

MONDOLFO, Rodolfo - *O Homem na Cultura Antiga*. Editora Mestre Jou. São Paulo. 1968.

MÓNICA, Maria Filomena - O*s Costumes em Portugal*, Cadernos *O Público*, Lisboa.1996
MÓNICA, Maria Filomena - *O Consumo Cultural e as Classes Sociais: Um Estudo Exploratório*, in, *Análise Social*. 2º. Série. nº.40. Vol. X. 1974.

MONFORD, Lewis - *A Cidade na História*. São Paulo. Martins Fontes /Editora Universidade de Brasília. (2ª edição).1982

MONFORD, Lewis, *Technique et Civilization*, Seuil, Paris.1950

MONTEIRO, Paulo Filipe - *Os Outros da Arte*. Celta Editora.Oeiras. 1996.

MORA, José Ferrater - *Diccionario de Filosofia*. 1º. Vol. (A-D).Alianza Editorial. 1982.

MORAIS, Alvaro e Mario Cardia- *Organização da Luta Contra a Tuberculose; Assistência e Previdência*, in, *Congresso do Mundo Português. Actas. Memórias e Comunicações do Congresso Nacional de Ciências da População*. Tomo I. Secção de Congressos. Vol. XVII. Lisboa. 1940.

MORAIS, António Manuel - *A Praça de Toiros de Lisboa*. Campo Pequeno. Ed ? : Lisboa. 1992.

MORAIS, João; Violante, Luis - *Contribuições Para Uma Cronologia dos Factos Económicos e Sociais -Portugal(1926-1985).* Livros Horizonte. Lisboa. 1986.

MORAGAS, M. - *Sociología de la Comunicacíon de Massas*. Vol.I - *Escuelas y Autores;* Vol. II - *Estuturas, Funciones y Efectos*. Gustavo GILI. Barcelona. 1985

MOREIRA, Manuel Vicente - *A Propósito da Área e Distribuição dos Jardins e Parques de Lisboa*, Revista *Olisipo*, nº. 34. Ano IX. Abril de 1946 e nº. 35 Julho de 1946.

MORIN, Edgar - *As Grandes Questões do Nosso Tempo*. Editorial Noticias. Lisboa. 3ª. Edição. 1981.

MORIN, Edgar - *O Método. A Natureza da Natureza*. Vol. I. Publicações Europa-América. Lisboa. S/D.

MORRIS, Charles - *Signos e Valores*. Via Editora. Lisboa. 1978.

MOTTA,Luis Roberto de Barros, *Feira (a) da Ladra no Século XVI e na Actualidade*. CML. Lisboa. 1973.

MOURA, José Barata - *Ideologia e Prática*. Editorial Caminho. Lisboa. 1978

MOURA, José Barata - *Tópicos Para Um Panorama da Filosofia em Portugal*, in, *Clio*. Vol.2. Lisboa. 1997.

N

NERY, Rui Vieira - *A Esquerda Democrática e o Princípio do serviço Público Cultural*, in, *O Que é Governar à Esquerda ?*. Vol. organizada pela Juventude Socialista. Prefácio de Mário Soares. Grádiva. Lisboa. 1997.

NETO, Serafim Silva - *História da Lingua Portuguesa*. Presença Edições. 3ª. Edição. Rio de Janeiro. 1979.

NETO, João Baptista Pereira - *A Classe Média Portuguesa num Contexto de Mundança* in, *Estudos Políticos e Sociais*. Lisboa. Vol. XI. nº.3 e 4. 1983

NETO, João Baptista Nunes Pereira - *A Evolução Social em Portugal depois de 1945 (Contribuições para o seu Estudo),* in, *Estudos Políticos e Sociais*. Lisboa. Vol. IV. nº.3. 1966.

NEVES, Cruz - *O Cinema e o Sentido Cristão do Amor e da Família*, in, *Acção Médica*. Out/Dez. 1943.

NOEL, Françoise e Roselyne Bouillin- Dartevelle, Gabriel Thoveron, *Temps Libre et Pratiques Culturelles dans la Communauté Française de Belgique*. Création & Communication. Mardaga. Liége.1991.

NOGUEIRA, Armando - A Emigração Portuguesa- Demissão ou Tomada de Consciência?, in, *Economia e Sociologia*. Nº ?, Evora. 1969.

NOGUEIRA, Franco - *Salazar. Os Tempos Aureos (1928-1936).* Vol. I (?). Atlântida Editora. Coimbra. 1977.

NOGUEIRA, Franco - *Salazar.As Grandes Crises (1936-1945).* Vol. II. 2ª Edição. Livraria Civilização Editora.Porto. 1983.

NOGUEIRA, Franco - *Salazar. A Resistência (1958-1964*). Vol. V. Livraria Civilização editora. Porto. 1984.

NUNES, A. Sedas - *Portugal, Sociedade Dualista em Evolução*, in, *Análise Social*, Vol. II. Nº.7 e 8. 1964. Versão corriga e desenvolvida, indem, Sociologia e Ideologia do Desenvolvimento. Lisboa. Moraes Editores. 2ª. edição. Cap. II.da 2ª. Parte. 1969

NUNES, A. Sedas - *A Universidade no Sistema Social Português - Uma Primeira Abordagem*, in, *Análise Social*, Vol. VIII, nº.32. 1970.

O

Ó, Jorge Ramos de - *O Dispositivo Cultural dos Anos da "Politica do Espírito" (1933-1949): Ideologia, Instituições, Agentes e Práticas*. Dissertação de Mestrado. de História dos Séculos XIX e XX. Secção do Século XX. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. 1993.
Ó, Jorge Ramos de - *O Lugar de Salazar. Estudo e Antologia*. Publicações Alfa. Lisboa. 1990.

ORTIGÃO, Ramalho - *Obras Completas. As Praias de Portugal*, Lisboa. Clássica Editora.1966.

ORTIGÃO, Ramalho, *Obras Completas*. Livraria Clássica Editora. Lisboa *As Farpas*. VOL. VII - *Aspectos do Versão -As Feiras das Amoreiras-Ainda os Toiros*.pág. 281-288. 1948. Vol.VIII-*Educação do Povo -As Feiras-A Música Popular - O Teatro Popular -Os Jardins Públicos. O Jardim Zoológico*.1949; Vol. XI -Aspectos do Verão-*As Feiras das Amoreiras. O Jardim Zoológico* (Maio, 1885). pág. 269 e segs.1956.

OLIVEIRA, César - *Portugal e A II República de Espanha (1931-1936).* Perspectivas & Realidades.Lisboa. S/D.

OLIVEIRA, César - *Cem anos nas Relações Luso-Espanholas. Política e Economia*. Edições Cosmos. Lisboa. 1995.

OLIVEIRA, César - *O Socialismo em Portugal (1850-1900).* ? Porto. 1973.

OLIVEIRA, César - *Salazar e o seu Tempo*. Edições O Jornal. Lisboa. 1991.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de - *Festividades Cíclicas em Portugal*. 1ª. Edição. Publicações Dom Quixote. Lisboa.1984

OLIVEIRA, José Manuel Paquete de - *Comunicação Social Verso e Reverso do País Real e Imaginário*, in, *Portugal Hoje*. INA. Lisboa. 1994.

OLIVEIRA, José Manuel Paquete de - *A Guerra Vista Através da Imprensa Portuguesa*, in, *Portugal na Segunda Guerra Mundial- Contributos para uma Reavaliação*. Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1989.

OLIVEIRA, José Manuel Paquete de - *Formas da "Censura Oculta" na Imprensa Escrita em Portugal no Pós 25 de Abril (1974-1987).* Vol. I. Dissertação de Doutoramento. ISCTE. Lisboa. 198

ORTEGA Y GASSET, José - *La Rebelion de las Masas*. 9ª.Edicion. Revista de Ocidente. Madrid 1943.

P

PACHECO, Cristina - *Os Integralistas no Secretariado de Propaganda Nacional*, in, *Clio.* Lisboa.Nova Série. Vol. 2. 1997.

PAIS, José Machado (Org) - *New Routes for Leisure/Actas do Congresso Mundial do Lazer/World Leisure Congress.* Lisboa. 3-5 de Junho de 1992. Lisboa. ICS da UL. Lisboa. 1994.

PAIS, José Machado, et al - *Práticas Culturais dos Lisboetas*. ICS. Lisboa. 1994.

PAIS, José Machado - *Culturas Juvenis*. Imprensa Nacional/ Casa da Moeda. Lisboa. 1993.

PALLA, Maria Antónia - *A Renovação da Imprensa, Apesar da Censura*, in, António Reis (coord), *Portugal Contemporâneo*, Publicações Alfa. Vol. V. Lisboa. 1990.

PALLA, Maria Antónia - *A Liberdade de Imprensa entre o Poder e a Independência*, in, António Reis (coord.), *Portugal Contemporâneo*, Vol. VI. Publicações Alfa. 1989

PAMPLONA, Fernando de - *Uso e Abuso da Imagem*, in, *Rumo.* Junho de 1960.

PARREIRÃO, Henrique - *A Era de Ouro do Futebol Português*, in, António Reis (coord), *Portugal Contemporâneo*. Publicações Alfa. Vol. V. Lisboa. 1990

PASCAL, Blaise - *Pensamentos.* Publicações Europa-América. Mem Martins. 1978.

PARRET, Hermann - *Os Argumentos do Sedutor,* in, *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº. 14. Lisboa. 1991.

PATRIARCA, Fátima - *A Questão Social no Salazarismo. 1930-1947*. Vol. II. Imprensa Nacional/Casa da Moeda. Lisboa. 1995.

PAULO, Heloisa - *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. Os SPN/SNI e o DIP*. Minerva Edições. Coimbra. 1994.

PAXECO, Oscar - *Os que Arrancaram em 28 de Maio de 1926*.Editorial Império. Lisboa. 1937.

PEIXOTO, Paulo - *A Sedução do Consumo. As Novas Superficies Comerciais Urbanas: Um Estudo de Caso*, in, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Nº. 43. Outubro de 1995.

PÉNINOU, G. - *Intelligence de la Publicité*. Ed. Robert la Ffont. Paris. 1972. (edição castelhanha *Intiligence de la Publicidad*. Gustavo Gili. Barcelona. 1976).

PEREIRA, João Martins.-*No Reino dos Falsos Avestruzes - Um Olhar sobre a Política*. A Regra do Jogo. Lisboa. 1983.

PEREIRA, Maria da Conceição Gomes, *As Feiras e a sua Importância Económica*. 1990.

PEREIRA, Nuno Teotónio - *Tempos, Lugares, Pessoas*. Edições Publico. Lisboa. 1996.

PEREIRA, Pedro Theotónio - *Memórias*. II Vols. Verbo. Lisboa. 1973.

PEREIRA, Raul da Silva - *Portugal Face aos Níveis Sociais Europeus*, in, *Análise Social*, nº.7 e 8, 1964.

PINA, Paulo - *Portugal- Turismo no Século XX*. Lucidus. Lisboa. 1988.

PIRES, Jorge P- - *Alguns Pequenos Dramas da Música Popular Portuguesa*, in, *Comunicações e Linguagens*. Edições Cosmos, nº24. 1998.

PINTO, Jaime Nogueira - *Portugal. Os Anos do Fim. A Revolução que Veio de Dentro*. Edições Sociedade de Publicações Economia & Finanças. Lisboa. 1976.

PINTO, Teresa Santos - *Sobre a Problemática da Forma Urbana: O Método da Pesquisa de Kevin Lynck*, in, *Análise Social*, 2ª. Série. nº.33. Vol. IX. 1972.

PISSARREIRA, Agostinho (org.) - *Bibliografia Temática. Jornal "O Século" (1975-1980). SEC*-DGI. Lisboa. 1980.

PLANO Estratégico de Lisboa. CML/Direcção de Projectos de Planeamento Estratégico. Lisboa. Outubro de 1992.

PLUCHART, Françoise - *L´Art Corporel. Mise au Point sur L`Art Actuel*. Limage 2. Paris. 1983

POLÍTICA de Informação no Regime Fascista (A), Presidência do Conselho de Ministros. Comissão do Livro Negro do Regime Fascista. Vol. I. 2ª . Edição.Maio de 1980.Vol. II. Mem martins. 1980.

POPPER, Frank - *Art, Action et Participation - L`Artiste et la Créativité Aujourd`hui*. Éditions Klincksieck. Paris. 1980.

PORTELA, Artur - *Salazarismo e Artes Plásticas*. ICALP. Lisboa. 1982.

PORTUGAL nas Exposições Universais e Internacionais (1851-1998). Catálogo da Exposição Ico-Bibliográfica de 25/5 a 12/7 de 1998. CM Santarém. Biblioteca Municipal Braancamp Freire. Santarém. 1998.

PRESOS Políticos no Regime Fascista. V. (1949-1951). Presidência do Conselho de Ministros. Comissão do Livro Negro do Regime Fascista. Mem Martins. maio de 1997.

*PRIVATIZAÇÃO DA IMPRENSA***.** Cadernos de Jornalismo. Centro de Formação de Jornalistas. Lisboa. Ano. V. Nº.7. Abril de 1990**.**

PROENÇA, António Ramos - *Colónia de Férias. Alguns Aspectos do Problema da Instalação e Financiamento*. Sep. de "*Follhas Sociais. II Semana de Estudos*. Braga. 1952.

PROENÇA, Raul - *"Perdoar, Não !"Carta Aberta ao Director de O Século. Folheto, 20/2/1927,* in, Raul Proença. *Antologia*. Vol. II. Edições Alfa Lisboa. 1985.

PROGRAMA Oficial das Comemorações do VIII Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros**.**

Q

QUEIROGA, Fernando - *Portugal Oprimido. Factos e Nomes da Ditadura Salazarista*. Editorial *O Século*. Lisboa. 1974.

QUINTÉRIO, Alejandro Pizarroso - *História da Imprensa*. Planeta Editora. Lisboa. 1994.
QUINTÉRIO, Alejandro Pizarroso - *História da Propaganda*. Planeta Editora. Lisboa. 1993.

QUITÉRIO, Joaquim - *O Desenvolvimento e as Necessidades de Consumo*, in, *Economia e Sociologia,* nº.50. Évora. 1990.

R

RABY, Dawn Linda - *A Resistência Antifascista em Portugal, Democratas e Militares em Oposição a Salazar (1941-1974),* Lisboa. Edições Salamdra. Lisboa. 1990.

RACIONERO, Luis - *Del Paro al Ocio*. Anagrama.Barcelona. 6ª. edição. 1984.

RAINHO, Victor - "*Hipermania*", in, *Expresso,* 30/10/1993.

REBELO, José ; Mário Mesquita (org) - *O 25 de Abril nos Média Internacionais*. Edições Afrontamento. Porto. 1994.

REBELO, Luis Francisco - *100 Anos de Teatro Português (1880-1980).* Brasília Editora. Porto. 1984.

RÊGO, Manuela - *Passeio pelo Campo Grande*. Edit ?Lisboa. 1994.

RELVAS, José - *Memórias Políticas*. Edições Terra Livre. Vol. II , Lisboa. 1976.

RELATÓRIO de 1974-1976 do Conselho da Imprensa. Assembleia da República. Lisboa.

RESZELER, André - *A Estética Anarquista*. Editora Eros. Lisbo. 1977.

RIBEIRO, Félix - *Filmes, Figuras e Factos da História do Cinema Português (1896-1949).* Cinemateca Portuguesa. Lisboa. 1983.

RIBEIRO, Maria da Conceição - *A Polícia Política no Estado Novo (1926-1945*). Editorial Estampa. Lisboa. 1995.

RIBEIRO, Margarida - *Arte Popular e Artesanato*, in, Informação, Cultura Popular e Turismo, Nº. 3. Agosto/Outubro de 1972.

RIBEIRO, Margarida - *Contribuição para o Estudo das Feiras e Mercados*, in, *Boletim Cultural.* Junta Distrital de Lisboa. Nº.63-64. 1965.

RIBEIRO, Margarida - *Notas e Comentários sobre Feiras e Mercados*, in, *Boletim Cultural*. Junta Distrital de Lisboa. Lisboa. 1964. pp. 197-263

RIESNAN, David - *A Multidão Solitária*. Perspectivas. São Paulo. 1971.

ROBY, David L. - *O Problema da Unidade Anti-Fascista: O PCP e a Candidatura do General Humberto Delgado em 1958*, in, *Análise Social*, nº. 72/73/74. 1982.

RODRIGUES,Adriano Duarte - *Estratégias da Comunicação- Questão Comunicacional e Formas de Sociedade.* Editorial Presença. Lisbo. 199

RODRIGUES,Adriano Duarte - *A Informação e o Poder Político, in, Revista Crítica de Ciências Sociais - Colóquio Portugal 1974-1984.* Nº.18/19/20. Fevereiro de 1986.

RODRIGUES,Adriano Duarte - *O Campo dos Média. Discursividade, Narratividade e Máquinas.* Edições Regra do Jogo. Lisboa. 1984.

RODRIGUES,Adriano Duarte - *Comunicação e Cultura. Experiência e Cultura na Era da Informação.* Editorial Presença. Lisboa. ?198

RODRIGUES, António Simões (coord) - *História de Portugal em Datas,* Temas e Debates, Lda e Autores. Coimbra. 1996.

RODRIGUES,Guilherme e Esteves Pereira - *Portugal-Dicionário Histórico, Chorográphico....* Vol. II.Lisboa. 1907.

RODRIGUES,Maria João Madeira - *Tradição, Transição e Mudança - A Produção do Espaço Uurbano na Lisboa Oitocentista,* in, *Boletim Cultural*. Assembleia Distritla de Lisboa. Nº.84. 1978. Série III. Lisboa 1979.

ROSA,Carlos Pereira da - *Da Feira de Alcântara à Feira Popular de Lisboa*, in *Programa Oficial do VIII Centenário da Tomada de Lisboa*. Lisboa. 1947

ROSAS, Fernando - *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica (Estudos sobre a política externa do Estado Novo nos anos 30 e 40).* Editorial Fragmentos, Lda.Lisboa. 1988

ROSAS, Fernando (coord) - *O Estado Novo (1926-1974*), in, José Matttoso (dir.), *História de Portugal*. Vol. VII. Circulo dos Leitores. Lisboa. 1994.

ROSAS, Fernando - *Portugal entre a Paz e a Guerra*. Editorial Estampa. Lisboa. 1990.

ROSAS, Fernando - *O País, O Regime e a Oposição nas Vésperas das Eleições de 1958*, in, António Reis (Coord),*Portugal Contemporâneo*, Vol. 5º. Lisboa. 19..
ROTEIRO DOS CIRCUITOS. FEIRAS. FESTAS E ROMEIRAS. ÉPOCA DE 1970. União dos Grémios de Espectáculos - Grémio Nacional das Empresas de Diversão Pública. Lisboa. 1970.

RUBIO, António Méndez Rubio - *El Conflicto entre lo Popular y lo Masivo*. Eutopías. Valência.1985

ROUSSELET, Jean- *L`Allergie au Travail.* Ed. du Seuil. Paris. 1974.

S

SAINT-Exupéry, Antoine - *Lettre à Otage* (Carta a um Refém), datada de 1941, in, Oeuvres. Gallimard. Paris. 1959(pp.389-391). Publicada em João Medina (Dir.), *História Contemporânea de Portugal - Ditadura "Estado Novo". Do 28 de Maio ao Movimento dos Capitães* (Tomo I). Amigos do Livro. pp. 153-154. 1985

SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos*. Vol. I. 1928-1934. 5.ªedição revista. Coimbra. 1961.

SALGUEIRO, Teresa Barata - *Estudo do Mercado de Habitação e Estruturas Urbanas na Área Suburbana de Lisboa*, in, *Boletim Cultural*. Assembleia Distrital de Lisboa. 1983. nº89. 2º. Tomo. pag.112 e segs.

SANCHES, José Dias - *Belém e Arredores Através dosTempos*. Livarria Universal Editora. Lisboa. 1940.

SANCHIS, Pierre - *Arraial: Festa de um Povo. As Romarias Portuguesas*. Trad. Madalena Mendes de Matos. 1ª. edição. Lisboa, Publicações Dom Quixote. 1983

SANTOS, Beja - *O Poder dos Consumidores*. Regra do Jogo. Lisboa S/D (1978)

SANTOS, Boaventura Sousa - *Pela Mão de Alice. O Social e O Político na Pós-Modernidade*. Edições Afrontamento.3ª. Edição. Porto.1994.

SANTOS, Boaventura Sousa - *A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984), in, Revista Crítica de Ciências Sociais, Nº. 14. Novembro de 1984.*

SANTOS, Boaventura Sousa - *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988).* 2ª: Edição. Edições Afrontamento. Porto. 1982.

SANTOS, José Rodrigues dos - *O Que é a Comunicação ?*. Difusão Cultural. Lisboa. 1993

SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos - *Cultura, Aura e Mercado*, in, Alexandre Melo (org.), *Arte e Dinheiro*. Assírio & Alvím. Lisboa. 1994.

SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos (coord) - *As Políticas Culturais em Portugal*. Observatório das Actividades Culturais. Lisboa. 1998.

SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos - *Reprodutividade/Raridade - O Jogo dos Contrários na Produção Cultural*, in, Actas do Iº. Congresso Português de Sociologia- A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século. Vol. II. Ed. Fragmentos. 1990.

SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos - *Questionamento à Volta de Três Noções (A Grande Cultura, a Cultura Popular e a Cultura de Massas*), in, Análise Social, nº. 101-102. 1988.

SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos - *Esquemas Teóricos na Análise Sociológica do Subdesenvolvimento*, in, *Análise Social*, vol. IX. nº.34. 2ª. Série. 1972.

SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos, *et al - As Lutas Sociais nas Empresas e a Revolução do 25 de Abril. Da Reivindicação Económica ao Movimento Político -1ª. Fase*, in, *Análise Social*. 2ª. Série.Vol. XI. nº. 42-43. 1975.

SANTOS, Rui Afonso - *O Design e a Decoração em Portugal: Exposições e Feiras. Os Anos Vinte e Trinta*. Tese de Mestrado em História de Arte. UNL. Lisboa.1994.

SAPERAS, Enric - *Os Efeitos Cognitivos da Comunicação de Massas*. Edições ASA. Porto. 1993.

SCARDIGLI, Victor - *La Consommation. Culture du Quotidien.* Puf. Paris. 1983

SCHWARTZENBERG, Roger-Gerárd - *O Estado Espectáculo*. Difel. Rio de Janeiro/São Paulo. 1978.

SCAPARPATTA, G. - *O Elogio do Cosmopolitismo*. João Azevedo Ed. Lisboa. 1988.

SENA, António - *História da Imagem Fotográfica em Portugal. 1839-1997*. Porto Editora. Porto. 1998.

SERRÃO, Joel - *Noite Natural e Noite Técnica*, in, *Temas Oitocentistas -II. Para a História de Portugal no Século Passado*. Port.. Editora. Lisboa. 1962.

SILVA, António Santos - *Tempos Cruzados.Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*. Edições Afrontamento. Porto. 1994.

SILVA, Artur Santos - *Políticas Culturais Municipais e Animação do Espaço Urbano - Uma Análise de Seis Cidades Portuguesas*, in, Maria de Lurdes Lima dos Santos, *Cultura & Economia*. ICS. Lisboa. 1995.

SILVA, Augusto da - *O Conde de Vill`Alva (1913-1975).* Instituto de Cultura Vasco Vill`Alva. Évora. 1999.

SILVA, Carlos Nunes -*Política Urbana em Lisboa (1926-1974).* Livros Horizonte. Lisboa. 1974

SILVA, Manuela - *Crescimento e Pobreza em Portugal (1950-1970), in, Análise Social*, nº.72/73/74.

SILVA, Maria Tavares da - *Reflexão sobre o Conceito de Problema Social. -II*. , in, Análise Social, nº.17. Vol. V. 1967.

SILVANO, Filomena e João Neves - *Enraizamento e Cosmopolitismo: Contributo para uma Análise da Recomposição Urbana*, in, *Colóquio Viver (N) A Cidade. Comunicações*. LNEC. ISCTE. Lisboa. 1990.

SIMMEL, G. - *Cultura Feminina*. Galeria Panorama. Damaia. S/D (1969).

SOARES, Maria Micaela - *A Mudança na Cultura Rural Portuguesa*. Assembleia Distrital de Lisboa. Lisboa. 1984.

SOMVILLE, Pierre - *Essai Sur la Poétique d`Aristote*. Librarie Philosophique.- J. Vrin. Paris. 1975.

T

TAVARES, Maria José Ferro - *A Festa, Uma Ruptura no Quotidiano do homem Medieval, in, Revista Port. de História- Homenagem ao Doutor Salvador Arnault*. Tomo XXXI. Vol. I. Coimbra.1996.

TELEVISÃO (A) em Portugal. 40 Anos de História Legislativa. TV Guia. Lisboa.1997.

TELO, António José - *Decadência e Queda da Iª. República Portuguesa*. II Vols. A Regra do Jogo. Lisboa. 1980 e 1984.

TELO, António José - *As Associações Patronais e o Fim da República*, in, *O Fascismo em Portugal - Actas do Colóquio da Faculdade de Letras*. Março de 1980. Lisboa. Regra do Jogo. Lisboa. 1982.

TELO, António José - *Portugal na Segunda Guerra*. Vega. Lisboa. 1991.

TENGARRINHA, José - *História da Imprensa Períodica Portuguesa*. Caminho. 2ª. Edição. Lisboa. 1989.

TEVES, Vasco Hogan - *História da Televisão em Portugal (1955/1979).* 1º. Vol. TVGuia Editorial. Lisboa. 1998.

THOMAZ, Américo - *Últimas Décadas de Portugal.* Vol. I. Cognitio. Lisboa. 1980; Vol. II. Edições Pereira, Editor S/D; Vol.III. Edições Pereira Editor, 3ª. Edição. Lisboa.S/D.

THOMPSON, John B. - *Ideologia e Cultura Moderna. Teoria Social Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa*. Editora Vozes. Petrópolis. 1998.

TORRIJOS, Fernando - *Sobre el Uso Estético de Espacio*, in, José Fernández Arenas (Coord.), *Arte Efímero y Espacio Estético*.Editorial Anthopos. Bracelona. 1988.

TOCQUEVILLE, Alexis de - *O Espírito com que os Norte-Americanos Cultivam as Artes,* in, Bernardo Rosemberg e David Manning White (org)., *Cultura de Massas-Artes...Editora Cutrix. São Paulo. 1963*

TOFFLER, Alvin, *O Povo e a Cultura*. Editorial Lidador. Rio de Janeiro.1965.

TORRES, Cláudio- *Simbiose de Culturas no Al Andalus*, in, *Público,* Caderno Artes & Ofícios. 26/12/1997.

TOURAINE,Alain, *A Sociedade Post-Industrial*. Moraes Editores. Lisboa. 1970.

TRABALHO e as Tradições Religiosas no Distrito de Lisboa (0) - Exposição Etnográfica. Governo Civil de Lisboa. Lisboa. 1991.

TRAQUINA, Nelson - As Notícias, in, Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias". Nelson Traquina (Org.)Vega. Lisbo. 1993.

TRINDADE, Luis - *O Velho Comércio no Estado Novo,* in, *História.* Ano XX. (Nova Série). Nº.3. Junho de 1998.

V

25 Anos Anos de Serviços Culturais. Exposição Comemorativa da CML. Palácio Galveias. CML. Lisboa. 1959.

VALENTE, José Carlos Valente, *Estado Novo e Alegria no Trabalho - O Contexto Internacional e os Primordios da FNAT (1923-1941),* in, *História* (Nova Série), nº.6. Março de 1995.

VELOSO, Lúcia Maria Marina e José Manuel Mota de Sousa - *História da Imprensa Periódica Portuguesa. Subsídios para uma Bibliografia*. Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Coimbra. 1987.

VELLOSO, Rodrigo - *Aspectos de Lisboa*. Livraria Clássica Editora. Lisboa. 1911.

VIANA, Mário Gonçalves - *Os Divertimentos,* in, *Flama,* Nº. 18. Setembro de 1945.

VIEIRA, Anibal S.A. - *Como se Divertiam os Portugueses*, in, *Rumo*. Dezembro. 1959.

VINCENT, Bernard - *Paul Goodmann e a Reconquista do Presente*. Via Editora. Lisboa. 1978.

VITERBO, Fr. Joaquim dos Santos Rosa - *Elucidário das Palavras, Termos e Frases*. Edição Crítica. Livraria Civilização. Porto. Vol. II. 1966.

W

WAICHMAN, Pablo - *Tempo Livre e Recreação*. Papirus Editora. São Paulo. 1997.

WHITE, David Manning; Rosemberg, Bernard - *Cultura de Massas- As Artes Populares nos Estados Unidos*, Editora Cultrix. São Paulo. 1973.

WIRTH, Louis - *Urbanismo como modo de vida,* in O *Velho* Fenómeno urbano, Zahar. Rio de Janeir. 1976.